

Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

Centro de Estudos Africanos
Universidade do Porto

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos/ International Journal of African Studies

Entidade proprietária: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
FLUP – Via Panorâmica s/n - 4150-564 Porto

Director: Maciel Morais Santos (maciel999@yahoo.com)

Sede da Redacção: FLUP - Via Panorâmica s/n - 4150-564 Porto

Nº de registo: 124732

Depósito legal: 138153/99

ISSN: 0874-2375

Tiragem: 500 exemplares

Periodicidade: Semestral

Nº de contribuinte da entidade proprietária: 504045466

Tipografia: Sereer, soluções editoriais

Edição: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Editor: Miguel Silva

Revisão gráfica e de textos: Henriqueta Antunes

Conselho Científico/Advisory Board: Alexander Keese (U. Berna/CEAUP), Ana Maria Brito (FLUP), Augusto Nascimento (IICT), Collete Dubois (U. Aix-en-Provence), Elikia M'Bokolo (EHSSS – Paris), Eduardo Costa Dias (CEA-ISCTE), Eduardo Medeiros (U. Évora), Isabel Leiria (FLUL), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG), João Garcia (FLUP), João Pedro Marques (IICT), José Capela (CEAUP), José Carlos Venâncio (U. Beira Interior), Malyn Newitt (King's College), Manuel Rodrigues de Areia (U. Coimbra), Michel Cahen (IEP – U. Bordéus IV), Paul Nugent (CEA – Edimburgo), Patrick Chabal (King's College), Philip Havik (IICT), Suzanne Daveau (U. Lisboa).

Conselho Editorial/Editorial Board: Isabel Galhano Rodrigues, José Ramiro Pimenta, Maciel Morais Santos, Nuno Costa.

Secretariado: Raquel Cunha

Advertência: Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação (na versão em papel ou electrónica) sem autorização prévia por escrito do CEAUP.

Africana Studia é uma revista publicada com arbitragem científica.

Africana Studia é uma revista da rede Africa-Europe Group for Interdisciplinary Studies (AEGIS).

Capa: Acampamento de estudos do Caminho de Ferro de Ambaca.
Colecção particular de António faria e Angela Camila.

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos
International Journal of African Studies

N.º 17 - 2.º semestre - 2011

Índice

Editorial 5

Exploração científica em África na época colonial

Poderes

A súbita vocação “africanista” de um ex-ministro: A viagem de Mariano de Carvalho a Moçambique em 1890 17
Paulo Jorge Fernandes

A Escola Colonial e a formação de uma “elite dirigente” do ex-Ultramar Português (1906-1930) 41
Luís F. Dias Antunes e Vítor L. Gaspar Rodrigues

Representações

Escala e identidade na obra *Como eu achesse a África* de Serpa Pinto ... 53
José Ramiro Pimenta e Ana Francisca de Azevedo

Como Eu Achesse a África: Um texto de Literatura de Viagens 65
Fernanda Carrilho

Práticas

Ciência europeia e exploradores africanos: a viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida ao Kazembe 81
Eugénia Rodrigues

O sul de Moçambique na viragem do século XIX: Território, exploração científica e desenvolvimento 103
Ana Cristina Roque

A actual província do Niassa e o vale do rio Chire na 2.ª metade do séc. XIX. Contextos africanos e imperiais e as expedições de Serpa Pinto nesta região 113
Eduardo Medeiros

Entrevista		
Mendes Ferrão		153
<i>Entrevista conduzida por Maciel Santos e José Ramiro Pimenta</i>		
África em debate		
Poderes e Identidades		
Esclavagistas e respectivas marcas e monogramas, gravados a fogo, faca e tesoura		173
Adriano Parreira		
Recriar a China na Guiné: os primeiros chineses, os seus descendentes e a sua herança na Guiné Colonial.		211
Philip J. Havik e António Estácio		
Les chefs locaux et le recouvrement fiscal au Nord-Cameroun colonial et postcolonial: cas de la plaine du Diamaré et des Monts Mandara.		237
Patrice Pahimi e Jean Gormo		
Identidade cabo-verdiana face aos desafios da diáspora.		247
Carlos Lopes		
Notas de Leitura		
Dans les méandres de la mémoire		257
René Pélissier		
Notas sobre a valia de fundos documentais empresariais para a história recente de São Tomé e Príncipe e de Portugal (a documentação de Francisco Mantero e da Sociedade de Agricultura Colonial)		277
Augusto Nascimento		
<i>Reclamar o futuro...</i> Notas sobre a 13.ª Assembleia do CODESRIA		285
Augusto Nascimento		
Álcool em África: Uma bibliografia da literatura secundária, 1993-2011		299
José C. Curto e Simon Heap		
Caminhos-de-ferro em S. Tomé e Príncipe. O caminho-de-ferro em S. Tomé e Príncipe e os caminhos-de-ferro das roças		317
Hugo Pereira		
Resumos		323
Legendas das ilustrações		327

Editorial

A. I. Voeikov (1842-1916), geógrafo russo, considerava a geografia como uma combinação de ‘corpos móveis’, que, mobilizados pela superfície terrestre, em cada momento configuravam um arranjo especial que caracterizava um determinado período da história da Terra e da Humanidade. Relativamente obscuro no Ocidente, este geógrafo foi contudo divulgado em língua francesa, nos *Annales de Géographie* (1901). Quase um século mais tarde, Latour, Serres e outros autores viriam a desenvolver teorias de geografia da ciência com elementos semelhantes à de Voeikov (*nihil novum sub sole*), sem que porventura se fizesse a devida justiça à memória epistemológica do precursor.

Serve esta breve incursão na história do pensamento científico para justificar a ‘Apresentação’ do n.º 17 da revista *Africana Studia*, cujo tema dominante é a exploração colonial de África levada a cabo por Portugal, sobretudo no período ao redor do estabelecimento do ‘sonho cor-de-rosa’ de tornar contíguas as possessões das ‘áfricas’ ocidental e oriental portuguesas.

A exploração científica oitocentista configura uma especial relação de ‘poder metropolitano’ e ‘conhecimento colonial’. Pode, por isso, ser analisada segundo várias perspectivas, de modo a que se possa caracterizar o mais profundamente possível a sua natureza e efeitos: é uma forma de ‘poder’, porque se estabelece a partir de um ‘centro de controlo’ que organiza expedições e recolhe elementos de informação com vista a uma mais concreta exploração do espaço distante; é uma forma de ‘representação’, porque faz acompanhar a organização dos espaços de poder com ‘paisagens’ de natureza e cultura distintas das do ponto de partida, que estetizam, mitificam, e, ‘justificam’ enfim, o empreendimento da exploração; finalmente, é uma forma de ‘prática’, expedições de homens de armas, de engenheiros e técnicos, de cientistas e políticos, que penetram o terreno e o vão reclamando, parcela por parcela, para o centro ‘metropolitano’ que tudo organiza à distância, concretizando assim a poderosa intuição de Voeikov e da sua geografia da ‘mobilização global’.

Na história da ciência, como em qualquer outra expressão geográfica, *scale matters*. Por essa razão, faremos acompanhar esta apresentação com mapas que nos permitam apreender não apenas qual a ‘convocação de lugares’ que dá corpo ao estudos científicos dos autores aqui representados, mas também apreender o modo como, a diversas escalas, esses lugares configuram uma rede inextricável de ‘poder’, ‘representação’ e ‘prática’.

Poderes

O poder colonial europeu em África, sobretudo a fase imperialista que se inicia ao redor da transição do terceiro para o último quartel do século dezanove, e com desen-

volvimentos robustos por toda a primeira metade do século seguinte, é a expressão de uma conjugação de poderes diversos, sobretudo militar, financeiro, científico, com capacidade de mobilização planetária, organizada a partir de centros metropolitanos ocidentais.

Os ‘centros de controlo’ do poder colonial situam-se, naturalmente, nas grandes capitais da Europa, sobretudo Londres, Paris, Berlim e Bruxelas, e também Lisboa. Cada um destes centros se equipa mais ou menos adequadamente à exploração de África e muitas das desventuras diplomáticas e devastadores recontros militares entre as potências europeias deste tempo se devem à competição entre todos pela maior parcela do continente africano. Nestas metrópoles se situam os banqueiros financiadores do empreendimento militar e de exploração de recursos, todas elas organizam ‘escolas coloniais’ com o intuito de prover um grupo de técnicos especializados para esse empreendimento; deles se desdobra a rede política e administrativa que vai incansavelmente organizando a presença do estado em territórios distantes.

Portugal participa também deste esforço, ainda que não possua os mesmos argumentos militares e financeiros de outras potências coloniais. Em Lisboa, como em Londres, Paris, Berlim ou Bruxelas, também as instituições política e científica se associam

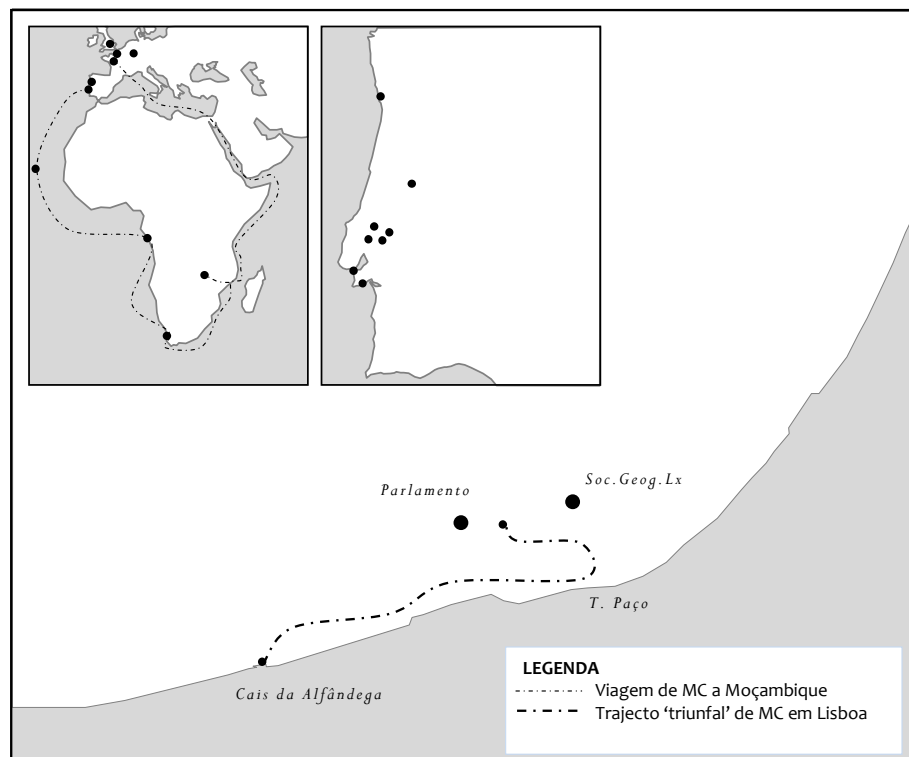


Figura 1 – Lisboa: um ‘centro de império’ no contexto do colonialismo europeu do final do século dezanove.

numa ‘Sociedade de Geografia’, corpo institucional característico deste século das explorações, cujos membros se moviam indistintamente entre o Parlamento e a Escola ou Museu coloniais. À Sociedade de Geografia de Lisboa pertenceram os exploradores Serpa Pinto (especialmente convocado neste livro, como se verá) Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e muitos outros que, através dela, em nome do Estado português, foram ‘reconhecendo’ uma terra até então desconhecida para o centro metropolitano que a reclamava como sua. Este é um empreendimento que conta com importantes episódios precursores, alguns remontando ao século anterior, como a viagem de Lacerda de Almeida ao Kazembe, mas que conhecerá a fase de maior exuberância quase um século mais tarde.

O mapa da **figura 1** – organizado a partir dos estudos, neste volume, de P. J. Fernandes, V. L. Rodrigues e L. F. Antunes – pretende ilustrar de uma forma condensada o modo como a geografia dos ‘espaços de poder’ organiza o empreendimento da exploração africana a partir de um centro metropolitano.

A visão do leitor vai-se aproximando cartograficamente de Lisboa, que representa tipicamente um centro de organização colonial tardo-oitocentista, mas inserindo-o no contexto global, europeu e nacional que o enquadra e lhe dá um significado de algum ‘modo’ exemplar, ainda que contendo algumas especificidades se comparada com as congéneres europeias.

No ‘cartão’ do mapa que representa o conjunto Europa-África, podemos visualizar a ‘geografia do poder’ associada à ‘súbita vocação africanista de Mariano de Carvalho’, e que decerto modo contém todos os elementos desta desigual relação entre a Europa e África do final do século dezanove: saindo de Paris, onde consulta altas figuras da Finança, tomando o vapor em Marselha até Zanzibar, estacionando em Quelimane, subindo até Manica na mira de observar ao vivo o valor dos recursos mineiros; desenvolvendo em Lourenço Marques uma geografia administrativa da *irredente* Moçambique; tomando o vapor *Malange* de regresso a Portugal, Mariano de Carvalho concretiza nestes passos as inúmeras viagens quase idênticas que o poder do Capital e do Estado fazia desenhar no continente africano, a ele impondo o investimento técnico e a organização administrativa, dele explorando abundantemente os recursos. Chegado a Lisboa, é recebido em triunfo, aclamado por gente vinda desde Sesimbra até a Abrigada (‘cartão’ do mapa que representa Portugal), levado em ombros quase desde o cais em que aportou ‘vindo do império’ até sua casa, desenhando na topografia de Lisboa os desejos e aspirações populistas de um Portugal ávido das riquezas das colónias.

A inspiração política da viagem de Mariano de Carvalho relaciona-se intimamente com a formação técnica considerada necessária ao mesmo empreendimento colonial. De novo no ‘cartão’ que representa Europa e África, podemos ver alguns pontos destacados (Londres, Paris, Bruxelas, Lisboa, Porto, Cabo Verde, Luanda, Cidade do Cabo...) que indicam a localização das ‘exposições coloniais’, eventos de exuberante apresentação do ‘globalização imperialista’, de gentes e produtos, procurando cativar e criar permanentemente um mercado de consumo global para uma global economia de exploração. Grande parte destas exposições eram organizadas por ‘sociedades geográficas’. A Sociedade de Geografia de Lisboa, sede da Escola Colonial durante décadas, situa-se no mapa de Lisboa a maior escala, com a intenção de representar, em face do Parlamento, a especial transitividade entre os termos correlatos do poder e do conhecimento.

Representações

Aos espaços de poder organizados pelo centro de organização metropolitana correspondem necessariamente 'visões coloniais', paisagens dos territórios explorados e ocupados, descrições mais ou menos estetizadas e até mitificadas da natureza e cultura de lugares e povos tão distantes.

As narrativas de viagem de exploração são um subconjunto importante no contexto das narrativas de viagem entendidas como género literário. Apesar de possuírem um carácter 'científico', porque necessariamente reproduzem os passos de uma viagem de reconhecimento geográfico de um território, não raro acompanhada por cartografia rigorosamente elaborada, é sempre possível detectar, conspícua ou subtilmente, a 'visão-do-mundo' do explorador e, assim, da sociedade de que ele emerge e de que constitui uma 'guarda-avançada' na penetração do mundo africano pelo espaço europeu.

Os estudos de José Ramiro Pimenta, Ana Francisca de Azevedo e Fernanda Carrilho incidem especialmente sobre a obra de Serpa Pinto, 'Como eu atravessei a África'. Através deles temos acesso aos 'mecanismos' e 'efeitos' que caracterizam uma literatura deste género. O mapa da **figura 2** reproduz alguns destes pontos essenciais:

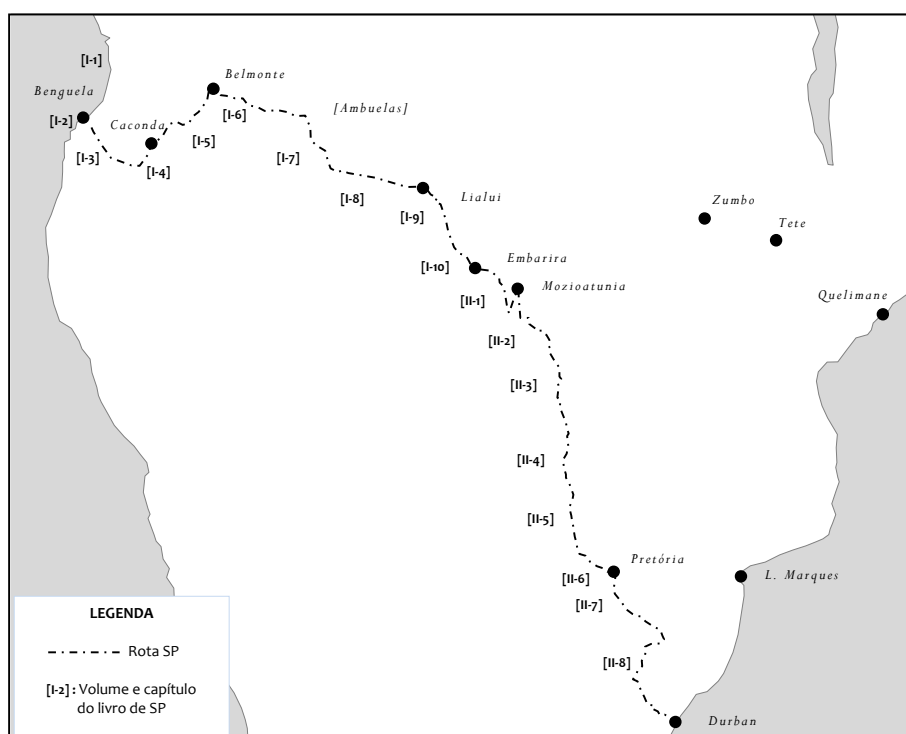


Figura 2 – Escala, identidade e literatura de viagens: A obra 'Como eu atravessei a África' de Serpa Pinto.

anotando os capítulos ao longo do trajecto do explorador, temos noção do modo como sistematicamente se 'inscreve a terra em texto' (não é esse o sentido original da palavra *geographia*?). Ao fazê-lo, o autor estabelece definitivamente, pelo menos para uma determinada audiência, europeia e 'metropolitana' – a única que terá acesso ao seu livro –, uma visão das regiões de África que atravessa.

Estabelece-se uma aproximação sucessiva, um *télescopage*, à viagem de Serpa Pinto ao longo da região (J. R. Pimenta e A. F. Azevedo); consoante a escala a que se 'observa' o autor, apercebemo-nos de que este se reveste de diversas 'identidades', constituindo juntas o complexo personagem que é um explorador homem, branco, europeu, a percorrer lugares e paisagens para si desconhecidas, contactando geomorfologias, climas, plantas e animais inusitados, convivendo (bem ou mal) com gentes dele muito diferentes, tecendo relações pessoais de intensa proximidade, em que elementos de crua sensualidade e inflamada espiritualidade se podem reconhecer.

Demonstra-se convincentemente (F. Carrilho) o modo como este processo de apresentação da terra distante ao público ávido de curiosidade sofre um processo de 'ampliação' tão forte que as páginas finais do livro contêm tanto de elaboração posterior como de notas precisas recolhidas no terreno. Mas é justamente essa espessura existencial que permite ao leitor aceder ao mundo íntimo do explorador, às suas convicções e preconceitos, e, através dele, compreender o contexto imperialista europeu que envia exploradores a terras tão distantes das de sua origem.

Práticas

O colonialismo comanda globalmente espaços de poder que se concretizam *localmente* sob a forma de explorações geográficas, expedições militares de ocupação, organização administrativa militar e civil, enfim por uma progressiva 'incorporação' do território distante na função do centro metropolitano que de longe a organiza. Nos estudos de Eugénia Rodrigues, Eduardo Medeiros e Ana Roque podemos ver, em áreas distintas do território que viria a ser a colónia de Moçambique, o modo como esta prática se concretiza.

A incorporação de territórios 'incógnitos' na esfera da organização colonial dos estados imperialistas obedece a uma série de episódios sucessivos, desde o contacto 'exploratório' do terreno até à negociação diplomática das fronteiras das novas entidades administrativas. Não raro, pelo meio, é inevitável o uso da força militar para impor pela violência a nova ordem a autóctones que não a desejam ou a potências vizinhas que a desejam antes para si. Estes estudos possuem a vantagem de nos oferecer para um mesmo espaço geográfico três episódios que configuram como que 'exemplares' da série de movimentos que intermedeiam o contacto inicial e a delimitação da terra incorporada no império.

A expedição de Lacerda de Almeida constitui um dos primeiros empreendimentos político-científicos organizados por Portugal com o intuito de reconhecer o território que se interpunha entre as suas possessões nos litorais atlântico e índico da África austral. Muito tempo antes, mas antecipando-a já, da efervescência das viagens de reconhecimento da região levada a cabo por todas as potências coloniais europeias nos finais do século seguinte, é ainda nos finais do século dezoito que o 'geógrafo' formado no Brasil, Lacerda de Almeida, organiza uma expedição, através do eixo de

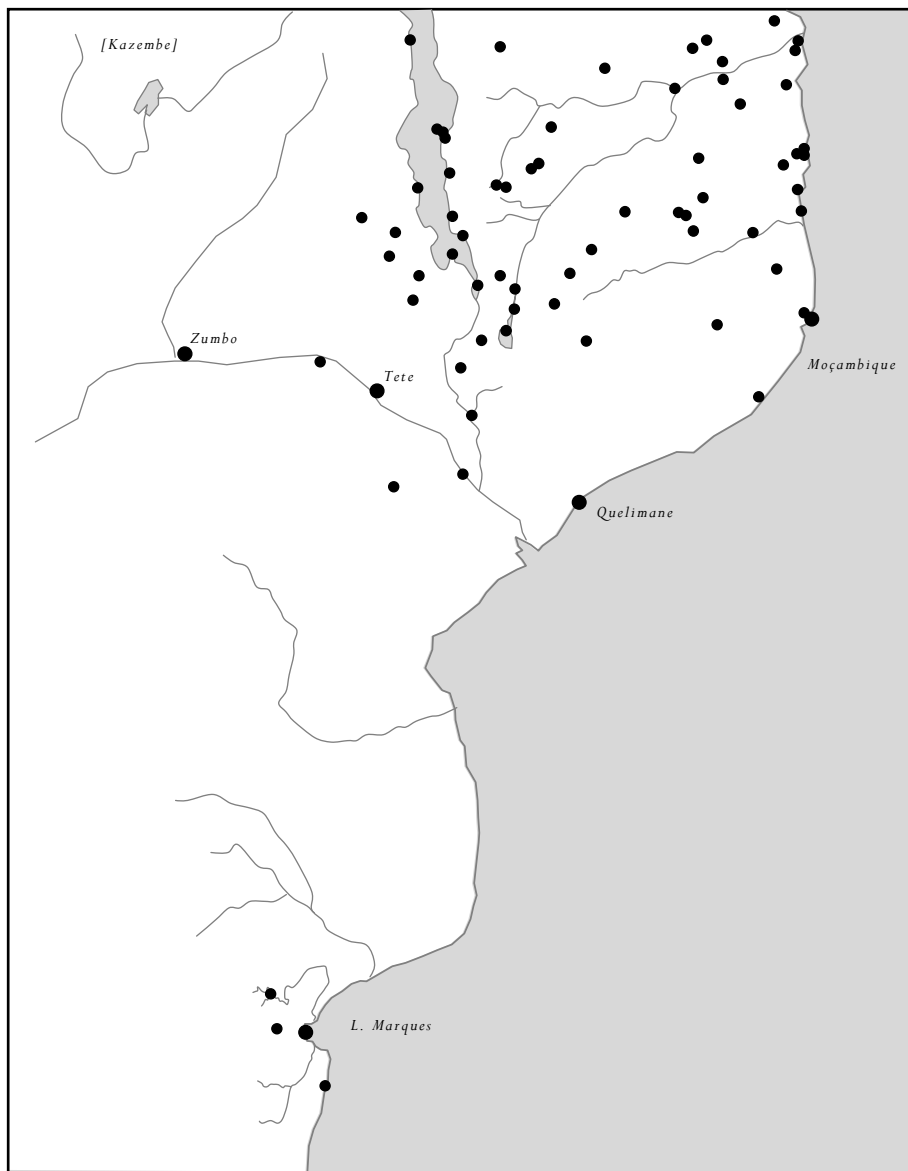


Figura 3 – Moçambique: episódios de ocupação do espaço: Zambézia, Niassalândia e Lourenço Marques.

penetração do Zambeze, com o intuito de abrir relações diplomáticas com o *mwata kazembe*, régulo de uma região próxima do lago Bangweulu que, conhecida dos mercadores e escravos das terras de entre Tete e Zumbo, mantinham eles próprios relações com povos da região Lunda, que por sua vez era conhecida de mercadores e escravos do interior e dos portos de Angola – configurando assim uma possibilidade real de estabelecer um contacto duradouro entre os dois litorais sob possessão portuguesa. A leitura de Eugénia Rodrigues permite justamente notar como a disposição abstracta de um poder organizado globalmente (Lacerda de Almeida é um português do Brasil que estudou em Coimbra e que o Rei de Lisboa envia ao Zambeze...) se ‘incarna’ em relações pessoais tecidas localmente, e como obscuros carregadores, guias e intérpretes, cuja voz está quase ausente das grandes narrativas das viagens de exploração, se revelam afinal fundamentais para o desenvolvimento da expedição. Eduardo Medeiros colige um manancial impressionante (de facto grande parte das localizações do mapa da figura 3 referem-se-lhe) de entidades geográficas e étnicas relacionadas com a disputa da terra da Niassalândia por Portugal, a Grã-Bretanha e os diversos poderes africanos organizados localmente, bem como a sua evolução ao longo do tempo. Em parte coincidindo com a região também estudada no artigo de Eugénia Rodrigues, temos no artigo de Eduardo Medeiros, o acesso a uma fase bem diferente da relação do poder ‘metropolitano’ com o conhecimento do espaço colonial. Através da sua narrativa no território que se estende entre o litoral entre Cabo Delgado e Moçambique (Ilha) e o lago Malawi, enquadrado pelos rios Rovuma e Chire, temos acesso privilegiado a diversos episódios da ocupação violenta de um território, das realidades étnicas e geográficas – até religiosas – que lhe dão assento, e do grau de mobilização a que Portugal se propôs para reclamar as áreas que viriam a formar toda a região norte da futura colónia de Moçambique – ao estado português custou-lhe um *ultimatum* e porventura a forma monárquica do regime. O estudo de Ana Roque incide sobre a parte final desta série de exploração-ocupação-definição dos territórios coloniais. Através da sua investigação sobre a delimitação das fronteiras do Distrito de Lourenço Marques, com os vizinhos *boers* e *swazis*, que de perto envolviam a ‘Lagoa’, uma baía em que tinham a foz os rios Incomati e Maputo, e onde viria a estabelecer-se a povoação de Lourenço Marques, então relativamente subordinada a Quelimane ou Moçambique, podemos ter uma visão realmente ‘geográfica’ do modo como as *fronteiras* põem em contacto esferas de dominação e centros de organização dos territórios que deles dependem. E ‘geográfico’ também, porque nos podemos aperceber de como a par da disposição abstracta da trigonometria (que se vê no carácter rectilíneo e artificial de tantas fronteiras de África), o acto de ‘escrever a Terra’ (e esse é afinal o outro sentido íntimo da palavra *geographia*...) faz uso dos seus próprios elementos – como a cadeia dos Libombos – para dar assento a linhas que no fim apenas o mapa regista.

Uma investigação em aberto

O âmbito geográfico e histórico deste conjunto de estudos está bem delimitado, centrando-se sobretudo no território a que nos finais do século dezanove ainda se dava o nome de ‘África Oriental Portuguesa’ e que viria a dar origem, cumpridos vários episódios de exploração, ocupação e organização administrativa, e finalmente

a independência, ao estado de Moçambique. São necessários mais estudos semelhantes aos que aqui são apresentados, para se cumprir a dupla determinação de conhecer e finalmente descolonizar o 'tropicalismo português'.

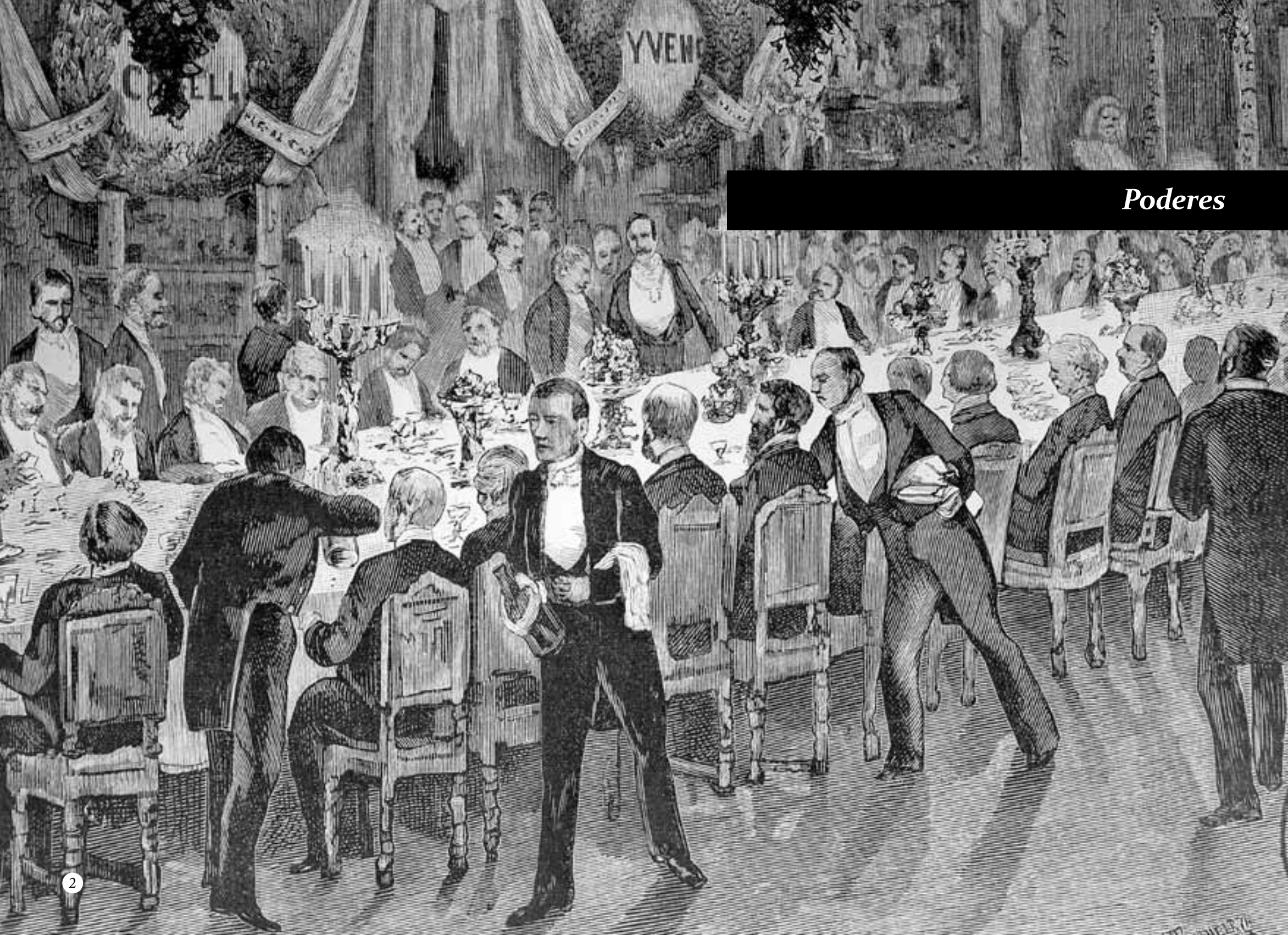
Os estudos que dão corpo à primeira parte deste volume têm, na maior parte, origem no Congresso 'Exploração Científica em África na Época de Serpa Pinto' que o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e a Associação Cultural Serpa Pinto organizaram em Cinfães, terra de naturalidade daquele explorador, entre 14 e 15 de Outubro de 2010.

Sem a discussão estimulante que teve lugar durante este encontro organizado pela Associação Cultural Serpa Pinto e sem o apoio material desta Associação, este dossier temático não teria sido possível.

José Ramiro Pimenta
Centro de Estudos Africanos da
Universidade do Porto

Exploração científica em África na época colonial





Poderes

JOHN BULL E ZÉ PEREIRA



— Agora o tambor sou eu; alguma vez serás tu, meu refinadíssimo ladrão!

A súbita vocação “africanista” de um ex-ministro: A viagem de Mariano de Carvalho a Moçambique em 1890*

Paulo Jorge Fernandes**

p. 17-39

Introdução

Os meses que antecederam o Ultimato britânico de Janeiro de 1890 foram penosos para o governo do Partido Progressista. No plano externo as tensões com a Inglaterra atingiam o seu ponto extremo por causa dos diferentes entendimentos que ambos os países tinham em relação aos respectivos alinhamentos diplomáticos e, sobretudo, devido às desavenças em matéria de política africana. Na frente doméstica, os problemas não eram de menor importância. Em Fevereiro de 1889, os influentes ministros Mariano de Carvalho e Emídio Navarro, os expoentes da facção mais “avançada” do elenco conduzido por José Luciano de Castro, foram removidos de funções na sequência de dois escândalos que minaram irremediavelmente a credibilidade do executivo. A ferida aberta na governação progressista seria agravada, pouco depois, com o abandono de António Cândido, outra das vozes partidárias de maior prestígio, que se retirava da política activa e militante para se dedicar à advocacia descontente com a actuação do governo. As várias facções que compunham a formação que suportava o gabinete ministerial passaram, então, os meses seguintes em guerra declarada numa tentativa de ajuste de contas interno. Mariano de Carvalho, um dos principais responsáveis pela crise política, entretanto criada, incompatibilizado com a liderança de José Luciano, abeirou-se mesmo da órbita do rival Partido Regenerador. Essa aproximação valeu-lhe o convite feito já em meados de 1890 pelo governo seguinte para liderar uma expedição a Moçambique com o objectivo oficial de inventariar os recursos económicos da colónia, que estava sob o alvo da cobiça britânica. Na prática, a verdadeira intenção da viagem parecia patrocinar a ascensão de interesses privados naquela província. Tratava-se de uma deslocação histórica. Nunca nos tempos modernos um ex-governante ou uma figura pública da primeira grandeza do reino se tinha deslocado à África portuguesa. Mariano de Carvalho passou 6 meses em Moçambique. Viajou por quase todo o território, conheceu pessoalmente realidades locais muito distintas e preparou um relatório onde aconselhou um amplo programa de reformas financeiras.

* Este texto reproduz com algumas alterações uma parte dos capítulos VII e VIII do meu livro *Mariano Cirilo de Carvalho: o «Poder Oculto» do liberalismo progressista (1876-1892)*, Lisboa, Assembleia da República e Texto Editores, 2010, pp. 323-343.

** Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL.

ras, administrativas, educativas e aduaneiras na colónia, de cariz descentralizador, enquanto em Lisboa os partidos do sistema revelavam a sua inaptidão para lidar com o agravar da crise colonial. Daqui resultou uma visão alternativa que passou a circular entre as elites nacionais sobre o futuro da presença portuguesa nas margens do Índico. Este texto procura debater a importância e o impacto da viagem de Mariano de Carvalho no contexto da época e as opções equacionadas pelos decisores governativos relativamente à construção de uma nova política ultramarina após o Ultimato.

Notícias sensacionais

Em Maio de 1890, algumas semanas após ter sido eleito pela 11.ª vez consecutiva (desde Março de 1870) e para espanto geral da nação, Mariano de Carvalho era incumbido pelo titular da Marinha e Ultramar, Júlio de Vilhena, para uma comissão de serviço em África, acabando por aceitar o convite que lhe fora dirigido por uma “companhia composta de capitalistas importantes do país” (*Diário da Câmara dos Deputados*, 24 de Maio de 1890: 391; *Jornal das Colónias*, 25 de Maio de 1890: 1). Logo surgiram dúvidas na imprensa sobre a súbita vocação africanista do ex-ministro da Fazenda (*O Sorvete*, 8 de Junho de 1890: 5). Alegadamente, o recém-nomeado tinha mostrado desejos de receber tal incumbência, cuja única virtude residia no facto de “afastar da nossa política esse constante fermento de perturbação e embaraço para tudo”. A imprensa logo se encheu de trovas chistosas alusivas à viagem (Fernandes, 1940: 64). Não se tratava de um personagem anónimo. Mariano de Carvalho era um muito conhecido e conceituado professor da Escola Politécnica de Lisboa (desde 1863), era o fundador e director, entre outros títulos, do *Diário Popular*, um dos mais prestigiados jornais da monarquia (1866), tinha sido ministro da Fazenda (em 1886-1889) e era dirigente de grande destaque da ala “avançada” do regime ligado aos Partidos Reformista (1870-1876) e Progressista (1876-1890).

Qual seria, contudo, o verdadeiro objectivo da deslocação? A especulação instalou-se imediatamente, mas a resposta parecia simples. Mariano de Carvalho pretendia “cheirar Moçambique e reconhecer os recursos que essa rica província pode oferecer para a constituição da grande Companhia Africana” que, alegadamente, o director do *Diário Popular* pretendia constituir. Explicava-se assim a recente ida à capital francesa, onde Mariano de Carvalho se tinha reunido com banqueiros. Tratava-se, pois, de uma operação “bem combinada”, apenas se estranhando o convite feito por Júlio de Vilhena, um adversário político, o que acabava por levantar suspeitas sobre as reais intenções do executivo nesta matéria. Temia-se que a missão oficial, afinal, apenas servisse para promover interesses privados mal conhecidos (BNP, Espólio de Mariano de Carvalho, N16/87; *Charivari*, 24 de Maio de 1890: 324-325; *O Sorvete*, 22 de Junho de 1890: 7-8). O redactor do *Jornal do Comércio* não resistiu mesmo à piada fácil escrevendo que “e se algum dia quiserem voltar a perguntar-lhe – o que é feito da outra metade? Estamos já a ver o sorriso de triunfante sarcasmo com que ele lhes responderá: a outra metade, compadres, convosco a reparti, quando me nomeaste *Comissário régio das colónias africanas!* E, pela primeira vez, todos acreditarão” (*Jornal do Comércio*, 27 de Maio de 1890: 1). A diatribe, que foi explorada à exaustão (*Charivari*, 12 de Julho de 1890: 381), glosando a famosa questão da “outra metade”, o escândalo financeiro que envolveu Mariano de Carvalho em 1889 e que o levou a sair do executivo, confirmava

que a pretensão de Mariano de Carvalho ser enviado à África meridional portuguesa era uma aspiração pessoal antiga. Ainda antes do Ultimato, o ex-ministro tinha-se oferecido a José Luciano para comandar uma missão de exploração em Moçambique com o objectivo de analisar “as suas necessidades de administração e examinar as suas fontes de riqueza”. Na realidade, o principal fim da expedição era o de observar os recursos mineiros e agrícolas da província, nomeadamente para levantar a possibilidade de se pesquisar minas de carvão de pedra na Zambézia por uma entidade privada (*Jornal das Colónias*, 1 e 8 de Junho de 1890: 1; *Diário Popular*, 2 de Junho de 1890: 1). Oficialmente, abalava para empreender “os estudos necessários nas Províncias Ultramarinas de Angola e Moçambique para a reorganização administrativa e económica do Ultramar, e especialmente de tudo o que mais de perto interessar ao fomento agrícola, comercial e industrial das referidas Províncias” (*Diário do Governo*, 27 de Maio de 1890: 1193). A 30 de Maio, na Câmara dos Pares, D. Luís da Câmara Leme e Vaz Preto atacaram violentamente a nomeação de Mariano de Carvalho. José Luciano e Barros Gomes, que se encontravam presentes na sessão, não abriram a boca para defender o ainda colega de partido.

Alguns sectores progressistas também não viram com bons olhos a viagem de Mariano de Carvalho. Elvino de Brito, por exemplo, em guerra aberta com Carlos Lobo de Ávila – “a alma danada dos conluios” – e com Emídio Navarro – acusado de demasiada brandura na oposição ao governo – considerava que a jornada do “Poder Oculto”, alcunha pela qual era conhecido Mariano de Carvalho, enfraquecia os da Granja. Era preferível Mariano de Carvalho encerrar a sua carreira política para se “entregar” de vez e assumidamente ao “mercantilismo” do que deixar “o partido assombrado diante de tão grande imprudência” (Moreira, 1998: 282-285).

Independentemente da celeuma causada, o director do *Diário Popular* partiu mesmo para Paris a 2 de Junho, acompanhado pelo marquês da Foz e pelo conde de Moser, amigos influentes do mundo da alta finança lisboeta. Mesmo fora do país, o “Poder Oculto” procurava deixar uma marca da sua capacidade de influência. Na véspera, ainda escreveu a José Luciano dando conta da viagem e para deixar um recado.

Em jeito de desabafo confidenciou que abalava sem “ressentimentos” e sem se demitir do partido, mas também sem esconder a alguma desilusão pelo rumo que o ex-presidente do Conselho tinha imprimido à governação, pela política seguida por Barros Gomes, de quem discordava em quase tudo e agora pela não defesa da sua nomeação para esta missão na câmara alta. O tom da missiva soava a despedida. José Luciano respondeu-lhe no próprio dia, afirmando não ter sido informado da mesma com antecedência, nem ter sido consultado para dar a sua opinião sobre tal assunto. O chefe progressista lamentava a ruptura assumida pelo seu ex-ministro desejando-lhe, todavia, que “seja feliz e volte brevemente bem disposto, de corpo e de espírito, para as lutas políticas em que o seu mérito e os seus serviços lhe criaram um lugar excepcionalmente importante, que ninguém lhe poderá ocupar” (Moreira, 1998: 286-289). Mariano de Carvalho, da capital francesa seguiria para Marselha, onde, no dia 12 tomaria o vapor *Amazon* que o levaria a Zanzibar, seguindo depois para Moçambique¹. Como sempre acontecia em situações semelhantes, uma pequena multidão acor-

¹ Aportou em Aden a 23 de Junho e em Zanzibar a 1 de Julho. Aqui visitou o consulado de Portugal, sendo recebido também pelo Sultão local. A 3 de Julho partiu para Lourenço Marques, onde chegou a 11 de Julho de “boa saúde” segundo os telegramas que chegaram da África Oriental.

reu à gare de Santa Apolónia para se despedir do conselheiro, sendo particularmente notada a presença de José Luciano de Castro e do próprio ministro Júlio de Vilhena. Esperava-se que estivesse ausente durante alguns meses, mas a esposa, Rita de Carvalho e os filhos do casal, não acompanharam Mariano de Carvalho neste novo desafio. Para trás deixava um país ainda atónito com a notícia do suicídio do escritor Camilo Castelo Branco, ocorrido na véspera (Carvalho, 1946: 55)², e os políticos entretidos no parlamento a discutir a passagem da *régie* para o regime livre no sector dos tabacos. As relações com a Inglaterra, pelo seu lado, continuavam tensas circulando nas redacções a informação de que o embaixador inglês em Lisboa tinha dado conta ao ministro dos Negócios Estrangeiros do seu desagrado pela missão confiada a Mariano de Carvalho. Indiferente a estas polémicas, este quando chegasse a Lourenço Marques teria à sua disposição uma equipa de vários colaboradores, que partiram de Portugal duas semanas mais tarde, à espera de receber as suas instruções (*Diário Popular*, 10 de Julho de 1890: 1)³.

O governo de Lisboa, em negociações desde Janeiro, a 20 de Agosto, assinou um tratado com a Inglaterra para a delimitação territorial da África meridional. De acordo com a interpretação da oposição, motivada pela onda de histerismo nacionalista de cariz colonial em curso, Hintze Ribeiro, com a ajuda do novo embaixador português em Londres, Barjona de Freitas (Teles, 1968: 216), tinha ido longe demais nas concessões feitas aos ingleses, alienando-se territórios a norte e sul do rio Zambeze, parte importante do distrito de Manica, toda a área do recentemente constituído distrito de Zumbo, toda a Mashona, uma fracção de Sofala e uma porção das dependências do régulo Gongunhana. O acordo previa, igualmente, a liberdade de cultos na região que, assim, ficava permeável à entrada de missionários ingleses e concedia a liberdade de navegação em todos os lagos, rios e canais do Zambeze e Chire, bem como dos seus afluentes. A liberdade de circulação nas estradas, caminhos e vias-férreas da zona estava também prevista, assim como várias despesas relacionadas com as infra-estruturas de comunicações avaliadas em cerca de 30 000 contos. Em termos comerciais o tratado era considerado “ruinoso” para os interesses nacionais, mas esse nem era o aspecto mais importante, que residia na voluntária perda da afirmação de soberania, algo de incompreensível para os progressistas (*Diário Popular*, 22 de Agosto de 1890: 1; Martins, 1942: 62-63). Dadas as circunstâncias do momento, a presença de Mariano de Carvalho, que já se encontrava em Lourenço Marques, criava ainda mais expectativas, enquanto em Lisboa não paravam de aumentar as vozes críticas em relação ao “humilhante” pacto, assim considerado pelo *Diário Popular*, que publicou a versão integral do documento (*Charivari*, 19 de Julho, de 1890: 8; *Diário Popular*, 31 de Agosto de 1890: 1-2). Era o fim do chamado “Mapa Cor-de-Rosa” e das pretensões

lusitanas de reunir os territórios entre Angola e Moçambique numa vasta província sob o controlo português (*Diário Popular*, 2 de Setembro de 1890: 1).

Entretanto, organizaram-se os habituais *meetings* para protestar contra o acordo, dando o governo indicações de que estaria disposto a reprimir pela força todas as manifestações que colocassem em causa a manutenção da ordem pública. A 7 de Setembro, um comício preparado no Porto por Correia de Barros e que juntou pessoas de quadrantes políticos tão díspares como o ultra católico conde de Samodães, o antigo “Vida Nova” Luís de Magalhães, alguns eminentes republicanos e até operários, foi interrompido pela polícia (Moreira, 1998: 295-297).

Associações de interesses por todo o país, ligadas a sectores da indústria, do comércio, da imprensa e da classe médica, apresentaram os seus protestos e até a Sociedade de Geografia fez publicar nos jornais a sua posição opondo-se ao tratado de 20 de Agosto (*Diário Popular*, 11 e 15 de Setembro de 1890: 1)⁴, mas a acção de maior aparato residiu no lançamento da Liga Liberal, constituído em movimento formal de indignação, encabeçada por Augusto Fuschini e que integrava antigos nomes sonantes do Partido Progressista, na altura em ruptura com a Granja, como os de António Enes, Eduardo Abreu, Fernando Palha e do general João Crisóstomo, que passou a presidir à iniciativa (*O Nacional*, 12 de Dezembro de 1890: 1; Noronha, 1913: 189-190; Teles, 1968: 138-141; Vicente, 1999: 156-158).

O facto confirmava à evidência o clima de dissenção entre os da Granja motivada pela questão diplomática. Uma facção, pela voz de Silva Pinto, no *Diário Popular*, culpava José Luciano, ausente na Figueira da Foz desde 22 de Agosto, de ter “abandonado o seu partido na expectativa, no assombro, na desorientação e, de certo modo, na indignação pelo abandono”. O jornal desvinculou-se, naquele momento do Partido Progressista, afirmando-se doravante como “independente”. Esta posição motivou o afastamento imediato da redacção por parte de João Cesário de Lacerda, Mariano Prezado e António Bernardo de Carvalho. Com efeito, o título havia há pouco mudado de mãos, pois tinham entrado “para a propriedade do jornal” António Centeno, o marquês da Foz e o próprio Mariano de Carvalho, que tinha adquirido uma pequena parte, pois até então era apenas o director político da publicação, posição que ocupava desde que o jornal havia sido fundado em 1866. Foi, aliás, por iniciativa de António Centeno que se entendeu separar o periódico da órbita progressista, mas certamente com a anuência do ausente Mariano de Carvalho de quem era um colaborador muito próximo (*Diário Popular*, 13 de Setembro de 1890: 1; *Charivari*, 20 de Setembro de 1890: 79; Pinto, s.d.: 144-146).

O parlamento reabriu a 15 de Setembro, mas antes de se iniciar a sessão gerou-se uma violenta discussão entre os deputados que esteve prestes a degenerar em conflito, apesar do aparato policial visível dentro e fora da sala das sessões. Ainda e sempre a questão colonial dominava a agenda política e ninguém se entendia. Patrulhas das forças da ordem podiam ser encontradas à porta da sede do Partido Regenerador, das casas de Lopo Vaz e Hintze Ribeiro, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do consulado britânico. Os progressistas, pela voz exaltada de José Maria de Alpoim,

² Mariano de Carvalho era amigo pessoal do escritor.

³ Tratavam-se do capitão de Engenheiros Soeiro de Gambôa, do alferes de engenharia Tavares, do tenente de Cavalaria Roma Machado, do 1.º oficial da Caixa Geral de Depósitos Pereira Jardim, do agrónomo Pereira da Cunha e de 4 soldados de engenharia. A expedição era ainda integrada pelo explorador Paiva de Andrade, pelo médico Rodrigues Pinto, por Alexandre de Campos, Albino Augusto Leite, Moreira Feio, pelo inspector de florestas suíço Max Siber, pelo engenheiro de minas francês Guigad Joseph e pelo intérprete holandês Luiz Jordan, que viajaram com Mariano de Carvalho. Como amadores e acompanhando a comitiva a custas próprias encontravam-se também o francês visconde de Breteuil, o barão polaco Henri de Traktensteins e o italiano príncipe de Ruspoli. Estes três aristocratas “janotas” deslocavam-se a África com o único objectivo de caçar. O primeiro conheceu pessoalmente Mariano de Carvalho em Paris, antes deste partir para Marselha, perguntando-lhe se o podia acompanhar. Já o polaco convenceu a condessa de Paraty, em Roma, a obter uma licença junto do ministro da Marinha português para acompanhar a comitiva, juntando-se-lhe, entretanto, o italiano.

⁴ A 14 de Setembro, na redacção de *A Nação*, reuniram-se cerca de 5 dezenas de jornalistas dos principais títulos de Lisboa, para formular o seu protesto. O *Diário Popular* de Mariano de Carvalho esteve representado por Silva Pinto. Entretanto, a 15 de Setembro, muitos estabelecimentos de Lisboa e Belém encerraram as suas portas em sinal de protesto.

colocaram-se imediatamente em oposição ao tratado com a Grã-Bretanha, dando seguimento ao que tinha sido decidido em reunião prévia do centro partidário que, dada a conjuntura efervescente, por proposta de José Bandeira Coelho, estaria aberto todos os dias para discutir o evoluir da situação política. Em casa, o velho general João Crisóstomo, recebeu o apoio da guarnição da capital para formar um novo gabinete (Martins, 1942: 66; Moreira, 1998: 290-291).

O governo não resistiu à pressão⁵. Dentro do próprio Conselho de Ministros havia quem censurasse Hintze Ribeiro por não ter discutido internamente as cláusulas do tratado de 20 de Agosto, que continuava à espera de ratificação parlamentar. António de Serpa ainda tentou um golpe de recurso, procurando substituir o titular dos Negócios dos Estrangeiros. Ele próprio ficaria com a pasta polémica, passando Lopo Vaz para o Reino, entrando Morais de Carvalho e Sanches de Castro para a Justiça e Guerra, respectivamente. Na tarde de 16 de Setembro, o Presidente do Conselho deslocou-se a Sintra para submeter tal plano ao juízo de D. Carlos, mas o soberano achando-se mal disposto, mandou-o regressar no dia seguinte, adiando a resolução da crise. Como combinado, 24 horas mais tarde, António de Serpa, desta vez acompanhado por Lopo Vaz, voltou à vila onde veraneava o rei, mas D. Carlos recusou a solução que lhe foi apresentada, o que importou na demissão de todo o ministério (Martins, 1942: 73-74)⁶.

Começaram imediatamente a circular, como era timbre nestas ocasiões, os primeiros rumores sobre a constituição do novo governo, ganhando consistência as notícias que apontavam para a formação de um gabinete que reuniria o consenso dos principais partidos e que integraria figuras como João Crisóstomo (que continuava a contar com o apoio da guarnição militar da capital), o conde de Casal Ribeiro e Martens Ferrão. Este último, que se encontrava em Roma como embaixador no Vaticano, foi mesmo chamado a Lisboa na expectativa de vir a organizar o futuro executivo. António de Serpa manter-se-ia em funções até à sua chegada, que só ocorreria a 29 de Setembro. Pelo seu lado, José Luciano fez saber que o seu partido não estava interessado em regressar aos Conselhos da Coroa nas presentes circunstâncias, mas que prestaria o apoio à nova administração se esta revogasse a lei que criou o ministério da Instrução, uma das originalidades do governo demissionário "para dar emprego" a João Arroio e, sobretudo, se fosse anulado o chamado "testamento" do ministério da Justiça, uma reforma que criou 28 novas comarcas e nomeou centenas de funcionários. Na prática, nem regeneradores, nem progressistas pareciam muito interessados em se comprometer com a situação. Os "Vencidos da Vida", pelo seu lado, aguardavam uma oportunidade. António Cândido chegou a comparar o momento político vivido com os tempos da Janeirinha (Martins, 1942: 75-81).

Alheio ao desenrolar de mais esta crise, Mariano de Carvalho deu os primeiros sinais de vida a partir do interior de Moçambique. Por telegramas e cartas que enviou para o ministério da Marinha fazia saber que se encontrava em Quelimane de boa saúde. Começou por testemunhar a persistência do comércio negreiro no litoral do território (AHU, Ofício de Mariano de Carvalho, 11 de Agosto de 1890. Arquivo

⁵ A imprensa assumiu um papel fundamental no desgaste do executivo, nomeadamente o *Novidades* de Emídio Navarro que agora não poupou o comportamento de António de Serpa e dos seus ministros na questão do tratado anglo-luso.

⁶ A rainha D. Maria Pia ainda veio a Lisboa para tentar demover o presidente do Conselho a apresentar a demissão antes da apresentação do plano a D. Carlos, mas também não teve sucesso.

Histórico Ultramarino, Moçambique, 1.^a Repartição, pasta 6; Alexandre e Dias, 1998: 102). Depois, após subir o rio Zambeze, manifestou ainda a intenção de se deslocar às minas de Manica, regressando posteriormente a Lourenço Marques (*Gazeta do Sul*, 18 de Setembro de 1890: 1; *Diário Popular*, 24 de Setembro de 1890: 1; *A Esquerda Dinástica*, 7 de Outubro de 1890: 1)⁷. Em consonância com o governador da província (*Gazeta do Sul*, 24 de Agosto de 1890: 1; Paixão, 1965: 3)⁸, o ex-ministro tinha preparado planos que contemplavam a reorganização da circulação monetária e das pautas das alfândegas. Para começar, propunha o estabelecimento de uma carreira de navegação entre a metrópole e Moçambique, "ligando subsidiariamente com esta uma outra para a Índia". Depois, pediu que se impedisse a importação de rupias de Mombaça como forma de preparar a reforma monetária desejada, cujo alcance era o de uniformizar os regimes de Portugal e Moçambique. Posteriormente, enviou um projecto de pautas para os portos de Ibo, Quelimane e Lourenço Marques, com "o objectivo de aumentar as receitas públicas, desenvolver as forças económicas da província e proteger o comércio" e combater a concorrência de Zanzibar e do domínio inglês do Natal. Para terminar, redigiu um plano de reorganização administrativa das possessões portuguesas na África Oriental, segundo o qual se constituiria ali um Estado autónomo, dividido em três províncias. De acordo com o ofício, datado de 31 de Agosto de 1890, que enviou a Júlio de Vilhena, a extensão do território de Moçambique impedia que apenas um governador-geral, ainda para mais "destituído dos mais elementares meios de informação e estudo, sobrecarregado com os mais altos problemas governativos e ao mesmo tempo com os mínimos pormenores da administração local", se concentrasse plenamente na sua gigantesca missão. Daí que Mariano de Carvalho propusesse a constituição de um Estado descentralizado, dividido em três províncias: a do Norte ou Moçambique, a do Centro ou Zambézia e a do Sul ou Lourenço Marques. Existiriam paralelamente três governadores de província, que responderiam perante o governador-geral, que assim, ficaria aliviado das suas múltiplas tarefas. Propunha ainda neste sentido que o Banco Nacional Ultramarino coordenasse os serviços de Tesouraria na região, onde ainda se deveria instituir um Conselho de Fazenda de modo a simplificar o expediente na gerência dos dinheiros do Estado na África Oriental portuguesa. O Tribunal de Contas ficava demasiado longe, de modo que um simples pedido de informação podia demorar meses atrasando "o indispensável julgamento das contas". Este órgão - o Conselho da Fazenda - seria dotado de autonomia bastante, mas ficaria sob a dependência directa do ministro da tutela, impedindo que se transformasse "num Estado no Estado". Para além das suas atribuições consultivas e contenciosas procederia ao exame do orçamento da África Oriental (Paixão, 1965: 7-32).

No seu conjunto, Mariano de Carvalho propunha um original plano de reforma de Moçambique, baseado no conceito da descentralização tão caro ao seu autor embora, "nesse ponto parece que, libertando mais a administração, de nenhum modo prejudicamos a fiscalização indispensável, sendo certo que nem a administração deve ser por

⁷ O seu regresso à metrópole estava previsto para Novembro, mas já se falava de nova missão de Mariano de Carvalho a Angola.

⁸ Tratava-se de Joaquim José Machado, que tomou posse do lugar em 19 de Junho. O novo governador era um profundo conhecedor da realidade local e detinha a particularidade de ter sido aluno da Escola Politécnica de Lisboa. Recentemente, havia sido encarregado de fazer a demarcação da fronteira portuguesa entre o distrito de Lourenço Marques e a província do Transvaal.

tal modo desembaraçada de vigilância que se transforme em abuso, nem tão ajustada a fiscalização que, sem preocupar-se com os mais graves interesses públicos, prejudique toda a acção administrativa" (Paixão, 1964: 139-140; Idem, 1965).

Já em Lisboa, pelo seu lado, Martens Ferrão revelava uma total incapacidade para formar o tão desejado ministério de conciliação. Ambos os "partidos rotativos" ainda prometeram cooperar com ex-embaxador em Roma, mas os progressistas insistiam e faziam depender o seu apoio da revogação da recente reforma judiciária já aludida. Percebendo que ficaria condicionado desde o princípio, Martens Ferrão viu inutilizados os seus esforços e desistiu dos seus intentos a 6 de Outubro (*Diário da Câmara dos Pares*, 15 de Outubro de 1890: 956; Moreira, 1998: 298-299). Houve quem considerasse que, encarregue de organizar o novo gabinete, o antigo embaixador apenas teria simulado fazer diligências para o constituir (Sousa, 1917: 34).

Seguidamente, foi a vez de S. Januário ser indigitado para a pesada tarefa, sem sucesso. Praticamente todos os dias surgiam novas combinações de nomes de futuros ministros e até leitores anónimos se entretinham a enviar os seus palpites para as redacções dos jornais (*Diário Popular*, 6 de Outubro de 1890: 1). Dado o impasse, D. Carlos resolveu chamar João Crisóstomo de Abreu e Sousa, um velho amigo do paço e que era uma voz respeitada pelo Exército, para prosseguir o encargo. Parecia, no entanto, claro que o ambicionado entendimento entre progressistas e regeneradores era uma missão impossível de alcançar.

Depois de várias tentativas infrutíferas, o general, que também esteve para desistir da árdua incumbência, reuniu, finalmente, os escolhidos em sua casa, a 11 de Outubro, para explicar as linhas de acção do seu gabinete. A proeza ficou a dever-se às insistências do rei para que se ultrapassassem de vez os estorvos que impediam a resolução da crise, até porque a situação em Moçambique se tinha, entretanto, complicado e ao apoio que a Liga Liberal emprestou ao seu presidente (Noronha, 1913: 189).

Com efeito, as últimas notícias davam conta de que oito canhoneiras inglesas se encontravam a subir o rio Zambeze e que uma expedição organizada pela *British South African Company* de Cecil Rhodes tinha partido da colónia do Cabo em direcção ao Norte para reconhecer e ocupar a região de Mashona, no distrito português de Manica, entre os rios Zambeze e Limpopo (Alexandre, 1998: 182-183). Para opor resistência aos invasores, as forças portuguesas encontravam-se reduzidas a quatro "chavecós", que seriam metidos ao fundo logo nos primeiros disparos. Mariano de Carvalho ainda foi testemunha de tais avanços, uma vez que os últimos telegramas anunciavam a sua partida de regresso à metrópole para 4 de Novembro (*Diário Popular*, 24 de Outubro de 1890: 1)⁹. Todavia, e embora distante do centro de discussão sobre a polémica do momento, em carta que enviou de Quelimane, considerava o Tratado anglo-português de 20 de Agosto como "deplorável", uma vez que alienava em Moçambique as regiões mais ricas em minérios e em melhores condições de salubridade. Considerava-o mesmo "pior que o Ultimato", mas "uma coisa havia pior que era a sua rejeição". Apesar de não concordar com o acordo, nas presentes circunstâncias,

⁹ Contudo, chegou à colónia do Cabo apenas a 9 de Novembro, onde embarcou no vapor *Malange* em direcção a Luanda, tendo aportado em Angola a 16 de Novembro. Como curiosidade refira-se que não conheceu esta cidade, visto não ter desembarcado devido a uma epidemia de varíola que grassava na zona. Entretanto, em Lisboa e na sua ausência, o Conselho de Administração da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Portugueses decidiu suprimir o cargo de administrador delegado, nomeando uma comissão executiva para acompanhar e resolver os actos de gestão. Mariano de Carvalho, ainda que à distância, era nomeado administrador efectivo.

qualquer entendimento era melhor do que nenhum. A deflagração de um conflito armado com os ingleses naquela região, cujo risco de acontecer era sério, significava, pela falta de recursos militares nacionais, o fim de todas as aspirações portuguesas sobre a Zambézia (*Jornal das Colónias*, 19 de Outubro de 1890: 1; Idem, 2 de Novembro de 1890: 1; *Diário Popular*, 27 de Outubro de 1890: 1).

Em Lisboa, a missão de João Crisóstomo à frente do governo assumia, então, foros, de alto patriotismo. Ele próprio, que já não podia ostentar o protagonismo progressista de outros tempos, aceitou ficar com as pastas da Presidência e da Guerra, uma necessidade do momento; António Cândido, o homem da "Vida Nova" e dos "Vencidos da Vida" (Martins, 1942: 85)¹⁰, foi indicado para o Reino e para a Instrução Pública (a título interino); António Emílio de Sá Brandão, na altura presidente do Supremo Tribunal de Justiça e um ex-cabralista encabeçou, naturalmente a Justiça; José de Melo Gouveia, o antigo avilista, e presidente da Assembleia-Geral do Montepio foi o escolhido para a Fazenda; António Enes, uma voz independente dentro da família progressista ficou com a sensível pasta da Marinha; José Vicente Barbosa do Bocage, uma figura conhecida e experimentada, mas da segunda linha do Partido Regenerador e Tomás Ribeiro, muito próximo do "Porto Franco" (aliás como Sá Brandão), foram nomeados para os Negócios Estrangeiros e Obras Públicas, respectivamente.

Tratava-se de um executivo equilibrado, mas suficientemente heterogéneo em termos políticos e de traquejo governativo. O Presidente do Conselho, na altura com 79 anos, podia exibir um vasto currículo ministerial, o mesmo sucedendo com outros três colegas. No aspecto partidário, também se percebia algum cuidado em fazer representar as várias sensibilidades de forma ponderada, uma vez que estavam presentes duas figuras com antecedentes progressistas, um regenerador, um "Vencido da Vida Nova" (Martins, 1942: 86; Cabral, 1943: 218-219)¹¹, um ex-avilista e dois seguidores de Manuel Vaz Preto (Dias, 1971: 27-31)¹². A opinião pública logo baptizou o gabinete pela qual, sobretudo, José Luciano e António de Serpa não se desejavam responsabilizar, embora a apoiassem por falta de alternativas (*O Português*, 13 de Fevereiro de 1891: 1). "Extra-partidário" significava na época que se tratava de uma solução gerada fora da esfera tradicional dos partidos monárquicos, mas onde estes se encontravam devidamente representados, aspirando, inclusivamente, a influenciar e condicionar as suas decisões.

Assim sendo, os escolhidos seriam bem recebidos no parlamento a 15 de Outubro. Na câmara dos deputados, Emídio Navarro declarou que os da Granja iriam adoptar uma atitude benévola para com os novos ministros, o mesmo prometendo António de Serpa na câmara dos pares em relação aos regeneradores. João Crisóstomo, para transmitir uma imagem de seriedade, teve de renegar o apoio da Liga Liberal, considerada demasiado radical nas suas propostas. As relações com a Inglaterra, pelo seu lado, entravam agora num período de maior pacificação, por via do acordo de *status quo* assinado entre Lord Salisbury e Luís de Soveral, o substituto de Barjona de Frei-

¹⁰ Os "Vencidos da Vida" atravessavam agora um bom momento político ao verem ainda nomeado como embaixador em Londres, depois da recusa de Martens Ferrão, de Luís Pinto Soveral.

¹¹ António Cândido fora acusado por José Luciano de Castro, com quem mantinha relações pessoais de amizade, de alimentar agora simpatias pelos regeneradores e pelo "Porto Franco", queixas que o próprio considerou injustas.

¹² Vaz Preto tinha-se afastado da órbita de João Franco no Verão de 1889.

tas em Londres (Teles, 1990: 120; Vicente, 1999: 159-161)¹³, convenção essa que previa a imediata liberdade de circulação no Zambeze e no Chire. Apesar do tratado de 20 de Agosto já apontar nesse sentido, os progressistas, contraditoriamente, apoiavam agora a medida apenas porque ela tinha sido negociada por um governo de conciliação e porque fora alcançada por via da mediação das principais potências europeias. Apesar de acolhido com benevolência, o governo não começou bem. Logo a 24 de Novembro, Melo Gouveia abandonou a pasta da Fazenda, alegadamente por motivos de saúde (sofria da bexiga), mas a imprensa regeneradora tinha outra explicação para o facto adiantando que José Luciano tinha pressionado a saída de modo a entregar a pasta a Mariano de Carvalho quando este chegasse a Lisboa. Comentou-se que o escolhido para a substituição temporária seria o conde de Valbom ou mesmo Oliveira Martins (Monteiro, 1944: 192)¹⁴, o que significava a entrada de um nome com maior peso político, mas o eleito seria outro. Assim, a nomeação do reputado professor progressista Augusto José da Cunha (fora mestre de D. Carlos), que regressava a um lugar que conhecia, denunciava que se tratava mesmo de uma solução de transição até que o “novo nauta” dobrasse o Cabo da Boa Esperança e aportasse em Lisboa. “Esse nauta era o sr. Mariano de Carvalho” (Fuschini, 1899: 108).

A explicação para se ter adiantado o nome do delegado do governo em Moçambique era simples de antecipar. O novo ministro tinha de lidar imediatamente com um problema concreto que derivava da instabilidade que se havia instalado nos meios financeiros internacionais por via das dificuldades em que caíra a *Baring Brothers* de Londres, casa que funcionava como autêntico “banqueiro de Portugal” (*A Revolução de Setembro*, 20 de Novembro de 1890: 1; Teles, 1901: 208). Em consequência desta crise, agravada pela progressiva diminuição das remessas dos emigrantes brasileiros desde 1889 (Pereira, 1981: 36-47; Alves, 1994: 275-286)¹⁵, os fundos nacionais em Londres e Paris sofreram uma rápida descida das suas cotações, cujo alcance ainda era difícil de determinar em toda a sua extensão. A avaliação dos títulos de 3 % da dívida fundada, em Londres, que em 1890 se fixara nos 62,5 %, caíra para os 48 % no ano seguinte (*Diário Popular*, 18 de Novembro de 1890: 1; Ribeiro, 1898: 71-72; Sousa, 1916: 420). A somar a estes dois factores de perturbação, somava-se agora um terceiro, pois eram já indisfarçáveis os efeitos do agravar da balança comercial, por via do acentuado crescimento das importações e diminuição das exportações, verificados a partir de 1885-1886 (Mata, 2002: 33-42).

O Estado passou a ter um problema grave de tesouraria para resolver no curto prazo. Como depois o ministro veio reconhecer ao parlamento, em Novembro de 1890, a dívida flutuante chegara aos 33 800 contos, havendo que angariar meios para pagar o *coupon* que vencia a 1 de Janeiro (*Diário da Câmara dos Deputados*, 6 de Março de 1891: 6). Do ponto de vista político, depois do *Diário Popular*, interinamente sob o

¹³ Barjona de Freitas pediu a demissão do lugar de embaixador em Londres aquando da queda do ministério liderado por António de Serpa. A convenção, da autoria de António Enes e anunciada a 29 de Outubro, ficou conhecida com o nome de “*Modus Vivendi*”, mas logo seria baptizada com o apelido de “*Modus Moriendi*”.

¹⁴ Oliveira Martins encontrava-se muito desanimado com o rumo que a política nacional tomara nos últimos tempos. Depois da “orgia fontista” veio o “desvario progressista” que deu cabo do resto “da reputação que havia no pessoal político português”. O próprio reconhecia que a sua influência política já tinha conhecido melhores dias. “Fui recebido à gargalhada, assim que o Braamcamp morreu”, desabafou para o conde de Casal Ribeiro.

¹⁵ Em 1889, o Brasil mergulhara numa crise política que veio a afectar o sector das exportações de café, o que se traduziu numa redução do fluxo de remessas monetárias dos emigrantes. Este dinheiro era indispensável para o serviço da dívida externa pelo que a sua diminuição teria consequências desastrosas.

controlo de Mariano Pina até que Mariano de Carvalho chegasse de Moçambique, ter anunciado o seu afastamento definitivo do Partido Progressista, esta poderia ser a forma encontrada por José Luciano para segurar Mariano de Carvalho do lado da Granja, na tentativa de evitar a secessão interna e, simultaneamente, para procurar influenciar os destinos governamentais de uma forma mais eficaz.

A apoteose: “uma curiosidade doida de ver Mariano de Carvalho”

Alheio às movimentações que rodearam a formação do governo extra-partidário, um grupo composto por algumas dezenas de personalidades, reuniu-se a 30 de Novembro, por iniciativa de Silva Amado, Luís Eugénio Leitão e João da Mota Gomes Júnior, nas salas da redacção do *Comércio de Portugal*, propriedade do visconde de Melício, para preparar uma recepção grandiosa de boas-vindas a Mariano de Carvalho, cuja volta estava por dias. Ficou decidido que uma comissão executiva, onde pontificavam, entre outros, Pereira de Miranda, António Centeno, Pereira Carrilho, Fernando Palha, Mariano Prezado e os promotores do encontro, tomaria para si o encargo de organizar uma solenidade para assinalar a ocasião.

Planeava-se que no dia da chegada a Lisboa, os amigos e admiradores de Mariano de Carvalho fossem em vapores esperá-lo à entrada da barra, formando um cortejo fluvial que o acompanharia no desembarque, previsto para o Terreiro do Paço, seguindo depois a comitiva em trens até à sua residência, de onde partiriam para um jantar de “regozijo pelo seu regresso”. Numa altura em que se discutiam as opções de Augusto da Cunha no ministério da Fazenda, esta acção representava uma inequívoca demonstração de apoio ao ex-ministro, à sua linha política e ao patrocínio de um eventual regresso nos Conselhos da Coroa.

A viagem de regresso, entretanto, prosseguia sem sobressaltos de maior. A 2 de Dezembro, o vapor *Malage* aportou na ilha de São Vicente, em Cabo Verde, atarracando quatro dias mais tarde no Funchal, onde o esperava uma intensa agenda social. Com efeito, pouco passava das 11.00h. da manhã do dia 6 de Dezembro quando a primeira girândola de foguetes anunciava a aproximação do navio que transportava Mariano de Carvalho. Assim que foi avistado uma comissão de recepção, integrada por autoridades civis e militares, dirigiu-se a bordo para o cumprimentar. Uma hora mais tarde, a comitiva “saltou” para o vapor *Lobo*, “embandeirado em arco”, dirigindo-se o navio para a escada do porto de abrigo. No preciso momento em que Mariano de Carvalho pisou terra, nova salva de foguetes assinalou o momento ao mesmo tempo que a banda de Caçadores 12 tocava o hino da Carta Constitucional. O governador civil também se encontrava à espera para felicitar o mais recente “africanista” do reino. O cortejo que então se formou dirigiu-se para casa de António Gonçalves de Almeida, onde o homenageado iria pernoitar, em carros puxados por bois. Em frente do edifício, outra fanfarra ensaiava o mesmo hino.

O visitante agradeceu a recepção, enquanto um aluno da escola Médico-Cirúrgica do Funchal leu mais um discurso de boas vindas e de felicitações pelo sucesso da missão que Mariano de Carvalho acabara de desempenhar em Moçambique. Depois dos agradecimentos devidos e não dando sinais de cansaço ainda teve forças para visitar o hospício D. Maria Amélia; a fábrica de vinhos do conde de Canavial, onde foi obsequiado com uma prova de um vinho da Madeira de 1774; o depósito de emi-

grantes que se destinam a Moçâmedes, em Angola; o jardim municipal, a Associação Comercial local e as obras do cais do Funchal, acompanhado neste último evento pelo presidente da câmara, o visconde de Vila Real. Ao fim da tarde marcou presença num baile em sua honra, que teve lugar no clube *Funchalense*, organizado pelo visconde de Torre Bela. Para o povo, foram preparadas festividades ao ar livre em frente do teatro D. Maria Pia e no largo de S. Sebastião, onde actuaram várias bandas até às 10.00h. da noite perante "numerosa concorrência de povo" (*Diário Popular*, 1, 3, 7 e 11 de Dezembro de 1890: 1-2).

Entretanto, a "manifestação de simpatia" que se preparava em Lisboa tomava proporções extraordinárias. Na Associação Industrial, a 6 de Dezembro, em vista do número crescente de adesões, a comissão promotora da solenidade decidiu fretar uns quantos vapores a várias empresas para acompanhar a entrada do *Malange* no rio Tejo. Estava, inclusivamente, prevista a actuação de uma banda a bordo de um desses navios para alegrar o ambiente. A própria Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, onde Mariano de Carvalho se mantinha como director, deveria, igualmente, conceder feriado aos seus trabalhadores no dia da chegada, reservando esta empresa também um barco para nele tomarem lugar todos os empregados que desejassem participar na manifestação. Por fim, no salão do Teatro da Trindade, um jantar de 200 talheres encerraria a celebração.

Mariano de Carvalho chegou triunfalmente a Lisboa, a 10 de Dezembro de 1890, como previsto. O *Diário Popular* comemorou o facto ilustrando toda a primeira página da edição do dia seguinte, que se esgotou rapidamente, com uma gravura do seu director político da autoria de F. Pastor. O "atleta da polémica" estava de regresso, sendo louvado pelos seus inúmeros méritos enquanto professor, jornalista e político. O seu nome tinha sido lembrado várias vezes quando surgiram as complicações financeiras durante os últimos meses. Depois de "amaldiçoado" em 1889, era agora evocado com esperança. Não havia questão importante nos últimos 25 anos da vida do reino que ele não tivesse abordado nas páginas dos jornais. A sua missão a África, esperava-se, deveria contribuir para um mais sólido conhecimento da realidade ultramarina, mas o momento actual encontrava-se repleto de "espinhos, de dúvidas e de ansiedade". Era a primeira vez na época moderna que um político de primeira grandeza nacional conhecia ao vivo e tomava extenso conhecimento da realidade colonial (*Pontos nos ii*, 13 de Dezembro de 1890: 396-397)¹⁶. D. Luís tinha passado brevemente por Cabo Verde e Angola, mas na época nem sequer era ainda rei. Agora, em tempo de crise, a pátria carecia da mais ampla dedicação dos seus filhos e deles só se deveria esperar empenho e generosidade como resposta às dificuldades. A opinião de Mariano de Carvalho sobre os últimos acontecimentos era, por todos os motivos, aguardada com grande expectativa, mas em causa encontrava-se bem mais do que isso, percebendo-se que estava em marcha um amplo movimento de apoio, que implorava pelo seu retorno a cargos de responsabilidade executiva.

O *Diário Popular* exaltou a personagem, pois "a recepção que ao regressar lhe fizeram os seus admiradores e amigos, excedeu no brilhantismo da forma, no caloroso do

entusiasmo, na espontaneidade efusiva das manifestações, tudo quanto temos presenciado em festejos idênticos feitos a quaisquer individualidades, a quem a simpatia e a consideração públicas tenham mais alto elevado no pedestal da sua admiração ou na glorificação dos seus feitos". Se a ocasião serviu como teste à popularidade de Mariano de Carvalho, este tinha passado com distinção em tal prova.

Logo pelas 8.00h da manhã a cidade fervilhava numa agitação pouco comum. Uma multidão dirigiu-se para o rio para tomar lugar nos vapores que se prepararam para deixar o cais. Uma flotilha composta por 18 navios embandeirados, a bordo dos quais embarcaram sensivelmente 4000 pessoas, escoltou o paquete desde Paço de Arcos. A comissão promotora seguia a bordo do *Lusitano*, sendo a esposa de Mariano de Carvalho acompanhada pela família Moser. Várias embarcações levaram bandas que tocaram animadamente. De praticamente todas elas foram lançados foguetes. Mariano de Carvalho saudou todos os que ia reconhecendo, agitando o boné perante os vivas à sua pessoa. Cerca das 11.00h da manhã e depois de cumpridas as formalidades pelas autoridades de saúde, o *Malange* virou para bombordo e subiu o rio precedido dos vapores num cortejo "imponente", atracando no cais da alfândega. O ministro da Marinha da altura, António Enes, subiu a bordo abraçando "efusivamente" o regressado com quem conversou durante cerca de meia hora (*Charivari*, 20 de Dezembro de 1890: 180-181). O entusiasmo era desmedido, segundo a reportagem pouco imparcial do *Diário Popular*, "no pontal a multidão era enorme. Mariano de Carvalho ia sendo positivamente esmagado pela massa compacta de admiradores e entusiastas que queriam apertar a mão e abraçar o recém-chegado. Alguns membros da comissão tiveram de empregar esforços extraordinários para conseguir rasgar caminho por aquela onda de gente. Os vivas eram constantes; a música da guarda municipal tocava o hino da Carta no corredor de saída; da multidão que se apinhava fora, e a polícia continha a custo, partiam também saudações calorosas. Havia uma curiosidade doida de ver Mariano de Carvalho". O Terreiro do Paço encontrava-se todo cercado de trens em duas filas e nas imediações da saída da estação fluvial era impossível passar. Uma multidão calculada em cerca de 10.000 curiosos juntara-se para presenciar a cena.

Veio gente da Abrigada (terra natal de Mariano de Carvalho), Rio Maior, Cartaxo, Almada, Sesimbra, Santarém e outras localidades. Mariano de Carvalho seria trazido até à porta do ministério do Reino "quase no ar". Para chegar à carruagem que lhe estava destinada, bem como à mulher e aos filhos, teve de entrar por uma porta do dito ministério e sair por outra, tal a confusão instalada. Na Rua do Ouro, a procissão de mais de 200 trens saiu em direcção à Rua Formosa, sua residência (*Diário Popular*, 11 de Dezembro de 1890: 1; *O Sorvete*, 14 de Dezembro de 1890: 4-5)¹⁷. Nos dias seguintes recebeu dezenas de cartas e telegramas de felicitações enviadas por parentes, amigos e anónimos, oriundos de todos os cantos do reino, pelo regresso à pátria (BNP, Espólio de Mariano de Carvalho, mss 43, n.º 14).

¹⁶ O regresso apoteótico de Mariano de Carvalho foi saudado, inclusivamente, por aqueles que antes se entretiveram a glosar a sua figura. Rafael Bordalo Pinheiro associou-se às manifestações, ilustrando as páginas centrais do seu jornal, que poucas referências fizera ao agora africanista desde o caso da "Outra Metade", com a reportagem da chegada.

¹⁷ A chegada em "delírio" de Mariano de Carvalho também foi glosada pela imprensa humorística. A entrada em Lisboa do grande "estadista-jornalista; antigo poder oculto; inimigo-amigo do rei - O da capa!" tinha sido motivo de festa. Houve música a rodos e só foguetes foram 4000. O seu semblante vinha "alegre e saudável", assim como mais "nutrido" e queimado" pelo sol africano. Naquele dia de regozijo não houve aulas porque os professores se tinham deslocado ao cais para presenciar a cena e até a alfândega rendeu menos. O povo parecia feliz e cantava "Mariano chegou, em Lisboa desembarcou". Depois de ter percorrido "metade" de África, só faltava agora aparecer "a outra metade".

Mariano de Carvalho continuava a capitalizar em proveito próprio, os apoios políticos angariados durante a sua recepção. Assim, os seus amigos resolveram estender as solenidades em sua honra até à véspera de Natal, promovendo um gigantesco jantar de apoio no teatro da Trindade em Lisboa. Os salões foram decorados por Rafael Bordalo Pinheiro. Mais de 200 convivas escutaram vários brindes, tendo o conselheiro Silva Amado posto em relevo os talentos do jornalista, do parlamentar e do homem de Estado. José Luciano, Pereira de Miranda, o conde do Restelo e Ressano Garcia, os homens fortes do Partido Progressista, significativamente, encontravam-se entre os que participaram no repasto. Os amigos também não faltaram, notando-se na assistência Fernando Palha, o conde de Moser, Mariano Pina e Mariano Prezado, entre dezenas de outros. Das ausências mais notadas, salientou-se a de António Enes, alegadamente por não se achar de boas relações com Júlio de Vilhena.

Foi um Mariano de Carvalho sensibilizado que agradeceu a consagração e as palavras do organizador, seguindo-se uma alocução de José Luciano de Castro, estrategicamente sentado à esquerda do homenageado, que também prestaria os seus respetos ao correligionário de partido (*O Sorvete*, 28 de Dezembro de 1890: 8; Paixão, 1965: 5). Por fim, escutou-se Júlio de Vilhena, o ministro que o havia nomeado para a missão. Este relevou a questão colonial, destacou o papel civilizador de Portugal em África e salientou a campanha de Mariano de Carvalho como essencial para uma melhor compreensão do problema africano (*Diário Popular*, 25 de Dezembro de 1890: 1; *O Nacional*, 26 de Dezembro de 1890: 1). Para todos os efeitos, era a primeira vez que um estadista da importância de Mariano de Carvalho visitava demoradamente o Ultramar (*Diário de Notícias*, 11 de Dezembro de 1890: 1; *O Nacional*, 17 de Dezembro de 1890: 1 e Telo, 1991)¹⁸.

O “africanista”

Quando o parlamento reabriu, em 2 de Janeiro de 1891, este foi novamente o tema central do discurso da coroa. Preparava-se, então, uma expedição militar composta por cerca de 400 soldados, que partiria em meados do mês para Moçambique. Mariano de Carvalho, agora que se tinha tornado um especialista na matéria, por observação directa, advertia que o perigo maior para a afirmação do domínio português na zona não derivava da ameaça inglesa, mas sim da “propaganda muçulmana”, especialmente sentida na região de Cabo Delgado a norte (*O Nacional*, 27 de Dezembro de 1890: 1; BNP, Reservados, mss 146, carta n.º 303)¹⁹. Esta influência, que crescia de dia para dia e podia ser considerada “contínua e sistemática”, não se fazia apenas sentir no domínio político, mas também no social e no plano económico. Na própria Lourenço Marques, capital da província, existiam mais “construções consagradas ao culto muçulmano” do que igrejas católicas. Podiam ser, frequentemente, encontrados velhos a ensinar a lei do Corão às crianças e pelas ruas “se topam pretos que no vestuário mostram ser

¹⁸ Falava-se que em Maio de 1891, Mariano de Carvalho tencionava partir rumo à África Ocidental para completar a sua missão.

¹⁹ Quando chegou à Europa, Mariano de Carvalho passou a ser convidado para falar em público sobre as questões africanas. O primeiro convite partiria do Centro Comercial do Porto, ficando o ex-comissário régio de se deslocar ao norte do país no final de Janeiro depois de regressar de Paris, onde pretendia ir no início do ano. Agora, o “africanista” permitia-se dar conselhos ao ministro António Enes sobre assuntos relacionados com a administração de Moçambique.

mouros”. A escola portuguesa seria, comparativamente, pouco frequentada, contando com um número reduzido de professores, a esmagadora maioria mestiços. Fora das portas da cidade, a influência islâmica afigurava-se ainda mais intensa (*Portugal Agrícola*, Julho de 1891: 218-222)²⁰.

O analista explicava o sucesso da religião maometana por razões históricas, uma vez que a presença dos muçulmanos na região era mais antiga do que a dos europeus, e por razões sociais, pois a religião permitia a poligamia, porque os seus dogmas de fé eram “mais acessíveis a espíritos rudes e ainda porque o preto assim convertido fica dispensado de trabalhar e veste melhor”. Este estado de coisas era agravado pelo desleixo português na catequização das populações autóctones e pela inutilidade do ensino primário ministrado. Do ponto de vista da organização política e económica, Mariano de Carvalho chamava, igualmente, a atenção para o facto de que estes povos não eram “indisciplinados”, encontrando-se agrupados em numerosas “confrarias”, cujos membros seguiam ordens de forma cega emanadas por árabes, originários de tão longe como o Sudão ou Meca. No dia em que fosse dada a ordem de sublevação a estas populações, a soberania portuguesa no local correria enormes perigos. Nas zonas mais afastadas da costa, “o preto gentio” parecia mais dócil, submisso, respeitador do europeu, ao mesmo tempo que aceitava o trabalho quando não o maltratasse e lhe pagassem, ainda que modestamente (cerca de 80/90 réis por dia). Quando o oprimiam, fugia. Então desde que caíam sob a influência muçulmana, revelavam a tendência para se rebelarem e desafiarem a autoridade branca. Tratava-se de um retrato bastante impressionista sobre a vida em Moçambique. Esta análise parecia não ser compreendida na metrópole. Portugal, caso não repensasse a sua estratégia de afirmação religiosa e cultural por via do ensino naquela zona de África, corria sérios riscos de perder aspirações a em manter a sua influência local (*Diário Popular*, 15 de Dezembro de 1890: 1; Idem, 12 de Janeiro de 1891: 1; Aguiar, 1891: VII-XXI)²¹.

Todavia, a supremacia islâmica não seria igual em todo o território, de acordo com o seu ponto de vista. Em Quelimane, mais próximo da costa, era até bastante reduzida, embora não se pudesse afirmar que ali predominava o elemento cristão sobre o mouro, mas havia algo a fazer para melhorar este quadro. Em Sofala, no sul, nem se poderia falar em ascendente muçulmano, o mesmo se aplicando ao vale do Zambeze, onde o gentio não era preponderante. Para quem visitava a zona, parecia que a invasão maometana tinha sido interrompida pelo rio. Tudo se explicava, mais uma vez, por razões que só a História permitia compreender. A instituição dos chamados “Prazos da Zambézia”, cujos donatários desde remotos tempos exerceram grande influência junto dos indígenas tinha estancado a torrente moura. No passado recente, tendo sido extinta a instituição dos ditos prazos, acabando-se até em geral com os arrendatários que foram substituídos por administradores nomeados pela “autoridade”, logo se começou a notar em Quelimane um aumento do elemento mourisco e até os comerciantes que professam esta fé se aventuravam com mais facilidade na região, onde em épocas anteriores nem se arriscavam a entrar.

²⁰ O “Poder Oculto” chegou a publicar artigos na imprensa sobre a temática colonial.

²¹ Já anteriormente tinha escrito sobre o estabelecimento das linhas de navegação entre Lisboa e Moçambique, sobre as vantagens da viagem pelo Canal do Suez, da desvantagem do percurso pelo Cabo e do aproveitamento dos indígenas como soldados da coroa portuguesa.

Júlio de Vilhena, conhecedor do problema, enquanto ministro, tratou de restabelecer, com algumas modificações, o sistema de arrendamento dos prazos, mas para que a situação na região atingisse um nível satisfatório, a metrópole teria de investir mais em meios militares, na catequese e na difusão da escola cristã. Tudo dependia do aproveitamento que Lisboa fizesse da reorganização dos prazos porque "é neste meio de óptima gente, fácil de dominar pelo português, que devemos estabelecer uma base sólida do nosso império, tanto economicamente porque a Zambézia com as qualidades do seu clima e do seu solo e a índole do seu povo deve ser o país mais rico do mundo" (*Diário Popular*, 13 de Janeiro de 1891: 1; Papagno, 1980).

Agora era tempo de gerir a sua carreira política. A 13 de Janeiro, Mariano de Carvalho foi convidado para visitar uma fábrica de garrafas na Amora, o que podia ser interpretado como mais um sinal simbólico do prestígio, entretanto, acumulado, mas a 14 de Janeiro sofreu um rude golpe com a esperada morte de sua mãe. O cortejo fúnebre, que saiu da igreja de São Nicolau, em Lisboa, para o cemitério dos Prazeres, seria bastante concorrido. No total, foram vistos mais de 200 trens. Todas as classes sociais, do funcionalismo ao jornalismo, Exército e Marinha, Comércio e Indústria, se achavam representadas. O Partido Progressista enviaria os seus mais destacados dirigentes. D. Carlos e D. Amélia também endereçaram um telegrama de condolências à família enlutada. A grandeza da manifestação de pesar, para além do tributo a D. Maria Amália de Carvalho, traduzia nova grandiosa homenagem de estima e consideração política ao director do *Diário Popular* (*O Nacional*, 15 de Janeiro de 1891: 1).

Este, no jornal, prosseguiu as lições diárias sobre a forma mais correcta de proceder à colonização dos territórios africanos. Segundo a sua opinião, não seria fácil atacar o governo por enviar gente para Lourenço Marques antes mesmo de se ter presente um qualquer plano do que fazer a seguir, porque as passagens eram pagas pelo Estado, mas não podia concordar com a actual política de povoamento dos territórios ultramarinos. Em primeiro lugar era necessário definir os termos do que se estava a tratar. Que tipo de colonização Portugal incentivava na época? Tirando o caso do planalto de Moçâmedes, em Angola, onde um conjunto de famílias brancas se tinha fixado com o objectivo de ali permanecer e desenvolver a região, em toda a África lusitana existia a emigração individual, que consistia em indivíduos que apenas procuravam enriquecer rapidamente para regressar à Europa na primeira oportunidade. O ministério da Marinha até promovia a ida de colonos para Lourenço Marques, mas ali chegados mais ninguém queria saber destas pessoas, que apenas levavam consigo pás e enxadas. A maior parte dos colonos da cidade e suas imediações seriam madeirenses muito pobres que se destinavam à agricultura, mas que do assunto sabiam muito pouco. Também viajavam alguns operários e artistas, mas estes eram minoritários e de extracção social duvidosa. Muitos seriam criminosos fugidos à justiça. Quando estes grupos aportavam em Lourenço Marques eram literalmente lançados à sua sorte. Os que podiam fugiam para o vizinho Transval, onde pediam emprego aos *boers*. Muitos tornavam-se criados ou dedicavam-se ao comércio, não fazendo qualquer uso dos instrumentos agrícolas que levavam de Lisboa. No fundo, quem lucrava com esta situação era o Transval e não o Estado português que, em bom rigor, financiava o recrutamento de emigrantes na região. Assim, nem se colonizava, nem se estabelecia em Lourenço Marques um domínio português forte. Não adiantava enviar indivíduos desenraizados, mas famílias inteiras. Depois não podiam ser despachados

para uma área qualquer, mas para locais previamente escolhidos. O clima, por via do calor e da humidade, bem como o paludismo, não podiam ser factores negligenciados. Para além disso, teria de se ter em conta a altura do ano mais propícia para a viagem, evitando as chuvas que se abatiam sobre a região entre Outubro e Março. De outro modo, o ministério da Marinha cometeria um "verdadeiro atentado" ao conceder passagens indistintamente em todas as épocas do ano, concluindo que "mandar colonos só é bom, quando se cuida do que se manda, do sítio para onde se manda, como se manda: de outro modo é desperdício, descrédito e desumanidade" (*Diário Popular*, 18 de Janeiro de 1891: 1; Aguiar, 1891: VII-XXI).

Outro problema que se colocava, como vimos, era o da propaganda cristã. De nada servia destacar padres da Índia ou missionários educados em Sernache do Bom Jardim, que seriam óptimos para parouquiar em povoações civilizadas, mas que nada sabiam sobre como catequizar o gentio em tais paragens. A norte de Quelimane não era difícil encontrar mouros que convertiam os autóctones e ensinavam suahili, enquanto os eclesiásticos católicos se limitavam a ensinar português, latim e teologia e a praticar "actos indecorosos" sem utilidade ou aproveitamento. Custavam dinheiro ao Estado e limitavam-se a pregar em latim ou a dizer missa em português, sem que ninguém os entendesse. Isto nem seria o pior, pois havia o hábito de atentar ao pudor de mulheres casadas ou de ao cair da noite saírem cantando "dominus vobiscum, vamos à bisca", indo depois para casas de jogo. Muitos tombavam ébrios nas ruas. Em Moçambique, assistia-se ao triste espectáculo de existirem missionários sem convertidos e escolas sem alunos, ou seja, um clima de geral desmoralização, "tudo filho das nossas falsas ideias e da nossa detestável incúria" (*Diário Popular*, 19 de Janeiro de 1891: 1).

Entretanto, o mundo dos negócios voltava a reclamar a sua presença. Entre 21 de Janeiro e 12 de Fevereiro esteve ausente do país, deslocando-se a Paris e à Bélgica na companhia de Dantas Baracho e António Centeno. Ia incumbido por Augusto José da Cunha para negociar com o *Crédit Lyonnais* os termos de um empréstimo que preparasse a adjudicação do monopólio dos tabacos. O conde de Burnay, enviado antes pelas "mãos incapazes" de João Franco, tinha chegado primeiro e já se encontrava na capital francesa a ajustar o negócio com o *Comptoir d'Escompte* conseguindo a melhor proposta (*O Nacional*, 12 de Fevereiro de 1891: 1-2; *O Português*, 17 de Fevereiro de 1891: 1; *Diário Popular*, 15 de Fevereiro de 1891: 1; Fuschini, 1899: 99-101; Ramos, 1994: 165)²². O "Poder Oculto" não testemunhou, pois, a insurreição militar de cariz republicano que ocorreria no Porto a 31 de Janeiro e que segundo João Chagas, exageradamente, marcava "efectivamente o fim do sistema liberal, em Portugal" (Chagas e Coelho, 1901: 453). O *Diário Popular*, embora com o seu director ausente, colocou-se ao lado do governo em nome da integridade das instituições (*Diário Popular*, 8 de Março de 1891: 1)²³. Na capital francesa, a reacção de Mariano de Carvalho teria sido

²² Em Paris, Mariano de Carvalho concedeu uma interessante entrevista ao *Petit Journal*, onde deixou claro o seu ponto de vista sobre a questão de Moçambique e as relações entre Portugal e a Inglaterra. Já sobre finanças, segundo a imprensa lisboeta, ter-lhe-ia sido confiada a incumbência de "formular e entabular negociações para uma operação em que se pudesse conseguir a consolidação da dívida flutuante sem se recorrer à consignação de rendimentos especiais". Todavia, em virtude do falhanço da sua missão, o *Diário Popular* veio desmentir esta versão dos acontecimentos não comprometendo o seu director. Mariano de Carvalho teria estado fora para tratar de assuntos pessoais "e do actual ministro da Fazenda só aceitou a comissão de tomar e dar informações", apesar de ter sido convidado pelo governo para uma alegada "missão oficial".

²³ Mais tarde, na qualidade de deputado pelo Cartaxo, Mariano de Carvalho receberia uma mensagem de felicitações, oriunda de Rio Maior, pelo malogro da revolta do Porto para ser entregue ao rei.

bem diferente. Conforme Serpa Pinto relatou indignado a D. Carlos, o “Poder Oculto” tinha sido avisado da iminência da movimentação republicana em Portugal uns dias antes da mesma ocorrer, aproveitando a ocasião para jogar na baixa dos fundos portugueses na bolsa de Paris (IANTT, Arquivo da Casa Real, ms., cx. 7439, cp. 920, doc. 11). Depois de controlar a situação, o presidente do Conselho procurou António de Serpa e José Luciano, na qualidade de líderes dos principais partidos, para lhes comunicar que o seu governo estava disposto a pedir a demissão ao rei se algum deles, ou os dois, se quisessem encarregar de formar novo ministério. Ambos os chefes fizeram saber a João Crisóstomo que não aceitariam tal incumbência nas actuais circunstâncias e que o gabinete deveria permanecer em funções, confiando-lhes o declarado apoio dos seus partidos.

D. Carlos chamou António de Serpa e José Luciano ao paço, onde estes mantiveram a sua firme disposição de ajudar o governo a ultrapassar as dificuldades do momento: assegurar a manutenção da ordem pública, resolver a questão inglesa e consolidar a dívida flutuante. Ficavam, assim, criadas as condições para uma espécie de “pacto de não agressão” entre regeneradores e progressistas que permitiria a João Crisóstomo manter-se no poder por mais algum tempo com o apoio de D. Carlos e dos principais partidos (*Correio da Noite*, 12 de Fevereiro de 1891: 1). O falso consenso significava, porém que, nem progressistas nem regeneradores estavam dispostos a dar cara por um tratado com a Inglaterra que teria sempre onerosos custos políticos para quem o assinasse (*Novidades*, 13 e 17 de Fevereiro de 1891: 1; Cabral, 1943: 87-88; Melo, 1988: 32-34)²⁴. De regresso ao reino, Mariano de Carvalho refugiou-se em outras questões, continuando a dedicar a sua atenção ao problema africano. Trabalhava agora num projecto de reforma do Código Civil para o Ultramar na parte que respeitava à constituição, registo e transmissão de propriedade. A proposta depois de pronta foi entregue a António Enes, a 16 de Fevereiro de 1891, acabando o ministro por nomear uma comissão que se iria encarregar de analisar o documento e de que faria parte Moreira Feio, que já havia servido como colaborador de Mariano de Carvalho na vertente jurídica do mesmo trabalho, e Elvino de Brito, o director-geral da Agricultura (*O Nacional*, 9 de Fevereiro de 1891: 1; BNP, espólio de Mariano de Carvalho, N16/17; *Diário Popular*, 23 de Julho de 1891: 1)²⁵. Contudo, a notícia mais sensacional destes dias envolvendo o seu nome dava conta da possibilidade do director do *Diário Popular* vir a ser nomeado par do reino vitalício, mas a expectativa tardava em confirmar-se.

Conclusão

No início de Dezembro de 1890, Mariano de Carvalho regressou a Lisboa depois de passar quase seis meses em Moçambique. À sua chegada seria vitoriado no Terreiro do Paço por uma multidão calculada em cerca de 10.000 pessoas. As suas indicações e propostas deveriam servir para dar ao governo uma visão mais próxima da reali-

dade sobre o estado em que se encontrava a província. Afinal, nunca um político da importância e grandeza de Mariano de Carvalho estivera na África Oriental portuguesa durante tanto tempo. De acordo com a sua perspectiva, a prioridade das autoridades deveria voltar-se para a reorganização dos prazos na zona do Zambeze e sua respectiva reconstituição a sul daquele rio. Com alguma ponta de exagero, própria do entusiasmo de uma primeira visita a África, considerava que “o vale do Zambeze bastaria para abastecer a Europa de açúcar, sem possível concorrência, se o governo português tivesse explorado as naturais inclinações do indígena”. Mas havia mais. O Estado poderia apostar na produção de cocos, plantações de café, cacau, anil, arroz, noz-moscada. Não faltavam terras ricas e férteis, onde abundava a água e não faltava a força braçal “baratíssima” dos nativos. No passado, nada se havia sido feito para aproveitar as riquezas naturais da província e agora faltavam “meios e tempo”.

Mariano de Carvalho achava urgente a introdução de moeda nacional na província como forma de afirmação da nossa soberania e temendo que a burocracia fizesse retornar as remessas à procedência, aconselhou esta possibilidade. De referir que o ex-enviado governamental a Moçambique se opunha ao envio da expedição militar que seguiu em 1891 para o território por considerar que a mesma “não serviria de nada como meio de resistência contra os ingleses, os quais as sentirem-se incomodados tomariam a simples cautela de não a deixarem ir até ao canal de Moçambique”. António Enes, o ministro da Marinha, explicou então a Mariano de Carvalho que o envio da tropa ajudava mais a acalmar o estado da opinião pública nacional o que servia para colocar os ingleses ou os indígenas em sentido. Mariano de Carvalho não quis ser juiz em tal questão, mas ficava claro que, nesta altura, o início do esforço de guerra português na África Oriental se prendia mais com questões de propaganda interna do que de afirmação da soberania pela via da força armada. Para Mariano de Carvalho fazia mais falta o investimento europeu na província do que os soldados. A própria Lourenço Marques de cidade pouco mais tinha do que o nome. A sua expansão urbana só agora tinha arrancado.

Por esta altura emergiam, então, dois planos para conter a situação em Moçambique: uma militar, defendida por operacionais que conheciam a realidade no terreno como Caldas Xavier e Mouzinho de Albuquerque, que não desagradava completamente aos ministros António Enes, primeiro e Júlio de Vinhena, depois, por razões de ordem política interna e uma visão “civilista”, apoiada por Mariano de Carvalho e com algum eco junto do Conselho de Ministros de 1891-1892, mais vocacionada para o aproveitamento e desenvolvimento económico do território. Dada a extensão da província e a falta de meios humanos e logísticos, a sua conquista militar seria um desperdício de recursos, tema que o ex-ministro da Fazenda conhecia como poucos.

A situação do tesouro nacional não permitia que as aventuras militares tomassem outras proporções, mas também escasseava o dinheiro para grandes investimentos nas colónias. Nem para todos os políticos, contudo, a crise financeira seria sinónimo de abandono das províncias africanas. Havia quem defendesse que a solução passaria, justamente, por uma nova orientação da política portuguesa em relação a Moçambique, na altura a possessão mais apetecível e aquela que poderia servir de motor ao desenvolvimento colonial. Mariano de Carvalho propunha a realização de 11 250 a 13 500 contos em ouro através da constituição de companhias exploradoras em Lourenço Marques e Quelimane, que se juntariam às existentes, e de 3500 contos pela con-

²⁴ O ministro do Reino, António Cândido, que visitara o Porto uma semana antes do 31 de Janeiro, fora acusado de ter sido demasiado brando na sua reacção, não antecipando os acontecimentos que conduziram à revolta. João Crisóstomo dispunha-se agora a oferecer a sua cabeça. Recusada a demissão do gabinete, pretendia sair com a sua posição reforçada, o que não veio a acontecer. A escusa de progressistas e regeneradores em patrocinar uma alternativa apenas significava o adiamento da resolução dos verdadeiros problemas da governação.

²⁵ Mariano de Carvalho faria parte desta comissão, na qualidade de seu presidente até aos fins de Julho, cedendo o lugar ao visconde de Moreira de Rei, ex-vogal da comissão, onde seria substituído pelo conde de Otolini.

venção aduaneira em Moçambique. Recorde-se de que se tratava do mesmo Mariano de Carvalho que há quase 15 anos, pelo menos desde os finais de 1878, tinha sido um dos inventores do nacionalismo radical de cariz colonial contra a concessão por parte do Estado de territórios em Moçambique a companhias comerciais, justamente com o argumento que se estava a alienar a soberania nacional em favor de estrangeiros. Com efeito, o antigo governante era agora defensor da adopção de uma pauta comum nos domínios portugueses e britânicos no sudeste africano. Chegou a discutir o seu plano em privado com políticos ingleses ligados ao Partido Conservador, então no poder. A medida foi mesmo apresentada em Conselho de Ministros, durante 1891, quando foi responsável pela pasta da Fazenda. De acordo com tal proposta, o imposto fixado na tal pauta comum seria igual para todas as mercadorias importadas, qualquer que fosse a sua origem ou procedência e nunca superior a 5% *ad valorem*. O projecto foi recebido com hesitação pelos restantes membros do executivo, mas Júlio de Vilhena, o ministro da Marinha de então, logo declarou que dela “fazia questão ministerial” e que abandonaria de imediato o gabinete caso o mesmo fosse aprovado, prolongando e agravando a crise interna latente desde a declaração do Ultimato (Pina, 1893).

Para o responsável pelo Ultramar parecia inconveniente e até “politicamente prejudicial” o estabelecimento de uma convenção aduaneira com a Inglaterra no próprio momento em que a opinião pública se encontrava ainda em pé de guerra contra os ingleses. Como é que o governo português poderia enfrentar o povo e fazer as pazes com a Inglaterra? Como se explicaria ao espírito público que o governo português queria negociar com os ingleses um modelo através do qual as alfândegas nacionais ficariam sujeitas à fiscalização estrangeira e que a simples arrecadação dos impostos seria feita em comum? Pareceria que se estariam a vender ao inimigo. Júlio de Vilhena lembra-se, com certeza, de que anos antes já esta tinha sido a causa da queda de ministérios e a origem da crise política que ainda não se tinha resolvido. Não queria repetir a experiência agora. Além disso, o estabelecimento de uma taxa única para todas as mercadorias iria provocar o desagrado da Associação Comercial de Lisboa, transformada em grupo de pressão poderoso, que solicitava a aprovação de um diferencial a favor dos produtos nacionais em todos os relatórios enviados ao governo. Da forma projectada por Mariano de Carvalho nenhum bem da indústria portuguesa entraria em Moçambique, uma vez que seria impossível suportar a concorrência dos britânicos. A “via económica” para o desenvolvimento e ocupação de Moçambique seria inviabilizada pelas disputas da agenda política interna. Restava a saída das armas. Os custos políticos eram menores e sempre se dava uma satisfação à opinião pública.

Bibliografia

Fontes manuscritas

- Arquivo Histórico Ultramarino, Moçambique, 1.ª Repartição, pasta 6
Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio de Mariano de Carvalho, n.º 16/17
Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio de Mariano de Carvalho, n.º 16/87
Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio de Mariano de Carvalho, mss 43, n.º 14
Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, mss 146, carta n.º 303

Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, Arquivo da Casa Real, ms., cx. 7439, cp. 920, doc. 11

Fontes impressas – Imprensa

- A Esquerda Dinástica*, 1890
A Revolução de Setembro, 1890
Charivari, 1890
Correio da Noite, 1891
Diário da Câmara dos Deputados, 1890-1891
Diário da Câmara dos Pares, 1890
Diário do Governo, 1890
Diário Popular, 1890-1891
Gazeta do Sul, 1890
Jornal das Colónias, 1890
Jornal das Colónias, 1890
Jornal do Comércio, 1890
Novidades, 1891
O Nacional, 1890-1891
O Português, 1891
O Sorvete, 1890
Pontos nos ii, 1890
Portugal Agrícola, 1891

Livros e Estudos

- AGUIAR, Chaves de (1891) – *A administração colonial. Trabalho precedido de uma carta do ex.mo Conselheiro Mariano de Carvalho*, Lisboa, Typographia Lisbonense.
ALEXANDRE, Valentim (1998) – “Situações Coloniais: II – o ponto de viragem: As campanhas de ocupação (1890-1930)”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores.
ALVES, Jorge Fernandes (1994) – *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Gráficos Reunidos.
CABRAL, António (1943) – *A Águia do Marão*, Lisboa, Livraria Popular.
CARVALHO, Maria da Conceição da Cunha de (1946) – *Memórias de Mariano de Carvalho contadas por sua filha*, Lisboa, Ottosgráfica.
CHAGAS, João & Ex-Tenente Coelho (1901) – *História da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cúmplices)*, Lisboa, Empresa Democrática de Portugal.

- DIAS, José Lopes (1971) – *Cartas Políticas do Conselheiro João Franco ao Dr. João Pinto dos Santos*, Separata de *Estudos de Castelo Branco – Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, Gráfica de São José.
- FERNANDES, Eduardo (1940) – *Memórias do «Esculápio»*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.
- FUSCHINI, Augusto (1899) – *O Presente e o Futuro de Portugal*, Lisboa, Companhia Tipográfica.
- MARTINS, Francisco Assis Oliveira (1942) – *D. Carlos I e os «Vencidos da Vida»*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.
- MATA, Maria Eugénia (2002) – “As Crises Financeiras no Portugal Contemporâneo: uma perspectiva de conjunto”, in Sérgio Campos de Matos (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.
- MELO, A. Barbosa de (1988) – “António Cândido: Universitário e Jurista”, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Faculdade de Direito.
- MONTEIRO, Gomes (1944) – *Vencidos da Vida. Relance Literário e Político da Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa, Edição Romano Torres.
- MOREIRA, Fernando José Grave Moreira, org., (1998) – *José Luciano de Castro: Correspondência Política (1858-1911)* – Lisboa, Quetzal Editores.
- NORONHA, Eduardo de (1913) – *Vinte e cinco anos nos bastidores da Política*, Porto, Companhia Portuguesa Editora.
- PAIXÃO, Braga (1964) – *Cem Anos do Banco Nacional Ultramarino na Vida Portuguesa 1864-1964*, Lisboa, Banco Nacional Ultramarino.
- PAIXÃO, Braga (1965) – *Moeda e Alfândegas de Moçambique: (a missão de Mariano de Carvalho em 1890)*, Separata do Boletim n.º 62 – Serviço de Estudos Económicos do Banco Nacional Ultramarino, Lisboa.
- PAPAGNO, Giuseppe (1980) – *Colonialismo e Feudalismo. A questão dos prazos da coroa em Moçambique nos finais do século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981) – *A Política Portuguesa de Emigração (1850 a 1930)*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- PINA, Mariano (1893) – *Questões de hoje. Os Planos Financeiros do sr. Mariano de Carvalho*, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora.
- PINTO, Silva (s.d.) – *Pela Vida Fora: 1870-1900*, Lisboa, Guimarães, Libânio & C.ª.
- RAMOS, Rui (1994) – “A Vida Nova”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores.
- RIBEIRO, Hintze (1898) – *O Regímen da Dívida Portuguesa: Discurso proferido na Câmara dos Pares do Reino nas sessões de 23 e 25 de Abril de 1898*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- SOUSA, Marnoco e (1916) – *Tratado de Ciências das Finanças*, Vol. I, Coimbra, F. França Amado Editor.
- SOUSA, Teixeira de (1917) – *Responsabilidades Históricas (Política Contemporânea)*, Vol. II, Coimbra, França & Arménio.
- SERRÃO, Joel e Marques, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História da Expansão Portuguesa*, Vol. X, Valentim Alexandre e Jill Dias (coord.), *O Império Africano, 1825-1890*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- TELES, Basílio (1901) – *Estudos Históricos e Económicos*, Porto, Chardron
- TELES, Basílio (1968) – *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço de História Política*, 2.ª ed., Lisboa, Portugália Editora.
- TELES, Basílio (1990) – *Memórias Políticas*, Lisboa, Alfa.
- TELO, António José (1991) – *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa, 1785-1900*, Lisboa, Edições Cosmos.
- VICENTE, Samuel Jorge Calvelas (1999) – *João Crisóstomo de Abreu e Sousa. Na Crise Interna e Africana*, Vol. I, dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Lisboa, Faculdade de letras da Universidade de Lisboa, policopiado.



A Escola Colonial e a formação de uma “elite dirigente” do ex-Ultramar Português (1906-1930)

Luís Frederico Dias Antunes*
Vitor Luís Gaspar Rodrigues**

P. 41-49

1. O estudo que agora se apresenta procura analisar a acção da Escola Colonial tendo como objecto não só a informação contida no acervo documental daquela instituição, sobretudo os testemunhos deixados nos processos individuais de alunos e professores, mas também as reformas dos currícula e as sucessivas reestruturações políticas e administrativas de que a instituição foi alvo durante os primeiros vinte e cinco anos da sua existência¹.

A opção e o interesse deste trabalho decorrem da necessidade de responder a um conjunto de questões entretanto suscitadas ao longo da execução do projecto de investigação intitulado *Memórias africanas da escravatura: Inquéritos Etnográficos nas “Áfricas Lusófonas” (1936-39)*², que temos vindo a desenvolver em conjunto com a colega Catarina Madeira Santos (responsável pelo Projecto), a saber:

- Quais as concepções políticas do poder monárquico, republicano e do Estado Novo sobre o modo como deveria desenvolver-se a presença colonial portuguesa em África, sobretudo no que respeita ao relacionamento com as sociedades em presença, e, neste sentido, em que medida é que a acção da Escola Colonial constituiu uma das expressões práticas da estratégia política ultramarina?
- Qual a formação académica e a experiência colonial de administradores, chefes de posto e outros funcionários das circunscrições administrativas ultramarinas que promoveram junto das sociedades africanas as respostas aos inquéritos etnográficos sobre as suas próprias experiências e memórias da escravatura, seja a escravatura ligada ao tráfico, seja a escravatura clássica africana, ou ainda aspectos exclusivos das instituições africanas que os europeus classificaram como «outras formas de escravidão»?

* Investigador Auxiliar do Centro de História do Instituto de Investigação Científica Tropical.

** Investigador Auxiliar com Agregação do Centro de História do Instituto de Investigação Científica Tropical.

¹ Agradecemos ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa, na pessoa do seu Presidente do Conselho Directivo, Professor Doutor João Abreu de Faria Bilhim, a possibilidade de aceder aos fundos documentais da antiga Escola Colonial – Processos Individuais dos Alunos – aí depositados, o que nos permitiu elaborar o presente texto. Uma palavra de agradecimento também para o colega Professor Doutor António Vasconcelos de Saldanha, que nos ajudou ao longo dessa tarefa.

² Projecto PTDC/HAH/67397/2006, financiado pela Fundação para Ciência e a Tecnologia – Portugal.

– Qual a formação facultada aos homens que no terreno precisavam de entender e saber falar as línguas africanas? Como é que as autoridades coloniais captavam e registavam a diversidade de lembranças da escravidão e como é que as relacionavam com os diferentes «usos e costumes» das sociedades africanas?

Parece-nos fundamental realçar a importância dos Inquéritos realizados na década de trinta, precisamente porque o seu questionário, que acolhia as advertências das instâncias internacionais e estava baseado num conjunto exaustivo de questões apresentado pela Sociedade das Nações, foi elaborado e supervisionado por docentes da Escola Superior Colonial³ e destinava-se a ser preenchido com as respostas recolhidas pelos homens da administração das diferentes colónias junto das populações.

As centenas de respostas a este Inquérito resultaram, em última análise, do funcionamento da Comissão Temporária de Escravatura (1922), que procurava proibir o trabalho forçado e não permitir situações consideradas análogas à da escravatura, historicamente persistentes nas sociedades africanas e asiáticas. A mão-de-obra livre tornou-se a pedra de toque para assinalar a diferença entre o colono, com um quadro mental e uma prática próxima da dos traficantes de almas que durante séculos personificaram a presença europeia em África, e o colonizador, mais adaptado aos fenómenos de ressurgência dos princípios liberais do início do século XX.

Por esta altura, os conhecimentos que os portugueses e os demais europeus tinham das sociedades tradicionais africanas não dispunham das grelhas de leitura adequadas e específicas à África, o que não lhes permitia, obviamente, compreender verdadeiramente a complexidade do seu funcionamento interno.

Não obstante, convém lembrar que no âmbito dos esforços de ocupação dos territórios africanos, sobretudo a partir da década de 1860, existiu um conjunto de iniciativas de cariz vincadamente propagandístico, realizado com o propósito de divulgar as riquezas e as oportunidades de exploração das colónias e destinado a chamar à atenção dos portugueses, quer como simples colonos, quer enquadrados no mundo empresarial. Foi a época das grandes exposições coloniais. As colónias portuguesas estiveram presentes nas Exposições Universais de Londres (1862) e de Paris (1867 e 1900), na Exposição de Antuérpia (1885), na Exposição Industrial do Cabo (1904) e na Exposição Colonial de Paris, realizada já em 1906. A importância desta temática levou a que exposições idênticas fossem organizadas tanto na metrópole, no Porto, em 1893, e em Lisboa em 1906, como em África, em Cabo Verde, em 1881, e em Luanda em 1882, 1885 e 1895.

Foi também durante este período, em 1884, que foi criado o Museu da Sociedade de Geografia, que incorporou as colecções ultramarinas do antigo Museu Colonial de Lisboa, até aí sob a tutela da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. O acervo foi então enriquecido com a aquisição e doação de objectos de missionários, comerciantes, exploradores e militares de finais do século XIX.

As múltiplas experiências e saberes coloniais entretanto acumulados foram sendo, progressivamente, objecto de estudo, até que, em 1901, a SGL promoveu o 1.º Congresso Colonial, em Lisboa, onde se discutiram problemas relacionados com a posse, a governação e o fomento dos territórios africanos e asiáticos, designadamente «nos domínios

³ Sobre o assunto vejam-se os trabalhos de Maria Emília Madeira Santos e Vitor Luís Gaspar Rodrigues, «A Sociedade das Nações e a Extinção da Escravidão Africana (anos 20 a 40 do séc. XX)», publ. em *Africana Studia*, n.º 7, Ed. da Faculdade de Letras do Porto, 2004, pp. 219 a 226; e «No Rescaldo da Escravatura. As Ciências Sociais chamadas à liça nos anos 30», publ. em *Africana Studia*, n.º 8, Ed. da Faculdade de Letras do Porto, 2005, pp. 259 a 273.

da educação e formação dos agentes ao serviço nas colónias»⁴, e com a necessidade de transformar o Museu num centro de informação colonial, temas dominantes da vida política portuguesa da segunda metade do século XIX e intimamente ligados com o interesse da opinião pública europeia pelo continente africano.

Portugal, tal como as demais potências coloniais, estava então especialmente empenhado na criação de instituições académicas capazes de formar os quadros administrativos necessários ao efectivo domínio económico e político dos seus territórios ultramarinos, sobretudo, na África subsaariana, razão pela qual a Coroa entendeu criar a Escola Colonial⁵.

2. Criada em 1906, por proposta da Sociedade de Geografia de Lisboa, a Escola Colonial tinha como objectivos produzir uma ciência colonial e, sobretudo, proceder à formação de quadros habilitados que contribuíssem para o eficaz funcionamento das estruturas da administração colonial, que se encontrava ainda num estado incipiente. Como referia Manuel António Moreira Júnior. Ministro da Marinha e do Ultramar, na sua carta de apresentação do projecto de decreto de criação de referida Escola, apresentado ao monarca em 18 de Janeiro desse ano, procurava-se, com a sua criação, formar um corpo administrativo com conhecimentos que não se restringissem “às velhas fórmulas do ensino metropolitano” mas que lhes ministrassem noções de ensino colonial, ou seja, “uma instrução apropriada, dos que nas suas possessões empregam a inteligência e exercitam a actividade”⁶. Daí que, em paralelo com o “Curso Colonial”, tivesse sido equacionada também a criação do chamado “Curso de Colonos” - aquilo que o Ministro apelidava de “ensino profissional” - destinado a conferir conhecimentos básicos de comércio, geografia e higiene tropical, a todos aqueles que, pretendendo estabelecer-se numa qualquer das antigas províncias ultramarinas portuguesas e possuindo um grau de instrução mais rudimentar, procuravam fazê-lo de posse de conhecimentos básicos sobre um mundo que lhes era completamente desconhecido⁷. Este, no entanto, apenas seria criado com a reforma de Maio de 1919⁸.

Numa fase que definia como de “efervescência colonial”, em que era “necessário caminhar depressa”, procedeu-se à criação do “Curso Colonial” tomando-se como modelos os cursos ministrados na Escola Colonial de Paris e nas suas congéneres da Alemanha (Berlim), Inglaterra, Holanda e Bélgica, onde então assumia uma importância crescente o ensino das chamadas “línguas indígenas”. A este propósito julgamos importante referir que a contratação de docentes para as disciplinas de línguas africanas e asiáticas (caso do Concani e do Landim) se revelou, desde os primeiros momentos, muito difícil, dada a inexistência de indivíduos com os conhecimentos considerados necessários para assegurar a leccionação dessas cadeiras num curso com qualidade superior. Os poucos candidatos que se apresentaram foram então sujeitos a provas escritas (elaboração de uma composição na língua para que se candidatassem, de uma tradução e de uma

⁴ Cf. José Manuel Brandão, O “Museu Colonial” das Comissões Geológicas de Portugal. *Emergência e Memória Científica*, p. 12, http://web.letras.up.pt/aphes29/data/5th/JoseManuelBrandao_Texto.pdf.

⁵ O Ministro das Colónias, no relatório que antecede o projecto de decreto de criação da Escola Colonial, apresentado ao monarca em 18 de Janeiro de 1906, refere ter esta sido criada no âmbito da SGL para aproveitar o conhecimento, a experiência e o espólio ali conservado. Cf. “Projecto de decreto submetido ao Rei D. Carlos, de 18 de Janeiro de 1906”, in *Organização, Programas e Regulamentos da Escola Colonial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, pp. 9 e 10.

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 4.

⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 9 e 10.

⁸ Cf. *Decreto-Lei n.º 527*, 1.ª série, n.º 105, de 31 de Maio de 1919, pp. 1409 e seguintes.

retroversão de um texto previamente definido), aferidas por especialistas estrangeiros (missionários sobretudo)⁹, na sua maioria residentes em África e na Ásia, o que, se por um lado, tornava bastante difícil e moroso todo o processo de contratação, por outro, introduzia um elemento de rigor e de qualidade inquestionável¹⁰.

A estrutura do curso viria, no entanto, a ser condicionada por factores de ordem económica – a situação “mesquinha em termos económicos que o país atravessava”, a que aludia o próprio ministro – e política, como o comprova o plano de estudos aprovado, em que, embora figurando duas disciplinas de línguas africanas (o Ambundu e o Landim¹¹) em paralelo com outras de teor histórico e económico, era preterida a etnologia relativamente à geografia colonial. Tratava-se, no fundo, como já foi salientado por outros autores¹², de preencher o plano do curso desses futuros quadros coloniais com matérias destinadas a acelerar a adaptação do conhecimento às formas de dominação.

As verbas a despender com os cursos em questão viriam do orçamento das colónias, facto que, ainda assim, obrigou a que as medidas propostas não pudessem ser “de extrema grandeza”, ficando o financiamento da Escola Colonial muito aquém do dos Institutos Coloniais das outras nações europeias, com implicações directas não só na extensão dos planos curriculares dos cursos, mas também do número de disciplinas ministradas. Relativamente ao Curso Colonial, era composto por 7 cadeiras anuais, distribuídas por dois anos lectivos, a saber: duas línguas, escolhidas entre as mais representativas das duas mais importantes colónias do ex-Ultramar português – Moçambique (Landim) e Angola (Ambundu); Geografia Colonial; Colonização; Regime Económico das Colónias e suas Produções; Administração Civil e de Fazenda, e Legislação Colonial Correlativa; e, por último, Higiene Colonial.

Houve então, como o próprio legislador afirma no documento a que aludimos atrás, uma preocupação em dotar “a Escola Colonial apenas com as cadeiras verdadeiramente úteis, não tornando longo e dispendioso o curso”, ou seja, procurou-se, sobretudo, dotar os futuros quadros administrativos de um conjunto de saberes mínimo que promovesse o reforço da ocupação das colónias e lhes permitisse incrementar a mobilização da força de trabalho das populações locais, no fundo o objectivo primordial que presidiu à criação daquele organismo.

A funcionar desde a sua fundação nas instalações da Sociedade de Geografia, a Escola foi alvo, em 1919, de uma primeira reforma que visou conferir aos quadros da administração

colonial uma formação mais marcadamente funcional em resultado da complexificação das estruturas políticas, administrativas e económicas que foram sendo criadas nas colónias. Para além de novas cadeiras de Línguas (Fula ou Mandinga; Fioti; Kimbundu; Landim; Suáli; Concani; Tetum ou Galoli; e propunha-se a possibilidade de instituir o ensino do crioulo falado nas várias colónias sempre que fosse entendido necessário), outras foram introduzidas no plano do curso, tais como as de Direito Aduaneiro Colonial; Estatística; Regime Económico das Colónias, Produções e Mercados; Inglês Prático e Colonização, tendo sido autonomizado o ensino da Etnologia e da Etnografia Colonial, que em esboço fôra ministrado até aí na cadeira de Geografia¹³. Designado como Curso Geral Colonial (“Curso geral para funcionários civis e militares das Colónias e Repartições do Ministério da Colónias”) passou então a curso superior, com uma duração de três anos, tendo sido criado em paralelo, como referimos, um curso especial, organizado com uma vertente essencialmente prática, destinado aos que nas colónias pretendiam trabalhar como colonos (na agricultura) ou empregados comerciais.

No caso do “curso de colonos”, a formação era ministrada em dois anos, sendo o plano de curso composto apenas por seis cadeiras generalistas, a que se adicionava ainda a língua nativa da colónia onde os alunos pretendiam fixar-se.

O diploma dispunha ainda, com o objectivo de incrementar a frequência do curso, uma série de vantagens para aqueles que o concluíssem, a saber: metade das vagas de algumas categorias dos quadros coloniais e das repartições que compunham o Ministério das Colónias, tanto em Portugal como no Ultramar, seria provida sem concurso pelos alunos ordinários que concluíssem o curso com distinção; teriam preferência para todos os demais cargos civis ou militares directamente dependentes do Ministério das Colónias, desde que preenchendo os requisitos do concurso; finalmente, determinava-se que nos orçamentos das colónias constassem verbas destinadas à frequência da Escola por alunos sem recursos e daí naturais (três por Colónia no máximo). Aos alunos do curso de colonos, bem como às suas famílias, seriam custeadas as passagens marítimas, num máximo de quatro por agregado. De igual modo, a designada «colonização directa» contava com um conjunto de medidas que promoviam a fixação de funcionários públicos com suas famílias. Norton de Matos procurou aliciá-los através do aumento do vencimento (Decreto n.º 15, de 10 de Maio de 1921) e de outros benefícios adicionais, nomeadamente, a melhoria das aposentações, subsídio de família (Decreto n.º 64, de 10 de Novembro de 1921), subvenções de permanência (Decretos n.º 6 e 71, de 17 e 18 de Novembro de 1921, respectivamente) e o abono de viagens e construção de habitações¹⁴. Relativamente aos alunos extraordinários, mantinha-se o anterior regime, que previa a frequência sem precedência de qualquer uma das cadeiras ministradas, tendo o aluno direito apenas ao certificado de cada uma das disciplinas em que obtivesse aproveitamento, mas não à carta de curso, estatuto que foi utilizado por um número muito significativo de alunos oriundos do Seminário do Cernache do Bom Jardim para complementarem a sua formação antes do envio para as colónias em acção missionária. Em 25 de Outubro de 1926 o Ministro das Colónias, reconhecendo nem sempre terem sido “salvaguardados os direitos legalmente reconhecidos aos diplomados por aquela Escola no que respeita ao provimento dos cargos coloniais”, o que poderá ter contribuído para um certo esvaziamento do movimento escolar aí registado nos primeiros

⁹ As provas prestadas pelos candidatos a docentes da 6.ª cadeira (mais tarde 11.ª), em que era ministrada a língua de Landim ou Ronga, foram enviadas em 1906 para o Padre Paul Berthoud para a Suíça, tendo depois sido remetida para o Transvaal, onde o missionário então se encontrava, processo que demorou vários meses. Após apreciar as referidas provas e de se ter aconselhado com outros especialistas (missionários sobretudo), entre os quais o célebre linguista Junod, o padre Berthoud enviou, já de Lourenço Marques, onde se fixara, o seu parecer sobre as mesmas. Foi então seleccionado o Padre José Luiz Quintão, ex-missionário, para reger a referida cadeira, cuja regência passou a assegurar a partir de 26 de Setembro de 1907. Cf. Arquivo do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, “Processo do Concurso da antiga 6.ª cadeira, hoje 11.ª – Ronga ou Landim”, in *Caixa 1906-1907*.

¹⁰ Uma breve análise das apreciações feitas pelos referidos especialistas a essas provas atesta o elevado grau de exigência e a probidade que se pretendia introduzir com o ministrar destas cadeiras de línguas, entendidas como fundamentais para o futuro desempenho dos funcionários da administração colonial no terreno. *Idem, Ibidem*. Veja-se ainda o “Processo do concurso da 11.ª Cadeira – Concani”, para o ano de 1920, in Arquivo do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Caixa 1920-1921.

¹¹ O Concani chegou a ser ponderado igualmente como língua obrigatória do curso, mas questões de ordem financeira obstaram a que entrasse nos planos curriculares. Cf. “Projecto de decreto submetido ao Rei D. Carlos [...], já cit., p. 8.

¹² Cf. Ana Mafalda Falcão, “Antropologia Colonial e a Produção de Conhecimento sobre Grupos Étnicos da Guiné Portuguesa. Reflexão em torno da Tese de Mário Humberto Ferreira Marques, *Comportamento dos Mandingas da Guiné Portuguesa na Vida e na Morte*”, comunicação apresentada no painel *O Saber colonial e o fim da colonização*, coord. por Clara Carvalho, Departamento de Antropologia, Lisboa, ISCTE, s.d., p. 4.

¹³ Cf. Decreto n.º 5827, de 31 de Maio de 1919, já citado.

¹⁴ Cf. Cláudia Castelo, *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, Biblioteca de Ciências Sociais, n.º 26, 2007, p. 81.

anos da década de vinte, procedeu a uma nova reforma do seu plano de estudos com o objectivo de o adaptar às novas exigências coloniais, alargando-se a reorganização encetada em 1919. Para além da cadeira de Política Indígena, considerada pedra basilar do 4.º e último ano do curso, que assim passava de 3 para 4 anos, outras cadeiras foram criadas, a saber: História das Colónias Portuguesas; Princípios Gerais de Direito Internacional, Público e Privado; Noções de Construção Civil, Construções Coloniais, Traçado e Construção de Carreiras; e, finalmente, a de Inglês Prático.

Procurava-se, assim, em resultado dos propósitos de dominação que norteavam a política colonial, conferir aos futuros quadros administrativos novas competências, preparando-os para a defesa das colónias portuguesas tendo em conta o que definia como “as dificuldades internacionais que eventualmente um dia possam surgir”¹⁵. Paralelamente o legislador procurou promover a frequência do curso superior colonial por oficiais da marinha e do exército, bem como por funcionários do Ministério das Colónias e dos quadros coloniais, determinando que as respectivas tutelas apoiassem, de acordo com os limites estipulados pela lei, os eventuais interessados no ingresso na Escola. O decreto estipulava ainda a concessão de um conjunto de privilégios aos diplomados da Escola Colonial, bem como àqueles que frequentassem o Curso de Colonos e Empregados do Comércio, que se mantinha em funcionamento não obstante o escassíssimo número de inscrições até aí verificado.

3. A pesquisa efectuada no fundo da antiga Escola Colonial, existente no Arquivo do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, permitiu-nos apurar, para o período em análise (1906-1930)¹⁶, um universo de pouco mais de 500 processos de alunos matriculados naquele estabelecimento de ensino, ou seja, uma média de 21 alunos anuais. Importa notar, no entanto, que a sua distribuição ao longo do período se fez, pelo contrário, de forma muito pouco linear, havendo inclusive um ano, o de 1910, em que, em virtude do processo conturbado de implantação da República, não houve inscrição de novos alunos. Inversamente os anos de 1912 e 1913 apresentam um número elevadíssimo de matrículas, respectivamente, 64 e 50, facto que se explica em boa medida pela enorme afluência de alunos provenientes do Seminário de Cernache do Bom Jardim, cuja actividade de formação de missionários para as Colónias havia sido entretanto encerrada. A Escola Colonial foi, assim, o meio de que estes se serviram para poderem concluir, ou acrescentar, a sua formação colonial, em especial no domínio das línguas africanas¹⁷.

Por razões que se prendem com o eclodir da 1.ª Grande Guerra e o conseqüente envio para os campos de batalha da França e de África, em Angola e Moçambique, de um grande número de militares, o número de matrículas decresceu de forma muito acentuada a partir de 1914, até 1919. Nesta data, em resultado da transformação do curso geral num curso Superior e das benesses que foram concedidas a todos os que o concluíssem, assistiu-se novamente a um aumento significativo do número de alunos, situação que

se repetiria em 1926, altura em que, como referimos, ocorreu uma nova reestruturação do plano curricular.

Passando agora à análise do aproveitamento escolar registado na instituição ao longo do período em apreço, ressalta de imediato a elevada taxa de insucesso registada – 70 % (355 alunos não concluem a sua formação), motivada em grande medida por um número significativo de abandonos da Escola logo no primeiro ano do curso, em virtude de muitos dos alunos serem oficiais das forças armadas. Esta situação, com efeito, agravou-se nalguns períodos, sobretudo durante a guerra de 1914-18, com muitos oficiais a serem mobilizados, o que contribuiu para acentuar o número de desistências, baixando drasticamente o número de indivíduos que se licenciaram. Em termos globais, a média de alunos que anualmente terminava o curso era, assim, muito baixa – 5,6 por ano, ficando claramente aquém das expectativas dos dirigentes da Instituição e, sobretudo, das necessidades dos responsáveis políticos, que a haviam criado com o objectivo de dotar a administração das colónias com um número significativo de funcionários habilitados. Foi essa, aliás, uma das principais razões aduzidas para a ocorrência das sucessivas reformas da Escola e dos seus planos de estudo, as quais foram acompanhadas de um conjunto de incentivos para aqueles que aí concluíssem a sua formação, o que permitiria, sobretudo a partir de 1926, aumentar significativamente a população discente¹⁸.

Do universo de alunos matriculados na Escola Colonial ao longo desses primeiros vinte e cinco anos, cuja idade média rondava os 27 anos¹⁹, a grande maioria era originária de Portugal Continental – 81 %, sobretudo da zona centro e norte do país. Os restantes 19 % eram constituídos por naturais das antigas colónias portuguesas, com especial relevo para o caso dos oriundos da Índia (goeses na sua grande maioria) que representavam 12,8 % do total, ou seja, 61 alunos, quantitativo significativo, sobretudo se tivermos em atenção que era superior ao das demais ex-colónias tomadas no seu conjunto, e se aproximava do montante dos alunos provenientes quer do Norte (62 alunos = 13 %), quer do Alentejo e Algarve (68 alunos = 14,3 %). Igualmente importante era o facto de alguns desses goeses (onze) possuírem já alguma experiência como funcionários administrativos na Índia ou em qualquer das outras colónias, o que lhes conferia, à partida, alguma vantagem relativamente aos demais. Com efeito, de entre os alunos matriculados apenas 62 tinham experiência colonial, sendo que 28 deles a haviam adquirido em resultado de comissões militares, efectuadas sobretudo em Angola e Moçambique.

Destaque especial merece o facto de apenas uma mulher – Áurea Nunes Ferreira²⁰ – se ter candidatado e concluído o curso ao longo de todo o período em análise. A exemplo de muitos outros, beneficiou então do facto de ser funcionária do quadro do Ministério das Colónias, onde desempenhava funções como dactilógrafa, para, beneficiando da cotas que lhes estavam atribuídas, poder alcançar uma formação superior.

Da análise da documentação ressalta, desde logo, a fraca afluência de alunos aos cursos da Escola Colonial, em especial, o curso de colonos e empregados de comércio, onde se inscreveram apenas 9 alunos. Este facto era agravado, ainda, pelo elevado insucesso escolar verificado ao longo de todo o período e bem assim pela reduzida experiência em matérias coloniais patenteada pela generalidade dos alunos.

¹⁸ Entre 1926 e 1930 matricularam-se 157 alunos, ou seja, uma média de 40 alunos/ano.

¹⁹ De acordo com a legislação os candidatos não poderiam ter menos de 15 e mais de 37, embora, sobretudo para os primeiros anos, tivessem sido aceites alunos com idades superiores.

²⁰ Natural de Abrantes, tinha à data do início do curso 29 anos. Cf. Arquivo do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, “Processos Individuais de Matrícula da Escola Superior Colonial”, anos de 1920 a 1923.

¹⁵ Cf. *Decreto-Lei n.º 12539*, 1.ª série, n.º 238, de 25 de Outubro de 1926.

¹⁶ A escolha desta data extrema prende-se directamente com a reforma da Escola Colonial efectuada em 1926, limite temporal da produção no terreno dos inquéritos etnográficos sobre as formas residuais de escravidão, objecto principal de estudo do Projecto em que este trabalho se insere.

¹⁷ Foi encerrado em 1911 com a promulgação da chamada “Lei da Separação” entre a Igreja e o Estado que proibiu o ensino religioso nas escolas, concedeu liberdade de culto a todos os credos e estabeleceu a supervisão estatal sobre os mesmos. O Seminário foi reaberto em 24 de Outubro de 1927, então como Colégio das Missões. Cf. <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/notic...> visto em 14 de Janeiro de 2011.

Mas se o universo de indivíduos que acabaram o curso colonial ao longo do período em estudo era por si só insuficiente para proceder ao tão pretendido provimento dos quadros administrativos coloniais com pessoal qualificado, este desiderato revelar-se-ia ainda mais difícil de atingir, pelo menos por agora, porquanto, como já outros autores haviam constatado, a grande maioria desses homens optou por servir nos quadros centrais do Ministério das Colónias, não integrando, a não ser em casos excepcionais, a administração colonial no Ultramar²¹. Prova disso mesmo é o facto, confirmado por nós, de nenhum dos antigos alunos da Escola Superior Colonial ter participado na aplicação dos inquéritos etnográficos sobre a escravidão e servidão indígena nas ex-colónias, tendo aqueles que o fizeram recorrido à sua experiência e aos conhecimentos de terceiros – intérpretes locais sobretudo – para suprir a falta de formação linguística e as lacunas históricas de molde a entender o funcionamento interno e as várias formas de que se revestia a escravidão.

Casos como os de José Maria Caeiro e de Rogério de Paiva Cardoso, licenciados em 1927 e que foram nomeados em 1932 para altos cargos da administração das colónias, a saber, os de governador de distrito do Cuanza Norte e do Zaire e Congo, respectivamente, foram, por agora, a excepção, merecendo mesmo as suas nomeações o destaque da imprensa da época, que salientava o facto de serem dois antigos alunos da Escola Superior Colonial. Com efeito, tanto *O Diário de Notícias* como *A Voz* e o *Novidades* fizeram, em finais de 1932²², amplo eco dos provimentos dessas autoridades coloniais, facto que de alguma forma matiza a ideia de que a influência da Escola Superior Colonial «só se fez sentir na administração civil angolana a partir de 1955»²³.

Do exposto se conclui que a Escola Superior Colonial, embora tivesse sido decisiva para a construção de um conhecimento mais aprofundado das sociedades africanas, como o comprovam a elaboração dos inquéritos coloniais pelo Professor Lopo Vaz de Sampaio e Melo, docente da cadeira de «Política Indígena» na década de trinta²⁴, não atingiu, no período a que este estudo se reporta, um dos principais desideratos que estivera na base da sua criação, a saber, a formação de quadros para a Administração nas colónias²⁵.

Com efeito, os indivíduos aí formados acabaram por engrossar a vários níveis os quadros técnicos do Ministério das Colónias essencialmente na metrópole, daí resultando, naturalmente, um ganho relativamente à compreensão da complexidade dos problemas coloniais e à busca de soluções para o desenvolvimento de uma nova política ultramarina, que viriam a ter expressão no Acto Colonial de 1930. Não surpreende, portanto, que

um dos aspectos mais marcantes da actividade da Escola Superior Colonial tenha sido a divulgação dos recursos agrícolas, comerciais e industriais das colónias portuguesas, designadamente através da publicação regular do Anuário da Escola, onde colaboravam professores e alunos da escola com artigos considerados de inegável valor e interesse.

Bibliografia Geral

- BAGNOL, Brigitte – «Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique», in *Análise Social*, vol. XLIII, (2.º). Lisboa, 2008, pp. 251-272.
- BRANDÃO, José Manuel – *O “Museu Colonial” das Comissões Geológicas de Portugal. Emergência e Memória Científica*, p. 12, http://web.letras.up.pt/aphes29/data/5th/JoseManuelBrandao_Texto.pdf.
- CASTELO, Cláudia – *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, Biblioteca de Ciências Sociais, n.º 26, 2007.
- FALCÃO, Ana Mafalda – “Antropologia Colonial e a Produção de Conhecimento sobre Grupos Étnicos da Guiné Portuguesa. Reflexão em torno da Tese de Mário Humberto Ferreira Marques, *Comportamento dos Mandingas da Guiné Portuguesa na Vida e na Morte*”, comunicação apresentada no painel *O Saber colonial e o fim da colonização*, coord. por Clara Carvalho, Departamento de Antropologia, Lisboa, ISCTE, s.d.
- GRANJO, Paulo – «Wining back our good luck: bridewealth in nowadays Maputo», in *Ufahamu*, 32 (3), Los Angeles, 2006, pp. 132-162. <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/notic>.
- MOUTINHO, Mário Canova – *O indígena no pensamento colonial português 1895-1961*, Lisboa, Ed. Universitárias Lusófonas, 2000.
- NEGRÃO, José – «Sistemas costumeiros da terra em Moçambique», in Boaventura Santos e João Carlos Trindade (eds), *Conflito e Transformação Social: uma Paisagem das Justiças em Moçambique*, Porto, Edições Afrontamento, vol. 2, 2003, pp. 229-259.
- Organização, Programas e Regulamentos da Escola Colonial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.
- SANTOS, Maria Emília Madeira Santos e RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar – «A Sociedade das Nações e a Extinção da Escravidão Africana (anos 20 a 40 do séc. XX)», publ. em *Africana Studia*, n.º 7, Ed. da Faculdade de Letras do Porto, 2004, pp. 219 a 226.
- IDEM – «No Rescaldo da Escravatura. As Ciências Sociais chamadas à liça nos anos 30», publ. em *Africana Studia*, n.º 8, Ed. da Faculdade de Letras do Porto, 2005, pp. 259 a 273.
- TEIXEIRA, F. – *O Lobolo*, Maputo, Instituto Superior pedagógico, série «Trabalho dos Alunos», n.º 5, 1987.
- WELCH, H.B.G. – *O Lobolo: por Uma Estratégia Adequada*, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Direito, Maputo, 1982 (dissertação de licenciatura).

²¹ Cf. Mário Canova Moutinho, *O indígena no pensamento colonial português 1895-1961*, Lisboa, Ed. Universitárias Lusófonas, 2000, p. 136.

²² Cf. as edições de 6 de Novembro de 1932 para o caso de José Maria Caeiro e de 6 de Dezembro do mesmo ano relativamente a Rogério de Paiva Cardoso.

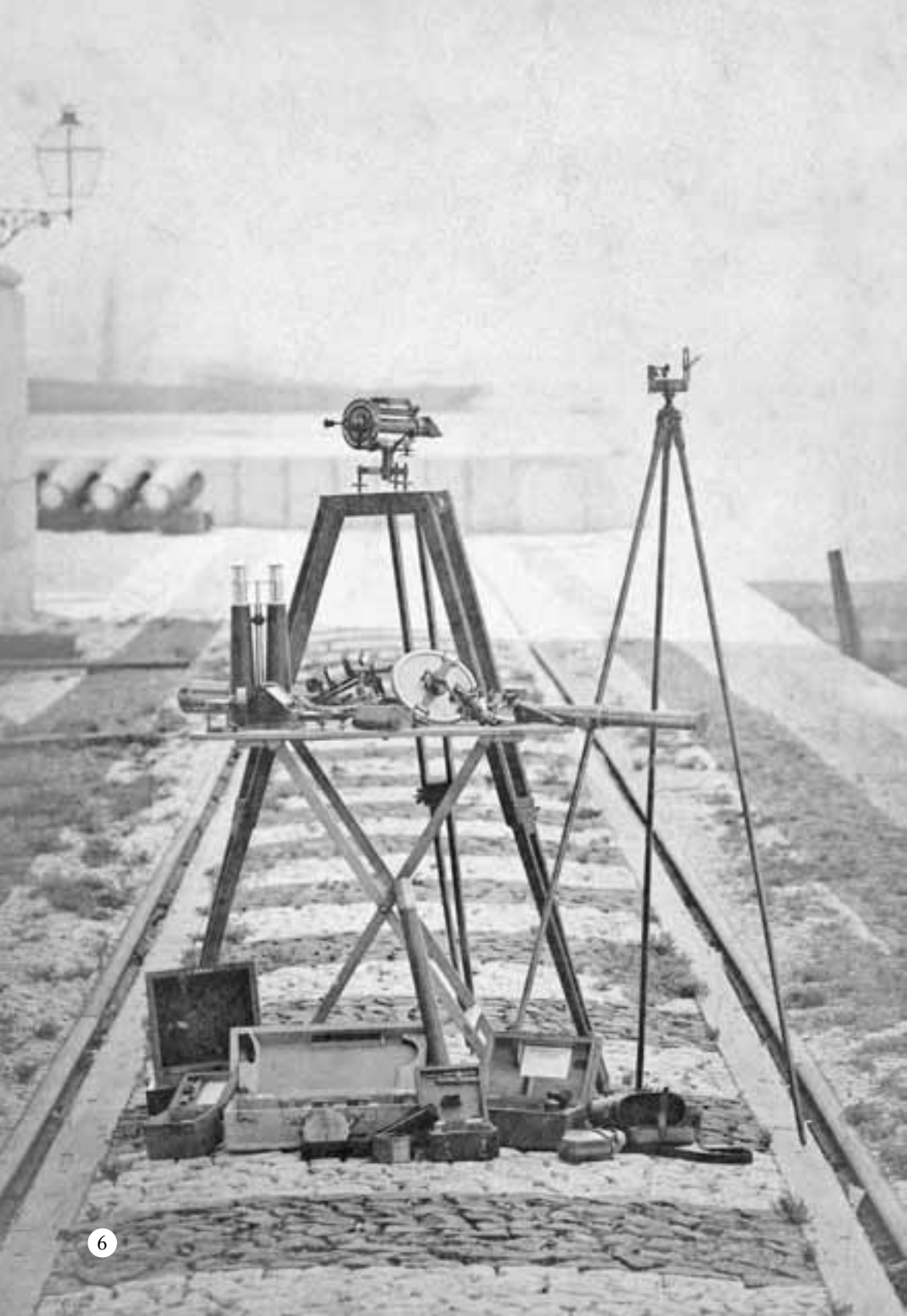
²³ Idem, *Ibidem*, p. 95.

²⁴ Lopo Vaz de Sampaio e Melo, «Escravidão, Escravatura e Lobolo», in *Anuário da Escola Superior Colonial*, Ano lectivo de 1933-34, pp. 275-286. Existe uma vasta bibliografia sobre esta matéria que se encontra citada no final do presente trabalho, da qual apenas salientamos: Brigitte Bagnol, «Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique», in *Análise Social*, vol. XLIII, (2.º). Lisboa, 2008, pp. 251-272; Paulo Granjo, «Wining back our good luck: bridewealth in nowadays Maputo», in *Ufahamu*, 32 (3), Los Angeles, 2006, pp. 132-162; F. Teixeira, *O Lobolo*, Maputo, Instituto Superior pedagógico, série «Trabalho dos Alunos», n.º 5, 1987; H.B.G. Welch, *O Lobolo: por Uma Estratégia Adequada*, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Direito, Maputo, 1982 (dissertação de licenciatura); José Negrão, «Sistemas costumeiros da terra em Moçambique», in Boaventura Santos e João Carlos Trindade (eds), *Conflito e Transformação Social: uma Paisagem das Justiças em Moçambique*, Porto, Edições Afrontamento, vol. 2, 2003, pp. 229-259.

²⁵ Cf. Adriano Moreira, «As elites das províncias portuguesas de indigenato: Guiné, Angola e Moçambique», separata da *Revista Garcia da Orta*, vol. 4, n.º 2, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1956.

Representações





Escala e identidade na obra *Como eu atravessei a África* de Serpa Pinto

José Ramiro Pimenta*

Ana Francisca de Azevedo**

P. 53-64

A 'região'

Este estudo refere-se a questões de identidade e escala presentes em narrativas de exploração geográfica. A partir de uma análise de uma narrativa de viagem de exploração portuguesa tardo-oitocentista – *Como eu atravessei a África*, de Alexandre Serpa Pinto –, intentar-se-á descobrir diversos atributos geográficos-culturais da actividade de um explorador que, em nome da Sociedade de Geografia de Lisboa, cruzou os territórios da África austral ao serviço do Governo português.

Este estudo será estruturado segundo uma ordem de *escala*: i) iniciar-se-á por apresentar a organização regional dos *espaços de poder colonial*, nela contextualizando o posicionamento geopolítico de Portugal no arranjo geral da Europa; ii) seguir-se-á uma apresentação sócio-topográfica das *paisagens de representação* promovidas pelos grupos sociais de que o explorador emerge na rede social do Portugal 'liberal' tardo-oitocentista; iii) tomar-se-á ainda em consideração a natureza incarnada dos *lugares de prática* em que ocorre a actividade de exploração, especialmente o modo como as concepções masculinistas do empreendimento colidem com inesperadas capacidade de acção da natureza, 'raça', género e sexualidade.

Finalmente defender-se-á a necessidade de uma história da Geografia e da exploração que seja culturalmente diferenciada, que tome em consideração a natureza e expressão das diversas culturas de exploração que foram levadas a cabo por países periféricos no contexto da Europa colonial do fim do século dezanove.

O mapa seguinte ilustra a visão do espaço de exploração quando tomada de um ponto de vista 'cartesiano' – um artefacto de visualização incorpóreo e abstracto que se relaciona com os dispositivos de poder e conhecimento que estão ao serviço estrito da dominação colonial da região. Através dele, podemos deduzir a natureza da confrontação geopolítica que ocorre no tempo do explorador cuja narrativa seguimos de perto.

A Grã-Bretanha evolui a partir do sul, enquanto Portugal pretende aproximar os 'estreitos' domínios das costas ocidental, e oriental com a intenção de os fundir através da faixa de terra que lhes é intermédia. Esta é uma corrida contra o tempo,

* Faculdade de Letras. Universidade do Porto.

** Departamento de Geografia. Universidade do Minho.

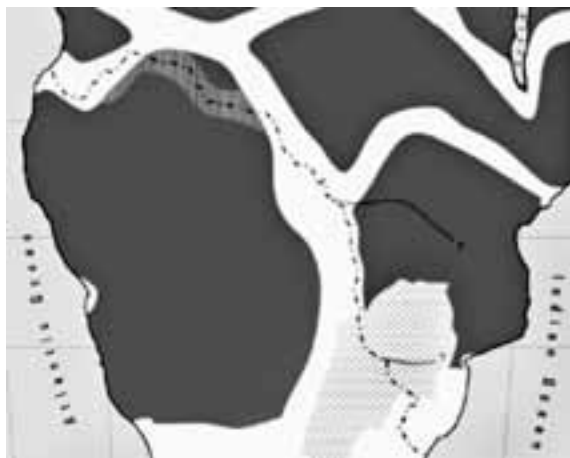


Fig. 1 – Espaços de poder na África austral c. 1778. [A branco, os espaços já conquistados pelas potências europeias. A região a pontilhado indica o espaço ocupado pelos Boers (Voortrekkers). A travessia de Serpa Pinto está indicada por uma linha a tracejado; desta derivam duas linhas a pontilhado que representam os dois percursos que o explorador chegou a ponderar percorrer para unir a África Ocidental e Oriental Portuguesas – de ambos foi obrigado a desistir. A ‘terra incognita’ (do ponto de vista dos Europeus) que o explorador português explorou e cartografou indica-se com um zebreado a cinzento-e-branco.]

e rapidamente evoluíra para norte. No momento preciso desta narrativa (fins de 1877-inícios de 1879), estão em curso alguns episódios dramáticos da guerra entre a Grã-Bretanha e alguns dos povos africanos (como a guerra com os Zulus perto de Pretória) assim como contra os *Boers*: Natalia já havia caído; a tomada de Orange e Transvaal está então a consumir-se.

Poder

O governo português acredita que se vive um momento urgente, caso contrário a longa presença secular de Portugal na região da África austral pode ser posta em risco. A viagem de Serpa Pinto, organizada a nível governamental, não é acidental, como também não o é a sua trajectória. O explorador explicitamente (e significativamente) afirma que os seus ‘inimigos’ por duas vezes o impediram de ‘unir’ as costas ocidental e oriental da África sob domínio dos Portugueses: em primeiro lugar, quando, em Lialui, a cidade capital do Barotse, sofreu um ataque desferido pelo rei Lobossi, a que se sucedeu a inevitável debandada de carregadores e o furto das mercadorias, forçando-o a desviar a viagem para sul e abandonar definitivamente o caminho de Tete-Zombe-Quelimane; em segundo lugar, quando, em Pretória, ainda considerava viajar directamente para leste

porque, como o espírito das conferências internacionais havia instituído, os primeiros a reclamar a presença e efectivo domínio dos territórios, ganhariam o direito de os possuir e explorar. ‘África’, nesta visão apoloniária e desincarnada, é um imenso território ‘negro’, em que alguns clarões da ‘luz’ europeia desenham corredores de penetração dos futuros domínios-a-haver. Um óbvio desrespeito dos habitantes prévios da terra é expressão e causa do empreendimento, sejam eles verdadeiramente Africanos nativos ou colonizadores Europeus com uma presença já bissecular (*Boers*).

A Grã-Bretanha claramente lidera a corrida. No século que precede a narrativa de Serpa Pinto, ‘*Rule Britannia*’ já plenamente ocupara a colónia holandesa do Cabo

de modo a atingir a Baía da Lagoa (hoje, Baía de Maputo), onde se situava a cidade portuguesa de Lourenço Marques (Maputo), tendo neste caso sido impedido de o fazer pela eclosão de um episódio severo da guerra dos Zulus. Esta é a razão porque, apesar de ter sido um importante feito pessoal, a viagem de Serpa Pinto não poder ser considerada um sucesso do ponto de vista do governo de Portugal: o seu carácter *majestático* apenas poderia ser inteiramente cumprido se o explorador, de um modo decisivo, tivesse iniciado a jornada na ‘África Portuguesa ocidental’ e terminado-a na ‘África Portuguesa oriental’ – mas, tal não sucedeu, porquanto o explorador se viu obrigado a declinar a sua rota em direcção a sul através de territórios dominados por *Boers* ou Britânicos.

Conhecimento

No contexto das narrativas de exploração, tão importante como a análise da expressão do *poder* sobre a terra é a correlativa análise da expressão do seu *conhecimento*. Não se trata apenas de atravessar e ocupar terras ‘desconhecidas’, mas de as reconhecer rigorosamente, traduzindo-a numa forma cartográfica reconhecível e reconhecida diplomaticamente nas conferências internacionais. É este o momento em que a ‘*Geografia*’, como ciência e discurso, adquire toda a importância como dispositivo retórico e fáctico da apropriação da terra. Alguns ocidentais haviam já pisado antes estes lugares, especialmente comerciantes e missionários, mas, ao contrário deste novos viajantes – os *geógrafos* – aqueles não poderiam, com precisão, situar um ponto ou desenhar uma linha num mapa da região.

É por esta razão que se assiste a uma especial configuração do poder geopolítico e da ciência geográfica ser concretizada na forma das *sociedades geográficas*, instituições que, com vantagem, fundiam as intrincadas relações do ‘conhecimento-de’ e ‘domínio-sobre’ África. A Sociedade de Geografia de Lisboa, apesar de ser um irmão tardio de outras instituições congéneres de mais conspícuas potências coloniais da Europa, nasceu certamente muito a tempo de cumprir o seu objectivo primordial.

O carácter especialmente ‘geográfico’ do conteúdo das missões de exploração pode, com facilidade, detectar-se na extensa colecção de instrumentos que um explorador faz transportar na sua missão, bem como nas referências recorrentes a observações e medições que assenta no seu diário – e, finalmente, e mais importante, nos esboços cartográficos que acompanham as suas notas escritas, e nas versões cuidadas que ilustram a versão publicada da narrativa de viagem.

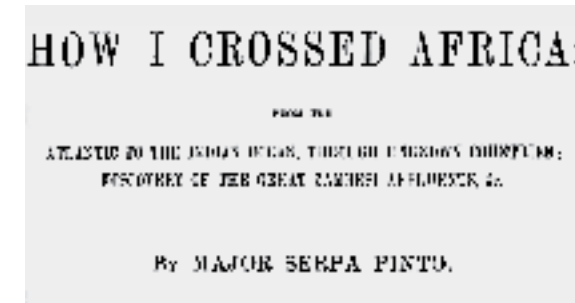


Fig. 2 – Como eu atravessei a África. [A importância da ‘terra incognita’ na representação da literatura de viagem de exploração, explicitada no subtítulodo seu livro: ‘através de regiões desconhecidas ... a descoberta dos afluentes do Zambeze’].



Fig. 3 – ‘A nascente do Cuando’. [A ‘Geografia’, como ciência e discurso, adquire toda a importância como dispositivo retórico e fáctico da apropriação da terra. Alguns ocidentais haviam já pisado antes estes lugares, especialmente comerciantes e missionários, mas, ao contrário deste novos viajantes – os geógrafos – aqueles não poderiam, com precisão, situar um ponto ou desenhá-lo num mapa da região].

Serpa Pinto não é, a este respeito, muito diferente de outros exploradores. Ao longo das páginas do seu livro, podemos encontrar inúmeros exemplos da sua actividade de levantamento geográfico, juntamente com muitos exemplos de representações cartográficas de terras até então *incognitae* (para os Europeus), especialmente minuciosos no que diz respeito à parte do seu trajecto (os ‘grandes afluentes do Zambeze’)¹ de que o explorador faz questão informar não ter sido nunca atravessada, reconhecida nem cientificamente mensurada ou cartografada por nenhum outro ‘homem branco’.² A mensuração e cartografia da terra era um objectivo de tal modo crucial da missão que, num dos momentos mais ferozmente ‘stanleyanos’ ao longo de toda a missão, Serpa Pinto ameaça de morte o seu assistente adolescente Pepeca, se ele alguma vez se esquecesse de alimentar a corda dos cronómetros.

O ‘acampamento’

Se temos a intenção de apreender a expressão completa das geografias culturais da exploração, então temos de aproximar a objectiva epistemológica da narrativa e

¹ O subtítulo ‘Descoberta das grandes afluentes do Zambeze’ surge em algumas versões inglesas do livro *Como Eu Atravessei a África* (e.g. as impressões de 1881, publicadas em Londres pela editor Low, Searle, Marston and Rivington, ou em Hartford, Connecticut, pela editora Bliss and Co.).

² Esta é a razão por que os esboços cartográficos mais detalhados que acompanham o livro de Serpa Pinto se referem às regiões que se estendem entre o Bié e o rio Cuchibi. A mesma região que, no mapa ‘regional’ que acompanha este nosso estudo, notamos com um ‘zebrado’ branco-e-cinza.

intentar reconhecer como este grupo de homens armados evolui no terreno e como se relaciona com os diversos tipos de pessoas que encontra pelo caminho. Seria desejável poder ter uma visão completa de todas as ‘vozes’ presentes neste encontro, mas infelizmente o único acesso directo de que dispomos é a narrativa escrita pelo explorador (homem e branco), todas as outras sendo apenas indirectamente apreendidas, e não tão presentes quanto a sua própria. Em todo o caso, a voz do explorador tem um poder ressoante que nos permite penetrar o que seria a ‘topografia social’ europeia das culturas de exploração, isto é, detectar, através das espacialidades do acampamento, o modo como as novas classes em ascensão no Portugal ‘liberal’ e capitalista das últimas décadas do século dezanove concebiam África e a exploração colonial da sua terra e gente.

África é vista como uma terra ‘selvagem’ e, assim, todo o tipo de relações que se estabelecem entre ela e o explorador reflecte esta determinação mental prévia: África é concebida e descrita com uma terra selvagem, repleta de animais ferozes, habitada por gente incivilizada, em que e em quem se admite toda a forma de violência ‘funcional’ em ordem ao objectivo único de obter a submissão. Existem, claro está, algumas notas agradáveis que acompanham a descrição de um traço exótico de natureza ou a característica ‘edénica’ de gentes, mas a imagem geral desenha-se segundo uma fenomenologia do ‘negro’: o clima é doentio, os solos miasmáticos, as florestas impenetráveis, os animais ferozes, as pessoas traiçoeiras... África é *inconfiável* em todas os seus aspectos e o explorador que ‘não firme esse princípio no seu espírito, inevitavelmente encontrará ali a sua sepultura’.³

Se pudéssemos deduzir (no sentido etimológico de reduzir às suas propriedades comuns) um ‘acampamento’ típico de entre as múltiplas descrições dos diversos acampamentos que o explorador estabelece ao longo da sua viagem, uma imagem óbvia de ‘alteridade-armada’ claramente acabaria por emergir, isto é, o uso constante de armas de fogo para se proteger de pessoas e animais, para matar animais e pessoas se necessário for.

Natureza

Um dos aspectos mais marcantes da relação do explorador com a natureza não é, em si mesmo, o acto de matar animais ‘selvagens’: a necessidade óbvia de alimento e a impossibilidade de ele ser transportado desde o início da viagem naturalmente elege a caça como uma estratégia central de provisão de comida. A questão reside em outro lugar e refere-se à consigna cultural do acto de matar: frequentemente o autor informa-nos de que os animais não são apenas uma fonte de alimentação, mas também vítimas do prazer de caçar. Existe uma óbvia indicação de que a caça –, sobretudo quando se trata dos grandes animais da selva – é uma luta ‘um-contra-um’ pelo privilégio da dominação do território: leões e leopardos, crocodilos e búfalos, são meticulosamente abatidos não por que venham a servir de alimento da caravana, ou para impedir que o acampamento seja posto em risco, mas simplesmente porque o explorador não

³ Serpa Pinto repetidamente afirma, ao longo das páginas do seu livro, uma espécie de ‘princípio fundamental do explorador de África’, que admite lhe ter sido em parte confirmado por Stanley, após o encontro entre os dois, quando o explorador britânico-americano terminava uma das suas viagens de exploração: ‘Nunca confiar em nada nem em ninguém’.

Just as I reached it, I knoched over an animal, which I believe is called *Leopardus jubatus*, whose skin went to swell the number which constituted my feline bed. This skin, on which I slept as far as Pretoria, I subsequently presented to Dr. Boeige.

The *Leopardus jubatus* must be rare, as I only saw two specimens throughout the course of my journey.

Fig. 4 – ‘A orgia da caça’. [Existe uma óbvia indicação de que a caça –, sobretudo quando se trata dos grande animais da selva – é uma luta ‘um-contra-um’ pelo privilégio da dominação do território: leões e leopardos, crocodilos e búfalos, todos são meticulosamente abatidos não por que venham a servir de alimento da caravana, ou para impedir que o acampamento seja posto em risco, mas simplesmente porque o explorador não ‘consegue deixar de o fazer’].

como em relação à natureza, se considera o relacionamento do explorador com as gentes da terra. Aqui e ali alguns comentários elogiosos são explicitados em relação a uma personagem em particular com quem o explorador se cruza ao longo da viagem; porém, a representação dominante dos povos nativos australo-africanos é a de incivildade, indolência e traição. Mesmo quando, por exemplo, a descrição do povo *basoto*, exprime um tom diferente do de depreciação geral (em relação à crise missionária do explorador a que mais tarde nos referiremos), a descrição dos vários povos não varia muito. Seja porque detêm o uso de comer a carne putrefacta de animais recém-enterrados (algum canibalismo é também sugerido), ou porque não se conformem com o cânone ocidental de casamento, higiene ou ‘honra’, estas gentes são continuamente apodadas de ‘selvagens’ e, mais importante, de ‘maliciosas’ – neste pormenor a representação de África está muito longe das descrições edénicas dos ‘índios’ americanos que os primeiros ‘descobridores’ dos inícios do século dezasseis nos deixaram. Aos olhos das últimas décadas do século dezanove não existe lugar em África para ‘graça inocente’, tudo está repleto de ‘selvajaria’ e ‘maldade’, nas feras e nos humanos com os quais nenhuma relação de mútuo equilíbrio se admite.

Civilização

Por esta razão, os encontros de ‘vizinhança’ que se estabelecem entre o acampamento do explorador e as povoações das populações africanas são sempre entretidas de uma tensão explícita: do mesmo modo como os animais selvagens que rondam o campo (leões, hienas, búfalos...) ou o penetram (escorpiões, aranhas venenosas...) são descritos como letais, também os povos nativos individualmente considerados são considerados também como um inimigo mortal.

O primeiro contacto é sempre ‘económico’ e muito ‘maussiano’ na sua expressão: algumas peças de tecido ou contas de missanga são intercambiadas por cereal ou pequenas aves domésticas comestíveis; se o negócio é mais importante, e o explorador necessita atravessar um curso de água com as canoas de uma aldeia, então alguma pólvora ou até

‘consegue deixar de o fazer’, do mesmo modo como ‘um jogador não consegue afastar-se da mesa das cartas’. E mesmo se, a determinada altura, esta orgia de morte parece começar a afectar o explorador (voltaremos mais tarde a este ponto), facilmente se poderia elencar uma longa lista de animais que encontraram o seu fim apenas por que cruzaram o seu caminho com o insaciável predador humano.

O mesmo sucede quando,

armas têm de passar para as mãos das autoridades locais, juntamente com a infamante aguardente.

Por vezes, o arranjo entre as partes é suficiente para que a caravana possa seguir viagem, mas em outros casos o poder local torna-se conspícuo e não aceita as condições propostas pelo explorador. Tal sucedeu em Lialui, onde a caravana é obrigada a lutar duro combate, que será responsável pelo insucesso parcial das determinações iniciais do governo português que exigiam o cruzamento da região entre as costas angolana e moçambicana. Localizada no âmago da região a atravessar, em pleno caudal pantanoso do Zambeze médio, a capital Lialui torna-se a ilustração perfeita da ‘alteridade-armada’ a que antes fizemos referência.

A enorme superioridade numérica terá convencido o rei Lobossi dos Lozi a atacar o acampamento do explorador. A acreditar na narrativa de Serpa Pinto, todos os esforços de sã convivência haviam sido contratados e todos também desrespeitados. A resposta por parte do explorador seria tão brutal como o próprio ataque do rei; utilizando as carabinas de caçar elefantes, providas de munições explosivas de nitro-glicerina (o que torna ainda mais vívida a compração que antes fizemos), o ‘acampamento’ contra-ataca fazendo explodir a cabeça ou a arca do tronco dos guerreiros africanos, numa ‘fenomenologia da morte’ até então desconhecida entre os Lozi, que se tornaria o principal argumento da vitória relativa do ‘acampamento’ sobre a ‘cidade’, e o modelo mais vigoroso da violenta ocupação da terra no século que se seguiria.

A ‘tenda’

Porém, qualquer caracterização das culturas de exploração estaria incompleta se não dedicássemos alguma atenção à escala do corpo.

Uma viagem de exploração é certamente uma actividade fortemente ‘corporeal’, embora nem sempre acessível nas narrativas – a este respeito, gostaríamos de juntar um argumento mais em favor da necessidade de uma *geografia cultural das culturas de exploração* – pois o autor que seguimos providencia-nos um conjunto numeroso de detalhes acerca da sua condição física e íntima, com uma loquacidade que um explorador britânico ‘comum’ não deixaria de considerar excessiva (para dizer o menos).⁴

⁴ Significativamente, a edição do livro em língua inglesa não inclui algumas das passagens mais loquazes que se mantêm na versão em português.

It must not be thought, however, that the Hilenus have any objection to flesh; in this country, they devour all tant falls in their way, and prefer it in a state of putrefaction.

Lions, jackals, hyenas, crocodiles, and all the carnivora are consumed with like gusto, but they have a special liking for dogs, which they eat up for food. This fondness may perhaps have arisen from the scarcity of animal food existing in the country. They are not positively cannibals, but they do from time to time indulge in a mouthful or two of a rounded neighbour. They prefer, it appears, the old, and a white-haired ancient is a present fit for a Ezoa or a wealthy native chief who is going to give a banquet.

Fig. 5 – ‘Civilização’ [A não conformidade com o cânone ocidental de casamento, higiene ou ‘honra’, as gentes com que Serpa Pinto se cruza são continuamente apodadas de ‘selvagens’ e, mais importante, de ‘maliciosas’ – aos olhos das últimas décadas do século dezanove não existe lugar em África para ‘graça inocente’].

Isso permite-nos, assim, ter acesso a algumas expressões da identidade que não estão usualmente presentes nas narrativas mais distantes formuladas na 'terceira pessoa do singular'. Gostaríamos de abordar a identidade da cultura de exploração à escala da 'tenda' segundo dois modos: *doença* e *desejo*.

Doença

One Paris orders being thus well in hand, we started for London, where we purchased our chronometers, of the firm of Dent, and sundry instruments of Cassell's; a good store of sulphate of quinine was also laid in, and many india-rubber articles were procured from Mackintosh, among others being two boots and some folding laths.

Fig. 6 – 'Sulfato de quinino e seringas hipodérmicas'. [A doença e o sofrimento físico estão sempre presentes como elementos centrais nas narrativas de exploração. Ao tempo, na Europa, uma ciência médica ainda incipiente conquistava alguns sucessos concretos, o que significava que já se insinuava um sentido de auto-domínio das condições de saúde do corpo humano. Porém, incipiente como era, não se revelava tão garantidamente eficiente nas terras longínquas de África].

Algumas substâncias farmacológicas e alguns instrumentos poderiam ser transportados pela caravana – existem inúmeras referências ao longo das páginas do livro ao sulfato de quinino e a seringas hipodérmicas – mas enquanto se caminhava pelo centro 'selvagem' da África austral não muito poderia ser feito para prevenir a exaustão física que inevitavelmente ocorria sob as condições extenuantes da viagem.

Como em qualquer outra descrição de uma 'viagem de exploração', também aqui podemos contar os numerosos exemplos da mortandade que atinge a caravana, juntamente com múltiplas referências a outros 'brancos que vieram a África encontrar a sua sepultura'.

O que parece de algum modo original nesta narrativa, e é a esta luz que gostaríamos de a analisar, é o modo como a condição do explorador segue de tão perto a avaliação psicológica que de si mesmo faz ao longo do curso dos acontecimentos, configurando uma evidente subordinação do sentimento ao pressentimento.

Um mapa teria sido útil neste contexto. Se pudéssemos olhar com atenção para os momentos de emergência de 'febre' ou 'dor reumática' e os estados mais vagos de 'depressão', ser-nos-ia evidente quão próxima a emergência destes sintomas está associada aos sucessos ou insucessos da missão do explorador: seja o momento em que os camaradas exploradores (Capelo e Ivens) o 'abandonam' no caminho do Bié, seja quando antecipa o combate em Lialui; ou quando é informado da existência de 'um branco' na margem oposta do Cuando, perto de Embarira. Mas o que é mais significativo, no contexto desta influência psicológica sobre o corpo somático, é o modo como a doença antecipa situações de clímax e como se desvanece assim que

A doença e o sofrimento físico estão sempre presentes como elementos centrais nas narrativas de exploração. Ao tempo, na Europa, uma ciência médica ainda incipiente conquistava alguns sucessos concretos, o que significava que já se insinuava um sentido de auto-domínio das condições de saúde do corpo humano. Porém, incipiente como era, não se revelava tão garantidamente eficiente nas terras longínquas de África.

Algumas substâncias farma-

a verdadeira acção se inicia: dois exemplos ilustrativos poderiam ser o mergulho do seu corpo semi-paralisado com dores reumáticas nas águas revoltas do Zambeze, ou o desaparecimento súbito dos sintomas de febre após uma batalha armada.

Desejo

O desejo detém um papel proeminente em algumas narrativas de exploração. A urgência em deixar as zonas temperadas, e levar a cabo viagens demoradas em remotas regiões tropicais, contactando com gentes e costumes tão diferentes, é frequentemente animada pela fantasia e o desejo, como, entre muitos outros, se torna tão decisivamente óbvio no caso do explorador inglês Richard Burton.

Do mesmo modo, podemos constatar como o comportamento do nosso explorador se relaciona intimamente com o desejo e sexualidade. Nele assistimos a uma comum representação dos povos africanos como sendo sexualmente activos e indulgentes, e aos quais dedica um número significativo de linhas do seu texto, fazendo constantes referências à omnipresente nudez do corpo de mulheres e homens. Obviamente, podemos sentir um olhar ambivalente por parte do explorador – a visão do corpo seduzindo o homem, a sua crua apresentação detendo o Europeu].

Este domínio do corpo, desejo e sexualidade é tão mais significativa, quando o explorador explicitamente se apresenta a si próprio como uma personalidade não inteiramente desprovida de caracteres de 'donjuanidade'. Sob matizes eminentemente masculinistas, não deixa de fazer referências e mesmo narrar pequenos episódios que, num tom 'wertheriano', permitem ao leitor construir uma imagem de um sedutor militar a cujos encantos algumas jovens mulheres de Lisboa não teriam sido indiferentes. Neste contexto, torna-se ainda mais significativo o episódio entre os Ambuelas. Ali, duas jovens mulheres, com dezasseis e dezoito anos de idade, as filhas do rei, por ordem directa de seu pai, apresentaram-se no acampamento com a intenção de demorarem uma noite completa na tenda do explorador.

Os atributos de um 'masculinismo-confundido' podem ser vistos neste passo. A crua disponibilidade do corpo feminino induz uma inesperada reticência do corpo do próprio explorador, e apenas a influência maternal de uma mulher mais velha que acompanhava a caravana permite que a estranha situação se resolva (em última instância, este episódio irá contribuir para um sentimento generalizado de crise no explorador, que contém outras dimensões, e a que mais à frente, nos comentários conclusivos, não deixaremos de fazer referência).



Fig. 7 – 'Opudo'. [Serpa Pinto faz constantes referências à omnipresente nudez do corpo de mulheres e de homens. Obviamente, podemos sentir um olhar ambivalente por parte do explorador – a visão do corpo seduzindo o homem, a sua crua apresentação detendo o Europeu].

Após atravessar as vastas regiões do Zambeze médio e o deserto do Kalahari, o explorador recuperará o contacto com mulheres jovens de ascendência europeia mas, significativamente, admite perante o leitor que perdeu todos os hábitos de como lhes ser agradável; e de um modo muito óbvio ilustra esta incapacidade quando descreve o seu encontro com uma jovem mulher na carruagem que os transporta de Pretória a Durban – *ódio* é o sentimento mais conspícuo que podemos aí ver na sua relação com as mulheres.

Comentários conclusivos: um ‘rapaz’ num mundo de homens?

Como comentário final, gostaria de invocar Mikhail Bakhtin. Quando, referindo-se à caracterização dos géneros da literatura ficcional, aquele autor usa o termo ‘cronótopo’ de modo a questionar – ‘o que sucede à personagem após a sua evolução no espaço-tempo da narrativa?’

Uma questão semelhante se poderia colocar no contexto das culturas de exploração e respectivas narrativas de viagem: *o que sucede a um explorador após ter levado a cabo a sua viagem?* Uma vez que a exploração geográfica era uma actividade muito exigente e ‘exibida’, a questão anterior torna-se ainda mais pertinente quando aplicada a uma personagem peculiar de um texto peculiar – o autor de narrativa de viagem de exploração.

No caso do autor que estamos a acompanhar neste estudo, a resposta que esta questão suscita é decerto significativa. Ali podemos ver um homem que é muito diferente no fim daquilo que era no seu princípio. Mas, significativamente, não tão diferente como quando estava no *seu ponto intermédio* – que melhor prova podemos ter dos efeitos da viagem na narrativa, da narrativa no homem, do *espaço no tempo*? Sejamos mais precisos.

A analogia que de imediato nos surge no espírito é de ‘um rapaz perdido num mundo de homens’. Quando inicia a sua viagem, o explorador é um jovem repleto de ideais de aventura, exímio no uso da carabina, capaz de seduzir uma mulher com a narrativa aventureira das suas viagens. Este personagem é o que, sem dúvida, o autor tem em mente quando, *antes de iniciar a viagem*, decide atribuir ao seu livro o título ‘A carabina d’El Rei’, título que *após a viagem* apenas encabeça o primeiro dos dois volumes, sendo guardado para título da obra completa, ‘Como eu atravessei a África’. O segundo volume apresenta um título bastante inesperado, ‘A Família Coillard’ – e veremos à frente a importância desta evocação no arranjo ‘cronotópico’ da narrativa.

Crise e regressão

Consoante a narrativa da viagem se desenrola, este ‘rapaz’ descreve como entra em contacto com um ambiente desconhecido, uma gente hostil, e então uma mudança interior começa a ocorrer – a doença e o desejo ficam fora de controlo. Mais do que o explorador havia imaginado, África é poderosa, os animais envolventes, os indígenas valorosos, as mulheres sedutoras.

O ‘rapaz’ sofre então uma transformação profunda e começa sentir dúvidas acerca da matança indiscriminada de animais, põe em questão a sua masculinidade, teme intensamente estar sozinho no meio de gente que lhe é estranha. Neste momento,

quando a sua energia inteiramente se esvai, uma espécie de ‘conversão’ ocorre. Na narrativa, esta transformação torna-se finalmente explícita na descrição que o autor faz de François Coillard, o missionário francês, um ‘homem que percorre a selva de trás para a frente apenas com uma *badine* na sua mão’. Se recorrêssemos aos termos que Felix Driver utiliza para descrever as duas vertentes da relação do Ocidente oitocentista com a exploração, diríamos que este é o momento em que o ‘militante’ dá lugar ao geógrafo ‘triumfante’ – e esta é a razão por que o autor procedeu à alteração do título da sua obra.

Porém, esta é uma conversão incompleta, e assim que o explorador se aproxima de novo da ‘civilização’, quando atinge Pretória, Durban e finalmente regressa à Europa, o antigo ‘rapaz’ reemerge (embora com óbvias dessemelhanças com o explorador triunfante que havia encontrado Stanley nas primeiras páginas do livro – uma escuridão que ensombra a alma do autor até o fim da sua narrativa); mais uma vez, o caçador sobrepõe-se à natureza, o sentimento ignora o corpo, o ‘rapaz’ impõe-se ao homem.

E afinal, ainda que nos pareça estar em presença de uma óbvia regressão, a transformação interior não deixou de fazer o seu curso e deixar-nos um homem muito confuso no fim da sua viagem. O carácter heróico das recepções, as honras que recebe de vários governos Europeus, a atenção da imprensa, tudo acalenta o espírito de Serpa Pinto por algum tempo, mas o leitor apercebe-se de que nada voltará a ser o mesmo, porque, como o autor explicitamente nos adverte: ‘a seguir à minha viagem, comecei a sentir uma verdadeira paixão pela beleza de uma criança loura’.

Obviamente, a *negra* África reclamou parte importante do explorador. Algures no decurso da sua jornada ele a perdeu e, até ao momento em que nos escreve a sua narrativa, não tinha ainda sido capaz de a recuperar.

Bibliografia

Fontes

- Pinto, A. S. (1881) *How I Crossed Africa*. Londres: Sampson Low, Marston, Searle, e Rivington.
- Pinto, A. S. (1881) *Como eu atravessei África*. Londres: Sampson Low, Marston, Searle, e Rivington.

Crítica

- Bakhtin, M. (1981) *The Dialogic Imagination*. University of Texas Press.
- Blunt, A. & McEwan, S. (2002) *Postcolonial geographies*. Londres: Continuum.
- Burton, R. F. (1881) Review of Serpa Pinto ‘How I Crossed Africa’ (First Notice). *The Academy*, N.º 475, May 21: 365-367; (Second Notice) N.º 475, June 11: 425-426.
- Driver, F. (2002) *The militant geographer*. Oxford: Blackwell.
- Holquist, M. (2002) *Dialogism*. London: Routledge.

- Phillips, R. (1997). *Mapping men and empire. A geography of adventure*. London: Routledge.
- Pimenta, J. R., J. Sarmiento e A. F. de Azevedo (2007). *Geografias pós-coloniais*. Porto: Figueirinhas.
- Pimenta, J. R., J. Sarmiento e A. F. de Azevedo (2011). 'Lusotropicalism: Portuguese tropical geography under dictatorship'. *Singapore Journal of Tropical Geography* 32 (2): 220-235. [doi. 10.1111/j.1467-9493.2011.00430.x.].
- Ricard, A. (2000) *Voyages de découvertes en Afrique*. Paris: Éditions Robert Laffon.
- Santos, M. E. (1988) *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Santos, M. E. (1991) *Das travessias científicas à exploração regional em África. Uma opção da Sociedade de Geografia de Lisboa*. IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia antiga. Série Separatas, 222.

Como Eu Atravessei a África: Um texto de Literatura de Viagens

Fernanda Carrilho*

p. 65-77

Literatura de Viagens – Breve enquadramento histórico

Os primórdios da Literatura de Viagens situam-se na Antiguidade Clássica; podemos encontrá-los em obras como a *Odisseia*¹ e *Eneida* que relatam as atribuladas viagens dos seus heróis, respectivamente Ulisses e Eneias. Os gregos, mas sobretudo os romanos, conhecidos pela sua abertura de espírito, cultivavam o gosto pela viagem. Empreendidas por factores de vária ordem (conquista, negócio, saúde, estudo ou lazer), estas tinham lugar com alguma frequência, sobretudo entre as classes que gozavam de maior desafogo económico. Os destinos mais comuns eram a Grécia e as suas apreciadas ilhas ou o campo onde muitas famílias possuíam as chamadas *Villae Rusticae*. Destas viagens resultaram relatos e descrições dos locais visitados que faziam as delícias dos seus leitores e que, ainda hoje, são sobejamente lidos, citados e apreciados. O *Périplo* de Hanão e as *Histórias* de Heródoto são alguns dos muitos exemplos.

Volvidos muitos séculos, mais concretamente a partir do séc. XV, Portugal, berço dos descobrimentos, revela uma *nova imago mundi*. A descrição do que os Portugueses encontram passa a constituir interesse para o leitor. Hernâni Cidade enfatiza a importância destes textos chegando a afirmar que “são os escritos que verdadeiramente descobrem o que os navegadores acham”².

Estamos perante um vasto manancial de textos da autoria de marinheiros, viajantes, missionários e exploradores, que foram registando, com o aparelho teórico-conceitual que a sua formação permitia, as impressões das terras e das gentes. Este valioso espólio é passível de diferentes abordagens pela história, geografia, antropologia, etnografia, sociologia, entre outras, nunca se esgotando numa só, o que lhe confere uma riqueza ímpar.

Devido ao carácter pragmático de alguns deles, vários críticos literários, entre os quais se encontra João David Pinto Correia³, defendem que, “na maioria, constituem textos paraliterários”. Excluindo, assim, do cânone literário Roteiros, Guias Náuticos,

* CLEPUL (Univ. Lisboa).

¹ Esta epopeia grega, supostamente escrita por Homero, já tem quase 2600 anos.

² Todos os sublinhados que surgirem ao longo deste trabalho são de nossa responsabilidade. Hernâni Cidade, *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina: as ideias, os factos, as formas de Arte, Séculos XV e XVI*, vol. I, Coimbra, Arménio Amado, 1963, p. 197. Sublinhado nosso.

³ João David Pinto Correia, *A peregrinação: autobiografia e aventura na literatura de viagens* / Fernão Mendes Pinto; apresentação crítica, selecção, resumos, glossário e sugestões para análise literária de João David Pinto Correia, Lisboa, Editorial Comunicação, 1983.

Livros de Armação e Livros de Marinharia. Na sua perspectiva, a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto apresenta-se como uma excepção⁴.

Do lado oposto situam-se aqueles que consideram caber dentro da Literatura obras especiais, quer pela sua origem, quer pela sua temática, quer, ainda, pela sua intenção. É nesta linha de pensamento que se encontra Fernando Cristóvão, para quem “o que evidencia o conjunto dos textos de Literatura de Viagens é a sua substância temática”⁵. Contrariamente à maioria dos autores, que parte da teoria para a prática e recorre a modelos teóricos para tentar, de uma forma mais ou menos forçada, “encaixar” os textos nesses modelos pré-existentes, o referido autor parte da prática para a teoria; são os textos que ditam as regras. Para além deste aspecto, apresenta uma divisão em cinco grupos, mais abrangentes, que permite integrar todos os textos. Os itens propostos são: viagens de peregrinação, viagens de comércio, viagens de expansão (política, religiosa e científica), viagens de erudição (formação e de serviços) e viagens imaginárias.⁶

À eterna querela da indefinição do limiar, que separa o literário do não literário, vem juntar-se o carácter opósito e heteróclito destes textos, o que favorece, ainda mais, a heterogeneidade de opiniões.

Embora, como acabámos de ver, não reúna consenso o facto de todos os testemunhos poderem caber dentro do género literário, existe a consciência geral da existência de um *corpus*, cuja forma e conteúdo são muito específicos e se encontra directamente relacionado com a época dos Descobrimentos. Contudo, a forma de nomear estes textos que surgem na justa proporção em que se vai avançando, outros continentes com suas gentes, usos e costumes, tem sido passível de vários “rótulos” pois a natureza heterogénea dos textos é propícia a flutuações.⁷

Colocada de parte a questão da denominação e da literariedade, no que se refere à datação deste tipo de textos escritos por portugueses, existe unanimidade em situá-la no séc. XV, momento em que têm início as viagens portuguesas.⁸

A transformação operada pelas ideias renascentistas conduziu ao antropocentrismo: o homem emprende novas aventuras recuperando a figura bíblica do *homo viator*, trocando a *stabilitas* pela *mobilitas*. A expansão ultramarina é um exemplo claro desse câmbio de pensamento e de valores. O desejo imensurável de destruir as barreiras dogmáticas existentes até então, bem como a curiosidade de conhecer novos mundos, foi mais forte do que toda uma longa tradição secular⁹ e representou uma verdadeira revolução epistemológica.

⁴ *Ibidem*.

⁵ Fernando Cristóvão, “Para uma Teoria da Literatura de Viagens” in AAVV, *Condicionantes Culturais da Literatura de viagens: Estudos e biografias*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

⁶ De acordo com esta taxonomia, o texto de Serpa Pinto enquadra-se nas viagens de expansão política, uma vez que se pretende a ocupação daquele espaço, patenteado pelo direito de descoberta e legitimado pelo Vaticano.

⁷ Fazendo uma breve passagem pelos autores que têm tratado este tema, verificamos as denominações oscilam. Óscar Lopes e António José Saraiva optam por “Literatura de Viagens Ultramarinas”; Jacinto do Prado Coelho fala em “Literatura de Informativa”; Maria Ema Tarracha Ferreira elege “Literatura dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa”; Hernâni Cidade opta por “Literatura de Expansão”; Joaquim Barradas de Carvalho prefere um nome mais abrangente “Literatura Portuguesa de Viagens da época dos Descobrimentos”. Estes são alguns dos muitos exemplos existentes.

⁸ Manuel Simões refere que as narrativas de viagens “datam provavelmente dos primeiros ensaios no atlântico e ao longo da Costa africana feitos pelas caravelas do Infante, determinando um género específico, a chamada “literatura de viagens”” (*A Literatura de Viagens nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Editorial Comunicação, 1985, p. 11).

⁹ Santo Agostinho não deixa de criticar essa “*concupiscentia oculorum*” no Livro X das *Confissões*.

A expansão vai ser a grande responsável por sucessivas mudanças neste campo. Em primeiro lugar teve o mérito de “ressuscitar” o interesse pelos antigos livros de Literatura de Viagens e, em segundo, o contacto com o novo mundo vai desencadear a surpresa no olhar do vidente e, conseqüentemente, o desejo de mimetizar esse real para o dar a todos aqueles que não tinham a possibilidade de assistir *in loco* àquele desfilar de novidades, dando origem a uma avalanche de novos textos. Foram, assim, surgindo descrições, roteiros, itinerários, entre muitos outros, movidos “pela necessidade de representação e apreensão do mundo conhecido”. Rapidamente estes textos ganharam um público fiel e as suas impressões/reimpressões não cessaram. Segundo Suzanne Daveau¹⁰, os textos de viagens começaram a ter tanto sucesso que a sua impressão competia com a da *Bíblia*, entre os livros mais impressos¹¹. O Padre António Vieira, no *Sermão da Epifania*, congratula-se com a emergência destes textos que serviam para revelar “o Mundo Novo tão oculto dentro do mesmo mundo”¹² e tiveram a capacidade de “atestar permanentemente a marca lusitana na grande obra universal de pôr em contacto povos e civilizações que antes se desconheciam”¹³. Para além disso, com a permanente actualização dos locais representados, vai ter uma importância primordial na evolução da cartografia.

Um outro factor que terá estado nesta eclosão da Literatura de Viagens prende-se com a invenção da imprensa, em 1455. Os textos manuscritos, preciosos tesouros a que poucos tinham acesso, dão lugar ao texto impresso não só mais acessível, do ponto de vista económico, como mais célere e eficaz, em termos de divulgação.¹⁴

Com o passar dos séculos, muitos mitos vão caindo por terra e os relatos *solí empirici* dos séculos XV e XVI, onde predominava o fascínio pelo desconhecido, pelo diferente, pelo exótico¹⁵ vão, no séc. XVII e meados do séc. XVIII, traduzir-se num desejo de ocupação dos territórios anteriormente descobertos; daí o carácter encoimástico de muitos deles. No final do séc. XVIII e no séc. XIX, o espírito *naïve* e de encantamento que havia animado os primórdios das descobertas tinha desaparecido quase por completo. Aos viajantes passa a ser exigida uma certa preparação, um pré conhecimento dos locais a percorrer, bem como o conhecimento e utilização de instrumentos muito específicos, para que dessas observações resultassem trabalhos verdadeiramente científicos. Importava dar a conhecer uma realidade isenta (tanto quanto possível) de fantasias.

Surgem então as chamadas viagens científicas cujo objectivo se mantinha o mesmo das do séc. XV: enfrentar e conhecer o ignoto. Contudo, graças a factores de ordem diversa, entre eles a revolução industrial, as suas observações já não se limitavam a

¹⁰ Suzanne Daveau, *La Géographie dans les Roteiros Portugais du XVème et XVIème Siècle*, (texto policopiado, relatório 9), Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1988.

¹¹ O *Dictionnaire français* de P. Richelet de 1680 dá conta da existência de 1100 narrativas de viagens impressas (Pierre Richelet, *Dictionnaire français contenant les mots et les choses, plusieurs nouvelles remarques sur la langue française: Ses Expressions Propres, Figurées & Burlesques, la Prononciation des Mots les plus difficiles, les genres des Noms, le Regime des Verbes avec Les termes les plus connus des Arts & des Sciences, le tout tiré de l'usage et des bons auteurs de la langue française*, Geneve, Chez Jean Herman Widerhold, 1680) e, dez anos mais tarde, Furetière aumenta o número para 1500 exemplos (*Voyager*, p. 128).

¹² Avelino Teixeira da Mota, *Dois escritores quincentistas de Cabo Verde, André Álvares de Almada e André Dornelas*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1971, p. 17.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ À importância da imprensa Wolfzettel, acrescenta a dos salões literários. (*Voyager*, p. 130).

¹⁵ Este era o tempo em que Levis Strauss gostaria de ter vivido “quando nos era oferecido um espectáculo que ainda não fora estragado ou maldito”. (*Idem*, p. 23).

um olhar ingénuo e contemplativo, uma vez que iam munidos de instrumentos que lhes permitiam chegar a conclusões mais objectivas.

Com a evolução dos meios de transporte, o aumento do nível de vida e a difusão de imagens através dos *mass media* deixa de ter interesse contar o que todos podem ver. Nas palavras de Fernando Cristóvão, “o turismo alterou por completo os hábitos ancestrais da viagem, da leitura e da narração, fechando o ciclo da Literatura de Viagens e iniciando uma realidade diferente”¹⁶.

Como Eu Atravessei a África – Um texto de Literatura de Viagens?

Feita uma sucinta apresentação de algumas das questões que se colocam à abordagem desta temática, mantém-se a dúvida: tratar-se-á *Como Eu Atravessei a África*, do Major Serpa Pinto, de um texto de Literatura de Viagens?

Para chegarmos a uma conclusão, interessa não só a verificação histórica, enquanto documento, mas principalmente a perspectiva estético-literária que este contém, enquanto objecto de fruição artística. A importância destes textos e os estudos sobre a sua problemática justificam-se, sobretudo, em países como Portugal, que contam com uma longa tradição no âmbito marítimo.

As viagens de exploração em África proliferaram no séc. XIX. Potências imperialistas com tradição colonial, como França, Inglaterra, Holanda e Portugal, e outras, como a Bélgica, Itália e Alemanha, também competiam nesta corrida que visava, acima de tudo, o domínio e subjugação de raças e civilizações consideradas inferiores. Este processo raramente foi pacífico e, por vezes, só era alcançado através da escravização dos indígenas. Até à data o conhecimento não ia muito além da franja costeira e das margens dos grandes rios.

Financiadas por sociedades científicas e por estados ou empresas capitalistas, pretendiam a exploração e conquista a partir do litoral africano até ao seu interior, que era ainda pouco conhecido.

Serpa Pinto é um dos aventureiros que integraram uma expedição organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa. O seu objectivo era ligar Angola a Moçambique, determinando a prioridade dos portugueses no descobrimento das regiões intermédias. Consciente da modernidade do seu projecto¹⁷, o Major sonha-o com precisão factual e rigor científico; é essa mesma preocupação que dá conta num longo Prólogo que se estende ao longo de nove páginas.

Como Eu Atravessei a África surge no momento em que se estava prestes a encerrar o ciclo das descobertas, iniciado no séc. XV com as viagens marítimas e que culminou com as terrestres no séc. XIX. A visão destes textos permite (re) observar todo o processo dos descobrimentos e expansão portugueses no séc. XIX.

Iremos, assim, estudar, de uma forma breve, os processos semânticos, retóricos, entre outros, utilizados pelo seu autor para transformar um texto puramente técnico, num outro com contornos nitidamente literários.

¹⁶ Fernando Cristóvão, “Para uma Teoria da Literatura de Viagens” in AAVV, *Condicionantes culturais da Literatura de Viagens – Estudos e Bibliografias*, Coimbra, Livraria Almedina, 2002, p. 28.

¹⁷ “(...) uma das mais felizes e auspiciosas tentativas modernamente feitas por Portugal” (*Como Eu Atravessei a África* pp. V-VI-I). Doravante para citar a obra utilizar-se-á a sigla CEEA seguida da página e volume.

O estudo de todos os aspectos que poderão esclarecer a literariedade, ou não, do texto não caberia num trabalho desta índole. Nesse sentido optámos por estudar dois que nos parecem inequívocos a este nível. São eles a importância das palavras do *Incipit* e o papel da descrição na Literatura de Viagens. O primeiro prende-se com a forma e o segundo com o conteúdo. No desenvolvimento desta apresentação, por questões que se prendem com a estrutura lógica do discurso, iremos inverter a sua ordem.

Começando pelo título da obra, verificamos que ele funciona como mediador entre esta e o leitor e cria um certo horizonte de expectativas, uma vez que o autor esclarece, logo à partida, as principais coordenadas em torno das quais gira todo o texto. Longe da extensão dos títulos dos primeiros relatos de viagens, que se apresentavam quase como um resumo do seu conteúdo, em Serpa Pinto a economia de palavras não esconde do leitor a temática tratada.

Em *Como Eu Atravessei a África* o título é quadruplicamente informativo: “**Como**” aponta para a descrição, modo narrativo eleito para dar a conhecer aquele mundo; “**Eu**” (Serpa Pinto), sujeito que protagoniza esta odisseia e que se insere dentro do discurso autobiográfico; “**atravessei**” remete para o percurso realizado pretérito perfeito, portanto trata-se de acção concluída; “**a África**”, espaço onde decorre toda a acção, um continente cujo interior se mantinha, em grande parte, desconhecido. De notar que o nome (África) aparece antecedido do determinante definido visando identificar concretamente aquele espaço.

Com os descobrimentos um novo mundo se abre aos olhos do homem e é necessário mimetizá-lo, traduzi-lo por palavras, dá-lo a conhecer a todos os que não têm a oportunidade de o presenciar. E é aqui que a descrição toma um papel primordial. Mais importante do que contar facécias era revelar aquilo que os olhos viam. Destruir mitos, ou confirmá-los, era através da linguagem que tudo se dava a conhecer. É a linguagem que funda o real.

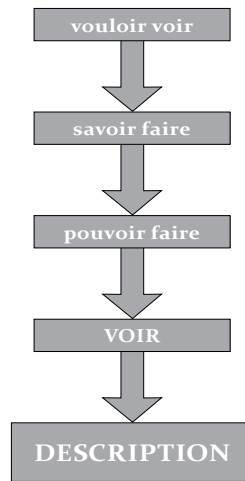
Falar de descrição em Literatura de Viagens difere muito da sua aplicação noutros contextos. Tomada durante muito tempo como *ancilla narrationis* (mera serva dependente da narração), a descrição assume, agora, com o aparecimento deste género de textos, um papel de relevo, e até de uma certa autonomia, passando de *ancilla* (escrava) a *domina* (senhora); ela é a poderosa senhora que sustenta os pilares da Literatura de Viagens. Nesse sentido, será interessante estudar a evolução que adquire ao longo do texto.

O aspecto autobiográfico, embora constante em toda a obra, é mais evidente no seu início. Com o decorrer da viagem dilui-se um pouco, por questões directamente relacionadas com a economia da narrativa, e toma posição de relevo a descrição. No final da obra, cumprida que estava a sua missão de atravessar o continente africano, partindo do oceano atlântico e chegando ao Índico, os dias em que espera pela hora da partida são de uma profunda nostalgia e aflora novamente o sentimentalismo do herói romântico, com o qual iniciamos esta viagem por terras africanas. O final marcado por uma forte densidade autobiográfica é como que o fechar de um círculo que se havia iniciado em Angola.

Todo o texto narrativo é interrompido por maiores ou menores descrições que funcionam como uma pausa. Estas são o local onde se “põe em conserva”, onde “se

armazena¹⁸ informação que permite a progressão da narrativa. Munido da paleta de cores que o narrador tem à sua disposição, ele vai dispô-las de forma a produzir o “feito do real”¹⁹. O cromatismo que lhe confere depende, assim, do “vocabulário disponível do autor”²⁰ e nunca da realidade: essa é sempre ilimitada.

A visão que o leitor tem dos acontecimentos é filtrada pela sua focalização que se intromete na narrativa, nunca escondendo (nem pretendendo fazê-lo) a sua subjectividade, e projectando naquilo que descreve as suas emoções, vivências e ideologias. Segundo Philippe Hamon²¹, para se introduzir uma descrição é necessário:



De acordo com esquema verificamos que o narrador reúne todas as condições que lhe permitem fazer chegar até ao leitor verdadeiras descrições literárias.

Durante os próximos parágrafos ocupar-nos-emos “do que” e “como” Serpa Pinto descreve o espaço africano e os seus ocupantes²². Desde a partida de Lisboa, a 5 de Julho de 1877, até à sua chegada a Luanda, no dia 6 de Agosto de 1877, nada nos é dito. O capítulo I começa precisamente com “No dia 6 de Agosto de 1877 chegávamos a Luanda” (CEAA, p. 47-1). Em dois parágrafos dá-nos conta da sua grande preocupação: a procura de carregadores para fazer a travessia. Omite, porém, toda e qualquer descrição de uma viagem que durou 32 dias. Para o narrador é ali que começa a sua odisséia, aquele é o ponto zero do projecto que o levou a África; por isso, no quarto parágrafo reitera a ideia ao dizer: “Chegámos finalmente a Luanda” (*ibidem*).

Neste ponto, daremos conta de algumas daquelas que nos pareceram mais ilustrativas. Em Luanda, começa o narrador a dar a palavra à descrição. O parágrafo que

antecede a de Avelino Fernandez inicia-se com: “Esperava-me no Ambriz Avelino Fernandez” (CEAA p. 48-1). O verbo (esperar) é pretexto para fazer a descrição física e psicológica do indivíduo que aguardava a sua chegada. Aquela cessa com a introdução de um parágrafo narrativo “soube no Ambriz” (CEAA, p. 49-1).

Intercalada por dois breves parágrafos, surge a segunda descrição. A justificação é a visita à “vila e seus subúrbios”; orientando a narrativa refere: “em dois traços vou narrar o que vi” (CEAA, p. 49-1). Segue-se uma descrição onde o narrador tem uma visão panorâmica privilegiada, uma vez que se encontra fora da vila. Uma nota temporal – “No dia 11” (CEAA, p. 50-1) – põe termo à descrição da vila e dá início à do “célebre Jacinto do Ambriz” e que se estende por vários parágrafos (CEAA, pp. 50-51).

Uma das descrições mais interessantes são a que se refere à fortaleza de Caconda e, sobretudo, à figura de José de Anchieta. Para descrever é necessário ver e nesse sentido, o narrador encena a sua chegada ao local: “o senhor Mateus convidou-me a entrar na fortaleza. Logo que passei o recinto das fortificações, vi...” (CEAA, p. 83-1). Parece quase um ritual iniciático: “entrei” “passei” “vi”. O narrador está dentro. Tem uma visão privilegiada, por isso tem autoridade para falar. Em relação a Anchieta, ele manifesta toda a admiração que nutre por tão notável figura e diz: “tive depois ocasião de presenciar o seu viver, que é digno de ser descrito” (CEAA, p. 83-1). Segue-se uma minuciosa descrição de objectos e seres que se encontravam no interior da sua casa e que faziam parte integrante das suas experiências como zoologista.

Uma nova sequência de acções dá origem a uma descrição: “Mostrei o desejo de ir ao Cunene” (CEAA, p. 85-1), “caminhámos (CEAA, p. 85-1), “encontrámos” (CEAA, p. 85-1) e “Passei ali dois dias” (CEAA, p. 85-1). Descreve, então, o rio, as margens, a fauna e a flora. Como já é hábito, é uma notação temporal que põe termo à descrição: “Pelos 11 horas” (CEAA, p. 86-1) e prepara a entrada da narrativa.

É, mais uma vez, o poder do narrador que orienta as sequências narrativas e descritivas: “Deixemos este assunto por enquanto e, antes que continue com a narração das minhas aventuras... cabem-me dizer duas palavras a respeito de Cacunda” (CEAA, p. 88-1). O solo, as plantações (sobretudo as europeias) e o comércio são o alvo das suas atenções. De acordo com Philippe Hamon, para se descrever, “imobiliza-se [a narrativa] por algum tempo num quadro e depois retoma a sua progressão”²³. Como tivemos oportunidade de observar, através dos exemplos apresentados, a descrição não surge de uma forma gratuita, mas encadeada num discurso que é justificado pelo narrador; não é fragmentária mas faz parte de um todo que se constitui como um *topos*.

Serpa Pinto, ainda que não o tenha feito de uma forma consciente e deliberada, age como um romancista e vai ao encontro das teses de alguns autores, nomeadamente, Philippe Hamon, Gérard Genette, Roland Bourneuf e Réal Ouellet. Segundo estes últimos, “o romancista, como o pintor ou o fotógrafo, escolhe em primeiro lugar uma porção de espaço, que enquadra e situa-se a uma certa distância”²⁴. Como vimos, ao longo de todo o texto, Serpa Pinto coloca-se sempre em locais estratégicos e é deles que inicia a descrição.

Segundo Philippe Hamon, no explorador a descrição justifica-se na medida em que corresponde à “proliferação da descrição pela curiosidade de uma personagem transplan-

¹⁸ Carlos Reis e Ana Lopes, *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina, 1987, p. 88.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Philippe Hamon, *La Description Littéraire – de l'Antiquité à Roland Barthes: une anthologie*, Paris, Ed. Macula, 1991, p. 4.

²² Entre as variedades da descrição apontadas pela retórica tradicional, encontramos em CEAA: a prosopografia (retrato físico de uma personagem), a etopeia (retrato moral e psicológico) e a topografia (descrição de uma paisagem).

²³ Philippe Hamon, *La Description Littéraire – de l'Antiquité à Roland Barthes: une anthologie*, Paris, Ed. Macula, 1991, p. 264.

²⁴ Roland Bourneuf e Réal Ouellet, *O Universo do Romance*, Coimbra, Livraria Almedina, 1976, p. 143.

tada para um meio que não conhece”²⁵. O nosso narrador, contrariamente a um Duarte Pacheco Pereira cujas descrições geram um efeito de continuidade, faz uma descrição sincopada e seleccionando sistematicamente a informação que fornece ao leitor e fá-lo no momento que lhe parece mais oportuno. Até nós só chega o que ele nos quis revelar. Guiado pela mão de um narrador bem documentado, o leitor vai seguindo o percurso da viagem, parando, olhando e continuando para parar mais adiante e fazer nova descrição de paisagens e povos. A sua visão não deixa de ser, ainda assim, egocêntrica ou eurocêntrica; por mais que denote uma abertura de espírito e se perceba, ao longo dos dois anos de convívio com os negros, uma certa evolução na forma de os ver e tratar e retractar, não se consegue alhear dos seus valores; tudo é filtrado segundo uma dimensão ética e estética europeia.

Relativamente ao papel do leitor, verificamos que o narrador dialoga com ele e toma-o como seu confidente e companheiro de viagem, desde o primeiro momento. Assim, descreve-lhe o seu estado de espírito, as suas angústias e as suas alegrias, de uma forma por vezes excessivamente hiperbólica, ao estilo de herói romântico, conforme o ilustram os seguintes exemplos: “as dores reumáticas recresciam numa progressão assustadora” (CEAA, p. 126-I), “sofria muito” (CEAA, p. 128-I) e “tive de me recolher muito doente” (CEAA, p. 51-II).

Como tivemos oportunidade de ver, ainda que de forma sumária, a descrição em *Como Eu Atravessei a África* não é meramente decorativa nem tão pouco serve para o narrador exhibir “a opulência do seu léxico e o seu virtuosismo retórico-estilístico”²⁶. Ela assegura a coesão semântica do texto e reveste-se de uma dupla função: informativa ou indicial, na medida em que nos dá informações, e pedagógica, pois esclarece “o menos conhecido pelo conhecido”.

Sintetizando, sob forma de esquema, o modo como a descrição se apresenta, ao longo do texto, pode verificar-se que a “fórmula” introdutória se mantém praticamente inalterável, ao longo dos diferentes capítulos.

Descrição de pessoas:

Verbo Introdutório	Descrição	Fecho
esperava-me apareceu-me vieram	Uma ou várias pessoas	marcas temporais

Outras descrições:

Verbo Introdutório	Locais privilegiados para a descrição	Verbo de percepção	Descrição	Fecho
Entrámos passei presenciar caminhámos dirigi-me	Pontes montes rio	vi olhei contemplei	Paisagens povos costumes produtos	No dia seguinte... Naquele dia... A 12 de Dezembro...

²⁵ Phillipe Hamon, *Categorias da Narrativa*, Lisboa, Veja, s.d., p. 144.

²⁶ Vítor Manuel de Aguiar e Silva, *Teoria da Literatura*, Coimbra, Livraria Almedina, 1987, p. 745.

Até ao momento, reflectiu-se sobretudo acerca do conteúdo da obra; mas que dizer relativamente à sua forma? Será ela tão descuidada como o autor o faz crer?

Prestemos, agora, atenção às palavras de Serpa Pinto presentes no *Incipit*: “Não tem pretensões a obra literária este livro. Escrito sem pretensões de forma” (CEAA, p. XVII-I) e mais adiante reitera este aspecto falando da “in correcção da forma” (*ibidem*). Esta dupla denegação tem como objectivo chamar a atenção do leitor para o facto de a obra ter, sem dúvida, uma pretensão literária. Veremos como o autor dá mostras de algum cuidado, não só ao nível do conteúdo, como também da forma.

Em *Como Eu Atravessei a África*, como podemos verificar pelos exemplos anteriores, o sujeito enunciador assume, desde logo, o seu estatuto de narrador cicerone e autobiográfico que vai dialogando com o leitor. Tomando como “mais verdadeira” a sua obra, em comparação com a de outros autores, ele apresenta-se, através de uma autocaracterização directa como uma autoridade, “só eu sou autoridade” (CEAA, p. XVIII-I), imprimindo, assim, veracidade e cientificidade relativamente ao conteúdo do seu texto. A conotação semântica do verbo “pintar” e a insistência com que o utiliza²⁷, na apresentação do livro, “aguça” desde logo o apetite do leitor para ver quadros verídicos da realidade africana.

Para melhor o compreender, é igualmente importante o estudo comparativo entre o caderno de notas, onde registava somente os dados científicos, e um Diário de Viagem que, posteriormente, deram origem à obra que serve de *corpus* ao presente trabalho. Graças à gentil colaboração da família, mais precisamente da sua bisneta, a Sr.^a D. Adelaide de Serpa Pinto, foi possível aceder a estes documentos de inestimável valor. A imagem abaixo foi retirada do pequeníssimo caderno de notas (9x6cm). Embora o texto não seja perceptível, através da moldura, foi isolado o conteúdo correspondente ao dia 10 de Janeiro de 1878.



²⁷ A ideia de associar a descrição à pintura já vem de longa data, diz-nos Fénelon que “o talento do autor” consiste em “saber pintar e animar” (Philippe Hamon, *La Description Littéraire – de l’Antiquité à Roland Barthes: une anthologie*, Paris, Ed. Macula, 1991, p. 46).

Escassas palavras, contendo essencialmente informações de carácter científico, apresentam-se numa linguagem objectiva, sem qualquer ornamento ou divagação. Tudo gira em torno do rigor dos números muito concretos, das coordenadas espácio-temporais, medições, cálculos, latitudes, pressão atmosférica, etc. Nada transparece do homem, dos seus sentimentos, das suas ideias, do seu percurso interior. Centremos agora a nossa atenção no que se supõe ser o Diário de Viagem cujas dimensões são um pouco maiores do que o anterior (16x10cm).



Se compararmos a linguagem e a forma com a do caderninho com a do Diário, verificamos que as informações científica permanecem intactas, mas que a elas foram aduzidas outras de carácter pessoal, descrições de locais, pessoas, objectos, etc. A aridez dos números dá lugar ao colorido das palavras que são as principais responsáveis pelo desfile de sucessivos quadros africanos pintados por um explorador, diante dos nossos olhos.

Quando e onde terá Serpa Pinto tido tempo para dilatar as sucintas informações contidas no caderno? Cumpridos os seus deveres, enquanto homem de ciência e responsável pela expedição, todo o tempo que lhe restava dedicava-o, entre outras tarefas a colocar no papel as emoções que ia experimentado naquela longa viagem.

Como produto final, fruto da intersecção de um caderno de apontamentos e de um diário de viagem, surge o Romance²⁸ *Como Eu Atravessei a África*, que pretende ser “fiel reprodução” deste último.

As sete pequenas e objectivas linhas iniciais deram origem a três páginas e meia do Diário e a mais do que três compactas páginas no livro impresso:



²⁸ Se estamos, ou não, na presença do género romance é outro aspecto que carece de uma cuidada abordagem, por ora consideremos que o é, justificando esta afirmação com as palavras de Carlos Reis: “O contrato de ficção não exige um corte radical e irreversível com o mundo real, podendo o texto ficcional remeter para o mundo real, numa perspectiva de elucidação que pode chegar a traduzir-se num registo de natureza didáctica” Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Livraria Almedina, 1987, p. 154.



O texto resultante mantém, sem dúvida, a escansão diarística, e os dados científicos mantêm-se inalteráveis continuando a ser um aspecto fundamental. Aumentam as descrições, porém, a densa carga descritiva que impregna as páginas de um romance em dois volumes, longe de fatigar o leitor, permite-lhe uma abertura horizontes e fornece-lhe dados que permitem reconstruir esse espaço e as suas gentes. Houve, da parte do autor, uma preocupação com a forma, com a estrutura subjacente. As analepses e prolepses, as omissões, os resumos e, sobretudo, o lirismo presente em alguns capítulos deixam implícita a preocupação que vai além do mero relato. O autor deixa, deliberadamente, ao longo de todo o discurso marcas da sua competência literária. Pela temática, pela forma, pelo cuidado demonstrado desde o pequeno livro de notas, passando pelo diário, até chegar ao livro, nota-se um forte investimento literário, o que nos leva a concluir que *Como Eu Atravessei a África* se trata, indubitavelmente (mesmo para os mais cépticos) de um claro exemplo de um texto de Literatura de Viagens.

Bibliografia

AAVV, *Condicionantes culturais da Literatura de Viagens* – Estudos e biografias, 2002, Coimbra, Livraria Almedina.
 AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel de, *Teoria da Literatura*, 1987, Coimbra, Livraria Almedina.

BOURNEUF, Roland e OUELLET, Réal, *O Universo do Romance*, 1976, Coimbra, Livraria Almedina.
 CIDADE, Hernâni, *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina: as ideias, os factos, as formas de Arte, Séculos XV e XVI*, vol. I, 1963, Coimbra, Arménio Amado.
 CRISTÓVÃO, Fernando, “Para uma Teoria da Literatura de Viagens” in AAVV, *Condicionantes Culturais da Literatura de viagens: Estudos e biografias*, 1999, Lisboa, Edições Cosmos.
 DAVEAU, Suzanne, *La Géographie dans les Roteiros Portugais du XVème et XVIème Siècle*, (texto policopiado, relatório 9), 1988, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
 HAMON, Philippe, *La Description Littéraire – de l’ Antiquité à Roland Barthes: une anthologie*, 1991, Paris, Ed. Macula.
 HAMON, Philippe, *Categorias da Narrativa*, Lisboa, Veja, s.d.
 MOTA, Avelino Teixeira da, *Dois escritores quinhentistas de Cabo Verde, André Álvares de Almada e André Dornelas*, 1971, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
 PINTO CORREIA, João David, *A peregrinação: autobiografia e aventura na literatura de viagens* / Fernão Mendes Pinto; apresentação crítica, selecção, resumos, glosário e sugestões para análise literária de João David Pinto Correia, 1983, Lisboa, Editorial Comunicação.
 REIS, Carlos e LOPES, Ana, *Dicionário de Narratologia*, 1987, Coimbra, Almedina.
 RICHELET, Pierre, *Dictionnaire françois contenant les mots et les choses, plusieurs nouvelles remarques sur la langue françoise: Ses Expressions Propres, Figurées & Burlesques, la Prononciation des Mots les plus difficiles, les genres des Noms, le Regime des Verbes avec Les termes les plus connus des Arts & des Sciences, le tout tiré de l’usage et des bons auteurs de la langue françoise*, Geneve, 1680, Chez Jean Herman Widerhold.
 SANTO AGOSTINHO, *Confissões*, Tradução e notas Arnaldo Do Espírito Santo, Confissões / Santo Agostinho; tradução e notas Arnaldo do Espírito Santo, João Beato, Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa Pimentel ; introd. e notas Manuel Barbosa da Costa Freitas, José Maria Silva Rosa. 2000, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
 SIMÕES, Manuel, *A Literatura de Viagens nos séculos XVI e XVII*, 1985, Lisboa, Editorial Comunicação.

POSSUÇÕES PORTUGUEZAS

e seus limites

Ilhas adjacentes

AÇORES

18°12' e 20°12' latit. N.
18°20' e 20°10' long. O. de Lisboa.

Arch. DA MADEIRA

32°52' e 33°7' latit. N.
17°30' e 18°7' long. O. de Lisboa.

Provincias ultramarinas

CABO VERDE

14°42' e 17°14' latit. N.
16°13' e 18°12' longit. O. de Lisboa.

GUINÉ

Norte: Uma linha estendida entre os rios Cascaes e Casimbas até 12°15' O. de Paris, seguindo d'ahi em diante o paralelo 12°15' até ao meridiano 12° O. de Paris.

Leste: O limite desde d'aguida ponto pelo meridiano 12° O. de Paris até ao paralelo 12°15'.

Sul: De paralelo 12°15' uma linha a mais distancia dos rios Grande e Company, chegada a Cabinda (distante de Rio Congo ou Kivinda) segue essa distancia até ao meridiano 17°, continuando d'ahi em diante a mais distancia entre os rios Company e Casimbas até à foz do rio Cajal.

Oeste: Oceano Atlantico.

Todas as ilhas entre o meridiano do cabo Boavista e a costa até ao paralelo 10°15' de latit. N. d'ahi a linha segue o paralelo 10°15' até ao canal das Plumas, seguindo por elle e depois pelo thalweg do rio Cajal até à costa.

S. THOMÉ

08°17' latit. N. e 15°18' longit. leste de Lisboa.

PRINCIPE

10°10' latit. N. e 15°18' longit. leste de Lisboa.

ANGOLA

Norte: Margem esquerda do rio Zaire até Naki, a parcella d'arte prosegue até ao rio Congo e esta rio até à sua origem.

Sul: O rio Congo desde a sua foz até à estacada que forma ao sul de Nambo, d'esse ponto o paralelo respectivo até ao rio Cabango e a cerca de 100 milhas até Angola.

Leste: Portugal exerce a sua influencia sobre as territorialidades que occupam a provincia de Angola de do Moçambique, sem prejuizo dos direitos que n'elles tocho adquiridos outras potencias.

Oeste: Oceano Atlantico.

Portugal tem a esta provincia, nos pontos de Massari, Nalombo e Cabinda, ao norte do Zaire, a territorialidade do distrito do Congo.

O territorio do Congo é limitado:

Norte: Uma linha partindo de confluencia dos rios Luta Longa e Lohinda seguindo as aguas d'estes rios; segue depois a confluencia que sepece as aguas do Luta Longa e do Chiloango até ao meridiano 10°15' de Paris.

Leste: Segue o meridiano de Paris 10°15' até ao rio Chiloango e depois a linha d'arte até à foz do Luanda, seguindo esta até ao meridiano 10°15' de Paris; depois segue esta parcella até ao rio Longa.

Sul: Parallelo do Cabo Longa até ao rio Longa, desde ao largo para o ponto d'arte ao Rio-Paul.

Oeste: Oceano Atlantico.

MOÇAMBIQUE

Norte: Curso do rio Saveza até à confluencia do rio M'ingo e d'ahi a parcella até ao lago Nyassa.

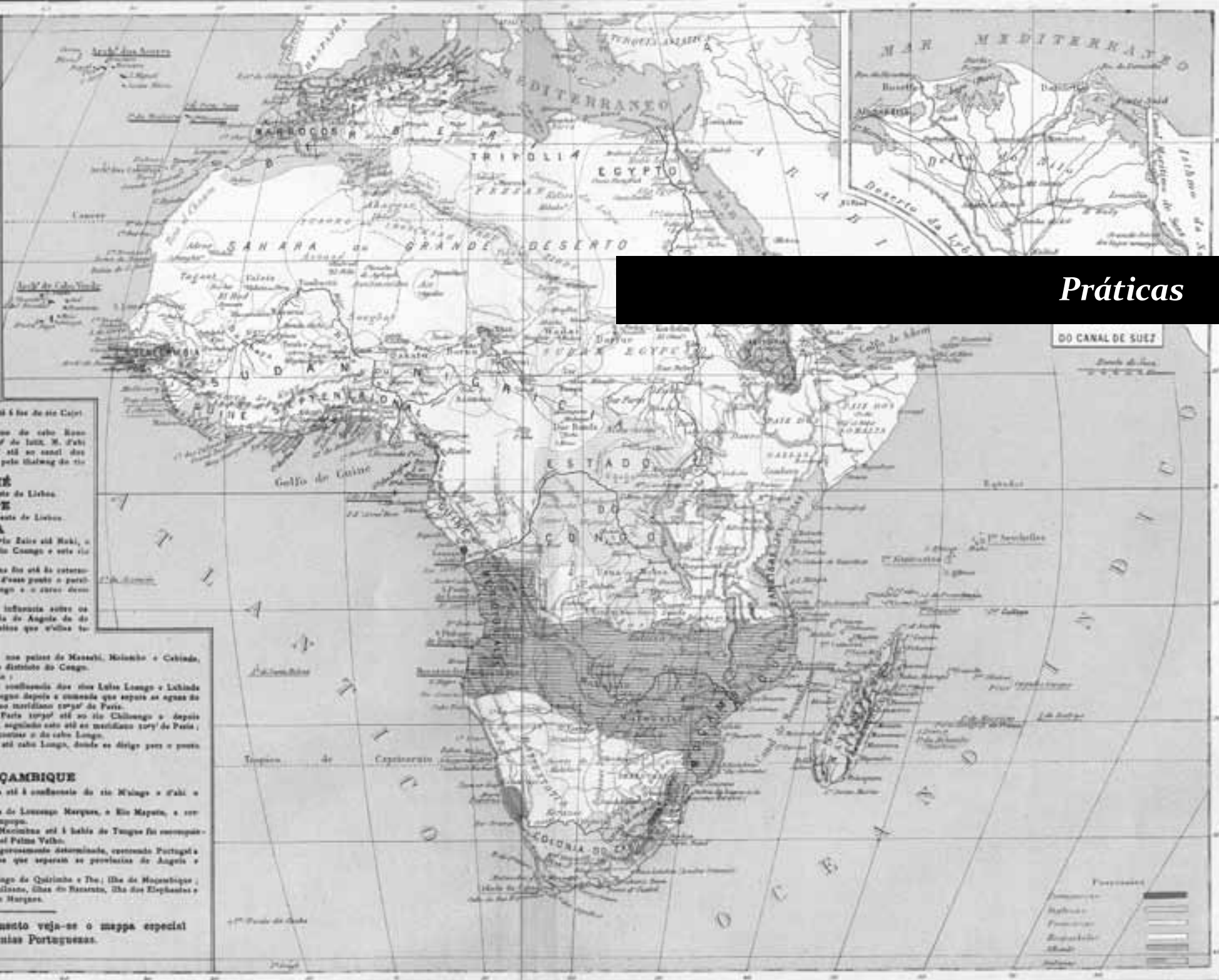
Sul: Parallelo de sul da bahia de Lourenço Marques, a Rio Mapeta, e confluencia do Lebombo até ao rio Limpopo.

Leste: A costa, desde o rio Namitima até à bahia de Tongue fu acompanhada a costa, em 1852, pelo canal Palma Velho.

Oeste: A fronteira não está rigorosamente determinada, compreendendo Portugal a sua influencia sobre as territorialidades que sepecece as provincias de Angola e Moçambique.

Portugal e Portugal: Archipelago de Quilimba e Tho; ilha de Moçambique; archipelago de Agulhas, ilha de Chiloane, ilha do Namato, ilha dos Elephantes e de Chozar na bahia de Lourenço Marques.

Para maior desenvolvimento veja-se o mappa especial das Colónias Portuguezas.



Práticas

LIMITES DA PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

IMPOSTOS PELA INGLATERRA A PORTUGAL

Esboço geográfico dos territórios que foram portugueses e dos que ficam restados a Portugal

por J. C.

1890



Ciência europeia e exploradores africanos: a viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida ao Kazembe

Eugénia Rodrigues*

p. 81-102

Introdução

Antes de vários exploradores oitocentistas se terem celebrizado nas viagens de travessia de África, foram empreendidas diversas tentativas de ligar as duas costas do continente. No século marcado pelas grandes expedições científicas mundiais organizadas pelas coroas europeias, o matemático e astrónomo Francisco José de Lacerda e Almeida foi um desses pioneiros, cuja jornada iniciada na África Oriental terminou abruptamente na corte do Kazembe (1798). A sua acção, distinta do papel desempenhado por informantes competentes, inscreve-se no projecto de realizar a viagem transcontinental com bases científicas, esboçado já pelo diplomata D. Luís da Cunha e pelo geógrafo Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville. Escolhido por D. Rodrigo de Sousa Coutinho pela sua formação científica e larga experiência nas partidas de demarcação da América Portuguesa, Lacerda e Almeida chegou a Moçambique munido dos múltiplos instrumentos da ciência europeia, mas teve de recorrer largamente aos conhecimentos locais e nomeadamente africanos. Este texto incide sobre essa viagem precursora, situando-se numa perspectiva de história social da ciência. Qual o papel dos actores africanos na construção do saber europeu? Como se processava a circulação da informação entre africanos e europeus? De que modo as lógicas endógenas às sociedades africanas e à sociedade colonial da África Oriental constrangiam as opções da ciência europeia?

Partindo dos diários deixados pelos comandantes da expedição, o Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, que dirigiu a caravana até à sua morte na cidade do *mwata kazembe*, e o padre Francisco João Pinto, que a chefiou durante a estada na corte e na viagem de regresso a Tete, pretende-se analisar o contributo dos exploradores africanos para esta missão científica.

A utilização da categoria “exploradores africanos” pretende recuperar a importância dos conhecimentos e das experiências dos africanos nas viagens de exploração geográfica e considerar a interacção entre europeus e africanos no processo de construção

* Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.

da ciência, na sequência do estudo fundamental de Beatrix Heintze, que lhes chamou “pioneiros africanos”.

A importância dos conhecimentos produzidos por povos não europeus e os processos da sua apropriação pela ciência europeia têm sido evidenciados em vários estudos, à medida que a história da ciência deixa de estar confinada à análise da progressão dos saberes para se deslocar para as práticas, as circulações, as relações entre o local e o global. Nessa medida, os historiadores têm procurado analisar as conexões entre os saberes universais e autóctones, recuperando práticas locais em várias partes do globo².

Aqui interessa-nos, sobretudo, o conhecimento produzido em certas regiões de África e a sua circulação entre os exploradores europeus, que os utilizaram para traçar rumos e concretizar as suas viagens, bem ou mal sucedidas. Este artigo argumenta que o conhecimento detido pelos africanos era essencial para os exploradores estrangeiros construírem o conhecimento europeu sobre África. O foco deste texto serão, pois, esses actores bastas vezes anónimos, bem como a sua importância para as viagens europeias de exploração geográfica do continente africano. Embora a sua participação possa ser objecto de análise sob diversas perspectivas, a sua relevância será analisada a partir de duas dimensões: a sua importância como informantes dos exploradores europeus, antes e durante a viagem; e o seu papel em funções fundamentais da expedição como carregadores, guias e intérpretes.

1. Ciência europeia e projectos de travessia de África

Em 1798, chegou a Tete, a capital dos Rios de Sena, região dependente do governo da capitania de Moçambique, o Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida. Nascido na capitania de S. Paulo, no Brasil, ele era um matemático formado na Universidade de Coimbra, com experiência nas explorações geográficas na América, onde actuara ao serviço da coroa portuguesa no processo de demarcação das fronteiras³. Em África, a sua missão principal consistia em averiguar a possibilidade de travessia transcontinental, numa tentativa de ligar os estabelecimentos portugueses de Moçambique e Angola.

Os projectos de travessia de África – e a sua associação a um grande império português ligando o Índico ao Atlântico – foram recorrentes na história da expansão portuguesa. No entanto, o planeamento de uma viagem de exploração geográfica em moldes científicos, usando os instrumentos intelectuais disponíveis na ciência europeia, foi definido em 1725, em resultado da colaboração entre D. Luís da Cunha, diplomata português em Paris, e Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville, geógrafo do rei de França. Dessa colaboração, surgiram novas cartas da África Austral, baseadas na geografia antiga e actualizadas com a cartografia portuguesa e holandesa e memórias sobre regiões do continente. Essa cartografia foi acompanhada por uma memória descritiva – *Description Geographique de la partie de l’Afrique, qui est au sud de la ligne Equinoxiale* – que sumariava os conhecimentos europeus sobre África, na sua maioria obtidos através dos portugueses. Nesses documentos e no delineamento

¹ Heintze 2004.

² Ver, por exemplo, Pestre 1995; Harrison 2005; Roberts 2009.

³ Eça 1951.

do próprio projecto de travessia evidenciava-se o uso de informações obtidas junto de comerciantes africanos, que, a partir da costa oriental bem como da ocidental, faziam as rotas do interior do continente e as passavam aos portugueses⁴. Como é conhecido, o projecto Cunha-d’Anville, do qual circularam várias cópias, inspirou posteriores tentativas de travessia transcontinental, algumas encetadas por governadores seus familiares ou com ligações de amizade próxima⁵. Na África Oriental, o ensaio mais relevante foi empreendido pelo vice-rei D. Pedro de Almeida Portugal, então, do círculo de relações pessoais de D. Luís da Cunha. Em 1748, ele enviou para Moçambique um capitão-mor, com a memória de d’Anville, na missão fracassada de avaliar a possibilidade de estabelecer um caminho para a costa ocidental⁶.

Todavia, o plano de D. Luís da Cunha e d’Anville continuou a influenciar sucessivos governantes portugueses. Foi nesse contexto que o secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, nomeou o Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida como governador dos Rios de Sena, tendo como fito principal investigar a possibilidade de efectuar a travessia de África⁷. A viagem de Lacerda e Almeida distingue-se das explorações geográficas ditas europeias porque ele próprio, embora inserido na cultura portuguesa, como oriundo da América Portuguesa, carregava já uma experiência colonial, distinta da dos exploradores europeus que calcorream o continente. Lacerda e Almeida fazia parte dessa geração de “cientistas-colonos” oriundos do Brasil que, depois de formados na Universidade de Coimbra, se notabilizaram em várias partes do império ao serviço da coroa portuguesa⁸. Analogamente, a maior parte dos elementos da comitiva que constituía o seu “estado-maior” nessa viagem tinha origem em várias partes do império português e estava inserida na sociedade colonial dos Rios de Sena, tendo aí nascido ou estando aí radicada havia anos.

Tal como os que antes dele tinham concebido a travessia de África, e de acordo com a instrução régia que recebera para buscar as cabeceiras dos rios Zambeze, correndo para o Índico, e Cunene, desaguando no Atlântico, Lacerda e Almeida estava convicto de que a viagem transcontinental teria de usar itinerários fluviais navegáveis. O seu roteiro inicial para transpor o continente consistia em partir da feira do Zumbo, na confluência dos rios Zambeze e Aruângua (Luangua), então a principal feira portuguesa no interior, o local donde partiam caravanas em direcção a norte, leste e sul, compostas exclusivamente por africanos, os mussambazes (*vashambadzi*) dos moradores. Ele decidiu, assim, passar o primeiro ano da sua estada nos Rios de Sena recolhendo informações no Zumbo, sobre o trajecto a seguir⁹. Era notório que o matemático pretendia usar essas rotas mercantis para buscar junto dos africanos notícias sobre os caminhos possíveis para atravessar África e, assim, estabelecer um “corredor imperial”¹⁰.

⁴ Sobre o uso de fontes orais africanas na elaboração desse projecto, ver Rodrigues 2007.

⁵ Sobre esse projecto e as tentativas de travessia de África, ver Mota 1962; Mota 1964; Santos 1988.

⁶ Sobre a tentativa de execução do projecto de D. Luís da Cunha e d’Anville pelo vice-rei D. Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar, marquês de Castelo Novo e depois marquês de Alorna, ver Rodrigues 2010.

⁷ Rodrigues 2012.

⁸ Sobre a categoria “cientistas-colonos”, ver Cruz 2004: 196-199; Pereira e Cruz 2006.

⁹ Francisco José de Lacerda e Almeida, “Instruções e diário da viagem da vila de Tete, capital dos Rios de Sena para o interior da África 1798”, in Holanda 1944: 185-186.

¹⁰ Sobre esses corredores imperiais, ver Benton 2010.

Todavia, pouco depois de ter tomado posse do governo dos Rios de Sena, em Tete, no final de Janeiro de 1798, o governador percebeu que estava aberto um novo caminho comercial para o interior de África. Esse itinerário unia as terras de Tete ao Kazembe, um potentado sedado no vale do rio Luapula, no nordeste da actual Zâmbia, cujos governantes ostentavam o título de *mwata kazembe*. Este reino emergira na primeira metade do século XVIII, em torno de migrantes idos da região Luba-Lunda, o império dos *mwant yaav*, a leste das possessões portuguesas de Angola. Conservando uma filiação cultural com a Lunda, os arundos do Kazembe mantiveram fortes conexões políticas e comerciais com os *mwant yaav*, remetendo escravos e cobre e recebendo, entre outras, mercadorias europeias idas de Angola. A expansão comercial para leste e sul fez-se controlando os bisas, localizados a nordeste do lago Bangweulu e a noroeste do rio Chambezi. Este povo, denominado “muiza” na documentação portuguesa, conduzia as caravanas até ao sul e este do lago Niassa (Malawi) para negociar escravos e marfim com os ajaua (mujaus), que os levavam a vender na Ilha Moçambique, Zanzibar e Quíloa¹¹.

Cerca de 1793, os bisas começaram a procurar os mercadores portugueses da região de Tete para comerciar marfim. Muito poucos se aventuraram a enviar as suas caravanas, mas, três anos depois, pela primeira vez, um morador dos Rios de Sena, o jovem Manuel Caetano Pereira, integrou essas expedições comerciais e visitou a corte do *mwata kazembe*¹². Após seis meses nesta capital, a expedição regressou a Tete, acompanhada por embaixadores do *mwata kazembe* Lukwesa Ilunga, o terceiro desta dinastia. Foi essa caravana que chegou à capital dos Rios de Sena, quando Lacerda iniciava o seu governo.

O *mwata kazembe* enviara os seus embaixadores Chinimba e Catara ao governador dos Rios de Sena, convidando os portugueses a fundarem uma povoação junto ao rio Aruângua, a meio caminho entre o Kazembe e Tete¹³. Uma segunda enviatura, comandada por Mussidansaro, fora dirigida a D. Francisca Josefa de Moura Meneses, a mais importante senhora de Tete, que, a par dos Pereira, enviara os seus escravos com mercadorias na anterior caravana, e pedia-lhe para ela lhe enviar um filho ou súbdito seu¹⁴. Os objectivos destas embaixadas eram notoriamente comerciais: Lukwesa Ilunga tentava ultrapassar os intermediários bisas, negociando directamente com os portugueses.

Ao constatar a existência desta rota que se dirigia para o norte a partir de Tete, Lacerda e Almeida iniciou um rigoroso inquérito junto do mercador que viajara até ao Kazembe, Manuel Caetano Pereira, e dos elementos africanos da expedição. Foi certamente nesta altura que ele se convenceu da sua capacidade não apenas para indagar sobre as nascentes dos rios que podiam servir de itinerário, mas para chegar ele próprio à costa ocidental africana¹⁵. O retorno próximo da embaixada enviada pelo

mwata kazembe apresentou-se como a oportunidade de empreender seguramente a derrota até ao Kazembe e aproveitar aquela que os arundos faziam até à Lunda, donde Lacerda e Almeida se assegurou existir comunicação com Angola¹⁶. Acresce que a caravana enviada por Lukwesa Ilunga integrava cerca de 300 ou 400 bisas, que podiam ser usados como carregadores, dada a falta de escravos em Tete, mortos ou afugentados por cinco anos consecutivos de seca extrema¹⁷.

Lacerda e Almeida iniciou então a preparação da expedição. Partiu de Tete em 1 de Julho de 1798, para acampar além do Zambeze, donde saiu dias depois, com o projecto de invernar no Kazembe para chegar a Angola no verão seguinte¹⁸. As desventuras do explorador paulista nessa penosa viagem são relativamente bem conhecidas. Ele descreveu-as no seu diário *Instruções e diário da viagem da vila de Tete, capital dos Rios de Sena para o interior da África 1798*¹⁹. O matemático acabou por morrer ao atingir a cidade do *mwata kazembe*, em Outubro desse ano, ainda antes de poder encontrar-se com o dignitário arundo²⁰. A expedição, conforme a sua instrução, passou a ser comandada pelo seu capelão, o padre Francisco João Pinto, que relatou os acontecimentos posteriores à morte do matemático num diário, a *Viagem do Cazembe a Tete em 1798 e 1799*²¹.

Embora Lukwesa Ilunga estivesse empenhado em ultrapassar os intermediários bisas, comerciando directamente com os portugueses, manifestou uma grande ambivalência com avanços e recuos quanto a autorizar a passagem da caravana para Angola. Após vários meses na corte do *mwata kazembe*, a caravana obteve autorização para regressar a Tete. Muito fragmentada e perseguida pelos bisas, pela concorrência que representava para os seus interesses comerciais, a expedição teve uma ainda mais atribulada e conflituosa viagem de regresso. O último viajante, o padre Francisco João Pinto, chegou às imediações de Tete a 22 de Dezembro de 1799, esfarrapado e a aguardar o escuro da noite para se refugiar nas suas casas.

Apesar dos seus infortúnios e, certamente, na sua perspectiva o seu insucesso, Lacerda e Almeida foi o primeiro explorador não africano a atingir esta parte de África e a descrevê-la para a ciência europeia. Esse feito inscreveu-o na lista dos exploradores estrangeiros do continente africano. De facto, as suas observações geográficas foram as primeiras sobre o interior de África, enquanto os seus relatos permanecem até hoje materiais importantes para o estudo da região no século XVIII. Através deles, o *mwata kazembe* e os seus súbditos, bem como uma série de outros povos encontrados no percurso da caravana, tornaram-se conhecidos na Europa. Primeiro, em Portugal, onde a obra de Lacerda e Almeida, amiúde citada na correspondência oficial, foi editada em 1844, nos *Annaes Maritimos e Coloniaes*. Posteriormente, em 1873, no auge das explorações europeias em África, o capitão Richard Burton publicou-a em inglês, com o título *The lands of Cazembe*, para um público mais vasto. Todavia, o explorador não poderia ter alcançado essa projecção, um tanto abafada pelos que lhe sucederam

¹¹ Os portugueses da África Oriental designavam a Lunda e o seu governante como Muropue, aportuguesando o título real luba *mulopwe*, que também era usado pelo *mwant yaav* e estava então bastante divulgado. Sobre o Kazembe, ver Cunninson 1959; Macola 2002.

¹² Notícias dadas por Manuel Caetano Pereira, in *Múrias* 1936: 384-397.

¹³ Carta do governador dos Rios Francisco J. Lacerda e Almeida para o governador-geral Francisco Guedes de Carvalho e Menezes da Costa, 22 de Março de 1798; Termo da embaixada do Kazembe, 27 de Fevereiro de 1798, AHU, Moç., cx. 80, doc. 85. Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...” in Holanda 1944: 214.

¹⁴ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...” in Holanda 1944: 214. Sobre D. Francisca Josefa Moura Meneses e o seu papel, ver Rodrigues 2000.

¹⁵ Rodrigues 2012.

¹⁶ Carta do governador dos Rios Francisco J. Lacerda e Almeida para o governador-geral Francisco Guedes de Carvalho e Menezes da Costa, 21 de Março de 1798, AHU, Moç., cx. 81, doc. 116.

¹⁷ Carta do governador dos Rios Francisco J. Lacerda e Almeida para o governador-geral Francisco Guedes de Carvalho e Menezes da Costa, 21 de Março de 1798, AHU, Moç., cx. 81, doc. 116.

¹⁸ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 198.

¹⁹ Francisco José de Lacerda e Almeida, “Instruções e diário da viagem da vila de Tete, capital dos Rios de Sena para o interior da África 1798”, in Holanda 1944: 175-261.

²⁰ Sobre essa viagem ver também, além dos estudos já citados, Martins 1997; Pereira e Cruz 1999; Raminelli 2008.

²¹ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe a Tete em 1798 e 1799”, in *Múrias* 1936: 251-377.

na segunda metade de Oitocentos, portugueses e outros europeus, sem o contributo fundamental dos africanos que o acompanharam. Com efeito, cabe lembrar que essa viagem fora executada já por exploradores africanos, mas ela, como tantas outras, não fora considerada antes porque não fora registada, como realçou B. Heintze, para as expedições da África Ocidental da segunda metade do século XIX²².

2. Conhecimento africano e viagens europeias

As informações fornecidas pelos africanos que integravam as caravanas que percorriam o interior de África foram essenciais para Lacerda e Almeida planejar a viagem transcontinental, que redundou na execução do trajecto de Tete ao Kazembe. Como enfatizou Mark Harrison, muito do se pensa ser ciência europeia foi produzido nos impérios europeus e era baseado em informações autóctones²³.

De facto, para descortinar as suas próprias possibilidades de chegar ao Atlântico e projectar essa viagem, Lacerda e Almeida interrogou longamente os membros da caravana chegada a Tete. Os registos desses inquéritos foram enviados para Lisboa²⁴ e ao longo do diário que escreveu Lacerda e Almeida fez bastas referências às notícias recolhidas antes da partida junto desses informantes africanos. Desse modo, eles não foram exactamente “informantes silenciosos”, como outros cujo papel foi obscurecido pelos administradores coloniais nos seus relatórios²⁵. Embora representados como actores marginais, estes africanos adquiriram visibilidade em todos os produtos narrativos das viagens de ida e regresso da expedição de Lacerda e Almeida.

Para achar a “verdade”, Lacerda e Almeida interrogou por repetidas vezes, em diferentes dias, o mercador dos Rios de Sena que viajara até ao Kazembe, Manuel Caetano Pereira, e os elementos das enviaturas africanas. Manuel Caetano Pereira era um mestiço, filho do comerciante goês Gonçalo Caetano Pereira, Dombo-Dombo, o “Terror”, e de mãe africana. Radicada na Java, uma mina ao norte de Tete, fora do espaço controlado pela administração portuguesa, a família vivia nas franjas da sociedade colonial dos Rios de Sena e com fortes laços com as chefias maraves do território²⁶. Mas, na descrição desses interrogatórios e nas suas conclusões enviadas para Lisboa, Lacerda e Almeida centrou-se não só no jovem Pereira como também nos depoimentos de dois embaixadores, Chinimba, filho de um chefe bisa, e Catara, um nobre arundo, os quais, aparentemente, eram os mesmos indivíduos que estavam alojados em casas dos moradores dos Rios de Sena e de cujos depoimentos foram lavrados termos. Estes embaixadores já tinham sido enviados pelo *mwata kazembe* à

Lunda, o que explica o interesse do governador português nas informações que eles possuíam sobre os caminhos para este potentado e acerca do que tinham ouvido na corte do *mwant yaav* relativamente a Angola e aos portugueses²⁷. No entanto, é notório que ele interrogou outros membros da caravana, “alguns cafres, nossos hóspedes”²⁸. O seu objectivo era alcançar informações o mais fidedignas possível pelo que não se cansou de fazer perguntas em diferentes dias e por distintos modos na tentativa de mitigar as dificuldades de comunicação em línguas que não dominava²⁹. Os dados reunidos por Lacerda e Almeida e organizados em textos enviados para o reino traduziam já um processo de acomodação do conhecimento produzido localmente às categorias europeias³⁰. E exprimiam fortemente a importância dos conhecimentos africanos para a ciência europeia.

Nesse inquérito, Lacerda e Almeida explorou as circunstâncias do itinerário referenciado entre Tete, o Kazembe, a Lunda e Angola, averiguando o número de dias de viagem e os caminhos percorridos³¹. Nesse exame, os rios, enquanto marcas relevantes da paisagem e possíveis vias de trânsito, adquiriram um papel especial. Ele pretendeu “ter uma exata informação dos rios que há, ou se atravessam de Tete para o Kazembe, e do Kazembe para Angola, e da sua grandeza, e parte para onde correm relativamente a quem vai de Tete, se para a direita, ou para a esquerda”³².

Os informantes africanos calcularam que o caminho do Kazembe à Lunda demorava dois meses e um mês o que conduzia daí a Angola. Lacerda confrontou os pontos marcantes do itinerário vivido pelos seus interlocutores, mormente os rios atravessados, com os que constavam nas cartas e memórias europeias. E, entre os cursos fluviais referidos, surgiam os rios Cuanza e Lucala, este traçado em alguns mapas como afluente do primeiro. Um dos embaixadores certificou, ainda, ter visto na Lunda uma bússola, como a que Lacerda e Almeida empunhava, e diversos bens de origem europeia, como espelhos, pratos, chávenas ou missangas, indício seguro de que havia a partir daí uma passagem para Angola. Estas novidades persuadiram o matemático de que estava já estabelecido um caminho africano para o Atlântico, o qual podia ser usado por ele.

Lacerda e Almeida tentou, então, reconstituir detalhadamente o itinerário de Tete ao Kazembe. Obteve o nome dos chefes por cujas povoações passava essa rota e os dias de caminhada entre elas. Informou-se sobre as condições físicas do itinerário, como os rios a transpor e os acidentes naturais encontrados, bem como sobre a disponibilidade de viveres no espaço a percorrer. Por fim, interessou-se pelas populações, indagando sobre os seus sistemas políticos e económicos, as regras de protocolo, a constituição dos exércitos e o modo de combate, a organização das cidades e os aspectos do quotidiano, como o vestuário, os penteados, as músicas. Neste inquérito, os informes

²² Heintze 2004: 32, 231-232.

²³ Harrison 2005: 60.

²⁴ Lacerda e Almeida expôs as informações colectadas e os seus argumentos para iniciar a viagem de travessia em carta ao secretário de Estado. Carta de Francisco J. Lacerda e Almeida para secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 22 de Março de 1798, AHU, Moç., cx. 81, doc. 116, publicada como “Documento B. Notícias dadas por Manuel Caetano Pereira, comerciante, que se entranhou pelo interior de África até à povoação ou cidade do Rei Cazembe, subordinado a seu pai, cujo Rei nos fica mais próximo à costa ocidental de África”, in Múrias: 1936: 384-395. Os restantes registos dos dados recolhidos e enviados a D. Francisco de Sousa Coutinho estão igualmente editados: Termo da embaixada do Kazembe, “Documento A”, in Múrias 1936: 383-384; “Documento C. Depoimento do Bandasio do Cazembe, que se achava em casa de Dionísio Rebêlo Curvo, de visita, mandado pelo dito seu Mambo Cazembe”, in Múrias 1936: 395-397; “Documento D. Depoimento dum cafre Muiza, sobre os caminhos para Angola”, in Múrias 1936: 398.

²⁵ Sobre esses “informantes silenciosos”, ver Lawrence, Osborn e Roberts 2006: 5.

²⁶ Sobre os Pereira ver Isaacman e Isaacman 1991.

²⁷ Aparentemente, os seguintes documentos correspondem a depoimentos de, respectivamente, Catara e Chinimba: “Documento C. Depoimento do Bandasio do Cazembe, que se achava em casa de Dionísio Rebêlo Curvo, de visita, mandado pelo dito seu Mambo Cazembe”, in Múrias 1936: 395-397; “Documento D. Depoimento dum cafre Muiza, sobre os caminhos para Angola”, in Múrias 1936: 398.

²⁸ “Documento B. Notícias dadas por Manuel Caetano Pereira, comerciante, que se entranhou pelo interior de África até à povoação ou cidade do Rei Cazembe, subordinado a seu pai, cujo Rei nos fica mais próximo à costa ocidental de África”, in Múrias: 1936: 392.

²⁹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 249.

³⁰ Sobre esse processo de acomodação, ver Burke 2000: 74-76.

³¹ Como acontecia neste tipo de viagens. Benton 2010.

³² Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 249.

relativos ao comércio assumiram uma enorme relevância, já que o estabelecimento de circuitos mercantis directos revelava-se da conveniência de ambas as partes³³.

Embora os relatos europeus fizessem geralmente eco apenas das descobertas geográficas certificadas por europeus, os viajantes estrangeiros em África compreendiam a vantagem, quando não a necessidade, de usar os conhecimentos locais. Os conhecimentos adquiridos pelos africanos tornavam-se, assim, fundamentais para fazer avançar a ciência europeia. Reunindo estes fragmentos de informação, Lacerda e Almeida pôde avaliar as suas hipóteses de sucesso na travessia de África e preparar a expedição. Mas, a representação que ia sendo construída sobre estes territórios partia das perspectivas que os africanos faziam passar da região e dos seus habitantes. Nessa medida, estes registos das informações africanas em si mesmos constituíam um relato africano, embora mediado pela sociedade colonial dos Rios de Sena e pelo seu governo português.

Durante o percurso, Lacerda e Almeida suspeitou e contestou bastas vezes as notícias que recolhera em Tete junto dos viajantes locais. Essa suspeição em relação ao depoimento de Manuel Caetano Pereira e dos comerciantes africanos traduziu-se em inúmeras críticas durante a viagem. Elas reportavam-se à disposição do terreno, por exemplo, à informação dada por Manuel Caetano Pereira sobre a existência de vastas planícies para lá do rio Aruângua, que Lacerda e Almeida não encontrava³⁴. Ou à informação prestada pelo mesmo sobre a existência do sal que Lacerda não descobria³⁵. Ou aos caminhos percorridos, tão distintos do itinerário fornecido pelos seus informantes bisas e por Manuel Caetano Pereira, que, porém, tinham feito um trajecto um pouco a oeste do então percorrido³⁶. Ou, finalmente, às notícias dadas pelos seus informantes sobre a direcção em que corriam os rios, o que fora para Lacerda uma preocupação maior: todos tinham afirmado que o Chambezi e o Rucurue corriam para leste, enquanto os mussucumas encontrados no percurso informaram que o Chambeze ia dar ao rio da cidade do Kazembe, a oeste³⁷. Essas discrepâncias incidiam igualmente sobre as relações políticas entre os chefes africanos. Ao contrário do que lhe tinham dito em Tete, ele apurou no caminho que nem todos os bisas estavam sujeitos ao *mwata kazembe* e pelas conversas com o embaixador Catara durante a viagem começou a duvidar de este governante ser “filho” do *mwant yaav*, como ele próprio e outros tinham assegurado³⁸.

Este “desencontro”, que Lacerda e Almeida atribuía quer às “mentiras” dos africanos³⁹, quer às deficiências dos intérpretes africanos, quer à insuficiência dos seus línguas portugueses no domínio simultâneo das línguas africanas e das matérias científicas, fê-lo confessar “perder a esperança de conseguir destes cafres as notícias que os homens sábios desejam alcançar”⁴⁰. Como outros viajantes científicos que olharam as sociedades africanas, Lacerda e Almeida exprimia a diferença entre as representações

³³ “Documento B. Notícias dadas por Manuel Caetano Pereira, comerciante, que se entranhou pelo interior de África até à povoação ou cidade do Rei Cazembe, subordinado a seu pai, cujo Rei nos fica mais proximo à costa ocidental de África”, in Múrias: 1936: 384-395.

³⁴ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 242.

³⁵ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 247.

³⁶ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 249.

³⁷ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 249-250.

³⁸ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 245.

³⁹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 259.

⁴⁰ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 246.

dos habitantes locais, quer fossem africanos, quer fossem nascidos em Portugal e no seu império, e a sua própria representação, elaborada segundo o método científico europeu⁴¹. Claro que, em alguns aspectos, essas discrepâncias podiam relacionar-se com estratégias de ocultação da informação ou de desinformação, como forma de salvaguardar rotas mercantis e estruturas de poder. Essas tensões em torno da informação disponibilizada conduziram Lacerda e Almeida a questionar todo o conhecimento que tinha adquirido junto dos africanos.

Após a morte de Lacerda e Almeida, o padre Francisco João Pinto prosseguiu, na corte do *mwata kazembe*, os esforços do seu antecessor para obter novas sobre as vias de penetração para a costa ocidental. E foi ainda junto dos informantes africanos, no caso os arundos, que ele colheu notícias sobre os modos de chegar a Luanda. Ele soube que no Chumbo, onde residia Xibuir, o genro daquele chefe, havia um rio, dado como Nhanzampote, cujas águas eram salgadas e sujeitas a enchentes e vazantes, apresentando-se como uma promessa para atingir o Atlântico. A informação recebida revelava que o percurso entre a cidade do *mwata kazembe* e o Chumbo demorava trinta dias, faltando oito para atingir a Lunda e mais oito para chegar à fronteira de Angola, dias que o padre reduziu a metade, considerando que esses viajantes só andavam cerca de 3h por dia. Ele interrogava-se se esse rio seria o Cuanza, o que significava que o almejado rio Cunene já teria ficado para trás, a sul da corte do *mwata kazembe*⁴². Enfim, eram ainda os exploradores africanos a fornecer informações aos europeus. Como noutras expedições científicas, a ciência europeia não dispensou neste ensaio de travessia de África a anterior experiência africana.

3. Expedições científicas europeias e caravanas africanas

Para além de informantes dos europeus sobre múltiplos aspectos essenciais às explorações geográficas, os africanos desempenhavam outros papéis imprescindíveis na execução das expedições. Eles actuavam como carregadores, guias e intérpretes ao longo dos percursos de “descoberta”, nos quais a prática adquirida por eles em viagens anteriores se revelava fundamental.

Caravanas e carregadores: unindo mundos

A organização das caravanas exigia o recrutamento de um número variável, mas sempre elevado, de carregadores. Como destacou B. Heintze, esse era um processo demorado e em que os europeus tinham de se subordinar, em larga medida, à prática construída pelos africanos⁴³. O transporte nesta parte de África, onde não existiam animais de carga, era feito pelas pessoas, em condições muito difíceis e que implicavam demoradas negociações.

A expedição de Lacerda e Almeida, a exemplo de outras, revelou essas dificuldades e a sua subordinação à experiência africana, tanto no processo inicial de recrutamento em Tete, quanto ao longo da jornada. Os moradores dos Rios de Sena estavam habituados a preparar caravanas comerciais com o auxílio dos seus escravos. Os elementos

⁴¹ Sobre essas diferenças, ver Bourguet 1997: 232.

⁴² Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe a Tete em 1798 e 1799”, in Múrias 1936: 275-276.

⁴³ Heintze 2004: 351.

que compunham cada uma dessas caravanas eram os *vashambadzi*, cujas funções consistiam particularmente em carregar e negociar as mercadorias, e os *achikunda*, com a tarefa principal de defender os viajantes e as suas mercadorias. Os membros dessas expedições eram principalmente os escravos, mas também podiam ser recrutados homens livres⁴⁴.

No entanto, os elementos da elite colonial não estavam preparados para organizar rapidamente uma expedição da envergadura daquela planeada pelo governador dos Rios de Sena, nem tão pouco, na sua maioria, se manifestaram disponíveis para desviar para ela as suas mercadorias e a mão-de-obra dos seus escravos. O processo de recrutamento foi extremamente conflituoso, ameaçando a concretização do plano de travessia, mesmo antes do seu início. Para além dos carregadores alistados entre os 300 ou 400 bisas que retornavam ao Kazembe com as suas próprias cargas, Lacerda e Almeida conseguiu reunir apenas cerca de 100 escravos. Vários moradores foram presos como forma de os coagir a ceder os seus cativos, sempre em pequeno número, sempre chegando aos poucos, sempre desertando⁴⁵. Assim, na falta de homens, Lacerda e Almeida aceitou a oferta de D. Francisca Josefa de Moura Menezes para que ele usasse as suas escravas, 300 mulheres que estavam então a trabalhar na mina de Maxinga, no percurso para o Cazembe. O matemático enviuvava durante a estada nos Rios de Sena e casara secretamente com a sobrinha dessa *dona*, na tentativa de angariar o seu apoio para a expedição. No final, Lacerda e Almeida escolheu 200 mulheres, que fizeram grande parte do trajecto transportando cargas pesadas⁴⁶. No entanto, se os senhores resistiam a ceder os seus escravos, também estes se opunham a integrar a caravana que iria levá-los durante meses a terras que não estavam habituados a frequentar. As fugas, na fase do recrutamento e durante o trajecto, constituíram uma regularidade.

Com efeito, as tensões características da sociedade colonial dos Rios de Sena marcam toda a questão da mão-de-obra durante o percurso até ao Kazembe. Os conflitos emergentes durante o processo de alistamento em Tete constituíram apenas o início das agruras do explorador. Ao longo do percurso, os escravos iam desertando, manifestando a sua oposição ao recrutamento e beneficiando do apoio dos seus senhores e dos próprios membros da expedição. Ao longo do seu diário, Lacerda e Almeida foi registando as constantes fugas dos carregadores, queixando-se da sua “insolência”⁴⁷, devido às cargas deixadas pelo caminho. Logo no início do trajecto, o governador dos Rios de Sena foi obrigado a antecipar o avanço para as terras dos maraves, para coarctar a evasão de escravos dos moradores, os quais se punham a salvo enquanto a caravana percorria as terras dos prazos da coroa portuguesa⁴⁸. Os moradores e oficiais do exército dos Rios de Sena que integravam o “estado-maior” de Lacerda e Almeida recriminavam os próprios escravos, considerando-os a eles e aos seus senhores os culpados pela concretização da expedição. Os escravos de D. Francisca Josefa de Moura Menezes, apesar da lealdade manifestada à sua ama e, por conseguinte, a Lacerda e Almeida, ameaçaram desertar por não poderem suportar mais os maus-tratos que

sofriam do capitão João da Cunha Pereira⁴⁹. Lacerda e Almeida foi obrigado a recrutar mais carregadores durante o percurso, primeiro entre os maraves, localizados ao norte do rio Zambeze, e depois entre os bisas, que viviam além do Aruângua. Mas, os elementos do seu “estado-maior” antagonizaram também Gonçalo Caetano Pereira por ter intermediado a contratação de carregadores maraves para suprir a falta dos que desertavam⁵⁰.

O recrutamento de carregadores durante o trajecto até ao Kazembe, um espaço em que o governador dos Rios de Sena não tinha qualquer autoridade e era obrigado a encetar conversações com os chefes africanos, implicou complexas negociações sobre as suas condições de participação, nomeadamente o pagamento que eles deviam receber e o trajecto que deviam efectuar. A negociação com um dos grupos maraves ilustra essa situação:

“Apareceram Maraves para pegar nos volumes; e como viram a necessidade em que eu estava, não quiseram pegar neles sem receber a paga, cujo ajuste foi bem trabalhado de parte a parte, e por fim cada um deles receber um capotim (dois panos) em risco de ficarem perdidos se de noite se ausentarem, como temo acontecer”⁵¹.

Com efeito, os carregadores exigiam preços muito mais elevados do que Lacerda e Almeida queria pagar, em particular, porque eram superiores ao ajustado com os bisas que transportavam as mercadorias desde Tete⁵². Por vezes, a expedição ficava dias parada à espera de conseguir recrutar carregadores para substituir os que desertavam. Acresce que frequentemente os carregadores se recusavam a caminhar além de determinado ponto do percurso. Na verdade, como bem frisou B. Heintze, em geral, as caravanas do centro de África não viajavam de um determinado ponto até ao destino final. Elas combinavam etapas que constituíam rotas do comércio regional ou local com o comércio de longa distância⁵³. Neste quadro, os carregadores maraves e bisas que iam sendo arrematados ao longo do percurso rejeitavam ir além de um certo ponto ou simplesmente manifestavam essa recusa fugindo⁵⁴. De facto, este era um trabalho muito pesado, o que implicava que os seus executantes, para além das pausas no percurso, trabalhassem durante períodos alternados. Aparentemente, o recurso a contratos por etapas da jornada justificava-se também pelo conhecimento que os africanos tinham de determinado espaço próximo, o qual não possuíam para lá de certos limites.

A dureza desse trabalho também determinava o ritmo de andamento das caravanas. Nas caravanas africanas, os carregadores caminhavam quase sempre só da parte da manhã. O tempo de marcha não ultrapassava, em geral, as 4 ou 5h, excluindo os períodos de descanso, o que se traduzia numa progressão de 12 a 15 km por dia⁵⁵. Na expedição de ida, Lacerda e Almeida informou que os carregadores se melindraram com uma marcha de duas léguas e meia num dia, ou seja, o equivalente àquele

⁴⁴ Sobre esses escravos, ver Newitt 1973, Isaacman e Isaacman 2006; Capela 1995; Rodrigues 2002.

⁴⁵ Rodrigues 2012. Sobre as dificuldades de recrutamento de carregadores para o período de 1850 a 1900, ver Isaacman e Isaacman 2006: 163-208.

⁴⁶ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 202.

⁴⁷ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 203.

⁴⁸ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 198.

⁴⁹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 209.

⁵⁰ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 211.

⁵¹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 204.

⁵² Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 209-216.

⁵³ Heintze 2004: 248.

⁵⁴ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 202, 206, 235, 236, 239, 241.

⁵⁵ Heintze 2004: 292-293.

percurso⁵⁶. Mas, o tempo médio de marcha diária era certamente inferior, como também sugere a informação do padre Francisco João Pinto, que esclareceu que os carregadores do Kazembe que se deslocavam até à Lunda apenas faziam 3h de marcha diária⁵⁷. Quando o explorador luso-brasileiro tentava imprimir um ritmo mais acelerado à marcha, os carregadores africanos resistiam. A certa altura, eles recusaram-se a avançar mais e fizeram retroceder aqueles que já iam à frente. E, no dia a seguinte, puseram-se em marcha, mas pelas 10h da manhã pararam, por ser costume pernitoarem naquele lugar⁵⁸. Noutra ocasião, não marcharam mais de meia légua, ameaçando os soldados “com as suas frechas, se os quisessem obrigar a marchar mais”⁵⁹. Tudo indica que estas tomadas de posição, tal como a discussão dos contratos, eram colectivas, como sugere a informação de Lacerda e Almeida: “Todos os cafres se juntaram e disseram que neste dia queriam ficar nesta povoação”⁶⁰.

No entanto, a marcha podia ser apressada ou retardada em função das necessidades de sobrevivência das caravanas. A caravana ou parte dela podia estacionar alguns dias junto de uma aldeia para se abastecer, dado o tempo exigido para que o seu chefe reunisse provisões em distintos pontos do seu território. Noutras partes do trajecto de grande esterilidade, podia acelerar a marcha para procurar alimentos ou um rio para obter água⁶¹. De facto, a expedição enfrentou a falta de alimentos e a necessidade de os comprar mais caros, em ambos os percursos. No trajecto de regresso, os bisas jogaram com a necessidade dos viajantes para aumentar enormemente o preço dos víveres e também como represália por os encararem como concorrentes num negócio em que antes eram os únicos intermediários com o Kazembe⁶².

Certas circunstâncias do percurso podiam dar aos carregadores um maior poder negocial. A transposição de determinados obstáculos, como a travessia dos pântanos e rios, era extremamente complicada. Exigia, não raro, a construção de pontes para chegar à outra margem, embora a maior parte dos rios estivesse seca na ocasião da viagem de ida para o Cazembe. No regresso, a passagem dos rios Nuena e Chambeze implicou a construção de pontes “armadilhas”, pelas quais os africanos, após demoradas negociações, exigiram um preço alto. E durante a passagem do Chambeze paravam por diversas vezes e iam sempre aumentando o seu preço. De tal modo, que ao fim do dia parte da expedição ficou numa margem e a outra na outra⁶³. Em casos extremos de hostilidade dos habitantes locais, os africanos podiam imprimir à caravana um ritmo tão apressado que os estrangeiros que eles transportavam acabavam por reclamar. Isso aconteceu quando o grupo fugia dos bisas. Os escravos de Gonçalo Caetano Pereira, que o padre Pinto acusava de se deixar governar por eles, ameaçavam deixar os restantes membros da caravana para trás se eles não acelerassem o passo⁶⁴.

Lacerda e Almeida projectara a caravana marchando toda unida sob a protecção dos 50 soldados municados e dos escravos armados que levava. No entanto, ao longo do trajecto os africanos impunham a sua própria lógica de organização da caravana, separando-se

em grupos. “Não há razão que os convença, que devemos marchar unidos quanto nos for possível, para podermos resistir aos inimigos”⁶⁵, queixava-se o matemático quando a caravana sofria roubos de cargas ou de gente, geralmente escravos pequenos⁶⁶. De acordo com B. Heintze, essa era a forma de organização das caravanas na África ocidental, onde os viajantes apenas transitavam unidos por razões de segurança⁶⁷, situação que não parece ter ocorrido em várias fases desta viagem. Certamente, essa divisão estava relacionada com a maior facilidade em arranjar alimentos para grupos menores, mesmo que todos trilhassem o mesmo caminho. A reunião de uma grande quantidade de víveres era demorada e a divisão da caravana em grupos conferia mais tempo para angariar esses alimentos em aldeias dispersas de uma determinada chefatura.

Desse modo, a caravana chefiada por Lacerda e Almeida acabou por fazer a grande parte do percurso dividida em três grupos⁶⁸, que, eventualmente, se reuniam nos locais dos acampamentos⁶⁹. A entrada na cidade do Kazembe fez-se em duas grandes “divisões”, como os expedicionários as chamaram, as quais chegaram com dias de diferença. De modo semelhante, o retorno a Tete processou-se em três grupos, que partiram em alturas próximas, mas distintas, conquanto nesta opção tenham pesado também os conflitos entre os membros da expedição. Apenas dispomos do relato da viagem do grupo chefiado pelo padre Pinto e mesmo esse dividiu-se em dois, um em que seguiam o padre e Pedro Nolasco e outro composto por Gonçalo Caetano Pereira e o seu filho Manuel Caetano Pereira. Não se sabe exactamente quantos indivíduos integravam estes grupos, mas eles eram certamente numerosos. Conforme o padre Pinto, a comitiva que atravessou o Aruângua, correspondente a um dos três grupos, era constituída por cerca de trezentas pessoas, apesar de já se ter desmembrado no percurso⁷⁰.

Mas o que transportavam os carregadores? Como em qualquer expedição, eles carregavam as bagagens pessoais dos expedicionários, presentes para oferecer aos chefes africanos e mercadorias, algumas das quais destinadas à aquisição dos alimentos de que necessitavam. A maior parte desses bens era conduzida por cada homem em trouxas, localmente chamadas fumbas. No entanto, algumas cargas exigiam que se ocupasse delas um número maior de indivíduos. Na viagem de ida essa situação é ilustrada pelo transporte de arcas de bens pessoais de Lacerda e Almeida⁷¹, ou de alguns dos presentes exigidos pelo *mwata kazembe* - um caixão de louça, três poltronas e um barril de pólvora⁷² ou as fraqueiras de cachaça e aguardente de Portugal reservadas para presentear vários chefes⁷³. Na viagem de retorno, a condução de dentes de marfim implicava geralmente dois carregadores⁷⁴. Evidentemente, o desempenho destas tarefas implicava uma certa especialização, como a sincronia de movimentos exigida pelo transporte de grandes volumes.

⁵⁶ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 222.

⁵⁷ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 276.

⁵⁸ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 223.

⁵⁹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 205.

⁶⁰ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 206.

⁶¹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 235.

⁶² Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 353-354.

⁶³ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 351-352.

⁶⁴ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 367.

⁶⁵ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 217.

⁶⁶ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 206-207; 217.

⁶⁷ Heintze 2004: 353.

⁶⁸ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 217-219; 256-258.

⁶⁹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 209; 239.

⁷⁰ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 374.

⁷¹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 203.

⁷² Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 204.

⁷³ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 215.

⁷⁴ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936. Sobre o peso dos dentes de marfim e o seu transporte, ver Isaacman e Isaacman 2004: 166-167.

Uma tarefa ainda mais diferenciada era o transporte de pessoas, no caso desta expedição, de todos os indivíduos considerados “brancos”. Com efeito, tanto os que pertenciam à elite dos Rios de Sena como pessoas de estrato mais baixo faziam-se carregar em machilas. Estas eram usualmente fabricadas em grossos tecidos de algodão de produção local e sustentadas por paus, que os carregadores transportavam ao ombro. Lacerda e Almeida designava o seu meio de transporte por *palanquim*⁷⁵, salientando a curiosidade dos africanos em relação àquela “casa”. Assim, a sua machila, apresentava uma cobertura, não se sabendo se outras que seguiam na expedição a incluíam. Com efeito, o padre Francisco Pinto mencionou abundantemente no seu diário as machilas em que se faziam transportar os membros da expedição, mas não aludiu a nenhum *palanquim*⁷⁶.

O transporte das machilas exigia um treino específico e era executado por escravos experimentados nessa tarefa. Na atribulada viagem de regresso a Tete, o padre Pinto ficou sem os seus carregadores. Nestas circunstâncias, pediu a Pedro Nolasco Vieira de Araújo, que viajava na sua comitiva, nove escravos de D. Francisca Meneses para transportarem a sua machila, cedendo-lhe em troca, para o transporte de cargas, os seus “escravos burros, que vinham em gargalheiras”⁷⁷, isto é, os escravos que ele tinha adquirido recentemente no Kazembe e que vinham presos. As informações fornecidas pelo padre sugerem que habitualmente nestas viagens eram necessários 20 escravos para transportar uma machila, já que eles se iam revezando nesta exigente tarefa. Porém, em situações extraordinárias, esse número podia ser reduzido para metade⁷⁸. De facto, as longas caminhadas diárias a pé eram vistas como extremamente penosas pelos elementos da sociedade colonial e a falta de carregadores de machila como um dos piores acontecimentos destas viagens. O padre Pinto contou como, após o seu grupo ter sido atacado pelos bisas no regresso a Tete, foi obrigado a fugir pé, pelos matos, sem que houvesse escravos dispostos a carregá-lo. Na passagem de um rio, tendo de passar com água pela cintura, depois de muitos rogos, dois escravos acederam a elevá-lo, deitando-o aliás à água, quando os bisas surgiram na margem. No troço seguinte, tanto o padre como Pedro Nolasco tiveram de caminhar, porque os seus escravos tinham deixado propositadamente as canas das machilas no sítio do assalto dos bisas, para não serem obrigados a transportá-los e, assim, aligeirarem a marcha. E dizia o padre: “já não podíamos com semelhante marcha”⁷⁹. De facto, estas marchas eram consideradas insuportáveis pelos viajantes estrangeiros, que recorriam sempre a carregadores para explorar o continente africano.

Porém, note-se que não eram apenas as expedições europeias ou coloniais a empregar o transporte humano para conduzir pessoas. Os chefes africanos podiam também socorrer-se de carregadores, como fez Anceva, uma espécie de ministro do Tesouro e dos Negócios Estrangeiros do *mwata kazembe*, que, quando foi buscar a expedição do padre Pinto, ora caminhava a pé, ora era levado numa cadeira, particularmente na travessia dos rios e pântanos⁸⁰.

Enfim, nas longas caminhadas pelo território africano, o serviço dos carregadores era indispensável ao êxito das expedições, pois eram eles a transportar todas as bagagens necessárias ao período da viagem e a conduzir os próprios exploradores.

Guias e intérpretes: intermediando mundos

Guias e intérpretes também desempenhavam papéis fundamentais em qualquer expedição⁸¹. Eles actuavam como os principais intermediários entre as sociedades locais e os estrangeiros, especialmente importantes em zonas de contacto⁸². No que toca à expedição de Lacerda e Almeida, esses indivíduos já tinham fornecido informes cruciais para o planeamento da jornada e durante o percurso asseguraram os contactos com o território e as suas populações. Como noutras caravanas em África, frequentemente, os mesmos indivíduos desempenhavam simultaneamente as funções de guia e de intérprete. Tal compreende-se pelo facto de eles se terem deslocado a um determinado território, tendo adquirido um conhecimento, mesmo que não muito profundo, sobre a sua geografia e os seus habitantes e, evidentemente, sobre a sua cultura e língua. Essas aptidões dos pilotos locais para orientarem os viajantes nos espaços diferenciados que eles dominavam eram reconhecidas pelos exploradores estrangeiros. Na instrução que elaborou para que os restantes elementos pudessem prosseguir o caminho para Angola, se ele próprio falecesse, Lacerda e Almeida recomendou o recurso aos guias locais. O capitão João da Cunha e o piloto africano Bernardino foram designados para atingir a foz do Cunene por via fluvial e, a partir daí, chegarem a Luanda por mar. Mas, caso não o conseguissem, regressariam pela mesma via ao Kazembe e a partir daqui percorreriam as rotas terrestres, “conduzidos pelos cafres daquele continente”⁸³, que frequentavam o comércio de Benguela. Do mesmo modo, Pedro Xavier Velasco e Pedro Nolasco Vieira de Araújo, apontados para chegar a Luanda usando a rota do Kazembe à Lunda, deveriam acompanhar os mercadores arundos⁸⁴. A viagem para o Kazembe mostrou a dependência em que os exploradores estrangeiros estavam dos seus guias africanos. A caravana foi conduzida pelos escravos dos moradores dos Rios de Sena que já tinham feito essa jornada e pelos bisas, que detinham uma prática mais antiga⁸⁵. Em geral, os guias seguiam à frente das caravanas, mas podiam distribuir-se por vários dos seus trechos. Lacerda e Almeida, que não encabeçava a comitiva, tinha junto de si o guia que acompanhara Manuel Caetano Pereira na última viagem⁸⁶. Com efeito, esses guias reconheciam as estradas percorridas habitualmente pelas caravanas, a partir das suas anteriores experiências. O seu conhecimento era fundamental do ponto de vista da geografia física, indicando os caminhos a percorrer ou os obstáculos a contornar. Quando atravessavam troços cheios de mato, tinham de desbravá-lo ou no caso dos pântanos de os contornar⁸⁷. A actuação dos guias era analogamente essencial para identificar as zonas desabitadas, onde os caminhantes não tinham qualquer apoio, e as povoações onde era

⁷⁵ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 202.

⁷⁶ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 323-324.

⁷⁷ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 345.

⁷⁸ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 336-337.

⁷⁹ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 364-366.

⁸⁰ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 254.

⁸¹ Sobre o papel dos guias nas expedições da África Ocidental, ver Heintze 2004.

⁸² Sobre a “zona de contacto”, ver Pratt 1999.

⁸³ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 181.

⁸⁴ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 177-183.

⁸⁵ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda, *passim*.

⁸⁶ Francisco José de Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 257.

⁸⁷ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 244, 254-255.

possível adquirir alimentos. De facto, era em função dessa informação que a marcha da caravana podia ser apressada, quando transitava por lugares estéreis, ou ocorria a decisão de demorar um ou mais dias num dado local, para comprar provisões e aproveitar para descansar. Esse tipo de informação, tão importante para quem se movia no terreno, não podia ser fornecido pelos instrumentos científicos dos exploradores europeus por mais apetrechados que eles estivessem. O matemático Lacerda e Almeida estava decidido a servir-se das “observações astronômicas, verdadeiras práticas das estradas, e caminhos mais breves”⁸⁸. Porém, no decurso da sua viagem, em que, no meio da doença, registava os seus rumos e coordenadas geográficas, teve de confiar nos práticos africanos para atingir o Kazembe.

Frequentemente, os chefes do território por onde passava a caravana dispensavam guias para determinado troço do percurso, geralmente o território ocupado pelas populações que eles governavam. As funções principais destes guias consistiam em proteger os viajantes e assegurar que eles conseguiram comida. No regresso da expedição, o grupo em que viajava o comandante, o padre Francisco João Pinto, foi guiado pelo chefe arundo Anceva, que o devia comboiar no percurso em terras do Kazembe, garantindo a sua segurança e o aprovisionamento de géneros⁸⁹.

A utilização de guias locais era especialmente importante quando, perante o surgimento de alguma hostilidade, os expedicionários eram obrigados a deixar os caminhos habitualmente calcados para se refugiarem nos “matos”, o espaço não habitado pelo homem e deixado à natureza. No retorno a Tete, a caravana em que viajavam o padre Pinto, Pedro Nolasco Vieira de Araújo e Gonçalo Caetano Pereira foi violentamente atacada pelos bisas, retaliando contra a concorrência que eles promoviam. Os viajantes foram obrigados a largar a carga e a optar pelos “matos” para regressar a Tete. O experimentado e reputado Gonçalo Caetano Pereira abandonou todo o seu marfim, cerca de 600 arrobas, e Pedro Nolasco muito marfim, baús, caixas e outros bens, que foram saqueados não só pelos bisas mas também pelos escravos dos moradores de Tete. Tentando encontrar segurança, o grupo de cerca de 300 pessoas abandonou as estradas e embrenhou-se nos “matos”. Durante este percurso em que fugiam dos seus perseguidores, esses viajantes foram abordados por outros chefes, que lhes prometeram dispensar guias para trilharem a salvo esses caminhos ignotos. Embora a oferta se tivesse revelado um ardid, ela foi prontamente acolhida pelos responsáveis pela caravana, que esperavam a segurança da sua protecção⁹⁰. Apenas perto do rio Aruângua, o fragmentado grupo disperso pelos “matos” voltou ao caminho das caravanas⁹¹. Com efeito, esses viajantes reconheciam a sua ignorância em relação a esse espaço e a sua dependência em relação ao conhecimento dos africanos que o dominavam.

Tal como o recurso aos guias, a utilização de intérpretes africanos, geralmente chamados “línguas”, era a norma nos contactos dos europeus com os povos africanos⁹², como em qualquer encontro colonial como sublinhou L. Benton⁹³. Os portugueses

tinham-nos usado desde o início da penetração na África Oriental e eles adquiriram um papel particularmente importante no relacionamento com as principais chefias karangas no planalto a sul do Zambeze⁹⁴. No processo de construção da sociedade colonial do vale do Zambeze, assente no domínio dos prazos habitados por africanos e de múltiplas rotas mercantis que a conectavam com vários poderes, a generalidade da elite colonial tinha os seus escravos *achuanga*, indivíduos que dominavam tanto as línguas africanas quanto o português⁹⁵.

A jornada de Lacerda e Almeida distinguiu-se das conduzidas por outros viajantes estrangeiros pelo facto de contar com a participação, forçada ou voluntária, de elementos da sociedade colonial que dominavam ou detinham algum conhecimento das línguas africanas. Com efeito, a maioria dos membros da sociedade colonial dos Rios de Sena, os que aí tinham nascido ou estavam estabelecidos havia anos, entendia as línguas africanas ou pelo menos um número suficiente de palavras, algumas delas bastante próximas nos vários idiomas, para comunicar com os africanos⁹⁶. Como notava Lacerda e Almeida, os que eram “nacionais, ou veteranos no país, muito bem os entendem [aos africanos]”⁹⁷. Mesmo entre os recém-chegados, alguns revelavam uma habilidade especial para aprender as línguas africanas, como era o caso de Tomás Gomes da Silva, natural do rio de Janeiro. Alguns destes membros da sociedade colonial tinham também um profundo conhecimento da cultura das sociedades africanas, como Gonçalo Caetano Pereira e José Rodrigues Caleja. Eles integravam a expedição como “práticos dos matos” para aconselhar Lacerda e Almeida a tratar com os africanos. Mas, o explorador descobriu que eles se tinham acomodado às normas africanas. Lacerda e Almeida achava incompreensível essa convergência de pontos de vista com os africanos, concluindo que a inteligência que a sua comitiva tinha usos locais era ter adoptado esses mesmos costumes⁹⁸. Mesmo quando, aparentemente para não o contradizer, lhe sugeriam medidas punitivas equivalentes às que ele usara com os escravos no Brasil, os seus conselheiros acabavam por recuar. Lacerda e Almeida concluía que era “pela fraqueza de ânimo, e extraordinário medo, que os possuiu”⁹⁹. E, de facto, esses “práticos dos matos”, intermediários culturais entre as sociedades africanas e o explorador luso-brasileiro, sabiam não poder usar impunemente medidas coercivas num espaço que não dominavam.

Todos estes indivíduos constituíam a contraparte colonial dos línguas africanos da expedição de Lacerda e Almeida. Na verdade, a proficiência linguística e cultural de alguns europeus não dispensava a intermediação de intérpretes africanos, nomeadamente quando eram encetadas conversações prolongadas ou importantes com os chefes africanos.

No percurso até ao Kazembe, os intérpretes constituíram o principal veículo de comunicação, quer no que respeita aos africanos – livres e escravos – que integravam a caravana, quer no que toca aos contactos com as chefias locais. De facto, Lacerda e Almeida usou os línguas dos moradores dos Rios de Sena para ouvir as queixas dos escravos de D. Francisca Josefa Moura Meneses contra o capitão João da Cunha

⁸⁸ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 186

⁸⁹ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 345; 349.

⁹⁰ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 360-363.

⁹¹ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 370.

⁹² Conforme B. Heintze, na África ocidental, eram particularmente as expedições científicas a usar um ou dois intérpretes, um número bastante inferior ao da expedição de Lacerda e Almeida. Heintze 2004: 276.

⁹³ Benton 2002: 16.

⁹⁴ Sobre esses intérpretes, ver Rodrigues 2004.

⁹⁵ Sobre os *achuanga* e o seu papel na sociedade colonial do vale do Zambeze, ver Rodrigues 2002: 564-567.

⁹⁶ Sobre o domínio das línguas africanas por elementos da sociedade colonial, ver Rodrigues 2010a.

⁹⁷ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 209.

⁹⁸ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 223.

⁹⁹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 226.

Pereira, que os maltratara, acusando-os de, com a sua persistência na viagem, serem os culpados de tantos incómodos¹⁰⁰. O explorador também manteve longas conversações com os embaixadores do *mwata kazembe*, sobretudo Catara, socorrendo-se do língua e guia que o acompanhava, o que fizera a anterior viagem ao Kazembe com Manuel Caetano Pereira¹⁰¹.

A chegada à cidade do *kazembe* foi relatada pelo padre Francisco João Pinto. No primeiro encontro com este chefe, foram os escravos de Gonçalo Caetano Pereira, em particular Inharugue, que serviram de intérpretes¹⁰². Presumivelmente, estes escravos tinham participado na anterior expedição comercial enviada pelo seu amo ao Kazembe. Acresce que, vivendo na Java, frequentada pelos bisas, eles estavam certamente familiarizados com as línguas dos arundos e dos povos por eles conquistados. Num outro encontro com o *kazembe*, o padre exprimiu-se violentamente em “língua cafreal de Sena”, o *chisena*, para ser traduzido pelo soldado que o acompanhava, seguramente um indivíduo nascido nos Rios de Sena¹⁰³, um daqueles soldados que Lacerda e Almeida se queixava de não se distinguir dos demais africanos¹⁰⁴. Noutra ocasião, o padre usou o seu próprio “domestico”, seguramente o seu escravo *chuanga*, para enviar um recado ao *mwata kazembe*¹⁰⁵. Enfim, os indivíduos que serviam de intérpretes aos membros da expedição podiam ter os mais diversos estatutos e experiências anteriores, combinando essa capacidade com outras funções.

Geralmente, estes intérpretes não eram apenas peritos nas línguas dos diversos povos, mas também no protocolo a observar nos contactos entre os expedicionários e os vários chefes. Esse conhecimento era essencial para o êxito das caravanas pois permitia obter alimentos, mão-de-obra e passaportes. Eles também conheciam o direito dessas sociedades, o que era capital para evitar transgressões que resultavam na imposição de fortes penalizações aos infractores ou negociar os conflitos daí resultantes, os “milandos”¹⁰⁶.

O emprego de intérpretes não era, no entanto, exclusivo dos europeus. Nesta região, vários chefes tinham os seus línguas, os quais podiam acumular outras funções associadas ao controlo dos estrangeiros. De acordo com o padre Pinto, na corte do *mwata kazembe*, os contactos com a expedição portuguesa eram feitos, principalmente, através do chefe Anceva, que além de servir regularmente como emissário ao acampamento português, assistia como intérprete aos encontros do *mwata kazembe* com os expedicionários. Na última audiência concedida por Lukwesa Ilunga, na falta de Anceva, foi Sana Muropué, o irmão daquele chefe, a servir de língua¹⁰⁷. Mas, o *mwata kazembe* parece ter tido também escravos com a tarefa de traduzir as conversações com os estrangeiros. Quando ele chamou o padre Pinto, no dia 23 de Junho de 1799, para lhe comunicar que ia autorizar o regresso da expedição a Tete, empregou como intérprete um seu “domestico”¹⁰⁸. Enfim, as viagens de exploração geográfica, pondo em relação gentes tão diversas, exigiam, de uns e de outros, intermediários com um

conhecimento maior ou menor dos mundos em contacto e cujo papel era facilitar a comunicação linguística e cultural. Era precisamente esse conhecimento que tornava os intérpretes imprescindíveis a qualquer contacto.

A capacidade de se moverem entre dois (ou mais) mundos conferia aos intérpretes um poder que aqueles desprovidos dessas aptidões linguísticas não possuíam. Esse poder assentava na capacidade de fornecer, ocultar e manipular a informação¹⁰⁹. Desde logo, a própria informação geográfica, num sentido amplo, aquela que respeitava aos acidentes do terreno e aos habitantes de um território. Como ficou referido, o próprio Lacerda e Almeida constatava a diversidade e, não raro, considerava ele, a contradição das notícias transmitidas pelos africanos. Essa discrepância conduziu-o a concluir que sem conhecer ele próprio as línguas africanas nunca iria descobrir a “verdade” que interessava à ciência europeia¹¹⁰. Mas, também o levou a considerar que a “mentira” era um atributo dos africanos, sem conjecturar que ela lhes podia ser útil.

A capacidade linguística e cultural dos intérpretes também lhes conferia poder na gestão do dia-a-dia. Eles podiam ir construindo as práticas diárias da caravana em função das informações que manipulavam junto de uns e de outros. Lacerda e Almeida deixou de discutir as medidas coercivas que pretendia usar quando se apercebeu que os elementos do seu “estado-maior” as discutiam abertamente diante dos seus escravos. Assim, as conversas dos membros da sociedade colonial “logo passam aos cafres, por meio dos seus domésticos, perante quem falam sem reserva”¹¹¹. Na posse dessa informação, esses intérpretes revelavam as intenções dos membros da expedição aos outros africanos, que podiam agir em função desse conhecimento.

Conclusão

Os exploradores africanos, que percorriam as rotas do continente antes de os estrangeiros aí chegarem, eram essenciais nas expedições científicas promovidas pelos poderes europeus. A sua experiência permitiu-lhes acumular as informações imprescindíveis, transmitidas aos exploradores estrangeiros para planearem as suas viagens e as poderem executar. As próprias caravanas de exploração geográfica dependiam totalmente dos carregadores, intérpretes e guias africanos. As diferenças entre as experiências e os objectivos dos portugueses e dos africanos obrigavam os exploradores a uma constante negociação com os membros da caravana.

A transmissão dos conhecimentos africanos aos estrangeiros, que podiam ser ou não europeus, implicava técnicas de negociação que permitiam aos que se lançavam nas explorações científicas apropriarem-se desses conhecimentos e integrá-los na ciência europeia. Esses conhecimentos eram reelaborados em função dos padrões da ciência europeia, para serem registados e postos a circular, sob diversos meios.

¹⁰⁰ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 209.

¹⁰¹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 213-215.

¹⁰² Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 262; 285; 301.

¹⁰³ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 311.

¹⁰⁴ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 189; 200-201; 226.

¹⁰⁵ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 321-322.

¹⁰⁶ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 198, 218.

¹⁰⁷ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 343.

¹⁰⁸ Padre Francisco João Pinto, “Viagem do Cazembe...”, in Múrias 1936: 329.

¹⁰⁹ Sobre esse poder dos intérpretes ver Lawrence, Osborn e Roberts 2006: 10-19.

¹¹⁰ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 245.

¹¹¹ Francisco J. Lacerda e Almeida, “Instruções e diário...”, in Holanda 1944: 227.

Referências

- BENTON, Lauren, 2002 – *Law and Colonial Cultures: Legal Regimes in World History, 1400-1900*, New York, Cambridge University Press.
- BENTON, Lauren, 2010 – *A Search for Sovereignty. Law and Geography in European Empires, 1400-1900*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BOURGUET, Marie-Noëlle, 1997 – “O explorador”, in Vovelle, Michel (dir.), *O Homem do Iluminismo*, Lisboa, Presença, pp. 207-249.
- BURKE, Peter, 2000 – *A social history of knowledge: from Gutenberg to Diderot*, Cambridge, Polity.
- BURTON, Richard F., 1873 – *The lands of Cazembe*, Londres.
- CAPELA, José, 1995 – *Donas, Senhores e Escravos*, Porto, Afrontamento.
- CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da, 2004 – *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas. Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*, Dissertação de Doutoramento em História, Universidade Federal do Paraná.
- CUNNISON, I., 1959 – *The Luapula Peoples of Northern Rhodesia. Custom and History in Tribal Politics*, Manchester.
- EÇA, Filipe Gastão de Almeida de, 1951 – *Lacerda e Almeida. Escravo do dever e mártir da ciência (1753-1798)*, Lisboa.
- HARRISON, Mark, 2005 – “Science and the British Empire”, in *Isis*, nº 96, pp. 56-63.
- HEINTZ, Beatrix, 2004 – *Pioneiros Africanos. Caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*, Luanda, Editorial Nzila.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (ed.), 1944 – *Diários de Viagem*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- ISAACMAN, Allen e Isaacman, Barbara, 1991 – “Os prazeiros como trans-raianos: um estudo sobre transformação social e cultural”, in *Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 10, pp. 5-48.
- ISAACMAN, Allen F. e Isaacman, Barbara S., 2006 – *Escravos, escravagistas, guerreiros e caçadores. A Saga dos Chicundas do Vale do Zambeze*, Maputo, PROMÉDIA.
- LAWRENCE, Benjamin N., Osborn, Emily Lynn e Roberts, Richard, 2006 – *Intermediaries, interpreters, and clerks: African employees in the making of colonial Africa*, Wisconsin, Wisconsin University Press.
- MACOLA, Giacomo, 2002 – *The Kingdom of Kazembe: History and Politics in North-Eastern Zambia and Katanga to 1950*, Hamburg, Lit.
- MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro, 1997 – *Francisco José de Lacerda e Almeida, Travessias científicas e povos da África Central (1797-1884)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- MOTA, Avelino Teixeira da, 1962 – *D. Luís da Cunha e a Carta da África Meridional de Bourguignon D'Anville (1725)*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

- MOTA, Avelino Teixeira da, 1964 – *A Cartografia Antiga da África Central e a travessia entre Angola e Moçambique (1500-1860)*, Lourenço Marques.
- MÚRIAS, Manuel (ed.), 1936 – *Travessia de África pelo Dr. Lacerda e Almeida*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- NEWITT, M.D.D., 1973 – *Portuguese settlement on the Zambesi*, London, Longman
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello e Cruz, Ana Lúcia Rocha, 1999 – “Brasileiros a serviço do Império: a África vista por naturais do Brasil, no século XVIII”, in *Revista Portuguesa de História*, vol. 33, pp. 153-190.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello e Cruz, Ana Lúcia Rocha, 2006 – “A história de uma ausência: os colonos cientistas da América portuguesa na historiografia brasileira”, in Frago, João, Florentino, Manolo, Jucá, Antônio Carlos e Campos, Adriana (org.), *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*, Vitória e Lisboa, EDUFES e ICT, pp. 357-390.
- PESTRE, Dominique, 1995 – «Pour une histoire sociale et culturelle des sciences. Nouvelles définitions, nouveaux objets, nouvelles pratiques», in *Annales HSS*, 50: 3, pp. 487-522.
- PRATT, Mary Louise, 1999 – *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, Bauru, Editora da Universidade do Sagrado Coração.
- RAMINELLI, Ronald, 2008 – *Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo a distância*, S. Paulo, Alameda.
- ROBERTS, Lissa – “Situating Science in Global History. Local exchanges and networks of circulation”, in *Itinerario*, vol. XXXII, n.º 1, 2009, pp. 9-30.
- RODRIGUES, Eugénia, 2000 – “Chiponda, a ‘senhora que tudo pisa com os pés’. Estratégias de poder das donas de prazos do Zambeze no século XVIII”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol. I, pp. 101-132.
- RODRIGUES, Eugénia, 2004 – “Embaixadas portuguesas à corte dos mutapa”, in Carneiro, Roberto e Matos, Artur Teodoro de (coord.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, pp. 753-779.
- RODRIGUES, Eugénia, 2007 – “D. Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville: das representações da África Austral aos projectos de reconfiguração do império português”, in *Actas do III Encontro Internacional de História de Angola*, Luanda, 25-28 de Setembro 2007 (no prelo).
- RODRIGUES, Eugénia, 2010a – «La cartographie française et l'empire portugais dans l'océan Indien dans la première moitié du XVIIIe siècle», in *The XIII International Seminar on Indo-Portuguese History*, Université de Provence, Aix-en-Provence e Marselha, 22 a 28 de Março de 2010 (no prelo).
- RODRIGUES, Eugénia, 2010b – “Colonial Society, Women and African Culture in Mozambique, c. 1750-1850”, in Sarmento, Clara (dir.), *From Here to Diversity: Globalization and Intercultural Dialogues*, Newcastle-Upon-Tyne, Cambridge Scholars Publishing, pp. 253-274.

RODRIGUES, Eugénia, 2012 – “Francisco José de Lacerda e Almeida: viagem e ciência na África Oriental (1797-1798)”, in Pereira, Magnus R. M. e Ribas, André A. (eds.), *Francisco José de Lacerda e Almeida: Um astrónomo paulista no sertão africano*. Curitiba, Editora UFPR (no prelo).

SANTOS, Maria Emília Madeira, 1988 – *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.

O sul de Moçambique na viragem do século XIX: Território, exploração científica e desenvolvimento

Ana Cristina Roque*

p. 103-112

1. Nota Prévia

As questões que aqui se apresentam, resultam de um trabalho em curso no âmbito de um projecto – *Conhecimento e Reconhecimento em espaços de influência Portuguesa: registos, expedições científicas, saberes tradicionais e biodiversidade na África Subsariana e Insulíndia¹* –, recentemente financiado pela FCT no âmbito do Programa História da Ciência, que se desenvolve num contexto cronológico, geográfico e temático mais vasto e diversificado que a temática que será aqui abordada.

O projecto reúne uma equipa multidisciplinar, numa parceria do Instituto de Investigação Científica Tropical com a Universidade Nova e a Universidade Técnica de Lisboa, e tem como núcleo central de pesquisa as Missões Científicas Portuguesas dos séculos XVIII, XIX e XX empreendidas em Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Timor; sendo que prevê igualmente a identificação e a avaliação de um conjunto de informações prévias que, desde o século XVI, foram criando e consolidando os conhecimentos necessários à sua realização.

Considerando este universo espaço-temporal, o projecto visa proceder ao resgate da informação histórica respeitante a recursos naturais, biodiversidade e saberes e práticas tradicionais no sentido de demonstrar a importância e o contributo actual deste tipo de informação, designadamente ao nível da possibilidade da sua contribuição para minimizar ou solucionar problemas actuais. Em simultâneo, pretende-se chamar a atenção para a importância actual da recuperação da informação relativa a estas explorações e missões, evidenciando tanto os seus aspectos científicos e técnicos e a forma como os seus resultados foram apreendidos e divulgados, quanto a diversidade da informação que foi recolhida.

Daí a importância de uma abordagem em que, considerado um determinado espaço geográfico, se considere simultaneamente o território, a exploração científica e o desenvolvimento. Por sua vez, o contexto espaço-temporal escolhido – Sul de Moçambique nos finais do século XIX – remete-nos para aspectos muito precisos da organização,

* Instituto de Investigação Científica Tropical. Departamento de Ciências Humanas / Programa de Desenvolvimento Global.

¹ Proj. FCT. HC 0075/2009.

configuração e mapeamento dos territórios que virão a constituir o então Distrito de Lourenço Marques e, por conseguinte, o que é hoje o Sul de Moçambique.

2. O sul de Moçambique – presença portuguesa e reconhecimento do território

Apesar da presença Portuguesa em Moçambique remontar aos primórdios do século XVI, o interior do país, e em particular quase toda a região a Sul do Rio Save, manteve-se “oficialmente” inexplorado porque marginal às rotas de penetração no sertão definidas em função do acesso às minas do planalto interior. Tal não significa que não tenha havido incursões e explorações individuais mas, se as houve, não se conhecem ainda os seus resultados.

No que respeita à então chamada Baía de Lourenço Marques (Maputo), os contactos havidos desde o seu “descobrimento” (1544-45) revelaram-se pontuais ao longo dos séculos, marcados pela possibilidade de resgate do marfim e dependentes de um navio anual, vindo da feitoria de Moçambique, que ali permanecia enquanto durava o negócio (Lobato, 1961). Os contactos foram por isso escassos e o conhecimento da terra quase nulo. Não fora o relato circunstanciado de alguns náufragos que, na segunda metade do século XVI, se viram na necessidade de percorrer a região (Brito, 1735), e dela não se sabia nada antes de meados do século XVII quando Holandeses, Austríacos e os Ingleses acreditaram na possibilidade de ali se estabelecerem à revelia do que os Portugueses, apesar de tudo, consideravam como sendo “terra sua”.

A fixação de portugueses na Baía e a construção de um Presídio em 1782 (Lobato, 1961) é pois tardia, marcando debilmente o início do reconhecimento do território e de contactos mais efectivos com as populações na área da esfera de influência comercial do estabelecimento português. Todavia, estes primeiros reconhecimentos revelaram-se fundamentais para consolidar a presença portuguesa na região, permitindo que em meados do século XIX, fosse já significativo o número de portugueses que conheciam bem as gentes e os sertões de L. Marques, estando por isso em posição de apoiar e enquadrar as expedições científicas de reconhecimento que marcaram os finais do século.

E estas expedições, no que respeita ao Sul de Moçambique, estão indissolúvelmente ligadas à delimitação e demarcação da fronteira com os territórios do Transvaal, Swazilândia e Maputolândia, à possibilidade de construção de vias de comunicação (estradas e caminho-de-ferro) que assegurassem as ligações do interior com o porto de L. Marques e, naturalmente também, às campanhas de ocupação militar. Uma e outras desempenharam um papel fundamental no reconhecimento das terras do Sul, para onde, antes da última metade do século XIX, não se dispunha de informações substanciais e credíveis sobre o território e as populações que o habitavam. Neste contexto, foi determinante o papel dos engenheiros das expedições de obras públicas e, muito particularmente dos que, como Joaquim José Machado ou Alfredo Augusto Lisboa de Lima foram incumbidos dos estudos de viabilidade, enquadramento e suporte à construção dos caminhos-de-ferro e, posteriormente, no caso de Machado, de chefiar a Comissão Portuguesa de Delimitação de Fronteiras com a Swazilândia e com o Transvaal.

Não é possível desligar todo este movimento de exploração e ocupação territorial do contexto particular, nacional e internacional, em que o mesmo se inscreveu. Em

termos internacionais, assumem particular relevância as decisões da Conferência de Berlim e, naturalmente, as implicações destas para as relações diplomáticas de Portugal com a Grã-Bretanha. Contudo, não é possível pensar as consequências deste processo sem termos igualmente em consideração a situação de grande agitação social e política que se vivia na África Austral e que punha em confronto não só potências locais, nem sempre exclusivamente contra a presença estrangeira, mas também Ingleses e Boers, que muito antes de qualquer conferência de Berlim se digladiavam pela posse da terra na África Austral, tentando os primeiros impedir a afirmação de soberania de um Estado-nação Boer.

Por sua vez, a nível nacional, e sem que o nosso objectivo seja a discussão da política de ocupação colonial mas alguns dos seus resultados no terreno, teremos de considerar a acção específica levada a cabo pela Comissão Portuguesa de Cartografia e em estreita colaboração com a Sociedade de Geografia de Lisboa que, em 1878, criou até uma Comissão Africana especificamente vocacionada para os trabalhos em África. Foram aliás de sua iniciativa muitas das propostas apresentadas então ao Governo no sentido da necessidade de proceder ao reconhecimento geográfico, cartográfico, hidrográfico, geológico e mineralógico dos territórios africanos, bem como para a realização de missões botânicas, zoológicas, etnográficas e linguísticas. Não deixando de ser igualmente significativo que a maior parte dos membros da Comissão de Cartografia e dos muitos outros intervenientes nestas expedições, fossem também membros da Sociedade de Geografia.

Porém, e dado que não é possível abordar aqui todos aspectos que decorrem tanto do contexto político-económico quanto do enquadramento institucional e porque os objectivos e natureza de cada uma das missões e campanhas se revestem de especificidades que extravasam o âmbito deste estudo, o foco deste trabalho incidirá sobretudo no que delas resultou em termos de conhecimento do território e das consequências imediatas que daí advieram para a região. Nesse sentido ocupar-nos-emos em particular das missões de delimitação de fronteiras do então Distrito de Lourenço Marques, nas quais participaram muitos dos membros da Comissão Portuguesa de Cartografia, e que constituem um aspecto muito particular dos reconhecimentos do território.

Importa contudo referir que esta escolha não é aleatória e se prende sobretudo com a importância de que esta temática se reveste hoje para Moçambique, designadamente ao nível da demarcação das suas fronteiras, porquanto em muitas situações, devido a causas naturais ou questões políticas, a linha de demarcação da fronteira desapareceu e a informação que permite a sua reconstituição não está sequer disponível em Moçambique, mantendo-se nos arquivos portugueses onde, nem sempre se encontra acessível (Roque, 2010a).

Não sendo aqui o lugar para tecermos considerações sobre a acessibilidade e eventual depósito deste corpo documental, que genericamente se designa por documentação do *Arquivo de Fronteiras* e que em boa parte se encontra nos Arquivos do Instituto de Investigação Científica Tropical, não podemos deixar de sublinhar que ele inclui não só toda a informação necessária à reconstituição e reconstrução das linhas e marcos de fronteira – relatórios, mapas, desenhos, notas de campo, dados topográficos e geodésicos, fotografias...–, como um imenso e precioso manancial de dados sobre as diferentes áreas percorridas, que integra não só a descrição detalhada dos vários territórios, recursos e potencialidades, como informação muito precisa sobre população,

usos e costumes, sobre as suas formas de organização e de gestão e aproveitamento dos recursos locais (Roque, 2009 e 2010b). Aspectos que constituem uma mais-valia para este corpo documental quando se pretende abordar as questões que enquadram e consubstanciam o conhecimento do território.

3. Expedições e (re)conhecimento *versus* fronteira, território e recursos naturais

Nas últimas décadas do século XIX, o reconhecimento sistemático do território e dos recursos naturais do Sul de Moçambique foi simultaneamente, suporte e resultante do processo de afirmação de Portugal numa área geográfica onde a rápida expansão colonial britânica impunha a necessidade de se proceder à ocupação efectiva de todo um espaço que se reclamava Português por direito histórico mas que, as novas normas do direito colonial saídas da Conferência de Berlim, não reconheciam. Razão pela qual a demarcação das fronteiras, emergia como uma questão a queurgia dar resposta precisa e imediata. E, nesse sentido, foram recorrentes as chamadas de atenção de Joaquim José Machado, em várias sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa realizadas entre 1885 e 1889 (Machado, 1886, 1889a e 1889b), anos em que foi oficialmente nomeado para dirigir a Comissão Portuguesa de Delimitação de Fronteiras com a Swazilândia (Abril de 1885) e com o Transvaal (Março de 1890) antes de ser nomeado Governador-Geral de Lourenço Marques em Junho de 1890.

A experiência de Machado, director das obras públicas de Moçambique entre 1877 e 1880 e responsável pelos estudos do traçado da ligação ferroviária Lourenço Marques-Pretória, terminados em 1879 e aprovados em 1883, bem como o conhecimento e experiência do território que daí lhe adveio, pesaram seguramente na sua escolha para encabeçar missões de cariz marcadamente político e diplomático que, contudo, não dispensavam nem a componente do conhecimento efectivo do terreno nem a componente técnico-científica indispensável à sua concretização.

Tal facto parece ser evidente, sobretudo no caso da fronteira com o Transvaal uma vez que, embora a Comissão para a Delimitação desta Fronteira só tenha sido oficialmente criada em 1890, as negociações e trabalhos entre os representantes dos governos do Transvaal e de Lourenço Marques decorriam, pelo menos, desde a assinatura, em 1885, da primeira Convenção comercial assinada entre os dois governos e que esteve na base da criação, em 1864, da primeira Comissão Mista para a Delimitação da Fronteira entre o Transvaal e o Distrito de Lourenço Marques (Matos, 1964: 65), a que se seguiu, em 1869, a assinatura do Tratado de Paz Amizade e Fronteiras entre os dois governos, pelo qual se estabelecia que a linha de fronteira passava pela cumeada dos Libombos e se fixava o limite Sul das possessões portuguesas em 26° 30' (Almada, 1943).

Os trabalhos para a delimitação e demarcação desta fronteira, a primeira a ser efectuada nos territórios portugueses em África no início da década de 70 (MCP 33-2; MCA 16), estenderam-se por mais de meio século, com interrupções impostas por razões de ordem técnico-científica (MCP 33-2) ou relacionadas com situações de grande instabilidade política e militar na região (MCA 19), e só em 1929 viriam a ser objecto de ratificação definitiva (MCA 21). Como resultado, estes mais de 50 anos, em que a Comissão Portuguesa trabalhou em conjunto com a Comissão Boer do Transvaal, constituem testemunho inequívoco de um trabalho de campo sistemático

e preciso de que resultou não só o reconhecimento de toda a região fronteiriça desde Ressano Garcia até à confluência do Pafúri com o Limpopo, como de uma boa parte do hinterland desde esta confluência até Inhambane (MCP 33-3).

Do igual modo, as Comissões Portuguesas que trabalharam com as Comissões Britânicas na Delimitação de Fronteiras com a Swazilândia e com a Maputolândia conduziram a resultados idênticos, permitindo que no primeiro quartel do século XX, Portugal dispusesse já de levantamentos exaustivos de todo o *hinterland* compreendido entre a Ponta do Ouro e a Namaacha, a Sul e, daqui, até à confluência do Pafúri com o Limpopo. Os relatórios dos trabalhos destas Comissões constituem, por isso, um importante *corpus* documental de referência não só sobre os aspectos técnicos e científicos dos trabalhos e a natureza das discussões na origem da definição das fronteiras, como sobre aspectos específicos do território e dos seus habitantes e das reacções destes face às consequências decorrentes da demarcação física das fronteiras.

Os trabalhos a desenvolver por estas comissões mobilizavam um elevado número de pessoas, instrumentos científicos, mantimentos, gado, meios de transporte e todo o equipamento necessário para garantir não só a sua realização como a logística indispensável de enquadramento, suporte e manutenção das equipas envolvidas (MCP 30-5: 2).

A necessidade de um trabalho rigoroso e sistemático, designadamente ao nível da determinação das coordenadas geográficas dos marcos a implantar, dos registos topográficos e geodésicos ou da elaboração de uma cartografia de precisão, obrigou ao uso de instrumentos de precisão e à presença de técnicos que os soubessem utilizar. Ambas as componentes eram indispensáveis e a ausência de uma delas obrigava à interrupção dos trabalhos e, conseqüentemente, a atrasos na concretização dos mesmos (MCP 30-5: 1). A descrição minuciosa de todas os trabalhos técnicos e procedimentos utilizados bem como da eficiência dos instrumentos relativamente às diversas situações para que eram solicitados, conduziu a descrições exaustivas não só desses instrumentos, como da forma como eram usados, possibilitando uma melhor compreensão das suas potencialidades e uma maior rentabilidade das mesmas (MCP 30-5: 2).

Por sua vez, o trabalho de campo continuado permitiu também a precisão da toponímia, prevenindo futuras imprecisões e erros decorrentes do uso de informações de terceiros, não confirmadas no terreno, e que anteriormente induziram a situações nem sempre fáceis de resolver e aceitar por ambas as Comissões envolvidas, como foi o caso do traçado da linha de fronteira com o Transvaal, ao longo da cumeada dos Limbobos. Apesar de aparentemente bem definida depois de introduzidas em 1875, as correcções ao Tratado de 1869, esta linha de fronteira revelou-se muito difícil de aceitar pela comissão mista que, em 1890, procedeu à sua rectificação. Por um lado, não era possível conciliar a definição existente com a orientação geográfica da cordilheira e, por outro, o registo toponímico que havia sido feito anteriormente para permitir a identificação dos vários pontos ao longo da fronteira não encontrava correspondência no terreno (MCP 33-2). A definição da linha fora feita não na base de trabalho de campo, mas fazendo uso da cartografia existente e disponível, na qual as coordenadas geográficas haviam sido determinadas com base em rumos magnéticos, que veio a revelar-se falha de precisão e queurgia corrigir.

Considerados estes aspectos, o processo de implantação de fronteiras pode ser encarado não só como um foco de conhecimento do território como também um campo

de aplicação dos novos métodos e instrumentos científicos marginais à questão da fronteira em si mas estreitamente relacionados com a delimitação e demarcação das linhas de fronteira. E, deste modo, a documentação relativa aos aspectos técnicos e científicos deste processo contribui, de forma inequívoca, para uma melhor percepção da forma como a ciência e o desenvolvimento técnico-científico foi usado em África não só para satisfazer os objectivos do colonialismo europeu, como para o conhecimento efectivo do território.

Por sua vez, a própria estrutura das caravanas que enquadravam as comissões constituía de *per se* um incentivo à exploração do território e ao levantamento das suas potencialidades. Envolvendo um elevado número de pessoas, carroças e animais – desde logo reveladores da capacidade de movimento no terreno de cada comissão –, o estabelecimento de cada acampamento impunha um reconhecimento prévio das condições da área escolhida e que, no mínimo, deveria garantir o abastecimento de água e lenha, já que a existência de caça, um recurso a considerar pela Comissão Portuguesa em situações extremas em que os alimentos já começavam a escassear, constituía no entanto uma condição indispensável para que a Comissão do Transvaal montasse o seu acampamento, uma vez que a caravana que a compunha se deslocava sem mantimentos e dependia da possibilidade diária de caçar para prover ao abastecimento de toda a equipa (MCP 33-3).

No caso específico da Fronteira com o Transvaal, estes reconhecimentos resultaram em descrições, por vezes exaustivas, sobre a fauna local, designadamente a identificação de espécies e a sua distribuição geográfica bem como das técnicas tradicionais usadas pela população para a sua captura, transporte e aproveitamento (MCP 33-3).

De uma forma geral, estes documentos informam sobre as áreas de maior concentração e variedade de fauna silvestre tornando evidente, por exemplo, as razões que estiveram na base da decisão de Kruger para a criação, em 1898, da Reserva do Sabie, a primeira reserva de caça que englobava toda uma vasta área entre os rios Crocodilo e Sabié e que, posteriormente, em 1926, viria a integrar o Kruger's Park.

No que respeita à informação sobre a fauna silvestre, é importante referir ainda que, frequentemente, num só documento podem referir-se mais de dez espécies com especial incidência nos kudus, impalas e vários tipos de bucks e bock, zebras, búfalos, gnus, falcocheros, leopardos, leões, elefantes e crocodilos, em função da sua ocorrência nas diferentes áreas percorridas por estas Comissões (MCP 33-3). Por sua vez, e na medida em que estas referências aparecem enquadradas em ambientes e *habitats* específicos, esta documentação informa igualmente, de forma muito detalhada, sobre algumas das principais ecozonas desta região, designadamente sobre as planícies aluviais, as estruturas ribeirinhas e, em particular, as estruturas de Busveld das montanhas dos Libombos ou de Schrubveld da zona de Mopane.

Estas mesmas descrições incluem ainda informação relativa às movimentações sazonais da fauna silvestre em função das disponibilidades em alimentação e água e às deslocamentos forçados de algumas espécies, designadamente dos elefantes, referindo-se neste caso as razões deste deslocamento – caça, pressão humana, alterações do meio ambiente ... – e as características das áreas de ocupação recente.

Apesar de não dispormos de um registo sistemático e continuado para toda a fronteira entre o Transvaal e Moçambique, a informação é particularmente significativa para a

zona entre os rios Singwedzi e Limpopo bem como para o hinterland de Moçambique que lhe está imediatamente próximo (MCP 33-3).

Já para as terras do Sul, nos limites da fronteira com as terras do Maputo, escasseiam as referências à fauna mas abundam as referências aos recursos florestais, sucedendo-se as descrições da flora e das diferentes formações vegetais com especial destaque para os pauis e as lagoas sazonais das margens dos rios Pongolo e Maputo (MCP 30: 5). Aos requisitos fundamentais e necessários para o estabelecimento dos acampamentos, juntavam-se as instruções específicas dadas a todas as Comissões no sentido de proceder a um levantamento exaustivo de todos os aspectos da região que pudessem vir a suportar o mapeamento rigoroso de toda a fronteira e, nesse sentido, todas estas descrições podem ser entendidas como a resposta possível a estas instruções.

Contudo, a importância desta informação extravasa o contexto espaço-temporal da sua recolha e adquire hoje particular relevância porquanto constitui um importante *corpus* de informação para todas as áreas onde estas comissões actuaram providenciando um conjunto de dados históricos que possibilitam uma melhor percepção da evolução e alterações que se têm processado em toda esta região.

Como já antes se referiu esta documentação informa ainda com igual minúcia sobre as comunidades humanas (MCP 33-2 e 3 e MCP 34-1) então existentes ou relacionadas com a área de fronteira que foi objecto de reconhecimento. São inúmeros os dados sobre o tipo de povoamento e a distribuição da população, com especial incidência para as áreas com uma presença humana reduzida, bem como sobre a ocupação do solo ou sobre as disponibilidades em água e os muitos recursos silvestres a que as populações recorriam para complementar as necessidades básicas do seu quotidiano; sendo a água, tal como hoje, uma das questões mais prementes pela sua importância enquanto recurso escasso e partilhado pelas comunidades humanas e animais.

As chefias locais eram responsáveis pela gestão das áreas directamente sob seu controlo, designadamente a gestão da água, a que deviam garantir o acesso, em particular na estação seca quando esta escasseava e homens e animais ficavam dependentes das poucas reservas que subsistiam nos fundões dos principais rios da região. Garantir o acesso a estes fundões era de importância capital para estas comunidades. A sobrevivência de cada uma delas dependia da sua capacidade de gerir, de forma equilibrada, esta relação com os recursos disponíveis tendo em conta que esta situação não era específica de uma comunidade mas uma situação que afectava todas as comunidades da região podendo, por isso, tornar-se motivo de conflito como veio a acontecer, nos anos 30, do século XX, ao longo da fronteira com o Kruger Park.

A decisão de vedar ali a fronteira com cercas metálicas, resultou na impossibilidade de livre circulação em toda uma área onde as principais movimentações de pessoas e gados eram condicionadas pelo acesso à água que, na estação seca, subsistia sobretudo em fundões localizados na área do Kruger. A implantação de cercas metálicas, isolando as populações do lado de Moçambique e negando-lhes o acesso à água, constituiu assim um factor de desequilíbrio no quotidiano das comunidades da região, contribuindo não só para o seu empobrecimento como para um decréscimo da biodiversidade e consideráveis alterações na paisagem.

De igual modo, no Sul, o estabelecimento e aceitação da linha de fronteira ao longo do curso do Rio Maputo, desde a confluência do Pongolo até à Ponta do Ouro, levantava questões semelhantes. Independentemente do facto de não se implantarem ali

cercas metálicas que impedissem a livre circulação de pessoas e animais e a fronteira coincidir com um acidente geográfico, o facto é que a mesma cortava ao meio as terras do Maputo. Dividindo terras e gentes que assim ficavam sujeitas a autoridades coloniais diferentes, esta divisão teve um profundo impacto na vida da população Amathonga (MCP 30-1).

O território original do Maputo estendia-se desde a margem Sul da Baía de Lourenço Marques até ao rio Ozinkulo (72° 30'Sul) englobando áreas de características ecológicas diferenciadas cujos recursos eram aproveitados sazonalmente e em função dos movimentos cíclicos sobretudo ligados aos gados, beneficiando da alternância entre as terras mais secas a Norte do Rio Maputo e as mais férteis a Sul deste e estendendo-se até Kosi Bay (MCP 30-1 e 2). A divisão do território e a sua sujeição a autoridades coloniais diferentes interferiu directamente nesta situação. Impedindo as movimentações regulares de gentes e gados, forçou a divisão da população e a sua pertença a um território que, no caso das zonas mais áridas, não tinha sequer capacidade de viabilizar a sua subsistência, contribuindo deste modo seja para o empobrecimento destas populações, seja para profundas alterações na paisagem (Roque, 2010b).

Se muitas destas alterações não tiveram impactes imediatos e a fronteira inicial correspondia sobretudo à identificação de quem pagava taxas e tributos e a quem devia pagá-los (MCP 33-3), outras houve cujas consequências se tornaram visíveis desde o primeiro momento em que as comissões iniciaram os trabalhos de demarcação das fronteiras por via da implantação de marcos de fronteira.

Ainda que não impondo restrições à livre circulação, a implantação de marcos ao longo da linha de fronteira impôs de imediato alterações de fundo na paisagem, introduziu factores de ruptura entre as comunidades humanas e o meio ambiente e, consequentemente, afectou a relação de eventual equilíbrio pré-existente. A implantação destes marcos obrigou à limpeza de matos e à desflorestação tanto das áreas de implantação como de todo o espaço entre os vários marcos, de forma a garantir que, de qualquer marco, se visse sempre o marco anterior e o marco a seguir.

A extensão da área a desflorestar era definida, *in loco*, por ambas as Comissões, de acordo com as características específicas do terreno mas, em certas situações, chegou a ser de 3 km de largo por 6,5 km de separação entre os marcos (MCA 15, 16, 18 e 21). Deste modo, mais do que a alteração da paisagem, este processo privou de imediato as comunidades locais do usufruto destas áreas, negando-lhes a possibilidade da sua utilização (MCA 21) e impondo-lhes assim a procura de áreas alternativas. Infelizmente, não há qualquer referência à reacção das populações face a esta situação precisa.

Sem nos querermos alongar sobre todas as componentes do processo de delimitação e demarcação de fronteiras, e porque aqui se propôs um abordagem centrada na exploração e conhecimento do território, importa apresentar agora, à guisa de conclusão, alguns dos aspectos que se nos afiguram mais pertinentes de avaliar e discutir, a saber:

1. O processo de delimitação de fronteiras foi, no Sul de Moçambique, um dos principais vectores de reconhecimento e conhecimento do território e beneficiou da experiência e do trabalho de campo das equipas envolvidas noutras missões técnico-científicas;

2. No caso do Transvaal, não sendo este processo uma consequência das decisões da Conferência de Berlim, o reconhecimento do território tem de ser percebido num quadro mais global, de investimento no desenvolvimento regional, em que se inscreve não só o crescimento e desenvolvimento de Lourenço Marques e do seu porto, como todo um processo que visava a construção de vias de comunicação que permitissem a ligação do litoral com o interior;
3. A necessidade de elaborar uma cartografia rigorosa e de proceder à localização exacta dos marcos de fronteira obrigou à precisão de coordenadas geográficas e à descrição detalhada do território com base em levantamentos geográficos e hidrográficos sistemáticos cujos resultados constituem não só um referencial histórico fundamental para a região, como um instrumento fundamental para garantir hoje o reconhecimento e preservação da fronteira actual;
4. Os relatórios dos trabalhos desenvolvidos por estas missões são minuciosos e respeitam não só aos aspectos técnico-científicos como aos aspectos antropológicos e etnográficos em estreita associação com o reconhecimento das potencialidades e recursos naturais dos territórios percorridos e a forma como estes, tradicionalmente, eram aproveitados pelas populações.
5. O conjunto dos dados recolhidos permite mapear o território a vários níveis com destaque particular para a distribuição da população, o tipo de povoamento e o tipo de ocupação do solo, de par com a ocorrência e distribuição regional de algumas espécies de fauna silvestre, da flora e das formações vegetais mais representativas na região.

Deste modo, e independentemente do contexto conflitual que envolve todo o processo de ocupação colonial dos territórios africanos e, em particular o próprio processo de delimitação de fronteiras, os dados recolhidos, os trabalhos de campo e as muitas observações que se fizeram contribuíram para a criação de um *corpus* documental que informa extensivamente sobre vários aspectos da história do Sul de Moçambique, aspectos que importa recuperar e perceber num contexto mais abrangente em que se considera não só a história do Homem mas também a história do território que lhe é inerente enquanto parte integrante de si próprio.

Neste sentido, a recuperação da informação histórica revela-se essencial não só em termos de enquadramento histórico mas enquanto peça fundamental para uma melhor percepção da evolução, persistências e alterações verificadas ao longo do tempo, contribuindo naturalmente para uma melhor compreensão da realidade actual.

Referências

Documentação do Arquivo de Fronteiras

- MCA, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Amathongas*, Caixa Azul Envelope 21.
MCA, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Swazilândia*, Caixa Azul Envelopes 19 e 20.

MCA, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Transvaal*, Caixa Azul Envelopes 15, 16, 18 e 20.

MCP, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Amathongas*, Caixa Preta 30 1-5.

MCP, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Swazilândia* Caixa Preta 31 1-3; 32 1-3.

MCP, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Transvaal*, Caixa Preta 33 1-3; 341-2.

Outras referências

ALMADA, José de (1943) – *Tratados Aplicáveis ao Ultramar*, vol. V, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

BRITO, Bernardo Gomes de (1735) – *Histórica Trágico – Marítima*, Lisboa.

MATOS, Luís de (1964) – “As fronteiras de Moçambique”, *Moçambique: curso de extensão universitária. Ano lectivo 1964-65*, Lisboa, ISCPU, pp. 37-76.

MACHADO, Joaquim José (1886) – *De Lourenço Marques a Pretória*, Comunicações à Sociedade de Geografia de Lisboa, nas sessões de 9 e 16 de Novembro e de 2 e 14 de Dezembro de 1885, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, p. 124.

MACHADO, Joaquim José (1889a) – *Maputo-Lourenço Marques-Mossamedes*. Comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa, na sessão de 1 de Abril de 1889. Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, p. 59.

MACHADO, Joaquim José (1889b) – *Fornecimento de Armas aos Matabeles – Zambézia britânica e o território dos Swazis*, Comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa, na sessão de 11 de Novembro de 1889. Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, p. 33.

LOBATO, Alexandre (1961) – *Quatro estudos e uma evocação para a história de Lourenço Marques*, Estudos Moçambicanos, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.

ROQUE, Ana Cristina (2009) – “Rethinking Borders in South Mozambique”. Comunicação apresentada à *ABORNE Conference on How is Africa Transforming Border Studies?* Johannesburg, 10-14 Set. de 2009. Disponível em http://iict-pt.academia.edu/anaroque/Papers/719656/Rethinking_Borders_in_South_Mozambique (acesso Junho de 2011).

ROQUE, Ana Cristina (2010a) – “Sources for the History of the Southern Border of Mozambique: Preliminary results of a project on the archives of the Portuguese Commission of Cartography”, *Journal of Borderlands Studies*, 25.2, 2010, pp. 77-93.

ROQUE, Ana Cristina (2010b) – “Disputing Borders: The case of Mozambique-Thongaland Border (19th-20th century)”. Comunicação apresentada à 8th European Social Science History Conference, Ghent 13-18 de Abril de 2010. Disponível em <http://www2.iisg.nl/esshc/programme.asp?selyear=10&pap=7683> (acesso Junho de 2011).

A actual província do Niassa e o vale do rio Chire na 2.^a metade do séc. XIX. Contextos africanos e imperiais e as expedições de Serpa Pinto nesta região

Eduardo Medeiros*

p. 113-149

Quando Serpa Pinto e os seus companheiros iniciaram em 1877 a expedição¹ que finalmente partiu de Benguela, e no interior de Angola, no Bié, o cidadão de Cinfães assumiu por conta e risco continuar solitário a viagem pelo interior africano, vivia-se já um complexo problema social e político no vale do rio Chire e nas margens do lago Niassa.

Mais que a presença efectiva dos agentes europeus que se fazia sentir na região, foram sobretudo relevantes as transformações económicas e recomposições dos espaços sociais e políticos das comunidades locais, aliás, em curso desde há mais de meio século e que continuariam a está-lo até à ocupação colonial no final da centúria e começo da seguinte. Digamos que desde a passagem pela zona dos «pombeiros» (de Silva Porto em 1854), até à expedição de 1889/90, que deu origem ao *Ultimatum* inglês dirigido à governação portuguesa, houve vários processos sociais em toda esta região, sobre a qual iriam incidir expedições europeias ditas científicas, principalmente britânicas, e a subsequente conquista colonial com vista a uma economia de plantação na zona e uma reserva de mão-de-obra para a economia colonial.

Destes processos vou escrever resumidamente sobre quatro: 1. *Recomposições sociais e culturais no vale do Chire e no Niassa*; 2. *O novo giro comercial*; 3. *A permanência do tráfico de escravos e do comércio do marfim*; 4. *As explorações «científicas» e o posicionamento europeu para a ocupação colonial*.

* Universidade de Évora.

¹ Em finais de 1877, Serpa Pinto integrou com Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens a expedição autorizada e subsidiada pelo ministro português do Ultramar, José de Melo Gouveia, que deveria percorrer o sertão até à contracosta. Por razões cuja invocação saiem do âmbito deste artigo, Serpa Pinto separou-se dos seus companheiros no Bié (onde estava Silva Porto) e rumou com o seu próprio séquito em direcção a Leste, guinando mais à frente para Sul, rumo ao Calaári, ladeando o lago Makarikari, para chegar a Pretória, e depois a Durban, a 19 de Março de 1879. Depois desta viagem e das honrarias que lhes prestaram, foi nomeado Cônsul de Portugal no Sultanato de Zanzibar. Aqui, deu-se conta da efervescente actuação britânica, e em menor escala da dos alemães na corrida para o interior da África Oriental e Central, e da dos franceses para as Ilhas do Oceano Índico Ocidental.

1. Recomposições sociais e culturais no vale do Chire e no Niassa

Desde o final da década de 1830 uma confluência de factores deu origem a mudanças políticas, económicas e culturais de importância considerável em toda a região do Chire e na actual província do Niassa. Foram eles a intensificação do comércio de escravizados, as grandes secas na região, as guerras entre e contra os potentados supra Prazos que entretanto se haviam formado (e que alguns historiadores costumam designar por *Estados Secundários* da Zambézia)², a presença de guerreiros *angunes* (*vanguni*), a emigração em grande número de agricultores *lómue* (e na particularidade *lolo*) e *ajaua* (das actuais províncias da Zambézia e do Niassa) para as terras do Chire e do Ruó, a expansão do Islão entre os *ajaua*, e a fixação de *cololos*³ e respectivo séquito a partir de 1856 a oeste da foz do rio Ruó.

Começamos primeiramente por afirmar que o fundo populacional das margens dos Lagos, dos rios Chire e Ruó, prolongando-se para oriente até à nascente do rio Lúrio⁴, e para ocidente por todo o centro e do sul do actual Malaui e norte da província moçambicana de Tete, na sua variante cheua, era, de há mais de três séculos, composto maioritariamente por populações de língua cheua/nianja (*xinianja*⁵, dita *xicheua* oriental), com uma cultura muito homogénea. Os nianjas (*wanianja*) são agricultores cujas unidades de produção e reprodução sociais se constituíam em torno de segmentos das matrilineagens, que estavam elas subordinadas a chefes regionais e estes a vários reinos. Mas a pesca nos rios e nos lagos Niassa, Amaramba, Chiuta, Chirua⁶ era também uma actividade muito importante. Na época do trato do marfim foram grandes caçadores, e na terra dos manganjas (*nianjas* daquém-Chire) trabalhava-se o ferro e produziam tecidos de algodão - as famosas *machilas* - que alimentavam o comércio de longa distância.

A palavra *wanyanja* significa na língua *xiceua*, «os da borda-d'água», exactamente a mesma significação que *wanyasa* em *xiyao*. As palavras *nyanja* e *nyasa* referem nestas duas línguas “uma grande massa de água”, pelo que, como sucede quase sempre em África, os povos que habitavam a região foram designados por epónimos relativos a essas referências. Os próprios, só muito mais tarde adoptaram para si esses nomes.

Outrora, os *nianjas*, os *cheuas*, os *manganjas* e os *nsenga*, todos aparentados linguística e culturalmente, ao conjunto dos quais os portugueses chamaram *maraves*, estavam politicamente organizados em reinos prestigiosos que eram dirigidos por

notáveis dinastias, das quais se destacaram a dos *caronga*, *rundo* e *undi* (ou *lundu*)⁷. É este último reino que mais interessa à história da região do Chire que estou a tratar, e foi dos *nianjas* propriamente ditos que saíram linhagens que povoaram as terras baixas da margem oriental do lago Niassa (na actual província moçambicana do mesmo nome).

Em todos os reinos *maraves* o padrão das chefias territoriais estava enraizado nas estruturas de linhagens matrilineares e nos cultos da chuva e dos espíritos mediúnicos *mboa* (*jibóia*) dominados pela aristocracia dominante.

Os territórios dos reinos estavam divididos em unidades político-administrativas chamadas províncias, à frente de cada uma governava um *mambo*, por sua vez as províncias estruturavam-se em distritos chefiados por fumos (*afumu* ou *amwini dzico*) e, por último, os distritos com territórios autónomos de numerosas chefaturas que agrupavam a maioria dos seus membros em aldeias, à frente das quais se encontravam fumos menores, os *amwini amudzi*, na prática, chefes eles próprios dos segmentos locais das linhagens a que pertenciam. A hierarquia ascendente terminava no rei *caronga*, *rundo* ou *undi* (*lundu*). Os *nianjas* do Chire, como aliás os restantes *maraves* da região e de todo o norte de Moçambique estavam de facto divididos em numerosas chefaturas, das quais devemos salientar para a época e para os *nianjas* do actual território moçambicano do Niassa, a dos chefes Chitesi (nome dinástico), a norte do território do Niassa, englobando a ilha Likoma, a dos chefes Masumba (ou Msumba, nome dinástico), ao centro, de um e do outro lado da fronteira com o Niassalândia, e a dos Mkolosi (também nome dinástico), no sul, em Metangula e Mangoche.

Mas por causa do tráfico de escravizados e das incursões predadoras dos negreiros do vale do Zambeze e do Niassa, as estruturas políticas supra-linhageiras não conseguiram sobreviver, e no início da segunda metade do século XIX já estavam em profunda decadência. Os reinos *calonga* ou (*caronga*), *undi* e *lundu* ou (*rundu*) viram-se reduzidos a pouco mais que nomes. Na época que estou a tratar, e no território que esteve subordinado ao reino *lundu* subsistiam apenas alguns distritos mais ou menos independentes.

Os *maraves* (no seu todo) foram durante o século XIX, objecto de constantes incursões predatórias de *chicundas*⁸ ao serviço dos senhores dos Prazos, de chefes negreiros *ajaua*, da invasão de guerreiros *angunes* vindos do sul, acabando alguns destes invasores por se fixar definitivamente nas suas terras (Rita-Ferreira, 1982, p. 267). O território foi também a terra prometida de milhares de emigrantes cultivadores das terras altas do Niassa ocidental de idioma *xiyao*, de camponeses de falares macua (*emakhuwa*) e *lómue* (*elómuè*) das terras baixas do Niassa, do distrito de Moçambique (hoje Nam-pula) e da Zambézia, e, depois de 1856, da fixação de pouco mais de duas dezenas de *cololos* e sua gente, dos quais voltarei a falar. E por fim, dos colonos europeus.

Vou referir sumariamente cada uma destas incursões no “mundo” *marave*. Começando por uma nota prévia para assinalar que a norte do rio Zambeze o fundo populacional dos “estados zambezianos” de Massingire (Massinjir) e da Macanga era *marave*. Mais *cheua* menos *nianja*, mas *marave*. Embora, pela própria natureza escravocrata destes “estados”, muita gente que compunha a população nestes territórios políticos era mes-

² A Zambézia em meados do século XIX, (isto é: todo o vale do rio Zambeze, a norte e a sul, da foz ao Zumbo, e quase toda a actual província da Zambézia) encontrava-se dividida em cinco grandes territórios políticos, cujas chefias levavam a cabo um sem-número de *vendettas* sangrentas e inconclusivas, ao passo que os respectivos cativos-guerreiros, os *chicundas*, se ocupavam da caça com vista a obter marfim, ao mesmo tempo que iam capturando pessoas nas terras que se estendiam para lá das suas, e não só (Newitt, 1997: 245).

³ Escrevo em português *cololos* (singular: *cololo*); nos idiomas locais ou nas versões anglosaxonizadas muito do agrado dos académicos lusos poderá encontrar-se (*kololo*, plural: *makololo*). O aporreguesado *macololos* é em princípio um erro de duplo plural: o (a) banto e o (s) português. Mas há gramáticos que dizem que não é erro algum. Sobre estes *cololos* ver mais adiante.

⁴ Durante a ocupação da *Companhia do Nyassa* (1891-1929) e mesmo posteriormente, os nianjas foram sendo substituídos pelos *lómues* no alto Lúrio e terras que contornavam o lago Amaramba.

⁵ Também aqui mais um preciosismo anti norma saxónica: nessa literatura que se diz padrão das línguas banto é usual encontrar *cinianja*, sendo que o *ci* se deverá ler *txi*, prefiro usar o português de Moçambique *xi* em vez de *ci*, e por preguiça em vez de *txi*.

⁶ Sobre os nianja da zona do Lago Chirwa ver O'Neill, 1884, pp. 719, 725-6; Alberto, 1947, 2.ª versão, Medeiros, 1981.

⁷ Sobre os reinos *Maraves* há uma vasta literatura. Destaquemos: Newitt, 1982, pp. 145-162. Rita-Ferreira, 1966. Sobre os nianjas do Lago Niassa, Mazula, 1962. Stuart, 1985. Liesegang, 1992, pp. 37-65; Phiri, 1988, pp. 1-29.

⁸ *Chicundas* (*atixikunda*) eram os cativos guerreiros dos Prazos da Zambézia.

tiçada. E neles, os cativos-guerreiros, ditos *chicundas*, não só cobravam os tributos impostos aos cultivadores por intermédio das respectivas cadeias linhageiras, como também escravizavam muitos dos súbditos nos próprios senhorios e gente de além fronteiras. E por causa destas sucessivas incursões em território alheio e tentativa do controle dos circuitos negreiros e do marfim, foi frequente a guerra entre esses “estados”, e entre todos eles e os portugueses. Recordo desde já que Serpa Pinto, quando jovem, participou numa dessas campanhas guerreiras, a dos portugueses, na 2.ª campanha militar contra o Bonga de Massangano, em 1869, mas como técnico, para avaliar a rede hidrográfica e a topografia local.

Os ajaua (ayao) do Niassa

Os *ajaua* (*ayao*, singular: *yao*, língua *xiyao*)⁹ tornaram-se um grupo etnolinguístico predominante na zona planáltica e montanhosa entre o Lago Niassa e o rio Lugenda, chegando até Meponda, e nalgumas zonas, nessa época, até à proximidade do Lago. O coração do território *ajaua* situa-se entre o Rovuma, a norte, o Lugenda, a leste, o Luambala, afluente do Lugenda, a sul, e o Lucheringo, afluente do Rovuma, a oeste. Nestas terras constituiu-se uma sociedade específica com notáveis ferreiros e caravaneiros que iam até ao litoral Índico para comerciar marfim e também escravizados. A dada altura da sua história, essas comunidades passaram a ser designadas por *ayao* (singular: *yao*) pelos estrangeiros (no sentido de: os que vieram dos montes Yao”), e pelos próprios: *wayao*: “nós os de Yao”. A designação portuguesa, inglesa e suaíli a partir destes vocábulos deu origem a múltiplas e fantasiosas grafias e outros vocábulos mais a despropósito. Os seus diferentes grupos (cada qual com o seu epónimo, e isso é que contava) dividiram-se em poderosas chefaturas de capturadores e negociantes de gente. Os principais chefes adoptaram o Islão, o que lhe permitiu a clivagem fundamental entre o «nós», crentes, e os «outros», bárbaros ou selvagens, bons para dominar ou mandar escravizar. Com a conquista colonial, o Islão tornou-se rapidamente a religião (de refúgio) da grande maioria dos *ajaua*¹⁰.

Os *ajaua* eram, como todos os outros povos da região, agricultores experimentados, numa região riquíssima, de colinas férteis, que podia alimentar muita gente vivendo em grandes aldeias¹¹. Para além de agricultores, em cuja actividade as mulheres desempenhavam o papel principal, os homens eram caçadores de elefantes, metalurgistas do ferro¹² e comerciantes de longa distância de marfim, escravizados, armas, pólvora, sal, panos e outras mercadorias apetecidas no sertão.

Com a conversão ao Islão, a maioria dos chefes *ajaua* (*ayao*) passou a ser designada por “sultão” ou *sheik* com o epíteto *che*. Os mais notáveis e conhecidos pertenciam às dinastias Mataka, Metarica (Mtarica ou Ntarika), Makanjila, Mponda, Macemba,

Kawinga, Jalasi e Matipwiri.¹³ São chefes provenientes destas dinastias que encontramos ao longo do período aqui tratado e que resistiram (e nalguns casos colaboraram) à invasão dos seus territórios por *angoni*, *cocolos* e europeus, como se verá.

Na época sobre a qual incido o meu trabalho, mais concretamente por volta de 1858, os *ajaua*, como a maioria dos povos da região, estavam diferenciados em grupos regionais sem que o conjunto desses grupos tivesse um governo centralizado (e se reconhece até como uma auto-reconhecida identidade étnica). Os principais eram designados pelos etnónimos seguintes: *Achimgango* (ou *Wamwela*), *Achingoli*, *Amachinga*, *Amasanninga*, *Amakale*, *Amalambo*, *Chisi*, *Wambemba*, *Wamkula* e *Wanjese*. E nessa época, já havia pequenos núcleos de comerciantes *ajaua* instalados ao longo das rotas comerciais no actual Malauí, junto à fronteira, a norte do rio Rovuma, e nas terras de Balama, em Cabo Delgado, na rota de Quissanga, na proximidade do chefe macua mêtô Mwalia (nome dinástico).

Mas a grande dispersão de gente de muitas comunidades fez-se por causa das secas e por causa dos ataques dos *angunes maseko*, desde 1850, e dos *macua-lolo* e *macua-mêto*, um pouco mais tarde (Phiri, 1984, pp. 157-176). Emigrações essas que continuaram no período seguinte (já de ocupação colonial). A movimentação massiva das populações para os territórios da *Companhia do Nyassa*, do Niassalândia e do Tanganica está associada neste último período aos maus-tratos, arbitrariedades e obrigação do pagamento do imposto de palhota. Segundo Ivala (1993, pp. 53 e ss.), a conquista militar parece ter precipitado um processo de migrações que se iniciara com a formação de unidades políticas extra-linhageiras, relacionado com a actividade mercantil que envolveu não só os recursos naturais como também, e principalmente, o tráfico de escravizados do período anterior. A continuidade étnica entre o norte e o sul do rio Lúrio, a que se refere Pélissier, resultou de um povoamento de ambas as margens daquele rio por facções das mesmas linhagens, ocorrido principalmente no século XIX. Aponta-se o caso dos chefes Múwa e Nkwhapa que constituíram grandes chefaturas nos actuais distritos de Maúa e Cuamba, e cuja origem recente se refere às terras de Malema. Estes e outros migrantes deixaram familiares atrás de si; este facto facilitou a fixação posterior dos retardatários, quando se viram confrontados com os portugueses (Ivala, 1993, pp. 53 e ss.).

Segundo Amaral (1990, p. 49), um outro grupo *yao*, o dos *amangoce*, foi expulso dos montes Mangoce pelos *amachinga* e refugiou-se no actual Malauí, a sul de Zomba e na região da antiga Blantyre. Houve *amasanninga* que se fixaram a sul de Domira Bay, na margem ocidental do Lago, tendo sido comandados pela “rainha” Kuluunda, da linhagem de *Che Makanjila*. Houve *amacinga* que seguiram pela margem meridional do Lago e se fixaram a sul de Lilongwe-Lintipe. O grosso do grupo *amasanninga*, comandado pelo seu chefe, ocupou a margem oriental do Lago, mas no Malauí.

Os *ajaua* que demandaram o actual Tanganica fizeram-no em três períodos distintos: em 1850 houve *ajaua* que se estabeleceram Masasi, Chiwata, Nevala, Tunduru, Mikindani e Kionga (tudo lugares – e nomes – que serão muitos anos mais tarde o de bases de guerrilheiros da Frelimo). Dois outros grupos foram conduzidos por *ngunes* (*angoni*) para Songea numa época posterior àquela data. Finalmente, já na centúria

⁹ Para esta síntese sobre os *ajaua* consultámos Abdallah (1973, 1983); Alpers, 1969, pp. 405-420; Amaral, 1990, pp. 45-56; Liesegang, 1993; Peirone, 1967; Rita-Ferreira, 1975, pp. 233 e ss.; e Wegher, 1995, 1.º Volume, pp. 63-132.

¹⁰ Vide o meu livro *Lua Crescente* sobre o impacto do Islão nas formações do Norte de Moçambique, em vias de ser publicado pela Afrontamento.

¹¹ Sobre a “tradição urbanística” no norte de Moçambique no século XIX, vide Liesegang, 1984, pp. 169-184.

¹² Sobre a produção e trabalho do ferro entre os cultivadores moçambicanos de língua banto vide Medeiros, 1991, e na província do Niassa em particular, Liesegang, 1991.

¹³ Alpers (1969, pp. 413 e ss.) analisa o aparecimento e o poder dos Mataka. Phiri (1984, pp. 59-60) lista as dinastias Mataka, e Makanjila, Liesegang (1993, Cap. III) e Rita-Ferreira (1975, pp. 233 e ss.) dissertaram sobre os grupos *ajaua* no seu todo.

seguinte, por volta de 1912, um outro grupo estabeleceu-se no alto do rio Lukuleli, no distrito do Lindi. Mas houve ainda pequenos grupos de *ajaua* que se instalaram perto do Monte Njaro, em Rufiji, Dar-es-Salam e Tabora.

O *ciyao* é por isso falado na parte oriental do Malauí e no sul da Tanzânia. Há quem afirme que a língua *cimwera*, falada no sul da Tanzânia, não longe da costa, é parente próxima do *ciyao*.

A vizinhança dos *wanianja* e dos *wayao* tem determinado uma certa fusão local entre os dois grupos, sucedendo que pelo menos dois regulados *nianja*, o de Cóbue e o de Metangula, têm chefias *ajaua*, o Mataka de Cóbue e o Ngaúnge de Metangula, respectivamente (Amaral, 1990, p. 35).

Os mais importantes chefes *ajaua* foram grandes fornecedores de escravizados para os mercados de Quelimane, Angoche, Mossuril/Ilha de Moçambique, Lúrio, Quissanga/Ibo, Tungué, e para os mercados zanzibaritas a norte do Rovuma, Kílwa, Zanzibar, Mikindani, etc. Uma das rotas *ajaua* dirigia-se para o vale do Zambeze e, em particular, para Quelimane; outra seguia pelo vale do rio Lugenda até à sua confluência com o rio Rovuma e orientava-se depois em direcção ao litoral zanzibarita, na zona costeira de Kílwa, onde havia dois entrepostos comerciais: Kílwa-Kivinje e Kílwa-Kisawani; uma terceira rota passava além Lugenda pelo país dos macua-mêto, e, entre Namuno e Montepuez, bifurcava para Quissanga e outros portos do litoral de Cabo Delgado, incluindo para Pemba, Mecúfi e Lúrio e, para o rio Lúrio, que atravessava um pouco antes de Ocua, dirigindo-se para o Mossuril, diante da Ilha de Moçambique.

Alguns destes chefes *ajaua* tinham-se instalado no sul do lago Niassa, na região de Mangochi, ou vale do rio Chire, como Matipwiri, por volta de 1860. Destas emigrações, que se estenderam ao longo de vários decénios, notabilizaram-se as comunidades de Mponda e Tambala (1840), Makanjila (1850), Pomba (1860) e Kazembe (1880). Os *ajaua* emigraram por causa dos efeitos da seca e da fome, e também dos ataques dos vizinhos lómué e macua como já referi. Munidos de armas de fogo e senhores dos contactos com os negociantes árabes, suaíli e portugueses instalados na costa, os *ajaua* tornaram-se rapidamente os monopolistas do comércio de escravizados. Dos seus bastiões lançavam *raids* predadores contra os agricultores *nianja* e outros povos de além Chire.

No seu território tradicional, e naquilo que passará a ser o domínio da *Majestática*, vários chefados tornaram-se grandes potentados, atingindo um poderio militar considerável, que se opôs pelas armas à conquista colonial.

Quando Livingstone atravessou em 1866 as terras do actual Niassa, assinalando a presença de um grupo angoni (*mazitu* ou *mafite*) a sul de Ngomano e visitou Muembe (Mwembe), a capital do primeiro Mataka, *Che Nyambi* (ou *Nhambi*) já se tinha tornado um chefe importante com ligações comerciais permanentes com o litoral Índico¹⁴. Quando este Mataka ocupou a região entre Muembe e Chiconono, submeteu as populações *malambo* do vale do Luatize, e os *makale* e outros *ajaua masaninga*, incluindo o seu cunhado *Che Namalweso*, invertendo as relações tradicionais do poder entre aqueles que recebem e aqueles que dão as mulheres. Numa época anterior, por volta de 1830-40, o núcleo original deste chefado parece ter evitado os ataques dos macua-lolo, fixando-se, após um movimento para norte, perto dos afluentes

¹⁴ O dr. Livingstone chegou à região numa altura em que a expansão *ajaua* estava no seu auge, talvez por isso, não parece ter ficado com uma ideia correcta da tradição *nianja-marave* (Liesegang, 1992, p. 40).

do rio Lucheringo, numa zona conhecida por Ngonde. O primeiro Mataka deixou, alguns anos depois, as terras do Lucheringo porque estava exposto aos ataques dos angoni vindos do norte e do oeste. Das novas terras ocupadas passou a lançar razias contra os povos da região, em particular contra os *ajaua* do chefe Chiwaula, na zona montanhosa a oeste da bacia do Lugenda. Mas os angoni atacaram novamente por volta de 1879-80, obrigando o Mataka *Che Nyambi* a transferir-se para terras a oriente do rio Luangua, morrendo pouco depois. Aqui, governaram os sobrinhos seus sucessores, o Mataka *Che Nyenye* e depois o Mataka *Che Bonomali*. Este último, Mataka III, governou entre ca. 1885 e 1901. Foi o primeiro Mataka a enfrentar a expansão imperialista, a cujas tentativas se opõe. *Che Bonomali* atacou os seus vizinhos para expandir o seu poder e para escravizar gente afim de a vender. As guerras de razia deste período continuaram a ter como causas principais a incorporação de cativos (práticas de casamento por rapto e adopção) e a venda dos restantes capturados aos escravagistas do litoral Índico.

Em 1890, o Mataka *Che Bonomali* derrotou a coluna do tenente Valadim, que foi morto, assim como grande parte da sua comitiva, tendo sido os restantes membros da expedição vendidos como escravos (e resgatados em seguida na costa pelos seus compatriotas). O ataque português de 1899 obrigou o chefe *yao* a regressar aos seus territórios mais a norte, perto do rio Luatize. Entre 1901-1903, situa-se o reinado de Mataka IV, *Che Mkwepu*. Foi um período de secas e de fomes no vale do Rovuma e no médio e baixo Lugenda. Sucedeu-lhe o sobrinho uterino *Che Chisonga*, 1903-1912, como Mataka V. Esta sucessão originou dissensões entre os principais chefes subordinados à dinastia e muitos deles separaram-se do novo Mataka. A 8 de Outubro de 1912 as milícias da *Companhia* e do exército colonial português ocuparam Muembe e *Che Chisonga* fugiu para o Tanganica, sendo substituído na chefia por um primo, *Che Salanje*, que assumiu também ele o título de Mataka e passou a negociar com os portugueses.

O poder dos Makandjila surgiu por volta de 1870-72. Os chefes com este título dinástico pertenciam a uma linhagem do clã *phiri* e tinham habitado diversas regiões do território *masaninga*, obedecendo às mesmas pressões dos Mataka com quem mantinham na altura relações de aliança. Em 1866, no ano da passagem de Livingstone, ainda viviam em Msawize, a leste de Mavago. Depois de terem saído de Msawize (1870-72) para a região do Lago, estabeleceram alianças com chefes *masaninga* que já ali se encontravam e expandiram rapidamente o seu poder, submetendo *Che Meponda* e toda a região até ao norte de Losewa. Conseguiram derrotar os *angoni* ou *mafiti* antes de 1875, e, após um período de conflitos com os Mataka restabeleceram aliança com este chefe para tornar pacífica a rota das caravanas para o litoral Índico. Diz-nos Abdallah (1983) que o Makandjila de 1876 sabia ler e escrever e falava *kiswahili*. Por volta de 1890, considerava-se um aliado do sultão de Zanzibar. Depois de ter sido derrotado pelos britânicos, fugiu para a corte do Mataka, mas o grosso da sua população permaneceu no território e aceitou um chefe escolhido pelo novo poder colonial (Liesegang, 1993, Cap. III).

Em Setembro de 1885, o Metarika reinante prestou vassalagem a Augusto Cardoso; ele seria, até à sua morte, um fiel aliado dos portugueses e da *Companhia do Nyassa*. O seu irmão Kwirazia Checapoto, vivendo a sul do lago Niassa, também prestaria vassalagem em Janeiro de 1886.

Entre 1890 e 1896, os britânicos atacam os chefes *ajaua* da zona vizinha do território da actual província do Niassa. Alguns refugiam-se no território da *Companhia*, que era na prática uma zona não colonizada (porque não ocupada) ao contrário dos restantes territórios coloniais, visto que também os alemães começavam a ocupar as terras a norte do rio Rovuma. Mesmo sob a ameaça militar dos colonizadores, tanto Metarika, como Mataka, Malinganila e outros chefes *ayao* continuaram as suas guerras de “razia” para obterem mulheres e escravizados.

Por volta de 1912 morreu o Metarika reinante. Os três candidatos à sucessão lançaram-se em lutas e rivalidades fratricidas.

Todos estes povos matrilineares possuíam mitos de origem que serviam para explicar realidades existentes: os macuas atribuíam para si e para a espécie humana em geral uma origem nos picos Namuli, na Alta Zambézia; os *ajaua*, uma origem no monte Yao, que se situa entre o rio Lugenda e o rio Lucheringo, e os *anianja* e *acheua*, no monte Kapilintsiwa, localizado no actual Malawi. Destes montes teriam emigrado segundo os mitos das origens todos os clãs que formam estes grupos.

Permaneceram as estruturas de linhagem entre os cultivadores num território despovoado, mas mesmo assim sujeitos a contínuas invasões negreiras. À excepção das terras altas da Morrumbala, verdadeira região *quilombar*, refúgio de dissidentes *maraves*, *senas*, *chonas*, e de mercadoria humana proveniente das mais diferentes origens que conseguira fugir.

Os ngunes (anguni)

Os *angune* ou *angoni*, etnónimo derivado de *nguni*, também chamados *viti*, *maviti*, *mafites* ou *mafitas* em Cabo Delgado e *gwangwara* mais a oeste, eram originários do Natal, na África do Sul. Nessa época da diáspora para Norte eram patrilineares e guerreiros e não demonstraram grande interesse pelo comércio com o litoral, apesar de haver notícias que vendiam alguns escravizados. Mantiveram-se agricultores e criadores de gado onde era possível, mas essencialmente predadores, vivendo em grandes aldeias. Os “raids” e as “razias” permitiam aos *angoni* obter alimentos, capturar gado e reforçar os seus regimentos com a incorporação de cativos. Pelas suas regras de casamento e de filiação, os *angune* impunham a prática do *chitengua*, equivalente ao seu *lobolo* das terras de origem, lá no sul, compensação matrimonial que lhe permitia o controlo da mulher e o domínio dos filhos (Rita-Ferreira, 1982, pp. 267 e 272) e pela integração de mancebos locais nos seus grupos de guerra, rapidamente “*ngunizaram*” muita gente, a ponto de terem passado a adoptar as línguas locais como suas, mantendo-se a língua *xinguni* usada pela elite chefal e pelos detentores das cerimónias religiosas. Por causa da *ngunização* de mancebos e casamento com raparigas da população submetida, a história local e aqueles que a citam ao falarem de *angoni* nos anos 60 e posteriores do século XIX, estão já a falar de “ngunizados”. Devido às constantes razias destinadas a obter alimentos e gente mantiveram sempre um exército dotado de grande mobilidade, e uma grande comunidade ambulante coesa, assente numa estrutura patrilinear hierarquizada, em regimentos militares, numa chefia centralizada muito forte. As deambulações e razias *angoni* desempenharam na segunda metade do século XIX um papel impor-

tante nos movimentos de populações e na formação de novas unidades políticas no Niassa e em Cabo Delgado (Medeiros, 2000).

Dois grupos com origem no *mfcane* atravessaram o Zambeze em 1835 e coexistiram depois a norte deste rio. Os *angoni maseko* chefiados por Mputa e os *angoni jere* comandados por Zwangendaba. Os primeiros conquistaram vastas regiões do país cheua (*cewa*). Por volta de 1860, cindiram-se em dois sub-grupos; um, chefeado por Chiwere, na região de Dowa, e outro, comandado por Gomani, perto de Dedza. Os *angoni* de Zwangendaba instalaram-se durante alguns anos na região da actual fronteira de Moçambique com a Zâmbia, a região mais ocidental dos *maraves*, conquistando terras dos *cheuas*, *tongas* e *tumbuka*. Mas passados alguns anos mudaram-se para as terras entre o Luângua e o Niassa, destruindo o que restava da autoridade Undi. Anos volvidos, partiram de novo, agora para o Norte, instalando-se na margem do lago Tanganica, onde o seu chefe faleceu. Os dois filhos de Zwangendaba, Mpezeni e M'Mbelwa, deram origem a dinastias distintas.¹⁵ Entre 1860 e 1870, o ramo chefiado por Mpezeni voltou a instalar-se no extremo norte do reino dos Undi, onde seguiu uma política implacável de conquista e de “ngunização”.

Entre 1888 e 1895, situou-se a última fase das razias dos *angoni* Magwangwara de Songea (ou Songela) e de Nharuli, no Niassa. Estes *angoni* avançaram até Masasi, a norte do rio Rovuma, e até às terras do Mwalia e do Mweri no alto Montepuez. Pela mesma época, outros grupos *angoni* atacaram Palma na costa de Cabo Delgado. Ao longo da sua caminhada e localmente os *angoni* Magwangwara foram incorporando gente de clãs e de tribos muito diferentes. As migrações tiveram a forma de uma conquista militar que se revelou sempre mortífera. A conquista permitia manter uma ampla rede de subordinações políticas, o que constituía sinal de poder e riqueza dos chefes *anguni*. Mas quando os *angoni* se defrontavam com comunidades que utilizavam armas de fogo, como a do *jumbe* Salim bin Abdalah da região de Nkota-Kota e o chefe cheua Mwase, não conseguiam vencê-los.

Os cololos (macololo) do Chire

Na origem, os *cololos* do Chire eram apenas algumas dezenas de carregadores e de auxiliares recrutados no Baroce por Livingstone para a expedição de 1855/56, durante a qual desceu o rio Zambeze. De Quelimane, quando Livingstone regressou à Europa, os seus carregadores partiram de regresso para a sua terra, mas foram novamente recrutados em Tete pelo explorador britânico que voltou à África, e que os conduziu até Cabora Bassa, e de novo para jusante, até ao rio Chire, pelas margens do qual subiu até ao Ruu. Foi aí, na confluência dos dois rios que foram “largados” definitivamente por Livingstone em Janeiro de 1864.

Os *cololos* tinham como ancestrais os *sotho*, um grupo linguístico e cultural da actual África do Sul. Tanto os *cololos* como os *sothos* possuíam tácticas guerreiras semelhantes às dos *anguni*, e apoderavam-se do gado dos vencidos. Mas nunca tiveram a coesão social e a organização militar dos zulus. A quando do *Mfecane*, um dos grupos

¹⁵ Para a história desta emigração e da actuação dos grupos *angoni* no norte de Moçambique poderá consultar-se com proveito o resumo mais recente apresentado por Rita-Ferreira, 1982, pp. 207-215. Para o estudo mais aprofundado destas e outras populações da região do Lago, ver Tew, 1950, pp. 1-50; Alberto, 1968, pp. 47-93 e 68; Linden, 1972, pp. 237-251; Nurse, 1973, pp. 7-14; Pachai, 1972, pp. 179-214; Rangeley, 1966, pp. 62-86; Read, 1956; Matos, 1965, pp. 66-68.

sotho abandonou a região do Orange e dirigiu-se para Norte, acabando por se instalar por volta de 1838 numa região a ocidente da actual Zâmbia, entre cultivadores e criadores de gado a que chamaram lozi. Aqui formaram chefias territoriais integrando gente do sítio e de outras origens, através de uma rede parental patrilinear¹⁶ e de uma rede clientelar na qual estavam presentes muitos cativos. Os escravizados obtidos entre os prisioneiros que se faziam nas razias para a captura de gado destinavam-se a ser distribuídos pela própria elite cololo, e isto de preferência a serem vendidos. Os cololos chegavam ao ponto de comprar escravizados a comerciantes como o português Silva Porto, que, em 1853, entrou em contacto com o rei Sekeletu, o sucessor de Sebetwane (falecido em 1851). Em troca, forneciam marfim. Mas o desvio de bens para este comércio alterou o sistema tributário e acabou por conduzir a tensões políticas insuportáveis no Baroce.

Aos vencidos locais deram os cololos/sotho o nome de baroces (os homens da planície), e impuseram a própria língua, o *sekololo*, a língua do seu poder.¹⁷ Os tributos outrora cobrados pelos lozi passaram a beneficiar os cololos nas poucas chefaturas criadas por estes (pois eram muito minoritários na zona)¹⁸.

Ora, foram umas dezenas destes cololos já mestiçados, juntamente com cativos que os acompanhavam, que Livingstone “largou” nas terras do Chire, a norte do rio Ruo, entre os cultivadores nianjas, ajaua, e lómuês, e na vizinhança dos negreiros do vale do Zambeze, dos (muçulmanos) do Niassa e de Zanzibar e do litoral Índico. Mas também, próximo dos confrades do antigo patrão, os missionários e comerciantes escoceses.

Como entre os lozi, nas terras altas e alagadiças do Zambeze, os cololos procuraram montar aqui pequenas chefias territoriais. Mas ao fazê-lo, foi exactamente num contexto completamente diferente, no da cultura zambeziana dos senhores dos negócios e dos homens. Sem o “dono” (Livingstone), os maiores cololos como Masea, Mulidima, Chipitula, Katunga e outros, mais não passaram a ser senão chicundas, exactamente como os outros chicundas dos Prazos sem senhor. Como estes, a sua manutenção e reprodução social só se podia fazer com guerras e razias, incluindo contra as populações de Massingir, que obviamente os Bongas e outros chefes desses senhorios procuravam vingar. Lutas que portugueses e britânicos aproveitam à sua maneira na “guerra do Chire”. Por exemplo, em 1877, Chipitula, um chefe cololo, cuja “capital” se situava na confluência dos rios Chire e Ruo, em Chilomo, atacou Massingir e afirmou ao comandante português de Sena que agia por ordem dos britânicos. Os portugueses aproveitaram para obter um juramento de lealdade por parte Paulo Mariano, o Mataquenha II, chefe do potentado, cuja fronteira norte era o Ruo, no limite das terras de Chipitula (Apud Reis, 2006, p. 20). Cada “potência” europeia procurava jogar com as suas peças, que por vezes no complexo tabuleiro do xadrez mudavam de cor.

Com efeito, os cololos, embora não se dedicassem ao tráfico de escravizados em larga escala, praticavam a escravidão doméstica e precisavam de homens. À semelhança

¹⁶ Como o sistema de parentesco dos lozi era diferente do dos soto, a ponto de uma rapaz e uma rapariga poderem casar desde que não tivessem os mesmos bisavós, no sistema de parentesco que se foi estruturando com casamentos inter-grupais a ascendência passou a ser traçada por ambas as linhas, masculina e feminina.

¹⁷ Béguin, 1903, pp. 76-77; Beyers, 1987, vol. 5, pp. 701-702.

¹⁸ A origem dos cololos (*cololo*, plural *macololo*) nas terras do Chire junto ao rio Ruo como “grupo etno-linguístico específico” está relacionada com a fixação nesta zona de guerreiros de origem *sotho* mas provenientes do Baroce, já mestiçados, que constituíam a guarda pessoal de Livingstone e que casaram aqui com mulheres nianja e lómuê. A ocupação do território macalalolo por Serpa Pinto e Azevedo Coutinho, em 1889, foi uma das causas imediatas do *Ultimatum* de 1890.

dos senhores zambezianos, moravam em povoações fortificadas (aringas) e governavam os seus dependentes com mão de ferro, em troca de protecção contra as incursões de chefes ajaua e outros negreiros (Pélissier, vol. 1, pp. 455 e 460) e de europeus. Quando era do seu interesse, os missionários britânicos apoiavam-nos e forneciam-lhes armas de fogo para se defenderem, para combaterem os negreiros, diziam, e os concorrentes brancos, mas não diziam. De facto, a partir de 1875 os cololos do Chire contavam, como aliados, um grupo de missionários escoceses que se tinham estabelecido em Blantyre, e que disputavam aos portugueses influências territoriais e aduaneiras (Pélissier, vol. 1, pp. 455 e 460). Por causa disto, os cololos do Chire serão piões britânicos no conflito imperial nesta região.

Depois de terminado o conflito e a partilha do território pelas “potências”, os cololos, tal como os ngunes de toda esta região “desaparecem” como entidades autónomas, sendo absorvidos pelas culturas locais, ficando alguns topónimos e alguns cabos de guerra que passaram a sipaios e auxiliares das forças de ocupação coloniais. O distrito da Angónia na província moçambicana de Tete é bem o exemplo da absorção pela cultura cheua/nianja de todos os ngunizados locais. As sociedades matrilineares do Norte sempre foram absorvendo até hoje tudo aquilo que procurava destruí-las.

2. O novo giro comercial

A conquista colonial efectiva dos territórios do vale do rio Chire (integrado no actual Malauí) e da província moçambicana do Niassa, foi precedida por um importante desenvolvimento do comércio de matérias-primas de origem vegetal – oleaginosas – na sua maioria produzidas pelos agricultores africanos no quadro da sua economia natural, o que traduzia, já nessa altura, uma integração crescente das populações locais no mercado internacional e um novo tipo de actividade mercantil por parte das potências europeias, no qual, o capital comercial passou a desenvolver um papel preponderante¹⁹. Este capital financeiro, associado à produção e comércio de oleaginosas e de outras matérias-primas não era mais um capital autónomo como no precedente trato mercantil dominado na zona pelo mercantilismo indiano e pelo negócio negreiro. Era já uma fracção dominante do capital industrial que procurava promover e reforçar os laços comerciais entre a Europa e os territórios africanos a partir quer da penetração comercial, quer da própria aplicação de capitais no domínio da produção (Apud Teixeira, 1987, p. 688). No Chire e no Niassa, o período entre c. 1858 e 1891 constituiu uma espécie de transição para a época imperialista da colonização efectiva que se seguiria (Chilundo, 1988, p. 107).

As reformas das pautas aduaneiras coloniais a partir de 1853, as tentativas para o estabelecimento de carreiras marítimas com a costa oriental, de que a abertura do canal do Suez em 1869 constituiu um acontecimento importantíssimo que permitiu a ligação de Moçambique à Europa do Sul através de uma rota marítima directa, as leis sobre a concessão de terrenos coloniais e sobre a pesquisa e exploração de minas, assim como as primeiras disposições sobre a mão-de-obra (tão necessária localmente agora para o transporte – carregadores – para as plantações, para as minas, para as obras públicas, etc.), estipulando-se em 1858 um prazo de vinte anos para a abolição

¹⁹ Clarence-Smith designa a este período da expansão imperial portuguesa *novo mercantilismo* (Clarence-Smith, 1985, Capítulo IV).

do escravismo, foram medidas tomadas pelo capitalismo imperial na tentativa de controlar esta fase de transição.

Em 1853, Portugal criou novos postos alfandegários no litoral norte de Moçambique e assinou um tratado comercial com a França, e desde então, várias empresas comerciais europeias de «import-export» estabeleceram sucursais em pontos estratégicos do litoral do Norte de Moçambique e no vale do rio Zambeze. Firms como a *Régis Ainé* e a *Augustin Fabre & Fils*, de Marselha, assim como a alemã *Ooest Afrikaansch Handelshuis* e outras, holandesas, inglesas e portuguesas, instalaram as suas representações em Cabo Delgado (Mecúfi, Quissanga, Mocímboa, Tungué e Quionga), distrito de Moçambique e na Zambézia, e implementaram a abertura de “lojas do mato” e “lojas volantes” de indianos e suaíli nos pontos de chegada das caravanas e nos cruzamentos das rotas do sertão, para aí adquirirem oleaginosas e outros produtos vegetais, indispensáveis à indústria europeia da época. Estes comerciantes africanos e asiáticos, mas também portugueses ou luso-africanos obtinham a crédito as mercadorias de troca. Desenvolveu-se também a prática da organização de caravanas por conta dos negociantes luso-africanos, hindustanos, muanes, e mesmo de outras procedências, que se internavam pelo sertão tanto quanto lhes era possível para completar as suas transacções, só voltando à costa seis ou oito meses depois, e por vezes um ano e mais (Câmara, 1886, p. 117). No interior, segundo Romero, de Cabo Delgado e do Niassa vagueavam também muitos traficantes, “indígenas da costa, acompanhados por alguns pretos ao seu serviço, para o transporte dos artigos do comércio, vindo depois dar contas aos negociantes do Ibo dos artigos que compraram e que eram por estes exportados” (Câmara, 1886, p. 111).

Em 1858, havia no distrito de Cabo Delgado cerca de 97 “lojas volantes” e as fazendas com que eram fornecidas pertenciam e costumavam ser por conta daquelas casas comerciais europeias estabelecidas na vila do Ibo e também nos mercados mais abastados do Distrito (Romero, 1860, p. 116). Dois anos depois, o governador local, Jeronymo Romero, recenseou 157 lojas nas Ilhas e no litoral de Cabo Delgado que empregavam cerca de 340 pessoas para além dos mil agentes de comércio que se ocupavam na compra e venda de produtos da terra (Romero, 1860, p. 115).

Entre os principais produtos adquiridos por estas casas regista-se o gergelim, a copra, o amendoim, o óleo de palma, o sésamo, a urzela, a goma copal, a casca de mangal e a borracha. O gergelim e o amendoim foram os produtos mais exportados no norte de Moçambique entre 1850 e 1868, mas, a partir deste ano, a borracha tornou-se pelo menos tão importante como aquelas oleaginosas, pelo menos até 1880 (Liesegang, 1986, p. 456).

Cabo Delgado participava essencialmente com gergelim. Contudo, também se exportava arroz e milho fino das Ilhas Quirimbas e do litoral continental. De Mecúfi para Norte a cultura do gergelim substituiu inteiramente a cultura do amendoim. A partir dos anos 1860 as alfândegas do Ibo, de Palma (esta em 1887) e de Mocímboa resistiram índices crescentes na saída de gergelim, goma copal, urzela, marfim, mapira (sorgo), borracha, cauril, cera e outros produtos. Por isso os cultivadores africanos procuravam fazer mais sementeiras em cada nova campanha. Mas, a partir de 1890, e mais acentuadamente a partir de 1892, a comercialização de oleaginosas principiou a declinar.

As fazendas de troca, ou de sorteação, como se dizia na época, eram, em 1860, as seguintes: tecidos europeus, americanos e asiáticos, espingardas e pólvora, louças, espelhos, missangas surtidas, manilhas, além de outras miudezas conforme o apetite do africano, quer de cada qualidade, quer de certa porção (Romero, 1860, p. 114). Vinte anos depois, ou seja em 1880, um outro governador, Perry da Câmara, juntava à lista desses produtos as bebidas alcoólicas (Câmara, 1886, p. 10). O “vinho para o preto” vai passar a ser, sobretudo nas terras do sul da colónia, um produto fundamental do comércio com o “indígena”.

Também a partir de 1878, ano em que foi criada a *African Lakes Company* (ALC), a economia africana das terras de além-Lugenda ficou sob a influência económica directa da África Central Britânica que atraía para as casas comerciais de Fort-Johnston e sucursais o marfim, a borracha e a cera, produtos que eram exportados, depois, pela via Chire-Zambeze (Vilhena, 1905, pp. 412-414) até à construção do *Trans-Zambezia Railway*.

Toda a região do Alto Chire e dos Lagos exportava essencialmente para Quíloa (Kilwa), mas dela partiam também caravanas de comércio para Quissanga, em frente da Quirimba, e para Mikindani, logo a norte do Rovuma, etc. Os trilhos destas caravanas eram percorridas por comerciantes luso-afro-indianos do Ibo e seus aliados *mwani* e suaíli. Luiz João Gonzaga, crioulo do Ibo, e outros antes dele, enviavam os seus *patamares* e as suas caravanas de dezenas de homens pelo sertão adentro até aos confins do Lugenda e do alto Lúrio (Reis, 1889, p. 6). Destas viagens sabe-se muito pouco, pela simples razão de serem campanhas de negreiros, cuja actividade, de comandita com funcionários portugueses das Quirimbas e da Ilha de Moçambique, era proibida. Ainda em 1883, o cônsul britânico na Ilha de Moçambique, Henry E. O'Neill, assinalava a presença de mestiços do Ibo na região do lago Chirua, onde compravam escravizados. Por volta de 1885, é Gonzaga quem fornece cartas de recomendação a Augusto Cardoso para os contactos com os chefes do interior.

3. Permanência do comércio do marfim e do tráfico de escravizados

Apesar do marfim continuar a ser transaccionado, o seu comércio sofreu algumas alterações igualmente importantes. As antigas caravanas de *bisas* e de *ajaua* que haviam percorrido centenas de milhas através do mato e ao longo dos vales dos rios no intuito de alcançar os portos moçambicanos foram desviadas para norte, para Zanzibar, onde as condições comerciais se apresentavam muito mais favoráveis. Contudo, e em meados do século XIX, começou a assistir-se a uma nova forma de transaccionar o marfim (porque cada vez mais apetecido na Índia e na Europa) que implicou a caçada sistemática de elefantes levada a cabo por caçadores profissionais equipados com armas de fogo. O fenómeno inseria-se numa política cujo objectivo era intensificar a exploração dos recursos africanos, a qual se estava a revelar um poderoso instrumento de expansão rumo ao interior (Newitt, 1996, p. 244). À frente (no sentido de antes) dos heróicos exploradores foram sempre comerciantes que raramente são mencionados.

Mas a nova actividade comercial não desdenhava os produtos dos antigos circuitos mercantilistas do período anterior: marfim, peles, cera, pau-preto, urzela, e escravizados. Até cerca de 1878, a produção para o mercado internacional das novas matérias-primas era muito reduzida nas terras do *hinterland* mais distante do Niassa por causa

dos custos do transporte na cabeça e costas dos carregadores. Por isso, o marfim e a cera, produtos do velho comércio do sertão permaneceram os mais procurados dessas regiões. Os comerciantes ajaua que demandavam a costa eram os principais fornecedores de marfim. Em 1884, chegou a Mocímboa uma caravana jaua com 193 pontas de marfim grosso. As caravanas dirigiam-se também para os territórios alemães a norte do rio Rovuma onde trocavam os seus produtos por pólvora, armas e outros artigos de permuta que eram ali mais baratos do que no litoral de Cabo Delgado. Os produtos do Alto Lúrio eram geralmente trocados ou vendidos em Quissanga; a rota seguida pelas caravanas vinha da nascente do Lúrio, em Mulipelo, e seguia por Nevila, Maiaia, Mazela, Montepuez, Bilibiza até chegar a Quissanga. Outras caravanas iam fazer o comércio nas lojas da *Companhia da Zambézia*, a sul da nascente do rio Lúrio (Newitt, 1996, p. 414).

Para a aquisição dos produtos da floresta, os grupos de caça e de colecta eram organizados localmente a nível das chefias linhageiras. No regresso da floresta, uma parte do produto era entregue ao *mwene*, o “dono” da terra, isto é, o chefe do território.

Mesmo o comércio de escravizados, ainda que clandestino, permaneceu vivo e importante até à Primeira Guerra Mundial, apesar de todos os decretos anti-tráfico e abolicionistas promulgados (Capela, 1988, pp. 5-11) e do combate aos traficantes pelas marinhas inglesa, francesa e portuguesa. De facto, o tráfico continuou entre 1854 e 1902 assim como a exportação de “libres engagés” para as plantações francesas das Ilhas do Oceano Índico Ocidental, com uma autorização oficial para Mayotte e Nossi-Bé entre 1881 e 1884, e também a venda local de força de trabalho, alguma dela com destino à África do Sul. Foi no auge do tráfico clandestino, entre 1842 e 1902, quando as formações sociais das terras mais próximas da costa já estavam envolvidas na produção para o mercado internacional e venda de força de trabalho, que a partir do litoral ou subindo os rios, os negreiros se lançaram com frequência por conta própria na captura de pessoas (Capela & Medeiros, 1986, p. 106).

Os grandes fornecedores do tráfico nesta época foram negreiros *ajaua* que penetravam pelo território além Niassa e além Chire, até ao Luângua e às terras dos *muisas*. José Capela registou 36 caravanas de escravizados, conduzidas por negreiros *ajaua* que chegaram ao litoral Índico entre 1856 e 1899 (Capela, 2010, p. 47).

Mas os circuitos do tráfico e a escravatura doméstica já estavam a ser transformados e viriam a sê-lo muito mais após a conquista e a montagem do aparelho administrativo, naquilo que Eduardo Mondlane chamou “a suave transição entre a escravatura e o trabalho forçado” (Mondlane, 1977, p. 28) e o trabalho contratual.

4. As explorações «científicas» e o posicionamento europeu para a ocupação colonial

Paralelamente à nova dinâmica comercial, aventureiros, exploradores e missionários percorreram todo o norte de Moçambique, a região do rio Chire e dos Lagos, preparando de algum modo a partilha de África e tornando este imenso território palco dos interesses de britânicos, alemães e portugueses. O lago Niassa e a região adjacente até ao rio Lugenda e, para sul, as terras altas do Chire foram o principal objectivo das expedições britânicas nesta zona da África Oriental e o campo da sua acção exploratória e missionária (Vilhena, 1905, p. 296).

Claro que antes das viagens pelo sertão de britânicos e de outros exploradores, já os sertanejos do vale do Zambeze (de Quelimane, Sena e Tete), da Ilha de Moçambique e do Ibo, assim como os *pombeiros* de Silva Porto tinham percorrido toda a região. Na rota que os *pombeiros* seguiram em Abril-Junho de 1854, desde a ponta sul do lago Niassa, atravessado depois a região até ao rio Lugenda e daqui até Mikindani, no litoral Índico, encontraram chefes ajaua entre a margem oriental do rio Chire e o Rovuma, e núcleos de comerciantes desta etnia²⁰ ao longo das pistas das caravanas até ao mar²¹.

Mesmo antes dos *pombeiros*, em 1846, o mestiço luso-goês de Tete, Cândido José da Costa Cardoso visitou o Lago Niassa. E muito antes, em 1797, Francisco José de Lacerda e Almeida viajou de Tete ao Muata Kazembe, junto ao lago Moero, e em 1832, António Cândido Pedroso Gamito, trilhou a mesma rota, deixando-nos, de ambas as expedições, notícias sobre os *maraves*, *muisas* e *cazembes* da Lunda (Martins, 2000, pp. 185-225).

Foram contudo os mapas da África oriental e central publicados na Europa, de 1852 a 1866, mostrando os lagos Niassa, Tanganica e Victória, todos juntos, “em forma de lesma”, baseados em informações colhidas na costa de Zanzibar (Liesegang, 1993, Cap. VII, p. 1) que deram propriamente início às expedições dessa época chamadas científicas. A publicação desses mapas foi o resultado da fase da recolha de informações junto dos comerciantes do litoral que percorriam as terras do interior distante. O saber acumulado localmente tornou-se um ponto de partida para as pesquisas científicas que se seguiriam. Ponto de partida que os exploradores, geógrafos e missionários se empenharam em esconder ou denegrir, carregando nas tintas o escravismo que tão justamente indignava a Europa (Santos, 1982, p. 121). Os missionários e os exploradores geógrafos souberam pois aproveitar as vias sertanejas já existentes para penetrar na África central da região dos Lagos, do Chire e do Alto Zambézia (Santos, 1982, p. 128). Por caminhos de pé posto, a maioria deles com sinaléticas de sangue.

Com base nestas informações, seguiram-se expedições de carácter exploratório entre 1859 a 1885. Mas a partir de 1876, com a *Conferência de Bruxelas*, triunfara na Europa a ideologia da expansão colonial (Santos, 1982, p. 123). À prioridade da «descoberta científica» somava-se agora o empenhamento em adquirir preponderância económica e política no continente africano (Santos, 1982, p. 123) com a preocupação de se obterem tratados com os chefes africanos e de se afirmarem posicionamentos no terreno para futuras negociações inter-potências a fim de se delimitarem zonas de influência. Porém, só depois de 1875 é que começou na região que estudo o período da ocupação colonial propriamente dita.

Vejamos resumidamente e por ordem cronológica algumas dessas explorações europeias relativas à zona que estudo.

Em 1855, David Livingstone desceu o rio Zambeze com várias dezenas de cololos, avistou as quedas de água a que deu o nome de “cataratas Vitória” (Livingstone, 1981, p. 568) e chegou a Quelimane em 1856. Seguir depois para Inglaterra, tendo os cololos iniciado o regresso ao alto Zambeze como já referi mais acima.

²⁰ Atenção leitor a este vocábulo: poderá conter um *virus* etnológico. Sobre etnias e etnicidades em Moçambique já escrevi algumas coisas.

²¹ Uma viagem de Angola em direcção à contra-costa, in: *Annaes do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, Lisboa, 1.ª Série, 1856-1858, pp. 273-292, 297-300, 304-308, 314-316 e 465-470 (diário da viagem de Silva Porto e dos seus pombeiros, publicado por Sá da Bandeira).

Mas em 1858, o explorador britânico regressou ao continente africano com vista ao estabelecimento de uma Missão (colonial e religiosa) na África Central. Pôde observar por essa altura (foi de toda a conveniência política que o fosse agora) o escravismo que se fazia no vale do rio Zambeze e os conflitos nos Prazos (Ki-Zerbo, 1991, vol. 2, p. 74) e entre os tais “estados secundários”.

Quando chegou a Tete, subindo o Zambeze, o missionário reencontrou os cololos que deixara dois anos antes em Quelimane, e pretendeu reconduzi-los à sua terra de origem. Mas Livingstone estaria incumbido pelo governo britânico de lançar as fundações de uma colónia no actual Sul da Zâmbia (Livingstone, 1981, p. 2).

Para isso, tornava-se necessário assegurar a navegabilidade do Zambeze, de modo que os britânicos pudessem, de futuro, subir e descer o rio com navios a vapor. Contudo, foi forçado a reconhecer, a contragosto, que os rápidos de Cabora Bassa não eram navegáveis. Voltou-se então para o Lago Niassa, que afirmaria mais tarde ter sido ele a descobrir (*Encyclopædia Britannica*, 11th ed., vol. 1, p. 334). De facto, em 1859, Livingstone e membros da sua expedição atingiram o Lago pela rota do rio Zambeze. A notícia do “descobrimento” do Niassa em 16 de Setembro de 1859 provocou na Inglaterra um imenso alvoroço traduzido em inúmeras manifestações e honrarias concedidas ao missionário - explorador (Santos, 1964, p. 66).

Raramente é mencionada a viagem do alemão Albrecht Roscher em 1859 ao serviço do rei da Baviera. Viagem que realizou integrado na comitiva de Salim bin Abdallah, primeiro *jumbe* de Nkhothankhota, que chegou à região do Alto Rovuma e alcançou a margem ocidental do Lago Niassa (Santos, 1964, p. 40). Esta expedição não teve contudo o eco desejado, pois Roscher foi assassinado na margem do Lago em 1860 e apenas deixou alguns escritos com notícias fragmentadas.

As viagens de Livingstone, entre 1859 e 1869, pelas regiões do Lago Niassa, Chire e Rovuma deram origem àquilo que seria a penetração anglo-saxónica no futuro Niassalândia (actual Malauí)²². Elas atrairiam à região logo em 1861 os anglicanos da primeira *Universities' Mission to Central Africa* (U.M.C.A.), mas que foi encerrada em 1863, por doença dos missionários e ataques dos “gentios”.

Três anos depois da viagem ao longo do rio Chire, o mesmo Livingstone andou pela margem ocidental do Lago Niassa, abrindo (!) no terreno uma via para o “comércio, cristianismo e civilização” dos europeus, a teoria dos três “Cs” de que era o mais ardente defensor.

Em 1862, de parceria com John Kirk, numa tentativa de chegar ao Lago, mais a norte, a partir do Índico, Livingstone subiu o rio Rovuma mas não conseguiu chegar ao destino que pretendia. E, no entanto, era essa uma das rotas das caravanas dos *ajaua*, dos *zanzibaritas* e de outros traficantes de escravizados e de marfim.

Na peugada de Livingstone, James Stewart, um outro explorador britânico, acabou por reconhecer em 1862/63 que o planalto do Chire era mais aconselhável para a actividade missionária da *Igreja Escocesa* que as terras baixas deste rio e da margem ocidental do Lago Niassa.

De Maio a Setembro de 1866, partindo de Zanzibar, Livingstone atravessou em diagonal as terras da actual província moçambicana do Niassa e visitou as capitais dos

chefes *ajaua* Metarika, no Rovuma, e Mataka I, em Muembe nas montanhas centrais, e contornou o lago Niassa pelo sul²³.

Em 1867, o tenente Edward Young dirigiu mais uma expedição ao Chire e ao lago Niassa a fim de se encontrar com Livingstone. Todas estas expedições eram do conhecimento local dos *patamares*, dos negreiros, e da maioria das autoridades lusas locais. Em 1869, chegou à região o primeiro bispo anglicano (Stuart, 1985, p. 32). No entanto, foi após o falecimento de Livingstone, em 1873, que os britânicos, servindo-se da sua grande popularidade, angariaram fundos para a fundação de duas missões da *Free Church of Scotland* no actual Malauí: uma em Livingstónia (do nome do explorador), em 1875, e outra em Blantyre (topónimo da sua terra natal), em 1876.

Seguiram-se outras viagens de “exploradores” e militares britânicos. Em 1874, o capitão J.F. Elton, cônsul inglês na Ilha de Moçambique, fez várias expedições à região do Lago e manteve contactos com Chitezi, o mais importante chefe nianja da região (Elton, 1879, AHM 127). Zanzibar e a Ilha de Moçambique eram nessa época grandes centros de conhecimento africano e de “informações”. Os múltiplos “agentes” tomavam certamente juntos o chá das cinco. E por vezes com as autoridades locais. Mouzinho tentou meter alguma ordem nisto mas não conseguiu.

Em 1875, uma caravana de 800 carregadores (quem eram estes carregadores? Quem os fornecia? Como eram pagos?), dirigida por E.D. Young, transportou o equipamento e as peças de um pequeno vapor para a instalação da primeira missão no extremo sul do Lago Niassa, no cabo MacLear. No ano seguinte, a Igreja da Escócia fundou a sua própria missão em Blantyre.

Em 1875/76, o bispo anglicano Edward Steere atravessou o Rovuma perto de Negomano, desceu ao longo do Lugenda e atingiu Muembe, capital do Mataka, onde se demorou até 22 de Dezembro desse ano, tornando a passar o Rovuma em Janeiro do ano seguinte (Santos, 1964, p. 41). Com o Mataka terá negociado a implantação de uma missão anglicana.

Pelo rio Zambeze, e depois pelo rio Chire até às Murchison Falls seguiu no mesmo ano uma expedição comandada por Edward Young, com missionários chefiados por Robert Laws, voltando a contactar os *cololos* de Livingstone, na zona da foz do Ruvo, os quais, entretanto, já se tinham estabelecido e formado regulados à maneira da terra. Young e mais alguns seguiram para o lago Niassa, onde James Stewart foi em Outubro de 1876 ao seu encontro, o que deu origem a uma nova Missão, esta em Blantyre.

Na peugada das missões chegaram aventureiros, comerciantes e militares que deram origem a um pequeno núcleo populacional europeu na margem ocidental do lago Niassa, em terras do chefe Meponda. Foi a esta povoação que foi dado o nome de Livingstónia. Mas este núcleo de colonos, dizimado pelos rigores do clima e pela extrema insalubridade das terras baixas onde tinha carácter endémico uma vasta gama de doenças tropicais causadoras de elevadíssima morbilidade e mortalidade entre os europeus, veio a mudar-se para Blantyre, nas terras altas mais para ocidente. Em 1876, John Kirk visitou o distrito de Munego, próximo de Cabo Delgado²⁴. E o

²³ Sobre esta viagem de Livingstone vide Charles & David Livingstone, 1868, 1981. A memória local desta viagem manteve-se na tradição e foi assinalada pelos seguintes autores: Abdalah, 1919, p. 40 e 1983, pp. 63-4; Alpers, 1969 p. 414 e Young, 1877, pp. 93-6.

²⁴ John Kirk deixou-nos o relato dessa viagem num artigo publicado na revista *Proceedings of the Royal Geographical Society*, Londres, 21, 1877, pp. 588-589, e nos dois volumes da obra *The Zambezi Journal and Letters of Dr. John Kirk*, 1858-63 publicado por R. Foskett em 1965.

²² Sobre esta ocupação britânica vide Henry Rowley, 1866, Anderson Morshead, 1909, e Tblood, 1937, 2 vols.

cônsul britânico na Ilha de Moçambique, J. Fredric Elton, visitou em Maio, por terra, a partir do Mossuril, a costa do distrito de Moçambique até Cabo Delgado. Rota conhecida, e que haveria de ser usada mais tarde por Serpa Pinto, como se verá.

Entre 1876 e 1883, o reverendo William Percival Johnson, da *Central Africa Mission*, percorreu, a partir da Ilha de Moçambique, uma vasta área do Niassa, entre o rio Lugenda e o Lago onde chegou à sua margem oriental em 1877²⁵. (Não encontrei nos documentos que consultei na época no Arquivo Histórico de Moçambique, em Maputo, descrição alguma de um “agente” luso que tivesse integrado essas expedições britânicas a partir da Ilha de Moçambique. Talvez existam nos Arquivos da Marinha, do Ultramar ou dos Negócios Estrangeiros...Desconheço).

Da região dos Lagos para ocidente foi criada a zona de influência colonial britânica após as expedições de Livingstone. O núcleo de irradiação desta influência era constituído pelos missionários anglicanos da *Missão das Universidades para a África Central, Igrejas da Escócia, Igreja livre da Escócia, Missão de Londres*. A influência das missões anglicanas não se fez sentir apenas a ocidente dos Lagos, ela prolongou-se para as ilhas Likoma e Chisamulo no lago Niassa e terras da margem oriental, entre os *nianjas*, e mais além, para terras *ajaua* do Mataka e do Metarika, ao longo das pistas do comércio com Zanzibar.

Finalmente, nesse ano de 1877, sob os auspícios da *Sociedade de Geografia de Lisboa* (Lucas, 1994, vol. 5, p. 308), Serpa Pinto e os seus companheiros empreenderam a expedição que no Bié se cindiu e levou Serpa Pinto a Pretória depois de atravessar Angola, as bacias do rio Congo e do Zambeze, Zâmbia, Zimbabwe e África do Sul (1877-1879). A sua jornada terminou em 1879.

Entretanto, surgia no Sudeste africano a African Lakes Company (ALC), ou Companhia dos Lagos Africanos, fundada por dois escoceses, os irmãos Moir, em 1878, com a intenção apregoada de cumprir um dos desígnios de Livingstone: a promoção do “comércio lícito” entre os lagos Niassa e Tanganica, através da instalação de feitorias e de redes de transporte fluvial e terrestre.

Em 1879, a U.M.C.A. fundou uma nova missão na ilha Likoma, no lago Niassa, estendendo a sua influência até ao Lugenda. Em 1880, foi Duff MacDonald que percorreu o sertão²⁶; e, neste mesmo ano, William Percival Johnson fundou uma missão anglicana em Muebe, capital do Mataka, mas que foi saqueada, tendo Johnson atravessado o Lago no ano seguinte e foi para Livingstónia. Mas em 1882, voltou ao Niassa e percorreu as nascentes do Rovuma e do Lugenda.

Entre 1880 e 1885, o cônsul britânico na Ilha de Moçambique, Henry Eugene O’Neill, efectuou diversas viagens pelo norte de Moçambique²⁷. Mais do que outros compatriotas seus, as viagens de O’Neill foram conhecidas em Portugal, e o relato das suas andanças pelo interior e litoral do norte de Moçambique foi mesmo publicado

²⁵ A descrição dessa viagem encontra-se em *Seven Years Travels in the Region East of Lake Nyasa* (Johnson, 1884, pp. 512-533, e nos livros *Nyasa, The Great Water*. Londres, 1922, e *My African Reminiscences, 1875-1895*, de 1924.

²⁶ Vide deste explorador *Africana: Or the Heart Of Heathen Africa*. (Macdonald, 1882, 2 Vols).

²⁷ O relato destas viagens encontra-se em *On the Coast lands and some rivers and ports of Mozambique; A three months journey in the Makua and Lomwe countries; Journey from Mozambique to Lakes Shirwa and Amaramba; Journey in the District of Cape East Africa between the Zambezi and Rovuma River*; e «Observações acerca da Costa e interior da Província de Moçambique» (O’Neill, 1882, 4 (4) pp. 193-213, 196-208 e pp. 259-270; 6 (11 e 12), 1893, Vol. V; 1884, pp. 632-656 e 713-741).

no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (O’Neill, 1882, n.º 4, pp. 196-208, e n.º 4, pp. 259-270).

Em Agosto de 1881, Joseph Thomson, ao serviço do sultão de Zanzibar, subiu o rio Rovuma pela margem direita até ao Lugenda, indo depois por este rio fazer uma prospecção mineira à região de Itule ou Kivanahanga²⁸. Neste mesmo ano de 1881, o reverendo Chauncy Maples atravessou o rio Rovuma e seguiu para sul até ao Messalo, começando a encontrar, vinte milhas depois, terras povoadas, regularmente agricultadas, que já faziam parte da região do Médo. Maples visitou o chefe Mwalia (nome dinástico), para os lados de Balama/Namuno, a quem considerou o chefe mais importante da região, e reconheceu que esta terra era muito fértil e densamente povoada. Seguiu depois para o litoral, que alcançou na foz do Lúrio, após quinze dias de marcha através de um caminho de pé posto. Do Lúrio seguiu por terra para Pemba onde embarcou para Quissanga, internando-se novamente no sertão; depois atravessou o rio Messalo e contornou pelo oeste o país dos *mavias*²⁹.

Entretanto, a *Universities Mission to Central Africa* (U.M.C.A.) fundou uma missão em Masasi (na actual Tanzânia), estendendo a sua acção para o Niassa moçambicano, onde se fixou em 1881 (Stuart, 1985, p. 33).

Foi nesse mesmo ano de 1881, escreveu Maria Emília Madeira Santos, que o governo de Lisboa, pressionado pela *Sociedade de Geografia de Lisboa*, se apercebeu da necessidade de transpor do litoral para o interior a defesa dos interesses portugueses nesta região (Santos, 1982, p. 125). As explorações resultantes desta decisão política começarão em 1884.

Em 1883, o governo britânico, ao nomear um comandante da marinha (Foot) para cônsul de Sua Majestade Britânica nos territórios dos chefes africanos das vizinhanças do sul lago Niassa, começou a dar os primeiros sinais de não reconhecer ali a soberania portuguesa. Todavia, era por enquanto mais uma reacção do *lobby* escocês do que uma pretensão colonial britânica.

Em 1884, C. A. Smythies e G. Angelvy viajaram separadamente pelo alto Niassa³⁰. Entre 1885 e 1887, o inglês Last efectuou diversas expedições aos rios Lugenda e Rovuma, aos lagos Chirua e Amaramba, e aos montes Namuli; viajando para Blantyre passou por Negomano (Santos, 1964, p. 42).

As expedições portuguesas de 1884 a 1887, animadas por Pinheiro Chagas, obedeceram a uma estratégia coordenada e defensiva, no sentido de consolidar o controle colonial português perante as pressões da Alemanha no sul de Angola e no norte de Moçambique, da França e da Bélgica, na bacia do Congo, e da Grã-Bretanha nas margens do lago Niassa onde se tinham estabelecido, como vimos, missionários escoceses e comerciantes da *Companhia dos Lagos Africanos* (CLA). Os resultados das expedições deste período foram importantes para as negociações de tratados com a França e Alemanha.

²⁸ O relato encontra-se em *Notes on the basin of the river Rovuma, East Africa* (Thomson, 1882, pp. 65-79).

²⁹ Vide «Massai and the Rovuma District in East Africa» (Maples, 1880, pp. 237-353); «Makua and between the rivers Rovuma and Luli» (Maples, 1882, pp. 79-90); «Journey to the Meto Country in 1881» (Maples, 1899); «On the results of the exploration of the Country lying between Lake Nyasa and the Indian Ocean, from to Yean 1880-1884» (Maples, 1885, Vol. 1, pp. 69-85).

³⁰ Vide *A Journey To Lake Nyasa And Visit To Magwan-Gwara And The Source Of Rovuma In The Year 1886*. (Smythies, 1887).

Uma fundamental foi a expedição oficial chefiada por Hermenegildo Capelo e por Roberto Ivens, enviados para percorrer todo o continente de uma costa a outra (1884-1885). Foi a travessia feita por portugueses depois dos “pombeiros” de Silva Porto. Por essa altura, realizava-se a Conferência Internacional de Berlim, na qual se estabeleceu, contra os interesses portugueses, que a bacia do Congo e a embocadura do Zambeze eram zonas de comércio livre (Acta Geral da Conferência de Berlim, Cap. 1, art. 1) (Brunschwig, 1972, p. 83).

Depois de uma breve tentativa de fixação no território *ajaua* do Mataka, entre 1880-1881, missionários e exploradores britânicos dirigiram a sua acção para a margem ocidental do lago Niassa e para a ilha Likoma, que se tornou o centro da sua irradiação a partir de 1885.

A primeira providência para contrariar a expansão britânica nas regiões do Chire e do Niassa tomou-a em 1885 Pinheiro Chagas, o ministro português da Marinha e do Ultramar. A expedição «Pinheiro Chagas» foi organizada por Serpa Pinto, mas na qual apenas participou do Mossuril a Quissanga, entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885, continuando a dita para o Niassa a ser comandada por Augusto Cardoso.

Durante o período das viagens britânicas pelo interior do Niassa e de Cabo Delgado, os portugueses, que ocupavam a ilha do Ibo e outras Quirimbas, assim como algumas praias do continente fronteiriço, lembraram as suas pretensões históricas com a expedição de Augusto Cardoso, do Ibo/Quissanga ao lago Niassa em 1885/6, contornando alguns dos principais territórios chefais da região, como Mwalia, Mataka e Makandjila, mas visitando Metarica no rio Lugenda e outro chefe *ajaua*, o Kwirasya. Embora esta viagem tenha sido apresentada como uma expedição científica, ela tinha sobretudo a intenção de mostrar às outras potências europeias a presença de Portugal na região, obtendo alguns actos de vassalagem de chefes africanos (Cardoso, 1927)³¹. Disse Alexandre Lobato que a “expedição de Augusto Cardoso veio a definir o caminho de Porto Amélia (Pemba) ao Lago, porque ao longo dele se instalaram depois os postos de ocupação do Niassa” (Lobato, 1966, p. 27). Os contactos que os comerciantes crioulos e *muanes* do Ibo e de Quissanga mantinham com o *hinterland* facilitaram a viagem e as vassalagens. Os tratados firmados tratavam do comércio e da segurança das rotas comerciais³². Mas o mapa de Vilhena, de 1905, não apresenta nenhum resultado da expedição (Vilhena, 1905, p. 296), o que leva a supor que nem se tentaram executar trabalhos cartográficos.

Em 1887, Portugal ocupou militarmente a baía de Tungué, território disputado pelo sultão de Zanzibar, na sequência de um ultimato português a este último (Pélissier, 1988, pp. 339-341).

Seguiu-se uma nova fase de expedições portuguesas em 1888 e 1890 animadas por Barros Gomes (Reis, 1978). Estas expedições eram agora motivadas por uma estratégia de afirmação sobre todo o sul do lago Niassa, quer a oriente quer a ocidente da actual fronteira, e sobre o alto Zambeze, no distrito do Zumbo, que ia praticamente até às portas de Salisbury (hoje Harare).

³¹ Sobre a expedição de Augusto Cardoso vide Lobato, 1966, 38 pgs. Costa, 1967. Mendes, 1969, pp. 33-51, mapas.

³² Arquivo Histórico de Moçambique. Governo de Cabo Delgado, Cx.8-36-M2 (11) Doc.13 e Augusto Cardoso ao chefe da expedição, 18.12.1885, nº extra, Termo incluso de 16 de Dezembro de 1885 e Termo de 20 de Janeiro de 1886.

No ano seguinte (1889), Portugal começou a preparar, secretamente, expedições de vulto que ocupassem vários dos territórios também pretendidos pela Inglaterra: a Machonalândia (Terra dos Chonas, hoje, grande parte do Zimbabué), o Alto Chire e toda a zona do lago Niassa.

O major Serpa Pinto, por seu turno, foi incumbido de, também ele, se dirigir ao sul do Niassa (via Zumbo e rio Aruângua), depois de escoltar dois engenheiros portugueses numa viagem a norte do Zambeze (Pélissier, 1988, vol. 2, pp. 43-52).

Entre Novembro de 1888 e Março de 1889, o Tenente António Maria Cardoso, secundado por Luís Augusto Machado Leal, comandou a expedição «*Missão Civilizadora Henrique Macedo*» (Anuário de Moçambique, 1917) que andou em actos de «vassalagem» pelo sul e leste do Lago por terras dos *macololo* e *ajaua*. A expedição fortemente armada, inclusivamente com metralhadoras, percorreu o sul e leste do lago Niassa obtendo a “vassalagem” de diversos chefes *ajaua*, entre os quais Meponda. Cardoso permaneceu algum tempo nas margens do Lago com vista a obter termos de vassalagem e de subordinação do maior número possível de chefes e subchefes africanos para que o Niassa se mantivesse sob a esfera de influência portuguesa face à presença na região próxima das missões anglicanas e da companhia inglesa de exploração dos Lagos. Foi por este motivo que foram publicados com cuidado e urgência, no *Boletim Oficial*, os vinte e três termos de vassalagem obtidos³³. Para diluir, de algum modo, o objectivo imperial, fez-se constar na época que também foram colhidos alguns elementos sobre a topografia da região. Todavia, os resultados não foram publicados “por razões de natureza política”, referiu em 1890 Azevedo Coutinho na *Sociedade de Geografia de Lisboa* (Pinhal, 1971, pp. 139). A missão teve como finalidade reforçar a presença portuguesa entre Mandimba e o lago Niassa (Axelson, 1967, p. 87)³⁴. Os ingleses protestaram e enviaram de imediato um «cônsul» para a região dos *macololo*. Foi Harry Johnstson, antigo cônsul na Ilha de Moçambique, o enviado para a região dos Lagos a fim de assinar tratados de amizade com os chefes africanos das terras altas do Chire. O “cônsul” retomou a acção da *Companhia Africana dos Lagos*. Cecil Rhodes, obtendo garantias futuras de propriedades fundiárias e de direitos mineiros, ofereceu os préstimos da *British South Africa Company* (BSAC)³⁵ para financiar o custo de um eventual protectorado britânico.

³³ *Boletim Oficial*, números 13, 18, 19, 27, 41, 42 e 47 de 1889.

³⁴ AHM, Governo de Cabo Delgado, Cx.8-36-M2 (17), Doc. 1, Missão Civilizadora do Lago Niassa, povoação do Guirassia na Serra Divigir (*sic!*), 11 de Junho de 1889.

³⁵ Por volta de 1888, o colonizador inglês Cecil Rhodes recebeu da rainha Victória em 25 de Outubro de 1889 a carta com personalidade jurídica e poderes majestáticos da *British South Africa Company* (B.S.A.) para o território que ia do Transval ao Congo e de Angola a Moçambique. Rhodes teve o cuidado de obter de Lobengula, sucessor de Mzilikazi, rei dos *ndebeles*, o privilégio da exploração mineira no seu território, sob a condição de manter o país ao abrigo dos brancos, constituindo assim um território tampão entre os ingleses a Norte e os *boers* a Sul. Pelo que a ocupação colonial começou pela *machonalândia* (território dos *chonas*). Só que as prospecções mineiras foram enganadoras e os colonos preconizaram a reconversão das actividades económicas para o resto do país *ndebele*. A resistência deste povo foi muito activa e só em 1895 é que os ingleses lançaram uma ofensiva de grande envergadura contra a capital Buluaio, que incendiaram. Os *nguni*, privados do seu gado e expulsos das melhores terras, constringidos ao trabalho nas minas, reagiram numa violenta revolta em 1895 que se prolongou até 1897. Por seu turno, excluídos do comércio do ouro de aluvião e submetidos ao pagamento do imposto, os *chonas* fizeram causa comum com os *ndebeles*, seus antigos conquistadores, para grande surpresa dos missionários e dos colonos. Mas esta resistência teve como consequências serem colocados em reservas e fomentar desde então entre eles clivagens e oposições raciais.

Portugal tentava responder à pressão com a ocupação do vale do Zambeze por Paiva de Andrade, do Niassa por António Maria Cardoso, do Barotze por Henrique Mitchell de Paiva Couceiro e do Alto Chire pelos soldados de Serpa Pinto e Azevedo Coutinho. Mas os ingleses, entretanto, lançaram a sua rede de aliciamento não apenas entre os *macololo*, mas também entre os *chonas* a sul do rio Zambeze, e o imperador de Gaza, Gungunhana, a sul do rio Save. Tentando também armar os *matabele* de Lobengula. Por sua sugestão, chefes *macololo* hastearam a bandeira inglesa em ambas as margens do Chire.

Em 1889, uma expedição comandada pelo engenheiro Pereira Ferraz tentou estudar o acesso ao lago Niassa pelo rio Chire, mas foi mal sucedida devido à oposição dos *cololos*. Neste mesmo ano de 1889, a expedição do jovem tenente Eduardo Valadim lançada para obter a “vassalagem” do sultão *yao* Mataka III, *Che Bonomali*, foi derrotada, tendo grande parte da comitiva sido morta e feita prisioneira (Axelson, 1967, p. 255; Pélissier, 1984, Vol. 2, pp. 272-3; Maria, 1908, pp. 174-6).

Mas a expedição mais importante prevista para esta fase foi a de Serpa Pinto, que viria a dar origem ao *Ultimatum* britânico. Em Agosto, à frente de setecentos homens, Serpa Pinto chegou ao à região do Chire. Um dos objectivos da expedição era criar uma estação em Meponda para os *Padres Brancos*, missionários franceses, e assegurar o controle sobre o sudoeste do lago Niassa. Mas neste verão de 1889, Harry Johnston encontrou-se com Serpa Pinto na zona dos *macololo* e aconselhou-o a não avançar por causa de uma eventual resposta “deste povo” e, claro, dos escoceses. Entretanto, o mesmo cônsul tinha começado a assinar tratados de protectorado com chefes africanos locais, de entre eles, alguns *cololos*. Em Novembro e Dezembro, Serpa Pinto e Azevedo Coutinho lançaram um ataque contra um chefe *cololo*, que derrotaram. Portugal vibrou com a vitória alcançada. O governo britânico rugiu de indignação. Mas o ministro Barros Gomes, supondo-se suficientemente protegido pelo chanceler alemão Bismarck, acumulou silêncios e recorreu a várias manobras de dilação. Em Janeiro de 1890, João de Azevedo Coutinho tinha já ocupado Katunga, o porto fluvial de Blantyre, e tinha aberto o caminho para o Niassa. A acção militar dos portugueses contra os *cololos* tornara-se um *casus belli* para os britânicos.

A missão aparente desta última “expedição científica” (intitulada “Ressano Garcia”, em honra do respectivo mentor, o ministro da Marinha e Ultramar português) era o estudo do lançamento, no Chire, de uma via-férrea que, seguindo o curso do rio, ligasse este último ao mar (Proença & Manique, 1991, Vol. 2, p. 70). Serpa Pinto ia armado com metralhadoras, pois pretendia ocupar o sul do Niassa, além do que a zona a norte do Massinjire se encontrava outra vez à beira de uma guerra. Mlauri, uma autoridade *cololo* do Sul, cuja capital se situava em Mbewe (povoação junto ao Chire, a sul da de Katunga e a norte de Chilomo) e que se considerava o sucessor de Ramakukan no cargo de senhor supremo dos *cololos*, não se dava bem com os comerciantes europeus das terras altas. De facto, no passado mandava parar com frequência os navios da ALC que passavam por Mbewe, obrigando-os a entregar-lhe bens, e estava agora de relações cortadas com a companhia escocesa, a qual tentara apoderar-se da povoação de Katunga por meios ilícitos. Em retaliação, os *cololos* dispararam sobre um vapor da ALC, no Chire. Entretanto, no “prazo” de Massinjire avolumavam-se os sinais de uma nova revolta iminente. Por outro lado, embora o próprio Mlauri também não gostasse dos portugueses,

sabia-se que uma parte dos *macololo* pretendia sujeitar-se a Portugal (Axelson, 1967, p. 205; Pélissier, 1988, Vol. 2, p. 52)³⁶.

A expedição de Serpa Pinto tinha como objectivo fazer o reconhecimento do território e efectuar o mapeamento do interior do continente africano, para preparar a entrada de Portugal na discussão pela ocupação dos territórios africanos que até então apenas utilizara como entrepostos comerciais ou destino de degredados.

Os britânicos tinham protestado entretanto contra a criação do distrito do Zumbo (21 de Novembro). Na resposta portuguesa foi defendida a prioridade portuguesa na descoberta do Niassa. Os britânicos não replicaram, mas lançaram vários ataques políticos contra Serpa Pinto acusando-o de ter massacrado os *macololo* na batalha do Chire, considerando tal território como seu protectorado. O Ministro inglês em Lisboa protestou formalmente contra a expedição. Acusou Serpa Pinto e pediu para que a expedição não continuasse a avançar na zona (18 de Dezembro). O ministro Barros Gomes respondeu imediatamente, dizendo que a expedição era apenas para trabalhos de engenharia e que não faria qualquer ataque, e que apenas se defenderia de actos de agressão.

Enquanto o major português aguardava instruções do governador-geral de Moçambique, Neves Ferreira, sobre como havia de proceder, surgiram, a subir o Chire, os navios do cônsul britânico Johnston, que tinha sido enviado, de urgência, ao local, vindo de Inglaterra (entrara no rio Zambeze pela foz do Chinde, em ordem a evitar as autoridades de Quelimane). Estávamos em Agosto de 1889³⁷.

A 8 de Novembro, os *macololo*, divididos em duas hostes, que, segundo o testemunho de Serpa Pinto, “traziam hasteada a bandeira inglesa”³⁸, atacaram o acampamento da expedição portuguesa, a qual continuava parada, à espera de mais reforços. O exército *macololo*, em número de 12 000 guerreiros (estimativas de Serpa Pinto), vinha equipado com espingardas modernas, mas foi recebido por um novo tipo de arma, ainda mais mortífera: a metralhadora. Tombaram mortos, às dezenas, e Serpa Pinto, depois de receber reforços pelo rio, começou a avançar para norte, com 3 canhoneiras e cerca de 50 outras embarcações (num total de entre 5000 a 6000 homens, segundo Serpa Pinto). Ao chegar à confluência com o Ruu, a guarda-avançada da força expedicionária atacou Chilomo (onde, segundo Serpa Pinto, se concentravam 4000 defensores) e ocupou a povoação. Foi então que o major recebeu, por estafetas, uma mensagem vinda da costa: a notícia da morte, na metrópole, do rei Dom Luís de Portugal (falecido a 19 de Outubro), a quem sucedera o filho, Dom Carlos. Serpa Pinto, doente, cedeu então o comando da expedição ao tenente da Marinha, João de Azevedo Coutinho, entretanto nomeado “governador militar do Chire” e encarregado de continuar o avanço, com perto de 1700 homens, apoiados por uma canhoneira fluvial (Coutinho, 1941, pp. 117-120; Pélissier, 1988, vol. 2, pp. 53-54)³⁹.

³⁶ Portugal. Negócios Externos – *Negócios da África oriental e central*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, pp. 221-225.

³⁷ A notícia da chegada da expedição de António Maria Cardoso ao Niassa alarmou sobremaneira os britânicos que, de conluio com Rhodes, enviavam de imediato Johnston para obter para a Grã-Bretanha o maior número possível de tratados com as autoridades locais (Pélissier, 1988, vol. 2, pp. 51-52). Um inglês, Daniel Rankin, afirmava ter “descoberto” a foz do Chinde, a qual, no entanto, era, havia muito, do conhecimento dos Portugueses (Axelson, 1967, pp. 202-203).

³⁸ Portugal. Negócios Externos – *Negócios da África oriental e central*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, p. 214.

³⁹ Ver a crónica na *A Actualidade*. Porto. Ano 17, n.º 57 (1890-03-08), p. 2.

Um primeiro conflito nos Lagos entre portugueses e ingleses surgiu por causa do assassinato do chefe Chipitula dos *macololo* que tinham conquistado terras no Massingir, após o levantamento que se seguiu à tentativa de ocupação portuguesa. Do ataque dos *macololo* resultou a morte de trinta soldados e do capitão luso. Os *macololo* tomaram a direcção de Quelimane. O governador-geral de Moçambique mandou então as tropas do Zambeze para o oeste e as de Sena para o Chire, ocupando o Massingir, onde se estabeleceu o comando militar de Mupassa. O Massingir passou a ser administrado a partir de Chironge, mas o interior continuou independente e constituiu uma barreira para as expedições de António Maria Cardoso em 1888/89 e de Serpa Pinto, em 1889. Estes acontecimentos viriam a dar origem à já mencionada campanha contra os *macololo* onde muitos chefes de Massingir se tinham refugiado, e ao conflito com os ingleses que, com a publicação do *Mapa-cor-de-rosa*, elaborado pela *Sociedade de Geografia de Lisboa* em 1881, de acordo com um projecto de uma *África Meridional Portuguesa*, resultaria no *Ultimatum* com os acontecimentos no Chire no final de 1889.

A 11 de Janeiro de 1890, o ministro plenipotenciário britânico acreditado em Portugal, Mr. Petre, entregou ao governo português um lacónico texto, com estes dizeres: *O que o Governo de Sua majestade deseja e em que insiste é o seguinte. Que se enviem ao Governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas, para que todas e quaisquer forças militares portuguesas, actualmente no Chire e nos países dos Macololos e Machonas, se retirem. O Governo de Sua Majestade entende que, sem isso, as seguranças dadas pelo Governo Português são illusórias. Mr Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa com todos os membros da sua delegação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua majestade Enchantress está em Vigo esperando as suas ordens.* *Legação Britânica*, 11 de Janeiro de 1890. Era o *Ultimatum* (*Apud*, Teixeira, 1987, p. 694).

Após uma série de negociações, foi assinado um tratado em Junho de 1891 que consagrava a supremacia britânica sobre o Niassalândia. Johnston foi nomeado para este território o primeiro Alto-Comissário de Sua Majestade. A fronteira do protectorado com a África Oriental Alemã, a norte do Lago, foi definida por um acordo anglo-germânico de 1890. A oeste, a fronteira foi negociada com a *British South Africa Company*.

Os portugueses organizaram ainda a expedição «Mariano de Carvalho» para as terras do Médio, no distrito de Cabo Delgado, que foi confiada ao engenheiro José Tavares Morais de Cunha Cabral, o qual registou o termo de vassalagem do chefe Muguia Munquida (*Boletim Oficial*, n.º 4, 1891).

Nesse ano de 1890, Johnston acabou por submeter os *angoni* e os *cheuas*. Em 1895, Mlozi, a norte, sucumbiu ao ataque britânico, e outros chefes ainda independentes submeteram-se sem luta, como o *jumbe* escravagista de Nkota-kota, Salim bin Abdalah. A 6 de Julho de 1907, a Grã-Bretanha estabeleceu sobre o território do actual Malawi o protectorado do Niassalândia.

Finalmente, em 1908, o major J. Stevenson Hamilton (1909, p. 528) percorreu o Niassa entre Julho e Agosto e esteve na região de Muembe, tendo ali contactado com o chefe Mataka (*Ibidem*). Que seria mais tarde vencido pelos portugueses.

Referências bibliográficas

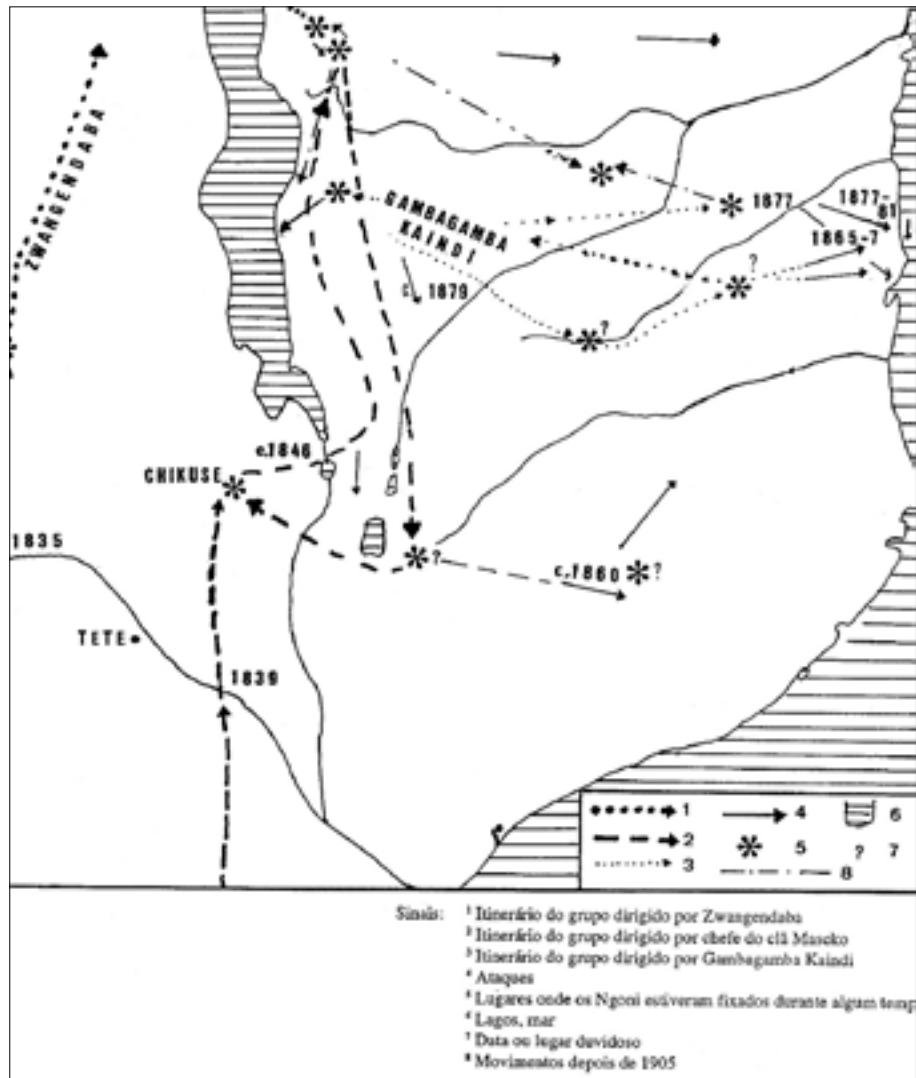
- ABDALLAH, Y. B. [1919], 1973 e 1983 – *The Yaos*, a tradução inglesa editada por M. Sanderson em Zomba, 1919 e reimpressa em Londres, em 1973, com um prefácio de Edward Alpers, e a tradução portuguesa do inglês, com bibliografia e notas de Teresa Oliveira, Maputo, AHM, 1983.
- ACTUALIDADE (A), Porto, Ano 17, n.º 57 (1890-03-08), p. 2.
- AHM / ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE (1889) – Governo de Cabo Delgado, Cx.8-36-M2 (17), Doc.1, Missão Civilizadora do Lago Niassa, povoação do Guirassia na Serra Divigir (*sic!*), 11 de Junho de 1889.
- AHM / ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE. Governo de Cabo Delgado, Cx.8-36-M2 (11) Doc.13 e Augusto Cardoso ao chefe da expedição, 18.12.1885, n.º extra, Termo incluso de 16 de Dezembro de 1885 e Termo de 20 de Janeiro de 1886.
- ALBERTO, Manuel Simões (1947) – *Os negros de Moçambique. Censo etnográfico*. Lourenço Marques, 1947, 2.ª versão, Manuscrito, AHM.
- ALBERTO, Manuel Simões (1968) – *Os angonis – elementos para uma monografia. MEMÓRIAS DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE* (Lourenço Marques), 9, série C, 1967/68, pp. 47-93; p. 68.
- ALPERS, Edward (1969) – Trade, state and society among the yao in the nineteenth century, in: *JOURNAL OF AFRICAN HISTORY*, X, n.º 3, 1969, pp. 405-420.
- AMARAL, Manuel Gama (1990) – *O povo yao. Subsídios para o estudo de um povo do noroeste de Moçambique*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- ANNAES DO CONSELHO ULTRAMARINO, Parte não oficial (1856-1858), Uma viagem de Angola em direcção à contra-costa Lisboa, 1.ª Série, 1856-1858, pp. 273-292, 297-300, 304-308, 314-316 e 465-470 (diário da viagem de Silva Porto e dos seus pombeiros, publicado por Sá da Bandeira).
- ANUÁRIO DE MOÇAMBIQUE (Lourenço Marques), 1917.
- AXELSON, E. (1967) – *Portugal and the scramble for Africa*. Johannesburg, Witwatersrand University Press.
- BLOOD, A.G. (1937) – *The History Of Universities' Mission To Central Africa, 1907-1932*. Londres, [S/n], 2 vols.
- BÉGUIN, Eugène (1903) – *Les ma-Rotzé*. Lausanne, Benda e Fontaines.
- BEYERS, C. J. (Ed.), 1987 – *Dictionary of South African biography*. Pretoria, Human Sciences Research Council, vol. 5, pp. 701-702.
- BOLETIM OFICIAL, n.º 4, 1891; números 13, 18, 19, 27, 41, 42 e 47 de 1889.
- BRUNSCHWIG, Henri (1972) – *A partilha de África*. Lisboa, Dom Quixote. [Tradução de: *Le Partage de l'Afrique*]
- CÂMARA, P. F. O. Perry da (1886) – *Distrito de Cabo Delgado*. Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 49 pp. (Separata do *BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA*, 6.ª Série, n.º 2, (1886).

- CÂMARA, P. F. O. Perry da (1893) – Descrição dos territórios do distrito de Cabo Delgado que fazem parte da concessão feita á companhia do Nyassa. – Lisboa, [S/n], 32 p. + 1 mapa.
- CAPELA, José e MEDEIROS, Eduardo (1986) – *O Tráfico De Escravos De Moçambique Para As Ilhas Do Índico, 1870/1902*. Maputo, Núcleo Editorial da UEM.
- CAPELA, José (1988) – O tráfico da escravatura nas costas de Moçambique, in: *ARQUIVO* - Boletim semestral do Arquivo Histórico de Moçambique, 3, Abril de 1988, pp. 5-11.
- CAPELA, José (2010) – *Moçambique pela sua história*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- CARDOSO, Augusto [1886] (1927) – Conferência de 11 de Dezembro de 1886, lida em sessão solene da Sociedade de Geografia de Lisboa, in: *RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES* (Anexo ao B.O.), Lourenço Marques, IM.
- CHILUNDO, Arlindo (1988) – Quando começou o comércio das oleaginosas em Moçambique? Levantamento estatístico da produção e exportação no período entre 1850 e 1875, in: *CADERNOS DE HISTÓRIA*, n.º 7, Nov.º, pp. 107-123.
- CLARENCE-SMITH, Gervaise (1985) – *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema.
- COSTA, Mário Augusto da (1967) – *O explorador Augusto Cardoso - o Homem, a História. (Niassa, 1885). Separata do BOLETIM DA SOCIEDADE DE ESTUDOS DE MOÇAMBIQUE*, Jan./Março, 1967.
- COUTINHO, João de Azevedo (1941) – *Memórias de um velho marinheiro e soldado de África*. Lisboa, Bertrand.
- ELTON, J.F. (1879) – *Travels And Researches Among The Lakes And Moutains Of Eastern And Central Africa*. Londres, H.B. Cotterill (Ed.) 1879 (AHM 127).
- ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA* 11th ed., «Africa», vol. 1.
- FOSKETT R. (ed.) (1965) – *The Zambezi Journal And Letters Of Dr. John Kirk, 1858-63*. Edinburgh, Oliver & Boyd.
- HAMILTON, James Stevenson (1909) – Notes on a Journey through Portuguese East África, from Ibo to Lake Nyassa, in: *THE GEOGRAPHICAL JOURNAL*, XXXIV, Nov. 1909, pp. 514-528.
- IVALA, Adelino Zacarias (1993) – *Transformações socio-políticas no Alto Lúrio – O caso do regulado de Umpuhua, c. 1850-1933: Contribuição para a pesquisa da história local*. Maputo, Instituto Superior Pedagógico. Trabalho de Diploma para a obtenção do grau académico de Licenciatura em ensino de História e Geografia (Tutor, Prof. Eduardo Medeiros).
- JOHNSON, W. Percival (1884) – Seven Years Travels in the Region East of Lake Nyasa, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*, Londres, 6, 1884, pp. 512-533.
- JOHNSON, W. Percival (1922) – *Nyasa, The Great Water*. London, Humphrey Milford, Oxford. University Press.
- JOHNSON, W. Percival (1924) – *My African Reminiscences, 1875-1895*. Londres, Universities' Mission to Central Africa.
- KIRK, John (1877) – A visit to the Munego district, near Cabo Delgado, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*, Londres, 21, 1877, pp. 588-589.
- KI-ZERBO, Joseph (1990, 1991) – *História da África negra* (Vol. I, Vol. II). Mem Martins, Europa América (Reimpressão) [Tradução de: *Histoire de l'Afrique Noire*].
- LINDEN, Ian (1972) – The maseko ngoni at Domwe, 1870-1900, in: PACHAI, Brigldal (ed.), *The early history of Malawi*. Londres, Longman, 1972, pp. 237-251.
- LIESEGANG, Gerhard (1984) – Guerras, terras e tipos de povoações: sobre uma “tradição urbanística” do norte de Moçambique no século XIX, in: *REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS*, n.º 1, 1984, pp. 169-184.
- LIESEGANG, Gerhard (1986) – The first look at the import and export trade of Mozambique, 1800-1914, in: Gerhard LIESEGANG, H. PACHAI, A. JONES (eds), *Figuring african trade: proceedings of the symposium on the quantificaion and structure of the import and export and long distance trade of Africa in tha 19th century (c. 1800-1913)*. Berlim, Dietrich Verlag, 1986, pp. 452-523.
- LIESEGANG, Liesegang (1991) – *Produção e trabalho do ferro na província do Niassa*. Texto apresentado no Seminário sobre as “Rotas do ferro em África”, Maputo, Moçambique, 10 a 13 de Dezembro de 1991, 4 pp. dactilografadas.
- LIESEGANG, Gerhard (1992) – Achegas para o estudo das biografias de autores de fontes narrativas e outros documentos da História de Moçambique: Lawrence Chisui, S. Nthara, E.Mwale, J.Mazula, P.Litumbe e a historiografia Marave com um apêndice: “A História dos Anianja”, de Paulo João Litumbe, in: *ARQUIVO* (Maputo), n.º 11, Abril de 1992, pp. 37-65.
- LIESEGANG, Gerhard (1993) – *História do Niassa, ca.1600-1920*. Maputo, AHM (Inédito).
- LIVINGSTONE, Charles & David (1868) – *Narrative Of An Expedition To The Zambezi And Its Tributaries And Of The Discovery Of Lakes Shirwa And Nyasa*; New York, 1868.
- LIVINGSTONE, David et Charles [1859] (1981) – *Explorations Dans L'Afrique Australe Et Dans Le Bassin Du Zambeze(1840-1864)*. Paris, Editions Kartthala, 1981.
- LOBATO, Alexandre (1966) – *Augusto Cardoso e o lago Niassa*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 38 pp. + Documentos.
- LUCAS, Maria Manuela (1994) – Organização do Império, in: José MATTOSO (Dir), *História de Portugal*. Lisboa, Estampa, D.L. 1993-1994, Vol. 5: O Liberalismo.
- MACDONALD, Duff (1882) – *Africana: Or the Heart Of Heathen Africa*. Londres, Spinkin Marshall, 1882, 2 Vols. (Vol. 1, Native Customs and Beliefs, 22 plates).
- MAPLES, Chauncy (1880) – Massai and the Rovuma District in East Africa, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*. Londres, 2 (6), 1880, pp. 237-353.
- MAPLES, Chauncy (1882) – Makua and between the rivers Rovuma and Luli, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*, Londres, 4 (2), 1882, pp. 79-90.

- MAPLES, Chauncy (1885) – On the results of the exploration of the Country lying between Lake Nyasa and the Indian Ocean, from to Yean 1880-1884, in: *JOURNAL OF THE MANCHESTER GEOGRAPHICAL SOCIETY*. Vol. 1. 1885, pp. 69-85.
- MAPLES, Chauncy (1899) – Journey to the Meto Country in 1881, in: *Journals and papers of Chauncy Maples*. Lonfres, 1899.
- MARIA, José (1908) – Morte do Tenente Valadim e do aspirante Thomaz de Almeida, in: *BOLETIM OFFICIAL* (Relatórios e Informações anexos). Lourenço Marques, 1908, pp. 174-6.
- MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro (2000) – Os Maraves, Muízas e Cazembes da Lunda segundo as fontes dos viajantes Francisco José de Lacerda e Almeida (1797), António Cândido Pedroso Gamito (1832) e suas equipas em território da África Oriental», in: *INUAF STUDIA*, Ano I, n.º 2 (Loulé), pp. 185-225.
- MATOS, Maria Leonor Correia de (1965) – *Notas sobre o direito de propriedade da terra dos povos Angoni, Acheua e Ajaua da Província de Moçambique*. Lourenço Marques, *MEMÓRIAS DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE*, Série C. Vol. 7, Lourenço Marques.
- MAZULA, Assahel Jonassane (1962) – *História dos Nianjas*. Lourenço Marques, 1962. Separata de *PORTUGAL EM ÁFRICA*.
- MEDEIROS, Eduardo (1981) – *Notas de campo sobre o Caronga e o Namacoma*. Maputo, UEM. Inédito, depositado no Arquivo Histórico de Moçambique, T.O. 297.
- MEDEIROS, Eduardo (1988) – *As Etapas Da Escravatura No Norte de Moçambique*. Maputo, AHM (Estudos, 4).
- MEDEIROS, Eduardo (1991) – Mining and Ironwork in the Ancient Africultural Communities of Mozambique. Maputo, “Rotas do Ferro em África”, 14 pp.
- MEDEIROS, Eduardo (2000) – Reestruturação do poder político Makhuwa-Mmetthu sob o domínio da Companhia do Nyassa, 1894-1929, in: Santos, Maria Emília (Dir.) *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885-c. 1930)*. Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000: 311-329 [Actas da III.ª Reunião Internacional de História de África].
- MENDES, Manuel (1969) – Expedição Científica ‘Pinheiro Chagas’, in: *GEOGRAPHICA*, Lisboa, ano V, n.º 19, Julho de 1969, pp. 33-51, mapas (bibl. da Fac. de Letras, PP25).
- MONDLANE, Eduardo (1977) – *Lutar por Moçambique*. Lisboa, Sá da Costa, (3.ª edição).
- MORSHEAD, A.E.M. Anderson (1909) – *The History Of Universities’ Mission To Central Africa, 1859-1909*. Londres, [S/n].
- NEWITT, Malyn (1982) – The early history of the maravi, in: *JOURNAL OF AFRICAN HISTORY*, vol. 23, n.º 2, 1982, pp. 145-162.
- NEWITT, Malyn (1997) – *História de Moçambique*. Mem Martins, Publicações Europa-América, (Col. Biblioteca da História) [Tradução de: *History of Mozambique*].
- NURSE, G. T. (1973) – Ndwandwe and the ngoni, in: *SOCIETY OF MALAWI JOURNAL*, 26, 1, pp. 7-14.
- O’NEILL, Henry Eugene (1884) – Journey from Mozambique to lakes Shirwa and Amaramba, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*. Londres, 6, 11, 1884, pp. 719, 725-6.
- O’NEILL, Henry E. (1883) – East Africa between the Zambezi and Rovuma River, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*. Londres, Abril 1882 e Julho 1883.
- O’NEILL, Henry E. (1882) – Observações acerca da Costa e interior da Província de Moçambique. In: *BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA*, 3.ª série (4) 1882, pp. 196-208 e (5), 1882, pp. 259-270.
- O’NEILL, Henry E. (1882) – On the Coast lands and some rivers and ports of Mozambique, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*. Londres, 4 1882, pp. 595-605.
- O’NEILL, Henry E. (1882) – A three months journey in the Makua and Lomwe countries, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*, Londres, 4 (4), 1882, pp. 193-213.
- O’NEILL, Henry E. (1884) – Journey from Mozambique to Lakes Shirwa and Amaramba, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*. Londres, 6 (11 e 12), 1884, pp. 632-656 e 713-741.
- O’NEILL, Henry E. (1893) – Journey in the District of Cape Delgado Bay, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*, Londres, Vol. V, 1893.
- PACHAI, B. (1972) – Ngoni politics and diplomacy in Malawi, 1848-1904, in: *The early history of Malawi*. Londres, Longman, pp. 179-214.
- PEIRONE, Frederico José (1967) – *A tribo Ajaua do alto Niassa (Moçambique) e alguns aspectos da sua problemática neo-islâmica* Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar (Religiões e Missões. 1).
- PÉLISSIER, René (1984) – *Naissance du Mozambique*. Orgeval, 1984, 2 Vols.
- PÉLISSIER, René [1984] (1987) – *História de Moçambique – Formação e oposição, 1854-1918*. Lisboa, Editorial Estampa, vol. 1. Imprensa Universitária n.º 61. Tradução de Manuel Ruas.
- PÉLISSIER, René [1984] (1988) – *História de Moçambique – Formação e oposição, 1854-1918*. Lisboa, Editorial Estampa, vol. 2. Imprensa Universitária n.º 62. Tradução de Manuel Ruas.
- PHIRI, Kings M. (1984) – Yao Intrusion Into Southern Malawi, Nyanja Resistance and Colonial Conquest, 1830-1900, in: *TRANSFRICAN JOURNAL OF HISTORY*, Volume 13, 1984, pp. 157-176.
- PHIRI, Kings M. (1984) – Political change among the chewa and yao of the Lake Malawi region, c.1750-1900, in: A.I. Salim (Ed.), *State formation in Eastern Africa*. Nairobi & London: Heinemann, 1984.
- PHIRI, K.M. (1988) – Pre-colonial states of central Malawi: towards a reconstruction of their history, in: *SOCIETY OF MALAWI JOURNAL*. Volume 41, 1, pp. 1-29.
- PINHAL, Euclides Mendes (1971) – Aspectos da divisão e ocupação administrativa em Moçambique a norte do Zambeze, 1885-1910. Lisboa, ISCSPU.

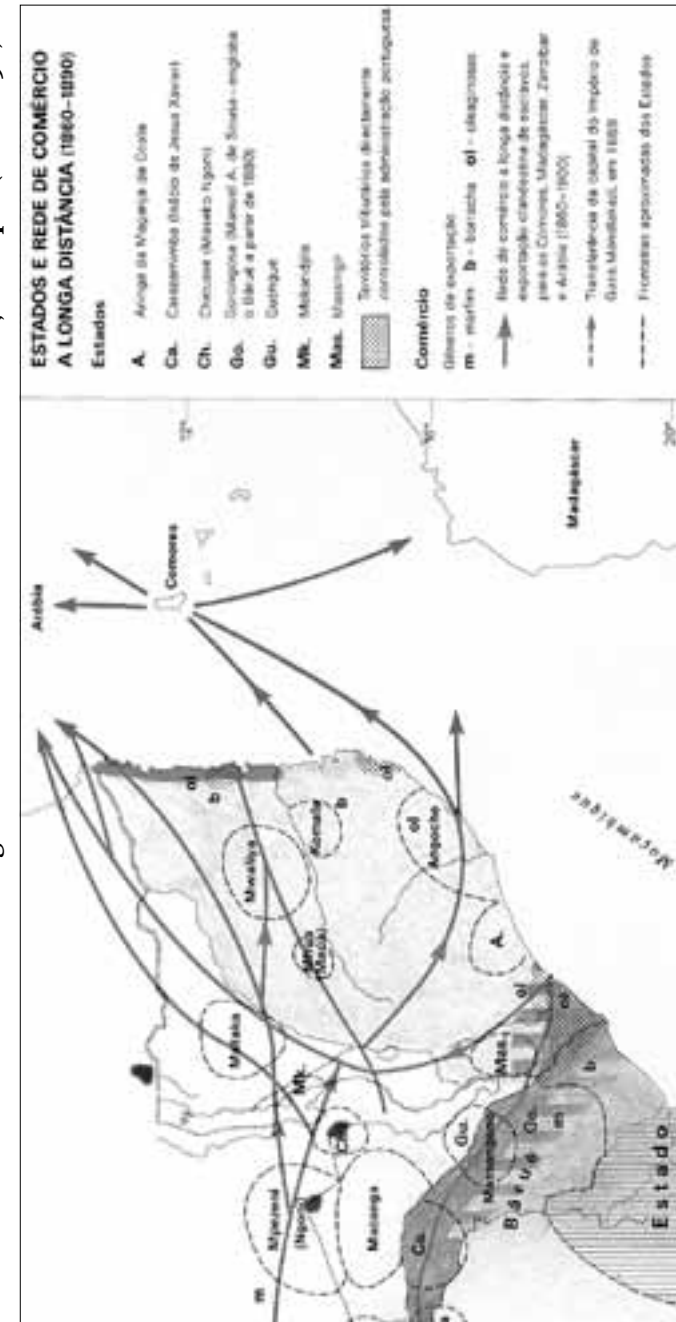
- PORTUGAL. Negócios Externos (1890) – *Negócios da África oriental e central*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- PROENÇA, Maria Cândida, e MANIQUE, António Pedro (1990) – Da reconciliação à queda da monarquia, in: António REIS (dir.), *Portugal contemporâneo*, Vol. 2, pp. 13-100.
- RANGELEY, W.H.J. (1966) – The angoni, in: *SOCIETY OF MALAWI JOURNAL*, 19, 2, pp. 62-86.
- READ, Margaret (1956) – *The ngoni of Nyasaland*. Oxford, Oxford University Press.
- REIS, Jayme Batalha (1889), *Os portugueses na região do Nyassa*. Lisboa, Imprensa Nacional. [Os Portugueses na região do Niassa, in: *Memória e documentos sobre os portugueses no território de Machona e Niassa*].
- REIS, Luís Filipe Moreira Alves do Carmo (2006) – *Visões de Império nas vésperas do “Ultimato”: um estudo de caso sobre o imperialismo português (1889)*. Porto, UP/FLUP, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos.
- RITA-FERREIRA, António (1966) – *Os cheuas da Macanga*. Lourenço Marques, MEMÓRIAS DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE, 8, série C (Ciências Humanas), p. 332.
- RITA-FERREIRA, António (1975) – *Povos de Moçambique*. História e Cultura. Porto, Afrontamento.
- RITA-FERREIRA, António (1982) – *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, N.º 142 (1982), pp. 19-331.
- ROMERO, Jeronymo (1856) – *Memória acerca do distrito de Cabo Delgado*. Lisboa, Imprensa Nacional, p. 40.
- ROMERO, Jeronymo (1860) – *Suplemento à memória descritiva e estatística do distrito de Cabo Delgado com uma notícia acerca do estabelecimento da Colónia de Pemba*. Lisboa, Typographia Universal.
- ROWLEY, Henry (1866) – *The History Of Universities’ Mission To Central Africa*. Londres, [S/n].
- SANTOS, Maria Emília Madeira (1978) – *Viagens e exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa, JICU.
- SANTOS, Maria Emília Madeira (1982) – Silva Porto e os problemas da África portuguesa no século XIX, in: *BOLETIM DA BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA*, Vol. 37.
- SANTOS, Nuno Valdez dos (1964) – *O Desconhecido Niassa*. Lisboa, JICU.
- SMYTHIES, C. Alen (1887) – *A Journey To Lake Nyasa And Visit To Magwan-Gwara And The Source Of Rovuma In The Year 1886*. Kiungani, Zanzibar, (1887 ?) e Londres 1887.
- STUART, Richard G. (1985) – Os nyanja, o U.M.C.A. e a Companhia do Niassa, 1880-1930, in: *REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS*, n.º 3, 1985, pp. 9-44.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1987) – Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês, in: *ANÁLISE SOCIAL*, Vol. XXIII (98), pp. 687-719.
- TEW, Mary (1950) – *Peoples of the Lake Nyassa Region*. Londres, International African Institute by the Oxford University Press.
- THOMSON, Joseph (1982) – Notes on the basin of the river Rovuma, East Africa, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*, Londres, 4 (2), 1882, pp. 65-79.
- VILHENA, Ernesto Jardim de (1905) – *Companhia do Niassa - Relatórios e memórias sobre os territórios da Companhia do Niassa*. Lisboa, “A Editora”.
- VILHENA, Ernesto (1905) – *Relatórios e memórias sobre os territórios da Companhia Do Niassa*. Lisboa, “A Editora”.
- WEGHER, Pe. Luís (1995) – *Um olhar sobre o Niassa. Traços Históricos e Etnológicos (1.º Volume)*, Maputo, Paulinas.

Migrações e ataques dos *angoni* no norte de Moçambique



Fonte: LIESEGANG, 1993.

Estados e rede de comércio a longa distância no centro e no norte de Moçambique (1860-1890)



Fonte: República Popular de Moçambique/Ministério da Educação, Atlas Geográfico (Vol. 1, 2.ª Edição revista e actualizada). Maputo, MINED e Esselte Map Service AB, Estocolmo, Suécia, 1986.



Entrevista

MENDES FERRÃO

**Estamos a cair
quase no tempo da
*Tanganyika Concessions***



Mendes Ferrão

“Estamos a cair quase no tempo da *Tanganyika Concessions*.”

Entrevista conduzida por Maciel Santos* e José Ramiro Pimenta**

Dezembro de 2011

Na segunda metade do século 20, a agronomia tropical tornou-se emblemática das políticas desenvolvimentistas, coloniais ou pós-coloniais. Entrevistar um dos seus mais representativos agentes, o Prof. Mendes Ferrão, teve como objectivo contribuir para a história deste campo científico nas colónias portuguesas, da década de 1950 às independências. A sua experiência teórica, no terreno e mais tarde em instituições como o Departamento do Ciências Agrárias do IICT e a FAO, habilitam-no também a testemunhar sobre o contexto social de um ramo com uma larga tradição em Portugal. Dão-lhe também uma autoridade especial para caracterizar a fase actual dos interesses – não necessariamente científicos – sobre as terras africanas.

Eduardo Mendes Ferrão é Professor Catedrático do Instituto Superior de Agronomia e foi Director do Departamento de Ciências Agrárias do Instituto de Investigação Científica Tropical.

A Carreira Académica: “A preparação completa só pode ser feita por um contacto real com o meio tropical”.

Maciel Santos / José Ramiro Pimenta – *A sua licenciatura de origem, Agronomia, orientou-o imediatamente para os trópicos?*

Mendes Ferrão – Quando entrei em Agronomia, já tinha tirado o curso de Regente agrícola (hoje Engenheiro técnico agrário) em Coimbra e entrei então para o 1.º ano de Agronomia, como era a regra nesse tempo. Hoje já não é assim. Já andava no meu 2.º ano quando vi anunciada a existência de dois cursos complementares e resolvi aproveitar a oportunidade para me valorizar. Um deles era então o curso livre de Arquitetura

Paisagista que rejeitei à partida por não ter jeito para desenho e o outro era uma licenciatura complementar em Agronomia Colonial destinada a preparar técnicos «coloniais». Resolvi tirar esta, talvez por admitir vir a conhecer coisas novas e possivelmente muito diferentes, mas nunca esteve no meu horizonte ir trabalhar para África.

O curso de Agronomia colonial era constituído pelo Curso Geral de Agronomia, mais um conjunto de disciplinas complementares que podiam ser frequentadas ao longo do curso mais, um tirocínio prático de 6 meses entre 2 de Janeiro e 30 de Junho. No final fiquei com os títulos de Engenheiro Agrónomo e Engenheiro Agrónomo Colonial. Durante o curso salientei-me e por isso quando o terminei, e já tinha um convite para ir leccionar na Escolas Agrícola de Coimbra,

* CEAUP.

** Faculdade de Letras. Universidade do Porto.

um dos professores do ensino colonial convidou-me para assistente e assim ingressei no Instituto como segundo assistente, tendo entrado ao serviço em 1 de Julho de 1955.

Como é natural, eu conhecia muito pouco ou nada do meio tropical porque nunca tinha estado nos trópicos. Como me sentia fragilizado perante os alunos, se bem que de início estava a dar as aulas práticas de Laboratório que eram quase independentes do meio, pensei começar a minha vida contactando com o meio tropical. Nesse sentido consegui criar em 1956, juntamente com um dos meus professores e dois colegas profissionais, um em Angola e outro em Moçambique, um Núcleo de Estudos de Oleaginosas do Ultramar integrado na antiga Junta das Missões do Ultramar, com o objectivo de se escrever um tratado sobre esta matéria e indirectamente conseguir meios que me permitissem estadias nas regiões tropicais, a pretexto de ir recolher elementos para o livro.

Dado que o tempo disponível para fazer as provas de acesso era curto, o professor meu orientador indicou-me logo no meu primeiro ano de assistente que poderia tomar para tema da minha tese tentar esclarecer certos aspectos da tecnologia do cacau, nomeadamente o que era o «vermelho de cacau» e como se transformava durante a tecnologia, considerando que era um tema bonito e que estava muito longe de ser esclarecido, mesmo a nível mundial. Por isso, desde o princípio da minha carreira como assistente, dei particular atenção ao cacau. Foi nesta linha que já em 1956 realizei um trabalho pioneiro sobre o valor alimentar do cacau que foi muito apreciado pela sua novidade na Conferência Internacional de Nutrição de Luanda que decorreu em 1956 e como resultado a Sociedade Agrícola Valle Flor ofereceu-me uma estadia

nas suas propriedades em S. Tomé, o que aceitei e aí tive contacto com a agricultura tropical empresarial de uma forma muito intensa. Aí estive em Setembro e Outubro de 1956. Tratava-se de uma grande empresa com diversas roças, produzindo, para além de outros produtos tropicais de exportação, cerca de mil toneladas de cacau e tinha uns milhares de «serviçais». Regressei a Lisboa muito mais seguro das matérias tropicais. Logo nesse mesmo ano consegui uma verba para passar cerca de três semanas na Guiné. Nas férias grandes, dos dois anos seguintes, tive estadias prolongadas e diversificadas, uma em Angola em 1957 e outra em Moçambique em 1958. Entendendo eu que ainda não me sentia como desejava, aproveitei um convite do Instituto de Investigação Científica de Angola e assim estive neste território ligado a este Instituto entre Julho de 1959 a Julho de 1960.

Nesse tempo havia o tempo máximo de 6 anos para se ser assistente e eu, com a experiência que tinha de S. Tomé, preparei a minha tese de curso para Professor agregado. Quando estava quase na fase final, fui em Junho de 1961 convidado para chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura, o meu trabalho escolar foi interrompido, os seis anos passaram, de um momento para outro houve remodelação ministerial e eu fiquei com um emprego de prateleira. Candidatei-me então a um lugar modesto no laboratório Rebelo da Silva onde estive ligado às tecnologias de frutos e entretanto preparei a minha tese. Como era de admitir, o tempo tinha passado e pouco ou nada aproveitei do que até aí tinha escrito. Apresentei-me a provas em 1964, fui aprovado por unanimidade e depois contratado para o Instituto como primeiro assistente por não haver vaga para Professor extraordinário, o que

só sucedeu em 1967. Concorri e fiquei. Em 1971 concorri a uma vaga de Professor catedrático mediante provas públicas e fui aprovado.

Entretanto, enquanto fui assistente, presentei cumulativamente funções durante 20 meses em 1965-66 no Instituto Português de Conservas de Peixe, como consultor científico, para ajudar a resolver um problema ligado aos molhos das conservas por ter havido a rejeição de lotes portugueses no mercado internacional. Eu nesse tempo estava a trabalhar em óleos e oleaginosas, lugar que deixei quando passei a professor extraordinário. Entretanto o Ministério do Ultramar convidou-me para fazer um projecto sobre uma instalação para produção de coco ralado e, possivelmente por terem gostado do trabalho, em 1965 passei a fazer parte activa do Grupo de Trabalho de Fomento Frutícola do Ultramar e por meio disso os meus contactos com África passaram a ser muito mais frequentes. Foi um trabalho muito enriquecedor. Quando o iniciámos, Angola exportava cerca de mil toneladas de bananas e quando o deixei em 1972 a exportação era de quase cem mil toneladas. Fartei-me de aprender coisas pelo que estudei e pelo meu contacto com produtores, transportadores e comerciantes.

Quando após a minha subida a professor catedrático estava a constituir a minha equipa no Instituto onde passara de subordinado a primeira figura, desejava que os meus colaboradores e alunos tivessem contactos frequentes com as regiões tropicais, pois embora no Instituto se estudem os aspectos fundamentais, a sua preparação completa só poderia ser feita por um contacto real com o meio tropical. É necessário cheirar o ar, sentir o calor e a humidade, as grandes chuvadas, ver as plantas no seu meio,

conversar com as pessoas e entender a vida que por lá se fazia e faz.

Ainda em 1965, tendo ido a S. Tomé numa Missão Cultural Universitária, fui convidado para dar apoio técnico e científico à Brigada de Fomento Agro-Pecuário que havia sido recentemente criada, situação que mantive até 1972 quando assumi outras funções incompatíveis com essas e de que aliás gostava mais.

MS/JRP – *Acompanhou então o mandato do governador Sebastião?*

MF – Sim, acompanhei de perto por dever de ofício a partir de 1965, já que nesses anos que se seguiram eu ia sempre passar uma parte das férias a S. Tomé.

Na Secretaria de Estado da Agricultura e na FAO: “Eu sempre quis ser professor por inteiro e os outros cargos, via-os apenas como complemento dessas funções”.

MS/JRP – *Mas aproximava-se a fase da sua actividade política, não é verdade?*

MF – Numa tarde do princípio do mês de Agosto de 1972, depois de um ano de trabalho muito violento, quer no Instituto quer no Grupo de Trabalho de Fomento Frutícola, regressado de um Congresso Internacional do Girassol em Clermont-Ferrand onde apresentei uma comunicação, sentado na praia de S. Martinho do Porto a procurar retemperar forças, recebi pela Guarda local «instruções» para telefonar para Lisboa para um determinado número que desconhecia. Estava com a ideia de continuar o meu descanso, mas com alguma curiosidade, procurei saber quem teria tanta importância para me mandar avisar pela

Guarda. Telefonei para o número indicado e soube então que me convidavam para um encontro em Lisboa. Respondi que estava em férias e que nos poderíamos encontrar no fim-de-semana, mas o meu interlocutor insistiu que o assunto era urgente e que viesse a casa dele nessa mesma noite. Nessa quarta-feira cheguei a Lisboa pelas 21 horas e meteram-me num gabinete onde passei a saber que me convidavam para ser Secretário de Estado da Agricultura. Fiquei surpreendido pois estava total e completamente afastado da política, onde aliás nunca tinha entrado, e escaldado já do que me haviam feito quando estive como chefe de Gabinete, fui recusando até que veio uma imposição mais ou menos do género «o senhor é funcionário público e por isso terá de aceitar o lugar». Aceitei com relutância e fazendo determinadas exigências que naquela hora todas me foram garantidas mas depois não cumpridas. No dia seguinte de manhã fui a Queluz receber o convite formal do prof. Marcelo Caetano e nomeado no dia seguinte. Mantive-me no lugar até 25 de Abril de 1974. Nesse dia estava na Alemanha em Missão Oficial. Regressei imediatamente a Portugal mas, como o aeroporto de Lisboa estava fechado, viajei para Madrid, daí para Badajoz em táxi e no dia seguinte de manhã atravessei a fronteira sem qualquer dificuldade, mesmo quando disse ao guarda que tinha sido membro do Governo demitido. Nesse mesmo dia telefonei para o professor-decano da minha Escola a apresentar-me ao serviço. Disse-me que o ambiente na Escola era tenso, que me considerasse apresentado mas que ficasse em casa até as coisas serenarem. Assim cumpri até que no dia 2 de Maio me apresentei na Escola sem qualquer dificuldade nem impedimento seja de quem fosse. Tendo em conta que o Ministério tinha publicado um Decreto

que permitia que os professores que o desejassem poderiam deixar, por um período de tempo, de lecionar para se dedicarem por inteiro à investigação, eu aproveitei a facilidade e estive afastado do ensino entre 1974 e 1977 ou 1978, já não me lembro, e só regressei ao serviço docente a pedido do Conselho Científico. Por uma questão de princípio. Ainda bem que estive fora da docência durante esse período de certa conturbação pois teria muita dificuldade em aceitar passagens administrativas e ser mandado por uma mulher de limpeza a quem não reconhecia mérito para essas funções. Foi um período muito interessante, nada tinha com os problemas de ensino que se então levantavam, tinha tranquilidade e tempo para investigar e para refletir sobre a forma como deveria de futuro desempenhar melhor a minha actividade docente. Desse tempo, com maior tranquilidade e disponibilidade, resultou trabalho de investigação que foi publicado.

MS/JRP – *E na FAO como foi?*

MF – Foi com surpresa que pelos fins de 1980 recebi em minha casa um telefonema do Gabinete do Ministro da Agricultura, Eng. Cardoso e Cunha, pedindo-me para passar pelo seu Gabinete que desejava falar comigo. Lá fui por educação. Foi com surpresa para mim quando me convidou em seu nome e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, para Presidente da Comissão Nacional da FAO. Fiquei surpreendido. Como se compreende, recusei. Não queria comprometer ninguém convidando para funções tão importantes um antigo membro do «governo fascista». Mas passados poucos dias recebi um telefonema do Eng. Amaro da Costa com o qual, juntamente com o Prof. Freitas do Amaral, havia trabalhado no apoio ao Ministro Veiga

Simão, insistindo no convite. Pareceu-me mal não aceitar, mas coloquei a condição de desempenhar o lugar de forma totalmente gratuita. Tive de aceitar. Eu queria e sempre quis ser professor por inteiro e outros cargos via-os apenas como complemento dessas funções, enquanto me punha em contacto com o meio e me permitia preparar melhor os meus alunos. E assim sucedeu entre Dezembro de 1980 e Junho de 1993, nunca recebi qualquer vencimento ou gratificação, por vontade própria. Apenas o Ministério pagava as viagens que em representação do país fiz a Roma e outros locais da Europa onde a FAO tinha actividades que interessavam ao País e que deveriam ser asseguradas pelo Presidente. Em 1993 decidi pedir a minha demissão. Entrava-se numa nova fase com a adesão da então Comunidade Económica Europeia como membro da FAO, era necessário rever estruturas que não caminhavam com a celeridade que eu entendia necessária. A minha passagem pela FAO foi enriquecedora para mim e para o ensino de que estava encarregado pela minha Escola.

MS/JRP – *Aproveitou essa experiência na Investigação em Portugal?*

MF – Por volta de 1982 fui convidado pelo Presidente do Instituto de Investigação Científica para fazer parte dos júris de reclassificação do seu pessoal que passara a ser um Instituto de Investigação e o seu pessoal não tinha sido contratado nessa perspectiva. Suponho que as pessoas que observaram o meu trabalho gostaram do que fiz. Logo fui convidado primeiro para dirigir nessa Instituição o Centro de Produção e Tecnologia Agrícolas e pouco tempo depois todo o Departamento de Ciências Agrárias, coordenando 7 Centros, com cerca de metade do pessoal de investigação do

Instituto. Mais uma vez coloquei a condição do meu trabalho ser inteiramente gratuito. A minha proposta foi aceite.

MS/JRP – *O que encontrou aí que lhe interessasse especialmente?*

MF – Primeiro uma disponibilidade de pessoal colaborador, meios e estruturas que não tinha na Escola e o contacto facilitado com os territórios tropicais, características que o meu Instituto não estava em condições de me facilitar. Passei a ter uma dactilógrafa, secretariado, telefone, enfim uma estrutura. Tinha que preparar quadros de investigação a partir de pessoal que não fora contratado para essas funções e outro que fora admitido e que estava no início da carreira. Uma outra vantagem que tive no meu contacto com o Instituto foi a possibilidade de publicar muitos dos meus livros e artigos. Tenho publicados, no país e no estrangeiro, mais de uma dezena de livros e capítulos de outros e umas centenas de artigos científicos técnicos e de divulgação, principal mas não exclusivamente, sobre temas tropicais.

MS/JRP – *Mas nessa altura continuava ainda na FAO, não é verdade?*

MF – Sim. Para cumprir todas estas tarefas durante anos levantava-me às seis e meia da manhã, comia um almoço apressado, muitas vezes levado de casa com uma marmita e regressando a casa muitas vezes depois das 21 horas. Mas nada deixava ficar para o dia seguinte se fosse para fazer nesse dia. Por outro lado, na FAO tinha estruturas preciosas e o acesso a informação técnica e científica muito atualizada que me foi extraordinariamente útil. Eu tinha informações que me permitiam encarar problemas de

agronomia tropical com maior profundidade e largueza.

O Cacau de STP: “Sim, passámos de 290 kg para 550 kg e pensávamos chegar a 600 kg por hectare”.

MS/JRP – Voltando a um dos trabalhos da primeira fase da sua carreira, o do cacau de S. Tomé. A curva de produção do cacau forma inicialmente um ciclo típico, com uma fase de alta até cerca da I Guerra e depois uma descida, ambas de grande intensidade. No entanto, depois da década de 1940, a produção voltou a aumentar, embora longe dos máximos anteriores à da I Guerra. Na década de 1960, quando lá esteve, o território tinha-se portanto tornado um produtor marginal mas tinha havido uma recuperação. Parece assim ter-se contrariado o padrão habitual da decadência da frente de cacau. Seria então possível, caso não tivesse havido a descapitalização ocorrida depois de 1975, ter reconvertido S. Tomé num produtor mundial de cacau de primeira qualidade?

MF – A qualidade nunca esteve em causa enquanto as roças continuaram portuguesas. O cacau de S. Tomé era dos mais bem produzidos no mundo, porque se seguia a tecnologia mais avançada. Na maior parte das outras zonas produtoras do mundo, incluindo parte da costa ocidental africana e uma parte do Brasil, o cacau é produzido em pequenas empresas, quase de tipo artesanal. De uma maneira geral, em S. Tomé havia cacau comercial dos dois tipos. Um produzido pelas grandes companhias, que tinham sistemas de cultura, tratamento das plantas contra pragas e doenças e uma boa estrutura tecnológica que se pode dizer de excelente qualidade. Eram os

compradores que o diziam e praticavam. Nestes casos, os compradores adquiriam o cacau pelo nome da empresa sem necessitarem de receber amostras, o que nem sempre sucedia nos outros casos. Outro, produzido pelos pequenos agricultores, sem estruturas de apoio, vendido muitas vezes no comércio, às vezes fruto por fruto ou até «cacau em goma» que se levava ao comércio num trapo ou embrulhado no lenço de assoar, sem qualquer fermentação ou com ela muito incipiente, não se dando as transformações que normalmente decorrem nesta operação. Ora bem, mas voltando à sua questão. No princípio do século XX, S. Tomé era considerado o território tropical mais bem explorado do mundo. A produção foi crescendo de tal forma que em 1905 as ilhas eram quantitativamente o primeiro produtor mundial de cacau. Os roceiros naturalmente estavam interessados por manter esta prosperidade e foram visitar outras zonas produtoras de cacau. Verificaram então que na ilha de Granada o cacau era cultivado em pleno sol e não, como se fazia em S. Tomé, a coberto de árvores porque se acreditava que o cacauero não suportava a acção direta do sol. Procederam então em S. Tomé, inicialmente com algum cuidado, a suprimir uma parte da sombra das árvores com que o cacauero estava associado. Verificaram que a produção aumentava e concluíram que então a eliminação completa das árvores de sombra seria a solução para se obterem grandes produções de cacau. Começaram então em S. Tomé as conhecidas «derrubadas» para eliminação das árvores de sombra. Os resultados foram terríveis porque os cacaueros deixavam de produzir e morriam aos milhões. Os administradores e os «roceiros» em Lisboa entraram em pânico.

MS/JRP – Ezequiel de Campos escreveria muito contra a desarborização.

MF – Ezequiel de Campos e muitos outros. Mas este tinha a vantagem de ter vivido a situação quando aí esteve como chefe dos serviços de Obras Públicas nos fins do século XIX e princípios do século XX e aí voltou em 1920. Escreveu um livro (com 400 páginas) notável sobre o assunto em 1920, relatando no prefácio que só ele tinha escrito nesse tempo 1140 páginas sobre S. Tomé.

Atribuiu-se o caso a doenças, organizam-se missões de cientistas mandadas pelo Estado e por empresas ou grupos de empresas e só uma delas aconselhou que a solução seria voltar a instalar a sombra nas plantações. Alguns aceitaram a recomendação e outros teimaram na eliminação das árvores. O processo tinha atingido o máximo de intensidade por volta de 1920. Hoje sabe-se muito concretamente explicar que a queda da produção se deu por empobrecimento dos terrenos, por causa de se interromper a reciclagem de nutrientes incorporados no terreno pelas árvores de sombra. Não nos alongaremos muito em aspetos de ordem agronómica que explicam tais condições, mas elas existiram e infelizmente ainda são muito frequentes em muitas regiões tropicais. Tanto os países dessa grande zona como aqueles que nela investem em empreendimentos agrícolas, devem sempre ter isso muito presente.

O Estado mandou reforçar o apoio técnico enviando um agrónomo¹ que, antes de se instalar na ilha, tivera de visitar algumas zonas produtoras de cacau e os grandes mercados europeus. Chegou à ilha com muitas promessas de apoio do Estado, mas sem que a maioria se concretizasse, como ele confessa nos seus escri-

¹ Armando Cortesão [N.E.].

tos. Mas os administradores das roças, antigos oficiais da Marinha e outros que se formaram «de tarimba», dificilmente aceitavam os conselhos de um técnico sozinho no meio de tanta gente e de tanta controvérsia.

A maior produção de cacau verificou-se em 1913 e a maior exportação foi em 1919 em consequência de stocks acumulados durante a 1.ª Grande Guerra. A produção estabilizou na década de vinte, mas a economia da ilha e do cacau como de outros produtos tropicais foram fortemente afetados pelo *crash* da bolsa de New York. Muitas pequenas empresas não conseguiram resistir por serem elevados os custos fixos e muitas delas foram vendidas a comerciantes em troca das dívidas contraídas. Algumas delas foram agregadas a outras roças de que passaram a ser «dependências».

MS/JRP – Os roceiros argumentavam também que a cultura do cacau tem ganhos de escala.

MF – Exacto, ainda hoje! A cultura do cacau é muito onerosa quer na manutenção das plantações quer nas estruturas de apoio à tecnologia e comercialização. As propriedades pequenas não conseguem custos de produção baixos porque os encargos por unidade de produção são elevados por este motivo.

Como se sabe o cacau tem, no mercado internacional, oscilações muito grandes de preços. Mas porquê? Por duas razões: primeiro porque o cacau tem um poder de conservação muito baixo. O cacau mofa com facilidade, as sementes tendem em partir-se, dando origem a grandes quantidades de moinhas e é muito afectado por pragas e doenças. E, por consequência, não se podem guardar *stocks* por muito tempo. Sob o risco de prejuízos. Por isso, ao contrário do que

sucede com vários outros produtos, é difícil fazer *buffer stocks* para regularizar o mercado. Assim os preços são muito oscilantes e se num ano dão prejuízos, no ano seguinte tudo se normaliza e se recolhem lucros dos dois anos. Isto é possível em grandes empresas, Os pequenos produtores, que vivem o ano a ano, não estão em boas condições para suportarem estas situações, que são normais no mercado do cacau.

MS/JRP – *Assim, na sua opinião, qualquer tentativa de formar um cartel do cacau estaria, à partida, condenada devido à impossibilidade de manter stocks?*

MF – Sim. Nunca se conseguiram fazer *stocks* como se fez com o café, embora se tivesse tentado. Por volta de 1950, as produções unitárias do cacau tinham caído de forma alarmante e situavam-se em 290 kg por hectare o que para muitas roças dava para a despesa ou pouco mais. Entretanto o Estado aumentara os impostos e subiram sensivelmente os encargos com o pessoal, todo ou quase todo contratado no exterior do território. As cotações do cacau no mercado internacional começavam a arrastar-se e os serviços agrícolas oficiais não tinham meios nem os administradores, formados como se disse, acreditavam muito neles. Os roceiros fizeram em Lisboa pressão sobre o Governo que os recebeu em 1956 mas nada decidiu. Os roceiros insistiram em 1957 com uma «Representação dos agricultores de S. Tomé e Príncipe a Sua Excelência o Ministro do Ultramar» escrita e subscrita por 47 empresas que representavam mais de 80% da produção das duas ilhas. Nela propunham uma série de medidas da competência do Governo e tendo consciência de que a assistência técnica dada pelos serviços agrícolas locais era insuficiente, propuse-

ram a criação de um «Centro de Investigação Agronómica de S. Tomé e Príncipe», de carácter particular. As despesas seriam suportadas principalmente pelos agricultores através de um aumento do imposto sobre os produtos exportados, mais uma verba da Fundação Valle Flor e uma participação do Estado que poderia então suprimir, com a criação deste Centro, os Serviços Agrícolas locais.

MS/JRP – *E como reagiu o estado?*

MF – O Ministro do Ultramar mandou o documento para a Junta de Investigações do Ultramar para parecer e esta pediu ao Engenheiro Lains e Silva, um técnico muito qualificado que ainda no ano anterior estivera em S. Tomé a estudar a cafeicultura local, para se pronunciar sobre o documento. Estes documentos têm certa reserva, eu conheço-os mas não são secretos. Lains e Silva fez uma crítica arrasadora aos roceiros que ainda não tinham entendido que o sistema de exploração do solo nas ilhas conduzia exactamente à diminuição das produções unitárias em que os roceiros falavam e teceu outras considerações diversificadas sobre a agricultura santomense, sem dúvida importantes para os técnicos agrícolas, mas que não interessará muito explicitar aqui. Mais importante é a sua opinião relativamente ao Centro proposto que, no seu parecer, deveria, sim, ser criado mas pelo Estado, com os recursos que os agricultores referiram e que deveria ser um Instituto de Agronomia Tropical que servisse todas as Províncias Ultramarinas. O Parecer foi enviado aos roceiros que, em resposta contestaram muitas das afirmações de Lains e Silva e consideraram-se indisponíveis para suportar um Instituto virado para o serviço de todas as Províncias Ultramarinas.

O Ministro, até tendo em conta a categoria política e outras de alguns dos agricultores que tinham subscrito a Representação, nada decidiu.

Entretanto, através dos Planos de Fomento, foram postos à disposição das Províncias Ultramarinas, para o seu fomento, meios importantes, mas as autoridades locais não tinham quadros que as pudessem utilizar como era proposto.

Lains e Silva, antigo director dos Serviços Técnicos da Junta de Exportação do Café em Luanda e vindo para Lisboa como vice-presidente da Instituição, criou na sede uma conjunto de «brigadas» que tinham como objetivo fazer a ocupação científica básica dos territórios que não tinham quadros, utilizando os dinheiros destinados às Províncias Ultramarinas pelos Planos de Fomento. Assim foram criadas «Brigadas Agronómicas» para todas as províncias. Inclusivamente para a Índia, Macau e Timor. Ficavam apenas de fora Angola e Moçambique que tinham estruturas próprias para o caso, através principalmente dos Institutos de Investigação Científica recentemente criados, o de Angola sob a direcção do Professor Canas Martins e o de Moçambique sob a direcção do Professor Pinto Lopes.

MS/JRP – *Portanto, esse investimento em conhecimento agronómico foi feito já no fim da fase de alta das cotações dos produtos tropicais?*

MF – Sim, mas em S. Tomé a produção era baixíssima, 290 kg.

MS/JRP – *Assim nasceu a Brigada de estudos Agronómicos de S. Tomé e Príncipe?*

MF – Sim. Foi dessa forma que foi criada essa Brigada. Entretanto, para dar, apoio de retaguarda, a essa e outras Brigadas que depois se foram instalar nos respectivos territórios, foi criada em Lisboa a Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar onde ainda cheguei a colaborar durante uns seis meses antes de ir para chefe de Gabinete.

A Brigada de S. Tomé fez um trabalho muito relevante, transformando-se quase no tal Instituto de Agronomia Tropical com que Lains sonhara. Trabalhou no conhecimento do território, publicando cartas de solos, de climas e de zonagem das culturas mais importantes, importou material vegetal para melhoramento, particularmente para o cacau e a palmeira do andim, começou a produzir e a estudar o comportamento de híbridos de cacau, estudou a fertilidade das terras, trabalhou nos domínios da fruticultura e pode dizer-se que não houve aspecto que não tivesse preocupado os seus quadros. A Brigada apenas não se preocupou com a transformação tecnológica dos produtos por não ter nos seus quadros pessoal especializado.

Por motivos que não interessa agora referir, em tempos do Governador Silva Sebastião em que falámos, a Brigada foi extinta. Foi então criada, a nível provincial e por isso dependente do Governador, a Brigada de Fomento Agro-Pecuário que incorporou os bens da Brigada extinta, esta nova Brigada, para além de pretender dar continuidade aos trabalhos em curso, deveria dar grande apoio aos pequenos agricultores. Foi nesta fase de transição que eu próprio fui convidado para seu assessor científico, principalmente para a área da tecnologia dos produtos. O Prof. Ário de Azevedo foi para a agricultura, o Prof. Raul Cabral e o Prof. Gisberg para a patologia – este último especialmente para as doenças

das raízes –, e também os Investigadores Soares de Gouveia para o armazenamento dos produtos, Castel Branco para a entomologia e Rosário Nunes para a apicultura. Esta estrutura funcionou até à Independência e fez trabalho de enorme importância. Queria referir o apoio aos pequenos agricultores, o fomento da fruticultura, a produção de cacauzeiros híbridos, muitos dos quais estavam já a ser estudados nas plantações em diferentes condições micro climáticas quando da independência, Merece relevo a introdução da bananeira Valery, que depois de S. Tomé foi introduzida em Angola após cuidadoso estudo, a produção de palmeiras «tenera» para uma diversificação cultural que se desejava, mas que os grandes agricultores no geral rejeitaram por esse período coincidir com outro período favorável aos preços do cacau no mercado internacional. Muito havia que contar sobre este período.

MS/JRP – *E que resultados se obtiveram na produtividade do cacau?*

MF – Se já em 1910 se tinha consciência de que o abaixamento da produção do cacau não se devia somente ao alívio da sombra, mas também ao empobrecimento dos terrenos e já havia empresas que se ofereciam para vender adubo para S. Tomé, em 1965, as mentalidades estavam completamente modificadas. Chegou-se à conclusão que, as águas, particularmente no norte da ilha, isto é, a irrigação, eram absolutamente indispensáveis à produção do cacau. E os agricultores, começando pelo Fonseca, começaram por abrir valas em que água circulava, dentro dos cacauzais, no período das gravanas. Começaram-se também a fazer ensaios de fertilização: aliviava-se a sombra, aumentando a fotossíntese, e como a planta, para res-

ponder, tinha que ter fertilizantes pelo efeito da não reciclagem, aumentava-se a produção, ia-se abrindo a sombra, aumentando a fertilização, abrindo a sombra, aumentando a fertilização, até encontrar um sistema de equilíbrio. Este ponto variava com a localização, isto é, com a água, com a luminosidade, etc. S. Tomé é uma mistura enorme de microclimas que não podem ser traçados com régua e esquadro. A agronomia é uma ciência teórica que quando vai para a prática é muito localizada, particularmente numa ilha como S. Tomé, tão acidentada. O que se conseguiu? Subir a produção do cacau para cerca de 550 kg por hectare. Sim, passámos de 290 kg para 550 kg e pensávamos chegar a 600 kg por hectare. Depois da independência pensou-se em fazer das ilhas um centro produtor de milho, mas o que é preciso saber é o que rende mais – o mercado de milho ou o de cacau, embora fosse preciso ter em conta a segurança alimentar. Nós conseguimos, nas terras baixas de Diogo Vaz, nas terras das prainhas, obter rendimentos de mais de uma tonelada de cacau por hectare.

MS/JRP – *Sempre com irrigação e fora dos terrenos marginais, não é verdade?*

MF – Sim. Nós tínhamos previsto que em 1975 se obteria um rendimento da ordem das 11 000 toneladas e calculava-se um *plafond* de 12 000 toneladas. Isso significava, por outro lado, o abandono de 25% da área do cacau. Actualmente S. Tomé está cheio de plantações envelhecidas, que se deixaram degradar por toda a espécie de subfloresta, invadidas por doenças e pragas, que não são tratadas.

MS/JRP – *Mas não seria hoje possível, através de cooperativas de produção, recuperar parte da capacidade produtiva?*

MF – A agricultura do cacau em S. Tomé tinha grandes e pequenas empresas, como já disse. Nas atividades da Brigada criada em 1964 estava programada a constituição de cooperativas de pequenos agricultores e fermentar o cacau em conjunto. Porque, para essa produção cuidada, precisa-se de uma certa massa crítica. Os pequenos agricultores não chegavam a fermentá-lo e chegavam a vender fruto a fruto no comércio, às vezes a trazer o fruto com doenças. Todo aquele produto não fermentado, além de ser de péssima qualidade, depreciava depois os outros. É por essa razão que se exportava o cacau por marcas ligadas às roças. Eu próprio ainda estudei a instalação de duas unidades deste tipo, uma nas proximidades de Santo Amaro e outra nas proximidades da Trindade, que era onde havia um maior número de pequenos produtores, aconselhando a criação de um fundo que permitisse pagar o cacau em goma aos agricultores logo que o entregassem na cooperativa. Isso não foi para frente. Era preciso um sistema que permitisse que, quando o agricultor entregasse o cacau, fosse imediatamente pago e essa condição dificultou tudo; ou por falta de dinheiro ou por falta de visão ou por qualquer outra coisa e, portanto, isso não foi para frente. O processo não avançou mas penso que é um sistema válido para muitas zonas de pequenos agricultores, que não é só o caso de S. Tomé.

MS/JRP – *A tentativa de formar cooperativas foi portanto antes da independência?*

MF – Antes da independência. Não interessava a S. Tomé, globalmente, o

aparecimento de um cacau que não fosse de qualidade.

MS/JRP – *Para proteger as marcas, não é?*

MF – Para proteger as marcas. Houve também uma empresa que estudou o lançamento de uma fábrica de coco ralado e cheguei a ir lá. Depois ainda houve a ideia de fazer a pré-industrialização do cacau. Mas, os grandes agricultores, porque tinham a Nestlé e outros compradores que só queriam o cacau em fava e não a pasta, opuseram-se a que essas coisas se realizassem. Para as empresas manufactureiras, compensava salvar o valor acrescentado criado pelas fábricas e não lhes convinha comprar pasta. Hoje já não é assim: a maior parte das fábricas já compra a pasta de cacau produzida e abandonaram as torras e tudo mais, o que até convém em termos de ambiente. Nessas condições, a qualidade do cacau passou a ter um diferencial de preço mais pequeno, por já vir transformado em pasta dos países produtores e poder-se assim misturar cacaos de muitos tipos. Deixou de se olhar para a fava, se é boa ou se é má, e já não há a seleção da matéria-prima que havia antigamente. A massa vendida é agora muito mais homogénea. Dantes, quando vinha cacau de S. Tomé, sempre se admitia que a produção era de melhor qualidade que se viesse dos pequenos agricultores da Costa do Marfim, do Ghana ou do Níger.

MS/JRP – *Mas, mesmo assim, em S. Tomé não seria de tentar fazer a compensação da perda da quantidade pela qualidade? Isto é, não seria rentável tentar captar uma renda através da criação de cacaos superiores, como por exemplo os tipos da Venezuela?*

MF – Em primeiro lugar há que esclarecer que existem fundamentalmente dois tipos de cacau, o «crioulo» e o «forastero». O primeiro dá um cacau comercial de alta qualidade mas é hoje pouco cultivado porque as plantas são mais débeis, menos produtivas e o preço do cacau não compensa. O segundo representa cerca de 90% da produção mundial e se for bem preparado, com ele se podem obter produtos que o comércio considera de alta qualidade. Assim, todo o cacau produzido em S. Tomé era do tipo “forastero”. Resta apreciar, dentro deste, a qualidade comparativa com a produção em outros locais de cacaus do mesmo tipo.

Como regra era considerado de melhor qualidade mas não de excelente qualidade. No mercado internacional o cacau é valorizado não apenas pelas suas qualidades de produzirem o conveniente *flavour* a chocolate durante a torra mas também pelo seu conteúdo em gordura, a chamada «manteiga de cacau» que é mais cara que o próprio cacau em pó. Essa manteiga é utilizada no fabrico de chocolates de alta qualidade e para fins farmacêuticos (supositórios) ou de *toilette* (*batons* contra o gretamento dos lábios a usar nos climas frios). O cacau de S. Tomé é tido por dosear teores elevados de gordura. Nas grande empresas, dispondo de áreas vastas em produção, só se colhiam os frutos em boas condições de maturação e assim adquiriam os altos teores de gordura que referi, cerca de 53% nos cotilédones. Nas pequenas roças, nomeadamente nas chamadas «roça de forro», para se conseguirem as massas de cacau suficientes para se poder dar uma boa fermentação, colhiam-se frutos ainda não completamente maduros, maduros e sobre-maduros, o que representa logo à partida um material menos apropriado.

Durante muito tempo o cacau de S. Tomé e Príncipe classificava-se por «fino» «paiol» e «escolha». O primeiro era produzido nas grandes empresas, o segundo provinha geralmente do comércio que adquiria o cacau aos pequenos produtores e o terceiro era formado por aquilo a que depois passaram a chamar «crocotó». Em tempos mais recentes as empresas, com uma tecnologia mais cuidada, apenas classificavam o cacau como de 1.ª, e 2.ª, este «fabricado» à base de frutos verdes, sobre-maduros, com doenças e outro material com defeitos. O aspecto final não era muito bom pelo que muitas vezes o partiam, separavam os pedaços de cotilédones que eram vendidos como moinhas, sobretudo para o mercado português. O cacau de 1.ª era enviado para as melhores fábricas da Europa.

MS/JRP – *Como é que explica a queda vertical do cacau depois de 1975? Pela descapitalização das roças?*

MF – Desde já quero dizer que não estou interessado em pronunciar-me sobre a situação actual de S. Tomé. Primeiro porque as autoridades de cada país são soberanas nos caminhos a seguir, segundo porque não é meu costume criticar em público os governos de outros países e suas opções, mesmo que sejam técnicas, terceiro porque em visita que fiz a esse País, já depois da Independência, fui generosamente recebido pela então Ministra da Economia a quem transmiti as minhas opiniões sobre os problemas técnicos agrícolas do País. Nessa altura convidaram-me para fazer um contrato como conselheiro do Governo a que eu respondi que não ia ao país fazer negócios e que poderia obter a minha colaboração oficial e sem qualquer encargos, solicitando o apoio dos Organismos a que eu pertencia. A senhora ministra

disse que o iria fazer (o que deve ter feito); eu, chegado a Lisboa, enviei-lhe um relatório resumindo tudo que pessoalmente lhe tinha dito. Depois desta iniciativa, apenas uma vez o Governo de S. Tomé pediu o meu apoio para tentar resolver o problema de uma doença que atacava as pimenteiras.

S. Tomé terminou em 1973/4. Não gosto de falar do período a seguir. Partiram da ideia de que as grandes fazendas eram resíduos coloniais e dividiram aquilo em bocadinhos. Simplesmente o cacau é um produto que necessita de uma certa dimensão. Não é uma cultura de área, mas uma cultura de tecnologia. Essa tecnologia tanto tem que existir para uma fazenda de um hectare como de cem hectares e é completamente anti-económica para pequenas empresas. Resultado, estarmos a dividir para depois ter de juntar é extraordinariamente complicado. Tratavam-se apenas as árvores junto aos caminhos, para serem vistas por alguém que passasse para fiscalizar. Hoje, a produção de cacau, – mal conhecida porque as estatísticas não são muito fiáveis – poderá situar-se à volta de três mil toneladas. Um santomense disse-me que o rendimento obtido com a exportação do cacau – e o valor das exportações em S. Tomé era 95% representado pelo de cacau – não chegavam para pagar os custos de quatro embaixadas.

A Sociedade Santomense: “Em S. Tomé não havia trabalho escravo mas havia trabalho de escravo”.

MS/JRP – *O que pensa da regressão à agricultura de subsistência em que caíram os trabalhadores cabo-verdianos que ficaram nas roças?*

MF – Os roceiros foram introduzindo modificações, sobretudo no que respeita à mão de obra, que era cara. O governo não tinha permitido que viesse mais mão de obra de Angola e de Moçambique, pelo que teve de vir de Cabo Verde. Mas esta tinha dois inconvenientes. Primeiro, não se sujeitava ao trabalho a que os outros se sujeitavam. Porque em S. Tomé já não havia trabalho escravo, mas havia trabalho de escravo. Era um trabalho extraordinariamente violento. Em segundo lugar, os cabo-verdianos tinham de levar consigo a família e, portanto, as empresas eram obrigadas a ter creches, escolas, enfim, as infra-estruturas para ter a família completa. Resultado, cada serviçal de Cabo Verde, além de render muito menos, tinha encargos complementares maiores. Como sabe, as empresas eram obrigadas a entregar, aos trabalhadores, 50 por cento do vencimento, sendo o restante depositado no Banco da sua terra de nascimento. Isto era fiscalizado pela Curadoria e não se podia fazer aí falcatrua absolutamente nenhuma, porque os roceiros denunciavam-se entre si.

MS/JRP – *A concorrência direccionava-os portanto para a legalidade.*

MF – Em princípio sim. Com algumas liberdades muito próprias dos meios pequenos. Era curiosa a reunião aos domingos de manhã no café do Heitor (onde hoje estão as novas instalações do Banco), à sombra do castanheiro de Fernando Pó que ali havia. Ali se davam e recebiam as novidades que corriam rapidamente a ilha e se criticavam tudo e todos. Quando o mais antigo se levantava para sair, todos o imitavam. A crítica continuaria, mesmo daqueles que se ausentavam. Por exemplo, Tavares de Carvalho procurou nas suas plantações da Companhia Agrícola Ultramarina

continuar a fazer uma seleção dos melhores cacauzeiros para serem os melhores a base de plantações futuras. Mandou marcá-los com uma cinta branca; no café do Heitor na semana seguinte já se criticava a «irmandade branca» constituída pelo conjunto dos cacauzeiros marcados. Numa tarde de sábado no terreiro de Água Izé, tive uma discussão científica com Lains e Silva sobre os problemas da tecnologia do cacau que, pelo que ele dizia, eu conhecia menos bem. A conversa aqueceu na presença de alguns administradores ocasionalmente presentes. No domingo de manhã, quando fui ao Heitor com o Fonseca, já toda a gente sabia que eu dera uma «tareia» no Lains e Silva o que não era inteiramente correto pois não passou de uma discussão técnica, mas os administradores, como não gostavam muito dele, aproveitaram a oportunidade para o criticarem.

Quando ia a S. Tomé alguma personalidade considerada importante era de regra o Governador oferecer-lhe um jantar. Assim sucedeu comigo algumas vezes. O governador aproveitava então a oportunidade para estender o convite a personalidades importantes da administração, da agricultura e do comércio. Era interessante verificar que os convidados se iam juntando junto do Palácio e à hora marcada todos entravam em conjunto. E no fim do jantar, o mais categorizado dava o sinal e todos se retiravam ao mesmo tempo.

Os administradores sabiam que o governador pouco poderia intervir na gestão das propriedades. Todos sabiam que o governador estava ali em comissão e passados poucos anos era substituído por outro. Assim as suas orientações perdiam força. Por outro lado, alguns proprietários sedeados em Lisboa tinham poder político para pressionar o próprio Ministro. Anualmente o Conselho do

Governo tinha de aprovar o orçamento para o ano seguinte. Nesse Conselho tinham assento representantes dos roceiros. O orçamento pouco lhes dizia, era aprovado de forma quase automática. Um Governador, em certo Conselho, apresentou iniciativas que intervinham decisivamente na vida das empresas. O Fonseca, que estava em representação dos agricultores, contrariou a decisão. O governador ficou impressionado, disso deu conhecimento ao Conselho, «puxou pelos galões» e disse que na província quem mandava era ele o Governador. Segundo consta, o Fonseca retorquiu-lhe que estava há quase 40 anos na ilha, que por ela tinham passado nesse tempo vários governadores, intendentos e encarregados de governo, todos tinham vindo e partido ao fim de pouco tempo e ele lá continuava. Veja-se o «poder» que assumiam os roceiros.

A Agronomia Tropical hoje: “A África está cheia de cacos”.

MS/JRP – *Como avalia a actual investigação portuguesa em agronomia tropical?*

MF – Como sabe, eu estou jubilado desde 1998, após quase 45 anos de serviço. Os tempos são outros e de outros. Propositadamente, só muito raramente apareço na «minha escola» para cumprimentar os meus antigos colaboradores, a maioria que acompanhei desde o início das suas carreiras e que sempre me recebem com enorme carinho. Ajudo nalgumas dificuldades, porque eu dominei muitos aspectos a que eles hoje se não podem dedicar, porque os tempos são outros. E eu não quero emitir opiniões sobre as situações em que são eles a viver e a decidir. É uma questão de princípio que considero salutar.

Pensei a tempo que seria necessário criar estruturas dinâmicas e eficazes para mantermos ligações privilegiadas com os territórios de língua portuguesa que optaram pela independência e que estavam a ser assediados por outros países com projetos por eles financiados, como se a participação portuguesa durante a colonização fosse nula ou próximo disso. Para mim foi um dos maiores erros dos políticos não se estar atento a esta nova postura.

Os meios disponíveis no País em recursos humanos nesta área eram escassos, nem sempre coordenados. Não soube aproveitar os técnicos «retornados», muito dos quais se aposentaram quando muito ainda poderiam dar dos seus conhecimentos ou foram integrados em serviços públicos em funções diferentes. Aqueles foram por nós esquecidos mas os organismos internacionais, como a FAO, reconheceram os seus altos méritos e muitos deles foram chamados a missões que desempenharam muito bem, como tive oportunidade de saber nos Gabinetes da Organização quando me deslocava a Roma por altura das grandes reuniões desta instituição.

Pensei que seria útil para o país reunir estas pessoas e organismos dispersos numa mesma Organização, mais forte, sem ocasionalmente perderem o vínculo aos organismos colaborantes, como aliás tinham feito outros países europeus, cuja organização fui propositadamente estudar. Apresentei este programa, ainda em linhas gerais ao Ministro do Planeamento Prof. Valente de Oliveira que o abraçou e apoiou, me prometeu meios humanos e financiamentos para fazer um grande Centro de Investigação Agronómica Tropical que seria constituído por uma unidade em Portugal e por um Centro de Acolhimento numa região tropical onde se pudessem reali-

zar trabalhos dependentes da ecologia, se aperfeiçoasse a formação de quadros e se completasse a formação dos alunos de agronomia, silvicultura e veterinária tropicais. Assim nasceu o CIAT.

O ministro proporcionou-nos uma verba de 400 mil contos para a construção de infra-estruturas e compra de equipamento para completar o já existente nas entidades que se poderiam reunir e iriam trabalhar em conjunto.

As infra-estruturas foram criadas o material complementar também. Já o mesmo não sucedeu quanto à contratação de pessoal e financiamento para o funcionamento do Centro. As autoridades reconheceram que o Programa Ciência, pelo qual tinham sido concedidas aquelas verbas, não contemplava o financiamento de projetos de cooperação com as regiões tropicais. O ministro pensou então que este Centro deveria ser suportado pela cooperação portuguesa e nesse sentido se movimentou. A tomada de posições foi tardia e entretanto houve modificação na orientação superior com uma mudança de Governo. O Centro de Acolhimento que eu havia proposto seria em S. Tomé, pela diversidade de culturas que aí poderiam ser acompanhadas. O Governo entendeu que, por motivos políticos, deveria ser em Angola. O tempo passou, a instabilidade em Angola tornou impossível concretizar o projeto e entretanto o Governo mudou. Em missão que realizei ao Zaire foi-nos oferecida como Centro de Acolhimento a antiga Estação de Yamgambi, em plena bacia do Zaire, onde os belgas haviam realizado um trabalho notável, principalmente na palmeira dendém. O próprio embaixador do Zaire em Portugal se empenhou nesta ideia. O governo assim não entendeu. O CIAT ficou apenas com o pessoal que tinha, a maioria ainda na fase de formação e sem financiamentos.

Uma avaliação quantitativa não lhe foi favorável e nessa apreciação não tiveram em conta as dificuldades que se referem. Senti-me incompreendido, pelo que pedi a demissão de coordenador do Centro. Daí para o futuro nada quero acrescentar embora saiba que a ideia não morreu e tende a ser retomada, embora adaptada aos novos tempos.

MS/JRP – *Na sua opinião, pode ser recuperada essa oportunidade perdida?*

MF – Estamos num mercado muito competitivo em relação aos trópicos, mesmo hipercompetitivos. Temos que ter capacidade para criar equipas pluridisciplinares, com projectos globalizantes em que cada um, depois, trate daquilo que sabe. Só assim é que vamos vencer essa dificuldade, o que em Portugal é extremamente difícil. O país está cheio de capelinhas.

MS/JRP – *Deduz-se do que diz que a agricultura tropical terá uma grande expansão a curto prazo.*

MF – Hoje está-se a ‘atirar’ para o terceiro mundo cultivos de grande extensão. Só se colocam nos países ricos as culturas de altos rendimentos e que precisam de mercados próximos. Resta saber o efeito que terão no futuro essas culturas que nós estamos a aconselhar aos países tropicais. Se eles se tornarem capazes de produzir milho ou trigo – e nós estamos a incentivá-los a fazer – se eles serão capazes de competir com os Estados Unidos, com a Austrália ou com a China.

MS/JRP – *São os capitais dessas e de outras origens que se estão a aplicar na compra de terrenos em África.*

MF – Sim, mas depois só lhes vão deixar pedras. Proteger o deles e estragar

o dos outros. Os terrenos são baratos. Hoje em dia muitos capitalistas estão a investir nos países tropicais em culturas de exportação. Veja-se a soja, e também o girassol, a purgueira ou a palmeira do azeite, entre muitas outras. Conhecem-se (ou alguns conhecem) os resultados desastrosos das aplicações agrícolas de tecnologias das zonas temperadas às regiões tropicais quando se não tem em conta a ecologia. Ainda não saiu da cabeça de muitas pessoas o mito da fertilidade inesgotável dos solos tropicais. Os solos tropicais são geralmente pobres e instáveis, sujeitos a profundos problemas erosivos quando libertados da sua vegetação natural, exigindo cuidados muito especiais para o seu aproveitamento em cultura agrícola. E isso é o que os técnicos tropicais devem saber e os empresários também. Estamos a cair quase no tempo da *Tanganyika Concessions*.

MS/JRP – *E há “danos colaterais”?*

MF – Sim. Há lá muita terra que está em sistema de pousio há quarenta anos, que faz parte de comunidades, isto é, que não está desocupada mas sim sujeita a um sistema de agricultura determinado. Quando nós o vamos alterar, temos de saber como é que o alteramos. E eu pergunto, se nós formos lá desviar estas terras ocupadas, o que é que vão fazer os que lá estão, morrer de fome? Aqui defendo, de maneira absoluta, em primeiro lugar, pensar na segurança alimentar embora sem abandonar as culturas de exportação. Se esses países não exportarem, não têm divisas. Ou, pelo menos, um sistema complementar, é preciso manter as duas coisas. O Bruno Kreisky numa célebre conferência que deu, dizia que o tempo das ajudas com sacos de trigo acabou. Hoje o que é preciso é dar charruas, adubos e sementes, isto é, ensinar-lhes a

tirar partido dos seus próprios recursos. É uma questão de política.

MS/JRP – *Não lhe parece que o processo de ocupação de terras já começou durante a época colonial?*

MF – Nós fomos ocupar as terras deles, fazer colonatos na Chela, no Limpopo, etc., fazendo sempre as mesmas asneiras. As ajudas alimentares são um processo que os países ricos fizeram para se desfazer dos excedentes. Nada tem que ver com caridade, nem nada com ajuda ao terceiro mundo. Se se fizer um projecto para desenvolvimento, por exemplo no Ghana, e esse projecto for calculado em cem milhões de euros, o que acontece? Feitas as contas ao que custa o técnico, o jipe (que se compra no país de origem), a casa pré-fabricada, a caneta, depois o

lápiz, etc, os técnicos chegam à conclusão de que o projecto é viável; é financiado e vai-se para o terreno desenvolvê-lo. O projecto dura um, dois ou três anos... enquanto há dinheiro do exterior. No dia em que não há dinheiro, os técnicos que lá estavam voltam aos respectivos países e as coisas continuam como estavam. O que fica é a barraca e mais nada. E como não integraram os técnicos de lá e nem antecipadamente garantiram que iam continuar estes projectos, no fim fica tudo na mesma... a África está cheia de cacos. São raros os projectos que se conseguem reproduzir. A população rural africana vem para a cidade, onde consegue obter alimento. Os que saem do campo, nunca mais para lá voltam. Assim, o país ficou mais pobre. Entretanto habituou-se ao pão de trigo americano e já não quer pão de mandioca.



África em debate

Poderes e identidades

CM

RCM

⌘

⌘

19

20

21

22

A

⌘

MF

M⌘i

23

24

25

26

A^s

C-

BH D

⌘ I

27

28

29

30

31

M⌘M⌘

D⁻¹

M⌘

VJP

32

33

34

35

M⌘i

W

IM

CM

36

37

38

39

A

PAD

LAO

OVI

12

40

41

42

43

Esclavagistas e respectivas marcas e monogramas, gravados a fogo, faca e tesoura

Adriano Parreira*

p. 173-209

Abstracto

Este trabalho, sob a temática das marcas e monogramas utilizados pelos escravagistas para assinalarem a sua propriedade, visa chamar a atenção para a importância da criação de um banco de dados informático sobre a escravatura e o tráfico de escravos Africanos, que englobe as suas mais diversas vertentes: social, política, cultural e económica, tanto em África como na sua diáspora. Se esta nossa pretensão se afigura ambiciosa, ela é todavia perfeitamente realizável, uma vez que os meios actualmente ao alcance dos investigadores, nomeadamente os desenvolvidos pelas novas tecnologias, são cada vez mais poderosos e acessíveis.

Como resultado do processamento da informação, que tem por base documental¹ o mesmo acervo a que recorremos para a produção de um artigo recentemente publicado², elaborámos 5 mapas estatísticos, que estabelecem, para cada distrito, a relação percentual entre os dados relativos aos escravos, aos proprietários e às marcas e monogramas. Foram também produzidas 4 listagens, correspondentes aos distritos angolanos do Ambriz, Golungo-Alto, Libongo e Talamungongo, cada uma contendo os registos dos nomes dos escravagistas, dos seus locais de residência e das marcas e monogramas³, gravados por queimadura com ferro em brasa, ou por cortes feitos com faca ou tesoura, nos braços, ombros, costas e peitos dos escravos, a fim de assinalarem a sua propriedade. No caso do Libongo, foi ainda possível incluir mais

* Academia Portuguesa da História / Centro de Estudos Africanos - Universidade do Porto.
¹ Os 4 (quatro) livros de registos de escravos datados de 1855, que correspondem aos distritos angolanos do Ambriz, Golungo-Alto, Libongo e Talamungongo, resultam de um inquérito ordenado pelo Governo de Portugal, em obediência ao Decreto de 14 de Dezembro de 1854, Título 1.º, Artigos 1.º, 2.º e 3.º, e do Regulamento de 25 de Outubro de 1853, Artigo 7.º, que foram publicados, respectivamente, nos Diários do Governo n.º 305/1854 e 281/1853. Tivemos então a oportunidade de anotar, que o acervo documental acima referido, permitiu-nos identificar 4 923 registos, que se constituíram na informação processada e catalogada em 103 383 entradas.
² Parreira, Adriano (2011) "Quatro livros de registos de escravos - Angola (1855): Ambriz - Golungo Alto - Libongo - Tala Mugongo", in *Revista Africana Studia*, n.º 15, Porto: Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto.
³ A terminologia usada era a seguinte: carimbo no peito direito/ carimbo no peito esquerdo/ carimbo nas costas/ carimbo nas pernas/ carimbo nos braços/ cicatriz de fogo/ marca com cachimbo/ marca de faca/ marca de queimadura/ marca de tesoura/ marca que mal se apercebe/ marca e não cicatriz/ marca que mal se conhece/ marca que não se conhece/ marca pouco distinta/ marca pouco visível/ marca quase apagada/ marca que não se percebe/ não se conhece sinal de marca.

duas colunas, uma que se refere às alcunhas dos escravagistas, e uma outra que discrimina o bairro de residência dos mesmos. Depois de catalogados e devidamente numerados, reproduzimos os desenhos das marcas e dos monogramas diferenciados dos escravagistas, que constam nos quatro inquéritos, a fim de se poder verificar a sua correspondência nas respectivas listagens.

Mapa 1

N.º de registos de escravos completos, incompletos e perdidos⁴ em cada distrito.

	Ambriz	Golungo-Alto	Libongo	Talamugongo
n.º escravos recenseados:	378	1854	289	2989
registos completos:	227	1290	289	2769
registos incompletos:	109	156	-	83
registos perdidos:	42	408	-	137

Em todo o acervo, registámos um total de 651 marcas e monogramas, enquanto que o número de marcas e monogramas diferenciados foi de 245.

Mapa 2

N.º total de registos de marcas e monogramas e de marcas e monogramas diferenciados, por distrito.

	Ambriz	Golungo-Alto	Libongo	Talamugongo
Total:	32	235	2	379
Diferenciados:	28	52	2	163

Mapa 3

% do n.º total de marcas e monogramas e das marcas e monogramas diferenciados, em relação à soma dos registos de escravos completos e incompletos, por distrito.

	Ambriz	Golungo-Alto	Libongo	Talamugongo
Total	9,52%	16,25%	0,69%	13,30%
Diferenciados	8,33%	3,59%	0,69%	5,72%

Mapa 4

N.º de escravagistas e sua % em relação à soma dos registos de escravos completos e incompletos, por distrito.

Ambriz	Golungo-Alto	Libongo	Talamugongo
36 (10,7%)	391 (26,3%)	103 (35,6%)	416 (14,6%)

⁴ Os registos perdidos são, neste caso, os que se encontravam nas folhas mutiladas e omissas dos livros.

Mapa 5

% do n.º total de marcas e monogramas e do n.º de marcas e monogramas diferenciados, em relação ao n.º de escravagistas, por distrito.

	Ambriz	Golungo-Alto	Libongo	Talamugongo
Total:	88,9%	60,1%	1,94%	91,1%
Diferenciados:	77,8%	13,3%	1,94%	39,2%

Listagem por distrito do nome dos escravagistas, seus locais de residência e suas marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura⁵.

AMBRIZ

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
António Dias Ramos	Mbrije	8, 15
António José da Costa Lima	Mbrije	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9
António José Gomes Moreira	Mbrije	
António Maria da Costa Monteiro	Musesa	27
César Ytier	Mbrije	x ⁽ⁱ⁾ , 25
Custódio José Pinto Aires	Mbrije	
Domingos de Castro ⁽²⁾		
Francisco António Flores	Luanda	9, 10, 11, 12
Francisco Caetano da Silva Júnior	Mbrije	24
Francisco Rodrigues de Castro	Luanda	
João Guilherme Ferreira	Mbrije	
Joaquim Domingos ⁽²⁾		
Joaquim Manuel Pereira	Mbrije	13, 14
José António da Fonseca Costa	Rio Zaire	
José António da Silva	Mbrije	
José Batista d'Andrade	Mbrije	
José da Silva Vasques	Mbrije	20
José Emitério Franco	Mbrije	26
José Leopoldo Peixoto		
José Maria Ferreira	Rio Zaire	
José Maria Junqueira	Lisboa	23

⁵ Todas as listagens estão devidamente anotadas (Notas):

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Luís António de Freitas	Luanda	21
Luís António Ferreira Reis	Mbrije	15, 16, 17, 18
Luís José Mendes ⁽²⁾		
Manuel António de Magalhães e Silva	Luanda	19
Manuel António Pinto	Rio Zaire	
Manuel Baptista Duarte	Luanda	22
Manuel Batista Duarte	Luanda	
Manuel de Medeiros	Soto de ? ⁽³⁾	
Manuel Joaquim	Musesa	
Manuel José de Lima ⁽²⁾		
Manuel Mariano Macedo	Mbrije	
Maria Guilhermina Marques	Mbrije	
Pedro Francisco da Silva	Luanda	
Rodrigo da Cunha Pinto Balsemão	-	

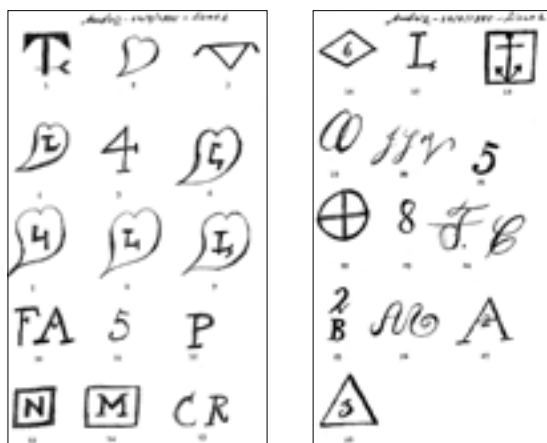
Notas:

Devido à ausência da respectiva folha no livro, por mutilação da mesma, não foi possível associar a propriedade às marcas 27 e 28.

⁽¹⁾ Marca não especificada, ou designada *anéis de tesoura* no registo, gravada num ou nos dois braços, peitos, ombros ou “lados”.

⁽²⁾ Soldado.

⁽³⁾ Palavra parcial ou totalmente em falta, seja pela mutilação de folhas do registo, ou por impossibilidade de transcrição, neste caso devido à ilegibilidade da letra, corrupção do papel ou/e ainda ao desmaio e ferrugem da tinta.

**Golungo-Alto**

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
? ⁽²⁾	? ⁽²⁾	x ⁽¹⁾ , 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
? ⁽²⁾	? ⁽²⁾	x ⁽¹⁾
? ⁽²⁾	? ⁽²⁾	52
? ⁽²⁾ D. ^a Genoveva de Lelb? ⁽²⁾ Prenson? ⁽²⁾	Kamilungu	x ⁽¹⁾ , 42, 43
? ⁽²⁾ Jorge A? ⁽²⁾ De Oliveira? ⁽²⁾	Kamilungu	42
Adão José Maria	Trombeta	x ⁽¹⁾
Afonso António Madeira	Kabunda	x ⁽¹⁾
Afonso Duarte	Kafuxi	x ⁽¹⁾
Agostinho António Sebastião	Kilombo Kyambala	
Agostinho Domingos	Kaluya	x ⁽¹⁾
Agostinho Faustino de Sousa	Gala Bumba	x ⁽¹⁾
Agostinho João dos Santos	Kayhau	
Alexandre Lourenço	Tembe	x ⁽¹⁾
Amaro da Costa Roboredo	Kabasa	
Ambrózio Domingos da Silva	Kabunda	x ⁽¹⁾
Ana de Carvalho e Menezes	Kamilungu	x ⁽¹⁾
Ana Domingos de Quintal	Bondo	x ⁽¹⁾
Ana João Lourenço	Kapoma	
Ana Juliana da Conceição Pereira? ⁽²⁾	Katembe	x ⁽¹⁾
André Cristóvão ? ⁽²⁾	Keta	x ⁽¹⁾
André Gomes do Nascimento	Kamilungu	
André Manuel	Kaluya	x ⁽¹⁾
André Manuel	Kaluya	
André Ribeiro da Costa	Zanga	30
Antónia Simão	Kyambambe	
António Augusto Soares	Ngola Ngimbe	x ⁽¹⁾ , 48
António André	Baihala	
António Bento	Kabunda	x ⁽¹⁾
António Cristóvão	Kaluya	
António da Mata e Silva	Katembe	10

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
António da Silva Kapelenibangi	Kaberiy	x ⁽ⁱ⁾
António do Canto e Castro ⁽³⁾	Golungo Alto	
António Domingos	Musenge	
António Domingos	Kabunda	x ⁽ⁱ⁾
António Domingos dos Santos	Ngongembo	
António Fernandes da Silva	Alusenke	x ⁽ⁱ⁾
António Fernando? ⁽²⁾	Kazalu	
António Francisco d'Andrade	Mukuzo	
António Francisco	Kazelo	
António Francisco Fernandes	Kavanga	x ⁽ⁱ⁾
António Francisco Vieira	Kamilunga	
António Garcia Cardoso	Kaberiy? ⁽²⁾	
António Gaspar	Karyata? ⁽²⁾	
António Gomes	Murya	x ⁽ⁱ⁾
António Gonçalves ? ⁽²⁾ Pinheiro ? ⁽²⁾	Kandongo	
António João d? ⁽²⁾	Kabunda	x ⁽ⁱ⁾
António João Dias	Ponzo	
António João dos Santos	Sanji	x ⁽ⁱ⁾
António Lopes de Sequeira	Kangombe	x ⁽ⁱ⁾
António Luís Dias	Katanda	
António Manuel	Kaluya	x ⁽ⁱ⁾
António Manuel	Kamunze	x ⁽ⁱ⁾
António Manuel	Kaluya	
António Manuel	Karyata	
António Manuel	Kaluya	
António Manuel da Costa	Katembe	
António Manuel da Costa	Tariy	x ⁽ⁱ⁾
António Manuel da Costa	Katembe	
António Manuel Francisco ⁽⁷⁾	Gizu	x ⁽ⁱ⁾
António Manuel Gomes	Musenge	x ⁽ⁱ⁾
António Mateus	Dombo	

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
António Mateus	Musenge	x ⁽ⁱ⁾
António Mendes Machado	Kilombo	x ⁽ⁱ⁾
António Paulo Domingos de Abreu	Kaxilu	
António Paulo Fernandes	Kabunda	
António Pedro	Lunga	
António Pedro	Kasondama	x ⁽ⁱ⁾
António Pedro Lopes de Siqueira	Kitungo	x ⁽ⁱ⁾
António Pedro Gomes	Tembe	x ⁽ⁱ⁾
António Pereira	Kabunda	x ⁽ⁱ⁾
António Pereira	Tobo	x ⁽ⁱ⁾
António Pereira da Cruz	Kapemongwa	x ⁽ⁱ⁾
António Salvador	Kakulu Kahaji	
António Sebastião	Mbongo Akitamba	
António Sebastião Fernandes	Murya	x ⁽ⁱ⁾
António Sebastião Machado	Tobo	
António Vaz	Mbongo Anambwa	
António Vicente da ? ⁽²⁾ Pereira	Kasanji	
Artur de Barros? ⁽²⁾	Kaluya	
Bartolomeu Francisco	Kamilungu	x ⁽ⁱ⁾
Bartolomeu António Pereira	Kabunda	x ⁽ⁱ⁾
Bartolomeu Jacinto da Costa	Kilombo	x ⁽ⁱ⁾ , 49
Bartolomeu João	Kifuxi	
Bartolomeu Luís	Kantuma	x ⁽ⁱ⁾
Bento Cristóvão	Mukenla	x ⁽ⁱ⁾
Bernardo Pedro	Kabunda	x ⁽ⁱ⁾
Branca Manuel Mateus	Kaluya	x ⁽ⁱ⁾
Branca Sebastião	Ngola Mbumba	
Casal de Francisco Tomé de Araújo	Kwango	x ⁽ⁱ⁾ , 40
Casal do Major José Fragozo	? ⁽²⁾	17
Catarina António Francisco	Kipuku	
Catarina de ? ⁽²⁾	Kakonda	x ⁽ⁱ⁾

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Catarina Francisco Miguel	Ki? ⁽²⁾	
Clara António Ferreira	Kaberiy? ⁽²⁾	
Cristóvão Vaz de Azevedo	Mbongo Akitamba	
D. Diogo Manuel Rodrigues da Costa ⁽⁴⁾	Mbongo Akitamba	x ⁽ⁱ⁾
D. Domingos Luís de Lemos ⁽⁵⁾	Mbongo Akitamba	
D. Francisco Ambrósio ⁽⁵⁾	Soba Kyabale	
D. Genoveva de Leib? ⁽²⁾ Prenson? ⁽²⁾ ⁽⁵⁾	Kamilungu	
D. Manuel da Costa Xibante ⁽⁵⁾	Kilombo	51
D. Miguel Manuel ⁽⁵⁾	Mbongo Akitamba	
D. Paulo António dos Santos ⁽⁶⁾	Kabanga Kakalunga	x ⁽ⁱ⁾
D ^a Antónia Pereira Bravo	Kaxilu	18
D ^a Josefa Caetana Lourenço	Kanakulo	x ⁽ⁱ⁾ , 12
Damião Fra? ⁽²⁾	Kibulu	
David Francisco Rodrigues da Costa	Mbongo Akitamba	x ⁽ⁱ⁾
Diogo Gaspar	Kabunda	
Diogo Miguel	Nbaxi	
Diogo Simão	Lwangu	x ⁽ⁱ⁾
Domingos Akingoje	Kabasa	
Domingos Ambrósio	Kabunda	x ⁽ⁱ⁾
Domingos António	Kaxilu	
Domingos Bernardo Ribeiro	Kanaulo	
Domingos Caetano de Quintal	Kamunze	
Domingos da Purificação Pereira Bravo	Bondo	x ⁽ⁱ⁾
Domingos da Silva	Kaxilu	
Domingos Fernandes	Panzo	
Domingos Gaspar	Kabasa	
Domingos João	Mukakisombe	
Domingos João	Musenge	
Domingos João da Silva	Mbongo Akitamba	x ⁽ⁱ⁾
Domingos José	Kyabale	
Domingos Manuel ? ⁽²⁾	Kambondo	x ⁽ⁱ⁾

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Domingos Manuel Correia	Ngola Ngimbi	x ⁽ⁱ⁾
Domingos Miguel	Keta	x ⁽ⁱ⁾
Domingos Pedro	Katende	
Domingos Pedro Ferreira	Mupinge	
Domingos Purificação Pereira Bravo	? ⁽²⁾	13
Domingos Purificação Pereira Bravo	? ⁽²⁾	x ⁽ⁱ⁾
Domingos Sebastião	Kabanga	x ⁽ⁱ⁾
Domingos Vaz de Azevedo	Mupeleji	x ⁽ⁱ⁾
Engrácia Matias ? ⁽²⁾ De Azevedo	Kakanga	
Esperança a Ndumba	Kamilungu	
Esperança Bento	Ndele	x ⁽ⁱ⁾
Feliciano ? ⁽²⁾ de ? ⁽²⁾	Ngola Ngimba	
Feliciano Mendes Thorino	Pekele	
Félix Manuel Bernardo	Kabula	x ⁽ⁱ⁾
Fernando da Silva Gomes	3. ^a Divisão	
Filipe António	Kanye	x ⁽ⁱ⁾
Filipe Fernandes Marques	Kaluya	x ⁽ⁱ⁾
Filipe Vaz de Azevedo	Ndele	
Francisco Ambrósio	Beza	x ⁽ⁱ⁾
Francisco António	Mbongo Akitamba	x ⁽ⁱ⁾
Francisco António	Kibula	
Francisco António	Mbongo Akitamba	x ⁽ⁱ⁾
Francisco António Pito do Amaral	Kamilungu	27
Francisco Borges Madureira	Kyambambe	x ⁽ⁱ⁾ , 29
Francisco Correia	Daisari? ⁽²⁾	
Francisco da Silva Vieira	Ngamba	
Francisco Dias	Kabanga	
Francisco Domingos	Mbongo Akitamba	45
Francisco Domingos	Mbongo Akitamba	x ⁽ⁱ⁾
Francisco Domingos	Musenge	
Francisco dos Santos	? ⁽²⁾	x ⁽ⁱ⁾

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Francisco Gomes de ? ⁽²⁾	Kabanga	x ⁽¹⁾
Francisco Gonçalves dos Santos	Katanda	x ⁽¹⁾
Francisco Gonçalo	Kyabale	
Francisco Gonçalves de Quintal	Ngola Ngimbe	
Francisco Jacinto	Bondo	x ⁽¹⁾
Francisco Jerónimo dos Santos	Kilulu	
Francisco João Gomes	Sala Kalanga	
Francisco José	Kyabale	
Francisco José Maria? ⁽²⁾ Dos Santos	Trombeta	
Francisco José Santos	3.ª Divisão	x ⁽¹⁾
Francisco Machado	Kapamba	
Francisco Mateus	Kitungo	
Francisco Momwya da Silva	Mukuzo	
Francisco Nunes de Carvalho	Ndele	x ⁽¹⁾
Francisco Paulo Madeira Bolhgo? ⁽²⁾	Kilwanji	
Francisco Pedro	Kaxilu	x ⁽¹⁾
Francisco Pereira Tavira? ⁽²⁾	Kibuku	x ⁽¹⁾
Francisco Sebastião	? ⁽²⁾	x ⁽¹⁾
Francisco Sebastião	Mbongo Akitamba	
Francisco Sebastião de Sousa	Tanque? ⁽²⁾	
Francisco Sebastião Fernandes	3.ª Divisão	
Francisco Vás de Azevedo	Kilwanji	x ⁽¹⁾
Francisco Viana dos Santos	Karyata? ⁽²⁾	
Francisco Vicente	Bondo	
Franciso Borges Madureira	Kyambambe	x ⁽¹⁾
Franciso Pedro	Kaxilu	
G? ⁽²⁾ Maria da Cunha	Sanji	x ⁽¹⁾ , 14, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39
Garcia Lopes de Sequeira	Mbongo Akitamba	
Gaspar Manuel	Mbongo Akitamba	
Genoveva de Leib? ⁽²⁾ Prenson? ⁽²⁾	Kamilungu	
Genoveva Nunes Gomes	Kamilungu	9, 25, 26

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Gertrudes Francisco	Kambondo	
Gonçalo Ambrósio	Beza	x ⁽¹⁾
Gonçalo Gregório da Silva	Kabuuy	
Herdeiros de João Monteiro da Fonseca	Kilwanji	x ⁽¹⁾
Herdeiros de Simão Sebastião Machado	Tobo	x ⁽¹⁾
Herdeiros Zacarias da Mata e Silva	Katembe	
Inéas Vaz de Pina	Kandombe	
Inês Ribeiro de Abreu	Kakonda	
Isabel Francisco	Kamilungu	x ⁽¹⁾
Isabel Simão Pegado	Murya	x ⁽¹⁾
Jacinto João	Kwela	
Jerónimo António	Kilwanji	
Jerónimo Dias	Kihonjo	
Jerónimo João	Kabasa	
Jerónimo Manuel Francisco	Golungo Alto	
Jerónimo Madeira	Mutera	x ⁽¹⁾
Jerónimo Mateus da Silva	Mbongo Akitamba	x ⁽¹⁾
Joana Xavier	Kaluya	x ⁽¹⁾
João Perro? ⁽²⁾ de Barros	Musenge	
João Agostinho	Kamilungu	45
João António	Kabunda	
João António da Costa	Kaisari	
João Bartolomeu	Lunga	x ⁽¹⁾
João Borges de Matos	Kamame	31
João Cardoso Andrade	Golungo Alto	
João da Costa	Kiminga	
João da Costa Ca? ⁽²⁾	Ngala Mbumba	x ⁽¹⁾
João da Costa Roboredo	Mata	
João da Silva Saldanha	Soari ? ⁽²⁾	x ⁽¹⁾ , 28
João Diogo	Kaisari	
João Domingos Fernandes	Kibuba	

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
João Faustino de Azevedo	Kabanga	
João Francisco	Xiriy	
João Francisco	Sítio Muke	
João Francisco Patrulha	Kilombo	
João Gaspar	Mike	x ⁽¹⁾
João Gaspar	Kabunda	
João Lopes Teixeira	Kakulu Kahaji	
João Luis	Kibula	
João Manuel	Kabunda	
João Manuel da Costa Monteiro	Nbaxi	x ⁽¹⁾
João Manuel Saldanha	Kikunzu	x ⁽¹⁾
João Mateus Vandunem	Karyata? ⁽²⁾	x ⁽¹⁾
João Matias de Lemos	Kabunda	
João Maurício	Lembo	
João Mendes Machado	3ª Divisão	
João Mendes Thorino	Pekele	x ⁽¹⁾
João Nunes de Carvalho	Kipaka	x ⁽¹⁾
João Pascoal	Kahula	
João Pedro Miguel	Ndala Gando	
João Sebastião	Daisari? ⁽²⁾	
João Sebastião	Kar? ⁽²⁾	x ⁽¹⁾
João Sebastião	Daisari? ⁽²⁾	
João Vaz de Pina	Musenge	
Joaquim Germano	Kapapa	
Joaquim Aurélio de Oliveira	Katembe	42
Joaquim Giraldo do Amaral	Kamilungu	x ⁽¹⁾ , 21, 22, 23, 24
Joaquim Pereira Bravo	Sanji	
Joaquim Rodrigues Graça	Monte Alegre	2
Jorge A? ⁽²⁾ de Oliveira	Kamilungu	x ⁽¹⁾ , 42
Jorge Pegado	Kabula	
José Agostinho	Mbongo Akitamba	

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
José Baptista Vaz de Azevedo	Ndele	
José Félix Machado Pereira dos Santos	Kaxitu	
José Francisco	Kimbongo	x ⁽¹⁾
José Gomes	Kasonde	x ⁽¹⁾
José João	Mbongo Akitamba	
José Manuel	Ngola Ngimba	
José Paulo	Mbongo Akitamba	
José Pedro	Kabunda	x ⁽¹⁾
José Sebastião Machado	Mbongo Akitamba	
Justina Pereira	Kandongo	x ⁽¹⁾
Kambenza Kakilembo	Mbongo Akitamba	
Kambenza Kakilembo	Mbongo Akitamba	50
Leitão Mateus da ? ⁽²⁾ ? ⁽²⁾	Kabanga	
Lourenço Agostinho	Mbongo Akitamba	
Lourenço Manuel	Keta	x ⁽¹⁾
Lucas Lopes Teixeira	Kabanje	x ⁽¹⁾
Luxinga António	Kamilungu	x ⁽¹⁾
Lucrecia Lourenço ? ⁽²⁾ ? ⁽²⁾ da Mota	Kamilungu	
Luís Agostinho	Ngengembe	x ⁽¹⁾
Luís Agostinho	Ngengembe	
Luís Domingos	Ngola Ngimba	
Luís João	Kabonda	
Luís Mateus Ribeiro	Mbongo Akitamba	
Luís Sebastião	Musenge	x ⁽¹⁾
Luís Sebastião Francisco	Kamilungu	x ⁽¹⁾
Luís Manuel	Kaluya	
Luxinga António	Kamilungu	x ⁽¹⁾
Luzia Costa	Kabunda	x ⁽¹⁾
Madalena Diogo	Kandombe	
Madalena Francisco	Mbongo Akitamba	
Madalena Lourenço	Mbongo Akitamba	

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Madalena Mateus	Mbongo Akitamba	
Mano Diogo	Xiriy	
Manuel ? ⁽²⁾	Katende	
Manuel ? ⁽²⁾	Katende	47
Manuel ? ⁽²⁾ D'Andrade	Mukuzo	x ⁽ⁱ⁾
Manuel ? ⁽²⁾ De Castro	Muriz	
Manuel António Fernandes	Kamilungu	x ⁽ⁱ⁾
Manuel António Sebastião	Karyata	x ⁽ⁱ⁾
Manuel Antunes Pereira	Muya	x ⁽ⁱ⁾
Manuel Caetano Correia	Kamakulu	x ⁽ⁱ⁾ , 9, 10, 11
Manuel Cesário de Jesus	Kaleuma	x ⁽ⁱ⁾
Manuel Correia? ⁽²⁾ Gomes? ⁽²⁾	Kamilungu	x ⁽ⁱ⁾
Manuel Diogo	Kaberyi	45
Manuel Domingos	Kaxilu	x ⁽ⁱ⁾
Manuel Domingos	Ngola Ngimbe	
Manuel Francisco	Katende	
Manuel Francisco d'Andrade	Mukuzo	
Manuel Francisco de Sousa	? ⁽²⁾	x ⁽ⁱ⁾
Manuel Francisco da Silva	Kaluya	x ⁽ⁱ⁾
Manuel Francisco da Silva	Kaluya	
Manuel João	Musenge	x ⁽ⁱ⁾
Manuel João da Silva	Bumba	
Manuel Mateus	Kasanga	
Manuel Mateus Ferreira	? ⁽²⁾	
Manuel Mateus Pegado? ⁽²⁾ Souto? ⁽²⁾	Umbakata	
Manuel Pedro Ferreira	Keta	x ⁽ⁱ⁾
Manuel Pereira Barbosa Júnior	Kamilungu	
Manuel Pereira Bravo de Almeida	Konxe	x ⁽ⁱ⁾
Manuel Pereira da Silva ⁽⁸⁾	Golungo Alto	
Manuel Pereira dos Santos Vandunem	Luanda	
Manuel Sebastião	Kilambo	x ⁽ⁱ⁾

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Manuel Sebastião	Mukuzo	
Manuel Sebastião Fernandes? ⁽²⁾	Kitungu	x ⁽ⁱ⁾
Manuel Soares	Kyabala ? ⁽²⁾	x ⁽ⁱ⁾
Manuel Vaz de Azevedo	Kabanga	x ⁽ⁱ⁾
Manuel Vaz	Ngala Mbumba	x ⁽ⁱ⁾
Maralla Paulo Fernandes	Kamilungu	
Marcela Sebastião	Kixikila	x ⁽ⁱ⁾
Marcos Mateus	Mukuzo	x ⁽ⁱ⁾
Marcos Pereira Bravo dos Santos	Zanga	x ⁽ⁱ⁾ , 12, 14, 15
Marcos Pereira Bravo Júnior	Bondo	x ⁽ⁱ⁾ , 14
Margarida Jº Bartolomeu	3.ª Divisão	
Margarida Simão	Murya	x ⁽ⁱ⁾
Maria António Anes	Sanji	x ⁽ⁱ⁾
Maria António Anes	Sanji	x ⁽ⁱ⁾ , 16, 17
Maria daa Conceição Ferreira	Kamilungu	x ⁽ⁱ⁾ , 44
Maria Francisco Xavier	Kabanga	x ⁽ⁱ⁾
Maria João Bondo	Bondo	
Maria Manuel	Kamilungu	20
Maria Pires Fernandes	Bondo	x ⁽ⁱ⁾
Mariana José	Sanji	
Mateus ? ⁽²⁾ Gomes	3.ª Divisão	
Mateus António	Makoko	
Mateus da Silva	Kaluya	x ⁽ⁱ⁾
Mateus Diogo	Kanye	
Mateus Domingos	Kazanza	x ⁽ⁱ⁾
Mateus Francisco Vieira	Kambwanga	x ⁽ⁱ⁾
Mateus Grão	Kanye	x ⁽ⁱ⁾
Mateus João	Kamilungu	x ⁽ⁱ⁾
Mateus João da Costa	Mbongo Akitamba	
Mateus Lourenço Gomes	Pombe	x ⁽ⁱ⁾
Mateus Manuel	Mbongo Akitamba	

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Mateus Manuel	Keta	
Mateus Sebastião	Mupenje	x ⁽ⁱ⁾
Mateus Sebastião Gomes	Tanque? ⁽²⁾	
Matias Domingos	Dalezia? ⁽²⁾	
Matias Ribeiro? ⁽²⁾ da Silva	Dalezia? ⁽²⁾	x ⁽ⁱ⁾
Matias Vaz de Pina	Bondo	
Miguel António	Kilumbu	x ⁽ⁱ⁾
Miguel Bernardo da Costa	Mbongo Akitamba	
Miguel Damião Gomes	Kaxilu	
Miguel João	Kalunda	x ⁽ⁱ⁾
Miguel Pedro	Kaxilu	x ⁽ⁱ⁾
O Estado de Bongo Akitamba	Mbongo Akitamba	x ⁽ⁱ⁾
O Estado de Kabanga Kakalunga	Kabanga Kakalunga	x ⁽ⁱ⁾
Paulo Domingos	3.ª Divisão	
Paulo Fernandes	3.ª Divisão	
Paulo Fernandes Moniz	Keta	x ⁽ⁱ⁾
Paulo Francisco Xavier ⁽⁹⁾	Kaxilu	
Pedro António	Mwengu	
Pedro António Duarte	Kwango	x ⁽ⁱ⁾ , 41
Pedro Domingos	Dalezia? ⁽²⁾	x ⁽ⁱ⁾
Pedro Fernandes dos Santos	Gala Bumba	
Pedro Ferreira	Kipumba	
Pedro Manuel	Konxe	x ⁽ⁱ⁾
Pedro Pegado	Katemo	
Pedro Xavier Pereira Depósito	Kabanga	
Pedro Lourenço	Kabunda	
Rafael Correia da Rocha? ⁽²⁾	Kazondo	x ⁽ⁱ⁾
Rufino de Carvalho Menezes	Kamilunga	x ⁽ⁱ⁾ , 19
Salvador Sebastião	Kaxinji	
Salvador Teixeira	Kakulu Kahaji	x ⁽ⁱ⁾
Sebastião ? ⁽²⁾	Mbongo Akitamba	

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Sebastião Agostinho de Sá	Kamilungu	
Sebastião António	Kaluya	
Sebastião da Silva	Kipumba	
Sebastião Gaspar	Kyabale	x ⁽ⁱ⁾
Sebastião João	Kongo	x ⁽ⁱ⁾
Sebastião Manuel	Kakuvu	x ⁽ⁱ⁾
Sebastião Mateus	Mbongo Akitamba	
Sebastião Mateus da Silva	Kaisari	
Sebastião Pedro da Costa	Kitungu	
Sebastião Pedro? ⁽²⁾ da Costa	Kilwanji	x ⁽ⁱ⁾
Sebastião Roiz de Mendonça	Katempa	x ⁽ⁱ⁾ , 45, 46
Serafina Momwya da Silva	Mukuzo	x ⁽ⁱ⁾
Simão Estevão	Ixiya Biluka	x ⁽ⁱ⁾
Simão Gaspar	Kanaulo	
Suzana Mateus	Mbongo Akitamba	
Tomás Fernandes Sardinha	Kasonde	
Vitória Simão António	Beta	x ⁽ⁱ⁾

Notas:

⁽¹⁾ Marca não especificada, ou designada *anéis de tesoura* no registo, gravada num ou nos dois braços, peitos, ombros ou "lados".

⁽²⁾ Palavra parcial ou totalmente em falta, seja pela mutilação de folhas do registo, ou por impossibilidade de transcrição, neste caso devido à ilegibilidade da letra, corrupção do papel ou/e ainda ao desmaio e ferrugem da tinta.

⁽³⁾ Chefe de Distrito, que assina este Livro: "*Termo de encerramento, Tem este Livro cento e vinte e quatro folhas que se achão numeradas e rubricado com o signal que uso Adelante no qual forão registrados mil oito centos cinquenta e quatro escravos tem no princípio termo de abertura por mim assignado. Aldeia de Golungo-alto 25 de Outubro de 1855. António de Canto e Castro, Chefe de Distrito*".

⁽⁴⁾ Soba de Mbango.

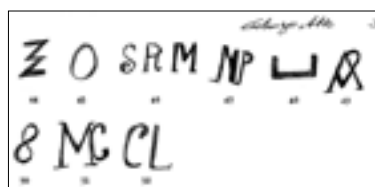
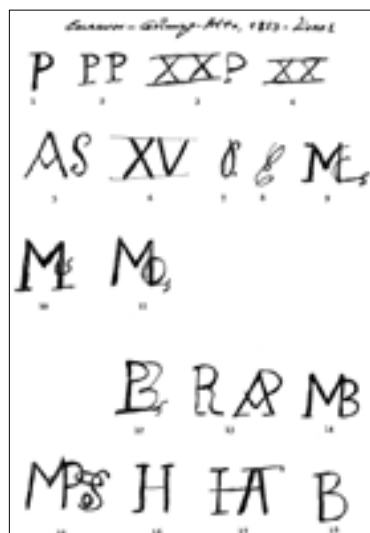
⁽⁵⁾ Soba.

⁽⁶⁾ Soba Kabanka Kakalunga.

⁽⁷⁾ Morador no Bairro Ngaloe.

⁽⁸⁾ Soldado da 3.ª Divisão.

⁽⁹⁾ Soldado da Companhia Móvel.



LIBONGO

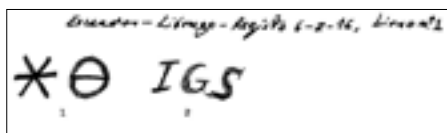
Nome do escravagista	Alcunha	Local de residência	Bairro	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Agostinho Garcia	Mwenesika	Libongo	Kikunga	
Agostinho Rodrigues	Jarandonga	Libongo	Kitomas	
André Pedro	Xanzambi	Libongo	Mukoko	
António Bernardo	Fumu a pemba	Libongo	Kikunga	
António de Sousa	Kamboke	Libongo	Kimwinji	
António Miguel	Doce	Libongo	Kiluis	
António Sebastião	Mukamwaputo	Libongo	Kimbaxi a kanga	
António Simão	Bebita	Libongo	Kimwinji	

Nome do escravagista	Alcunha	Local de residência	Bairro	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Baltazar da Fonseca do Amaral	Bonjongo	Libongo	Kitomas	
Bernardo Estêvão	Conge	Libongo	Kimbaxi a kanga	
Bernardo Manuel	Ngana ngombe	Libongo	Kikunga	
Catarina Domingos	Neolo	Libongo Lemba	Kimayo	
Catarina Garcia	Giza	Libongo	Kiluis	
Catarina Manuel	Zumba	Libongo	Kibaxi a kanga	
Catarina Simão	Ngola	Libongo Lemba	Kipulo	
Cristina Francisca	Muxinukala	Libongo	Kitomas	
Cristina Maria Rosa		Libongo	Kitomas	
Cristina Maria Rosa		Libongo	Kitomas	
Damião Manuel da Silva		Libongo	Kitomas	
Damião Mateus	Sediangene	Libongo Lemba	Kibalaxoze	
Diogo Agostinho	Maxila	Libongo	Kimwnji	
Diogo da Silva	Changembo	Libongo	Kimwinji	
Diogo Manuel	Waningabalama	Libongo	Kikunga	
Diogo Manuel	Monazau	Libongo	Kimwinji	
Domingas Antónia	Faenasobwa	Libongo	Kimbaxi a kanga	
Domingos João	Nova	Libongo	Kiluis	
Domingos Manuel	Luzembo	Libongo	Kiluis	
Domingos Sebastião	Guiza	Libongo Lemba	Kifuxi	
Filipa Manuel	Diavangilwa	Libongo	Kimwinji	
Filipa Manuel	Mahote	Libongo	Kipaxi	
Francisca Agostinha ⁽⁴⁾		Libongo	Kimwinji	
Francisco Cristóvão da Silva ⁽⁴⁾		Libongo	Kimwinji	
Francisco João Correia		Libongo	Kitomas	
Francisco Pedro	Mundele a kuku	Libongo	Kiluis	
Francisco Xavier Botelho Júnior		Libongo	Kikunga	
Garcia Francisco Bernardes	Pitra	Libongo	Kikunga	
Garcia Gregório	Bongo a mundele	Libongo Kabeng...	Kisuku	

Nome do escravagista	Alcunha	Local de residência	Bairro	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Garcia Pedro	Ngoya nokwa	Libongo	Kimbaxi a kanga	
Isabel André	Menga	Libongo	Kimbaxi a kanga	
Isabel João	Lubamba	Libongo	Kumbaxia a kanga	
Isabel João	Sabi	Libongo Lemba	Hianda	
Isabel João	Jonanga	Libongo	Kimbaxi a kanga	
Isabel João	Lubamba	Libongo	Kumbaxia a kanga	
Isabel João	Jonanga	Libongo	Kimbaxi a kanga	
Isabel Manuel	Luva	Libongo	Kiluis	
Joana Simão	Giza	Libongo	Kitomas	
João Domingos	Bonge	Libongo Lemba	Kimmanuel	
João Garcia	Bakamambo	Libongo	Kitomas	
João Manuel	Caicai	Libongo	Kiluis	
João Manuel da...	Gangayaka	Libongo	Kimwinji	
João Manuel de Santa Ana	Joanzambi	Libongo	Kimbaxi a kanga	
João Paulo	Yala	Libongo Indwe	Kipungi	
João Paulo	Baeta	Libongo	Kiluis	
José Gomes da Silva		Libongo	Kipaxi	2
José Joaquim Pereira de Lima		Libongo	Kitomas	
José Narciso Correia Júnior		Libongo	Kikunga	
Josefa Pedro ⁽¹⁾	Sabi	Libongo Lemba	Kikunga	
Lázaro José Maria ⁽¹⁾		Libongo	Kitomas	
Lucrecia Manuel	Kisonge	Masonge	Malenges	
Luzia Antónia	Giazahima	Libongo	Kikunga	
Manuel António	Mweneban-jakano	Libongo Indwe	Mukoko	
Manuel António	Mwenemipasa	Libongo	Kimwingi	

Nome do escravagista	Alcunha	Local de residência	Bairro	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Manuel da Silva Pereira		Libongo	Kimwinji	
Manuel João	Nemeso	Libongo	Kimwinji	
Manuel João Pedro ⁽¹⁾		Libongo	Kimwinji	
Manuel Paulo	Dembo	Libongo Lemba	Kibambuka	
Manuel Pedro	Lupa	Libongo Lemba	Kimmanuel	
Manuel Tomás	Warilexi	Libongo	Kitomas	
Marcela João	Mweneynda	Libongo	Kikunga	
Maria Francisca Rodrigues Guimarães		Libongo	Kitomas	
Maria Garcia	Kyahote	Libongo	Kimbaxi a kanga	
Maria Pedro	Mabangafua	Libongo	Kimbaxi a kanga	
Maria Salvador		Libongo	Kimbaxi a kanga	
Maria Xavier Botelho Neta		Libongo	Kikunga	
Mateus Manuel	Bongo	Libongo	Kiluis	
Mateus Pedro Militão	Fandebula	Libongo	Kimwinji	
Mateus Sebastião	Bonjongo	Libongo Lemba	Kimaria	
Miguel Clemente	Fundamento	Libongo	Kitonyi	
Pascoal João	Nebampa	Libongo	Kipaxi	
Pascoal João	Joanguri	Libongo Lemba	Kizwanexi	
Pascoal João da Silva	Fazenda	Libongo	Kitomas	
Paulo António	Babinote	Libongo	Kitomas	
Paulo João	Confissão	Libongo	Kimuleka	
Paulo Salvador	Povoa	Libongo	Kimbaxi a kanga	
Paulo Sebastião	Luzembo	Libongo	Kabengana	
Pedro Francisco	Barato	Libongo Lemba	Kibalaxoze	
Pedro Gregório	Nengiri	Libongo	Kipaxi	
Pedro João	Muximaria	Libongo		
Pedro João	Salve	Libongo	Kiluis	

Nome do escravagista	Alcunha	Local de residência	Bairro	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Pedro Manuel	Kunda	Libongo Indwe	Kipunga	
Pedro Miguel	Caniveite	Libongo	Kimbaxi a kanga	
Pedro Simão	Nemalo	Libongo Lemba	Kipelo	
Sabino José	Fandebula	Libongo Lemba	Kibambuka	
Sebastiana João	Nexamoyo	Libongo	Kitomas	
Sebastião Bernardo	Kalunga	Libongo	Kimbaxi a kanga	
Sebastião Domingos	Dong...	Libongo	Kiluis	
Sebastião Francisco	Bongokumesu	Libongo	Kimwinji	
Sebastião João	Nguri a mulembe	Libongo	Kimupungu	
Sebastião Manuel	Xanrama	Libongo	Kiluis	
Sebastião Mateus	Babinoite	Libongo	Kipáulo	
Simão Manuel Silva	Puluma	Libongo	Kitomas	
Vitória Cristóvão	Giza	Libongo	Kiluis	
Vitorino José Pereira ⁽²⁾		Libongo	Kitomas	1

Notas:⁽¹⁾ Morador de Luanda, negociante.⁽²⁾ Branco.**TALAMUNGONGO**

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
? ⁽¹⁾ Mendes do Nascimento Machado	Feira de Kasanji	85
Agostinho dos Santos Xavier	Feira de Kasanji	42, 44, 45, 47
Agostinho G? ⁽¹⁾ Gonçalves	Feira de Kasanji	
Agostinho Gaspar	Feira de Kasanji	

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Agostinho Manuel	Feira de Kasanji	18
Agostinho Manuel Damião	Feira de Kasanji	
Agostinho Pascoal	Feira de Kasanji	
Alexandre Francisco Gaspar	Feira de Kasanji	68
Amaro António dos Santos	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Amaro Miguel	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Amaro Miguel da Silva	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 127
Ana Gomes Maiato	Feira de Kasanji	
André Rêgo	Feira de Kasanji	
André de Sousa Santos e Conceição	Feira de Kasanji	
André Fernandes Gois	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
André João Berganha		x ⁽²⁾
André Manuel Gomes	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
André Ribeiro da Silva	Feira de Kasanji	
Antero Gomes de Miranda	Feira de Kasanji	7, 16
Anto ? ⁽¹⁾ Gonçalo		
Antónia Mendes Machado	Feira de Kasanji	
António ? ⁽¹⁾ Monteiro Bastos		107, 108
António Alexandre dos Santos	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 43
António André de Almeida	Feira de Kasanji	
António Bartolomeu Menir	Feira de Kasanji	
António Correia Lisboa	Feira de Kasanji	13
António Correia Xavier Leitão	Feira de Kasanji	47, 48, 49, 50, 51
António Cristóvão Dias Laureano	Feira de Kasanji	
António Cristóvão Rabelo	Feira de Kasanji	
António da Cruz	Feira de Kasanji	
António da Paixão Domingos	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
António de Oliveira e Silva	Feira de Kasanji	
António de Almeida	Bondo	x ⁽²⁾
António de Moraes Abreu Machado	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 7
António de Oliveira da Fonseca	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
António Domingos da Costa	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
António Domingos ? ⁽¹⁾ Fernandes	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
António Domingues Gonçalves	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
António Domingues Pereira	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
António dos Reis Castro	Feira de Kasanji	
António dos Santos Marques Carneiro	Feira de Kasanji	
António Fernandes de Sta Ana	Feira de Kasanji	
António Francisco	Bondo	
António Francisco Fernandes	Feira de Kasanji	
António Francisco Fernandes	Feira de Kasanji	
António Francisco Ferreira	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
António Francisco Pereira		
António Garcia	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
António Gomes de Carvalho	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
António Jerónimo de Araújo Ferreira	Feira de Kasanji	158, 159, 160, 161
António João	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
António João	Feira de Kasanji	
António João Manuel	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
António João Mateus	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
António João Paulo	Feira de Kasanji	
António José	Feira de Kasanji	6
António José Marinho	Feira de Kasanji	
António Júlio de Almeida Lima ⁽³⁾	Feira de Kasanji	
António Luís da Costa	Feira de Kasanji	4
António Luís de Magalhães	Feira de Kasanji	7
António Manuel	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
António Manuel da Costa	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
António Manuel dos Santos	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
António Manuel Fanhas	Feira de Kasanji	
António Marinho	Feira de Kasanji	
António Mendes ? ⁽⁴⁾ Machado	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 86, 87
António Mendes de Assumpção Machado	Feira de Kasanji	160, 162
António Miguel Fialho	Feira de Kasanji	
António Nunes da Costa	Feira de Kasanji	1, 4
António Pedro	Feira de Kasanji	

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
António Pedro da Costa	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
António Pedro Fernandes	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
António Pereira Lisboa Santos Ana	Feira de Kasanji	73, 74, 75
António Rodrigues Neves	Feira de Kasanji	20, 118
António Salvador da Silva	Feira de Kasanji	
António Vicente da Cunha Pereira	Feira de Kasanji	
Aquiles da Costa Lemos	Feira de Kasanji	
Baltazar Felgueiras Barros da Costa	Feira de Kasanji	99
Bartolomeu Fernandes Sardinha	Feira de Kasanji	69
Bernardo de Aragão Pessoa	Feira de Kasanji	
Bernardino José da Costa e Silva	Feira de Kasanji	13, 14
Catarina Fernandes do Nascimento	Feira de Kasanji	
Constantino Rodrigues Neto	Feira de Kasanji	
Cristóvão António da Silva	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Cristóvão António Fernandes	Feira de Kasanji	
Cristóvão Damião dos Santos	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 63, 70, 71
D. Marco Baptista de Albuquerque	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
D.ª Ana António dos Santos	Feira de Kasanji	
D.ª Ana Baptista de Albuquerque	Feira de Kasanji	
D.ª Ana Francisca Kamenya		x ⁽²⁾ , 103
D.ª Maria Pereira Regelo ? ⁽⁴⁾		25, 26
D.ª Teresa Maria da Conceição Vasconcelos	Feira de Kasanji	
Damião de Almeida Santos Carvalho	Feira de Kasanji	64, 65, 66, 67
Damião Manuel Pereira	Feira de Kasanji	
Diogo António da Silva	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Diogo Domingos de Melo	Feira de Kasanji	
Diogo Manuel Domingos	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Diogo Mateus	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Diogo Soares Ferreira	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Diogo Xavier Cardoso	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 19
Domingos ? ⁽⁴⁾	Feira de Kasanji	
Domingos ? ⁽⁴⁾ Fernandes	Feira de Kasanji	109

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Domingos ? ⁽¹⁾ Kusola	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 7, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117
Domingos Bernardo da Silva	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Domingos Correia Mendes	Feira de Kasanji	
Domingos da Conceição Pereira Bravo	Feira de Kasanji	
Domingos Fernandes Leitão	Feira de Kasanji	
Domingos Fernandes Makwakwa	Feira de Kasanji	131, 132, 133
Domingos Ferreira Júnior	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Domingos Filey ? ⁽¹⁾ Pereira	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Domingos Francisco	Feira de Kasanji	
Domingos Gonçalves de Oliveira	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Domingos João	Feira de Kasanji	
Domingos Manuel Pedro	Feira de Kasanji	35
Domingos Mateus Keripe	Feira de Kasanji	
Domingos Miguel Fernandes	Feira de Kasanji	
Domingos Rodrigues de Abreu	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Domingos Rodrigues de Andrade	Feira de Kasanji	80
Domingos António	Feira de Kasanji	
Domingues ? ⁽¹⁾ Ana de Moraes	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Escolástica Bezerra da Silva	Feira de Kasanji	
Esperança Gomes de Carvalho	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 84
Esperança Rodrigues da Costa e Melol	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Fernando Mendes Garcia	Feira de Kasanji	
Filipa Lourenço	Feira de Kasanji	
Francisco André da Silva	Bondo	x ⁽²⁾
Francisco António Cristóvão	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Francisco António da Silva	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Francisco António Domingos	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Francisco António dos Santos	Feira de Kasanji	
Francisco Bartolomeu Guedes	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Francisco Bento Brandão	Feira de Kasanji	
Francisco Canguerames ? ⁽¹⁾	Feira de Kasanji	
Francisco Correia do Sacramento	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 156, 157

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Francisco da Cruz Barreto	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Francisco Damião Rodrigues	Feira de Kasanji	30
Francisco Damião Rodrigues	Feira de Kasanji	29
Francisco de Albuquerque e Melo	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 97, 98
Francisco Domingos Franco	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Francisco Domingues Pereira	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Francisco Ferreira Sanger	Feira de Kasanji	37, 38
Francisco Gomes de Sampaio	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Francisco Gonçalves	Feira de Kasanji	
Francisco Gonçalves da Costa	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Francisco João	Feira de Kasanji	
Francisco João da Costa	Feira de Kasanji	
Francisco Joaquim das Necessidades		x ⁽²⁾
Francisco José Ferreira	Feira de Kasanji	
Francisco José Ferreira	Feira de Kasanji	83
Francisco José Ferreira Guimarães	Feira de Kasanji	78, 79
Francisco Manuel	Bondo	
Francisco Manuel	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Francisco Manuel	Feira de Kasanji	
Francisco Manuel da Conceição	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Francisco Pereira Inglês	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Francisco Rodrigues da Conceição Rocha	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Francisco Rodrigues Vieira	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Francisco Tomás de Sta Ana	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 22, 134, 135
Francisco Vicente Manuel	Feira de Kasanji	
Garcia Correia Leitão	Feira de Kasanji	44, 53, 54
Garcia Frago dos Santos Coutinho	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 72
Garcia Mendes de Oliveira Machado	Feira de Kasanji	
Garcia Miguel dos Santos	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Gaspar Bernardo dos Santos	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Gaspar Correia Leitão	Feira de Kasanji	54, 55, 56, 57
Gaspar Domingos Manuel	Feira de Kasanji	
Gaspar Francisco Borges	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Gaspar Francisco Rodrigues	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Gaspar José Guilherme	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Gaspar Manuel	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Gaspar Manuel Fernandes	Feira de Kasanji	
Gaspar Matias da Silva	Feira de Kasanji	
Gaspar Matias da Silva	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Gaspar Rodrigues da Cruz Neto	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Gertrudes Rosa Pacheco	Feira de Kasanji	4
Gonçalo António Damião	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Guilherme Teles Cácio de Azevedo	Feira de Kasanji	14, 26, 31
Guilhermina Gonçalves de Azevedo	Feira de Kasanji	
Guiomar Mendes de Oliveira Machado	Feira de Kasanji	
Henriqueta António de Brito	Feira de Kasanji	
Inácio Guerreiro	Feira de Kasanji	100, 101
Inácio Mendes do Nascimento Machado	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 85
Inácio Rodrigues Rosa	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 5, 102
Isabel João dos Santos	Feira de Kasanji	
Isabel Maria	Feira de Kasanji	
Isabel Mendes Calevete ? ⁽¹⁾ Ribeiro	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 89
Isabel Pereira Bravo		
Jacinto Maurício Pereira Pontes	Feira de Kasanji	36
Jerónimo Manuel da Cruz	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Jerónimo Tavares Ferreira	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Jerónimo Tavares ? ⁽¹⁾ dos Reis	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Joana ? ⁽¹⁾	Feira de Kasanji	
Joana Manuel da Costa	Feira de Kasanji	
João António	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
João António da Silva	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
João António de Abreu	Feira de Kasanji	154
João António Fernandes	Feira de Kasanji	112
João António Pereira	Feira de Kasanji	
João António Salvador	Feira de Kasanji	
João Baptista Cordeiro	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
João Baptista Pereira	Bondo	
João Bento de Sousa	Feira de Kasanji	
João Bernardo	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
João Cristóvão Correia		
João da Costa Maia	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 148
João da Cruz Santos	Feira de Kasanji	
João da Silva Régio	Feira de Kasanji	17
João de ? ⁽¹⁾ Teixeira		x ⁽²⁾
João de Azevedo Necessidades	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
João de Faria Marinho	Feira de Kasanji	
João Dias Salvador	Feira de Kasanji	
João do Espírito Santo	Feira de Kasanji	61, 62
João Domingos	Feira de Kasanji	
João Domingos António	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
João Domingos Cortêz	Feira de Kasanji	
João Eusébio da Cruz	Feira de Kasanji	
João Fernandes Gonçalves	Feira de Kasanji	
João Fernandes Makwakwa	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
João Fernandes Pereira	Feira de Kasanji	126
João Ferrador Kakulu	Feira de Kasanji	
João Francisco dos Santos Malundo	Feira de Kasanji	163
João Francisco Ferreira		x ⁽²⁾
João Francisco Ferreira Sanches		x ⁽²⁾
João Gaspar Diogo	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
João Gomes da Conceição Costa e Melo	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
João Gomes da Silva	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
João Gomes Rodrigues da Silva	Feira de Kasanji	141, 142
João Gregório Franco dos Santos	Feira de Kasanji	
João José da Rocha	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
João José Vicente	Feira de Kasanji	
João Manuel	Feira de Kasanji	
João Manuel Diogo	Feira de Kasanji	136
João Manuel José	Feira de Kasanji	

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
João Maria Martins de Lemos	Feira de Kasanji	124
João Maurício Pereira	Feira de Kasanji	36
João Mendes Machado	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
João Miguel	Feira de Kasanji	
João Miguel Madeira	Feira de Kasanji	
João Pedro da Silva	Feira de Kasanji	
João Pedro Diogo	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
João Pereira Inglês	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
João Pinto Pinheiro da Cruz Almeida	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 11
João Soares Neto	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
João Zuraste ? ⁽¹⁾ de Andrade	Bondo	x ⁽²⁾
Joaquim ? ⁽¹⁾ Guimarães	Feira de Kasanji	105, 106
Joaquim Gonçalves ⁽⁴⁾	Feira de Kasanji	
Joaquim José Barreiros Calado	Feira de Kasanji	
Joaquim José da Mota	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Joaquim José Freire Pedrosa	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 119, 120, 121
Joaquim José Moreira Basto	Feira de Kasanji	
Joaquim Maria de Carvalho ⁽⁷⁾	Feira de Kasanji	1, 2, 3
Joaquim Moreira Ferreira	Bondo	
Joaquim Nunes da Costa	Feira de Kasanji	128, 129, 130
Joaquim Pedro Cardoso	Feira de Kasanji	
Joaquim Pereira Lisboa Sta Ana	Feira de Kasanji	129, 145
Joaquim Ramos de Sta Ana	Bondo	x ⁽²⁾
Joaquim Tomás de Sta Ana	Feira de Kasanji	
Joaquina Maria de Carvalho	Feira de Kasanji	
José Alves Mendes Machado Carmo	Feira de Kasanji	88
José António dos Santos	Feira de Kasanji	138, 139
José Coimbra de Andrade	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
José Correia da Câmara	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 26
José Cristóvão	Feira de Kasanji	
José de Sousa Santos	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
José Fernandes Flores de Barros	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 25, 26
José Ferreira da Silva	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 37, 72

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
José Garcia	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
José Gaspar Gomes	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
José Manuel da Costa	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
José Manuel Filipe	Feira de Kasanji	34
José Maria da Cunha ? ⁽¹⁾	Feira de Kasanji	
José Mena da Cunha ⁽⁵⁾		
José Pinto Pinheiro da Cruz Almeida	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 9, 10, 11
José Pinto Pinheiro de Almeida	Feira de Kasanji	52
José Rodrigues dos Santos	Feira de Kasanji	
José Teixeira Liomil	Feira de Kasanji	13, 21, 23, 24
Josefa Manuel Diogo	Feira de Kasanji	
Justa Nunes da Costa	Feira de Kasanji	
Lourenço Buerra ? ⁽¹⁾ Correia Pinto	Feira de Kasanji	33, 147
Lourenço da Costa Melo	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Lourenço Francisco Gaspar	Feira de Kasanji	
Lourenço Gomes Geraldo	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 152
Lourenço Mateus Ferreira	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Lucrecia Manuel Diogo	Feira de Kasanji	153
Luís Correia Leitão	Feira de Kasanji	104
Luís Domingos da Silva	Feira de Kasanji	
Luís Manuel dos Santos	Feira de Kasanji	40, 41, 42
Luzia Fernandes	Feira de Kasanji	
Luzia Nunes de Carvalho	Feira de Kasanji	
Manuel Ribeiro	Feira de Kasanji	
Manuel Alves de Castro Júnior		x ⁽²⁾ , 137
Manuel Andrade Gomes de Oliveira	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Manuel António	Feira de Kasanji	
Manuel António Asamba	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Manuel António Diogo	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Manuel António Pinheiro	Feira de Kasanji	
Manuel António Rosa Gomes	Feira de Kasanji	17
Manuel Bernardo	Feira de Kasanji	
Manuel Correia Leitão	Feira de Kasanji	

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Manuel Custódio Dias dos Santos	Feira de Kasanji	
Manuel da Rocha Draca ? ⁽¹⁾	Feira de Kasanji	
Manuel da Silva Ribeiro	Feira de Kasanji	
Manuel de Sousa Santos	Feira de Kasanji	8
Manuel Diogo	Feira de Kasanji	
Manuel Fernandes da Silva ⁽⁶⁾	Tala Mugongo	
Manuel Filipe	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Manuel Gaspar da Silva	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Manuel Gama dos Santos	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Manuel Garcia de Andrade	Feira de Kasanji	7
Manuel Gaspar	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Manuel Gaspar dos Santos	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Manuel João Sebastião	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Manuel José Band ? ⁽¹⁾	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Manuel José Ferreira	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Manuel José Machado Pinto	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 7, 20, 82, 91, 92
Manuel José Rebelo Cardoso	Feira de Kasanji	39
Manuel Luís Francisco	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Manuel Mateus Pereira	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Manuel Mateus Pereira	Feira de Kasanji	
Manuel Mendes Ribeiro	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 90
Manuel Pedro da Cunha	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Manuel Pedro Gomes	Feira de Kasanji	5
Manuel Pereira dos Santos	Feira de Kasanji	
Manuel Pereira Inglês	Feira de Kasanji	155
Manuel Pinto Pinheiro Vandunem de Almeida	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 11
Manuel Rêgo	Feira de Kasanji	
Manuel Simão	Feira de Kasanji	
Marçalena Paula da Cruz	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Marcos da Silva Saldanha	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Marcos Pereira Bravo		
Maria André da Costa	Feira de Kasanji	151

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Maria Buierra ? ⁽¹⁾ dos Remédios		7
Maria Damião dos Santos	Feira de Kasanji	63
Maria de Almeida Rocha	Feira de Kasanji	12
Maria Fragoso dos Santos	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Maria Francisca	Feira de Kasanji	
Maria Francisco Fernandes	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Maria João Mateus Perçosn	Feira de Kasanji	
Maria Josefa Machado	Feira de Kasanji	
Maria Sebastião António	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Mariana Rodrigues da Costa	Feira de Kasanji	
Marta Baptista Henriques	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 93, 94
Mateus A ? ⁽¹⁾ Salvador	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Mateus Alexandre Dias	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Mateus António	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Mateus Bento Cardoso	Feira de Kasanji	
Mateus Diogo da Silva	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Mateus Gabriel Máximo	Bondo	x ⁽²⁾
Mateus Gonçalves dos Santos	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Mateus João da Silva	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Mateus Sebastião Barbosa	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Matias João da Silva	Feira de Kasanji	
Maurício Soares Baptista	Feira de Kasanji	32
Miguel António dos Santos		x ⁽²⁾
Miguel Cristóvão Ferreira	Feira de Kasanji	146
Miguel Daval dos Reis	Feira de Kasanji	
Miguel Gomes Maiato	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 59, 60, 75
Miguel Mendes Machado	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Miguel Sacramento	Feira de Kasanji	
Mónica Mendes Rodrigues Ribeiro	Feira de Kasanji	90
Narciso Alves de Carvalho	Feira de Kasanji	13, 15
O Casal do falecido Manuel Fragoso	Feira de Kasanji	27, 28
Pascoal António	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Pascoal Fernandes	Feira de Kasanji	

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Paulo Fernandes	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Pedro Agostinho da Cruz	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Pedro Camarinho Rodrigues dos Santos	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Pedro Diogo da Silva	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Pedro Francisco da Fonseca Cunha	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Pedro João Fernandes	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Pedro Manuel da Costa Matoso	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 125
Pedro Manuel de Carvalho? ⁽¹⁾	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Pedro Sebastião Soares da Conceição	Feira de Kasanji	
Pedro Soares Ferreira	Feira de Kasanji	
Pedro Vicente de Almeida Duarte	Feira de Kasanji	
Pedro Zangão	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Purdêncio ? ⁽¹⁾	Feira de Kasanji	
Rafael Isaquiel Benedito	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 149
Rita Teresa	Feira de Kasanji	82
Roque Domingos dos Santos	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 143
Rosa Bezerra da Silva	Feira de Kasanji	
Rosa Cristóvão de Faria	Feira de Kasanji	
Rosa Rodrigues ⁽⁴⁾	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 7, 95, 96
Rufino de Carvalho Menezes	Feira de Kasanji	
Sebastião ? ⁽¹⁾ Diogo	Feira de Kasanji	
Sebastião Baptista Cordeiro	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Sebastião Fernandes	Feira de Kasanji	
Sebastião Fernandes Correia		
Sebastião Francisco	Feira de Kasanji	
Sebastião Jorge de Almeida	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Sebastião Manuel Fernandes	Feira de Kasanji	
Sebastião Soares Baptista	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾ , 32, 122, 123
Sebastião Soares Pereira	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Sebastião Vasco	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Sebastião Ventura	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Semião António de Araújo		
Semião Pereira Bravo	Feira de Kasanji	58

Nome do escravagista	Local de residência	Marcas e monogramas de fogo, faca e tesoura
Severino José Kamanya	Feira de Kasanji	
Simão Domingos Pereira	Feira de Kasanji	
Simão Garcia da Cruz	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Simão José Cardoso	Feira de Kasanji	
Simão Pedro da Costa	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Susana Cristina dos Santos	Feira de Kasanji	
Susana Gabriel dos Santos	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Teresa Ana	Feira de Kasanji	81, 82
Teresa Rosa	Feira de Kasanji	82
Tomás Domingos Foito ? ⁽¹⁾	Feira de Kasanji	
Tomás Francisco Alves	Feira de Kasanji	140
Tomás Plácido	Feira de Kasanji	
Venâncio António	Feira de Kasanji	1
Ventura Afonso	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Ventura Cristóvão	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾
Violante José	Feira de Kasanji	
Vitória José	Feira de Kasanji	x ⁽²⁾

Notas:

Devido à ausência da respectiva folha no livro, por mutilação, não foi possível associar a propriedade às marcas 1, 76 e 144. A marca 150 está associada ao escravagista 245 do registo, mas, pelo mesmo motivo, não foi possível a sua identificação.

⁽¹⁾ Palavra parcial ou totalmente em falta, seja pela mutilação de folhas do registo, ou por impossibilidade de transcrição, neste caso devido à ilegibilidade da letra, corrupção do papel ou/e ainda ao desmaio e ferrugem da tinta.

⁽²⁾ Marca não especificada, ou designada *anéis de tesoura* no registo, gravada num ou nos dois braços, peitos, ombros ou “lados”.

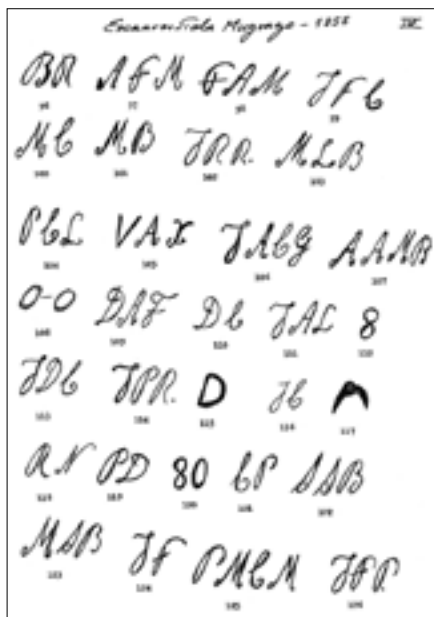
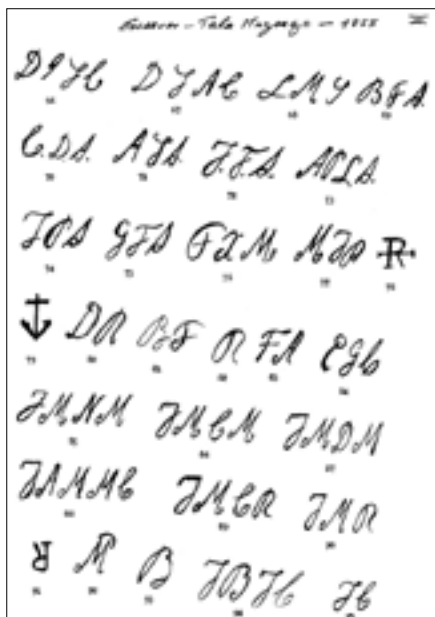
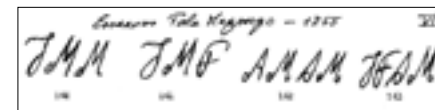
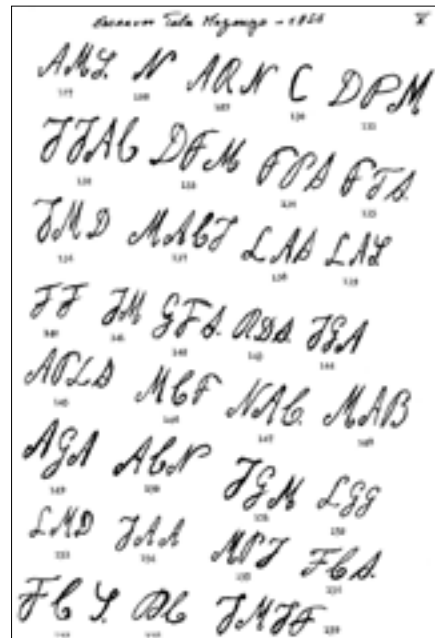
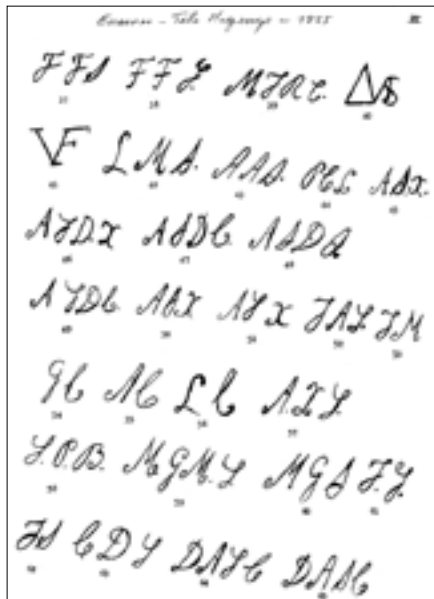
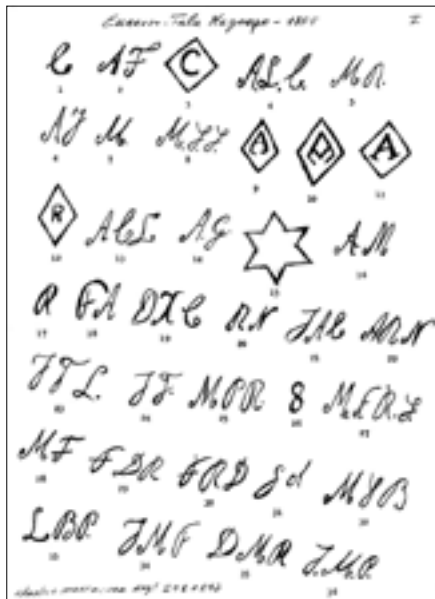
⁽³⁾ Foi seu procurador, João Eusébio da Cruz.

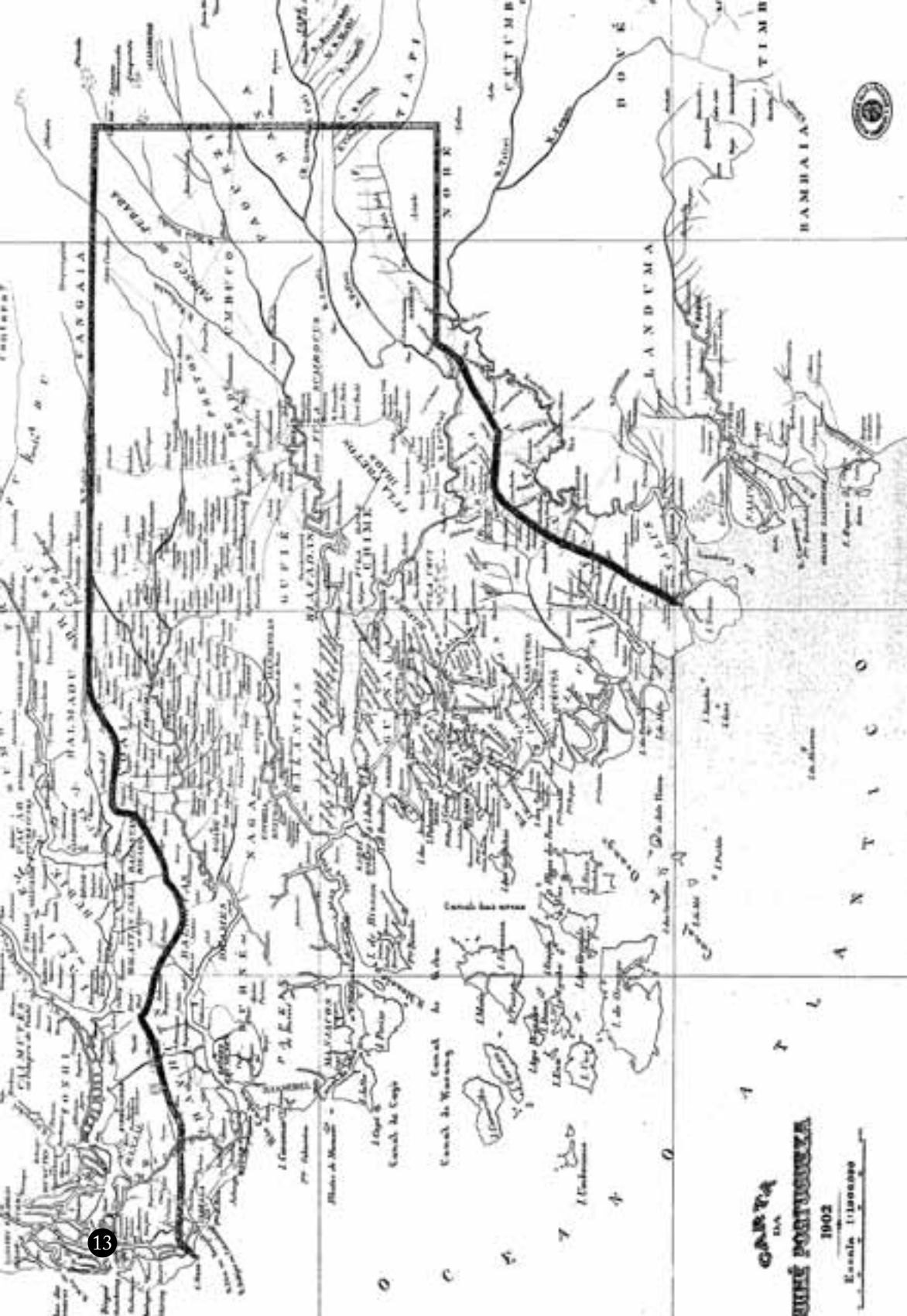
⁽⁴⁾ Régulo.

⁽⁵⁾ Consta a seguinte nota no registo: “Manifesta José Mena da Cunha, em nome de Sua Esposa D. Roza Matildes da Cunha, dá ao Registo estes Escravos que possui nos deferentes Portos da Província que vão observados neste registo; ? (1) ”.

⁽⁶⁾ Foi seu procurador, António Rodrigues Neves.

⁽⁷⁾ Escrivão, que “aos sete dias do mês de Novembro de mil oito centos e cinquenta e cinco neste Districto de Tallamugongo Comarca de Loanda na Feira de Cassange e cazas de Residencia do Tenente Chefe deste Districto Joaquim Maria de Carvalho,” fez, por ordem do “dito Chefe”, o “Termo de Abertura deste livro, para ser copiado o Registo dos Escravos neste Districto, cujo Registo teve seu principio neste Districto”.





Recriar a China na Guiné: os primeiros chineses, os seus descendentes e a sua herança na Guiné colonial

Philip J. Havik*
António Estácio**

p. 211-235

1. Introdução

A chegada de chineses à Guiné Portuguesa, no início do século XX, está intimamente ligada às mudanças que ocorreram nas primeiras décadas desse século e que deixaram marcas neste pequeno território, de aproximadamente 36 000 km², situado na costa Oeste-Africana, entre o Senegal e a Guiné-Conacri (ex membro da AOF – África Ocidental Francesa e anteriormente denominada Guiné Francesa).

Esta mudança relacionam-se com o facto do império francês necessitar de mão-de-obra para as colónias, principalmente para os chamados “trabalhos públicos”, que incluíram a construção de estradas, caminhos de ferro, edifícios, etc. Porém, a contratação desta mão-de-obra não foi igual ao longo dos séculos, já que dependia da política de cada colónia.

Um dos métodos seguidos pelos países colonizadores, desde o início da expansão europeia no século XV, foi o desterro e/ou o degredo. Estas práticas multi-seculares¹ reforçaram a criação de diásporas, nas várias possessões coloniais. A expulsão dos considerados ‘marginais e contestatários’², colocou, forçadamente pessoas das metrópoles europeias, mas também de outras colónias em possessões que necessitavam delas. Estima-se que entre 1607 e 1775 mais de 50 000 mil degredados tenham sido enviados, pelos tribunais estatais e da Igreja Católica (incluindo os tribunais do Santo Ofício) para possessões ultramarinas (Coates, 1998: 283), servindo como mão-de-obra, como pessoal militar e administrativo. Se tais práticas eram, comuns e em números semelhantes nos impérios espanhol, britânico e francês, no caso do império

* Investigador do Instituto de Investigação Tropical (IICT), Lisboa.

** Eng. Técnico Agrícola.

¹ Estas práticas já ocorriam no Império Romano, onde os condenados por delitos graves eram enviados para vários pontos do Império (Hespanha, 1993).

² Ver por ex. Humberto Baquero Moreno, *Exilados, Marginais e Contestatários na Sociedade Portuguesa Medieval*, (Lisboa: Ed. Presença, 1990). Sobre a presença de degredados no império português, ver Coates (1998). Sobre o degredo em Macau, ver António M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau, 1750-1800: degredados, ignorantes ou fiéis vassallos d'El Rei?* (Macau: Instituto Português do Oriente, 1997); e sobre as relações entre Macau e Timor no contexto do império, ver Luís Filipe R. Thomaz, *De Ceuta a Timor* (Lisboa, Difel, 1994).

português, os números eram mais elevados, devido ao número reduzido de habitantes comparativamente aos seus congéneres europeus.

No caso do império português, os locais de exílio forçado, mais comuns, eram o Brasil (incluído o Maranhão, sobretudo a partir da era pombalina) e Angola (Oliveira Ramos, 1995). Os degredados eram agrupados por classes e enviados para entrepostos costeiros ou para terras mais afastadas no interior (Pantoja, 1999). No caso de Macau, muitos eram enviados para Timor, enquanto no outro lado do império, na costa da Guiné Portuguesa a maioria dos condenados vinha das ilhas de Cabo Verde.

A duração das sentenças variava entre cinco anos e o degredo perpétuo, sendo a última, mais comum no caso das colónias de África. Este facto transformava os degredados em colonos, uma vez que é esperança de regressarem à “terra mãe” era mínima. Era sobretudo nos locais fortificados em zonas costeiras (como São Tomé, Angola, Moçambique e o Maranhão), que os degredados formavam a grande maioria da população portuguesa de origem europeia (Coates, 1998: 282). Este foi, também, o caso na Guiné Portuguesa, onde nas praças de Cacheu e Bissau, o número de europeus sempre foi muito reduzido até o século XX, já que a maioria da população destes portos era de origem africana, tanto livre como cativa. No contexto específico da costa da Guiné, que se debatia com uma falta crónica de pessoal, muitos degredados acabaram por ocupar funções administrativas e militares, chegando, nalguns casos, a ocupar o cargo de capitães-mores e de altos funcionários³.

No caso Português, o recrutamento de trabalhadores e ‘homens de ofícios’ para obras de construção e a defesa de fortalezas insere-se, na segunda metade do século XIX, num ‘mimetismo’ das práticas adoptadas pela Inglaterra e pela França, para as suas colónias, no espaço Atlântico e no Índico (Medeiros, 2006). Nestes casos nota-se um certo dualismo em termos da política de colonização, oscilando entre o degredo – que se assemelha cada vez mais à deportação de contestatários políticos – e a contratação de ‘coolies’. No fim do século XIX, a introdução de legislação, nas colónias, que regulava o trabalho forçado⁴, o envio de serviços para regiões, que se combatiam com falta de mão-de-obra para fins privados (por ex. roças de São Tomé e Príncipe), ou mais tarde para certas empresas de capitais portugueses (por ex. Companhia de Moçambique, Diamang, Cotonang e outras), além de colocar algumas dúvidas, no que diz respeito ao carácter de processos criminais, que resultaram neste tipo de condenação, também conduziu à progressiva diluição da distinção entre trabalhos públicos e forçados e entre condenados e contratados.

Uma análise do degredo para colónias africanas como Angola, na segunda metade do século XX, mostra que, nesta época, pessoas de ascendência chinesa, sobretudo marinheiros, também eram enviados para África, com base em condenações de dois a cinco anos (Pantoja, 1999: 559). Em Moçambique, as primeiras tentativas de contratar homens de ofícios chineses (incluído ferreiros, pedreiros e carpinteiros) data de 1858, quando um grupo de trinta coolies desembarcou na Ilha de Moçambique (Medeiros, 2006). No caso da Guiné, entre 1834 e 1896, o número de degredados totalizou 425

³ Ver por exemplo o caso de Manuel Joaquim Mendes de Vasconcelos e Cirne, cuja ascensão ao cargo de governador de Moçambique foi descrito pelo Filipe Gastão de Almeida de Eça em *De Degredado ao Governador, 1784-1832* (Lisboa, Severo de Freitas Mega, 1950).

⁴ Regulamento de Trabalho dos Indígenas, 1899, promulgado nas colónias de Angola, Moçambique e Guiné, mais tarde substituído pela legislação introduzida pelo Estado Novo em 1928, com o Código de Trabalho dos Indígenas, sujeita a regulamentação para cada colónia.

indivíduos, a maior parte vinda de Cabo Verde e de Portugal. As sentenças variavam entre seis meses à perpetuidade, sobretudo por crimes como furto, roubo, burla, estupro, ferimento, deserção e homicídio. Ao longo dos tempos é de notar uma mudança nos países de origem dos degredados, por exemplo após a Guiné obter a autonomia administrativa de Cabo Verde em 1879, os cabo-verdianos continuavam a constar nos registos, mas a Guiné passa a receber mais degredados de Angola e de São Tomé, facto que se manteve até ao final do século XIX. Ao mesmo tempo, registava-se um crescente uso político do exílio forçado⁵, a base de condenações por insubordinação, motim e revolta criam uma concentração de opositores à monarquia em Bissau e em Bolama, os principais centros urbanos da Guiné. Muitos dos degredados, sobretudo aqueles condenados a sentenças superiores a cinco anos, acabam por sucumbir a doenças tropicais. Sendo conhecido como uma terra “áspera e doentia”, a má fama da costa ocidental africana levou meios metropolitanos a qualificá-la como o ‘tombo dos Europeus’, logo à chegada atacados pelas doenças tropicais como as tão temidas “febres do país” e o paludismo. Aliás, alguns relatos feitos pelos Serviços de Saúde, na viragem do século XIX, descrevem, com grande detalhe, o triste destino de muitos novos recrutas portugueses, enviados para combaterem nas campanhas militares na Guiné e que, após algumas semanas, mais pareciam cadáveres que soldados (Havik, 2007: 261). Alguns dos chineses recém-chegados também pereceram pouco tempo após a sua chegada, contudo por estarem acostumados a um clima tropical asiático, provavelmente, resistiram melhor às intempéries da Guiné.

A introdução de mão-de-obra, vinda de outras colónias, também se insere nas grandes mudanças que ali tiveram lugar no decurso do século XIX, associadas, sobretudo, ao fim do tráfico de escravos e no início da plantação de culturas de renda, como o algodão, o cacau, o café e o amendoim. No caso da Guiné, esta transformação baseou-se na introdução de amendoim (*Arachis hypogea L.*, chamada *mancarra* ou *mankara* no Crioulo da Guiné) e a colheita de amêndoas de palmeira, (chamada *coconote* na Guiné). Ao mesmo tempo, a cultura de arroz, também, sofreu alterações profundas, através da comercialização, na região da África Ocidental, de variedades originárias da Ásia, por comerciantes da Gâmbia Inglesa. A região da Casamance (que actualmente faz parte do Senegal) até à Serra Leoa era tradicionalmente conhecida como o “Rice Coast” (a Costa do Arroz). O litoral de baixo relevo cortado por muitos rios e rias, cujas margens eram caracterizadas pela abundância de mangue ou mangrove, formava um eco-sistema, perfeitamente adaptado à cultura de arroz alagado, nas chamadas *bolanhas*. A grande variedade de espécies nativas (*Oryza glauaberrima St.*) – ‘arroz de povoação’ – alimentava uma população composta por várias etnias, nas zonas costeiras, cuja produção excedente era trocada por outros produtos de primeira necessidade, nas feiras semanais na região, já referidas pelos primeiros viajantes europeus, no século XV. Nos meados do século XIX, a crescente procura, por parte de colonos, de embarcações de cereais para a sua subsistência e exportação, fez com que outras variedades, vindas de Ásia, fossem introduzidas. Por conseguinte, para além do arroz local conhecido como ‘arroz vermelho’ (devido à cor da sua casca), as populações começaram a produzir o ‘arroz branco’, também chamado ‘arroz da Gâmbia’ (*Oryza sativa L.*). A valorização destas novas espécies, algumas das quais cultivadas

⁵ Ver AHU, Fundo do Governo da Guiné, Livros 22 e 23.

em sequeiro, e cujo preço de mercado era quase o dobro do arroz local, permitiu maiores lucros aos intermediários, além de resultar num aumento significativo da sua produção, a partir dos anos 30 de oitocentos (Lopes de Lima, 1844: 25-6).

A criação de explorações agrícolas e comerciais, as chamadas *pontas* na Guiné-Bissau, a partir da terceira década do século XIX, fez com que o cultivo de culturas de renda, sobretudo de amendoim, conhecessem uma evolução rápida. O surgimento de plantações ou *pontas* ao longo da costa e nas margens dos rios atraíram colonos e mão-de-obra rural para novas áreas de cultivo. Estas mudanças tiveram um grande impacto não só na agricultura, mas também no fomentar o intercâmbio de saberes e de práticas entre as comunidades anfitriãs, os trabalhadores de fora e os intermediários, regra geral comerciantes, tanto africanos como europeus⁶. Os contratos tomaram várias formas, de “*sharecropping*”: os produtores recebiam uma parte da colheita, um sistema seguido, desde então, até os anos sessenta do século XX. Por conseguinte, a produção de culturas de renda aumentou em flecha durante o século XIX, com notável sucesso, para as oleaginosas – a maior parte do qual exportado para portos franceses como Marseille – mas também para o algodão, o milho e o arroz. Esta expansão das culturas de renda trouxe, igualmente, mudanças ao nível da distribuição de terras e facilitou a progressiva ocupação do território. Porém, a monocultura de amendoim fez com que a Guiné-Bissau ficasse muito exposta à volatilidade dos mercados, pelo que a descida das cotações significou o fim das *pontas*, nos anos oitenta do século XIX. A implantação de uma administração embrionária na Guiné, nesse período, e as campanhas militares de ocupação que se seguiram, entre 1890 e 1915 – e que também tiveram lugar quase ao mesmo tempo nas colónias francesas vizinhas –, pelo século XX dentro, aceleraram estas mudanças. Contudo, também geraram um ambiente crispado e violento, que travou o desenvolvimento do território e reduziu fortemente a sua atracção para potenciais colonos.

O envio dos primeiros chineses insere-se numa tentativa das autoridades trazerem à força, novos braços para a Guiné-Bissau dos vários cantos do império para reanimarem as economias frágeis destes territórios. As suas origens não são claras, mas provavelmente, vieram da zona de Cantão (Guangzhou) e o estuário do Rio das Pérolas, tal como muitos conterrâneos que foram mandados para Moçambique. Enquanto que a primeira leva de chineses contratados chegou à Ilha de Moçambique em 1858 (Medeiros, 2006), fontes oficiais datam a chegada dos primeiros cantonenses à Guiné-Bissau em 1902. As andanças dos chineses e dos seus descendentes na Guiné-Bissau, abaixo descritas, não estão somente associadas aos costumes que traziam da sua terra natal mas também, a outras já existentes nesta parcela do continente africano. A sua presença está directamente associada à expansão da orizicultura no Sul da Guiné-Bissau, que teve lugar a partir das primeiras décadas do século XX. Os seus conhecimentos do cultivo de arroz e a sua percepção do valor deste cereal serviram para incentivar a plantação de arroz em áreas perfeitamente adequadas para este fim, mas que, ainda, não tinham sido aproveitadas para tal. Longe de suspeitar as consequências desta sua iniciativa, estes chineses criaram as condições para um processo de migração, em massa, de comunidades africanas inteiras dentro da colónia, para terras ainda não aproveitadas. A sua convivência com as populações locais e a inte-

⁶ Ver sobre a questão das relações entre Africanos e estrangeiros, no que diz respeito ao uso da terra e o comércio, Dorjahn & Fyfe (1962).

gração na sociedade guineense, através da agricultura e do pequeno comércio fizeram com que a sua descendência ficasse – e ainda hoje está – perfeitamente integrada no panorama social da Guiné.

Estes processos de intercâmbio inserem-se numa “lógica de mestiçagem”, de um cruzamento de culturas e de saberes, longe dos olhares metropolitanos e até, muitas vezes, distante dos governos coloniais. É a este “encontro de culturas e processos de aculturação” (Medeiros, 2006) e à partilha de saberes e experiências que a presente contribuição se dedica, traçando as principais linhas das histórias destas pessoas e ensaiando desvendar as complexas relações que teceram em terras africanas. Neste sentido, este ensaio faz parte de um trabalho de investigação antropológica e histórica mais alargada acerca da herança chinesa no continente africano, que no quadro das antigas possessões portuguesas, também, foi levado a cabo em Moçambique⁷. Longe de antigas colónias lusas serem as únicas paragens, em África, por onde pessoas de descendência chinesa, regra geral descritos como ‘*coolies*’, passaram e se fixaram, existem outros casos no continente de sumo interesse, como é o caso do recrutamento de ‘*coolies*’ para as minas de ouro na África do Sul, onde trabalhavam em condições muito adversas já nas primeiras décadas do século XX⁸.

O debate sobre a presença de comunidades de origem chinesa e dos seus descendentes na actual África do Sul só agora começa a ser feito, com base em estudos preliminares no terreno⁹. Apesar de o recrutamento de *coolies* ter sido alvo de estudo, num contexto colonial e imperial entre o Pacífico e as Caraíbas, a investigação sobre a sua fixação nestes territórios, de um ponto de vista histórico e antropológico tão dispersas, ainda tem de ser feita. Pretende-se com este estudo de caso da Guiné preencher algumas lacunas para o caso da Guiné dita Portuguesa, onde os chineses, apesar do seu número reduzido, marcaram a história e a sociedade de uma forma invulgar durante a época colonial.

2. A Guiné: uma colónia em vias de formação

A partir do Ultimato Britânico de 1891, a Guiné torna-se palco de campanhas militares, com o fim de subjugar os povos do litoral, que se mostraram renitentes em aceitar o domínio português. Por conseguinte, as autoridades sediadas na capital Bolama – localizada na ilha homónima desde 1879, quando a Guiné se tornou autónoma de Cabo Verde – tentavam aumentar as suas reivindicações territoriais e concluir tratados com os chefes ou *régulos*. No caso do arquipélago dos Bijagós, que se tornaram uma área de reconhecimento para os primeiros chineses, as relações com as autoridades estavam longe de serem fortes ou pacíficas. Apesar de haver um certo estreitamento de laços já existentes com os Bijagós de algumas ilhas, sobretudo a partir de 1899, as autoridades ainda não exerciam nenhum controlo sobre esta zona de difícil acesso

⁷ Ver Medeiros (1998) e (2006). Ver também a Gazeta da Comunidade Chinesa de Moçambique, 1858-1975, coordenada pelo mesmo autor e publicada pelo Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora.

⁸ Sobre a presença de trabalhadores chineses nas minas sul-africanas, ver Peter Richardson, *Chinese Mine Labour in the Transvaal* (London: Macmillan, 1982).

⁹ Sobre estas comunidades de origem chinesa na África do Sul actual, ver Karen L. Harris, *The South African Chinese: A Community Record of a Neglected Minority*, in: *South African Historical Journal*, vol. 36, 1, May 1997: 316-325.

até se iniciar a sua ocupação a partir de 1917-18¹⁰. Quanto à Guiné continental, a situação não era muito diferente, até ao governo português ocupar as regiões, até então “rebeldes”, nas campanhas de 1913-1915. Uma vez que estas batalhas foram travadas no Norte do Rio Geba, o Sul da Guiné, onde os chineses acabaram por se fixar nos anos vinte de novecentos, ficou relativamente intocado e intacto. O tratado de delimitação de fronteiras entre Portugal e a França de 1886, trouxe as Comissões Luso-Francesas de Delimitação para a região de Tombali, que fazia fronteira com a Guiné Francesa.¹¹ (Nota: ‘troca’ de Tombali pela Casamance mais ao Norte). Desde 1895 existiu um posto militar em Biquese na boca do rio Cacine, perto da actual vila com o mesmo nome, que era a residência do *régulo* desta terra dos povos Nalú e Sosso.

Um dos militares portugueses que participou nesta comissão ficou encarregue de uma missão geográfica e etnográfica, a pedido do governador, para reconhecer a região de Tombali. No seu relatório contempla a extracção de borracha que à época se tinha tornado um importante produto de exportação, além da plantação de algodão, amendoim, amêndoa de palmeira, marfim, madeira e noz de cola. Os Nalú, com raízes ancestrais nesta zona, que eram até então pouco conhecidos, pratica(ram) uma agricultura de sequeiro baseada em milho e em arroz, e no final do século XIX amendoim ou *mankara*, sob a influência dos vizinhos Sosso e Fula. As investidas dos Biafada de Quínara e, sobretudo, a penetração progressiva nos anos oitenta do século XIX, dos Fula, que se tinham estabelecido da região do Forreá, acabaram por trazer o Islão¹². Por conseguinte, muitos Nalú migraram para o baixo Cacine, a floresta de Cantanhez e zonas mais ao Sul nos Rivières du Sud, como o rio Komponi e Nuno (Nunez) na Guiné Francesa. As descrições oitocentistas do seu *chão* (ou território sobre o qual exercem direitos de usufruto ancestral) são bastante exóticas: ‘uma das regiões mais selvagens (...) onde as aves, macacos e crocodilos olharam os viajantes com espanto’ (Brosselard, 1889: 118). Os rios, cujas margens estavam cobertas de mangue, eram bem navegáveis e viam-se nativos a pescarem nas suas canoas. A zona era – e continua a ser – muito procurada por povos do interior, sobretudo os grupos islamizados, para trocar sementes de cola (*Sterculia acuminata L.*) obtidas das coleiras que crescem ali espontaneamente.

A área compreendida entre o rio Cacine e o rio Tombali mais ao Norte, conhecido como Tombali, nome de origem Nalú¹³, é cortada por vários rios e rias, sendo os mais importantes o rio Cumbidjá e o rio Cacine. Na altura da chegada dos chineses esta região tinha, além de um posto militar português, algumas feitorias, sendo os Europeus *avis rara* naquelas paragens. As primeiras tentativas de estabelecer *pontas* na região datam de 1870, quando chefes Nalú concluíram tratados com a administração

¹⁰ Ver sobre as campanhas nas ilhas, Péliissier (1989). A autoridade portuguesa é somente alargada a todo o território (pelos menos na parte continental), aquando da conclusão das campanhas militares em 1915. Com a Carta Orgânica de 1917 a Guiné é dotada com uma administração civil organizada em nove circunscrições e dois concelhos.

¹¹ Apesar de ter sido uma área de presença francesa desde os meados dos anos 1850, o tratado de Paris de 1886 que acordou a delimitação entre França e Portugal, concluiu pela cedência da região de Tombali ao governo Português em troca da Casamance reivindicada por Portugal; Ver Esteves, Maria Luísa (1988) *A Questão da Casamance e a Delimitação das Fronteiras da Guiné*, Lisboa/Bissau: IICT/INEP.

¹² Ver Aimé Olivier, *De L’Atlantique au Niger para le Foutah-Djallon: carnet de voyage*, Paris: P. Ducrocq, 1882: 35, que viajando na área de Tombali e Cacine, obtém informações sobre a guerra entre os Fula e Nalú, que acabaram por perder o controlo sobre as margens do rio Cumbidjá.

¹³ Trata-se do termo *Uatambali*, nome dado pelos Nalú ao Rio Tombali e mais tarde à região do Sul de Quínara, com a criação da circunscrição com o mesmo nome, em 1941.

portuguesa e com os comerciantes para a cedência de terrenos, na margem esquerda do Rio Tombali¹⁴. Até a viragem do século, o Rio Tombali tornou-se uma área de fixação de *ponteiros* de origem caboverdiana, que adquiriram terrenos dos chefes Nalú locais para o cultivo de *mankara*, tal como fizeram no vizinho rio Grande.

Um dos primeiros – e poucos – Europeus que se fixou na zona mais ao Sul, foi Pierre Puvel, um colono belga que tinha uma feitoria no Rio Cacine – localizado perto do posto militar de Biquese criado em 1895 – para a qual obteve uma concessão de 400 ha. em 1899 para a exportação de borracha (Puvel, 1909-10: 147). O comerciante em questão funda quatro feitorias ou *pontas* nas margens do Rio Cacine, no esteiro de Cacondó, rio acima, no fim da primeira década de novecentos, as pontas Yegbeya, Cabuda, Cassintcha e Camutuban¹⁵. Na sua digressão pela região, o general Henrique Dias de Carvalho visitou a área em 1898/9, comprando terrenos nas margens do Rio Tombali e Cacine, para fins agrícolas, em nome de terceiros (Dias de Carvalho, 1944: 157). Naquela época o governo da Guiné Portuguesa, cujo controlo sobre o território ainda não estava assegurado, distribuiu sementes de borracha, amendoim e cola aos comerciantes activos na zona. Regra geral os comerciantes conseguiram obter as suas concessões, através de acordos verbais – mas também escritos – com os nativos, pagando uma renda anual, ou *lua*, para povoar e cultivar as parcelas, trocando bens importados como aguardente, pólvora, armas de fogo e tecidos por produções locais, q.d. amêndoa de palma (*coconote*), óleo de palma (*chabéu*), rícino, goma, cera de abelha, couros e arroz (com casca), alguns dos quais trazidos, por caravanas do Forreá. Então, o arroz produzido localmente pelos Nalú era de sequeiro (N: *amar caból*) ainda não existindo arrozais alagados ou *bolanhas*, naquela época, na zona em questão¹⁶. Este arroz (a base de algumas variedades locais) era, por sua vez, alvo de transacções com outros povos vizinhos (como os Biafada) em troca de *coconote* (Costa Oliveira, 1897/8: 87; Puvel, 1909-10: 156).

Em 1890, o então governador da Guiné enviou para Lisboa algumas amostras de arroz cultivado pelos Balanta, já responsáveis pela maior parte da produção na Guiné, cujas qualidades foram elogiadas, após a sua análise em laboratório. O reconhecimento ‘oficial’ da importância da agricultura de arroz em terrenos alagados vem, somente, com a autonomia administrativa da então província da Guiné Portuguesa e a implantação da administração em Bolama, em 1879. Nos seus relatórios, os governadores começam a valorizar a produção de arroz: “o território Balanta que por assim dizer abastece d’arroz quase toda a província” (Teixeira da Silva, 1889: 41), tal como oficiais militares durante as campanhas de pacificação: “Os seus terrenos (dos Balanta) produzem em abundância arroz, milho e feijão, que vão fornecer na quase totalidade dos nossos mercados” (Marques Geraldês, 1887: 517). As primeiras investidas de agrónomos no terreno, também, os levam a invocar as grandes potencialidades do cultivo deste cereal ao constatar que é “o principal alimento da população”, cujo cultivo devia ser promovido (Arpoare, 1882: 366/7). Esta ênfase sobre a importância de arroz para

¹⁴ Ver Auto de Cessão que fizeram os régulos de Nalú de todo o seu território ao Governo de Sua Magestade, Ponta de São Jorge, 24-11-1870, Álvaro Telles Caldeira (governador da Guiné) Fundo do Governo da Guiné, Livro 41.

¹⁵ Houve ainda um posto militar provisório estabelecido no Rio Cacondó nos anos 90 do século de XIX que foi de pouca duração. (Costa Oliveira, 1897/8: 85).

¹⁶ Sobre a sociedade Nalú e as suas relações com o meio ambiente, ver Amélia Frazão Moreira, Apropriação Social da Natureza entre os Nalú da Guiné-Bissau: a etnobotânica num contexto de mudança, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE, 1999.

a vida social e económica da colónia é, contudo, lenta a afirmar-se nas políticas da administração, cuja maior preocupação era fomentar as culturas de renda, como o amendoim para a exportação, que se tornará uma monocultura na colónia durante o século XX. Com a sua queda na última década do século, a borracha e a amêndoa de palma ou *coconote* substituíram a *mankara*, numa procura de fontes de rendimento, por parte de casas de comércio e das autoridades. A criação de postos militares, nos anos 90, e das intendências, a partir de 1906, fazem com que se formem pequenas ‘ilhas’ a partir, das quais as autoridades ensaiam ocupar um território, ainda, largamente na posse de povos com raízes fortes, nos seus respectivos *chãos*. A agricultura, essa, continuava nas mãos dos povos nativos, muitos dos quais nunca tinham tido nenhum contacto directo com Europeus:

“Vegeta perfeitamente o mendobi, que ali chamam mancarra; é a cultura mais importante da Guiné Portuguesa e da Senegambia. Nem um só colono Europeu se dedica a lavoura; toda a produção agrícola está na mão do indígena” (Arpoare, 1882: 366).

A chegada dos primeiros chineses, nos primeiros anos de novecentos, que tem lugar numa fase muito conturbada da história da Guiné, ia dentro de algumas décadas contribuir para uma mudança do contexto acima descrito. De uma forma inesperada e improvisada, as suas histórias associar-se-ão com os novos impulsos da colonização interna da Guiné, através da notável expansão e diversificação da agricultura da região, e, sobretudo, do cultivo de um género nativo com grande significado para o sustento da população: o arroz.

3. Os primeiros Chineses na Guiné: Kat Chan e Lai San Lek Si

“No inferno do jogo viviam em fins dos século passado, entre gente da sua igualha, dois homens de nome Alassam e Catcham. E um dia acusados, com outros mais, de crime de homicídio e jogo clandestino, foram presos julgados e condenados, nos termos da lei. Condenados, mas a desterro. Macau pretendia livrar-se dos elementos que a empestavam, fomentando o vício do jogo e cometendo, em antros abomináveis, toda a espécie de crimes. Não seriam porventura Alassam e Catcham dos piores das levas em que foram deportados. Mas o rigor da lei atingiu a todos, e eles vieram do Oriente com os demais, a bordo da chalupa ‘D. Carlos I’ que em 2 de Agosto 1902 fundeou em frente de Bolama.” (Matias, 1956: 174)¹⁷.

É de notar que o autor deste relato, inserido numa publicação oficial dedicada à viagem presidencial à Guiné em 1955, destaca este assunto, apesar de se tratar de “degradados” ou “desterrados”, que, regra geral, só eram referidos em sentenças de tribunais ou em boletins oficiais. Há, contudo, algumas imprecisões e erros nesta versão oficial que convém assinalar e corrigir. A data da sua chegada não é consensual: enquanto

¹⁷ A fonte em questão é o relato oficial da viagem feita em Maio de 1952 do então presidente da República, Craveiro Lopes, e o Ministro do Ultramar, Sarmiento Rodrigues, antigo governador da Guiné (1945-1949). Existem dúvidas sobre a identidade do barco em questão, que pode ter sido a lancha D. Luiz I, e sobre a data de desembarque dos Chineses; ver Estácio (2002): 434 (nota 15). No que diz respeito às suas sentenças, o Anuário da Guiné Portuguesa de 1948 refere o ‘crime de homicídio e de jogo clandestino’ (Duarte, 1949: 680). Apesar de esforços neste sentido, não foi possível aceder aos processos em questão, nas autoridades competentes em Macau, para confirmar estas afirmações. Contudo, considera-se menos provável que o fundamento das sentenças tenha sido uma simples questão de dívidas associadas ao jogo clandestino e que a sua invocação se relacionasse com o endurecimento da pena (Estácio, 2002: 435).

fontes oficiais referem 1902, há membros da comunidade chinesa na Guiné, segundo as quais houve um grupo de chineses que chegaram em 1895, fazendo parte de um grupo maior, uma parte do qual desembarcou em Moçambique e, talvez, São Tomé¹⁸ Existem indícios nos arquivos que, pelo menos, dois chineses, de nome Chan-a-leng e Las-Asseng, que se dizem oriundos de Macau e eram à época residentes em Bolama, terem feito um pedido para a sua repatriação em 1909. Enquanto o primeiro tinha sido condenado a sete anos de degredo, o segundo foi sentenciado a oito anos de degredo pelo crime de roubo. Apesar de as autoridades lhes terem concedido passagem para Cabo Verde, queixam-se de não conseguirem uma embarcação dali que os levasse de regresso a Macau. Nos seus requerimentos, em que pedem ser repatriados, e que foram indeferidos, invocam ainda de lhes ser “quase impossibilitado de trabalhar devido ao mortífera clima da Guiné”¹⁹.

Outra questão que suscita dúvidas fundadas, é facto de estes recém-chegados serem chamados ‘Macaístas’ (termo rejeitado pela comunidade luso-chinesa, também por ser erróneo, em vez de pessoas nascidas em Macau) quando se tratavam de chineses vindos da região de Cantão, que emigraram para a então colónia portuguesa. Apesar de as razões da sua migração, provavelmente, se prenderem com a situação política na China continental, este pano de fundo não é relatado pelas fontes portuguesas coevas, que lhes atribui o estatuto de condenados. Os chineses em questão, que chegaram à então capital da Guiné situada na Ilha de Bolama, a curta distância de terra firme, além da obrigação de executarem trabalhos públicos não beneficiaram de apoios da metrópole ou da administração local. As razões para o tratamento “privilegiado” de Alassam e Catcham feito pelas autoridades nos anos cinquenta, associa-se ao facto de estes chineses terem, com êxito, procurado novas formas de vida e de sustento, que acabaram por deixar marcas históricas na colónia, nomeadamente, no que diz respeito ao cultivo de arroz. Contudo, as suas primeiras investidas na Guiné estão associadas à pesca: após serem adquiridos pequenos



Túmulo kat Chan em Catió (falecido em Catió, 27-6-1949).

¹⁸ Entrevista com Eng. Marcelino Wentacem Silva, Lisboa, 19-3-2010, testemunho recolhido por Philip J. Havik. Esta fonte afirma que enquanto o primeiro grupo era composto por refugiados, o segundo grupo fazia parte de um grupo de ‘condenados’ ou ‘degradados’ enviado para a Guiné-Bissau por um tribunal de Macau; não foi possível encontrar referências escritas nos registos dos arquivos ou nos boletins oficiais da época sobre este grupo.

¹⁹ Ofício 117, Joaquim João Duarte Guimarães, Secretário Geral do Governo da Guiné, Bolama, 26-4-1909; AHU, Direcção Geral do Ultramar, 1.ª Repartição, Cx. 8.



Boaventura Wentacem António Silva (falecido em Catió, 25-05-1960).

barcos de pesca – e supõe-se licenças de pesca (?) – eles dedicaram-se à navegação nas águas costeiras e no arquipélago dos Bijagós – para granjear a vida e estudar as perspectivas, que a sua nova terra oferecia.

A chegada de chineses, em 1902, a Bolama, acaba por criar as condições inesperadas para uma aventura, que abrirá novos horizontes na colónia, ainda, em estado formativo. Sendo o seu local de fixação, onde executaram durante os primeiros tempos trabalhos públicos, a capital, próxima as ilhas Bijagós e a área ao Sul do rio Tombalí, que eram naquela época ainda largamente desconhecidas, servia como ponto de partida para as suas investidas. Daí que, apesar de ser a sede do governo, a Ilha de Bolama era de facto um excelente ponto de partida para navegar em águas longe dos olhares das autoridades. A mobilidade que ganharam como pescadores, permitia-lhes alcançar grande margem de manobra e entrar em contacto com populações em zonas pouco visitadas ou conhecidas.

“Ganharam intimidade com os nativos e pediram-lhes informações de terras onde pudessem prosperar mais largamente. Deles devem ter obtido a revelação de que no continente, subindo um grande rio até umas terras mal conhecidas, se encontravam enormes extensões de boa terra inundada onde era abundante a produção de arrozal”. (Matias, 1956: 175).

Por não haver confirmação nas fontes da época – que são pouco claras neste aspecto em particular – acerca da existência de arrozais ou *bolanhas* no chão Nalú, nas margens do rio Tombalí, é mais provável tratar-se da perspectiva do potencial da área para o cultivo de arroz. Aliás, os dois chineses, aqui descritos como *“mestres de lavrança de arroz”* devem, sem dúvida, eles próprios ter entendido as características propícias do terreno, que é muito parecido com o estuário do Rio das Pérolas, que banha Macau, e cujas margens estavam então ainda cobertas de mangrove (mangue)²⁰. Conhecido como a “terra de arroz e peixe”, onde os arrozais abundam e as populações sedentárias nas margens do estuário ganharam uma larga experiência milenar, no que diz respeito a recuperação de terras para agricultura nas suas margens lodosas. A construção de diques para a criação de campos de cultivo de arroz e de lagos de peixe (e ostras) tem ali uma longa tradição, criando um eco-sistema e uma sócio-economia

²⁰ A extensão desta zona de densos mangroves é hoje muito menor por causa do grande crescimento demográfico, a urbanização e a industrialização na província de Guangdong.

muito característicos para esta região²¹. O conhecimento do impacto das marés, da necessidade de dessalinização dos solos e o conhecimento de variedades de arroz mais bem adaptados ao ambiente, eram fundamentais para tirar o máximo proveito das suas potencialidades.

Enquanto o relato ‘oficial’ da sua biografia histórica passa sem demora para a próxima fase de os Chineses terem conseguido *“dentro de em pouco”* de tirar proveito *“do seu trabalho aturado e hábil”* e de a terra *“pagar generosamente”* (Matias, 1956: 175), é um grande salto. Uma outra fonte, anterior ao relato acima citado, fornece mais pormenores e permite enquadrar melhor o contexto da sua fixação na região. Fausto Duarte, funcionário administrativo na Guiné Portuguesa além de romancista, acrescenta alguns aspectos relevantes, nomeadamente, de os chineses terem criado laços estreitos com habitantes das Ilhas Bijagós, em cujas águas costumavam pescar (Duarte, 1949: 680-2). Estes, além de serem hábeis navegadores e pescadores com um grande conhecimento da zona costeira, também, eram cultivadores de arroz em terrenos lodosos das suas próprias ilhas sedimentadas pelos grandes rios da região. A aprendizagem do Crioulo da Guiné (Kriol) ou de línguas étnicas pode ter facilitado a sua comunicação com os Bijagós. A sua rápida adaptação ao meio e o facto de estarem *“habitados desde a infância aos trabalhos de orizicultura”*, criaram algumas sinergias importantes com as populações locais, que lhes foram úteis, quando reconheceram as terras de Tombalí. A preferência pela zona de Catió, localizada entre os rios Tombalí e Cumbidjã e encostada às ilhas de Como e Caiar, revela uma noção muito clara das características adequadas do terreno. O Rio Cumbidjã – junto com os seus afluentes – é, sem dúvida, o melhor curso fluvial em todo o Sul da Guiné para a criação de arrozais; as marés fazem-se sentir rio acima até os afluentes, o rio de Hebi, Sare e Balana, numa extensão de mais de 80 kms. O facto de hoje ter nas suas margens muitas povoações ou *tabankas* cuja população trabalha os extensos arrozais demonstra que aquela escolha foi acertada²².

Segundo descendentes ainda vivos, os dois chineses, Alassam e Catcham, seguiram juntos para o Sul em 1915. O Alassam Lekessi ou Leckessy (18?), cujo nome chinês era Lai San Lek Si, fixou-se em Cubaque, onde adquiriu uma ponta, poucos quilómetros a Norte da actual vila de Catió, na margem esquerda do Rio Ganjola²³. Nas fontes oficiais recolhidas não consta registo algum desta propriedade, cuja falta é, por estas, associado ao seu estatuto de “degradado”. Contudo, naquela época a administração da circunscrição de Buba (criada em 1912) ainda não tinha estendido o seu controlo sobre toda a zona em questão, e nem sequer tinha pessoal para efectuar a delimitação dos terrenos. Neste seu terreno, Lai San Lek Si cultivava arroz, café, hortícolas e árvores de fruto e, provavelmente, coleiras (*Kola nitida*). Destaca-se, neste contexto, o arrozal ou *bolanha* que o *ponteiro* chinês cultivou com base nos seus profundos conhecimentos das técnicas de construção de diques, de comportas e de irrigação. No caso do Catcham, cujo nome chinês era Kat Chan Akis (1857/8 – 1949), sabe-se, através de descendentes dos Chineses, que se mudou de Bolama para o Norte da Guiné, vivendo, naquela época, em Canchungo, o principal centro comercial da região, da Costa de Baixo que, após o fim das campanhas de militares em 1915

²¹ Ver Qihão Weng, A Historical Perspective of River Basin Management in Pearl River basin in China, in: *Journal of Environmental Management*, 84, 5, 2007: 1048-62.

²² Para um esboço da zona em questão, ver Diana Lima Handem, *Tabancas a Volta do Rio Cumbidjã: estudos no sector de Cubucaré*, Bissau: INEP, 1986.

²³ Ver o testemunho de Maria Anunciação Roberto King, citado em Estácio, 2002: 441.

se encontrava em pleno crescimento. Atraído pelas informações, que lhe chegaram sobre as oportunidades existentes no Sul da Guiné-Bissau, decidiu emigrar para Tombali. Os Manjacos – em cujo chão se movimentava como vendedor ambulante – tinham-se fixado, durante o século XIX, no Sul da colónia, com a expansão do cultivo de amendoim e na última década de oitocentos por causa da colheita de borraça²⁴. Seguindo para Suá, uma aldeia na margem do riacho de Cadime que, com o tempo, se tornou um aglomerado periférico da vila de Catió, estabeleceu-se numa *ponta*. Como o seu conterrâneo, Lai San Lek Si, consta que Kat Chan comprou o terreno (de 1000 ha.) por aforamento²⁵. Parece que foi Kat Chan que, com base nos seus contactos e boas relações com Balantas de Mansoa, Enxalé e Nhacra, os recrutou para emigrarem para Sul, fecharem os rios e cultivarem as *bolanhas* na sua *ponta*. As tradições orais dos Balanta Brassa reconhecem o seu papel de os ter incentivado, a partir de 1915, a migrar para Tombali, onde fundaram no chão Nalú, a *tabanka* de Suá, a primeira na região (Handem, 1986: 33)²⁶.

Um terceiro membro do primeiro grupo, Weng Tak Seng, que andou junto com os seus dois conterrâneos, tanto na pesca nas Ilhas Bijagós, como no Norte da Guiné-Bissau, na zona da Costa de Baixo e as ilhas de Jeta, Pecixe e Caió, acabou por falecer em 1913, antes da migração para o Sul²⁷. Uma recolha de dados através de entrevistas junto de pessoas que conviveram com os filhos dos primeiros chineses, sugere que eles próprios construíam as suas canoas de pesca e costumavam, tal como era hábito na sua terra natal, fechar os rios para facilitar a pesca, com a ajuda de habitantes da ilha de Bolama onde residiram²⁸. Após uma fase inicial de saídas para as Ilhas Bijagós, onde pescavam, os reconhecimentos da zona Sul começaram a incluir o porto de Jabadá, na margem esquerda do Rio Geba. Estes mantiveram contactos com os Balantas na zona de Nhacra, Mansoa e Enxalé, através do pequeno comércio, principalmente, de aguardente e de artigos (por ex. colares) para mulheres e crianças. Os habitantes desta zona ofereciam hospitalidade aos chineses, que nas suas saídas pernoitavam nas *moranças* e nas *tabankas* Balantas. No período das mais intensas batalhas, durante as campanhas militares, na época de 1913-1915, muitas pessoas vindas das zonas afectadas do Norte (o chão Balanta incluído) atravessavam o rio Geba para os portos de Jabadá e Xime, com destino a região de Quinára. Este fluxo migratório teve lugar num período em que a administração, mais preocupada com a situação a Norte do rio Geba, na sequência da conclusão das campanhas, nem tinha a capacidade e nem mostrou muito interesse em controlar estes movimentos. Esta situação é confirmada por fontes portuguesas e

²⁴ Os Manjacos foram engajados pelos primeiros *ponteiros*, que se fixaram na zona, logo após a o fim das campanhas militares em 1915; além de fazerem as sementeiras e colheitas das culturas, incluído arroz e amendoim, prestaram-se a subir as palmeiras para recolher o *coconote* e extrair vinho de palma. Algumas das *tabankas* que nasceram na região fazem lembrar o seu chão, como por ex. Canchungozinho na margem direita do Rio Tombali.

²⁵ Marcelino Wentacem Silva, Lisboa, 19-3-2010. Ainda não foi possível encontrar o registo de concessão terrenos em questão.

²⁶ No relatório do governador da Guiné, Ricardo Vaz Monteiro, do ano de 1943, consta uma referência ao 'macaísta' Cacha Gulí, que se tinha fixado na 'região de Tombali', sem especificar o local, "levando consigo alguns trabalhadores indígenas da tribo balanta" para o cultivo do arroz. "Há vinte anos que a região de Tombali era quase desabitada pelo indígena e considerada inabitável para o Europeu, tão extensas eram as suas lalás e os terrenos cobertos de lama do mangal."; Relatório Governador da Guiné Ricardo Vaz Monteiro, sobre o ano de 1943, Bissau, 30-8-1944; AHU, ISAU, 2246.

²⁷ Marcelino Wentacem Silva, Lisboa, 19-3-2010. Segundo esta fonte, o Weng Tak Seng era irmão do Kat Chan Akis. Ainda antes da sua morte, o Weng Tak Seng fez saber que pretendia regressar à China.

²⁸ Entrevista com Inácio Júlio Semedo, proprietário da *ponta* e destilaria Sta. Helena, Gan Vicente, Bambadinca, 28/2 - 6/3/1990, conduzida por Iussufi Cissé, sob orientação de Philip J. Havik.

estrangeiras, nomeadamente, francesas: 'A região de Quinara está em plena fase de colonização (...) este movimento de colonização é de exclusivo iniciativa nativa. O governo local não intervém para a parar e deixa de se interessar completamente nela.'²⁹. Esta migração que começa, logo após a conclusão das campanhas militares, em 1915, e era motivada pela fuga à guerra, à cobrança do imposto de guerra e de palhota, ao trabalho forçado e às requisições de culturas (Handem, 1986: 33), mas também às fortes pressões demográficas existentes na região, a mais



Clementina Akis, (filha de Kat Chan, com 97 anos, fotografada em Catió, Junho de 2001).

densamente povoada da Guiné. A sua fixação no Sul prende-se, principalmente, com a oportunidade de produzir arroz de *bolanha* para consumo, mas também para venda. A atracção exercida pelos chineses, após terem "descoberto" a zona de Tombali, provavelmente, no período de 1915-1920, faz parte de um fluxo migratório interno, do Norte para o Sul. Quando informaram as autoridades, estas, aparentemente, também não se mostraram muito interessadas, por estarem mais preocupadas com a situação a Norte do Rio Geba, nas áreas recentemente conquistadas³⁰.

O facto de chineses como Kat Chan terem ampliado o raio da sua acção até ao chão Balanta, a norte do Rio Geba (através do canal do Impenal, até ao Rio Mansôa) e a partir de Canchungo, permitiu-lhes, mais tarde, recrutá-los para seguirem para Sul. Na época de 1915-1924, quando Lai San Lek Si e Kat Chan se fixaram na zona em redor da actual vila de Catió e desenvolveram a lavoura de arroz, aparentemente, convenceram *moranças* Balanta inteiras a mudar-se para o Sul, a fim de cortar e queimar o *tarrafe* (mangue), construir *ouriques* (diques), drenar os solos e iniciar o cultivo de arroz, nas *bolanhas* conquistadas ao mar³¹. Apesar de os chineses terem aberto o caminho, os Balanta acabaram por se tornar os donos das sementeiras de arroz, o que lhes permitiu, mais tarde, reivindicar os direitos de usufruto da terra. O povoamento correu de forma pacífica, pelo menos inicialmente, porque os migrantes Balanta fizeram contratos com os Nalú, através de cerimónias para obter o consentimento destas mudança, perante os então donos do chão (Handem, 1986: 33). A partir dos anos vinte, o fluxo de migrantes Balanta para o Sul aumentou consideravelmente, principalmente, para a região de Quinara onde se fixam no chão Biafada, em parceria com os Kriston, de Bissau. A partir de 1925, o então governador Vellez Carço tentou limitar a vaga de expansão desenfreada de 'pequenas senhoras da terra', através da criação dos chamados 'centros comerciais' (Viegas, 1936: 540)³². Porém, a falta de

²⁹ Ver nota do Consul da França, Hostains, Bissau, 30-11-1918, para o Ministério Francês de Negócios Estrangeiros, em Paris; MEA, K-Afrique, PP3.

³⁰ Inácio Júlio Semedo, Gan Vicente, Bambadinca, 28/2 - 6/3/1990.

³¹ Inácio Júlio Semedo, Gan Vicente, Bambadinca, 28/2 - 6/3/1990. Segundo alguns relatos, os Balanta que chegaram a zona de Catió, em meados dos anos vinte, vinham da região de Mansôa, passando pelo Cubissecó para depois seguir para Tombali (Garcia de Carvalho, 1949: 312).

³² O mesmo governador tentou travar a exportação do arroz no ano anterior, justificando esta medida com a necessidade de abastecer a Guiné. Ver BOGP, 44, 5-11-1924.

organização dos serviços competentes, q.d. a Repartição de Agrimensura, fez com que muitos pedidos de concessões não fossem respondidos, em tempo útil, ou que a demarcação dos terrenos não chegasse a efectuar-se (Santos Guerra, 1956: 44).

A partir de 1926, os primeiros *ponteiros* de origem caboverdiana obtêm concessões, como Álvaro Boaventura Camacho, em Cantone³³, e, mais tarde em, Cufar ou se instalam, simplesmente, na zona de Tombali e Cacine, desbravando o terreno com trabalhadores recrutados. Concessionários como Camacho, que obtiveram grandes concessões das autoridades, reivindicaram o estatuto de “animosos pioneiros”, mas não sem reconhecer o papel de outros, como por ex. Kat Chan, que segundo versão oficial não foram titulares, na ‘abertura’ do Sul³⁴. Apesar de se terem já fixado no Sul antes desta nova vaga de *ponteiros*, os chineses viram falhar algumas das suas tentativas de legalizar concessões de terrenos, por ex. no caso de Kat Chan, o seu pedido de concessão, feito em 1923, para um terreno na zona de Catió, que foi indeferido pelas autoridades³⁵. As condições para a expansão para Sul foram criadas com a construção da estrada de Buba até Cacine em 1924³⁶. A mãe de Camacho, D. Olímpia Monteiro Maia, obteve, na mesma altura, uma concessão mais a Sul, na zona de Cacine³⁷, tal como outros comerciantes, nomeadamente, Mário Lima Wahnon e Gregório Barbosa da Silva³⁸. Nesta zona, além de empresas como a Sociedade Comercial Ultramarina, obtiveram concessões na área de Catió (1926), que contribuiu para a criação de uma, ainda pequena, rede de transportes fluviais, com barcos a motor e lanchas tipo ‘salão’ entre Bolama, Empada, Catió e Cacine³⁹.

A primeira onda migratória Balanta, para o Sul, continuou até o princípio dos anos 30, quando as autoridades construíram em 1931 o posto administrativo em Suá e mais tarde em Catió, onde se edificou um moderno posto, em 1937, e se começou a controlar, efectivamente, a zona em questão. Um inquérito levado a cabo pelas autoridades da colónia, em 1931, concluiu que muitos concessionários não cultivaram ou valorizaram os terrenos concedidos, o que resultou na anulação das suas concessões. Este inquérito chegou à conclusão que a Guiné seria uma “colónia em regime anárquico de concessão de terras, sem carta regular, sem processos científicos de cadastro”, classificada como “a vergonha da administração portuguesa”⁴⁰. Assim intensificou-se a guerra, agora aberta, entre os ‘pequenos senhores de terras’ e o governo da colónia, que, deste modo, tentou condicionar o comércio e agricultura, obrigar os concessionários a manter os terrenos cultivados, a transferir o comércio nas concessões para os centros comerciais e

arrecadar maiores proventos fiscais⁴¹. A instalação de *ponteiros* como Abel Gil de Matos, João Ferreira Neto, D. Maria Cabral e Mário Lima Wahnon e outros na zona de Catió data, precisamente, dos anos 30, contribuindo, decisivamente, para a expansão da produção de arroz, através da fixação de comunidades Balantas inteiras no Sul da Guiné (Indjai, 2002: 187). O cultivo de arroz em *bolanhas* tem sido associado à actividade de *ponteiros*, q.d. comerciantes com títulos de concessões de determinadas terras obtidas através de contratos com *régulos* e chefes ou cedidas pela administração (Espírito Santo, 1949; Mota, 1951; Mota, 1954, I: 290-9 & II: 151; Carreira, 1962: 229; Cunningham, 1980: 37/8; Injai, 2002). Durante os anos 30, o governo da Guiné, também, introduziu estímulos à produção de arroz para exportação, com intuito de suavizar o impacto da forte baixa das cotações das oleaginosas nos mercados internacionais, na sequência da crise mundial de 1929, e, ao mesmo tempo, ensaiar políticas que visavam diversificar a economia de monocultura de oleaginosas e criar excedentes de arroz para a exportação para a metrópole⁴². Segue-se uma segunda onda de (grandes) concessões nos anos 40 com a chegada de comerciantes como Manuel Pinho Brandão, Maria Conceição Veiga e outros, que, sempre, através do recrutamento de mão de obra Balanta, aumentaram ainda mais a área ocupada por arrozais e, por conseguinte, a produção de arroz. A escassez de arroz registada naquela altura proporcionou medidas que visavam proibir a sua exportação e o contrabando. O governador Sarmiento Rodrigues (1945-49) que iniciou obras de recuperação de arrozais ou *bolanhas* no litoral, logo após a Segunda Guerra Mundial, observou, a respeito dos trabalhos feitos na construção dos *ouriques* (q. d. diques exteriores dos arrozais) de Bissau, Cacheu e Mansoa, que estes foram feitos “a pedido dos indígenas”, mas que pedidos semelhantes foram feitos por comerciantes e que as autoridades no Sul da Guiné-Bissau lhes pareceram “irrealizáveis porque estão fora do domínio do prático” (Sarmiento Rodrigues, 1949: 140). Não hesitaram a usar a metáfora da lavoura para chamar atenção dos administradores que “em vez de semear arroz e fazerem paredes, estão a escrever a máquina e minutar sonoras notas”⁴³, para publi-



Mariana Akis (filha de Kat Chan, com 93 anos fotografada em Catió, Junho de 2001).

³³ O comerciante em questão, entregou o seu pedido de concessão de terrenos em Cantone em 1922, que ficou sem andamento, até que as autoridades (q.d. o Conselho do Governo da Guiné) a concede em 1926; ver processo de concessão por aforamento no. 1777, de 7.152.008 m².

³⁴ Ver Santos Guerra, *Terras da Guiné e Cabo Verde*, Lisboa, Tip. Silvas, 1956: 43-8.

³⁵ Ver BOGP, 20, de 28-7-1923, em que é referido o indeferimento do pedido de concessão (processo 23/1922) feito por ‘Cacham Macaista’ de um terreno no sítio de Catió-Cubile, que na altura ainda fazia parte da Circunscrição de Cacine.

³⁶ Conselho do Governo da Guiné, Acta 6, 8-3-1924; AHU, DGAPC, 588.

³⁷ Ver para a concessão de Olímpia Monteiro Maia, Actas Do Conselho do Governo, No. 19, 12-7-1924; AHU, DGAPC, 588., e para as outras concessões, Injai (2002): 186.

³⁸ Trata-se do processo no. 1793 de 1925 relativamente a concessão de 9.994.460 m² à Mário Lima Wahnon, e processo no. 1792, do mesmo ano, de 10 mil m² à Gregório Barbosa da Silva.

³⁹ Inácio Júlio Semedo, Gan Vicente, Bambadinca, 28/2 - 6/3/1990.

⁴⁰ João José Soares Zilhão, governador da Guiné, ofício confidencial, 2/48, Bolama, 7-1-1932, AHU, DGAPC, 368-2. O governador responsabiliza a falta de prioridade dada a questão do cadastro e a Repartição de Agrimensura, que se regia com verbas mínimas, pela falta de produtividade dos serviços em questão.

⁴¹ Este conflito intensificar-se-á nos anos trinta, durante o longo mandato do governador Viegas (1933-1940), que, em 1940, informa a metrópole que conseguiu, através de fiscalização e de alterações ao regime de concessões de terrenos, anular ‘mais de dez mil ha de terrenos concedidos por falta de aproveitamento’, Luís António de Carvalho Viegas, Relatório do Governo, 25-10-1940, Bolama; AHU, GM, 2940. O seu sucessor, Ricardo Vaz Monteiro, pela circular (n.º 19 de 22-10-1942) obriga os administradores de circunscrição a organizar comissões de vistorias a todas as concessões com mais de dez anos, o que resulta na anulação de 171 000 há dos 245 853 já concedidos, sobretudo, devido à “falta de aproveitamento do terreno”; ver Relatório do ano de 1943, governador Ricardo Vaz Monteiro, 30-8-1944; AHU, ISAU, 2246.

⁴² A exportação de arroz para Portugal atingiu o seu nível máximo em 1934, com um volume de quase 6 mil toneladas, para nos anos seguintes descer para mil toneladas em 1937, devido a restrições impostas à sua importação pelo governo na metrópole; ver António de Carvalho Viegas, Relatório do Governador, Bolama, 28-6-1937; AHU, ISAU, 1667.

⁴³ M.M. Sarmiento Rodrigues, Relatório para a Conferência dos Administradores da Guiné de 1947; AHU, DGAPC, 2070.

nhar a necessidade de estes indicarem “a capacidade dos recursos próprios, a vontade dos indígenas e da razoável possibilidade de auxílio do Governo.” (Ibidem: 140/1) Por conseguinte, regra geral, os *ponteiros* do Sul organizavam os trabalhos de ‘fechar os rios’, a contratação de mão-de-obra (principalmente Balanta) e o transporte de materiais (cascalho e areia), por conta própria⁴⁴.

4. Os descendentes dos primeiros Chineses

Se o papel dos primeiros chineses na expansão da cultura de arroz ficou, claramente, estabelecido, não só através de fontes escritas, mas também orais, o seu percurso na sociedade colonial da época e, sobretudo, as suas relações com as sociedades africanas na Guiné, é mais difícil de determinar. Estas questões são importantes por se relacionarem com o modo como os chineses foram inicialmente recebidos e vistos pelas autoridades, e para perceber qual o impacto que o seu estatuto de ‘degradados’ teve sobre as suas andanças em solo guineense. A sua mobilidade como pescadores e, mais tarde, a sua mudança de domicílio da capital Bolama para outros pontos da colónia, indicam que não houve uma vigilância apertada sobre os seus movimentos, apesar das limitações impostas pelo seu estatuto. Pode-se especular, por exemplo, sobre o impacto das medidas tomadas pela primeira república, no sentido de decretar uma amnistia geral para aqueles condenados de vários crimes, entre 1910 e 1914 (Estácio, 2002: 437/8). Estas medidas foram transpostas em portarias provinciais, que, no caso da Guiné, resultaram na concessão de um indulto, para aqueles que tinham sido condenados a cumprir penas no ultramar, no terceiro aniversário da implantação da república⁴⁵. Provavelmente, estas medidas trouxeram uma mudança na vida dos chineses, que faziam parte de um grupo muito maior de degradados por crimes de várias ordens, incluindo políticos. Estes chineses encontravam-se espalhados pela colónia, e, sobretudo, nos centros urbanos principais, como Bolama, Bissau e Cacheu.

Ao contrário dos deportados de outras colónias como Cabo Verde e São Tomé por razões políticas, que tiveram um papel activo nos conflitos, que se intensificaram, precisamente, durante os últimos anos das campanhas de ‘pacificação’ (1910-1915), e se associaram activamente, aos movimentos e facções republicanas, os chineses formaram um grupo diferente, pouco numeroso, modesto e pacífico. O facto de a mudança de alguns chineses para outros pontos da colónia se ter verificado, a partir de 1915, é significativo. O envio de alguns, que faziam parte do primeiro grupo destes para o então comando militar de Cacine, como ‘adidos’ deve ser interpretado como uma política de os afastar destes centros e colocá-los em áreas remotas, onde havia manifesta falta de colonos e de funcionários. Mas a tendência dos chineses se fixarem em zonas situadas longe das autoridades portuguesas, sugere, ao mesmo tempo, a sua procura de oportunidades, em áreas ainda pouco exploradas, longe dos olhares das autoridades.

Outra razão pela qual se percebe melhor o meio social coevo em que os primeiros chineses se movimentaram, prende-se com as suas relações com a população guineense.

⁴⁴ Entrevista com Francisco Pinho Brandão, filho de Manuel Pinho Brandão, em Cumedo (Catió), 17-3-1989, feito por Jaime Sene Sambú, sob orientação do autor. Estes trabalhos foram iniciados pelo pai do entrevistado nos anos quarenta a pedido da comunidade Balanta na Ilha de Como/Caiar.

⁴⁵ Ver Portaria, Bolama, 21-3-1913, publicado no BOGP, no. 92, de 28-6-1913. No ano seguinte, foi concedida a amnistia para todos os crimes de carácter político e social; DL 114, Lisboa, 22-2-1914; ver também Estácio (2002): 438.

A expressão ‘*ganham intimidade com os nativos*’, usada pelo cronista da viagem presidencial, é bastante significativa neste contexto. O facto é que a aceitação e integração de muitos membros da comunidade chinesa na Guiné, passou e consolidou-se, principalmente, através de ligações com mulheres guineenses. Os mecanismos destes processos são sobejamente conhecidos e fazem parte da história da região, desde a chegada de portugueses e de outros europeus no século XV. Dos primeiros *lançados* que se fixaram na costa da Guiné na época de quinhentos, entre os quais se encontravam degradados, mas também exilados, até à chegada de cabo-verdianos, empobrecidos por causa das fomes, que assolaram o arquipélago, nos meados do século XIX, que se fixaram no litoral e estabeleceram *pontas*, existe um fio contínuo do acolhimento de estrangeiros, pelas sociedades africanas na região. O facto de estes grupos serem, regra geral, compostos por homens marginalizados ou ‘*outcasts*’, olhados com alguma desconfiança pelas autoridades, fez com que se ligassem, em termos sociais e económicos, a meios sociais nativos, criando redes e parcerias, com pessoas e comunidades vindas dos diferentes *chãos* do território.

Estes laços, que também incluíam casamentos à moda da terra, foram marcados por uma reciprocidade, no sentido de permitir a cada parceiro obter certos benefícios, por ex. acesso a produtos da terra (por ex. alimentação ou bens de troca), cuidados de saúde (por ex. remédios ou mezinhas) ou acesso privilegiado às chefias locais (por ex. linhagens fundadoras) obtidas através das esposas. Inversamente, os sócios ou parceiras nativas receberam artigos de origem estrangeira (por ex. tecidos, bijuteria, cheiros e perfumes), e conseguiram contactos (por ex. de funcionários, fornecedores, intermediários), apoios (por ex. financeiros ou em forma de apadrinhamento ou casamento dos filhos) e bens (por ex através de heranças). No entanto, as mudanças que ocorreram durante o período de oitocentos, quando o fenómeno das *pontas* conheceu um crescimento notável, fizeram com que estas relações, também, comesçassem a servir para obter direitos de usufruto ou concessões de terras, com o apoio das comunidades locais e seus ‘grandes’⁴⁶. Para ambos os cônjuges, a aprendizagem mútua de costumes e línguas era parte integrante desta dinâmica; com a passagem do tempo este intercâmbio levou a um processo de criouliização e à formação do crioulo da Guiné-Bissau, ou Kriol, tal como aconteceu em outras áreas vizinhas da costa ocidental africana, por ex. na Serra Leoa. Para facilitar o seu acesso às diferentes comunidades africanas da região, compostas por diversas etnias, cada uma com tradições e línguas próprias, o uso do Kriol, a principal língua franca, era um meio fundamental de comunicação e de integração. Sem dúvida, a segunda geração cresceu num meio crioulofóno, enquanto, também, poderia ter aprendido alguma língua étnica, no caso de viver no interior da colónia.

Pelos dados existentes sabe-se que alguns dos chineses que se fixaram na Guiné, q.d. uma pequena minoria entre a qual se encontrava o Fu Ni referido abaixo, foram para a Guiné com esposa e filho. Mas a maior parte destes emigrantes, que eram forçados, chegou sem a companhia da família mais próxima, e os seus percursos são paradigmáticos, para os processos de assimilação e criouliização acima descritos. Infelizmente, os dados disponíveis não permitem determinar, com certeza, com quem cada um dos

⁴⁶ Ver Philip J. Havik, *Dinâmicas e Assimetrias Afro-Atlânticas: a agência feminina e representações em mudança na Guiné (séculos XIX e XX)*, in: Selma Pantoja (coord.) *Identidades, Memórias e Histórias em Terras Africanas*, Brasília/Luanda, LGE/Nzila, 2006, pp. 59-78.

chineses se ligou sentimentalmente e/ou casou. Segundo membros da comunidade luso-chinesa, do primeiro grupo de Chineses, Lai-San-Lek Si, Kat Chan e Weng Tak Seng, casaram-se com mulheres guineenses.⁴⁷

No caso de Lai San Lek Si, este casou-se com uma mulher de origem Pepel, da Ilha de Bissau chamada Maria Cambodó⁴⁸, de quem teve três filhos, Maria Amélia (Bolama, 1914), Carlos (Bolama, 1922 - Bissau, 1985) e Armando (Catió, 192?), todos baptizados com o apelido aporuguesado de Leckessi e algumas variações como Lekey ou Leckssy⁴⁹ Enquanto a primeira se mudou para Bissau e viveu no bairro Chão Pepel, e mais tarde se mudou para Portugal, o segundo fixou-se em Bedanda, a cerca de vinte quilómetros de Catió, onde trabalhou como empregado comercial na empresa de Mário Lima Wahnnon, um dos maiores comerciantes da Guiné na época⁵⁰. O terceiro filho, Armando, casou-se com uma mulher guineense, Pompei Gomes, de origem manjaca, cujo pai vinha da Ilha de Jeta, com quem teve dois filhos, Florentina e Nuno. Segundo membros da comunidade de descendência chinesa, Kat Chan, que também era conhecido como Ca Xam Akis Guli e Ca Xa Guli, teve sete filhos, dois rapazes e cinco raparigas, dos quais dois ainda estavam vivos e residiam em Catió em 2001 (Estácio, 2002: 442)⁵¹. Durante a sua permanência na Guiné, casou-se com três mulheres, a primeira Nhanha (cuja data de falecimento não é conhecida), e após a morte desta com Teresa, que faleceu em Bolama em 1920 e, mais tarde, com Leopoldina, filha de cabo-verdianos residentes em Bolama, que faleceu em 1955. Da sua ligação com Teresa resultaram duas filhas, Clementina Akis e Constantina Akis, enquanto da sua terceira mulher, Leopoldina, teve três filhos, Mariana, Pedro e Joaquim Akis. Constantina Akis casou-se com Tibúrcio Ferreira, um guineense, de cuja relação nasceram quatro filhos, Diamantino, José, a Senhora Ferreira (também conhecida como Nhô) e Flávio Ferreira. Mariana Akis casou-se com outro guineense, José Costa, com quem teve três filhos (José, Noel e Rui Cardoso). Após a morte de José Costa, Mariana casa-se novamente, com outro guineense, Francisco Dias, com quem teve três filhos: Romeu, Etelevina e Maria⁵². No que diz respeito aos outros chineses que chegaram à Guiné no princípio do século, são referidos pelos cronistas, os dois chineses já mencionados, que faziam parte de um grupo de cinco, incl. Leong Seng, Li Seng e Weng Tak Seng (Estácio, 2002: 459). Alguns destes terão falecido poucos anos após a sua chegada, como é o caso de Li Seng (Cacine, 1905) e de Leong Seng (Cacine, 1906), possivelmente, devido à falta de condições na zona provocado pela “*absoluta falta de géneros de 1ª necessidade*” (Estácio, 2002: 436). Aliás, certos autores responsabilizam a reduzida atividade agrí-

⁴⁷ Entrevista com o comerciante Inácio Júlio Semedo, proprietário da *ponta* e destilaria Sta. Helena, Gan Vicente, Bambadinca, 12-3-1993, conduzido pelo Sabino Queba Mané sob orientação de Philip J. Havik.

⁴⁸ Esta informação que foi recolhida junto ao Eng. Marcelino Wentacem Silva, é confirmada por Inácio Júlio Semedo, que conheceu alguns dos filhos de Lai San Lek Si, com os quais andou na escola primária em Bissau.

⁴⁹ Segundo informação prestada por Marcelino Wentacem Silva. Apesar de não se saber ao certo quando se mudou de Bolama para o Sul da Guiné, pelas datas de nascimentos dos filhos percebe-se que se deve ter fixado em Cubaque nos anos vinte. Mária Amélia teve dois filhos Maria Anunciação e Léonidas), o Carlos quatro (Columbano, Leontina, Homero Alassam e Faveres Felisma), e Armando dois (Cristina - ‘Nuna’ - e Cristina Flora); ver Estácio (2002): 446.

⁵⁰ Esta informação obtida através de Inácio Júlio Semedo, Gan Vicente, Bambadinca, 12-3-1993, é confirmada por um descendente de Chineses, Flávio Mariano Wentacem Mário Fernandes; ver Estácio (2002): 442.

⁵¹ Nomeadamente, Pedro (f.1966), Joaquim (f. 1995), Lia (f. 1987), Leopoldina (f. 1997), Constantina (f. 1998), Clementina e Mariana. A sua esposa era oriunda de uma linhagem de comerciantes ou *gan* muito conhecida na Guiné-Bissau desde o século XIX, com raízes na Ilha de Fogo, no arquipélago de Cabo Verde.

⁵² A informação sobre as esposas, os filhos e os netos de Kat Chan foi fornecida por Marcelino Wentacem Silva, Lisboa, 19-3-2010.

cola dos Fula e dos Nalú, que habitam a região de Cacine, pelas crises cíclicas que os atingiram no período das chuvas, imediatamente antes das primeiras colheitas (Carreira, 1962: 238). Não são também de excluir outras causas como doenças tropicais que grassa(ra)m nesta região de alta pluviosidade. Weng Tak Seng, que chegou a Bolama nos primeiros anos do século XX, faleceu em Bolama em 1913 por causa um ataque de febre-amarela (Estácio, 2002: 437; 443, nota 47). Tinha-se casado com Maria da Silva, uma mulher manjaca da Ilha de Pecixe de quem teve um filho em Bolama em 1905, de nome Wentacem António Silva. Este foi, mais tarde, nos anos 20, apadrinhado pelo acima mencionado comerciante e *ponteiro*, Camacho, ficando, desde então, com o nome de Boaventura. Após a morte do pai, foi criado pelo irmão de Weng Tak Seng, Kat Chan, primeiro em Bolama e depois na zona de Catió, para onde se mudou nos anos vinte, e se casou, mais tarde, com Eufémia Monteiro de Macedo, filha de cabo-verdianos da Ilha do Fogo, com quem teve nove filhos⁵³. Os recenseamentos da época, também, indicam que havia cinco chineses registados em Bolama em 1918, sem, obviamente facultar os seus nomes.⁵⁴ Estes incluíram o acima mencionado Weng Tak Seng, mas também um outro chinês, que desembarcou na Guiné três anos antes e se juntou à pequena comunidade chinesa já existente. Trata-se de Fu Ni, que, acompanhado pela esposa e por um filho, Mário Pu Chan, que ficou localmente conhecido como ‘*Chinês*’ (Estácio, 2002: 444), veio para visitar umas das famílias chinesas na Guiné, após uma viagem de barco aos Estados Unidos e à Europa⁵⁵. Sabe-se que o Fu Ni, também conhecido como China Funi ou Funy, se fixou numa das Ilhas Bijagós, onde Lai San Lek Si e Kat Chan tinham andado a pescar, e teve uma propriedade na ilha de Orango Grande, produzindo arroz, amendoim e mandioca, além de noz de palmeira e fruta. Após o falecimento da sua esposa chinesa, Fu Ni casou-se, ao longo da sua vida, com duas mulheres de origem guineense, uma das quais Luzia, de origem Pepel, e outra da etnia Bijagó, das quais teve oito filhos (Estácio, 2002: 445)⁵⁶. Tendo falecido nos anos quarenta, ele deixou os terrenos ao cuidado do seu filho, Mencham Correia Funy, nascido em 1937, que os manteve até



Amélia Leckessi (filha de Lai San Lek Si, com 87 anos, em Catió, Junho de 2001).

⁵³ Nomeadamente, quatro raparigas, Maria (f), Irene, Laura e Florinda, e cinco rapazes, Rui, Marciano (f), Marcelino, José (f) e Nelson.

⁵⁴ BOGP, II série, n.º 25, 22-6-1918. Dados do Recenseamento da população Europeia e assimilada nas cidades de Bolama de Bissau, 31-12-1917.

⁵⁵ Agradecemos a colaboração de um dos netos de Fu Ni, Mário Mencham Borja Funy, que obteve esta informação do seu tio, Romão Correia Funy; informação fornecida a partir de Bissau em 19-4-2010. Com base nas informações em causa, o Fu Ni, esposa e filho, provavelmente, chegaram à Guiné num dos barcos da Woermann Linie, que naquela época mantinha um serviço regular com este país.

⁵⁶ China Funi é mencionado por certos autores no contexto do movimento migratório para o Sul, nos anos 1914-18 (Carreira, 1962: 224). Teve oito filhos, duas raparigas e seis rapazes, de nome Maria, Matilde, Daniel, Romão, João José, António (Tong Chan, 1934), Mencham (Meng Chan, 1937) e Manuel. Informação prestada pelo neto Mário Mencham Borja Funy; ver Estácio (2002): 445, nota 56.

à sua morte, na idade de 44 anos em 1981, após a qual estes ficaram votados ao abandono (Estácio, 2002: 445). Um outro filho, Romão Correia Funy nascido na Ilha de Orango Grande em 1934, manteve residência nas Ilhas Bijagó, incl. a ilha de Bubaque, até 2001 quando emigrou para Portugal. O seu irmão António (1934) ou Tong Cham, localmente conhecido como *Toncham*, foi educado em Bissau, onde, mais tarde, trabalhou nas empresas comerciais Casa Gouveia e Sociedade Comercial Ultramarina, na sucursal da última em Catió, onde esta detinha várias explorações.

Com a morte de Kat Chan em 1949, um descendente chinês da segunda geração, já acima mencionado, de nome Boaventura Wentacem António Silva, empregado comercial e, também agricultor, em Catió, onde cultivava arroz, café e árvores de fruto, assumiu a liderança da comunidade chinesa até o seu falecimento em 1960, com 55 anos de idade. Com a sua morte, a comunidade chinesa na Guiné perdeu não, somente, um dos seus principais membros, que teve um papel de destaque como porta voz daquela, mas também um dos últimos descendentes, que ainda se dedicava à agricultura. A sua morte também ocorreu numa altura em que a situação interna da Guiné estava prestes a mudar radicalmente, devido à contestação aberta contra as autoridades portuguesas. A comunidade formada pela segunda e terceira geração ressentiu o facto de a época de sessenta se tornar num período muito conturbado, por causa do conflito armado entre o governo colonial e a oposição nacionalista. Como o Sul se tornou o palco principal do conflito armado, e, sobretudo, a zona de Catió e das ilhas de Como e Caiar, e Cacine, aquela que tinha sido a terra predilecta e a segunda casa dos chineses, passou a ser cada vez mais insegura. Por conseguinte, após a abertura das hostilidades em 1963, assiste-se ao êxodo, por parte de comerciantes e de *ponteiros* como Camacho, Pinho Brandão e outros, e à retirada de casas comerciais, como a Casa Gouveia (que pertencia à CUF), a Sociedade Ultramarina, Guedes, Barbosas & Comandita, Camacho & Correia e outras (Castro, 1980: 361-3). O facto de a maior parte dos descendentes chineses se terem fixado nas vilas e cidades, como Bolama e mais tarde Bissau, onde completaram a sua educação escolar, levou a uma concentração progressiva da comunidade nestas urbes. Os seus empregos, urbanos, muitas vezes em casas comerciais, cujas lojas e sucursais estavam espalhadas pelos centros comerciais da colónia, também contribuíram para os afastar cada vez mais do interior e das terras que, inicialmente, acolheram os seus pais e avós.

5. Conclusão

Os percursos diversos dos chineses e dos seus descendentes na Guiné evidenciam o modo como processos de aculturação e de criouliização desempenharam um papel fundamental na sua integração, na sociedade guineense, durante o período colonial. Apesar de serem estrangeiros, vindos de uma outra colónia situada no outro lado do mundo, parece que se adaptaram, com uma notável facilidade, às condições de um outro país tropical. Ainda que as suas vidas, particulares e profissionais, mostrem uma faceta pouco conhecida da história da Guiné, até agora somente referida por poucos autores, aquelas também evidenciam uma continuidade no modo como os hóspedes são recebidos e tratados nesta parcela da África Ocidental. Forçados a permanecer na Guiné, alguns dos primeiros chineses procuraram novas oportunidades para a sua realização na pesca e, sobretudo, na agricultura, reflectindo as suas apti-

dões e experiências trazidas da Macau. O seu empenho nesta tarefa pioneira fez com que conseguissem convencer populações nativas a seguirem o seu exemplo e, mais tarde, até outros colonos e empresas na exploração de uma cultura que, até aquele momento, não tinha sido encarada com grande interesse pelas autoridades ou, sequer, pelo comércio no território. O facto de algumas comunidades da Guiné, comerciantes e até administração colonial terem reconhecido o seu papel, é indicativo do êxito, que tiveram de levar a cabo nesta tarefa. A este reconhecimento não é, seguramente, alheio o facto de na época em que embarcaram, a Guiné ainda ser pouco mais que um canto esquecido do império.

“A Guiné foi durante largo tempo uma colónia esquecida, que quase se não sabia onde ficava e quando dela se falava, sentia-se logo um calafrio devido a detestável fama que o clima gozava. Dai o fechar-se os olhos ou por outra nem tentar-se saber o que lá se fazia. Era bem dito um ponto de interrogação na administração ultramarina (...)”⁵⁷

Mas, apesar dos elogios feitos pelas autoridades de então, a sua história esconde outra, menos prosaica. O estigma do estatuto de “degredados” que os continuou a acompanhar, já depois de terem sido amnistiados, constituiu, sem dúvida, uma barreira nas suas carreiras, neste canto do império. Tal, apesar de membros da comunidade chinesa afirmarem que Lai San Lek Si, Kat Chan e Weng Tak Seng eram refugiados, e tinham feito parte do primeiro grupo, que segundo estes chegou em 1895⁵⁸.

“Os pedidos de concessão de terrenos aumentaram [q.d. no Sul], e a posse legal da terra que fora recusada aos degredados, oriundos de Macau, passou para as mãos destes colonos.” (Duarte, 1948: 681)

Além disso, como já acima referimos, as sementeiras eram feitas pelos próprios Balanta, que convidaram a ir para o Sul, que não só trabalharam as suas próprias parcelas como também os terrenos dos chineses como Lai San Lek Si e Kat Chan Akis. O povoamento da zona de Catió e de outras áreas vizinhas, na região de Tombali, pelos Balanta, fez com que estes se tornassem os principais habitantes e agricultores destes terrenos, por os terem desbravado e cultivado primeiro. Daí nem os primeiros chineses nem os seus descendentes, conseguiram, mais tarde, reaver os direitos da posse da terra, que fora por eles desbravada e cultivada (Estácio, 2002: 443). Esta circunstância deve ter sido um dos fatores que travaram, possíveis, pretensões dos descendentes de continuar como agricultores, por lhes ser barrado o acesso a terrenos de cultivo. No entanto, a informação veiculada por via oral e escrita, sugere que “o estreito contacto com o indígena” (Duarte, 1948: 680), que marcou as relações entre os primeiros chineses e os povos da região, também permitiu a transmissão de conhecimentos acerca do cultivo de arroz, feita pelos estrangeiros aos nativos. A qualidade do arroz trazido de Suá, Com-Hane e Cabo-Xangue, aparentemente, causou tanta admiração nos mercados de Bolama e Bissau de então, que “logo se espalhou a fama de que outra terra não havia melhor para a sementeira do cobiçado cereal indispensável à alimentação dos indígenas da Guiné” (Duarte, 1948: 680)⁵⁹. O aproveitamento destas técnicas

⁵⁷ Ofício, Henrique Artur Gonçalves Cardoso, Bolama, 21-10-1912, para Governador da Guiné; AHU, DGFC, 831.

⁵⁸ Segundo informação prestada por Marcelino Wentacem Silva (ver acima).

⁵⁹ Uma hipótese é que os chineses radicados no Sul obtiveram sementes, através de conterrâneos doutro lado da fronteira, na Guiné Francesa, que se fixaram entre os Baga, também estes cultivadores de arroz de *bolanha*.

inovadoras, pelos Balanta⁶⁰ e pelos *ponteiros* que seguiram os seus passos, revela uma outra faceta, deveras importante, o impacto da circulação de pessoas e saberes num contexto colonial.

Porém, a migração dos Chineses como Kat Chan e Lai San Lek Si para o Sul, talvez, tenha outro significado, não referido nas descrições da época. Perante a impossibilidade de regressar à China, sobretudo por razões financeiras, já que as autoridades não se disponibilizaram a custear a viagem de volta, mas também por razões de idade, viram-se obrigados a permanecer na Guiné-Bissau. O facto de terem optado por se dedicar à pesca e ao cultivo de arroz na região de Tombalí, mostra que tentaram, dentro dos possíveis, *recriar a China na Guiné*. Tal só foi possível por terem criados laços profundos com a natureza e o meio humano do território, numa época em que a Guiné-Bissau, como colónia, ainda estava num estado ‘embrionário’ e envolvida num processo de formação. Se alguns dos seus descendentes optaram por continuar a obra iniciada pelos seus pais e recolher os frutos do labor investido na agricultura e fruticultura, esta porventura não foi a ambição da maioria dos seus pares. Estes integraram-se de forma natural na sociedade colonial guineense, um processo que passou pela aculturação progressiva, no tecido social criouliizada nos centros urbanos⁶¹. Ainda que a comunidade chinesa, na Guiné, fosse muito reduzida, a dinâmica de interação e o intercâmbio subjacente, que teve lugar com os seus conterrâneos e descendentes em Moçambique espelha de forma acertada as suas experiências.

“Em Moçambique a pequena minoria chinesa, que, segundo o censo de 1950, contava apenas 1.613 pessoas, ocupa-se predominantemente da pesca, da agricultura, e do comércio, sem criar problemas nem de contacto racial nem de ordem política, integrando-se pacificamente na sociedade multi-racial que ali se desenvolve.”
(Moreira, 1956: 187).

Longe de podermos falar da formação da presença de “elites” de origem chinesa na Guiné, o seu percurso sugere nitidamente a construção e manutenção de laços fortes entre os seus membros, apesar da sua dispersão pelo território, pelo menos até os anos sessenta. Percebe-se pelas informações orais, que a pequena comunidade chinesa manteve esta coesão ao longo de décadas, tendo como seus próprios líderes, Kat Chan e Boaventura Wentacem António Silva, pelo menos até ao falecimento deste último, nos princípios dos anos sessenta. O que fica ainda por apurar é como é que esta comunidade e os seus membros se organizaram internamente por um lado e como é que se afirmaram perante a sociedade civil guineense e os poderes coloniais, por outro lado, com a progressiva mestiçagem do grupo. Devido à sua reduzida dimensão, estes não chegaram a criar associações, como os seus conterrâneos fizeram em Moçambique, fundando o Clube Chinês na cidade da Beira, em 1923 (Medeiros, 2006)⁶². Os dados recolhidos mostram que a atitude das autoridades coloniais mudou significativamente ao longo dos anos: enquanto os primeiros chineses chegaram sob o estigma de ‘condenados’ e ‘desterrados’ (Matias, 1956: 175), os mesmos, passados

algumas décadas já eram vistos como pessoas trabalhadoras, ‘mestres na lavoura’ e ‘os mais afoitos pioneiros do desenvolvimento da região de Catió’ (Duarte, 1949: 681). As semelhanças com a situação em Moçambique, são notáveis, na medida em que estes últimos – agricultores, comerciantes e pescadores, tal como na Guiné – que, inicialmente, eram descritos nas fontes oficiais da época como “*concorrentes malvados dos operários europeus*” – se tornaram, segundo as mesmas autoridades nos anos cinquenta, “*dignos trabalhadores que contribuíram para o desenvolvimento do distrito*” (Medeiros, 2006).

O conflito armado entre 1963 e 1974 levou alguns membros da comunidade luso-chinesa a juntar-se ao PAIGC (Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde), por ex. José Costa Jr. (filho de Mariana Akis e José Costa), o seu irmão Noel Costa, que foi morto durante a guerra em 1965. Houve quem, como Jonas Mário Fernandes, o filho de Mariana Fernandes, de descendência luso-chinesa, entrasse em rutura com o líder do movimento, Amílcar Cabral, em Dakar, nos anos sessenta. Outros enveredaram por uma carreira na administração colonial, como por ex. Marcelino Wentacem Silva, que, na primeira metade dos anos sessenta ocupou, o cargo de chefe de posto na circunscrição de Bafatá. Havia também alguns descendentes luso-chineses, que emigraram nos anos sessenta, por ex. Armando Leckessi, que seguiu para o país vizinho Guiné Conakry, devido ao período conturbado que reinou, na sequência do início do conflito armado, entre os movimentos, nacionalistas e as autoridades portuguesas⁶³. Apesar do conflito e das mudanças políticas que se seguiram, ainda se encontram descendentes de terceira, quarta e quinta geração na Guiné-Bissau, por exemplo na região de Catió, onde se instalaram os primeiros chineses, mas também em Portugal para onde emigraram, a partir dos anos sessenta.

O facto de o conflito ter provocado uma ainda maior dispersão da comunidade, coloca a questão de como é que os seus membros mantiveram e, ainda, mantém os laços de parentesco e de proximidade na diáspora. Estes processos de “desagregação” – que mostram algumas semelhanças, como o que aconteceu no caso de Moçambique (Medeiros, 1998), porém numa escala maior – coloca a questão da formação e organização de diásporas regionais e internacionais chinesas⁶⁴. O papel das irmandades chinesas, profundamente enraizadas na cultura chinesa – e também cantonesa – na evolução de uma identidade ‘chinesa’ no exterior, e na manutenção e consolidação dos laços, ainda carece de um estudo aprofundado no caso das comunidades em África e sobretudo, nas antigas colónias portuguesas e nos PALOP. Esta investigação poderia dar respostas as várias questões, que surgem neste sentido, por ex. determinar se podemos sequer falar de uma “diáspora chinesa”, ou de várias, consoante a sua região de origem e raízes étnicas (Skeldon, 2003: 59), e se existem identidades “sino-africanas” ou se variam segundo seu país ou região de destino e fixação e com base na dinâmica específica do intercâmbio cultural que teve lugar nestas paragens.

⁶⁰ Inácio Júlio Semedo, Gan Vicente, Bambadinca, 12-3-1993. Alguns autores coloniais referem variedades de arroz que podiam ter sido introduzidas ou aproveitadas pelos chineses junto com os Balanta, por ex. localmente conhecida como *jambarám* ou *Oryza sativa* L. ssp *Indica* (Gust) Vasc.var. *malayana*) e *atanha* ou *Oryza sativa* L. ssp. *japónica* (Gust). Ver Espírito Santo (1949): 221.

⁶¹ No Censo da População de 1950 havia somente uma pessoa de origem chinesa/Macaísta a viver na capital Bissau (Censo, 1950, quadro 5).

⁶² Em Moçambique, registam-se pelo Censo de 1897, 85 Chineses na colónia (Medeiros, 2006).

⁶³ Alias, regista-se a presença de Chineses na época neste país, que se tornou independente da França em 1958, por ter acolhido cooperantes daquele país que lá se fixaram; ver por ex. Carreira, 1962: 230. Outros técnicos Chineses também trabalharam com êxito nos arrozais da Libéria no contexto da cooperação com a China nos anos 60. Ver David Nelson Rowe, *Free Afro-Asia: Cooperation between the Republic of China and African countries*, New York, 1963.

⁶⁴ Ver Laurence J. Ma & Carolyn Cartier, *The Chinese Diaspora: space, place, mobility and identity*, Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

Bibliografia

- ARPOARE, Henrique de – Exploração Agronómica em Cabo Verde e Guiné, in: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 3.^a série, IV, 6, 1882: 362-9.
- BROSSELDARD, H. (1889) – Voyage dans la Sénégambie et la Guinée Portugaise, in: *Tour du Monde*, 57: 97-144.
- CARREIRA, António (1962) – População Autóctone segundo os Recenseamentos para fins fiscais, in: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, XVIII, 66: 221-80.
- CARVALHO, J.P. Garcia de (1949) – Distribuição de História dos povos do posto de Bedanda, in: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, IV, 14: 307-18
- CASTRO, Armando. (1960) – *O Sistema Colonial Português em África*: V: Guiné, Lisboa: Caminho, 335-96.
- COATES, Timothy (1998) – *Degredados e Orfãs: colonização dirigida pela coroa no império português* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- COSTA Oliveira J. da (1897/8) – Missão Geographica, Commercial e Agricola da Guiné, in: *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, I, 1 Sem., 1897/98: 29-35; 82-91; 230-5; 2 Sem: 575-80.
- CUNNINGHAM, James (1980) – The Colonial Period in Guiné, in: *Tarikh*, 6, 4: 31-46.
- HANDEM, Diana Lima (1986) – *Tabancas a Volta do Rio Cumbidjã. Estudos no sector de Cubucaré*, Bissau: INEP.
- DUARTE, Fausto (1949) – *Anuário da Guiné Portuguesa de 1948*, Lisboa: Sociedade de Tipografia Industrial.
- DIAS DE CARVALHO, Henrique (1944) – *Guiné: apontamentos inéditos*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- DORJAHN, Vernon R. & Fyfe, Christopher (1962) – Landlords and Stranger: change in tenancy relations in Sierra Leone, in: *Journal of African History*, III, 3: 391-7.
- ESPÍRITO SANTO, J. (1949) – Notas sobre a cultura de arroz entre os Balantas, in: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, IV, 14: 197-232.
- ESTÁCIO, António J.E. (2002) – O Contributo Chinês para a Orizicultura Guineense, in: *Actas, V. Semana Cultural da China*, Centro de Estudos Orientais, ISCSP/UTL: 431-66.
- HANDEM, Dina Lima (1986) – *Nature et Fonctionnement du Pouvoir chez les Balanta Brassa*, Bissau: INEP.
- HAVIK, Philip J. (2007) – Boticas e Beberagens: a criação dos serviços de saúde e a colonização da Guiné, in: *Africana Studia*, 10, 2007: 235-270.
- HAVIK, Philip J. (2008) – Estradas: CEAUP & Speed of Change.
- HESPANHA, António M. (1993) – A Punição e a Graça, in: José Mattoso, *História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 239-72.
- INDJAI, Búcar (2002) – Solos, Agrosistemas e Concessão de Terras na Guiné Bissau, in: *Soronda*, Nova Série, 5, INEP, Bissau, 71-113.
- INDJAI, Búcar (2002) – Os Ponteiros e as Pontas na Guiné Bissau (1906-2001), in: *Soronda*, Nova Série, 5: 185-246.
- LOPES DE LIMA, José Joaquim (1844) – *Ensaio sobre a Estatística das Ilhas de Cabo Verde e as Suas Dependências na Guiné Portuguesa*, vol. I, Lisboa: Imprensa Nacional.
- MATIAS, Rodrigues (coord.) (1956) – Diário da Viagem Presidencial as Províncias Ultramarinas da Guiné e Cabo Verde em 1955, Vol. I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- MARQUES GERALDES, F.A. (1887) – Guiné Portuguesa: comunicação a Sociedade Geografia sobre esta província e as suas condições actuais, in: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 7.^a série, 8: 465-522.
- MEDEIROS, Eduardo (1998) – Formação e desagregação das comunidades de origem chinesa nas cidades moçambicanas da Beira e Lourenço Marques: memórias e esboço de problemáticas: notas para uma pesquisa, in: *Moçambique: navegações, comércio e técnicas, Seminário Moçambique: navegações, comércio e técnicas*, Maputo: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998: 297-314.
- MEDEIROS, Eduardo (2006) – *Os Sino-Moçambicanos da Beira: mestiçagens várias*. <http://www.adelinotorres.com/africa/EDUARDO%20MEDEIROS-Os%20sino-mo%C3%A7ambicanos%20da%20Beira-Mesti%C3%A7agens%20v%C3%A1rias.pdf>
- MOREIRA, Adriano (1956) – As Elites das Províncias Portuguesas de Indigenato (Guiné, Angola, Moçambique), in: *Garcia de Orta*, 1956, vol. 4, 2: 159-189.
- MOTA, Avelino Teixeira da (1951) – Notas sobre o Povoamento e a Agricultura Indígena na Guiné Portuguesa, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, XXIII, 6: 657-80.
- MOTA, Avelino Teixeira da (1954) – *Guiné Portuguesa*, 2 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- OLIVEIRA RAMOS, Maria Teresa (1995) – Os Degredados: contributo para o seu estudo na época contemporânea, in: *Africana*, 15: 99-126.
- PANTOJA, Selma (1999) – A Diaspora Feminina: degredadas para Angola no século XIX (1865-1898), in: *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), 1999 (2.^o-3.^o): 555-572.
- PROVÍNCIA DA GUINÉ (1959) – *Censo da População de 1950*, vol. I: População Civilizada, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- PUVEL, Pierre (1909-10) – A Agricultura no Cacondó, in: *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, 13, 2 sem.: 145-56.
- SANTOS, Guerra – *Terras da Guiné e Cabo Verde*, Lisboa, Tip. Silvas, 1956.
- SARMENTO, Rodrigues, M. M. (1949) – *No Governo da Guiné*, Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- SKELDON, Ronald (2003) – The Chinese Diaspora or the Migration of Chinese People?, in: Laurence J. Ma & Carolyn Cartier, *The Chinese Diaspora: space, place, mobility and identity*, Lanham: Rowman & Littlefield, 2003: 51-65.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco (1889) – Relatório do Governo da Província da Guiné Portuguesa com referência a 1887-1888, Lisboa: Imprensa Nacional.
- VIEGAS, Luiz António Carvalho (1936) – *Guiné Portuguesa*, vol. I., Lisboa: Severo, Freitas e Mega.



Les chefs locaux et le recouvrement fiscal au Nord-Cameroun colonial et postcolonial: cas de la plaine du Diamaré et des Monts Mandara

Patrice Pahimi*
Jean Gormo*

p. 237-246

Introduction

Les chefs locaux ont joué un rôle déterminant dans le système d'imposition colonial et post-colonial. On les vit sur le devant de la scène fiscale, recensant la population et le bétail, œuvrant parfois aux côtés des forces coloniales à la «pacification» des groupements réfractaires, ou pour le plus récurrent rompus à la tâche de collecte des impôts. Habités autrefois à être servis, ils étaient désormais transformés en bras séculiers de l'administration, accomplissant ainsi des tâches qui, dans l'ordre traditionnel, étaient dévolues à leurs serviteurs ou vassaux. Seulement, cette nouvelle donne leur offre l'occasion de verser dans des abus qui finirent par les rendre dans certains cas impopulaires aux yeux de ceux qui hier encore, par crainte des principes religieux et coutumiers leur vouaient respect et considération.

1. Du zèle des chefs dans le système fiscal colonial et postcolonial

Les spécificités politiques des Monts Mandara et de la plaine du Diamaré ont permis à l'administration coloniale (allemande d'abord puis française) d'y asseoir un régime fiscal dans lequel les chefs musulmans prioritairement jouèrent un rôle prépondérant. Comme mentionné plus haut, les autorités traditionnelles musulmanes ont servi de tremplin à l'assise de l'autorité coloniale sur des populations réputées réfractaires. Soumettre les Kirdis¹ des montagnes et de la plaine semblait être la clé de voûte de l'application sans faille du système fiscal colonial.

En laissant subsister les «commandements indigènes», Allemands et Français ne mesuraient certainement pas l'impact de leur stratégie sur l'avenir politique de la région; car la légitimation du pouvoir islamo-peul sur les Kirdis ne fera que polluer l'atmosphère

* Enseignants assistants, Ecole Normale Supérieure de l'Université de Maroua-Cameroun. BP 55 Maroua.

¹ Le nom kirdi est généralement employé par les Islamo-Peuls pour désigner l'ensemble des populations non musulmanes du Nord-Cameroun et surtout celles habitant les montagnes.

entre les deux groupes. Dans tous les cas, les différentes forces d'occupation du Nord-Cameroun étaient conscientes du rôle déterminant que pouvaient jouer les lamibé musulmans ou les chefs traditionnels au sens large dans la réussite de leur entreprise. Les Français surtout prirent toute la mesure du problème, eux qui savaient que les populations locales conservent un profond attachement à leurs institutions coutumières, qu'elles estiment et craignent leurs chefs, acceptent ou tolèrent volontiers leur autorité. C'est fort de cela que Brévié, Gouverneur général de l'Afrique occidentale française (AOF) dans sa circulaire sur l'administration indigène rappelle qu'en tant qu'auxiliaire, le chef n'est pas un simple agent de transmission. Il lui est requis de renseigner l'administration sur tout ce qui se passe en mettant à profit sa parfaite connaissance du pays, son influence sur la population. Et d'ajouter:

Si le chef indigène a bien compris notre volonté, il est à même de la traduire, non seulement par la parole mais encore par les procédés qui sont les plus adéquats aux mœurs de la population. Il faut donc, en matière d'exécution lui laisser beaucoup d'initiative, mais cette initiative doit être contrôlée [...] Le chef doit être notre instrument et non pas le commandant de cercle le sien [...] La population doit nous voir au travers de lui².

Avec la nouvelle donne introduite par l'administration française, les chefs perdent leurs privilèges et prestige d'antan pour devenir des instruments, servant les intérêts de la métropole et traduisant la pensée et l'esprit de la colonisation. Désormais, le chef est tenu de respecter les ordres qui ne sont pas toujours dans l'intérêt de ses sujets, donc de veiller au respect des directives de l'Etat colonial (N'dri Kouadio 2001: 6-7). Contrôlé et ne disposant plus de larges marges de manœuvre que lui reconnaissait encore hier la société traditionnelle, il est transformé en un instrument de politique indigène du colonisateur, nommé et destitué au gré des plaisirs de ce dernier. Le titre de collaborateur qu'on octroie au chef traditionnel n'est guère qu'un trompe-l'œil, car il consacre davantage sa dépendance à l'égard du pouvoir colonial. Il faut toutefois souligner que cette «reconnaissance» résulte des résistances préalables des chefferies traditionnelles aux structures coloniales. D'où l'adoption d'une attitude de conciliation, d'une politique de concours et de collaboration dans lesquelles subsistent néanmoins la privation des prérogatives leur permettant de s'affirmer en tant que chefs. Dans la plaine du Diamaré et les Monts Mandara, la création des cantons païens autonomes dans les années 1920-1930, ne fit guère évoluer la situation. Les chefs de cantons ont souvent été l'objet de rejet ou de contestation de la part des villages périphériques relevant de leur compétence mais clamant leur souveraineté (Pahimi 2002: 21-22). Il se pose donc un sérieux problème d'accommodation, ce d'autant que le canton passe pour être une unité politique plus ou moins artificielle, factice, distincte de la vraie chefferie traditionnelle. Elle est en effet une institution coloniale, et ses chefs considérés comme des marionnettes à la solde de l'autorité coloniale. Il faut ainsi admettre que les chefs dans leur ensemble sont pris dans l'étau de l'administration tant coloniale que post coloniale. Aussi perdent-ils tout crédit aux yeux de leurs populations du fait du rôle que l'on cherchait à leur faire tenir. Rares furent ceux des chefs qui, conscients des responsabilités anciennes qui étaient les

leurs, consentirent à protéger au mieux leurs sujets et de se faire leurs défenseurs auprès de l'Etat (Souleymane Abba1990: 53). C'est pourquoi pour l'essentiel, ils passèrent pour des «personnels administratifs felleux et balourds, véreux, cruels, barbants, toujours au service du colonisateur» (N'diaye 2003: 91), même si ce ne fut pas le cas en tous points. Sous la «colonisation» ou sous l'administration de l'Etat camerounais indépendant, les chefs sont demeurés de véritables auxiliaires. Il est tout à fait clair que sous l'autorité française a toujours subsisté la tentation de l'administration directe qui réduisait les chefs indigènes à de simples fantoches (Guillaume 1994: 138). Ainsi commença le déclin de l'institution traditionnelle. Les chefs virent de nombreux éléments de leur prestige disparaître progressivement. Le caractère ambigu de leur position politique consacre davantage leur instrumentalisation. S. Payang, exprime si bien cette ambiguïté:

Devant exécuter les ordres d'une administration à laquelle il est subordonné et dont les décisions vont bien souvent à l'encontre de la volonté de son groupe, le laouane comme le djouro ressent plus que quiconque cette opposition d'intérêt entre les motivations de l'administration et celles de son peuple. D'un côté il est le représentant, l'exécutant de l'autorité administrative, d'un autre, il est le représentant, seul reconnu et responsable de la collectivité africaine à la tête de laquelle il a été placé (Payang 1978: 48).

S'il est vrai que faute de personnel nombreux et compétent l'administration coloniale ne pouvait se passer des intermédiaires indigènes, il est aussi certain que le statut accordé à ces derniers était pour le moins frustrant. Les chefs indigènes conservent certes leurs titres et attributions anciennes, mais ils ne sont désormais aux yeux de la loi que des agents de l'administration coloniale, agents non-fonctionnaires, dépourvus de tout statut et par conséquent de tout droit, révoqués *ad nutum* par l'administration supérieure, passibles des sanctions applicables aux autres sujets indigènes. Cette humiliation est d'autant renforcée par le rôle à eux assigné, à savoir:

- faire rentrer l'impôt (impôt de capitation et taxes) sur lequel une ristourne leur est consentie (leur seule source officielle de revenu).
- fournir les «prestataires» (corvéables) pour les diverses besognes de l'administration, portage, construction et entretien des routes, des bâtiments publics, etc³. On peut ainsi dire avec Amon d'Aby qu'«on a renversé les trônes mais on a continué à utiliser leurs occupants.» (cité par Lombard 1967: 83). C'est dans cette perspective qu'on peut aisément comprendre que la colonisation ne fit pas seulement que renforcer artificiellement les pouvoirs qu'elle avait par ailleurs largement réduits, elle orienta l'activité de ses nouveaux auxiliaires. En tant qu'agents de l'administration, ils durent faire face à des responsabilités nouvelles découlant d'une conception moderne du gouvernement.» (Lombard 1967: 83).

En général, si certains chefs eurent du mal à s'adapter à la nouvelle donne, d'autres (et peut-être en plus grand nombre) par contre firent preuve d'un ralliement massif. Ils manifestèrent d'ailleurs un zèle parfois démesuré au point de frustrer, de pressurer leurs populations. Plusieurs raisons sont explicatives de ce zèle. D'emblée, il

² ANY, 1AC 279, Circulaire sur l'administration indigène (Brévié), p. 7.

³ Pour de plus amples détails, voir J. Suret-Canale, 1966, «La fin de la chefferie en Guinée», in *Journal of African History*, vol. VII, pp. 459-495.

faut y voir les motivations économiques. L'appât du gain exprimé par la promesse des primes de rendement ou de ristournes, a ainsi justifié le caractère impitoyable voire intransigeant de certains chefs à l'endroit de leurs sujets. La deuxième raison est d'ordre politique. Recouvrer totalement l'impôt et dans les détails était un signe de loyauté et de dévouement vis-à-vis de l'administration. Ce qui valait des honneurs et des appréciations exaltant et confortant les chefs dans leur orgueil. On ne saurait oublier de mentionner que «le chef était noté suivant son aptitude et sa célérité à satisfaire les innombrables exigences administratives.» (Suret-Canale 1966: 475).

Vécue comme une oppression, la rigueur des exigences administratives poussait les chefs à opprimer leurs populations, surtout s'ils voulaient maintenir les bonnes grâces de l'administration. L'examen des bulletins de notes des chefs est à cet effet fort édifiant. Sur celui du lamido Yaya Daïrou de Maroua en 1949, il était mentionné de lui la qualité d'un excellent collaborateur de l'administration, surtout si on ne tente pas de toucher à ses prérogatives traditionnelles. Ainsi était-il intraitable et dépourvu de toute complaisance à l'égard du personnel européen du service de l'élevage tenté d'évaluer ses troupeaux ou d'empiéter sur les droits coutumiers y afférents⁴. Quelques années plus tard (en 1956), on peut lire cette note de Mirochette, Adjoint au chef de la Région Nord: «Son autorité est considérable aussi bien dans les massifs et les cantons païens que sur la population islamisée. Il est prudent et sans perdre de vue son intérêt propre, mesuré et de bon conseil. Il soutient à fond l'action administrative et toute initiative trouve actuellement chez lui non seulement un écho mais la certitude d'un appui.»⁵ Toutefois, il ne faut pas croire que les rapports entre autorités traditionnelles et administration étaient toujours des plus sereins.

2. Les déboires des chefs

Dans nombre de rapports coloniaux et postcoloniaux, les chefs sont qualifiés d'hommes adipeux, auteurs d'abus divers. Ils étaient par conséquent souvent fustigés par l'administration surtout quand la tâche à eux confiée était jugée mal exécutée. Aussi les notes de service n'étaient pas toujours dithyrambiques. Il s'agissait même généralement «de convocations, d'admonitions et d'injonctions de faire rentrer l'impôt» (N'diaye 2003: 92).

Outre les éloges donc, les administrateurs se montraient assez virulents dans leurs expressions écrites ou rapports sur le commandement indigène. Certains chefs étaient ainsi sans complaisance taxés de chefs à autorité brouillonne, donc incapables d'assurer leurs devoirs à l'endroit de la population. C'est sans doute à l'effet d'éviter tout risque de destitution ou de désapprobation que nombre de chefs versèrent dans des abus divers. L'administration s'appuie sur ces incontournables intermédiaires non pour seulement lever les impôts et taxes, mais également imposer les cultures commerciales (coton, arachide)⁶. Les chefs moundang de la zone cotonnière de Kaélé, tout comme Ahmadou Bouhari de Mindif et Yaya Dahirou de Maroua se sont particulièrement distingués par leur implication sans restrictions dans cette cause. En colla-

laboration avec les agents de culture dénommés Boys Coton, ils veillaient à l'entretien des champs en vue d'un meilleur rendement.

La forte autorité des chefs s'exprime à travers toute la chaîne fiscale, du recensement au recouvrement. Il était en effet établi que tout chef qui ne participe pas effectivement au recouvrement de l'impôt n'a droit à aucune remise⁷.

Dans le cadre de l'impôt de répartition, la tâche, moins ardue, permettait aux chefs d'abuser en recouvrant plus que le montant global fixé à l'avance, le surplus rentrant dans leur trésor personnel. De facto, des récompenses étaient prévues pour les chefs actifs et méritants. Ceci cependant émanait de la seule autorité du Commissaire de la République qui, sur proposition motivée du chef de Région et à titre exceptionnel, pouvait soit accorder des remises à un taux supérieur à celui fixé pour les 2^e et 3^e trimestres, soit accorder des remises pour versements effectués pendant le dernier trimestre de l'année⁸.

En dépit de ce que l'on peut considérer comme des avantages liés à l'exercice de la fonction de chef, subsistent en marge de réels motifs d'abus divers. Longtemps habitués à agir sans contrôle donc en souverains, les chefs se virent du jour au lendemain frustrés d'abord par l'administration coloniale et ensuite par celle postcoloniale. L'amenuisement de leurs revenus et de leur prestige ne fut certainement pas vécu avec passivité. Livrés à un activisme parfois démesuré, les chefs estiment les mesures d'accompagnement modiques, surtout quand on considère qu'ils ont à entretenir une cour souvent nombreuse. Ce sont eux en effet qui devaient se déployer sur le terrain pour sensibiliser la population, recenser les personnes ou la matière imposables, décharger au niveau des sous-préfectures les jetons d'impôt et plus tard les tickets d'impôt, s'assurer du recouvrement. Pour Aboubakar Wabbi, lamido de Kaélé, cette forte implication des chefs se justifie plus par la recherche de l'honneur, de la satisfaction et de la considération que par la recherche du gain. Savoir que l'impôt était rentré à 100 % et dans les délais était pour tout chef un réel motif de fierté⁹. Toutefois, cette déclaration ne saurait être totalement prise pour argent comptant, quand on sait que dans bien des cas elle tranche avec les réalités. Au-delà de l'honneur et de la satisfaction que procure un travail bien fait, de nombreux chefs étaient préoccupés de remplir leur bourse. Aussi tous les moyens visant à dépouiller les populations étaient-ils mis à profit. C'est dans cette logique d'accumulation que de nombreux enfants en âge scolaire¹⁰ ou n'ayant pas atteint la majorité fiscale étaient imposés. Les recettes ainsi engrangées n'étaient certainement pas reversées au trésor public, surtout qu'elles ne relèvent pas des rôles d'imposition. A cela il faut ajouter les redevances coutumières qui étaient aussi multiples qu'exorbitantes. Les populations étaient ainsi contraintes de verser des dîmes sur la production céréalière, arachidière et cotonnière, sans oublier des parcelles qu'elles devaient entretenir à titre gratuit et dont la production revenait en totalité au chef.¹¹ Ils passent dès lors pour être de la compétence exclusive de l'administration.

Le statut des chefs promulgué depuis le 04 février 1933 restera néanmoins ambigu jusqu'en 1977, date à laquelle le décret n.º 77/245 du 15 juillet 1977 porte organisa-

⁴ Voir APM, 06 En 1.15, Bulletin de Notes (1949), (Yaya Dahirou de Maroua), p. 2.

⁵ APM, 06 En 1.15, Bulletin de Notes (1956) (Yaya Dahirou de Maroua), p. 2.

⁶ Il ne faudrait pas croire en toute naïveté que les chefs versaient dans des abus et malversations pour juste répondre aux obligations administratives. Aussi est-il plausible de croire qu'au delà de la simple exécution des ordres de l'administration, leur zèle s'expliquerait davantage par la volonté d'accroître leurs propres revenus.

⁷ ANY, APA 10895/A, Arrêté réglementant l'impôt de capitation sur les indigènes du Cameroun. 1938, p. 6.

⁸ Ibid, p. 8.

⁹ Entretien avec Aboubakar Wabbi, Kaélé, 23 mai 2003.

¹⁰ Les textes prévoyaient des exceptions pour les scolarisés.

¹¹ Résultats d'enquêtes menées à Kaélé, Midjvin, Moutouroua, Mindif en 2003 et 2008.

tion des chefferies traditionnelles. On assiste alors à une précaire fonctionnarisation des chefs par l'intégration progressive des chefferies dans les institutions modernes de l'Etat (Ahidjo 1964: 32). En vertu de leur fonctionnarisation et en leur qualité d'auxiliaires de l'administration, le pouvoir d'Ahmadou Ahidjo leur garantit des allocations annuelles fixes mensuellement payables et de l'ordre de 350 000 à 450 000 FCFA selon le poids personnel d'un lamido (Motaze 1999: 117). Les dispositions de 1983 relatives aux taux d'allocation fixe vinrent davantage assombrir l'univers des chefs traditionnels. Elles traduisent la volonté d'une administration déterminée à contrôler au maximum les chefs et les maintenir dans son état.

En effet, en contrepartie des importantes sujétions, le chef traditionnel reçoit une rémunération calculée selon un système complexe qui tient notamment compte de l'importance démographique de sa communauté et des charges dites spéciales qui peuvent lui être confiées (Nack Mback 2000: 93). Ce nouveau régime financier est défini dans les détails par un arrêté interministériel n.º 57/MINAT/MINFI du 26 février 1983 fixant les taux d'allocation fixe à attribuer aux chefs du 1er et du 2e degré:

L'allocation liée au chiffre de la population est fixée à 5 francs CFA par habitant. Cette allocation est donc d'autant plus élevée que la communauté en question est importante. Dans le cas contraire, un plafond a été fixé: quelle que soit la petite démographie de la chefferie, l'allocation accordée au chef ne saurait être inférieure au salaire du travailleur classé en 1ère catégorie, 1er échelon du secteur public de la zone dans laquelle se trouve le siège de la chefferie. Il y a également les primes spéciales. Celles-ci consistent en des remises sur le montant total des impôts et taxes collectés par le chef pour le compte de l'Etat et des autres personnes publiques.

Comment donc s'étonner du zèle dont firent preuve les chefs quand l'administration elle-même les mit en situation de compétition, de chasse aux primes? Les abus perpétrés s'ils tenaient en partie de la rapacité des chefs, relèveraient surtout de ce conditionnement dans lequel ils se trouvaient enserrés. Toutefois, on a vu des administrateurs qui, avec assez de verve, eurent à rappeler à l'ordre certains chefs du fait de leurs abus et de la ponction économique qu'ils exerçaient sur les maigres revenus de leurs populations. Ce fut le cas de Ondo Ebang alors Sous-préfet de l'Arrondissement de Mindif qui, dans sa correspondance au Préfet du Diamaré relative aux exactions du lamido Ahmadou Bouhari, écrivit: «Comme je l'ai souvent répété, il conviendrait de faire intimider très vivement ce chef coutumier qui ne veut pas croire que le monde évolue et qui est constamment en quête des occasions pour ruiner les populations de son lamidat»¹².

Les agissements du lamido Ahmadou Bouhari firent tellement écho au point d'attirer l'attention du Gouverneur du Nord Ousmane Mey qui à son tour ne manqua pas de lui signifier sa désapprobation. Ainsi écrivit-il: «Il est désagréable de devoir vous rappeler tout le temps que vous devez être au sein des populations de votre lamidat avant tout comme un guide, un conseiller, un arbitre, toujours soucieux du bien-être de vos administrés et non guettant la moindre occasion de leur extorquer les maigres ressources que leur procure le travail de la terre»¹³.

¹² APM, APA, 271 LICF, Rapport Spécial du 15 mai 1975, p. 1

¹³ APM, APA, 272 LICF, Lettre confidentielle du Gouverneur du Nord au lamido de Mindif, 17 mai 1975, p. 1.

Cependant dans des cas similaires, les autorités administratives semblent n'avoir pas toujours tenu le même langage ou fait preuve d'assez de fermeté, de promptitude à réagir. On comprend alors que leurs réactions étaient sans doute fonction du type de rapports entretenus avec les concernés. Il ne faut pas en effet oublier que l'essentiel des exactions commises par les chefs l'étaient en partie avec la complicité des Sous-préfets pour ce qui est de la période postcoloniale. Un réseau bien tissé permettrait ainsi aux uns et aux autres d'avoir part aux dividendes au travers d'un système de péréquation. Plusieurs informateurs du rang de la notabilité justifient d'ailleurs les exactions des chefs par le devoir de satisfaire aux nombreuses exigences des autorités administratives. Ces dernières devaient être royalement accueillies lors de leurs tournées et rentrer avec des cadeaux divers. Or, quand on sait que l'essentiel des chefs traditionnels, même ceux de 1er degré n'ont qu'un salaire mensuel dérisoire, on se douterait avec raison de leurs capacités à remplir ces exigences. Pour donc entretenir les autorités administratives dont les exigences sont nombreuses, les chefs se trouvent contraints de verser dans l'arbitraire¹⁴. En tant qu'auxiliaires de l'administration et formant avec cette dernière un réseau, ils ne sauraient dévoiler les pressions des Sous-préfets qui souvent exigent d'eux des pourboires substantiels. Pour se disculper, certains chefs n'hésitent pas à s'afficher en victimes d'une administration jugée intransigeante; d'où leurs multiples déboires.

Dans cette perspective, il faut avouer que les chefs ne furent pas que des profiteurs d'un ordre fiscal comme le font croire nombre de chercheurs. Tel que mentionné plus haut, ils n'étaient pas mieux traités que leurs sujets, surtout quand il leur arrivait de commettre même les moindres erreurs. Fusaient alors les menaces de destitution, de déportation, etc. Il est alors aisé de comprendre que parce que eux-mêmes opprimés, les chefs étaient pareillement «contraints» d'opprimer leurs sujets s'ils voulaient maintenir leurs sièges. Tant qu'ils bénéficiaient de l'aval de l'administration (sous la période coloniale surtout), les chefs jouissaient du droit de prélever à leur profit propre (au besoin sous couvert de redevances ou prestations coutumières) de l'argent et des prestations en travail. Ces exactions sont tolérées bien que n'ayant aucune base «légale», mais en cas de déconvenue, elles sont évoquées à l'encontre d'un chef dont on veut se débarrasser (Suret-Canale 1966: 462).

Sachant que les remises d'impôt, les primes de rendement et plus tard la maigre solde ne suffisaient pas à assurer leur train de vie et surtout les multiples charges à eux imposées, certains chefs eurent recours aux détournements des recettes fiscales. Le temps qu'ils pouvaient se livrer à des activités «incontrôlées» et à exiger un surplus d'impôt dont ils empochaient la différence semblait à jamais révolu. Aussi l'administration développe-t-elle une attitude intransigeante à l'égard des chefs détourneurs. Toutefois ses efforts étaient souvent contrés par les réseaux de corruption ou d'arnaque (interprètes, émissaires des chefs locaux). Les propos de l'interprète Bouba Danki en sont une belle illustration: «je reçois des cadeaux en nature des chefs de cantons de la subdivision de Kaélé pour couvrir auprès de l'administration leurs malversations financières et agissements tels que la sympathie envers les brigands» (Mohamadou Bachirou 1998: 31). Les interprètes jouèrent un rôle déterminant dans le réseau des relations entre administrateurs et chefs traditionnels, profitant de la peur

¹⁴ Entretien avec Sa Majesté Oumarou Maïgari, Mindif, 06 mai 2008.

ou de l'ignorance de ces derniers pour se «rassasier» de pourboires (moutons, bœufs, argent, etc.).

On s'en est bien rendu compte que tant que les intérêts de l'Etat colonial ou postcolonial se trouvaient menacés, l'administration s'est montrée intransigeante envers les chefs. Dans d'autres situations cependant, la complaisance était de mise. Par ailleurs, s'il est un autre domaine qui fâche et constitue autant de motifs d'humiliation et d'instrumentalisation des chefs, c'est bien celui relatif aux restes d'impôt à recouvrer. Lorsque les rôles d'impôt sont mis à recouvrement, la Direction des contributions directes et les Sous-préfets ont une idée du montant attendu. Toutefois, les difficultés de terrain étant nombreuses, il advenait que les restes à recouvrer soient considérables. Il faut indiquer que les tickets invendus étaient généralement ceux des imposables recensés mais décédés avant ou après établissement définitif du rôle, ceux des imposables ayant migré ou tout simplement autres récalcitrants ou délinquants fiscaux. Voilà qui constitue une autre source de déboire pour les chefs, car étant souvent sommés de compléter le montant restant. Comme le fait remarquer Padama Patonri, laouane de Poukébi-Kaélé, «être chef n'est pas que synonyme de privilèges sociaux, politiques ou économiques, mais aussi de calvaire»¹⁵. Aucune dette d'impôt n'était en effet admise; elle est assimilée au détournement ou autre malversation. C'est peut-être afin d'éviter une saignée économique personnelle que de nombreux chefs usèrent de stratégies de contournement. Elles consistent à faire supporter par leurs sujets ou chefs subalternes le coût de telles situations. Pour ceux des imposables décédés, ils font reposer leur impôt sur les proches-parents¹⁶. Ils semblent ainsi se référer aux termes de l'article 254 du Code Général des impôts directs de 1966 qui dispose que «le rôle régulièrement mis en recouvrement est exécutoire non seulement contre le contribuable qui y est inscrit, mais contre ses représentants ou ayants cause».

En dépit du caractère injuste de cette disposition, tout semble indiquer qu'elle servit d'échappatoire ou de couverture aux chefs qui peut-être l'appliquaient en toute ignorance. De nombreux chefs sont allés plus loin jusqu'à imposer les enfants (c'est-à-dire les mineurs dont l'âge est moins de 14 à 18 ans selon l'évolution des dispositions y relatives). Des mesures qui selon toute vraisemblance étaient censées protéger les chefs contre l'intransigeance du fisc, se sont vite transformées en arnaque. Ainsi, pour tout recouvrement partiel, les chefs se précipitent à faire supporter le montant restant par les chefs de quartiers. Qui plus est, des sommes non comptabilisées sont exigées à titre de pourboire à donner au chef de village ou de canton. On parle de *defan ban zah dah oubivâh Jolle*, ce qui signifie littéralement en Moundang «ce qui sert à attacher le sac» ou «l'eau pour laver les mains»¹⁷.

Ces perceptions injustifiées rentrent bien dans l'ordre de l'arnaque et de l'abus d'autorité destinés à pressurer les populations. Cela ne fut pas sans conséquences.

De façon générale, la tradition qui voudrait que les montants non-recouverts soient comblés par les chefs collecteurs d'impôt n'était pas appréciée de tous. Elle fut l'objet de débats à l'ATCAM (Assemblée territoriale du Cameroun) en 1955. Les représentants du peuple s'appuient sur l'idée selon laquelle l'impôt est recouvré avec beaucoup de peine pour récuser cette tendance. Le Sénateur Kotouo faisait alors remarquer

¹⁵ Entretien avec Padama Patonri, Poukébi, 21 mai 2003.

¹⁶ Résultats d'enquêtes menées à Kaélé, Mokolo, Koza entre décembre 2002 et Janvier 2008.

¹⁷ Entretien avec Zebdanné Koyei, Gong-Yang Gouri, Garey, 04 mai 2003.

que certains chefs se heurtent à la mauvaise volonté de leurs sujets à s'acquitter de leurs impositions. Par conséquent, pour être bien vus de l'administration, ils se font l'obligation de compléter le montant de l'impôt de leur village de leurs propres deniers. Il estime en outre injuste de continuer à pénaliser ces malheureux chefs en les rendant responsables des déficits d'impôts au cours du premier semestre de l'année de mise en recouvrement des rôles¹⁸.

Dans la même perspective, Woungly-Massaga en défenseur de la cause des chefs va plus loin dans son plaidoyer: «Les chefs sont pris d'une part par la vindicte de leurs administrés et les exigences de l'administration d'autre part. Il y a même certaines personnes qui, bien que possédant l'argent nécessaire, mettent de la mauvaise volonté pour s'acquitter de leurs impôts dans le seul but de faire pénaliser leur chef qui, finalement, se voit attribuer les taux de remise les plus faibles»¹⁹.

Il faut cependant souligner que dans des cantons ou groupements arriérés du point de vue de l'alphabétisation comme c'était le cas du grand Nord-Cameroun, il n'était pas aisé pour la population d'avoir la mesure de ce que représentaient les remises d'impôt de leurs chefs. Ceux des imposables éclairés a contrario, pouvaient ainsi user de l'arme de l'incivisme par refus de voir le chef profiter de leur loyauté fiscale au travers des remises. De toute évidence, ces cas bien que existants, devaient néanmoins être minimes.

Conclusion

Les chefs locaux de par leur rôle primordial dans la chaîne fiscale, ne connurent pas que la gloire, mais aussi de nombreux déboires. Si leurs exactions furent cause de ponction économique sur les revenus des populations, celles de leurs intermédiaires ou hommes de main le furent pareillement. Avec le vent de la démocratie de la fin des années 1980 cependant, on assista au déclin d'une aristocratie née des perceptions fiscales. L'impôt forfaitaire qui était à la fois source de leurs revenus et de leurs déboires fut supprimé au profit de l'impôt libérateur en 1995.

Références bibliographiques

Ouvrages

AHIDJO, Ahmadou 1964 – *Contribution à la construction nationale*, Paris, Présence africaine.

LOMBARD, J., 1967 – *Autorités traditionnelles et pouvoirs européens en Afrique noire: le déclin d'une aristocratie sous le régime colonial*, Paris, Armand Colin.

GUILLAUME, P., 1994 – *Le Monde colonial*, Paris, Armand Colin.

Articles

MOTAZE, A-M., 1999 – «Laamiido, rapports sociaux et courtiers du développement au Nord du Cameroun», in *Ngaoundéré Anthropos*, vol. 4.

¹⁸ Journal des débats de LATCAM, n.º 8, 24 novembre 1955, p. 181.

¹⁹ Journal des débats de LATCAM, n.º 8, 24 novembre 1955, p. 181.

KOUADIO, N'dri, 2001 – «Recherche sur l'exercice du pouvoir local en Côte-d'Ivoire», Centre africain de formation et de recherche administrative pour le développement, Tanger.

NACK MBACK, C., 2000 – «La chefferie traditionnelle au Cameroun: ambiguïtés juridiques et dérives politiques», in *Africa development*, vol XXV, n.º 3 et 4.

OUMAR N'DIAYE, R., 2003 – «De l'administratif au politique: autorités traditionnelles et pouvoir colonial français en Mauritanie», in *MASADIR (Cahiers des Sources de l'histoire de la Mauritanie)*, n.º 3.

SOULEYMAN, Abba, 1990 – «La chefferie traditionnelle en question», in *Politique africaine*, n.º 38.

SURET-CANALE, J., 1966 – «La fin de la chefferie en Guinée», in *Journal of African History*, vol. VII.

Mémoires

BACHIROU Mohammadou, 1998 – «Les interprètes sous la période coloniale française dans la région Nord Cameroun (1915-1960)», Mémoire de Maîtrise d'Histoire, Université de Ngaoundéré.

PAHIMI, P., 2002 – «Conflits politiques centre-périphérie dans le canton e Boboyo 1924-1999: cas de Goudjouing, Kassilé et Gadas», Rapport de Licence en Histoire, Université de Ngaoundéré.

PAYANG, S., 1978 – L'organisation des pouvoirs politiques au sein des sociétés traditionnelles, l'exemple de la tribu Moundang (Kaélé, Nord-Cameroun), Mémoire de Licence en Droit public, Université de Yaoundé.

Identidade cabo-verdiana face aos desafios da diáspora*

Carlos Lopes**

p. 247-253

Uma descrição rápida sobre a identidade do cabo-verdiano começa pelo seu elo ao território: *um arquipélago atlântico que não era habitado até à chegada dos portugueses, no século XV, e que foi usado como plataforma para o comércio de escravos; dessa génese veio a mestiçagem que caracteriza a cultura crioula, diferente do tipo humano europeu ou africano.*

Esta narrativa, que substitui o mito fundador que serve de fundamento à existência de qualquer nação, é confortada por outros traços distintivos do lugar; como, por exemplo, o facto da expansão da igreja católica no continente africano se ter iniciado nas ilhas do arquipélago de Cabo Verde, ou nelas encontrarmos traços da primeira aglomeração urbana de origem europeia, a Cidade Velha, hoje elevada à categoria de património cultural da humanidade pela Unesco.

Será, no entanto, assim tão pacífica esta descrição? Poderá esta ser suficiente para caracterizar um percurso identitário que se clama *sui generis*, associado a este extremo pedaço ocidental do território de África? Estas duas perguntas básicas merecem ser contextualizadas e respondidas. Fá-lo-ei com os olhos voltados para um futuro que se avizinha com níveis de complexidade identitária inéditos e até, de certa forma, dantescos.

As características do povoamento das ilhas explicam porque desde cedo os seus habitantes tenham sido assaltados pela necessidade de definirem o que eram. Normalmente esse processo é intrínseco à ligação longínqua e originária ao território, mas em Cabo Verde todos vieram do além e todos acabaram por forjar uma existência terceira em relação às suas terras ou culturas de origem. Este longo processo de conexão com o território foi, certamente, mais emotivo que racional, mais vivido do que analisado, pela grande maioria dos imigrados, vindos nomeadamente da costa ocidental africana e das terras mais a norte. Era difícil de imaginar, por exemplo, que Cabo Verde manteria o seu carácter de centro de migrações em direções tanto centrífugas quanto centrípetas: colonizadores; escravos para as ilhas; escravos das ilhas para as Américas; depois trabalhadores forçados para outras partes de África; formação e dispersão de habitantes do arquipélago como funcionários coloniais para

* Este texto foi escrito em forma de apresentação oral para a abertura do V Congresso dos Quadros Cabo-verdianos da Diáspora, que se realizou na cidade do Mindelo, em S. Vicente, em Maio de 2011. A abertura contou com a presença do Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires.

** Instituto das Nações Unidas para a Formação e Pesquisa (UNITAR).

outros destinos; emigração económica importante para as Américas e Europa a partir do século XX; e, finalmente, imigração oeste-africana para as ilhas nas últimas décadas. Um redemoinho de fluxos que influenciaram várias leituras identitárias e várias formas de expressão cultural diaspórica. Cabo Verde é um receptor-transmissor de visões diaspóricas.

O filósofo grego Tucídides, no seu livro sobre a guerra do Peloponeso narrou a destruição da cidade de Angina, que obrigou à fuga, colapso e partida em várias direções da população¹. Cunhou esse processo com a designação de diáspora, que tal como muitas outras palavras que usamos, nos provêm da cultura helénica. A dimensão traumática associada à palavra diáspora pela forma como foi cunhada por Tucídides parece ter ficado estampada no subconsciente humano. Quer se fale dos Irlandeses, dos Arménios, Curdos, dos povos da Ásia Central ou dos Judeus a ideia de que as diásporas sofrem perpassa a História Universal. Não é, pois, de admirar que uma boa parte da narrativa cabo-verdiana seja marcada por esta matriz primeira, que interliga vários fluxos de circulação das suas gentes com sofrimento e trauma. O desejo de retornar à terra mãe acaba por se confrontar com a construção de uma nova realidade pragmática de reconstrução da perda original: o drama da dispersão e da alienação.

As primeiras manifestações identitárias

A partir do século XIX a competição europeia pela África intensificou-se de tal forma que se tornou indispensável estabelecer os parâmetros da presença efectiva. A era de se proclamar pertença, na base de bulas papais ou controle pirata dos mares, começou a ser substituída por verdadeira presença física na terra firme, logo seguida de verificável controlo territorial. Sem dúvida a Conferência de Berlim, de 1884 a 1885, para negociar a posse da bacia do Congo, serviu de catalisador para este novo ciclo, mas a pressão política e militar começou bem antes.

Um grupo de personalidades advoga nas ilhas, desde 1822, a desanexão de Cabo Verde de Portugal e a sua vinculação ao Brasil, com o argumento de uma proximidade cultural e uma necessidade de agilização dos intercâmbios com um território em desenvolvimento². O poder central de Lisboa não se incomodou e antes reforçou a presença administrativa no arquipélago. Este primeiro petardo autonomista provinha de pessoas cultas e do sistema e arranjos locais que, embora sendo maioritariamente de origem europeia, queria, no entanto, mais espaço para crescer. O fruto autonomista estava, desde logo, plantado e pouco a pouco os letrados, nascidos ou com vivência nas ilhas, transformaram-se em movimentos dos filhos da terra e dos brancos da terra. Começaram a proliferar várias relações binárias entre os de cá e os de lá, entre os defensores da terra e os passantes, entre os civilizados e os indígenas e, entre os metropolitanos e os “cabo-verdianos”.

Paradoxalmente, os princípios acordados em Berlim – sobre a necessidade de garantir uma ocupação efectiva dos territórios – vão contribuir para construir uma justificação da excepção cabo-verdiana. Portugal passa a formar agentes nas ilhas, para parti-

cipar nas guerras no continente africano, nomeadamente na costa de Guiné, a fim de assegurar um controlo das populações: são as chamadas campanhas de “pacificação”. Esse papel protagonizado por gentes das ilhas, segundo os letrados da terra, demonstra que os ilhéus eram portadores de uma civilidade que ajudava a metrópole na sua tarefa colonizadora. Reivindicavam essa marca de alteridade dos cabo-verdianos em relação aos habitantes do resto do continente.

O acesso facilitado à instrução e ensino dos cabo-verdianos aumentavam as expectativas de uma maior integração ao sistema do colonizador. A criação do Seminário de São Nicolau em 1869, pareceu confirmar um papel distinto para os filhos da terra. Alguns privilegiados acediam aos valores clássicos ocidentais e passaram também a receber o seu reconhecimento oficial pela instrução e não mais pela via da paternidade: cidadania advinda de ter diploma e não porque o mestiço, de pai branco, era reconhecido em cartório.

Claro que estamos a falar de uma pequeníssima elite local. Mas as elites são as donas do discurso histórico. As vozes dos outros, sobretudo se restringidas à oralidade, contam pouco. A identidade específica desta elite esteve, assim, na base da construção do primeiro discurso identitário cabo-verdiano. Um discurso que começa com uma luta pelo seu reconhecimento pela metrópole. Exigiam uma cidadania plena, equiparável em direitos e obrigações aos europeus. A proclamação da República em Portugal, em 1910, traz, no entanto, más notícias: em vez de uma integração é antes revogada a cidadania automática, mesmo aos instruídos, obrigando estes a lutar por uma autonomia que os diferenciava das outras colónias. Isto só poderia ser justificado silenciando as manifestações de uma cultura tipicamente africana. Os instruídos vão manifestar a sua alteridade não mais pela reclamação da filiação mas pela construção identitária própria: somos diferentes porque num patamar mais próximo dos valores e culturas superiores. A luta pela posse da terra, por exemplo, é transformada num exemplo da vontade dos filhos da terra de possuírem valores parecidos com as reivindicações liberais de transformação ocorrendo na Europa. A lealdade ao senhor e ao pai do mestiço passa para a lealdade pátria.

Estas correntes nativistas eram influenciadas por movimentos semelhantes no grande Brasil, que o iluminado Pedro Cardoso, o expoente intelectual da época no território, descrevia em 1932, como “exuberante de seiva e cachoante de sonhos, maravilha de força, esplendor e glória”³. Estes movimentos vão, entretanto, conduzir, por falta de eco, a uma canalização cada vez maior das energias para o contraponto da mátria, ou terra de origem, distinto da pátria almejada, mas distante. Eugénio Tavares é a figura proeminente desta visão do cabo-verdiano, mais próxima da sua verdadeira territorialidade.

O nascimento do Estado Novo fascista em Portugal, sob a liderança de Salazar, vai provocar uma série de mudanças na relação colonial. Acossado em várias frentes internacionais, a ideologia do Estado Novo vai manipular os anseios de integração dos nativistas e regionalistas e, transformá-los, pouco a pouco, numa ideologia patriótica. A ideologia da pluri-continentalidade de Portugal, definiu uma hierarquização das formas de integração à cidadania, baseada na promoção de uma nova categoria de cidadãos próximos dos valores europeus, os chamados “assimilados”. Esta ideologia

¹ Tucídides, História da Guerra do Peloponeso, WHF Martins Fontes, São Paulo, 2008.

² Ver nomeadamente George Brooks, *Western Africa and Cape Verde 1790s-1830s*, AuthorHouse, 2010, Elisa Andrade, *As ilhas de Cabo Verde da “descoberta” à independência nacional (1460-1975)*, L'Harmattan, 1996; António Correia e Silva, *Combates pela História, Spleen*, 2003.

³ Alfredo Margarido, *Estudos sobre literatura das nações africanas de língua portuguesa, Regra do Jogo*, 1980.

respondia como uma luva aos anseios dos letrados cabo-verdianos. Estes passavam a ser reconhecidos pelo centro como diferentes, agentes de um desejo de aumentar as hostes de assimilados, graças à sua capacidade para as tarefas necessárias à assimilação dos africanos.

Aparece também uma proximidade ao Brasil, até para servir na explicação de um suposto excepcionalismo português, que teria criado um colonialismo diferente. A cordialidade brasileira passa a ser reinterpretada pelas mesmas formas indolentes que explicariam a morabeza⁴, a abertura superior ao elemento externo. “O mundo que o português criou” do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre⁵ segue a mesma linha de argumentação dos chamados Claridosos, em referência à mais famosa revista literária de Cabo Verde, *Claridade*⁶. Estes são os protagonistas, sobretudo Baltasar Lopes, de um regionalismo que aceita as diferenças com a metrópole numa base de subalternidade para com ela, mas de superioridade para com as outras colónias, “verdadeiramente” africanas. Através da escrita e da cultura erudita os claridosos querem mostrar uma realidade que apaga tanto quanto possível os contornos africanos, como se se tratasse de uma “aristocratização do mulato” e da cultura crioula, como se fossem de uma cultura intermédia. É o modelo da criouldade caribenha que promove a enorme capacidade das sociedades mestiças em englobar e transformar as importações culturais de outros lugares. Este movimento, que se deve designar de regionalista, vai ser um importante trunfo para o Estado Novo demonstrar que os movimentos independentistas que assolam o continente não têm lugar no arquipélago, até pelas características ímpares das suas gentes.

Os independentistas chegam a Cabo Verde pela efervescência de um outro grupo de intelectuais à volta da Casa dos Estudantes do Império, fundada nos anos 50 em Lisboa. Os independentistas são liderados por Amílcar Cabral, nacionalista africano que se tornou referência intelectual nas lutas dos povos das colónias portuguesas⁷. São movimentos herdeiros de uma tradição proto-nacionalista de ruptura parcial, que se radicalizaram. Reconhecem que a verdadeira natureza da condição colonial é socioeconómica e o principal elo de ligação a exploração. Trata-se de uma outra forma de relacionamento com o colonizador: ela é confrontacionista, revolucionária e africanista. Em contraponto aos processos identitários anteriores ela vai ao ponto de querer ligar Cabo Verde à matriz africana até na dimensão política e territorial. Assim se explica o projecto de “Unidade Guiné-Cabo Verde”, concebido pelo movimento independentista, PAIGC⁸, liderado por Cabral. O pêndulo tocava o outro extremo com este grupo em grande parte oriundo das franjas do funcionalismo público colonial.

A geração de Cabral iniciou um processo que apelidou de “retorno às origens e africanização dos espíritos”⁹. Um processo perfeitamente integrado nos movimentos pan-africanistas da época, mas afastado da tradição intelectual dos letrados cabo-verdianos. Podia-se desta feita imaginar que a luta entre membros da elite das ilhas estava destinada a ser acérrima, juntando mais uma correia à longa cadeia de

definições identitárias do arquipélago. Entre a visão racial da mestiçagem, de alguns grandes nomes da literatura, como Teixeira de Sousa, e a proclamação da luta de libertação como acto de cultura, no enunciado de Amílcar Cabral, vai uma distância enorme que, ainda hoje, é fruto de intenso debate.

Poucos países africanos tiveram uma preponderância tão grande da produção literária e cultural das elites na formação dos debates identitários. A ausência de grandes proprietários, já que os morgados cedo entraram em decadência, e de outros veículos de afirmação de poder, acantonou a influência das elites cabo-verdianas às manifestações de erudição. Esta brecha foi ainda mais efectiva pela ausência de competidores intelectuais europeus no espaço local, já que Cabo Verde nunca foi se quer colónia de povoamento, dadas as suas exiguidades materiais e físicas.

As novas manifestações identitárias

Reconhecer o sucesso de Cabo Verde na construção do Estado independente tornou-se num lugar-comum. Desde 1975, ano da independência reconhecida por Portugal, sucessivas transformações do xadrez político nacional não alteraram a eficácia crescente do quadro burocrático, o crescimento económico, a redução da pobreza, o aumento da qualidade de vida e das oportunidades, o papel crescente da educação na qualificação dos cidadãos e a destreza na condução da política externa. Estas vitórias de Cabo Verde consubstanciam-se nos vários indicadores de progresso que vão do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, passando pelos medidores sobre governabilidade, até ao ambiente de negócios e inserção das novas tecnologias. Cabo Verde é hoje um país cuja viabilidade não é contestada nem contestável, que pode ambicionar relações privilegiadas e únicas com os arquipélagos vizinhos da Macaronésia (Açores, Madeira e Canárias), graças aos quais mantém um estatuto de Estado associado, também único, com a União Europeia. Estes feitos não alteraram a relação próxima com os vizinhos africanos, nomeadamente da CEDEAO¹⁰, nem tão pouco impediram uma aproximação crescente ao Brasil, país que acolhe o maior número de estudantes universitários cabo-verdianos formados e em formação no exterior. Uma diplomacia descomplexada e pouco ideológica têm sido benéficas para o país, que depende em mais de 10% do seu Produto Nacional Bruto das remessas provenientes da sua enorme comunidade emigrante.

Caso raro de sucesso rápido Cabo Verde é um, de apenas dois países, a ter conseguido sair da categoria da ONU de “menos avançado”, nos últimos 30 anos (o outro é o Botsuana). A partir de 2013 deixa mesmo de poder beneficiar de empréstimos concessionais pelas instituições financeiras internacionais, por ter “graduado” para uma economia intermédia em termos de indicadores macro-económicos, testemunho da sua performance excepcional. Embora o quadro institucional do país seja estável, e a segurança dos cidadãos garantida, Cabo Verde vive num permanente clima de tensão política. Esse facto é influenciado por leituras que têm pontes com os debates identitários. Curiosamente, essa tensão, têm incidências na qualidade da democracia. Os debates nem sempre são construtivos e prepositivos, apesar das limitadas diferenças de programa dos protagonistas. O incessante recurso à discussão legal, e o uso do

⁴ Expressão da cordialidade e hospitalidade cabo-verdiana.

⁵ Gilberto Freyre, *O Mundo que o português criou*, E Realizações, 2010 (original de 1933).

⁶ Margarido, *idem*. Ver a íntegra dos fac-símile da revista publicados em Manuel Ferreira, *Claridade*, ALAC, 1986.

⁷ Carlos Lopes, *Africa's Contemporary Challenges: the legacy of Amílcar Cabral*, Routledge, 2011.

⁸ Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, movimento nacionalista que leva a Guiné e Cabo Verde à independência com reconhecimento da potência colonial.

⁹ Lopes, *idem*.

¹⁰ Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, com sede em Abuja.

direito, denuncia uma história marcada pela funcionalidade administrativa atribuída pelo colonizador aos instruídos cabo-verdianos. A instrumentalização da cultura, pelos influentes, ou seja a nova elite, é o veículo para afirmar uma certa visão identitária. Um subsídio a determinada manifestação cultural ou artista pode servir para interpretar uma preponderância para determinada expressão identitária. O debate é muitas vezes provinciano e reducionista. Neste contexto o papel da diáspora assume uma importância fundamental.

Identidade e Diáspora cabo-verdiana

O termo diáspora pode ser utilizado para definir afinidades, mas também co-responsabilidades de natureza transfronteiriça, às vezes mesmo transnacional. Numa época onde as conexões de natureza virtual se multiplicam, a ligação ao espaço territorial não desaparece, mas pode ser remota e simbólica. As diásporas precisam de substitutos mais pragmáticos, para a ausência quotidiana do vínculo territorial. Isso consegue-se, no caso de Cabo Verde, pela língua, o crioulo, a música, e outras manifestações da cultura popular, como por exemplo a gastronomia. Qualquer uma destas ligações são desterritorializadas e podem ter um protagonismo no ciberespaço. Mas o ciberespaço oferece muitas outras oportunidades. Ele permite o acesso fácil às notícias, a proliferação das redes sociais, o intercâmbio das produções culturais do conjunto dos cabo-verdianos no mundo, a criação de circuitos de partilha familiar, por lugar ou ilha, ou outros agrupamentos de interesse, transferência simplificada de recursos e, claro está, activismo político.

As ferramentas para melhor utilizar o ciberespaço são mais conhecidas ou utilizadas pelos jovens, democratizando o acesso ao protagonismo junto de uma população maioritariamente jovem. Ao introduzir este elemento geracional o ciberespaço muda também as formas de relacionamento informalizando-as; e criando uma abertura ao novo e a tudo o que é cultura global moderna. Difícil para o arquipélago fechar-se às influências ou reivindicar, a *contrario*, uma diferença de outros, apenas por ser tão aberto. O exame da contribuição dos emigrantes para a vida pública ocupa já um terreno político importante em Cabo Verde. Não se limita mais à questão das remessas do primo ausente, nem à contribuição iluminada da personalidade vedeta que está lá fora, no entanto, no subconsciente das novas elites estabelece-se muitas vezes uma diferença entre emigrantes e diáspora, sendo os primeiros a massa e os segundos os instruídos. Mesmo esta diferenciação não se sustentando teoricamente a verdadeira polémica por detrás destas categorizações denuncia uma discussão identitária.

O mundo vive um fenómeno de mobilidade física das pessoas, sem precedentes. Apesar dos conhecidos limites à circulação de muitos a emigração nunca foi tão forte como na actualidade. Os cabo-verdianos são obrigados a adaptar-se às regras impostas em função de uma tendência que precederam, mas que os afecta e os classifica numa nova maré de circulação. Esta pressão contribuiu para novas formas de relacionamento e de afirmação identitária. Por exemplo fica cada vez mais difícil a inserção nos países de acolhimento sem a aquisição de estatutos de residente ou naturalizações. É impossível imaginar o sucesso dos emigrantes sem aprenderem a língua dos países hóspedes. Não se pode conceber a escolarização dos filhos numa relação com o arquipélago, etc. Resta pois encontrar formas de identificação que reforcem os laços

identitários. Isto faz-se de forma espontânea e os cabo-verdianos têm conseguido tirar partido das oportunidades oferecidas pela mobilidade reforçada e o ciberespaço. A música cabo-verdiana globalizou-se graças à diáspora. O turismo europeu descobriu Cabo Verde, como terra de sol e areia, mas também de tradições culturais. Os cabo-verdianos têm cada vez mais representantes de altíssimo valor profissional e intelectual inseridos nos países de acolhimento, mas sem ter de renegar e até muitas vezes se orgulhando das suas origens.

Por todas estas razões de sucesso os cabo-verdianos deveriam sentir a sua identidade como óbvia, consagrada e de fácil interpretação. Raramente um cabo-verdiano da diáspora mostra rejeição à sua terra e à sua cultura. Mas o dilema é outro. No espaço territorial original os dramas do passado glorificam ou vilificam uma visão da identidade mais próxima da Europa e Portugal, ou mais atrelada à raiz africana. Este debate é quente e divisor, porque opaco e ofusco.

A atitude da população perante uma nova vaga de imigração, proveniente da costa ocidental africana, suscita acérrimas discussões no país sobre se isso vai ou não alterar a especificidade cabo verdiana. Os novos emigrantes são algumas vezes caracterizados em tom depreciativo de “manjacos”, nome de uma etnia da Guiné-Bissau com tradições de migração próximas às dos cabo-verdianos. Na realidade os verdadeiros manjacos são muitas vezes linguística e culturalmente mais próximos das tradições da Ilha de Santiago, a mais populosa e menos mestiça do arquipélago, do que se aceita ou até se imagina.

A identidade define-se pela diferença e pela generalização. Diferença em relação a outros e características comuns entre os que a reconhecem. Nesta perspectiva não há identidade sem alteridade. Mas, como nos lembra o prémio Nobel de economia Amartya Sen¹¹, trata-se fundamentalmente de escolhas, que são conscientes. Pertencer a uma comunidade é algo de intrinsecamente positivo, mas também pode determinar afastar-se de outros. As diásporas aprendem a conviver com este dilema e graças aos novos instrumentos de mobilidade e inserção vão construindo múltiplas identidades. A localidade original, por seu turno, é penetrada por estas novas formas de estar e sentir a identidade, criando relacionamentos com as suas diásporas que podem ser simultaneamente distantes e profundos.

Se alguma conclusão se pode tirar da ambiguidade do debate identitário é de que as culturas interagem e, por isso, elas se alteram continuamente. As identidades seguem esse mesmo caminho, passo a passo. A velocidade na circulação da informação, o nosso acesso constante ao que se passa nos lugares mais diversos do mundo (até em Cabo Verde, claro, pois mais de metade da população tem telefone e mais de 30% acede à internet), promove uma identidade híbrida, complexa, evolutiva, no tempo de cada indivíduo, à qual todos temos de nos adaptar.

As lutas pela definição da identidade cabo-verdiana não vão terminar tão cedo, porque o novo mundo globalizado expõe e complica duas características extraordinárias do povo das ilhas: a sua perseverança na adversidade, e a sua abertura ao mundo.

O Peloponeso cabo-verdiano afinal de contas não foi a destruição de uma cidade, mas antes vencer as dificuldades do meio físico e natural, nomeadamente pela diásporização. Uma história de sofrimento que forjou a sua identidade.

¹¹ Amartya Sen, *Identity and Violence: the illusion of destiny*, W. W. Norton, 2006.



Notas de Leitura

Dans les méandres de la mémoire

René Pélissier

p. 257-275

Généralités et regroupements de plusieurs pays

Bien que certains – et même beaucoup en maints pays et maintes périodes – aspirent à une science qui serait marmoréenne, les historiens ne sont que les receleurs du passé. Et quoi qu'ils prétendent, les politologues, les ethnologues, les archéologues et une galaxie d'autres spécialistes de l'impondérable ne font pas mieux qu'eux dans l'interprétation des apparences. La nostalgie des mathématiques, voilà le lien qui unit les membres les plus ambitieux de nos confréries par trop conquérantes. Donc, puisque nous travaillons à façonner les mémoires, commençons par ceux qui en produisent et en consomment le plus: les anciens combattants tant qu'ils sont encore en vie. Il est préférable d'ailleurs, mais non indispensable, qu'ils aient été vainqueurs. Leurs épreuves et leur jeunesse parfois suffisent. Et en matière de souffrances, les lecteurs de *Dias de Coragem e de Amizade*¹ auront déjà un assez bel échantillon puisque cette collection de témoignages a en partie été recueillie auprès de blessés, légers ou graves (paralysés), ou de simples traumatisés. Beaucoup appartenaient aux troupes de choc (*comandos, fusileiros, paraquedistas*), ce qui explique la fréquence des risques encourus. Le plus étonnant, c'est l'image qui se dégage du livre: la guerre anti-épique qui résulte de la confrontation entre la routine militaire dans des conflits de basse intensité, et l'explosion des malheurs qui affectent les exécutants. Retranscrits par l'auteur, un journaliste, ces récits assez brefs couvrent les trois théâtres de la guerre coloniale (Angola: 17; Guinée: 17; Mozambique: 16).

Parmi les détails fournis à l'historien, signalons ceux concernant: a) une opération en Angola (non datée) avec un colonel belge et une centaine de ses mercenaires; b) un aviateur abattu avec son hélicoptère au Cabinda (5 juin 1972), prisonnier du MPLA, interrogé par Lúcio Lara et ses hommes qui veulent le faire désertir. Il refuse, est détenu à Brazzaville, est remis à la Croix-Rouge et rentre en Angola où la PIDE l'accuse de désertion; c) après le 25 avril 1974, un *caçador* et trois camarades qui entrent au Zaïre par erreur à partir du Cabinda. Ils sont capturés par le FLEC où personne (?) ne parle portugais! Incarcérés et maltraités par les soldats de Mobutu, pendant neuf mois, ils sont portés disparus par les Portugais et ne seront libérés qu'en 1975; d) un para qui participe à l'opération d'évacuation des civils de Carmona et de Negage (après le 25 avril 1974, mais non datée) par une colonne de 10 à 12 000 personnes s'étirant sur 14 km, les avions ayant été démontés; e) au Mozambique, en 1966, les soldats qui sont en train d'enterrer vivante une Africaine soupçonnée de

¹ Nuno Tiago Pinto, *Dias de coragem e de amizade. Angola, Guiné, Moçambique: 50 histórias da guerra colonial*, Lisboa, A Esfera dos livros, 2011, 399 p., photos noir et blanc.

trahison (p. 288); f) la création par les Portugais de la Marine du Malawi sur le lac Nyassa. Un officier des fusiliers marins est détaché pour la commander. Le contrat est signé par Jorge Jardim qui achemine le fuel nécessaire à la base navale portugaise de Metangula, via le Malawi. On est en 1973-74. Personnellement, nous avons vu une partie de cette flottille lacustre en 1973. Un accord est signé en juillet 1974 pour céder ces trois *lanchas* au Malawi.

Evidemment parcellaires et imparfaits, ces éclats de mémoires constituent un matériau brut qui n'est pas destiné prioritairement aux historiens mais qui peut leur servir, s'ils l'accompagnent de recherches plus fines. Ils ont au moins le mérite de l'urgence car dans quarante ans, les acteurs seront presque tous morts.

Vient ensuite un livre-document que nous n'hésitons pas à déclarer important – et même très important – pour l'histoire coloniale du Portugal en Insulinde puisqu'il nous donne le récit de la fin pitoyable de l'emprise portugaise à Timor par un acteur qui l'a vécue au sein des cadres de métier de l'Armée de terre. Dans le fourmillement des textes laissés par d'anciens officiers de carrière qui ont fait l'ultime guerre d'Afrique, on trouve de tout quant aux orientations et aux justifications de leurs auteurs. Disons que Rui Marcelino² tranche sur le tout venant des «africanistes» galonnés. Non par la forme mais par le lieu et les situations qu'il met en scène. Il traverse successivement le Sud-Mozambique avant l'insurrection (Inhambane, 1960-64), puis l'Angola (1965-67 dans les Dembos, d'abord dans une *fazenda* de café abandonnée puis dans le poste de Cambamba). De mai 1965 à mai 1966 dans ce terrain belligère, il ne semble pas avoir donné l'ordre de tirer une seule fois, ce qui déjà est une expérience rare. Ou alors, si l'on se bat si peu, c'est que l'intensité des troubles n'était pas aussi forte que les statistiques et les souvenirs imprimés le disent, même au cœur du bastion dur du MPLA. A moins qu'il n'ait eu beaucoup de chance! Peu importe d'ailleurs, ce qui compte dans son livre, c'est son séjour de novembre 1973 au 26 août 1975 à Timor où il est devenu commandant et sous-chef d'état-major au QG de Dili. Tout commence bien pour lui dans la routine assoupie d'un Orient archaïsant.

Mais les choses se gâtent. En juillet 1975, il note la présence de groupes armés politisés dans la région de Maubisse d'où la garnison métropolitaine, indisciplinée, a été renvoyée au Portugal. C'est en août que le chaos s'installe pour de bon. L'UDT réclame le départ des officiers délégués du MFA, et s'empare des armes de la Police à Dili, dont le chef métropolitain prend le «commandement» des troupes de ce parti. Mais dans la montagne, le FRETILIN, tant bien que mal, s'organise et ses partisans sont nombreux dans les unités timoriennes basées dans la capitale. L'auteur réussit provisoirement à dissuader le FRETILIN de réquisitionner l'arsenal du QG. Le 12 août, le gouverneur qu'il ne cite jamais nommément (pourquoi?) ordonne l'évacuation sur un cargo des familles de militaires et fonctionnaires vers Darwin; dès lors, l'un des démons séculaires de la société portugaise – la pagaïlle – s'installe dans la ville qu'il ne quittera plus. Les désertions de sous-officiers autochtones et de leurs hommes, gagnés au FRETILIN s'accroissent à l'intérieur. Un mince cordon de parachutistes portugais empêche leur pénétration dans le centre urbain, mais, le 17 août, des officiers et soldats timoriens de l'Est, passés à l'UDT, sont autorisés à entrer à Dili, ce qui indigné

² Rui Marcelino, *Crónica dos meus últimos dias de timor e outras histórias de guerra*, Linda-a-Velha, DG Edições, 2010, 171 p., photos noir et blanc. Distribution: Delegação de Oeiras da Liga dos Combatentes, R. Cândido dos Reis, n.º 216, 1.º, 2780 Oeiras (Portugal).

la garnison timorienne pro-FRETILIN. Le 18, une partie de l'intérieur enregistre des affrontements armés entre l'UDT et le FRETILIN, des meurtres et, évidemment, des décapitations rituelles. Il ne semble pas que les militaires portugais résiduels puissent faire quoi que ce soit (cf. l'Angola) et d'ailleurs ils s'en lavent les mains. On ne sait pas ce que sont devenus les administrateurs, les quelques planteurs et autres colons, ainsi que les missionnaires, hors de la capitale. C'est l'un des multiples trous noirs que ne comblent pas les sources australiennes.

L'auteur dit avoir tenté une dernière médiation entre l'UDT et le FRETILIN, mais, descendu de la montagne, un dirigeant dur du FRETILIN (Mari Alkatiri) s'y oppose. Les combats gagnent Dili où, autour du «port», une «zone neutre» est instaurée, défendue par les paras. Les réfugiés timoriens, chinois et métropolitains affluent dans le réduit. Image surréaliste de la fin d'un monde colonial, sous la mitraille intermittente, le sous-chef d'état-major va nourrir les poissons de l'embryon d'aquarium de «son» futur musée de Dili. Les 24-25 août, les combats à la mitrailleuse et au mortier s'intensifient autour du simili Dunkerque des Portugais. Le 27 août, estimant qu'il en a assez fait pour sa patrie «révolutionnaire» et «décolonisatrice», le commandant Rui Marcelino obtient du gouverneur l'autorisation de se faire évacuer à Darwin sur le vieux cargo avec la seconde tranche (ou fournée) de réfugiés, tandis que le gouverneur, son staff et les paras voguent dans quatre petites embarcations vers l'ultime parcelle de terre «portugaise» dans les îles de la Sonde: l'îlot d'Atauro où ils attendront des mois que l'Armada vienne les chercher. Personne ne dit ce qui s'est passé dans l'exclave d'Ocussi et Ambeno, à cette époque.

Dans la galerie des auteurs anciens combattants portugais, on rencontre des vaniteux, des pleurnichards, des révoltés, des patriotes, des dénonciateurs, des calomniateurs, des Don Quichotte, des matamores, des morts-vivants, des humoristes, des héros en peau de lapin, des obsédés, des tueurs, des bureaucrates, des vainqueurs auto-proclamés et tout le magma qu'un volcan social peut rejeter pendant treize-quatorze ans d'éruptions. L'auteur n'appartient à aucune de ces catégories. A Timor, il n'a tiré que deux coups en l'air d'un revolver Smith & Wesson, acheté après le démantèlement de la PIDE/DGS.

Domage que ce livre ait été confié à un éditeur qui ne se soucie pas de la communication médiatique pour faire connaître la production de ses auteurs. Ce livre aurait eu un certain succès de librairie, probablement.

Cap-Vert et Guinée

Entrons dans le secteur des raretés éditoriales avec un livre dont le manuscrit était en français mais qui a été traduit, puis publié en portugais par un éditeur parisien, le tout dans des conditions que nous ignorons. L'auteure³, journaliste française, a été fascinée par une communauté rurale de marginaux religieux, ésotériques et autarciques de l'île de Santiago au Cap-Vert. Son enquête se présente comme telle, mais il faut la féliciter d'avoir creusé au-delà du pittoresque puisqu'elle a rassemblé la plupart des racines historiques, sociologiques et politiques de ces déviants du catholicisme officiel, et les a combinées pour offrir une monographie de cette micro-entité

³ Françoise Ascher, *Os rabelados de cabo verde. história de uma revolta*, Paris, L'Harmattan, 2011, 170 p., photos couleur.

imprégnée d'un esprit de résistance antimoderniste, anticolonialiste et anti-étatique (au début de l'indépendance). Ce sont des «Vieux Croyants», refusant les innovations aussi bien rituelles que matérielles. Seraient-ils les «Amish», les «Rastas» de Santiago, mais ostracisés par les autres Cap-Verdiens? Depuis quelques années, les autorités ont réussi à apprivoiser les plus jeunes et à les scolariser. Une artiste locale a créé une école de peinture où des dons qui s'ignoraient se révèlent peu à peu. Gare au folklore pour touristes de la Butte Montmartre! Le mouvement des Rabelados, déclarés rebelles et «hérétiques» en 1941, a acquis une longévité et une originalité qui nous paraissent désormais précaires. Contrairement aux mouvements synchrétiques d'Angola (le tocoïsme en est l'emblème le mieux étudié), il ne nous semble pas que dans sa phase actuelle la secte des Rabelados soit en franche expansion. Mais elle ne menace personne.

Encore plus insolite? Cela existe si l'on passe du choix du thème à la langue employée. Branco Pelele⁴, voici un titre qui n'intriguera pas en Guinée-Bissau. En Finlande certainement! Mais le sous-titre venge immédiatement le titre et nous plonge dans l'opacité la plus totale. Publier en Allemagne un livre entièrement rédigé en finnois, consacré aux expériences et à la vie quotidienne d'une humanitaire en Guinée-Bissau, part à coup sûr d'une bonne intention et d'une dose d'optimisme hors du commun. Pour autant que nous puissions en juger, l'une et l'autre sont en harmonie avec le sourire radieux et la bonne bouille de l'auteure qui a l'air de se plaire à Bissau et en brousse au milieu des Balantes comme des Papeis, sans se soucier de politique ni de considérations basement matérielles. Elle est venue pour aider les pauvres et elle le fait avec la fougue d'une *pasionaria* de l'aide au développement. Faute de pouvoir éclairer ce qu'elle dit dans d'interminables conversations (en crioulo?), nous nous bornerons à dire que ce livre semble être le premier à avoir été consacré à la Guinée-Bissau sur la rive orientale du golfe de Botnie. Et les photos sont révélatrices de l'œuvre accomplie tant dans la capitale que dans une partie du pays balante (Bissorã), vers 2008 et au-delà. Elle parle aussi de Bafatá et de Gabu.

Il est peu probable qu'elle lise un jour les mémoires du père Abel Gonçalves qui les a publiés pour sortir d'un état dépressif et, inversement, il est impossible que cet aumônier militaire à la retraite après vingt ans de service puisse comparer ses souvenirs de Bafatá et de Geba avec ceux, plus récents et plus allègres, de la Finlandaise. Son Catarse⁵ se présente comme une succession de scènes vécues pendant son premier séjour en Guinée (mai 1967-mai 1969) où il est envoyé à 36 ans pour exercer son ministère religieux: a) dans plusieurs compagnies d'infanterie réparties dans le centre du pays; b) puis à l'hôpital militaire de Bissau. Il dit ne pas avoir aimé cette guerre inutile, mais il «rempile» comme aumônier chez les parachutistes (août 1972-août 1974) où il vivra de près la crise des missiles en mai 1973 qui fut le début de l'effondrement portugais. Ses listes d'aumôniers envoyés en Guinée de 1961 à 1974 comportent 102 noms pour l'Armée de terre, 7 pour l'Aviation (parachutistes inclus) et 4 pour la Marine. On note une extraordinaire accélération des rotations à compter de 1971-72, c'est-à-dire quand les combats s'intensifient. L'intérêt de ce livre tient dans ce qu'il expose sur les

activités extra-religieuses d'un aumônier naviguant de détachement en détachement: parfois une sorte d'assistant social auprès des soldats et des populations africaines. Plus les enterrements. Dans l'ensemble, sur les centaines de prêtres portugais mobilisés et envoyés en Afrique, assez peu ont publié et pourtant leurs témoignages seraient au moins aussi utiles que ceux des médecins, dans la mesure où ils ne confondent pas leurs missions respectives avec leurs partis pris politiques.

Si nous disposions – ce qui n'est pas notre cas – d'une collection exhaustive de tous les romans publiés par les anciens combattants de la guerre coloniale, il nous semble qu'une étude statistique des titres, ventilés par théâtre d'opérations, nous montrerait que c'est le territoire qui reçut le moins de soldats métropolitains et où les zones de combats furent les moins étendues, c'est-à-dire la Guinée, qui a marqué le plus profondément la mémoire et l'imagination de ces auteurs. Or, pourtant ce n'est pas un hasard si, proportionnellement aux effectifs engagés et aux kilomètres carrés de terrains disputés, ce fut encore la Guinée qui enregistra le plus haut pourcentage de pertes métropolitaines.

Mais ce qui frappe l'historien extérieur, c'est que ces «romanciers» «guinéanistes» sont globalement plus nombreux à avoir conservé d'assez bons souvenirs de leurs relations avec les Africains, tant «soumis» ou «alliés» qu'«ennemis». Il faut en effet chercher assez longtemps des auteurs «angolanistes» ou «mozambicanistes» qui racontent combien étaient étroits et même chaleureux leurs rapports avec les Macondes ou les Quiocos, sans parler des Bakongo ou des Nyanja soulevés. Allons plus loin encore. Contrairement à toute attente, on dénombre pour la Guinée plusieurs romans où de jeunes officiers ou sous-officiers portugais se «marient» avec des filles de chefs de villages musulmans. «Mariages» coutumiers et provisoires de durée limitée, voire mariages œcuméniques durables, contrevenant aux règles de l'Islam. Certes, on admet que, faute de fiancées blanches disponibles sur le marché local, les appas généreux et dénudés des *bajudas* (jeunes filles pubères) du cru les aient ensorcelés. Mais pourquoi ne retrouve-t-on pas cette osmose interracial sur la côte swahilie du Nord-Mozambique? Laxisme religieux chez les Fulas de Guinée et rigorisme infranchissable sur les rives de l'océan Indien occidental? En tout cas, historiquement parlant, au XIX^e siècle, et même encore au début du XX^e siècle, le prosélytisme des Fulas chez les animistes n'était pas inférieur à celui des cheiks esclavagistes du Mozambique et les uns et les autres n'étaient pas particulièrement amis des autorités coloniales de l'époque. Toutefois, nous constatons qu'au fil des ans cette hostilité s'effrita plus au moins en Guinée, mais qu'elle persista et même se durcit au Mozambique malgré des tentatives de rapprochements tardifs. Les voies de la PIDE, selon toute vraisemblance, furent en vérité longtemps insondables, mais elles n'étaient jamais sans arrière-pensées.

Deux romans d'anciens combattants – apparemment, il n'y a plus qu'eux et les reporters dans le panorama éditorial portugais à utiliser la Guinée comme toile de fond, depuis au moins cinquante ans – attirent notre attention sur les réalités d'une guerre coloniale qui, nonobstant un lusotropicalisme de propagande, était au-dessus des moyens d'un pays comme le Portugal. Tous les deux apportent une contribution bienvenue à l'histoire militaire de leur pays. Le plus rare, NA KONTRA KA KONTRA⁶, fut d'abord diffusé en 49 épisodes sur un blog de vétérans nostalgiques de leur jeunesse.

⁴ Niina Numminen, Branco Pelele. *Vapaaehtoistyöntekijänä Guinea-Bissaussa, Norderstedt* (Allemagne), Books on Demand, 2011, 380 p., photos noir et blanc et couleur.

⁵ Abel Gonçalves, *Catarse*, Porto, auto-édition (a.c. Ordem da Trindade, Rua da Trindade, 115, Porto), 2007, 211 p., photos noir et blanc.

⁶ Fernando Gouveia, *Na Kontra Ka Kontra (Encontros e desencontros)*, Porto, auto-édition (fg4250@gmail.com), 2011, 160 p., photos noir et blanc et couleur.

L'auteur, architecte de profession, fut *alferes* en Guinée entre 1968 et 1970 et y retourna récemment avec un groupe d'anciens dans un pèlerinage mémoriel. L'originalité du récit est double: a) l'auteur – privilégié – ne semble pas avoir été engagé dans les combats, puisqu'il est surtout basé dans la région de Bafatá et, en dehors de cette ville, dans un village de Fulas, donc dans un *chão* (territoire) politiquement et ethniquement plutôt attentiste, voire hostile au PAIGC; b) l'intrigue tourne autour de la brève histoire d'amour entre l'auteur et la fille d'un petit chef de village musulman qui «cède» sa jolie fille pour un prix relativement modeste s'agissant d'un officier: deux vaches et quelques cabris. Sa passion amoureuse étant vite satisfaite, il «rétro-cède» son «épouse» éphémère à un milicien local qui se marie avec elle, mais est tué par une mine. La femme se «marie» une troisième fois avec un autre Fula, ami de l'auteur. Lui part au Portugal où il prend une autre épouse. Quarante ans plus tard, divorcé, il revient à Bafatá et se remet en ménage platonique avec sa première *bajuda*, à peine décatie. Le thème est donc la bonne entente entre ex-colonisés et ex-militaires. Pourquoi pas?

Beaucoup plus représentative du roman historique traditionnel, l'œuvre de Ganança⁷ annonce la couleur dès la couverture: «*Memórias reais de um jovem alferes mergulhado nas teias da guerra*». L'action se déroule d'octobre 1967 à mars 1968, ce qui est bref pour l'époque, mais le reste de la commission durera jusqu'en 1969. Ici nous sommes encore avec les *bajudas*, mais les temps et les circonstances ne se prêtent pas aux galipettes érotiques: les «lavandières» se font payer et la compagnie est implantée en plein dans un territoire favorable au PAIGC, tout au sud-est de la colonie, entre deux fleuves maléfiques, le Cacine et le Cumbijã, à la frontière même de la Guinée-Conakry. C'est un enfer intermittent entre les mines, les embuscades et les bombardements de l'artillerie. On ne suivra pas les péripéties de cette compagnie d'intervention qui est sur le fil du rasoir dans un milieu et une nature sournoisement hostiles à l'Européen, surtout lorsqu'il est en uniforme. Il suffira de dire qu'elle y perdra son capitaine. Ce n'est pas le premier texte sur ce théâtre, oublié de nos jours, mais ce qui est certain c'est que le lieu était idéal pour ne pas pouvoir gagner une guerre dans ces rias et ces marécages, entourés d'ennemis acharnés et à peu près intouchables, étant donné la proximité du sanctuaire que leur offrait Sékou Touré. Texte intéressant pour connaître l'ambiance à mi-parcours du conflit sud-oriental, avant l'arrivée de Spínola tout feu, tout flamme, avant qu'il ne comprenne qu'il n'y aura pas d'issue militaire dans ce bourbier guinéen.

Angola

Curieux, descriptif, très vivant, le récit réédité des Mémoires du Capitaine Pierre-François Péron⁸ comporte un bref chapitre sur un aspect pas très glorieux où l'Angola et le Cabinda s'illustrèrent – si l'on peut dire. A dix-sept ans, déjà officier sur un navire négrier, le jeune marin breton, qui en 1824 nous confiera ses souvenirs, visite Ambriz (juin 1786) où il traite 69 esclaves puis Cabinda (juillet-novembre 1786). La longueur de son séjour lui permet de présenter non seulement les opérations de

traite mais aussi certaines coutumes judiciaires et mortuaires de la population locale. Il n'aime pas trop les côtiers du Cabinda qu'il qualifie d'Angolais, sans mentionner un seul Portugais présent, deux ans après leur expulsion par les Français. Il trafiquera ensuite pendant vingt ans autour du monde (Asie, Pacifique, Insulinde, Amérique, etc.), notamment à Macao. C'était un temps où les navigateurs étaient encore souvent des découvreurs; il ne revint jamais en Angola. Ce livre se lit comme un roman d'aventures.

Autres marins, mais bien postérieurs et plus conventionnels? On en rencontre d'aussi hardis dans le livre d'Andrew Tabak⁹ qui s'intéresse à l'histoire d'un bateau américain qui commença sa carrière comme navire marchand et la finit comme baleinier: huit campagnes de chasse. La plupart firent escale aux Açores et/ou au Cap-Vert, mais la cinquième (1855-1858) et la sixième (1858-1860), sont censées nous concerner ici car les Américains descendent jusqu'à la Baía dos Tigres et remontent à Cabinda et Luanda où ils font relâche, de même qu'à Benguela et peut-être Moçâmedes (1859 et 1860). Malheureusement, celui qui espère trouver de longues descriptions sur les rapports entre les baleiniers et les Portugais d'Angola reste sur sa faim. L'auteur a effectué un prodigieux travail de recherche pour documenter l'histoire du navire et de ses équipages mais il ne s'attache qu'à elle, alors qu'il aurait été capital de connaître les impressions des marins à propos des naturels avec qui ils traitent. En 1829, un autre capitaine yankee visita la côte sud de l'Angola et nous a laissé un tableau infiniment plus détaillé de ce qu'il y vit (Benjamin Morrell, *A narrative of four voyages...*, Upper Saddle River, N.J. The Gregg Press, 1970, XXVII – p. 492, cf. pp. 317-327). Tabak est évidemment libre de ses choix et d'ailleurs nous ne savons pas si les livres de bord de «son» navire étaient ou non avares d'informations locales. Peut-être que Morrell qui chassait les phoques était-il aussi un observateur plus éveillé que les capitaines baleiniers qui le suivirent trente ans plus tard.

Cette incursion rapide dans les souvenirs assez superficiels de quelques marins étrangers justifie que l'on signale un ouvrage autrement plus important que nous avons coupablement laissé trop longtemps dans l'ombre. ANGOLA NO SÉCULO XIX¹⁰ est un travail fondamental pour connaître l'histoire et la sociologie urbaines de l'Angola. Pourquoi? Il y a tout d'abord une iconographie incomparable qu'un format peu commode (26,5 x 27 cm) mais généreux met en valeur. Elle provient en grande partie de la collection de cartes postales réunie par João Loureiro et elle illustre à la fois la variété de la société urbaine et péri-urbaine et l'expansion des centres de la colonisation à une époque cruciale: celle de l'implantation spatiale réelle des Portugais en Angola, tel que nous le connaissons dans ses frontières actuelles.

Ensuite il y a les commentaires souvent novateurs de l'historienne (mais on pourrait ajouter aussi sociologue) Aida Freudenthal (pp. 14-91) qui insiste à bon droit sur le rôle primordial de la seule ville, Luanda, qui compte dans l'Angola du XIX^e siècle. Les longs commentaires de l'architecte-urbaniste (et on ajoutera encore géographe) José Manuel Fernandes occupent enfin le cœur de l'ouvrage (pp. 92-193) et, en fait,

⁹ Andrew Tabak, *An unimportant ship: the brig pavilion 1829-1863*, Weston (MA), auto-édition, ATABAK3701@AOL.COM, 2011, 266 p., photos et dessins noir et blanc.

¹⁰ Aida Freudenthal; José Manuel Fernandes; Maria de Lurdes Janeiro e João Loureiro (iconographie essentielle), *Angola no século XIX. Cidades, Território e Arquiteturas*, Lisboa, auto-édition, 2006, 200 p., très nombreuses illustrations, noir et blanc et couleur.

Note: l'on nous dit que cet ouvrage est distribué (en août 2011) par l'Oficina do livro do Rossio, Lisboa.

⁷ Guilherme da Costa Ganança, *Do Cacine ao Cumbijã. 67 Guiné 68*, Lisboa, Chiado Editora, 2011, 343 p.

⁸ Pierre-François Péron (et collaborateurs), *Mémoires du Capitaine Pierre-François Péron sur ses voyages autour du monde*, La Rochelle, La Découverte, 2011, 315 p.

synthétisent ce que l'on sait sur la croissance de Luanda, certes, mais aussi des autres agglomérations côtières et intérieures. Pour ce faire, son XIX^e siècle a été prolongé jusque dans les années 1920-1930. Une double bibliographie afférente à chacune des deux parties contient des entrées parfois inattendues.

Résumons notre pensée. Ce livre est destiné à la fois: a) aux anciens colons qui n'ont pas fini de regretter l'âge d'or de la vie citadine angolaise; b) aux rarissimes historiens de l'Angola colonial; c) aux simples amateurs de belles illustrations rendues facilement accessibles; d) aux nostalgiques de l'Império, même s'ils n'ont jamais mis les pieds en Afrique. Nous ne croyons pas que de nombreux anciens combattants liront ou même feuilletteront un tel ouvrage dont le luxe n'aurait probablement pas pu s'afficher si quelques banques ne l'avaient subventionné. Elles savent toujours ce qu'elles font. Ce livre, c'est la haute couture de l'historiographie angolaise.

Beaucoup plus humbles et pointues nous parviennent de Pretoria les REMINISCENCES¹¹ d'un Britannique originaire d'Afrique du Sud, pratiquement inconnu des Angolais actuels et même de leurs historiens étrangers, alors que de son vivant il fut l'une des figures marquantes de la communauté boer d'Angola, à laquelle il s'assimila linguistiquement et familialement. A 23 ans, en 1881, il monte du Sud-Ouest africain avec Eriksson, visite Humbe, les Boers de Huila et de Humpata, va jusqu'à Moçâmedes et repart. Le Sud-Angola devient dès lors sa terre d'élection. Il y sera chasseur d'ivoire, constructeur de pistes charretières, investisseur, commerçant ambulancier, éleveur, transporteur, mercenaire des Portugais, fermier, etc. L'intérêt de ses souvenirs – d'abord favorables aux Portugais puis violemment hostiles – est dû au fait qu'il a connu la plupart des derniers chefs cuanhama indépendants, qu'il a voyagé dans la ou le «Rubber country», au Bailundo, au Bié, au Moxico, etc., participé à plusieurs campagnes et, à ce titre, qu'il démolit l'histoire militaire officielle. Le dernier tiers de son livre n'est que dénonciations du faux héroïsme des officiers, de la lâcheté des troupes, de la fourberie, de la corruption et de l'exploitation des «indigènes». Il faut savoir que ce revirement d'opinions à l'égard de l'«ignoble little Nation» (p. 417) qu'il souhaite voir chassée d'Angola par l'Afrique du Sud, est provoqué par l'aigrissement des relations luso-boers qui culminera avec l'exode de 1928-1929 mais qui semble s'être déjà accentué vers 1914-1915, sinon avant.

Dans son outrance de vieillard radotant après avoir été grugé financièrement par les militaires, ce qu'il supportait et même acceptait jusque dans les années 1900-1910 devient la quintessence de la vilenie coloniale. En tant qu'historien, nous admettons que son jugement n'est pas un modèle d'équilibre, mais nous avons vu pire, et il est très utile pour connaître le revers des médailles officielles de Roçadas et de Pereira de Eça. Qui a jamais lu que ce sont deux Anglais d'Angola et les Boers qui entrèrent à Ngiva avant les troupes portugaises en 1915? L'édition et l'annotation du manuscrit de Chapman (1858-1932) par Nicol Stassen sont minutieuses et valorisent un texte qui devient important pour l'histoire du Sud et du Centre-Angola, vue par un Britannique plus Afrikaner que les Afrikaners eux-mêmes.

¹¹ William Chapman, *Reminiscences including an account of the entry of the trek boers into angola and of their sojourn during the forty-eight years they struggled in that country under portuguese rule*, Pretoria, Protea Book House, 2010, 476 p. + 48 p. de cartes et photos noir et blanc et couleur

Mémoires? Probablement, et même issus d'une expérience familiale chez Denis Kehoe¹². Officiellement, il s'agit d'un roman se déroulant en partie à Luanda et environs en 2006-2007, avec des retours en arrière dans les années 1970. On oscille entre l'Irlande et l'Angola avec une métisse expatriée, à la recherche de sa mère biologique abandonnée par son père. Il y a une description sans complaisance de la société crioula métisse à la fin de la guerre civile. Quelques perspectives sur la tentative du coup d'Etat de mai 1977. A la recherche d'un monde perdu depuis la fuite des colons! Des SOUVENIRS D'ANGOLA¹³, nous avouons ne pas savoir à qui ils s'adressent vraiment puisqu'ils commencent par démêler le long écheveau de l'ascendance familiale (à partir de 1850) du conteur devenu médecin ophtalmologiste à Paris, après avoir été réfugié à dix ans au Congo-Léopoldville. Il vivait avant dans la région de São Salvador en 1961. Nous pensions d'abord que le texte était destiné à ses neveux et enfants, friands de généalogie. Ce qui nous importe ici, c'est – cinquante ans après coup – sa vision des événements lors de la révolte de l'UPA en mars 1961 et dans les mois ultérieurs. 48 heures avant le 15 mars, les villageois préparent leurs armes rudimentaires, dit-il. Il prétend que le parti de Holden Roberto avait interdit le meurtre des colons (p. 154) et que dans son village les prisonniers blancs n'ont pas été exterminés. Mais dans un village voisin, il ajoute qu'un couple de colons et ses trois enfants sont bel et bien massacrés. Sa famille s'enfuit dans une grotte et insère finalement ses enfants dans une colonne de Bakongo qui gagnent la frontière, via Cuimba. On aperçoit ainsi les conditions de vie difficiles des exilés dans un pays francophone où l'hospitalité se fait progressivement rare. L'auteur croit (?) que la lutte en Angola s'intensifia dans les années 1973-1974 (p. 206). La divine surprise du 25 avril incitera les réfugiés à rentrer en Angola, pleins d'espoirs. La guerre civile et la défaite du FNLA tuent ce rêve. C'est en fin de compte un nationaliste kongo exalté et virulent qui dans les dernières pages exprime sa haine du MPLA et des «nouveaux *assimilados*» (pp. 212-215). En 1991, après trente ans d'exil, il vend son appartement à Paris et rentre, optimiste, en Angola. En 1992 et 1993 il échappe de peu aux massacres anti-bakongo à Luanda. Il n'est plus question ensuite de souvenirs et sa thèse, telle qu'elle s'expose, est celle des Négro-Africains ex-*indigènes* contre les ex-*assimilados*, les métis, les créoles du couloir Luanda-Malange. Il attend un renversement des forces. Cela arrivera peut-être un jour, mais alors son pays natal n'en aura pas fini avec les troubles.

Les troubles n'ont d'ailleurs jamais cessé depuis la fin de la guerre civile (2002), selon Rafael Marques¹⁴ qui, prolongeant ses révélations de 2005 (Rafael Marques & Rui Falcão de Campos, *Lundas: as pedras da Morte*, Luanda auto-édition, 2005, 83 p.), dénonce violemment les crimes commis par les soldats, la police, les autorités administratives, les services de surveillance privés, et les adeptes de la sorcellerie contre les *garimpeiros* (chercheurs de diamants illégaux) et les villageois locaux (les femmes en particulier). Nous parlons ici d'assassinats (119) dont les victimes n'ont évidemment pas laissé leurs mémoires. Mais ceux qui ont survécu aux tortures (500 cas) ont livré, pour certains, leurs témoignages à l'auteur qui en a mis une centaine sur fiches. Il aurait pu en fournir beaucoup plus, mais «on» lui a volé une partie de ses notes inclu-

¹² Denis Kehoe, *Walking on dry land*, Londres, Serpent's Tail, 2011, 248 p.

¹³ Ntremo a Nanga Junior, *Souvenirs d'Angola. L'Autoroute de l'Exil*, Gif-sur-Yvette (France), Gallix Distribution, 2011, 260 p. photos noir et blanc.

¹⁴ Rafael Marques, *Diamantes de Sangue. Corrupção e tortura em Angola*, Lisboa, Tinta da China, 2011, 230 p.

ses dans l'une de ses valises à l'aéroport de Luanda! De ce fait, plusieurs sociétés sont momentanément exonérées de ses accusations. Celles-ci portent donc sur une petite partie des concessions diamantifères du bassin du Cuango. Ce qui subsiste est néanmoins suffisamment accablant pour banaliser les scandales du «Red Rubber» révélés par les auteurs anglo-saxons du début du XX^e siècle au Congo léopoldien. Mais nous étions alors dans la course à l'exploitation capitaliste et impitoyable des Africains par les Européens. Avec Rafael Marques, c'est l'hyperexploitation de centaines de milliers de misérables Africains par de richissimes Africains au pouvoir à Luanda, défendant l'avidité de quelques sociétés de diamantaires dont les actionnaires se recrutent aussi bien en Russie que dans certains pays occidentaux, qu'il nous décrit. Et nous sommes dans les années 2004-2011.

Ce livre accusateur ne pourra probablement pas avoir l'audience internationale de tous ceux qui profitèrent et profitent encore de la campagne internationale déclenchée par Roger Casement contre Léopold II en son temps. Il lui manque le poli littéraire, car il s'apparente à un macro-rapport d'ONG par la forme. Sa fonction est donc double: humanitaire et politique (clouer au pilori plusieurs personnages et rouages du MPLA à Luanda et sur place dont il cite nommément les responsables identifiables). Avec de tels enjeux financiers, on ne peut que lui conseiller la prudence pour ses bagages... et sa personne.

Avec Pepetela¹⁵ et le titre qu'il a choisi pour rassembler des billets d'humeur qu'il publia de 1992 à 1995 dans un grand journal de Lisbonne (*Público*), on pouvait s'attendre à des souvenirs de la guerre civile. En fait, celle-ci, qui avait rallumé ses feux d'artillerie et ses bûchers dans la plus grande partie de l'Angola, ne sert que de toile de fond à ses chroniques. L'essentiel porte non sur des combats auxquels d'ailleurs il ne participa pas, mais sur la vie quotidienne urbaine (surtout à Luanda et à Benguela), les mœurs, des personnages curieux (un cousin métis et inculte devenu un gourou «angolaniste» dans la presse afro-américaine et, accessoirement, un représentant du capitalisme des Etats-Unis en mal de terrains de chasse, etc.). Certains passages font rire, d'autres moins: début de lapidation d'une folle accusée de sorcellerie par les *regressados* (et les Zaïrois de «pure» souche), puis son lynchage ultérieur dans un *muceque* (bidonville) de Luanda. Autres exemples? La répartition des biens et des maisons abandonnés par les colons en 1975. La course des cadres du Parti aux commissions occultes et à la multiplicité des maîtresses. Bref, la curée de l'héritage d'il y a une génération.

S.O.S. ANGOLA¹⁶ n'a pas besoin de prétextes pour s'incruster dans les mémoires douloureuses de centaines de milliers de Portugais et/ou Angolais encore en vie. Officiellement, 173 982 personnes empruntèrent 905 vols de compagnies aériennes pour fuir ce qui restera – qu'on le veuille ou non – comme l'une des pages les plus sombres de l'histoire portugaise, en particulier de sa branche politico-militaire: l'écroulement de la colonisation «multiséculaire» (*sic*) en Angola entre mai et novembre 1975. Une page encore plus tragique pour les Angolais qui allaient entrer dans le chaos des occasions perdues par la faute de dirigeants, ivres de pouvoirs hégémoniques et préférant la guerre civile plutôt que de sacrifier leurs intérêts personnels, déguisés sous l'exacerbation du racisme, ou la répétition de slogans et de dogmes étrangers aux sociétés qu'ils prétendaient représenter. D'autres cédaient lâchement aux pres-

sions de certains des colonisés qui voulaient prendre leur revanche sur les colons, soit en les dépouillant, soit même en les tuant gratuitement: le fameux «la valise ou le cercueil» qui démentait tragiquement l'harmonie multiraciale, tant vantée qu'elle avait fini par aveugler ceux-là mêmes qui en profitaient. Le bouclier militaire qui pendant la période 1961-1974 maintenait tant bien que mal les apparences dans les villes n'existait plus qu'en lambeaux de souveraineté. Dès lors, les haines, les règlements de compte pouvaient exploser librement comme dans d'autres colonisations blanches en Afrique, puisqu'il n'y avait aucun pouvoir capable de lutter contre les désordres éclatant en une infinité de petites ou grandes cohabitations raciales précaires.

C'est ce que nous documente, après bien d'autres, le livre de la journaliste Rita Garcia. Il est fondé sur une vingtaine d'interviews de «*retornados*» et autres acteurs, mais surtout sur celui du général António Gonçalves Ribeiro, promoteur et responsable du pont aérien, puis de la réception des réfugiés dans ce qui n'était déjà plus une métropole coloniale, mais une patrie de substitution pour ceux qui étaient nés en Angola et qui ne connaissaient que peu ou pas du tout le Portugal continental. L'auteure passe donc allègrement des négociations entre Lisbonne et ses «alliés», aux mesures prises en Angola pour évacuer ceux qui voulaient partir, et au Portugal même pour les accueillir.

Tout cela était plus ou moins connu, mais il y a des détails nouveaux. Par exemple, la fuite des Portugais de la région de Gabela, certains étant assassinés par des gens se disant du FNLA. Elle pimente son texte d'histoires personnelles qui éclairent les différentes manières (pas uniquement via les ports) de fuir: convois automobiles vers les villes de regroupement, puis vers la frontière méridionale. Nova Lisboa fut un aéroport d'évacuation (58 227 départs). La vie à bord et l'épuisement des équipages constituent un thème qui nous semble neuf, de même que: a) l'envoi des équipes médicales depuis Lisbonne et l'aide humanitaire fournie par les pays étrangers; b) le manque de carburant en Angola (il y a une erreur p. 150), et bien d'autres choses que l'on lira.

En fait, ce qui ressort le plus clairement de ce pitoyable pandémonium marquant la fin d'un monde colonial, c'est l'immense impréparation des trois partis nationalistes à se faire obéir de leurs troupes improvisées. On tue à tort et à travers. Ce ne sont, ni des unités de patriotes, ni des professionnels de la guerre: juste des soudards ivres ou des enfants déchaînés n'obéissant à aucune autorité. Et dans l'autre camp, la valse des commandants et contre-ordres dans les décombres du dispositif militaire portugais ne fait qu'aggraver la panique tant chez les anciens colonisés que chez les anciens colonisateurs, réduits, eux, à n'être plus que les otages de guerres de clans à Lisbonne et en Angola. Tristes mémoires que celles-là.

Il n'est pas certain que nous ayons compris les desseins de l'auteur de A ÚLTIMA ESTAÇÃO DO IMPÉRIO¹⁷ car la composition de son livre souffre d'un excès de bonnes intentions. Il y a certes des souvenirs de son service militaire en Angola en tant qu'*alferes* dans une compagnie basée à Caxito (la porte d'entrée des Dembos durs), puis plus à l'intérieur (Mucondo, etc.) mais avant d'en arriver là on recueille des dépositions de deuxième main d'officiers ayant participé à la reconquête de Namuangongo, en 1961. Mais lui ne commence sa commission qu'en janvier 1965. Elle

¹⁵ Pepetela, *Crônicas com fundo de guerra*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2011, 214 p.

¹⁶ Rita Garcia, *S.O.S. Angola. Os dias da ponte aérea*, Alfragide (Portugal), Oficina do livro, 2011, 253 p.

¹⁷ António Chaves, *A última estação do Império*, Lisboa, Âncora Editora, 2011, 365 p., photos noir et blanc.

n'offre pas de récits hors du commun sinon peut-être que: a) il se bat avec l'un de ses soldats, indiscipliné et plus ou moins déséquilibré; b) il signale un cas d'étreintes homosexuelles pendant une attaque nocturne à Bessa Monteiro; c) il relate la déshumanisation subie par les *comandos* qui deviennent des assassins, tuant femmes et enfants; d) il souligne le rôle des chiens et autres animaux de compagnie des soldats dans les pelotons et leurs «aventures» plus ou moins belliqueuses avec leurs maîtres. Puis il est muté à Sá da Bandeira et ensuite à Roçadas, Oncóua, Chiange et Moçâmedes. Subitement, le livre prend une autre orientation. Simulant une correspondance avec un ami, il lui fournit des détails sur les campagnes militaires du Sud-Angola – en copiant des phrases et des statistiques apparaissant dans notre René Pélissier *História das Campanhas de Angola*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, ce qui, de sa part, démontre une prescience extraordinaire pour une pseudo-lettre «envoyée» vers 1966! Et, tout à coup, surgit à nouveau une très grosse centaine de pages sur l'occupation militaire portugaise en Afrique, en commençant par la conquête de Ceuta (1415) pour aboutir à celle des Kuvaes. En tant que historien nous n'allons pas nous plaindre d'avoir un vulgarisateur aussi «attentif» à ce que nous écrivions dans les années 1970, mais que vient faire l'Acto colonial de 1930 dans ce salmigondis qui n'est racheté que par l'intérêt que porte cet auteur aux populations méridionales d'Angola? La bibliographie, compilée de bric et de broc, semble indiquer que nous nous étions trompé: il ne s'agit pas ici uniquement de mémoires, mais d'un étalage de notions rassemblées et déversées par un économiste qui, sous prétexte de nous rappeler qu'il a fait la guerre, lui aussi, reconstruit à sa façon l'histoire coloniale. A sa décharge, nous ajouterons que l'histoire du Sud-Angola n'a pas fini de nous fasciner en même temps que lui. En plus, l'auteur a couvert une zone rarement décrite: les approches du Namibe au nord du Cunene, peuplée de Himbas, de Bushmen et de Kuvaes. Et il a manqué être nommé chef de la colonie pénitentiaire de São Nicolau, s'il avait accepté le poste. C'est un anticolonialiste conscient.

L'auteur et le récitant de la nouvelle qui suit est, lui aussi, un anticolonialiste, enfoncé dans une guerre qui a été décidée et conduite par les maîtres d'une comète à laquelle il n'appartient pas vraiment et qui va s'écraser en entraînant les «rats» qui la peuplent. Par «rats», il faut entendre les pauvres extirpés de leur misère et envoyés défendre on ne sait plus très bien quelle utopie impériale. ALENTERRA¹⁸ est donc le monologue introspectif d'une recrue qui décrit le parcours involontaire d'un bataillon vers 1970, entre le camp de Grafanil et un monde hostile aux Blancs: les Dembos et notamment Mucondo. Dans sa description douloureuse de cette caravane de «rats» en uniforme dans une zone ravagée par les destructions de 1961, ce qui est le plus notable, c'est le caractère étrange du convoi, de ces dizaines de camions civils à bout de souffle montant à la fois ravitailement, matériel, armes, munitions et soldats terrorisés par une nature inconnue et la peur viscérale des mines et des embuscades. L'auteur n'est pas le premier à décrire cette voie dangeureuse. Comme il a des références littéraires, il noircit peut-être un peu trop le tableau: à mesure que la piste prend de l'altitude, c'est un Golgotha matiné de Jérôme Bosch qu'il dépeint. Chacun voit et revit sa guerre selon son humeur. Ici, nous ne sommes pas outre-mer, mais bien outre-Terre.

¹⁸ Rogério Pires de Carvalho, *Alenterra*, Alcochete, Alfarroba, 2010, 91 p.

Beaucoup plus classique, AMOR NA GUERRA¹⁹ est une narration qui initialement se déroule sur le même itinéraire (Luanda-Dembos), mais dans un contexte antérieur beaucoup plus dangereux (mars 1962) et, malgré tout, elle est plus détendue, car son auteur est du genre «à la guerre comme à la guerre». Son journal est même relativement ludique et sert de *roteiro* à la progression des hommes de son bataillon qui ne semblent pas avoir d'états d'âme bien que la piste soit au cœur de la zone de la guérilla la plus mordante: Nambuangongo et postes alentour. Et Daniel Costa est dans une unité qui assure la protection des convois. Les anecdotes qu'il raconte sont plutôt optimistes: pas d'excès de violences contre les prisonniers, même si les embuscades continuent à être mortelles. En avril 1963, le bataillon est retiré des Dembos et posté dans l'Amboim. Ce sera une terre de Canaan, calme et érotique. Même chose lorsque les soldats sont envoyés dans la concession diamantifère de la Diamang où il nous gratifie de quelques aperçus sur les Quicos et leurs coutumes. Nous sommes en 1964 quand il quitte l'Angola, enchanté. C'est un mémorialiste indemne, non détruit par la guerre.

Mozambique

Sautons vers l'océan Indien et renouons avec les souvenirs de famille: ceux de Clara Roux²⁰, tels qu'elle les a reconstitués plus ou moins artificiellement. Nous disons artificiellement car il est difficile de croire que l'on puisse les détailler aussi finement à près de soixante ans de distance lorsque l'on commence à les dévider à partir de l'âge de cinq-six ans. Peu importe, d'ailleurs, car ce qui compte dans ce livre fort bien écrit, c'est la description de la vie de rêve d'une petite Portugaise et de sa fratrie dans une famille de la haute bourgeoisie immigrée à Lourenço Marques dans les années 1950. Sa peinture d'une société blanche et riche, confite dans la rigidité d'un conservatisme ultra-catholique, à l'apogée du salazarisme, restera. Pour ces enfants dorlotés, les seuls noirs rencontrés sont les domestiques qu'il ne faut même pas aller voir dans la cuisine. Pour une manifestation de lusotropicalisme on peut trouver plus chaleureux. En 1974-1975, on comprend que le réveil fut douloureux pour une certaine minorité qui avait oublié que Lourenço Marques/Maputo était, malgré tout, en Afrique. Avec FAMILY SECRETS²¹, on reste en famille mais il n'y a pas tellement de souvenirs, sinon ceux de l'auteure, une anthropologue afro-américaine, du genre militante des comités de soutien au FRELIMO qui, de 1993 à 1995, travaille comme directrice adjointe de l'éducation sanitaire de la province de Manica. Inutile de dire que c'est une féministe comme les Etats-Unis en produisent dans leurs universités. Son livre porte sur les raisons pour lesquelles des femmes enceintes (shona pensons-nous) refusent d'accoucher dans des maternités ou entourées d'un minimum de soins médicaux modernes. Voilà des domaines qui nous dépassent, mais nous recommandons ce livre les yeux fermés puisque nous sommes aux conflits de l'obstétrique, de la psychologie féminine, de l'ethnologie, du contrôle des naissances, de la politique d'un régime naguère socialiste (Marx est inévitablement cité), d'un peu de sorcellerie et

¹⁹ Daniel Costa, *Amor na Guerra*, Alcochete, Alfarroba, 2010, 100 p., photos noir et blanc.

²⁰ Clara Roux, *L'Idiot et les chants d'Afrique*, Paris, L'Harmattan, 2010, 159 p.

²¹ Rachel R. Chapman, *Family secrets. Risking reproduction in central Mozambique*, Nashville, Vanderbilt University Press, 2010, XI-287 p.

des conseils aux ONG opérant dans des conditions d'après-conflits. Apparemment, c'est une femme qui vit en accord avec ses principes puisqu'elle a baptisé elle-même la marque nationale des préservatifs masculins au Mozambique (*Jeito*)!

Retour sur de vrais souvenirs et pas des plus joyeux car que trouve-t-on dans THE SEARCH FOR PUMA 164²²? Une histoire d'anciens combattants, encore une fois. Mais pas le menu habituel que l'on rencontre dans les récits en portugais. Le 6 septembre 1979, dans le cadre de la gigantesque opération URIC (1-7 septembre 1979), les Rhodésiens attaquent le FRELIMO et l'Armée de Mugabe (la ZANLA) à Mapai, sur le Limpopo, au Mozambique. C'est un succès opérationnel relatif, et pendant les combats, dans une opération devant rester clandestine, avec trois aviateurs sud-africains envoyés par Pretoria pour prêter secrètement main forte aux Rhodésiens, un hélicoptère est abattu avec quatorze soldats rhodésiens à bord. Il n'est pas possible de récupérer les dix-sept cadavres. A l'intérieur d'un autre hélicoptère, le même jour, deux autres soldats rhodésiens (un sous-officier qui vient de perdre son frère dans le crash et un lieutenant chargé d'annoncer aux familles que les corps sont introuvables) se jurent de revenir sur place un jour et de permettre à celles et à ceux qui ont perdu un fils, un frère, un mari, ou un fiancé de faire enfin leur deuil. En fait, il s'agit à l'époque de dissimuler à l'opinion internationale que le Puma 164 est sud-africain comme nous l'expliquent les auteurs dans une longue reconstitution de l'opération.

Près de trente ans plus tard (en avril 2009), une équipe sud-africaine (avec d'anciens Rhodésiens devenus Sud-Africains) revient donc à Mapai pour essayer de localiser tardivement le lieu du crash. Avec le concours des Mozambicains tant officiels que simples villageois, les participants ont la bonne surprise de trouver à quelques kilomètres de Mapai, les tombes collectives où les Mozambicains avaient enterré les corps. On admet leur émotion à déambuler sereinement dans des villages étrangers qu'ils avaient mitraillés, bombardés voire minés trente ans auparavant. Finalement, tout ce qui reste d'emportable, ce sont les «artefacts» d'une guerre morte. Devant la croix qu'ils cimentent dans le sol, une cérémonie militaro-religieuse simplifiée est dédiée à leurs dix-sept «brave men» calcinés. Sur l'ancien site de Mapai River, devenu un village fantôme, les Mozambicains leur montrent à leur tour la tombe commune où ils ont enterré, eux, «25 corps, victimes de la guerre de Ian Smith» (p. 203). Les mémoires se sont donc apaisées de part et d'autre et les Blancs repassent la frontière. Pour tenir leur serment, l'étape suivante consistera à trouver la trace des parents les plus proches et à les avertir que leur mort repose enfin en paix, suppose-t-on. Plusieurs femmes réussiront à aller ensuite sur les deux tombes collectives dans la brousse pour une dernière prière. A la recherche d'un ultime disparu ils repartiront, en 2010, au Mozambique. Tous ces voyages s'effectueront en voiture et en campant de ci de là.

L'ironie de cette histoire émouvante est que l'opération URIC est plus ou moins considérée désormais comme un coup d'épée dans l'eau que ne se rappellent plus que de gros messieurs en short, nostalgiques de leur jeunesse, même si elle a surtout consisté à se battre répétitivement dans un pays ennemi.

²² Neill Jackson & Rick van Malsen, *The search for puma 164. Operation uric and the assault on Mapai*, Johannesburg, 30.° South Publishers, 2011, 384 p. + 16 p. de photos couleur, photos et cartes noir et blanc.

En matière de mémoire non plus individuelle mais collective, nous devons impérativement mentionner MOÇAMBIQUE 1875/1975²³ qui est le pendant de l'ouvrage référencé à la note 10. L'essentiel de nos appréciations relatives à celui concernant l'Angola s'appliquent ici: même format, même qualité de l'iconographie, mêmes ambitions et mêmes publics potentiels. Le distributeur semble être le même. Le cadre chronologique, lui, change car l'histoire urbaine au Mozambique ne se calque pas sur celle de l'Angola. Ici, l'architecte urbaniste José Manuel Fernandes s'est surpassé puisqu'à l'exception des 34 pages consacrées aux aspects politiques, économiques, sociaux et culturels de la période – couverts par l'historienne Olga Iglésias Neves – tout le reste (au moins 200 pages) est de sa plume, même si une grande partie de l'espace attribué à ses quatre chapitres est occupée par une profusion d'illustrations. Grâce à lui, non seulement on suit, pas à pas, l'expansion de Lourenço Marques/Maputo et Beira mais aussi, dans une moindre mesure, celle de localités secondaires, voire mineures. Personnellement, nous aurions aimé en savoir plus sur des pôles d'ancrage administratif tels que Angoche ou, pourquoi pas, Zumbo. Mais il est évident que les villes pour lesquelles la documentation est la plus abondante sont celles qui sont en plein essor économique. Et qui dit économie à la période coloniale sous-entend concentration du peuplement blanc. C'est l'Européen qui a créé les villes intérieures au Mozambique comme en Angola (à une exception près) mais si, pour diverses raisons, il n'y trouve pas ou plus son profit, il tend à s'en écarter (cf. Sena). Ibo a beau être sur la mer et avoir une histoire urbaine ancienne, donc relativement riche en constructions, c'est devenu une ville de fantômes pauvres. Et que dire de Moçambique, la première capitale répudiée?

La contribution de José Manuel Fernandes ne s'arrête pas à l'historique urbanistique puisqu'il se fait plaisir en nous apprenant ce que l'héritage actuel doit à de grands architectes portugais dont il faut bien reconnaître que la plupart des historiens actuels n'ont que rarement eu l'occasion d'entendre parler. Là, il est dans son élément. Les auteurs ont eu la prudence de ne pas s'aventurer au-delà de 1975, car les erreurs, la guerre, l'exode rural, l'explosion démographique, la pauvreté et l'impéritie ont dégradé le patrimoine bâti. On attend de voir ce que l'indépendance apportera. Il y a tant de choses à faire et si peu de compétences ou de volontés de ne pas accepter les diktats des constructeurs de gratte-ciel. Qui paie commande! Le suivisme et le culte du n'importe quoi font le reste.

Dans le tiroir «Souvenirs du temps de guerre», on peut signaler un roman curieux puisqu'il se déroule essentiellement à bord et aux abords de la frégate *Vasco da Gama* censée croiser au large du Mozambique, à la fin des années 1960. Il est curieux aussi puisque n'ayant pas eu à mener d'opérations de guerre – sauf pour les fusiliers marins – l'Armada n'a pas laissé beaucoup de témoignages de «sa» guerre coloniale, vue à partir de ses bâtiments de fort tonnage. On note juste quelques souvenirs en Guinée, un peu sur le fleuve Congo et quelques petites choses sur le lac Nyassa. Tout le reste est l'affaire des commandos de marine. Mais peut-être sommes-nous mal renseignés, car obtenir des livres publiés par les services officiels ou para-officiels de la Marine portugaise n'est pas à la portée de tous les historiens étrangers (sauf un, apparemment).

²³ José Manuel Fernandes; Maria de Lurdes Janeiro; Olga Iglésias Neves e João Loureiro (iconographie essentielle), *Moçambique 1875/1975. Cidades, Território e Arquitecturas*, Lisboa, auto-édition, 2008, 248 p., très nombreuses illustrations noir et blanc et couleur.

ment). Bref, OS CARDOS MORREM A SEU TEMPO²⁴ ne raconte pas de scènes de guerre. En revanche, on a des aperçus sur la vie des marins, sur leurs relations à terre avec des colons et quelques prostituées et, ce qui est plus rare, sur les opinions politiques et sociales de l'auteur qui ne porte pas Salazar dans son cœur, ni non plus les *chulos* (souteneurs) de la célèbre Rua Araújo, connue de tous les navigateurs et touristes sud-africains à Lourenço Marques. Il n'aime pas non plus la justice portugaise, ni l'Église salazariste. A défaut de grands faits d'armes, on se contentera donc de ce coup d'œil sur les sentiments d'un marin politisé.

Enchaînons avec un roman «historique» original et peut-être bien un peu familial, tout au moins par certains personnages qui semblent avoir été liés à l'auteur de CORRENTES DO ÍNDICO²⁵. Contrairement à ceux – purement portugais – qui ouvraient la section «Mozambique» de notre chronique, ces souvenirs permettent de connaître les origines raciales et cosmopolites de certains Blancs, ou considérés comme tels par les Portugais de 1974-1975. La trame du récit commence à l'île Maurice au début du XX^e siècle et met en scène un émigré italien, un Français marié à une Indienne (ou métisse d'Indienne), leur fille qui s'enfuit de Port-Louis avec un Italien, sculpteur de talent et policier des Anglais et fils d'un compagnon de Garibaldi! Le couple marié mais ruiné par un séjour en Afrique du Sud est recueilli par une vieille Mauricienne «indienne» plus ou moins voyante, qui tient à la fois commerce avec les esprits et une pension de famille à Lourenço Marques en 1905 ou 1907. C'est le noyau dur de cette saga où l'on parle aussi bien le portugais que le créole mauricien avec un peu d'anglais et où l'on y mange des tortues domestiques.

L'auteur a bien étudié – semble-t-il – l'histoire théâtrale de Lourenço Marques, mais est-il vraiment sûr qu'en octobre 1912 le gouverneur général était Freitas Ribeiro? Et il aurait eu intérêt à ne pas télescoper aussi brutalement la chronologie même dans un roman onirique. En 1912 et 1913, le colonel Von Lettow-Vorbeck ne pouvait se préparer à envahir le Mozambique, puisqu'il n'arriva en Afrique orientale allemande qu'en 1914. Ce n'est qu'un exemple mineur, car la narration se concentre sur cette micro-communauté de Mauriciens plus ou moins francophones, implantés à Lourenço Marques, d'où va surgir le héros de ce livre qui oscille entre le spiritisme et la noix de cajou, en passant par le beau-père grec de l'inventeur de l'appareil à décortiquer industriellement la noix qui fit beaucoup pour enrichir les exportateurs indiens et portugais locaux. On voit donc des photos de cette proliférante famille qui traverse un roman où le lecteur se demande si on veut l'intriguer par l'apparition de personnages extravagants ou si ce n'est pas le passé multiculturel de Lourenço Marques que l'auteur veut mettre en exergue. Les grands absents de ces pages sont en définitive les Bantous qui n'appartiennent pas à cette faune exotique (il y a même des Russes blancs, en plus d'un autre Français) où les fantômes ont plus de consistance que les indigènes. Et c'est bien là peut-être le problème majeur de toute colonisation qui regarde son nombril dans un vieux miroir devenu trop complaisant.

²⁴ Manuel Pinto Cabral, *Os Cardos morrem a seu tempo*, Lisboa, Chiado Editora, 2010, 314 p.

²⁵ Joaquim de Oliveira Ribeiro, *Correntes do Índico*, Lisboa, Guerra e Paz Editores, 2011, 145 p., photos noir et blanc.

Timor

Abordons Timor par la bande du billard historiographique. A première vue, le livre de Louis Sicking²⁶ n'a rien à faire ici. Mais si l'on veut bien admettre qu'une comparaison entre l'histoire coloniale des Pays-Bas et celle du Portugal au XIX^e siècle peut être enrichissante lorsque l'on veut approfondir leurs mentalités coloniales ou impériales respectives, alors le survol de FRONTIÈRES D'OUTRE-MER n'est pas saugrenu. L'auteur – et ils sont nombreux aux Pays-Bas avec lui – se plaint de ce que son pays a été négligé dans les études comparatives de l'impérialisme européen au XIX^e siècle. Mais que ne pourrait dire le Portugal, puisque dans un gros ouvrage néerlandais des années 1990 sur le partage de l'Afrique (1880-1914), le cas portugais est totalement oublié? Au XIX^e siècle, réalistes, les hommes politiques néerlandais et les auteurs nationaux qui postérieurement ont étudié leurs ambitions ultramarines se considéraient comme appartenant à un petit pays. Ce n'est que tout récemment (après 1975) que certains historiens portugais reconnaissent enfin dans leurs publications que le Portugal était dans la même situation que leurs vieux rivaux bataves!

Le texte de Sicking a le grand mérite d'étudier en détail les problèmes – et même un contentieux territorial sérieux dans le cas du Surinam actuel – frontaliers, entre la France et les autorités à La Haye. Ce sont des thèmes pratiquement inconnus des spécialistes en France. Il n'y a en fait que trois cas de litiges ou frictions: deux mineurs (l'île de Saint-Martin aux Antilles; la Côte-de-l'Or en Afrique occidentale) et un «majeur» en Guyane («majeur» parce que le contesté est motivé par l'octroi de concessions aurifères). Écartons le deuxième des mineurs, encore que les différences d'attitudes entre le Portugal sur la côte dahoméenne (avec la factorerie de São João Baptista de Ajudá) et les Hollandais en Côte-de-l'Or occidentale entre 1867 et 1872 soient emblématiques, puisque Salazar conservera Ajudá jusqu'en 1961. Ne retenons ici que l'affaire de Saint-Martin qui permet de rapprocher cette île minuscule (86 km²) de celle de Timor. Toutes les deux ont la particularité d'être partagées par une frontière internationale. Aux Caraïbes, ce sont les Français qui veulent acheter aux Hollandais leur territoire (34 km²). En Insulinde, ce sont ces derniers qui veulent évincer les Portugais. Il faut savoir que pour La Haye, aussi bien les forts de la Côte-de-l'Or que les Caraïbes sont négociables car ils ne rapportent rien, seules les Indes néerlandaises (et accessoirement le Surinam actuel) important dans leurs visions impériales déclinantes. Pour Lisbonne, tout est intangible et le problème n'est pas économique mais relevant de l'histoire et de la psyché nationales. On s'arc-boute donc sur la moindre parcelle de gloire et de terrain. On ne cède que devant la menace de la force (l'Ultimatum de 1890). D'un côté, il y a des commerçants et des comptables, de l'autre des ultra-nationalistes humiliés par leur impuissance. Mais si les «petits» peuvent comme la Hollande accepter de s'incliner devant plus forts qu'eux (Grande-Bretagne et Allemagne en Asie du Sud-Est et en Océanie, voire, plus douteux, l'Espagne aux confins de Bornéo), avec les Portugais, ils jouent le rôle de la puissance prépondérante à Timor, grâce à leur Armée des Indes. En Guyane, s'ils temporisent avec la France, à Timor non seulement ils ridiculisent et méprisent les Portugais, mais ils iront jusqu'à s'engager dans un micro-conflit armé (1911) sur la frontière, avant de

²⁶ Louis Sicking, *Frontières d'outre-mer. La France et les Pays-Bas dans le monde atlantique au XIX^e siècle*, Paris, Les Indes savantes, 2006, 208 p. + 12 p. d'illustrations noir et blanc + 1 page d'errata.

soumettre leur différend à la Cour d'arbitrage de La Haye qui, en gros, leur donnera raison. Comme quoi on a toujours besoin d'un plus petit que soi pour triompher et ramasser quelques miettes indigestes du festin impérial. Cela étant dit pour ceux qui auraient une mémoire défaillante.

Il faut avoir l'esprit un peu «fouineur» pour chercher dans un guide touristique australien – destiné avant tout aux surfeurs, marathoniens, cyclistes et plongeurs amis des baleines – des curiosités timoriennes susceptibles de se glisser dans l'un des méandres de leurs mémoires. Anti-mémoires, donc? Même pas, parce qu'il n'y a pas un touriste anglophone sur mille débarquant à Dili, qui a entendu parler de Lifau ou du gouverneur José Celestino da Silva (1894-1908) d'insigne mémoire (cf. René Pélissier, *Portugais et Espagnols en «Océanie». Deux Empires: confins et contrastes*, Orgeval, Editions Pélissier, 2010, 154 p. ou, plus brutal, du même auteur, *Timor en guerre. Le crocodile et les Portugais [1847-1913]*, Orgeval, Editions Pélissier, 1996, 368 p.). Avouons honnêtement que ce guide, tendance écologiste et tortues de mer, surprendra son lecteur, même portugais, car si l'auteur n'est affecté par aucun virus historicisant, le fait qu'il décrit minutieusement les localités extérieures à la capitale, inévitablement, le conduit à parler des forts portugais qu'elles contiennent. Il ne se pose pas de questions dérangeantes sur leurs origines et leurs fonctions initiales: asseoir et défendre la pénétration portugaise dans une terre de conquête tardive.

Son ignorance de l'histoire coloniale de l'île qu'il traite par-dessus la jambe est admissible, mais c'est, malgré tout, uniquement dans son guide²⁷ que l'on trouve, au fil des itinéraires qu'il conseille, la trace concrète de la frontière portugaise aux XIX^e et XX^e siècles, de l'occupation japonaise et de la période indonésienne au XX^e, y compris sous la forme des monuments aux morts. Donc, ce texte qui se veut ludique est en réalité chargé de souvenirs pour ceux qui savent lire entre les lignes.

Avec les deux livres purement timorianistes qui suivent, on n'est plus dans la nostalgie mémorielle, et l'on peut même dire que l'héritage colonial – au demeurant, faible et superficiel dans l'île – n'intéresse pas beaucoup, voire nullement, la nuée d'experts anglophones qui ont découvert Timor – la nouvelle Terre promise pour les candidats au Ph. D – en 1999. Et ce sont eux qui font la loi sur le marché éditorial. Donc avançons, prévenus, mais hardiment, en espérant trouver quelque trésor.

Du livre collectif présenté par Vandra Harris et Andrew Goldsmith²⁸, il ne faut rien espérer de vraiment consolateur. Ce sont des juristes, des politologues, des policiers, des économistes, des démographes, des sociologues, quelques-uns des activistes habituels qui ont installé leur fonds de commerce universitaire dans cette île. Ce qui les intéresse, ce sont les affres de l'indépendance dans un Etat fragile qui est à la recherche d'une Nation. Diogène avait une lanterne allumée en plein jour pour essayer de rencontrer un seul homme, nos auteurs, eux, ont un ordinateur pour trouver ce qui ne va pas à Timor. Comme si l'on pouvait attendre de l'ONU qu'elle décrète la maturité de ce que des siècles n'ont pas réussi à rassembler. Tout n'est pas anodin dans les textes contenus dans cet échantillon de miscellanées qui sortent à la cadence d'une mitrailleuse. Parmi les plus originaux, nous citerons ici l'analyse des conflits de 2006-

-2007 entre certains anciens militaires et l'Etat, le rôle des clubs d'arts martiaux, la naissance des gangs, le poids des anciens *reinos*, la montée en puissance des femmes, l'inefficacité de la police (à quoi ont servi les experts envoyés par le Portugal?), etc. Les conclusions de la plupart de nos auteurs sont pessimistes, ce en quoi ils se rapprochent de Diogène.

En revanche, un livre de synthèse sur la difficile montée des Timoriens vers leur indépendance s'impose à nous, car nous craignons le pire et la surprise est heureuse après ces flots d'enthousiasme publiés sans compter dans les années 1999-ca 2004. Il s'agit de THE INDEPENDENCE OF EAST TIMOR²⁹. Nous ne connaissons pas les origines ethniques de Clinton Fernandes, mais il n'est pas certain qu'il soit d'extraction portugaise – ou alors elle est lointaine. Malgré son nom, cet historien ayant servi quinze ans dans l'Armée australienne, ne porte pas beaucoup d'intérêt à l'histoire coloniale timorienne. Ce n'est pas son sujet. Quand il était en uniforme, il travaillait dans les services du renseignement militaire, ce qui explique qu'il soit remarquablement informé sur la lutte politique et armée menée par les nationalistes (notamment les étudiants timoriens à Java) et les officiers de Djakarta occupant Timor. Il ne masque pas les faiblesses du FRETILIN ni même la collaboration de certains avec l'Indonésie. Il est insensible à la rhétorique pseudo-marxiste des débuts de la lutte. Là où il est fort, c'est dans la masse d'informations nouvelles qu'il apporte: a) sur la préparation et l'exécution de l'invasion de 1975-1976; b) sur la politique consistant à affamer le FRETILIN et les populations sous sa coupe (selon lui, environ 200 000 personnes sont mortes entre 1977 et 1979); c) sur le rôle des activistes et lobbyistes étrangers; d) sur la décennie obscure (1980-1990); e) sur le tournant médiatique anti-indonésien amorcé après la fusillade dans le cimetière de Santa Cruz (novembre 1991); f) sur la jeunesse et les aspects pétroliers de l'affaire.

Il a peu de chose sur les massacres commis par les milices manipulées par les Indonésiens. Curieusement, on ne voit rien non plus sur les colons indonésiens transportés dans l'île, et le déroulement des opérations après l'arrivée des premiers contingents australiens n'est pas abordé. Tout bien pesé, son livre est globalement novateur et doit être connu des bibliothécaires. Si tant est qu'ils achètent encore des livres.

²⁷ Rodney Cocks, *Timor-Leste (East Timor)*, 3^{ème} édition, sans lieu d'édition en Australie, Etats-Unis, Royaume-Uni. Disponible en France (Paris), Lonely Planet, 2011, 167 p., photos, plans et cartes noir et blanc et couleur.

²⁸ Vandra Harris & Andrew Goldsmith (coord.), *Security, development and nation-building in Timor-Leste. A cross-sectoral assessment*, Abingdon (Angleterre), Routledge, 2011, XVIII-256 p.

²⁹ Clinton Fernandes, *The independence of East Timor. Multi-dimensional perspectives – occupation, resistance, and international political activism*, Eastbourne (Angleterre), Sussex Academic Press, 2011, XI-261 p.

Notas sobre a valia de fundos documentais empresariais para a história recente de São Tomé e Príncipe e de Portugal (a documentação de Francisco Mantero e da Sociedade de Agricultura Colonial)¹

Augusto Nascimento*

p. 277-284

Para um historiador, como para qualquer cientista social, a delimitação de uma investigação implica ponderações relativas à existência e à valia das fontes. Por sua vez, esta valia também é aferida em razão das interrogações que norteiam a investigação e das preocupações a que, pressupostamente, o saber procura responder. Por último, mas não menos importante, a valia de qualquer fundo documental depende da capacidade de o interrogar e de lhe conferir significado.

O acervo de Francisco Mantero² tem uma indiscutível valia, a saber, a que decorre do apreço que todos devemos ter pelo património preservado, designadamente o das roças e mais empreendimentos económicos nas ex-colónias. Esta posição é consentânea com a ideia de que não se deve desprezar qualquer parcela de saber, desde logo por a história, com o seu quê de irónico, nos dar bastas razões para sermos prudentes na (des)valorização de parcelas de saber. Mas para que a referida valia tenha significado, cumpre contextualizá-la, quer no plano cognitivo, quer no mais vasto plano político, social e cultural.

De que massa documental falamos? Numa descrição sintética e incompleta, trata-se de um conjunto de fundos diversos, que compreende documentação de carácter pessoal, da actividade comercial e documentos relativos à condução das roças. Tais núcleos, consideremo-los assim, foram produzidos por actores, segundo regras e em contextos sociais diferentes. A correspondência e mais papéis de carácter pessoal remontam ao tempo em que Francisco Mantero, novo, representava os interesses do

* Investigador auxiliar do IICT, Lisboa; colaborador do CEA do ISCTE-IUL, do CEAUP e do IHC da FCSH/UNL.

¹ Este texto reproduz uma palestra proferida no Arquivo Histórico Ultramarino, a 22 de Setembro de 2011, aquando da apresentação de resultados parciais do trabalho de tratamento e de inventariação dos documentos de Francisco Mantero.

² Trata-se de um vasto conjunto documental depositado no AHU, a ser disponibilizado ao público em breve e que é relevante para a história dos empreendimentos económicos nas colónias portuguesas, mormente em São Tomé e Príncipe.

tio e em que se tornou proprietário. Essa documentação revela preocupações com a gestão das suas roças em termos assaz diversos das directivas do século XX. Os papéis da actividade comercial ilustram o movimento de Francisco Mantero da agricultura para o comércio, actividade mais segura e rendosa, além de politicamente valiosa. Acresce a documentação que patenteia a condução das roças que, no século XX, foram ficando sob a alçada familiar e da Sociedade de Agricultura Colonial (doravante SAC).

Esta distinção comporta algum artificialismo, porque, num certo sentido, o que a documentação, ou parte dela, indicia é a imbricação, sob formas diversas ao longo do tempo, do percurso político-social e vida pessoal, dos laços familiares e do património económico. Tudo foi interrompido pela independência de São Tomé e Príncipe. Tendo de ser prudente relativamente a tal imbricação nas últimas décadas do colonialismo, é certo que para Francisco Mantero a vida em São Tomé se resumia à construção de um património económico, a que se entregou com persistência e método. Esta opção, dele e de outros roceiros, frutificaria do ponto de vista da acumulação de riqueza e, simultaneamente, deixaria marcas na modelação económica e social do arquipélago que ainda persistiram por algum tempo depois da independência.

Perante tal massa documental, cumpre avaliá-la do ponto de vista da trajectória do pensamento histórico e não só. Como se disse, ela comportará elementos para uma história económica ou, mais especificamente, para uma história das plantações ou roças. Há anos, os arquivos de história económica e social – mormente, os de empresas – foram muito valorizados em razão da própria constelação causal explicativa do curso da história, onde a economia desempenhava o papel de variável independente. Tratava-se de uma visão muito ligada à prevalência do pensamento marxista e, no plano historiográfico, à influência da escola dos Annales. No que respeita ao Portugal do pós-25 de Abril, tal abordagem pretendeu responder ao imperativo de aclarar as motivações económicas do colonialismo, um impulso de desconstrução do ideário colonialista que, aliás, toldara completamente qualquer análise clarividente do colonialismo moderno. Por influência dessa perspectiva historiográfica, que valorizara as séries e atentara no quotidiano, adiantou-se muito no conhecimento das determinações demográficas, económicas e sociais que balizaram as escolhas de sucessivas gerações.

Contudo, perante a tremenda renovação do conhecimento histórico, expressa na complexificação do respectivo quadro teórico e do seu aparato analítico, causalidades lineares, mesmo se “em última instância”, deixaram de ter sentido. A par da substituição do primado da instância económica por multicausalidades recíprocas, por via da torrente de contributos das várias disciplinas sociais, a história económica foi arredada da primazia das investigações. E se, depois do estudo das economias das plantações e, em particular, da comparação entre trabalho escravo e assalariado, as plantações continuaram a concitar a atenção, tal deveu-se à tentativa de compreender os comportamentos dos escravizados e os (eventuais) ecos na configuração actual das relações raciais. Hoje, a instância económica não ocupa o centro dos enfoques das pesquisas. Mesmo no tocante à modelação das relações sociais, tende-se a considerar as representações sociais mais importantes do que os índices económicos.

Em qualquer dos casos, e para lá da influência mais ou menos duradoura das sucessivas perspectivas teóricas, a valia de um tal acervo há-de resultar da inteligência dos

olhares que o interrogarem à luz das problemáticas que pautam cada época. Ensaie-mos situar algumas destas problemáticas nas sociedades implicadas numa experiência histórica colonial, de que nos chegam vários testemunhos, entre eles, este acervo. A propósito desta herança de um percurso histórico conjunto de São Tomé e Príncipe e de Portugal, é forçoso repetir a consabida lição de que a experiência das plantações tem algo de universal e não traduz um saber tributário de uma qualquer idiossincrasia nacional, ao invés do que, durante décadas, propandistas e roceiros pretenderam fazer crer. Em todo o caso, a experiência das roças denotou um traço da política colonial e, mais precisamente, a sua concretização no contexto singular de São Tomé e Príncipe: o do evidente desequilíbrio do poder colonial na avaliação dos interesses de roceiros e dos direitos dos serviçais, contratualmente previstos embora amiudadamente ignorados. Não me refiro à polémica do *cacau escravo* (para que o acervo também fornece alguns elementos), aludo às opções em favor de um empreendimento económico que, apesar dos resultados exponenciais numa dada conjuntura, não deixava de necessitar de um factor sistematicamente desvalorizado, a saber, a mão-de-obra africana importada. Esta ponderação foi assaz diversa nas colónias inglesas ou portuguesas e, entre estas, o mencionado desequilíbrio foi particularmente acentuado em São Tomé e Príncipe, não por acaso denominada uma colónia-plantação, rótulo que valia mais pelo projecto de poder implícito do que pelo valor denominativo de uma realidade inóspita a que se cingia, voluntariosa mas estrangida, a acção colonizadora. Como, efectivamente, assim foi a acção dos homens nos primórdios da recolonização, facto que, por via do ponto de chegada da opulência das roças se pode tender a esquecer, mas de que temos testemunhos na documentação de Francisco Mantero.

No arquipélago, o colonialismo equivaleu à criação de uma realidade nova, baseada na transplantação de práticas agrícolas e de adaptação da condução de homens mobilizados para trabalhar, resgatados, desterrados ou contratados, em todo o caso desenraizados. Isso fica claro nesta documentação que fornece indicações sobre o percurso de construção de um poder baseado numa obra económica que, longe de intemporal, tinha muito de conjuntural e, até, de circunstancial.

Os documentos que, por facilidade de exposição, denominei de correspondência pessoal podem fornecer elementos não só sobre a personagem, mas igualmente sobre a tradução política nas ilhas do edifício político-jurídico erguido para resolver as questões da administração de uma sociedade colonial. Ilustrando uma vida, essa correspondência pessoal (apesar de fragmentária) sugere interrogações e ilações para uma renovada e, analiticamente, mais refinada visão do colonialismo.

Primeira ilação, o percurso de Francisco Mantero, como o de outros pioneiros das aventuras coloniais – num certo sentido, é de aventura que se trata, porquanto viver ou morrer devido à malária equivalia a um sortilégio –, ilustra como a metanarrativa acerca do ‘colonialismo português’ ou do ‘projecto colonial português’ constitui, para além de uma retro projecção indevida, uma abordagem histórica, no mínimo, redutora e simplista. A produção de um livro como *A mão-de-obra em São Tomé e Príncipe*, em 1910, e toda a denodada propaganda em defesa das roças alardeiam uma posição de poder e uma assertividade que pouco ou nada tinham em comum com os primeiros anos de Francisco Mantero em São Tomé e Príncipe. Pelo caminho, tinha passado pelas incertezas no tocante ao recrutamento da mão-de-obra, e depois, relativamente à renovação dos contratos, que se tornaria uma ficção *para inglês ver*, e,

por fim, pela convicção da necessidade ajustamentos dos roceiros no tocante à usura da mão-de-obra.

Não nos cabe fazer juízos sobre personagens históricas, cumpre-nos explicá-las: enquanto representante dos interesses de seu tio, pautou-se pela duplicidade decorrente da lealdade familiar e da sujeição da ética à pulsão hegemónica expectável de qualquer empreendimento comercial num espaço concorrencial não perfeito, como, inegavelmente, o era o exíguo meio insular.

Conquanto a coragem também se deva à inelutabilidade das circunstâncias, Francisco Mantero mostrou-a no enfrentamento da adversidade aquando da *crise braçal* de 1875, época em que outros desistiram. No caso, coragem era também capacidade de adaptação. Serenados os ventos para os roceiros, ele viria a beneficiar, por um lado, da capacidade de permanecer à frente das roças em tempos de mudanças sociais que outros tiveram por apocalípticas e, por outro, da capacidade de ler a evolução política e de encontrar aliados para a projecção política dos interesses económicos ancorados no arquipélago.

Para isso, envolveu-se politicamente, ao mesmo tempo que negava fazê-lo: obteve favores do poder, enleou e ganhou ascendente sobre autoridades, fez nomear e mandou em governadores. Da mesma forma, captou e empenhou capitais alheios na empresa colonial, acto revelador de que, depois da persistência, sobreveio a clareza dada pela experiência do mundo de que outros roceiros não dispunham. Em 1917, ano em que se confirmou a existência do parasita rubrocinto, que dizimaria os cacauzeiros, Francisco Mantero dizia-se cansado e disposto a retirar-se da vida política e colonial. Esta coincidência não prova, mas deixa no ar a ideia de que as roças eram obra de uma vida, temporalmente coetânea da passagem da fronteira do cacau pela África ocidental, grosso modo correspondente ao virar do século.

Porventura, estes serão alguns dos aspectos mais interessantes a realçar da documentação, porquanto infirmam a ideia de uma causalidade linear, seja ela, a da propagação colonialista, seja a do ideário anti-colonial, visões que, subordinadas a fins políticos, não davam a conhecer, antes ocultavam parte da realidade.

Todavia, cumpre relembrar que uma interpretação apurada dos elementos constantes neste acervo demandará trabalho estrénuo no levantamento de outros universos documentais de relevância equiparável, entre eles, os da administração colonial e a imprensa. De outro modo, um acervo como este poderá sugerir uma troca, impensada ou descautelada, de propósitos interpretativos por uma descrição com laivos encomiásticos. Ora, a análise histórica, ou qualquer outra enformada pelo saber social, só será verdadeiramente profícua se desenhar hipóteses explicativas dos comportamentos em função de circunstâncias à primeira vista desconectadas entre si. Logo, o discurso científico terá de ir para além das auto-representações dos actores que, não surpreendentemente, construíram narrativas acerca das suas trajectórias e tiveram a oportunidade de as refazer, mormente para os seus coetâneos. Previsivelmente, estes avaliavam a honra, a moral e a obra em razão do poder económico, da influência política, em suma, da conveniência social.

Sem embargo de outras convicções e da sugestão de perenidade incutida pela preservação dos documentos, não haverá uma idiosincrasia familiar desdobrada numa relação com o arquipélago. O que em tempos se tomava por veio familiar devia-se, em muitos casos, à socialização em contextos institucionais muito fechados (por exem-

plo, os militares) e que tinham um papel crucial na reprodução das elites, fito que, manifestamente, as roças não cumpriam. E quando assim tivesse sucedido, nem por isso tal seria imune ao curso das mutações sociais e políticas. Aliás, nem o denodado Francisco Mantero do tempo da emancipação dos libertos é o mesmo que o rico proprietário da era republicana.

Dito de outro, não se decantou um etos dos roceiros. A partir de comparações eventualmente pertinentes, poder-se-ia falar de uma sabedoria transmitida de geração em geração, mas para que tal crivo seja mais do que algo de diáfano seria necessário que a ligação à terra não se tivesse desfeito. A relação comercial não cumpria esse requisito de ligação à terra. Diferentemente se teria de equacionar a questão se os proprietários das roças não se tivessem tornado absentistas, mormente depois dos horizontes abertos pelo enriquecimento.

Ainda assim, alguns princípios terão sido mantidos ao longo de gerações. Citemos o relativo à apropriação da terra, iniciada nas circunstâncias favoráveis – podemos-lo dizer hoje, conquanto o nome de *Esperança* dado à primeira roça adquirida por Francisco Mantero devesse ser intencionalmente pleno de significado quanto às incertezas face ao futuro – das derradeiras décadas de Oitocentos. A questão da terra era, e é, emblemática para os são-tomenses, como o indiciam algumas versões empoladas sobre extorsões e violências que, sem dúvida, aconteceram no arquipélago. A meu ver, o empolamento reside na importância económica atribuída a essa expropriação enquanto explicação da trajectória dos são-tomenses na sua terra progressivamente avassalada por um colonialismo enquistado por efeito quer da dinâmica centrípeta e totalizante das roças, quer da evolução política na metrópole. Tal empolamento não retira o sofrimento reflectido nas memórias dos nativos espoliados do pouco que era seu.

Por isso, registe-se o facto de na documentação aparecerem contratos de arrendamento de terras, assim acrescentadas aos domínios das roças de Francisco Mantero e, posteriormente, da SAC. Aparentemente, o acesso e o usufruto de terras por parte de Francisco Mantero ou da SAC obedeceram às regras do direito (facto que também recentemente me foi asseverado oralmente), com que os são-tomenses, diferentemente de outros africanos, estavam familiarizados. Constatada esta conduta, ao discurso histórico importará explicá-la em função, se for o caso, de uma idiosincrasia – uma explicação passível de contaminação pela subjectividade e pela afectividade –, mas também em razão do que não se descortina à primeira vista, ou seja, de factores subliminarmente políticos e de maior alcance, os quais conferiam racionalidade às intenções e às condutas dos actores. É interessante como as roças acabaram por se impor como modelo de exploração sem alternativa. Na verdade, no início do seu tirocínio enquanto gestor das de seu tio e enquanto proprietário, Francisco Mantero não as olhava como o único modelo de possível de valorização económica do arquipélago. Todavia, as roças vingaram. O arrendamento de pequenos tratos de terra adjacentes e, eventualmente, incrustados numa roça obedeceu a um princípio de majoração dos ganhos económicos da monocultura em tempo de aproveitamento de toda a terra até então virgem. Aliás, o ganho começava quase no próprio arrendamento porque o respectivo valor rapidamente ficava realizado pela venda dos géneros. Depois, a inflação diminuía os encargos do arrendamento. Numa perspectiva de longo prazo, tal conduta fazia sentido, como, afinal, para os são-tomenses, sem apetência pela agricultura

e sem capacidade de relação comercial com a metrópole, tinha sentido obter dinheiro em troca do seu bem, a terra.

Mas a análise não deve ficar pela descrição destes interesses. Ainda que calasse a equação política, a verdade é que Francisco Mantero encarava a sobrevivência das roças – como se disse, radicadas no território conquanto apartadas do tecido social local – como dependente da ausência da política nas ilhas, para que era absolutamente crucial evitar conflitos com os nativos. Mais significativo, a maneira como se encarava a relação com os nativos era substancialmente diferente da forma como se lidava com os serviçais importados, independentemente das variações ao longo de décadas.

Sobre o tratamento nas roças – questão crucial do colonialismo em São Tomé e Príncipe, como, afinal, das experiências de usura de trabalho escravo ou forçado nas várias situações históricas –, que se poderá dizer? A respeito deste item – cuja abordagem é, amiúde, prejudicada por desacertos teóricos, deficiências metodológicas e, sobretudo, interferências políticas e afectivas –, não só interessará a componente epistolar, como a vasta documentação alusiva à condução diária das roças. A documentação do século XX deixará entrever aspectos à primeira vista insuspeitos, como, por exemplo, os efeitos corrosivos da (alegadamente) complexa manutenção das roças no quotidiano dos serviçais. Todavia, por comparação com a documentação de Oitocentos, ela é menos ilustrativa do que parece à primeira vista, porque muito rotineira e cingida a performances económicas ou com suposta relevância económica, através das quais os absentistas controlavam a dedicação e a capacidade do administrador.

Assim, se analisada uma longa série, é possível que se detectem nuances por detrás da minúcia dos números. Mais interessante, é possível que esses índices ilustrem mudanças nas relações de poder, seja entre os proprietários absentistas e os governantes em Lisboa, seja entre os europeus e os serviçais nas roças e no mato, mudanças induzidas, evidentemente, pelas alterações na política colonial. No que à margem de determinação do quotidiano de serviçais, capatazes europeus e administradores diz respeito, a condução das roças dependia muito da personalidade de cada administrador e, em última instância, do espaço de arbítrio que as conjunturas políticas foram outorgando aos roceiros. Nem sempre tal aparecerá evidente na documentação, mas isso sucederá porque, provavelmente, a documentação tinha o também o sortilégio de ocultar a realidade vivida nas roças às autoridades e, não surpreendentemente, aos próprios absentistas.

Especulando ou, de outro modo, procurando significados não aparentes mas operantes, poderíamos dizer que, por detrás da necessidade de controlo – expressa na enumeração, por exemplo, das covas abertas, das faltas ao trabalho, dos dias de capina, dos ratos mortos – se insinuava uma vinculação absolutamente imperiosa e aparentemente sem alternativa a um modo de condução dos trabalhos que condicionava todos, desde os proprietários aos serviçais, passando pelo administrador, feitores e capatazes. Tal sujeição à roça, assim antropomorfizada, e aos seus ditames era como que uma condição da ausência de sentimentos de culpa nos dirigentes das roças e nas autoridades, particularmente no século XX quando se impôs a ideia da necessidade, entre outras, por razões económicas, do *modus faciendi* das roças.

Em resultado, não da documentação em si mesma, mas de uma atitude de rendição a esta documentação – impressionante pela sua dimensão como, sobretudo, pela

meticulosidade com que foi produzida –, uma grave falha teórica e metodológica consistiria em tomá-la como um todo auto-referenciável, que não careceria de “diálogo” com outras fontes documentais e que, de alguma forma, se imporia ao saber histórico e social. Curiosamente, uma tal atitude como que replicaria o funcionamento auto-centrado e totalizante que as roças pretenderam ter no exíguo meio são-tomense onde se implantaram e floresceram durante décadas.

Por fim, para São Tomé e Príncipe tal acervo tem valor? Para responder a esta pergunta importaria carrear elementos relativos à deriva política e à reconfiguração social e cultural no arquipélago. Abstraindo-nos destas questões decisivas, no estrito plano historiográfico, o acervo de Francisco Mantero terá valor na exacta medida em que em São Tomé e Príncipe se optar pela valorização da totalidade da sua história. Em todo o caso, é provável que, para o século XX, o Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe tenha documentação similar e em maior quantidade. Assim sendo, a documentação das roças tuteladas pela SAC seria mais um corpo a cotejar, mas que, arriscaria dizer, não deverá revelar particularidades na condução das roças.

No plano económico, podemos falar de um modelo? Algum saber relativo às técnicas de cultivo de cacau poderá ser colectado da documentação em apreço. Porém, também esse saber empírico, vazado directamente em directivas e narrações ou indirectamente em procedimentos discerníveis nos mapas de tarefas, carece de ser compulsado e, sobretudo, de avaliação que tenha em conta a história das terras e da cultura do cacau.

No plano económico, sem embargo das alegadas vantagens do cultivo de cacau em grandes propriedades (de que, nos anos 30, a administração colonial inglesa duvidava a partir da equação dos custos dos subsídios e do trabalho nos empreendimentos europeus e nas propriedades dos africanos), mormente no tocante à prevenção das doenças, actualmente não se quer imaginar que o cacau e tal modelo de cultivo possam ter valia económica para o São Tomé e Príncipe do futuro.

Migrando do plano económico para outros domínios da vida colectiva, o diálogo com a sociedade são-tomense impele à ideia de que o arquipélago carece de lideranças, aliás, uma ideia repetida por são-tomenses. O percurso empresarial, pessoal e familiar, espelhado nesta documentação constituem um modelo de liderança? Pode valer a pena investigar a questão, mas da eventual proeminência de Francisco Mantero e de outros roceiros vai-se esbatendo a memória pelo curso do tempo e, facto mais decisivo, pelo corte da ligação à terra por força das alterações subsequentes à independência. Adicionalmente, também pelo lugar cada vez menos relevante que a agricultura ocupa na reconfiguração da sociedade são-tomense.

Para Portugal? Para além da que deriva da produção de conhecimento, sempre escasso, e da capacidade de diálogo com instituições académicas são-tomenses, a importância de um acervo destes dependerá muito das opções económicas em São Tomé e Príncipe e do eventual envolvimento de empresas privadas portuguesas na promoção da agricultura no arquipélago. Neste particular, há quem tenha provado melhor do que empresários portugueses, malgrado o costumeiro alarde de afinidades e de sabedoria que, mal cuidada, se vem a revelar desajustada das actuais demandas do desenvolvimento, neste como noutros países por inércias várias chamados de lusófonos.

Por fim, tal como sucedeu em épocas anteriores, a escolha da matriz económica não brotará só da estrita racionalidade económica e, já há anos, num colóquio no Instituto

Superior de Agronomia se anteviu a colisão entre o horizonte de petróleo e as demais actividades económicas. Até agora, essa lógica excludente não se manifestou porque o petróleo não jorrou. Ao invés, com alguma sapiência, as expectativas da população relativamente ao *cheiro do petróleo* têm sido rebaixadas pelos governantes que falam da necessidade de diversificação económica e social. No que à agricultura diz respeito, o modelo que se vai adoptando não é mais o da extroversão baseada numa monocultura, hoje desvalorizada enquanto plataforma de promoção de desenvolvimento, por, em termos específicos, não parecer compatível com as demandas da sociedade insular e por, em termos gerais, se afigurar desajustada das feições do desenvolvimento económico, científico e tecnológico nos dias de hoje. Também no São Tomé e Príncipe independente, lembre-se, há não muito tempo uma *colónia-plantação*.

Bibliografia sumária

- CLARENCE-SMITH, Gervase, 1991 – “O papel dos custos do trabalho no florescimento e declínio das plantações de cacau em S. Tomé e Príncipe” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* n.º 14-15, Lisboa, CEAA-IICT.
- CLARENCE-SMITH, W. Gervase e RUF, François, 1996 – “Cocoa Pioneer Fronts: The Historical Determinants” in CLARENCE-SMITH, William Gervase (ed.), *Cocoa Pioneer Fronts since 1880. The Role of Smallholders, Planters and Merchants*, London, MacMillan Press Ltd.
- EYZAGUIRRE, Pablo, 1986 – *Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa*, Ph. D. dissertation, Yale University.
- GENOVESE, Eugene D., 1979 – *O mundo dos senhores de escravos. Dois ensaios de interpretação*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MANTERO, Francisco, 1910 – *A mão d'obra em S. Thomé e Príncipe*, Lisboa, Ed. do autor.
- NASCIMENTO, Augusto, 2002 – *Poderes e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados de Novecentos*, S. Tomé, SPI, pp. 627.
- _____ 2010 – “O *ethos* dos roceiros: pragmático ou escravagista e, ainda e sempre, avesso à liberdade?” in *Africana Studia* n.º 14, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 141-161.
- SANTO, Armindo Ceita Espírito, 2008 – *Economia de S. Tomé e Príncipe entre o regime do partido único e o multipartidarismo*, Lisboa, Edições Colibri.
- _____ 2009 – *S. Tomé e Príncipe. Problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento*, Lisboa, Edições Colibri.
- SANTOS, Maciel – “A rendibilidade do trabalho escravo e o efeito tempo – uma hipótese de explicação” in *Africana Studia* n.º 14, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 121-139.
- TENREIRO, Francisco, 1961 – *A ilha de S. Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

Reclamar o futuro... Notas sobre a 13.ª Assembleia do CODESRIA

Augusto Nascimento*

p. 285-298

Há três anos, Obama acabara de ganhar as eleições nos EUA. Em Yaoundé, na 12.ª Assembleia-geral do CODESRIA, aventou-se que o capitalismo cometera suicídio. Já na 13.ª Assembleia, em Rabat, entre 5 e 9 de Dezembro de 2011¹, a certeza não pareceu a mesma, conquanto, a crer na metanarrativa de Samir Amin, não restem hipóteses ao “capitalismo histórico”. Homenageado por pares e discípulos, Samir Amin falou do desafio sem precedentes com que se defronta a geração actual. Em todo o caso, a transformação de monta não será para já, a agonia do capitalismo durará para além das nossas vidas.

Samir Amin traçou uma periodização do capitalismo: a gestação do capitalismo triunfante no século XIX demorou séculos; o século XX já foi de declínio, de que os sintomas foram as revoluções de libertação nacional; o século XXI será o do “outono do capitalismo” imperialista, caracterizado pela generalização do monopólio sobre a economia globalizada. Já não resta actividade económica que escape à hegemonia do monopólio financeiro que controla tudo quanto se produz e vende, mas, em crise sistémica, o capitalismo transformou-se num sistema obsoleto e contestado, por exemplo, pela indignação das ruas, quais revoltas da periferia contra o centro do sistema. A esta assertividade, Samir Amin juntou a comparação com a África de há meio século: os indivíduos com uma visão “realista” achavam impossível uma mudança radical da situação política, que, todavia, foi o que ocorreu. Em Bandung, as periferias concertaram-se e, com papel equiparável ao da Ásia, África teve a audácia de conquistar a independência. Ainda segundo Amin, o trilho socialista percorrido não deve ser subestimado, ainda que tenha sido algo de limitado, o que, adiantou, acontece amiúde.

Presentemente, observa-se uma segunda vaga de assalto contra o capitalismo, com origem na América do Sul. Daí a pergunta: o “outono do capitalismo”, porventura violento, coincidirá com a “primavera dos povos”? Tal será a convicção, fundada na certeza de que o sistema implodirá pelo seu próprio êxito. Crescem os protestos contra os efeitos da financialização mundializada e a insanidade absurda da desigualdade extrema na distribuição da riqueza nos centros e entre centros e periferias. “Com audácia, mais audácia e, ainda, audácia”, África deve ombrear com os outros

* Investigador auxiliar do IICT, Lisboa; colaborador do CEA do ISCTE-IUL, do CEAUP e do IHC da FCSH-UNL.

¹ À margem de possíveis considerações sobre as inércias institucionais e sobre as relações de poder que nela se cruzam com a produção de conhecimento, cumpre dizer que a Assembleia-geral do CODESRIA é uma montra do muito que em quantidade e em qualidade se faz no continente africano.

povos na contestação deste sistema pugnando pela socialização da gestão económica, pela desfinancialização da economia e pela desconectação das estruturas imperialistas, recusando, por exemplo, os Planos de Ajustamento Estrutural. Este desiderato de desconstrução do sistema capitalista e imperialista passa por objectivos como a socialização da gestão económica e uma democratização das sociedades a inventar. Tais objectivos implicam a rejeição das democracias associadas à regressão social, nas quais as eleições equivalem a uma “farsa”, como farsa são a “boa governação” e a “sociedade civil”.

Cumprir duvidar de que este seja o sentido conferido às suas acções pelos contestatários, decerto indignados com a iniquidade das diferenças mas não forçosamente adversários de um capitalismo a ruir dentro de um século. As mudanças na produção e na divulgação de conhecimentos tornaram-se factores de evolução talvez mais poderosos do que os efeitos das desigualdades económicas². Afora isso, e a despeito dos estudos de geopolítica, o irrepitível das circunstâncias e os acasos da história tornam o futuro pouco previsível. Decerto não enalhámos no terceiro “modo de produção”, nem chegámos ao “fim da história”, mas, relativamente aos destinos da humanidade, pouco se poderá aventar com relativa plausibilidade.

Lembrar Casablanca

A 13.ª Assembleia do CODESRIA, a primeira na África do Norte, comemorou o cinquentenário da Conferência de Casablanca de Janeiro de 1961, um esforço de Marrocos por uma África livre e una. Ao cabo de um ano em que vários países tinham obtido a independência, mas que assistira igualmente aos inquietantes eventos do Congo, para onde Marrocos chegou a enviar um contingente, em Casablanca reuniram-se os líderes dispostos a lutar por África. Várias vezes se afirmou que a Conferência de Casablanca esteve na origem da cimeira de Addis Abeba em 1963 e da fundação da OUA por 32 estados africanos. Já para alguns, este passo significou o triunfo do conservadorismo e o fim de uma África unida³.

Centrada na relevância do protagonismo de Mahommed V, uma indisputável versão historiográfica atribuiu ao monarca a crença firme numa África para os Africanos e num destino comum. Creditou-se-lhe a oposição ao *apartheid*, ao colonialismo, ao neo-colonialismo, assim como o apelo para a defesa da “dignidade do homem africano”. A declaração de Casablanca comprometia-se com a libertação e a união de toda a África⁴.

Alguns cientistas imputaram responsabilidades ao grupo de Monrovia pela sua preferência por uma cooperação de Estados, com respeito pelas fronteiras coloniais,

² Sem embargo da espoliação das periferias e da acumulação no centro por meio da troca desigual e da perpetuação da dependência, talvez a caracterização das dinâmicas do capitalismo informacional também possa ser útil, cf. Manuel CASTELLS, 2002, *Fim de Milénio*, São Paulo, Editora Paz e Terra.

³ Para alguns oradores, com essa opção dos “pais fundadores” desapareceu a “unidade africana” e o futuro de África ficou hipotecado ao desenho político e institucional do colonialismo. Sustentou-se que, sem uma África unida, os Africanos não terão o futuro nas suas mãos. Mas perante o ocaso do ideário pan-africanista trocado pelos nacionalismos, importa perguntar de que argamassa política e ideológica se cimentará esse futuro uno adiado há meio século.

⁴ Não sendo um mero evento diplomático, nem um acto de voluntarismo, a Conferência projectou o interesse nacional de Marrocos. Ora, não sabemos se radicalização da política externa de Marrocos não antecipava a aneção do Saara Ocidental, uma expressão concreta desse interesse nacional.

em detrimento de uma verdadeira integração política africana. Por outras palavras, dirigentes que ao tempo falavam em nome dos povos terão evitado não só a unidade política, como até discuti-la, apartados por crenças ideológicas mais poderosas do que a ligação aos povos, diga-se, politicamente idealizados.

Tal leitura requer o contraponto das razões dos então moderados e, evidentemente, a explicação da prevalência da solução gradualista. Lembre-se a própria evolução de Marrocos que, nos anos 80, já se pautava por uma maior contenção. Afinal, entre os Africanos há quem afirme que o nacionalismo – mormente, a sua concretização política após as libertações nacionais – debilitou o pan-africanismo⁵, uma presumida fonte de regeneração política e ideológica a que alguns afirmam querer retornar.

Vários testemunhos apontaram a necessidade de uma África fiel aos princípios de 1961, assim empenhada na procura da democratização, da segurança e do desenvolvimento. Estes enunciados e, bem assim, a carga memorialista e celebratória da evocação de Casablanca não evitaram constatações como, por exemplo, a de que África está mais dividida do que nunca, a que se sucedeu a pergunta “Para onde estamos a ir?” Note-se, a mistura de interpretações com posições éticas e políticas torna tudo lógico. Por exemplo, asseverou-se que os povos têm um desejo de união maior do que o dos líderes e que, a despeito das fronteiras, os Africanos se sentem em casa em qualquer parte de África. Destinadas a assinalar uma fasquia política, tais asserções parecem-me duvidosas⁶.

A vertente comemorativa suscita questões acerca do papel do discurso histórico. Ainda assim, a pulsão comemorativa talvez seja a menor das pressões sobre a historiografia e seus autores, a quem cabem responsabilidades científicas e éticas. Como se verá, os constrangimentos não são de somenos no tocante à liberdade académica.

O devir de África

O século XXI será o de África? A resposta passa desde já pela crise, pelas consequências da globalização e, em particular, pela liberalização dos fluxos financeiros. A nível político, não será menos relevante a ausência de liderança, seja para a criação de sinergias atinentes a responder a problemas locais, seja para escolhas económicas avisadas. Acrescentaria, para respostas políticas para que, em todo o caso, os Africanos ainda parecem tolhidos na sua liberdade.

Há dez anos, África era um continente sem esperança, com estados falhados e profundas anomalias sociais. Entre as “más escolhas”, citaram-se os PAE, em resultado do que, na década de 1980, África passou de exportadora a importadora de alimentos. Actualmente, o avultado investimento na produção de alimentos dirige-se para a exportação, pelo que avulta a insegurança alimentar. Não se registam ganhos de bem-estar significativos em resultado da liberalização do comércio. Ao contrário dos modelos aparentemente lógicos, os capitais não fluem dos países ricos para os pobres. Na circunstância, escorrem de África para os países ricos, nomeadamente através

⁵ É nesse sentido que, por exemplo, aponta Toyin FALOLA, 2004, *Nationalism and African intellectuals*, University of Rochester Press, Rochester.

⁶ A reflexão política de índole mais terrena afigura-se mais frutífera. Considerou-se que os blocos económicos regionais se revelam, não um avanço, mas um obstáculo. Onde está o mercado comum africano previsto no tratado de Abuja? “O balanço não é bom”, considerou um político convidado.

dos empréstimos. Logo, conclui-se que os fluxos de capitais não contribuíram para o desenvolvimento do continente⁷.

Aventou-se que, por efeito da crise na Europa, talvez possa nascer um apreço mútuo baseado nas dificuldades ora experimentadas na Europa e há muito vividas em África, propiciando-se, então, uma resposta comum. Resposta a forjar necessariamente em África, onde há muito a fazer. Por exemplo, faltam acordos comerciais e mercados comuns, facto tão mais relevante quanto África sofre, não com a crise financeira, mas com a crise comercial, concretamente com a baixa de preços das suas produções. A este respeito lembrou-se uma consequência perniciosa da divisão política: a concorrência dos países pelo investimento exterior fragiliza-os. A existir união política, cresceria a grandeza do mercado e África desenvolver-se-ia com base na procura interna. Porém, subsistem problemas sérios no tocante à articulação entre agricultura e indústria. A agricultura foi abandonada e a indústria colapsou. Presentemente, até os orçamentos dependem de empréstimos quando, não há muito, só se requeriam capitais estrangeiros para investimentos. Como se chegou a esta situação e como sair dela?

No plano geoestratégico, após o fim da Guerra-fria, África passou por uma desqualificação. O fim desse afrontamento e as dificuldades económicas sobrevividas nos anos 80 facilitaram a proliferação de conflitos mais ou menos localizados conquanto devastadores. Tal sugeriu a cristalização de um afro-pessimismo. Recentemente, esta predisposição foi substituída pelo afro-optimismo. Os estereótipos já não têm o poder de há anos. Por exemplo, não se negará a mobilização de milhares de crianças-soldado nem os milhões que passam fome. Mas, como foi dito, podendo ser verdadeiras, tais cifras já não resumem África.

Aparentemente, África oferece imensas possibilidades. Entre os seus trunfos, conta-se uma substancial melhoria da situação macroeconómica, conjunturalmente suportada pela instabilidade política no Médio Oriente, de que África se apresenta como alternativa enquanto fornecedor de petróleo. Depois de um elevado número de conflitos nos anos 90, constata-se um abaixamento da conflitualidade, que, todavia, ganha outros tons, mormente o de uma guerra contra o terrorismo ou o fundamentalismo. Pergunta-se, será que não eclodirão novos conflitos onde as assimetrias não foram corrigidas? Em todo o caso, assiste-se à construção de Estados com outras missões para além da de meros aparelhos securitários.

Após o colonialismo e décadas de uma guerra quente, a norte chamada de Fria, é dito que não haverá século XXI sem África, cuja capacidade negocial cresceu. O número de interlocutores a procurar África aumentou⁸, há maior interesse pelo que se pensa e diz em África. Demograficamente, é o único continente rejuvenescido e possui um terço dos recursos. Em suma, várias circunstâncias parecem revalorizar África, escorando as razões da esperança. Independentemente da argúcia da noção, pode falar-se de reclassificação de África. Desde as independências, nunca os países

africanos tiveram um quadro de oportunidades tão favorável. Será que os políticos o vão aproveitar?

A resposta é crucial, até porque África tem de correr quando outros tiveram tempo para caminhar. Correr, não necessariamente para um desenvolvimento modelado pela visão ocidental, que se considerou posta em xeque, antes para um desenvolvimento concebido como acto de libertação, perspectiva que não está em crise. Porém, como evitar o caminho (equivocado, presume-se) que outros tomaram? Tal pressupõe conhecimento, mais conhecimento do que o dos actores de épocas passadas.

Contributo do saber social para as razões da esperança?

Pensar os desafios do século XXI, reinventar o futuro constituiu o lema da Assembleia. Que falta a África? Liderança!, asseverou-se. Para alguns, importa atentar no que pode acelerar a edificação dos Estados Unidos de África. Como é que África terá peso geopolítico se continuar dividida?

Expresso sob várias formas, o diagnóstico apontou como óbice a mentalidade, a qual labora no sentido de impedir a ressonância das vontades para a procura de soluções exequíveis. Firmadas nos avanços do saber social? Que saber social?

Por exemplo, para algumas cientistas, a mentalidade pode ser o que obsta à compreensão da suma importância da igualdade de género e das vantagens da adopção de uma visão feminina de África, isto é, da crucial feminização da política de África, em particular na actual crise.

Os pronunciamentos a favor da equidade de género ecoaram com gravidade militante. Mais ainda vibrou o apelo a uma África governada à medida da mulher africana, idealizada à luz do estrénuo esforço para responder às demandas da vida. Ora, tal esforço resulta da assimetria de género que se quer combatida pela recusa – com base nos ganhos do saber – da naturalização dessa assimetria.

Lembrou-se, a questão da equidade de género não pode ser desvalorizada por força da ideia subliminar de se tratar de uma temática induzida pelo *ocidente*. No entender de uma feminista, tal tema não pode permanecer marginal e, assim, remetido para uma discussão sem mais consequências. Disse-se, o CODESRIA tem de olhar para a teoria feminista como a pedra basilar da teorização científica, afinal, “nós é que damos à luz”. Reivindicou-se a qualificação da questão das relações de género como base do desempenho científico e, presume-se, cívico do CODESRIA⁹, que, curiosamente, passou a ser dirigido por duas cientistas eleitas em Rabat. De permeio com o postulado da fertilidade do pensamento científico enformado pela perspectiva feminista, aventou-se que, a não se abraçar esta perspectiva, se continuará indefinidamente a vincar a necessidade de aprofundar o conhecimento e a lamentar o que não se fez.

Aparte a reclamada proficuidade da teoria feminista enquanto veio de explicação do mundo, sublinhe-se a falta de um balanço dos avanços do conhecimento. Mais do que apresentar estatísticas, importa sopesar os avanços na elaboração teórica ou em tra-

⁷ Para aprofundamento destas ideias, assim como para compulsar material empírico relevante, sugeriu-se a consulta dos sites www.un.org e www.g24.org.

⁸ Considerou-se que agora há mais preocupação e mais discussão sobre África do que alguma vez no passado. O actual quadro político restituiu importância ao continente e aos Africanos, mas tal também acarreta responsabilidades acrescidas aos produtores de saber e aos políticos. Por exemplo, questionou-se porque é que prevaleceu o silêncio sobre Kadhafe e sobre o facto de “outros terem resolvido, como resolveram”, um problema que era “nosso”, africano.

⁹ Para além de um seminário anual sobre género, o que não é de sobremesa, merece menção o livro de Abdessamad DIALMY, *Vers une Nouvelle Masculinité au Maroc*, publicado em 2009 em Dakar, pelo CODESRIA, que estava à venda numa das livrarias de Rabat. Dir-se-ia, tal livro é significativo da pretensão de diálogo com uma sociedade onde, não obstante a pluralidade das atitudes e dos comportamentos no espaço público, se advinham veios conservadores e avessos a discutir qualquer masculinidade ou a questionar o que se interiorizou como natural.

balhos empíricos e suas consequências quer na renovação do conhecimento, quer na tão almejada interação com a sociedade. Só assim se aferirá o impacto da difusão do saber, no limite, da veiculação à sociedade do que se pensa serem as atitudes políticas e cívicas decorrentes do labor científico.

Falou-se de imaginação para ousar alterar paradigmas e gizar as respostas apropriadas para os problemas dos Africanos, mormente para a recriação ou refundação das instituições políticas, conquanto, com invariável pendor emblemático, se tenda a apelar ao passado africano. Porventura estaremos perante um discurso mais político e menos científico do que seria de esperar?

A África do Norte

Um dos painéis focou as mudanças sociais e políticas na África do Norte. A leitura de Samir AMIN sobre o Egípto revelou-se previsível. Os acontecimentos foram explicados pelo processo de implosão do sistema capitalista mundial. Samir AMIN aludiu à submissão de Sadat e Mubarak ao imperialismo, agora travestido de mundialização. Em Janeiro de 2011 abriu-se uma nova vaga, cuja duração ninguém sabe prever. Samir AMIN não hesitou em apodar a Irmandade Muçulmana de reacção e em considerar as eleições como um passo da estratégia imperialista de manipulação e de repressão dos povos, de momento protagonizada por Obama. Para os que lutam, a legitimidade advém de continuar a luta contra a pretensa legitimidade eleitoral.

Sem embargo da devida homenagem a uma vida devotada às causas dos povos em busca da sua *primavera*, a discrepância entre os lemas anti-imperialistas e as múltiplas e, certamente, desconhecidas motivações das pessoas na praça Tahrir é indubitável. O que fará sentido para os actores das convulsões políticas, a implosão do sistema imperialista mundial ou a liberdade e a dignidade do trabalho com que se acode às necessidades e desejos do dia a dia? Mesmo que ao historiador ou ao cientista social cumpra descobrir significados para além de epifenómenos, a verdade é que a valia simbólica – cujo significado e implicações muitas vezes apenas se intui e quase nunca se avalia cabalmente – de alguns actos é que serve de detonador de processos de mudança com consequências mais ou menos profundas e, o mais das vezes, imprevistas.

A interpretação de Frej STAMBOULI apresentou-se mais próxima do sentido que certamente as pessoas conferiram às suas acções. Porque é que, apesar de indicadores macroeconómicos favoráveis ao longo de décadas, a Tunísia assistiu à revolução de 14 de Janeiro? Entre as causas da primeira revolução no mundo árabe, com fragoroso impacto na região, STAMBOULI citou a incapacidade de lidar com o desemprego elevado e a disparidade entre regiões. A inspirar a *revolução do jasmim* estiveram a liberdade, a dignidade, a justiça e os direitos humanos, valores que, representando uma conquista da modernidade universal, estão inscritos na cultura muçulmana.

Ainda segundo STAMBOULI, não foi por acaso que a identidade árabe-islâmica, a cultura e a civilização se fizeram presentes nas eleições de 23 de Outubro, as primeiras livres e transparentes na história tunisina e algo de raro no mundo árabe. A polarização do debate em torno da identidade constituiu uma armadilha para os modernistas, que acabaram vencidos nas eleições.

Na sociedade tunisina, assim como noutras vizinhas, a elite dominante está culturalmente dividida entre um sector mais moderno e outro mais islamizado. Realçando o imperativo de evitar fissuras, perguntou: será a Tunísia saída destas eleições capaz de promover uma sociedade aberta e um Estado democrático, articulando-se com o mundo? A este desígnio opõem-se factores internos e externos. A estrutura da sociedade continua frágil e fracturada, mormente no tocante aos códigos normativos. Cristalizada, a herança histórica muçulmana não logra pôr-se em compasso com o mundo, bloqueando, por isso, a emergência de uma sociedade livre e aberta. Às dificuldades internas juntam-se as do contexto regional e internacional, deixando antever um futuro difícil, que STAMBOULI espera ver resolvido com êxito.

Conquanto susceptíveis de uma síntese semelhante, os desafios no Egípto apresentam outros contornos. No país da *revolução de lótus*, 60% da economia é informal. O exército consome parte substancial do orçamento e escora um Estado securitário. Há anos, Mubarak terá avisado os políticos de esquerda que teriam sempre de se defrontar com o exército ou com a Irmandade Muçulmana, apoiada na caridade, imbricada com a economia informal e, acrescentou-se, falando em nome de Alá. À menção ao crescendo desta movimentação popular, rara, contrapôs-se a da oportunidade para os extremistas radicais, supostamente de inspiração religiosa, cuja acção poderá, ainda assim, ser contrabalançada pela oposição das forças laicas¹⁰.

Ao olhar exterior, tal afigura-se mais um desejo do que uma plausibilidade. Como agir em sociedades plurais e, na circunstância, fracturadas? Como tecer consensos políticos mínimos que sirvam a todos e a cada grupo? Tais são, entre outras, questões para as quais parece não haver resposta, nem tempo para a procurar, atento o contexto de turbulência política e social.

Perante tais impasses, suscitaram-se dúvidas acerca do valor das ciências humanas. Por exemplo, a propósito do historial e da valia heurística dos conceitos políticos *importados*, considerou-se que democracia designava uma forma de Estado e não uma prática popular, que democratização não era forçosamente igual a ocidentalização e que o Estado democrático gerava sempre oligarquias. Importava, isso sim, pensar na

¹⁰ Marrocos não foi objecto de um escrutínio comparável. Mas tento-me a rascunhar breves notas de impressões colhidas nas ruas. Independentemente da incógnita aberta pela recente vitória dos islamistas, Rabat apresenta-se como uma terra de pluralismo de atitudes. E de manifestações, cinco em sete dias, três delas em frente ao Parlamento, com um aparato policial muito menor do que em cidades europeias. Tais manifestações indiciam o imbricado da pluralidade política e social e das dificuldades económicas de sociedades em mudança. Muitos marroquinos sentenciarão que o rei teve um papel notável na modernização de Marrocos, trajectória aparentemente bem aceite e valorizada nas ruas. Provavelmente em razão dos movimentos populares na região, o rei conduziu uma reforma constitucional, tendo prescindido de muitos poderes. Omnipresente, não tem intervenção directa na condução política. Ora, o mesmo povo que louva o rei parece, de alguma forma, ter votado contra ele – numa capa, uma foto do líder partidário eleito e do rei tinha como legenda “o que tinha de acontecer, aconteceu” –, porquanto votou islamitas que, embora moderados, se situam, a crer num jornal, entre a charia e a modernidade e que, de alguma forma, poderão ser tentados a cercear o pluralismo da vida quotidiana, a menos que o pragmatismo ou o peso simbólico de uma figura sacralizada funcionem como um travão a pulsões hegemónicas no sentido de reintroduzir a proeminência da religião no espaço público e na governação.

Um marroquino expatriado, que se identifica com a liberdade e, na circunstância, com o rei, avança: “pois não queriam a democracia? Aí têm...” Por razões muito diversas da visão de uma esquerda sobre a democracia enquanto fantochada, este marroquino trocaria a democracia pela modernização, pela liberdade individual – que decerto não compreende a de questionar o rei, item de que ele prescinde de bom grado – e pela pluralidade de modos de vida.

Podemos inferir que a liberdade outorgada na esfera do privado e do público, conquanto limitada na esfera da política, previne colisões numa sociedade em mutação acelerada, onde alguns, talvez muitos, ficam inevitavelmente marginalizados por essa mutação. Até quando este equilíbrio prevalecerá?

politização das massas que as induzisse a agir para além do “local” a que tinham sido confinadas, assim se refazendo a relação entre Estados e indivíduos.

Perguntar-se-á, o “local” não é o que está inscrito nas mentes das pessoas, não é o que parece conferir segurança, previsibilidade e sentido às suas vidas, mesmo se, para o olhar distante – por exemplo, de um cientista politicamente motivado –, não representa senão as peias com que o comum das pessoas se constringe na sua acção cívica e na sua participação política?

Reportando-se às vitórias dos islamistas, alguns lembraram a sua ligação à economia informal e apresentaram-nos como sinal da tremenda força da identidade. Daí a questão: se, embora compondo uma percentagem substancial da população, os islamitas fazem parte da “reação” (no dizer de um dos presentes, o Islão reaccionário aceita a democracia de fachada e o capitalismo causador da regressão social), para onde vai este movimento popular?

Não se devendo esperar respostas às interrogações sobre a Tunísia e o Egipto, ficou não só uma certa expectativa frustrada relativamente aos prognósticos sobre as possíveis rupturas ou vias de composição de interesses, como também sobre a incapacidade de auto-interrogação suscitada por eventos que, para muitos não seriam sequer concebíveis. Com efeito, se a 13 de Janeiro alguém alvitrasse a necessidade de democratização da região, provavelmente seria criticado pelo seu viés (ocidental...) que o impedia de perceber que a arquitectura política espelhava moldes culturais diversos, etc., etc, tal o argumento que, aparentando subtilidade teórica, se vem a revelar também desfasado da realidade porque ideologicamente contaminado.

Como se aventou, não se interpretará capazmente a história e, em especial, os eventos recentes, sem a reintrodução do peso do elemento imaterial na equação do mundo. Evidentemente, queda em aberto a definição e o *modus operandis* de normas, de valores e de ideais no tocante ao devir de África, em particular, na passagem da era nacionalista (de que se esbate a memória) para a presente era da indignação, na qual, por exemplo, a noção de soberania nacional perde, no confronto com a de direitos humanos ou com a realidade das mudanças climáticas, parte da carga imperativa de outrora.

Uma conclusão imediata diz respeito à produção científica. As revoluções no norte de África perturbaram os analistas políticos, obrigando a desconfiar de ideias feitas e a olhar com atenção as sociedades desta e de outras regiões. Mas não é isto o que se recomenda há décadas? Não estando imóveis, longe disso, como podemos ter a sensação de estar sempre no mesmo ponto ou, até, de termos ficado para trás?

A situação das ciências sociais, as Universidades e a liberdade académica

Com base no relatório de 2010 da UNESCO, a situação das ciências sociais em África foi também explicada pela confluência de factores como a prevalência da pobreza e de doenças, as desigualdades, os conflitos, as mudanças económicas e a crise, a que crescem as crenças e as culturas¹¹. No actual contexto, que não ajuda ao diálogo das

¹¹ Independentemente da pluralidade das situações, sou tentado a seguir SACHS na desvalorização da alardeada resistência às mudanças fncada nos traços culturais (SACHS, Jeffrey, 2005, *O fim da pobreza. Como acabar com a pobreza nos próximos 20 anos*, Companhia das Letras). Julgo que a apetência pela mudança pode ser muito mais

ciências com a sociedade e os políticos, sublinhou-se a necessidade de equacionar a transformação estrutural da sociedade global, o que, evidentemente, redimensiona os desafios apostos às ciências sociais.

Actualmente, a produção científica pauta-se pela fragmentação em domínios e subdomínios, a que importa contrapor maior interdisciplinaridade. A outro nível, a produção de âmbito local responde a demandas locais, mas queda invisível para o mundo. Citou-se a vantagem da partilha para ultrapassar a divisão de tarefas científicas, por exemplo, entre a produção de teorias no *ocidente* e o seu uso na recolha de dados em África. Para além desta divisória entre tarefas com conotação desigual¹², explicável pela trajectória histórica reflectida na primazia e em maiores recursos alocados no Ocidente à investigação e à divulgação¹³, a questão interessante parece ater-se à pretensão *ocidental* de colocar a objectividade do discurso científico acima da cultura, o que aumenta a clivagem entre a produção científica, dita ocidental, e, na circunstância, a africana. Ora, a olhar-se para o método científico como parte da cultura, a questão da objectividade ganharia outra dimensão e a divisória tornar-se-ia menor. Sem dúvida. Porém, por mim, enfatizaria a tendencial correlação entre descentração e objectividade sem, em contrapartida, deixar de valorizar a pertença a uma “cultura” para a ponderação de vectores eventualmente despercebidos ao escrutínio externo. Estas questões deveriam ser discutidas à margem da afectividade política e outra relativamente aos objectos de estudo, elegendo o sentido crítico como o azimute da produção científica. De outra forma, dificilmente se ultrapassarão as dificuldades individuais, grupais e institucionais (para já não falar das teóricas), assim se amputando o valor das ciências sociais para o diagnóstico da mudança, para propor respostas, para, parafraseando um orador, articular o saber fazer e o saber ser, uma premência particularmente sentida pelos intelectuais de África.

operante do que, à primeira vista, se infere da etnografia das culturas e das idiossincrasias sociais. Aqui e além, tende-se a sobreestimar a resiliência de traços culturais, por vezes indevidamente encarados como repositórios de valores a preservar pelos sujeitos etnografados. Nalgumas situações, a invocação da tal resiliência acobertará intuítos políticos conservadores e, até, uma (implícita) justificação da diferença de estatuto de intelectuais e de políticos face ao comum da população.

¹² Ou, para nos atermos a uma realidade tipicamente colonial e hoje já ultrapassada, a clivagem entre informantes e produtores de conhecimento sobre África e os Africanos.

Diga-se, condicionalismos económicos – entre eles, a procura de uma vida digna, quando não da própria subsistência – também explicam a divisão de tarefas entre, por um lado, a colecta de dados empíricos e, por outro, a elaboração de textos (divisão também prevalente em universidades do Ocidente e, desde há anos, replicada em universidades africanas). Em todo o caso, as possibilidades de superação desta divisão no trabalho científico são certamente mais amplas do que noutros domínios da vida económica e social.

Também por esta circunstância me parecem despiciendas formulações como a de que “a hegemonia ocidental nas ciências sociais está a ser posta em causa”. Que paradigmas, teorias ou esquemas interpretativos, conotados com interesses políticos serôdios, estejam caducos, parece indesmentível. Mas não julgo que se avance muito com críticas baseadas em lemas denotadores de uma consciencialização política de antanho. Aliás, é significativo que os comentários de circunstâncias menos auto-investidos de propósitos panfletários tenham realçado o cerco às ciências sociais nos países africanos, onde a liberdade académica é objecto de luta diária.

¹³ Neste particular, perfilam-se assimetrias que não afectam só os Africanos. Tais assimetrias decorrem quer da eleição do inglês como língua franca da produção científica, quer da indexação de publicações segundo critérios que, podendo não ser absurdos, por vezes se apresentam como tais.

O CODESRIA anunciou ter em vista a constituição de um sistema de indexação do Sul, que contaria com um parceiro asiático e com o CLACSO, da América Latina. Trata-se de um domínio onde, menos do que um desafio à imaginada propensão hegemónica subjacente à indexação do ISI, se impõe a denúncia da subjectividade de um sistema de indexação engendrado de uma perspectiva unilateral, se não sobranceira, pelo menos ingénua.

À margem destas considerações, é indesmentível o empobrecimento das publicações em África (por exemplo, FALOLA, *ob. cit.*), uma das razões pelas quais intelectuais africanos expatriados e outros não as procuram para publicar a sua produção.

Por exemplo, apelou-se a reformas das universidades que as capacitem a corresponder às demandas sociais¹⁴. Se este designio passa, ou não, pela aventada construção de uma nova epistemologia das ciências sociais – depois de “descolonizadas”, termo corriqueiramente usado – e pela sua mobilização para gizar políticas públicas em favor dos Africanos, já será uma outra discussão¹⁵.

Apesar da evocada tradição milenar de Tombuctu, as universidades africanas não se posicionam entre as primeiras universidades do mundo¹⁶. Em si mesmo, tal objectivo é de alcance muito relativo, mas, conforme se afirmou, as universidades africanas não proporcionam saber orientado para os problemas locais, constatação dolorosa porquanto a educação superior era um elemento-chave dos projectos nacionais.

Hoje, os constrangimentos políticos laboram contra o trabalho teórico. O engajamento político dos intelectuais acabou por lhes cercear a criatividade, na medida em que julgaram ser seu dever estar ao serviço de políticas em prol do povo que, na realidade, favoreceram os dirigentes. E, não obstante, a relação com os poderes tem sido tortuosa. Em muitos países africanos prevalece um caldo de cultura contra as vozes independentes, logo, contra as universidades. Amiúde encaradas como alfobres de oposicionistas, as universidades acabaram por ser decapitadas¹⁷. Em países com regimes militares e totalitários, a luta pela Universidade tornou-se numa luta pela democracia, não raro contra tendências autoritárias no seu próprio seio.

Mais recentemente, o ajustamento às necessidades do mercado funcionaliza-as e retira-lhes autonomia, ajudando a limitar a profundidade da reflexão política e social inerente ao conhecimento. A par de constrangimentos económicos, avultam as pressões sobre a liberdade académica, seja através da nomeação de reitores políticos sem auscultação da comunidade académica, seja por via de reformas impostas, cujo fito, não declarado, se resume a cercear a liberdade académica¹⁸. Em África, é assaz comum a falta de diálogo entre governantes e as comunidades académicas.

Advogou-se a necessidade de uma reforma estrutural da Universidade que arraste a aberturas e a mudanças na sociedade, cabendo às universidades ser um modelo para as sociedades. Contudo, perguntar-se-á: hierarquizadas e submetidas a designios políticos, as universidades não serão, ao invés, o espelho da superficialidade da

democracia e da liberdade? A ideia de que a democracia e a liberdade se tornaram uma aquisição é, a meu ver, ilusória.

Aliás, talvez seja menos por corporativismo do que pela carga política (e afectiva) que a discussão das universidades e das ciências sociais mereceu destaque. A da liberdade académica é fundamental em si mesma e enquanto parte da questão mais ampla da liberdade política nas sociedades africanas.

De inspiração pan-africanista, o CODESRIA desfruta e luta pela liberdade académica. Simultaneamente, o CODESRIA é sinal do difícil enraizamento da actividade científica em vários países. As propensões de vários políticos revelam-se contrárias à emancipação e à cidadania da investigação e do saber social. A Declaração de Kampala sobre a liberdade académica foi adoptada por uma ínfima minoria de estados africanos. Os ataques à liberdade académica – em muitos casos, já de si contida – prejudicam o funcionamento das universidades.

Contra a permanente ameaça à liberdade académica, referiu-se que o exercício da responsabilidade pelos professores faz avançar e consolidar essa mesma liberdade. Sem dúvida que a responsabilidade social da liberdade académica passa pela responsabilidade e pela coragem de a defender.

As ameaças podem ser variadas, desde as de violência física contra pessoas determinadas até às mais subtis como o não financiamento ou a manipulação da inveja social contra os académicos. Um caso emblemático, relatado na Assembleia-geral, é o do Malawi, onde em Julho morreram 20 pessoas em manifestações. Entre a população do Malawi, os universitários são conhecidos pela sua resistência pela liberdade académica. “Em África podemos lutar por princípios”, foi dito. Talvez se possa inferir que a luta foi vencida – com a readmissão dos professores que tinham sido despedidos – graças ao ambiente de contestação generalizada à governação do país¹⁹.

A memória destas lutas pela instituição académica permitirá ligar gerações na defesa dos direitos políticos e cívicos nas respectivas sociedades. Na verdade, parece-me mais virtuoso assentar nesta meta da cidadania do saber – que dialoga com a problemática mais geral da liberdade dos indivíduos, com a qual, praticamente desde as independências, os governantes africanos lidaram mal – do que persistir na condenação das remniscências danosas da epistemologia *ocidental*²⁰. Afinal, não é a invocada hegemonia dos paradigmas ocidentais, nem são os resquícios da alienação colonial que impedem os académicos de ter protagonismo social. Ao invés, são os governantes que se mostram avessos ao progresso e à independência do saber.

¹⁴ Curiosamente, autoridades universitárias de Marrocos expuseram uma pauta de modernização algo diversa do tom militante patente no curso dos trabalhos. A Universidade marroquina foi descrita como uma instituição no cerne da globalização, norteada pelo ensino em língua estrangeira, voltada para o mercado e com ligação a empresas, debruçada sobre questões de desenvolvimento, aberta à colaboração entre o Norte e o Sul. Acrescentou-se ainda que a Universidade procura ser um lugar de excelência onde os valores éticos têm o seu lugar.

¹⁵ Nesta linha, apelou-se, por exemplo, a uma renovação teórica e temática conducente ao estudo de África na longa duração, a saber, antes de 1880. Tal permitiria refundar África a partir de um novo paradigma do Estado e formular uma proposta de federação dos Estados africanos. Outro orador, saltou da constatação de que os dirigentes africanos viraram as costas às ciências sociais para o repto da formulação de uma carta africana das ciências sociais distintas das dos *ocidentais*.

¹⁶ Foi dito que, apesar do aumento do número de universidades, estas ainda não satisfazem a procura, conquanto já não ostentem a qualidade de outrora. Não se consegue melhorar as universidades se os intelectuais mais reputados se expatriam, pelo que se instou à criação de incentivos para fixar os académicos africanos.

¹⁷ Neste particular, a tão vituperada recomendação paternalista e racista do Banco Mundial, segundo a qual em África só se carecia de uma formação básica, convergiu com designios de governantes pouco amigos do debate livre.

¹⁸ Foi afirmado que a ofensiva autoritária no domínio da gestão se prende com o fito da imposição das ideias neo-liberais na condução das universidades. Cumpre lembrar que ofensivas autoritárias – por vezes, bem mais constrangedoras da liberdade dos académicos – ocorreram em regimes autoritários de coloração dita progressista e em nome do povo.

¹⁹ Jessie Kabwila Kapasula referiu que o apreço pela sua liderança na contestação à intromissão governamental na universidade foi traduzida pela expressão “esta é um homem”. Embora denotadora de admiração e apreço, esta expressão remete para a interiorização de assimetrias de género que só a acção continuada e consequente em prol das mulheres poderá reverter.

²⁰ Contra o pendor militante, pergunta-se: porque é que a homogeneização de África pelos ocidentais é encarada como um viés determinado pelo passado colonial e, já entre os Africanos, não se cultiva a diferença, clamando-se, amiúde numa base voluntarista, por uma unidade que ignora, por exemplo, os interesses estratégicos das potências regionais, as diferenças ideológicas e políticas entre os indivíduos e, ainda, os dispares desejos das populações das ruas? As múltiplas situações e actuações desmentem a visão reducionista dos Africanos como um só sujeito, diga-se, um eco de lemas militantes que, a seu modo, replicam o paternalismo dos ocidentais.

A democraticidade no CODESRIA

A ciência não depende de democracia ou de votos, que não conferem razão nem iluminam os significados a desvendar nas realidades estudadas. Mas a afirmação, logo na primeira sessão, de que o CODESRIA é uma das instituições mais democráticas de África suscitou risos entre os presentes, decerto de aprovação e, a seu modo, indicativos do contraste entre o CODESRIA e o comum das instituições no continente. Previsivelmente, tensões políticas ecoam no CODESRIA. Porém, por entre as divergências e a composição de interesses próprias de qualquer instituição, parece prevalecer a democraticidade²¹. Aliás, esta foi um ponto de honra para Sam Moyo, provado aquando da sua conferência.

Presidente cessante do Comité Executivo do CODESRIA, Sam Moyo começou por referir que a visão dominante sobre a reforma agrária no Zimbabwe a encara como um processo, primeiro, induzido e controlado por um poder centralizado em busca de legitimidade e, segundo, em benefício de alguns “bandidos” da ZANU-PF. Sam Moyo contrapôs que a reforma agrária foi um movimento de base, desencadeado por uma premência urbana e rural por essa meta política. A ZANU-PF teria inicialmente contido e reprimido essa mobilização e, só depois, dirigido a ocupação de terras, a qual, por isso, não teria sido determinada pela ZANU-PF e por Mugabe. Da sua pesquisa, Sam Moyo retirou ilações no tocante aos requisitos da abordagem do Zimbabwe, a saber, pesquisa empírica empenhada e uma visão compreensiva da formação do Estado, dos antagonismos de classe e da experiência adquirida na luta. Para ele, a pesquisa evidencia que os temas dominantes, enformados pelo neo-paternalismo do *ocidente*, são ilógicos e inúteis para a compreensão do que se passou no Zimbabwe.

A delimitação do enfoque da comunicação não evitou uma acesa discussão, de que um dos protagonistas foi Moeletsi Mbeki. Assaz ásperas, várias críticas versaram a desvalorização das consequências de um tal processo, diga-se, de alguma forma despolitizado e retratado como se tivesse ocorrido num hermético ambiente laboratorial. Mbeki referiu que, em resultado da reforma agrária, 3 milhões tinham abandonado os lares, milhares de pessoas tinham sido maltratadas e mulheres violadas. Como num estado neo-fascista, pessoas tinham visto as casas destruídas por votarem na oposição. Então como falar de uma mudança progressista? As críticas interpelaram igualmente a consciência dos cientistas aparentemente conformados com uma apresentação indulgente sobre o Zimbabwe. Ora, o CODESRIA não podia ser um fórum de propaganda da ZANU-PF.

Se, com Moyo, anuíremos que o mercado não basta como mecanismo indutor da reforma agrária, por tender a favorecer a expropriação em vez da almejada redistribuição da terra, a amplitude da violência política e as respectivas repercussões no Zimbabwe e na região não podem ser ignoradas, mesmo numa comunicação centrada na eferverscência social no terreno como ignição do processo de alteração da estrutura da propriedade fundiária.

A alguns pareceu que Sam Moyo apresentara argumentos científicos e que a resposta de Mbeki se perfilava como anti-científica e anti-democrática, até com o quê de ofen-

²¹ A democraticidade não elimina as paixões, as quais, se por um lado impelem à inquietação intelectual, por outro, toldam o discernimento por via da politização do saber. Em todo o caso, a democraticidade fáculata, a quem a aproveite, um ganho com a possibilidade de ponderação de opiniões diversas.

sivo. Das várias intervenções de tom variado e antagónico, uma referia-se à necessidade de uma interpretação dos dados empíricos que relacionasse a movimentação descrita com o ambiente político, mormente com as incidências negativas da reforma agrária. Outro orador, citando os milhões de expatriados e o imperativo democrático de “estar ao lado dos povos”, recusou que as ciências sociais pudessem servir para defender Mugabe e convidou Sam Moyo ao escrutínio crítico dos seus argumentos. Ainda para outro orador, o debate evidenciou as dificuldades e as contradições no continente, as quais tinham levado séculos a resolver no ocidente. Foi dito, as contradições – com implicações nas construções do nacionalismo e da democracia – são de tal ordem que já não se consegue defender as populações. Numa altura de muita dor, como defender, em nome do nacionalismo, o neo-patrimonialismo causador de desigualdades, de pobreza e de sofrimento? Aflorou, pois, a inquietação de cariz político e ético em torno do desempenho das ciências sociais.

Provavelmente, a aceitação de uma ou de outra das posições não se baseará somente na ponderação dos fundamentos teóricos e dos dados empíricos compulsados. Alguns inclinar-se-ão mais a atender à sua proximidade afectiva com um dos contendores do que a sopesar a evolução política do Zimbabwe. Mas o ponto é que, por entre vários sentimentos, prevaleceu a pluralidade de opiniões sobre um tema que, importante para a região, concretamente, para a África do Sul e a Namíbia, divide, conquanto pareça não quebrar, uma comunidade institucionalizada e democrática como é e pretende ser o CODESRIA. É indubitável que nas sessões sobre temas actuais, apaixonantes e, por via disso, fracturantes se deu espaço para interpelações polemizadoras.

Pensar e reinventar o futuro

Na sessão de homenagem a Samir Amin²², subordinada ao tema *Pensar e reinventar o futuro*, Elísio Macamo explicou as dificuldades em pensar o futuro. Segundo ele, até devido ao próprio vocabulário das ciências sociais se torna difícil imaginar África como diferente do passado do presente europeu, como se, afinal de contas, prevalecesse a ideia de que a Europa é o culminar da história. Subsiste, pois, a dificuldade de inventar outros futuros. Para Macamo, afigura-se imperioso olhar a história dos conceitos, cujos significados não foram competentemente explorados. Para os Africanos, o propósito devia ser o da consciencialização do processo pelo qual certas ideias se impõem, conferindo aparente inteligibilidade aos conceitos e ao mundo mas tornando-se, no fim, numa espécie de prisão.

Tais alvíres parecem sugestivos. Mas a tradução deste propósito para a produção de conhecimentos, de conhecimentos com incidência prática e, ainda, para a indução da mudança social afigura-se assaz difícil, desde logo pelo desajuste de valores espelhado na inquietação de um cientista: como fazer arraigar as ideias generosas

²² Samir Amin falou uma vez em projecto americano para o Médio Oriente, mas a sua explanação focou as assimetrias entre centro e periferia geradas pela evolução do capitalismo histórico. Porém, a alusão de um cientista à derrota da América suscitou alguns aplausos, facto que não mereceria menção não fosse a circunstância de tais aplausos indiciarem uma redução simplista da análise de Samir Amin que, independentemente da sua discutível conformidade com a realidade, não se reduz a uma visão maniqueísta e diabolizadora. Tal vale por dizer que uma afectividade difusa perpassa pelas investigações, o que não seria forçosamente negativo se tal não tivesse implicações na eventual propensão para as reduzir a convicções de outrora, fundamentadas em agravos passados contra África e contra os Africanos, convicções que, ao arripio do lema da Assembleia, talvez não abram portas para o futuro.

(supostamente as dele ou da comunidade ali presente...) nas populações de forma a se viabilizarem processos políticos de matiz diverso dos actuais?

Ainda no domínio da produção científica, lamentou-se a escassez de trabalhos de índole prospectiva, decerto por causa de dificuldades decorrentes dos ambientes políticos, institucionais e sociais de que se parte, mas, acrescentaria, também do que há de surpreendente no curso da história (não que não se possam desenhar tendências para prazos concebíveis, mas tais tendências poderão não se confirmar). Seja como for, enumeraram-se os desafios para África, a saber, desenvolvimento, democracia, paz, desarmamento e direitos do homem e demandou-se aos cientistas uma contribuição para um mundo mais justo e sustentável.

Estreitando o espaço para os ideais, o presente do futuro chama-se *crise*. A *crise*, que não apenas a económico-financeira, demanda reflexões mais profundas sobre as relações no mundo, como, por exemplo, as de Souleymane Bachir Diagne sobre o universalismo emancipador de Leopold Senghor, de modo algum equiparável a eurocentrismo. Para Senghor – acerca do qual Souleymane Diagne vaticinou que a justiça do tempo o reporá no panteão dos homenageados pelos Africanos –, a verdadeira libertação consistia na capacidade de integração das múltiplas identidades. O multiculturalismo é um facto do mundo²³, sentenciou.

Na sequência da sua exposição, inquiriu-se em que bases se devia construir uma racionalidade africana. Lembrou-se que, diferentemente dos anos 50 e 60, em que os filósofos e os historiadores foram chamados a ter uma palavra, hoje nem os Africanos falam de filosofia africana. “Capitulámos?”, perguntou-se.

Diga-se, a presumida desvalorização do conhecimento e dos seus autores não será uma especificidade de África. Mas a aparente perda de distinção política e social dos produtores de conhecimento não significará necessariamente a diminuição do peso do conhecimento na orientação das opções políticas, mesmo se a roda livre da política – refém do imediato, mediatizada e, por vezes, quase irracional –, assim o sugere.

Diferentemente do sucedido há décadas, a proeminência política e social não será a recompensa para os cientistas de hoje e de amanhã. Mas não será por isso que o conhecimento deixará de ser fulcral, ao menos para assinalar as insuficiências das escolhas políticas que importam a África e, convém frisar, também ao mundo.

Rabat e Lisboa, Dezembro de 2011

²³ Na circunstância, Souleymane Diagne precisou que só o facto de não ter sido realmente implementada permitiu que recentemente se dissesse na Europa que a política do multiculturalismo falhara. Registe-se, ainda, a anotação de a Europa se ter separado do seu universalismo.

Álcool em África: Uma bibliografia da literatura secundária, 1993-2011

José C. Curto*
Simon Heap**

p. 299-316

Em 1989 e em 1994-1995, os autores desta contribuição publicaram separadamente duas bibliografias sobre o álcool e suas múltiplas utilizações na África, tanto em períodos históricos como contemporâneos.¹ Com a maturidade dos estudos sobre o álcool na África e temas relacionados, pareceu-nos oportuno compilar esta nova listagem para atualizar as ditas bibliografias.

Os últimos 15 anos têm evidenciado um número crescente de estudos sobre a temática em foco no continente africano. Demais, esta recolha tem-se desdobrado sobre questões mais amplas que anteriormente. Os novos estudos analisam temas não só económicos ou relacionados com produção, como também questões culturais, de género e de etnicidade. Assim sendo, não é nada surpreendente que a própria história do álcool em África tenha ultimamente ganho alguma notoriedade entre os estudos africanos em geral.

Com a listagem que segue, fica evidente o novo contexto em que se produziu a nova vaga de estudos sobre o álcool em África. Sendo a África o epicentro do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) e da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA), um número significativo de pesquisadores em ciências sociais e ciências da saúde tem examinado as conexões entre a utilização do álcool e os riscos crescentes de infecção pelo VIH.

O Álcool em África – Bibliografia dos últimos 15 anos

- ABBINK, G. J.
‘Competing Practices of Drinking and Power: Alcoholic “Hegemonism” in Southern Ethiopia’, *Northeast African Studies*, 4(3), 1999: 7-22.
- ADELEKAN, M. L., NDOM, R. J. E., MAKANJUOLA, A. B., PARAKOYI D. B., OSAG-BEMI, G. K., FAGBEMI, O., and PETU. A. O.
‘Trend Analyses of Substance Use among Undergraduates of University of Ilorin. Nigeria, 1988-1998’, *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 1(1), 2000: 39-52.

* York University, Canada.

** University of Oxford.

¹ J. C. Curto, ‘Alcohol in Africa: A Preliminary Compilation of the Post-1875 Literature’, *A Current Bibliography on African Affairs*, 21(1), 1989: 3-31; S. Heap, ‘Alcohol in Africa: A Supplementary List of Post-1875 Literature’, *A Current Bibliography on African Affairs*, 26(1), 1994-95: 1-14.

- ADNAMS, C. M., KODITUWAKKU, P. W., HAY, A., MOLTENO, C. D., VILJOEN, D., and MAY, P. A.
 'Patterns of Cognitive-motor Development in Children with Fetal Alcohol Syndrome from a Community in South Africa', *Clinical and Experimental Research*, 25(4), 2001: 557-562.
- ADNAMS, C. M., SOROUR, P., KALBERG, W. O., KODITUWAKKU, P., PEROLD, M. D., KOTZE, A., SEPTEMBER, S., CASTLE, B., GOSSAGE, J., and MAY, P. A.
 'Language and Literacy Outcomes from a Pilot Intervention Study for Children with Fetal Alcohol Spectrum Disorders in South Africa', *Alcohol*, 41(6), 2007: 403-414.
- AKYEAMPONG, E.
 'The State and Alcohol Revenues: Promoting "Economic Development" in Gold Coast/Ghana', *Histoire Social/Social History*, 27(54), 1994: 393-411.
- AKYEAMPONG, E.
 'Alcoholism in Ghana: A Socio-Cultural Explanation', *Culture, Medicine and Psychiatry*, 19(2), 1995: 261-280.
- AKYEAMPONG, E.
 'What's in a Drink? Class Struggle, Popular Culture and the Politics of Akpeteshie (Local Gin) in Ghana, 1930-1967', *Journal of African History*, 37(2), 1996: 215-236.
- AKYEAMPONG, E.
Drink, Power and Cultural Change: A Social History of Alcohol in Ghana, c. 1800 to Recent Times. Portsmouth NH: Heinemann/Oxford: James Currey, 1996.
- AKYEAMPONG, E.
 'Drinking with Friends: Popular Culture, the Working Poor, and Youth Drinking in Independent Ghana', in D. F. Bryceson, ed. *Alcohol in Africa: Mixing Business, Pleasure and Politics*. Portsmouth NH: Heinemann/Oxford: James Currey, 2002: 215-230.
- AKYEAMPONG, E.
 'Ahenfo Nsa (the "Drink of Kings"): Dutch Schnapps and Ritual in Ghanaian History', in I. van Kessel, ed. *Merchants, Missionaries and Migrants: 300 Years of Dutch-Ghanaian Relations*. Amsterdam: KIT Publishers, 2002: 50-59.
- ALLAN, A., ROBERTS, M. C., ALLAN, M. M., PIENAAR, W. P. and STEIN, D. J.
 'Intoxication, Criminal Offences and Suicide Attempts in a Group of South African Problem Drinkers', *South African Medical Journal*, 91(2), 2001: 145-150.
- AMBLER, C.
 'Alcohol and the Slave Trade in West Africa, 1400-1850', in W. Jankowiak and D. Bradbud, eds. *Drugs, Labor and Colonial Expansion*. Tucson, Arizona: University of Arizona Press, 2003: 73-88.
- BAILEY, J., and SEFTTEL, A.
Shebeens Take a Bow!: A Celebration of South Africa's Shebeen Lifestyle. Johannesburg: Bailey's African History Archives, 1994.
- BAKKE, Ø., and ENDAL, D.
 'Vested Interests in Addiction Research and Policy Alcohol Policies Out of Context: Drinks Industry Supplanting Government Role in Alcohol Policies in Sub-Saharan Africa', *Addiction*, 105(1), 2008: 22-28.

- BØÅS, M., and HATLØY, A.
Alcohol and Drug Consumption in Post War Sierra Leone – an Exploration. Fafo report 496. Oslo: Fafo 2005.
- BØÅS, M., HATLØY, A., and BJØRKHAUG, I.
 'Alcohol and drugs in post-war Sierra Leone', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 7(1), 2008: 42-53.
- BODEWES, C.
 'Chang'aa Drinking in Kibera Slum: The Harmful Effects of Contemporary Changes in the Production and Consumption of Traditional Spirits', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 9(1), 2010: 49-58.
- BRADLOW, E.
 'Drunkenness at the Cape of Good Hope in the 1870s: A Case Study of a Colonial Ruling Class and its Philosophy', *Kleio*, 30, 1998: 11-27.
- BROOKE, D. W.
 'Environmental Stressors, Low Well-Being, Smoking and Alcohol Use Among South African Adolescents', *Social Science and Medicine*, 72(9): 2011: 1, 447-1, 453.
- BRYCESON, D. F. (ed.)
Alcohol in Africa: Mixing Business, Pleasure and Politics. Portsmouth NH: Heinemann/Oxford: James Currey, 2002.
- BRYCESON, D. F.
 'Alcohol in Africa: Substance, Stimulus and Society', in D. F. Bryceson, ed. *Alcohol in Africa: Mixing Business, Pleasure and Politics*. Portsmouth NH: Heinemann/Oxford: James Currey, 2002: 3-22.
- BRYCESON, D. F.
 'Changing Modalities of Alcohol Usage', in D. F. Bryceson, ed. *Alcohol in Africa: Mixing Business, Pleasure and Politics*. Portsmouth NH: Heinemann/Oxford: James Currey, 2002: 23-52.
- BRYCESON, D. F.
 'Pleasure and Pain: The Ambiguity of Alcohol in Africa', in D. F. Bryceson, ed. *Alcohol in Africa: Mixing Business, Pleasure and Politics*. Portsmouth NH: Heinemann/Oxford: James Currey, 2002: 267-291.
- CHOMA, S., ALBERTS, M., and URDAL, P.
 'Effect of Traditional Beer Consumption on the Iron Status of a Rural South African Population', *South African Journal of Clinical Nutrition*, 20(2), 2007: 62-68.
- CLAUSEN, T., CHARLTON, K. E., and HOLMBOE-OTTESEN, G.
 'Nutritional Status, Tobacco Use and Alcohol Consumption of Older Persons in Botswana', *Journal of Nutrition, Health and Aging*, 10(20), 2006: 104-110.
- COBLEY, A. G.
 'Liquor and Leadership: Temperance, Drunkenness and the African Petty Bourgeoisie in South Africa', *South African Historical Journal*, 31, 1994: 128-148.
- COLDIRON, M. E., STEPHENSON, R., CHOMBA, E., VWALIKA, C., KARITA, E., KAYITENKORE, K., TICHACEK, A., ISANHART, L., ALLEN, S., and HAWORTH, A.
 'The Relationship between Alcohol Consumption and Unprotected Sex Among Known HIV-Discordant Couples in Rwanda and Zambia', *AIDS and Behavior*, 12(4), 2008: 604.

- COURTOIS, R., EL-HAGE, W., MOUSSIESSE, T., and MULLET, E.
'Prevalence of Alcohol, Drug Use and Psychoactive Substance Consumption in Sample of French and Congolese High School Students', *Tropical Doctor*, 34(1), 2004: 15-17.
- CROXFORD, J., and VILJOEN, D.
'Alcohol Consumption by Pregnant Women in the Western Cape', *South African Medical Journal*, 89(9), 1999: 962-965.
- CURTO, J. C.
'Vinho verso Cachaça: A Luta Luso-Brasileira pelo Comércio do Alcool e de Escravos em Luanda, 1648-1703', in S. Pantoja and J. F. S. Saraiva, eds. *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999: 69-97.
- CURTO, J. C.
'Luso-Brazilian Alcohol and the Legal Slave Trade at Benguela and its Hinterland, c. 1617-1830', in H. Bonin and M. Cahen, eds. *Le Grand Commerce en Afrique Noire, du 18e Siècle à Nos Jours*. Paris: Éditions de la Société Française D'Histoire D'Outre-Mer, 2001: 351-369.
- CURTO, J. C.
Enslaving Spirits: The Portuguese-Brazilian Alcohol Trade at Luanda and its Hinterland, c. 1550-1830. Leiden/Boston: Brill, 2004.
- CURTO, J. C.
'Alcohol in the Context of the Atlantic Slave Trade: The Case of Benguela and its Hinterland (Angola)', *Cahiers d'études africaines*, LI(1), 2011: 51-85.
- DIDUK, S.
'European Alcohol, History, and the State in Cameroon', *African Studies Review*, 36(1), 1993: 1-42.
- DIMAH, A. and GIRE, J. T.
'The Health and Economic Consequences of Alcohol Use in Central Nigeria', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 3(1/2), 2004: 44-53.
- DOBLER, G.
'From Scotch Whisky to Chinese Sneakers: International Commodity Flows and Trade Networks in Oshikango, Namibia', *Africa*, 78(3): 410-432.
- DOBLER, G.
'Licence to Drink: Between Liberation and Inebriation in Northern Namibia', in Steven Van Wolputte and Mattia Fumanti, eds. *Beer in Africa: Drinking Spaces, States and Selves*. Berlin: LIT Verlag, 2010: 167-191.
- DOUKI, W., BEN AMOR, A., HOLES, M., and NANJJAR, M. F.
'Alcoholism Prevalence in Students in Tanzania', *International Journal of Neuropsychopharmacology*, 7(1), supplement, 2004: S308.
- FEKADU, A., ALEM, A., and HANLON, C.
'The Status of Alcohol and Drug Abuse in Ethiopia, Past, Present and Future', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 6, 2007: 39-53.
- FISHER, J. C., BANG, H., and KAPIGA, S. H.
'The Association between HIV Infection and Alcohol Use: A Systematic Review and Meta-analysis of African Studies', *Sexually Transmitted Diseases*, 34(11), 2007: 856-863.

- FISHER, J. C., COOK, P. A., SAM, N. E., KAPIGA, S. H.
'Patterns of Alcohol Use, Problem Drinking, and HIV Infection among High-risk African Women', *Sexually Transmitted Diseases*, 35(6), 2008: 537-544.
- FUMANTI, M.
'"I Like My Windhoek Lager": Beer Consumption and the Making of Men in Namibia', in Steven Van Wolputte and Mattia Fumanti, eds. *Beer in Africa: Drinking Spaces, States and Selves*. Berlin: LIT Verlag, 2010: 257-274.
- GEWALD, J. B.
'Diluting Drinks and Deepening Discontent: Colonial Liquor Controls and Public Discontent in Windhoek, Namibia', in D. F. Bryceson, ed. *Alcohol in Africa: Mixing Business, Pleasure and Politics*. Portsmouth NH: Heinemann/Oxford: James Currey, 2002: 117-138.
- GIRE, J. T.
'A Cross-national Study of Motives for Drinking Alcohol [US and Nigeria]', *Substance Use and Misuse*, 37(2), 2002: 215-223.
- GLAZER, I.
'Alcohol and Politics in Urban Zambia: The Intersection of Gender and Class', in G. Mikell, ed. *African Feminism: The Politics of Survival in Sub-Saharan Africa*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997: 142-158.
- GORDON, D.
'From Rituals of Rapture to Dependence: The Political Economy of Khoikhoi Narcotic Consumption, c. 1487-1870', *South African Historical Journal*, 35, 1996: 62-88.
- GREEN, M.
'Trading on Inequality: Gender and the Drinks Trade in Southern Tanzania', *Africa*, 69(3), 1999: 404-425.
- GROUND, M., KOCH, S., and VAN WYK, D.
'South African household expenditure patterns: alcohol products in 1995 and 2000', *Acta Academica* 40(1), 2008: 127-160.
- GRUNDLINGH, A.
'Boers, Bantu and Beer in South Africa: The King's Afrikaners? Enlistment and Ethnic Identity in the Union of South Africa's Defence Force During the Second World War, 1939-45', *Journal of African History* 40(3), 1999: 351-366.
- GUREJE, O.
'Country profile on alcohol in Nigeria', in L. Riley and M. Marshall, eds. *Alcohol and Public Health in Eight Developing Countries*. Geneva: World Health Organization, 1999: 95-113.
- GUREJE, O.
'Alcohol Problems and Responses: Challenges for Africa', *Journal of Substance Use*, 5(1), 2000: 56-61.
- HAWORTH, A.
'Local Alcohol Issues in Zambia', in A. Haworth and R. Simpson, eds. *Moonshine Markets: Issues in Unrecorded Alcohol Beverage Production and Consumption*. London: Routledge, 2003: 41-66.
- HEAP, S.
'Before "Star": The Import Substitution of Western Style Alcohol in Nigeria, 1870-1970', *African Economic History*, 24, 1996: 69-89.

- HEAP, S.
 “We Think Prohibition is a Farce”: Drinking in the Alcohol-Prohibited Zone of Colonial Northern Nigeria’, *The International Journal of African Historical Studies*, 31(1), 1998: 23-51.
- HEAP, S.
 ‘The Quality of Liquor in Colonial Nigeria’, *Itinerario: European Journal of Overseas History*, 23(2), 1999: 29-47.
- HEAP, S.
 ‘Transport and Liquor in Colonial Nigeria’, *Journal of Transport History*, 21(1), 2000: 28-53.
- HEAP, S.
 ‘Living on the Proceeds of a Grog Shop: Liquor Revenue in Nigeria’, in D. F. Bryceson, ed. *Alcohol in Africa: Mixing Business, Pleasure and Politics*. Portsmouth NH: Heinemann/Oxford: James Currey, 2002: 139-159.
- HEAP, S.
 “A Bottle of Gin is Dangled before the Nose of the Natives”: The Economic Uses of Imported Liquor in Southern Nigeria, 1860-1920’, *African Economic History*, 2005: 69-85.
- HEAP, S.
 “Those That are Cooking the Gins”: The Business of Oogoro in Nigeria’, *Contemporary Drug Problems*, 35(4), 2008: 573-610.
- HEAP, S.
 “A Bottle of Gin is Dangled Before the Nose of the Natives”: Imported Liquor as Money in Southern Nigeria in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries’, in Catherine Eagleton, Harcourt Fuller and John Perkins, eds. *Money in Africa*. London: British Museum Research Publications, 2009: 30-37.
- HEAP, S.
 ‘Beer in Nigeria: A Social Brew with an Economic Head’, in Steven Van Wolputte and Mattia Fumanti, eds. *Beer in Africa: Drinking Spaces, States and Selves*. Berlin: LIT Verlag, 2010: 109-129.
- HEAP, S.
 ‘Liquor Licences and Spirit Boycotts: The Struggle to Control Liquor in Ibadan and Abeokuta, Southern Nigeria, 1908-09’, *Social History of Alcohol and Drugs: An Interdisciplinary Studies Journal, special issue*, 25, 2011: 107-29.
- HELMFRID, S.
 ‘Thirsty Men and Thrifty Women: Gender, Power, and Agency in the Rural Beer Trade in Burkina Faso’, in Steven Van Wolputte and Mattia Fumanti, eds. *Beer in Africa: Drinking Spaces, States and Selves*. Berlin: LIT Verlag, 2010: 195-222.
- IVES, R.
 ‘Tackling Alcohol in Australian and South African Communities’, *Drugs: Education, Prevention and Policy*, 13(5), 2006: 481-482.
- JACKSON, D. J., BATISTE, E., and RENDELL-MKOSI, K.
 ‘Effect of Smoking and Alcohol Use During Pregnancy on the Occurrence of Low Birthweight in a Farming Region in South Africa’, *Paediatric and Perinatal Epidemiology*, 21(5), 2007: 432-440.
- JERNIGAN, D., and OBOT, I. S.
 ‘Thirsting for the African market’, *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 5(1), 2006: 57-70.

- JESPERSEN, L.
African Fermented Foods: Role of Yeasts. Wageningen: Wageningen Academic Publishers, 2005.
- KALICHMAN, S. C., SIMBAYI, L. C., KAUFMAN, M., CAIN, D. and JOOSTE, S.
 ‘Alcohol Use and Sexual Risks for HIV/AIDS in Sub-Saharan Africa: Systematic Review of Empirical Findings’, *Prevention Science*, 8(2), 2007: 141-151.
- KALICHMAN, S. C., SIMBAYI, L. C., JOOSTE, S., CAIN, D. and CHERRY, C.
 ‘Sensation Seeking, Alcohol Use, and Sexual Behaviors among Sexually Transmitted Infection Clinic Patients in Cape Town, South Africa’, *Psychology of Addictive Behaviors*, 20(3), 2006: 298-304.
- KALICHMAN, S. C., SIMBAYI, L. C., JOOSTE, S. and CAIN, D.
 ‘Frequency, Quantity, and Contextual Use of Alcohol among Sexually Transmitted Infection Clinic Patients in Cape Town, South Africa’, *American Journal of Drug and Alcohol*, 33(5), 2007: 687-698.
- KALICHMAN, S. C., SIMBAYI, L. C., CAIN, D., and JOOSTE, S.
 ‘Alcohol Expectancies and Risky Drinking among Men and Women at High-risk for HIV Infection in Cape Town, South Africa’, *Addictive Behaviors*, 32(10), 2007: 2, 304-2, 310.
- KALICHMAN, S. C., SIMBAYI, L. C., VERMAAK, R., CAIN, D., JOOSTE, S., and PELTZER, K.
 ‘HIV/AIDS Risk Reduction Counseling for Alcohol Using Sexually Transmitted Infections Clinic Patients in Cape Town, South Africa’, *Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes*, 44(5), 2007: 594-600.
- KALICHMAN, S. C., SIMBAYI, L. C., VERMAAK, R., JOOSTE, S. and CAIN, D.
 ‘HIV/AIDS Risks among Men and Women who Drink at Informal Alcohol Serving Establishments (Shebeens) in Cape Town, South Africa’, *Prevention Science*, 9(1), 2008: 55-62.
- KEBEDE, D., ALEM, A., MITIKE, G., ENQUSELASSIE, F., BERHANE, F., ABEBE, Y., AYELE, R., LEMMA, W., ASSEFA, T., and GEBREMICHAEL, T.
 ‘Khat and Alcohol Abuse and Risky Sex Behaviour among In-school and Out-of-school Youth in Ethiopia’, *BMC Public Health*, 5, 2005: 109; available from <www.biomedcentral.com/1471-2458-5-109>.
- KILONZO, G. P., HOGAN, N. M., MBWAMBO, J. K., MAMUYA, B. and KILONZO, K.
 ‘Pilot Study on Patterns of Consumption of Nonindustrial Alcohol Beverages in Selected Sites, Dar es Salaam, Tanzania’, in A. Haworth and R. Simpson, eds. *Moonshine Markets: Issues in Unrecorded Alcohol Beverage Production and Consumption*. London: Routledge, 2003: 67-86.
- KODITUWAKKU, P. W., ADNAMS, C. M., HAY, A., KITCHING, A. E., BURGER, E., KALBERG, W. O., and VILJOEN, D. L.
 ‘Letter and Category Fluency in Children with Fetal Alcohol Syndrome from a Community in South Africa’, *Journal of Studies on Alcohol*, 67(4), 2006: 502-509.
- KOOPMAN, F. A., PARRY, C. D. H., MYERS, B., and REAGON, G.
 ‘Addressing Alcoholism Problems in Primary Care Settings: A Study of General Medical Practitioners in Cape Town, South Africa’, *Scandinavian Journal of Public Health*, 36(3), 2008: 298-302.

- KORIEH, C. J.
'Alcohol and Empire: "Illicit" Gin Prohibition and Control in Colonial Eastern Nigeria', *African Economic History*, 31, 2003: 111-134.
- KRIGE, D.
'Inequality and Class Through the Drinking Glass: An Ethnography of Men and Beer Consumption in Contemporary Soweto', in Steven Van Wolputte and Mattia Fumanti, eds. *Beer in Africa: Drinking Spaces, States and Selves*. Berlin: LIT Verlag, 2010: 223-255.
- LANE, T., SHADE, S. B., MCINTYRE, J., and MORIN, S. F.
'Alcohol and Sexual Risk Behavior among Men who have Sex with Men in South African Township Communities', *AIDS and Behavior*, 12 (supplement 1), 2008: S78-S85.
- LASISI, R. O.
'Liquor Traffic in Africa under the League of Nations, 1919-1945: French Togo as an Example', *Nordic Journal of African Studies*, 5(1), 1996: 11-24.
- LENTZ, C.
'Alcohol Consumption between Community Ritual and Political Economy: Case Studies from Ecuador and Ghana', in C. Lentz, ed. *Changing Food Habits: Case Studies from Africa, South America and Europe*. Amsterdam: Harwood Academic Publishers. London: Routledge, 1999: 155-179.
- LEWIS, J. J. C., GARNETT, G. P., MHLANGA, S., NYAMUKAPA, C. A., DONNELLY, C. A. and GREGSON, S.
'Beer Halls as a Focus for HIV Prevention Activities in Rural Zimbabwe', *Sexually Transmitted Diseases*, 32(6), 2005: 364-369.
- LONDON, L.
'The "Dop" System, Alcohol Abuse and Social Control amongst Farm Workers in South Africa: A Public Health Challenge', *Social Science and Medicine*, 48(10) 1999: 1, 407-1, 414.
- LONDON, L.
'Alcohol Consumption amongst South African Farm Workers: A Challenge for Post-Apartheid Health Sector Transformation', *Drug and Alcohol Dependence*, 59(2), 2000: 199-206.
- LUPTON, M. L.
'Is the Foetal Alcohol Syndrome Child Protected by South African Law?', *Medicine and Law*, 13(1-2), 1994: 79-94.
- LUNING, S.
'To Drink or Not to Drink: Beer-brewing, Rituals and Religious Conversion in Maane, Burkina Faso', in D. F. Bryceson, ed. *Alcohol in Africa: Mixing Business, Pleasure and Politics*. Portsmouth NH: Heinemann/Oxford: James Currey, 2002: 231-248.
- MACINTYRE, K., and BLOSS, E.
'Alcohol brewing and the African tuberculosis epidemic', *Medical Anthropology*, 30(2), 2011: 126-135.
- MADU, S. N., and MATIA, M. Q.
'Illicit Drug Use, Cigarette Smoking and Alcohol Drinking Behaviour among a Sample of High School Adolescents in the Pietersburg Area of the Northern Province, South Africa', *Journal of Adolescence*, 26(1), 2003: 121-136.

- MAGER, A.
'The First Decade of "European Beer" in Apartheid South Africa: The State, the Brewers and the Drinking Public, 1962-72', *Journal of African History*, 40(3), 1999: 367-388.
- MAGER, A.
'"White Liquor Hits Black Livers": Meanings of Excessive Liquor Consumption in South Africa in the Second Half of the Twentieth Century', *Social Science and Medicine*, 59(4), 2004: 735-751.
- MAGER, A.
'"One Beer, One Goal, One Nation, One Soul": South African Breweries, Heritage, Masculinity and Nationalism, 1960-1999', *Past and Present*, 188(1), 2005: 163-194.
- MAGER, A.
Beer, Sociability, and Masculinity in South Africa. Bloomington: Indiana University Press, 2010.
- MALOKA, T.
'Khomol Lia Oela: Canteens, Brothels and Labour Migrancy in Colonial Lesotho, 1900-40', *Journal of African History*, 38(1), 1997: 101-122.
- MAMMAN, L. S., BRIEGER, W. R., and OSHINAME, F. O.
'Alcohol Consumption Pattern among Women in a Rural Yoruba Community in Nigeria', *Substance Use and Misuse*, 37(5-7), 2002: 579-597.
- MARTENS, J. C. 'Conflicting views of "Coloured" people in the South African Liquor Bill debate of 1928', *Canadian Journal of African Studies*, 35(2), 2001: 313-338.
- MARTINES, P., ANDIA, I., EMENYONU, N., HAHN, J. A., HAUFF, E., PEPPER, L., and BANGSBERG, D. R.
'Alcohol Use, Depressive Symptoms and the Receipt of Antiretroviral Therapy in South-west Uganda', *AIDS and Behavior*, 12(4), 2008: 605-612.
- MATSHA, T., BRICK, L., VAN RENSBURG, S., HON, D., LOMBARD, C., ERASMUS, R.
'Traditional Home-brewed Beer Consumption and Iron Status in Patients with Esophageal Cancer and Healthy Control Subjects from Transkei, South Africa', *Nutrition and Cancer - An International Journal*, 56(1), 2006: 67-73.
- MAULA, J.
Small-Scale Production of Food and Traditional Alcoholic Beverages in Benin and Tanzania: Implications for the Promotion of Female Entrepreneurship. Helsinki: the Finnish Foundation for Alcohol Studies, 1997.
- MAY, P. A., BROOKE, L., GOSSAGE, J. P., CROXFORD, J., ADNAMS, C., JONES, K. L., ROBINSON, L. and VILJOEN, D.
'Epidemiology of Fetal Alcohol Syndrome in a South African Community in the Western Cape Province', *American Journal of Public Health*, 90(12), 2000: 1, 905-1, 912.
- MAY, P. A., GOSSAGE, J. P., BROOKE, L. E., SNELL, C. L., MARAIS, A-S., HENDRICKS, L. S., CROXFORD, J. A., and VILJOEN, D. L.
'Maternal Risk Factors for Fetal Alcohol Syndrome in the Western Cape Province of Africa: A Population-based Study', *American Journal of Public Health*, 95(7), 2005: 1, 190-1, 199.

- MAY, P. A., GOSSAGE, J. P., MARAIS, A-S., ADNAMS, C. M., HOYME, H. E., JONES, K. L., ROBINSON, L. K., KHAOLE, N. C. O., SNELL, C., KALBERG, W. O., HENDRICKS, L., BROOKE, L., STELLAVATO, C., and VILJOEN, D. L.
 'The Epidemiology of Fetal Alcohol Syndrome and Partial FAS in a South African Community', *Drug and Alcohol Dependence*, 88(2-3), 2007: 259-271.
- MAY, P. A., GOSSAGE, J. P., MARAIS, A-S., HENDRICKS, L. S., SNELL, C. L., TABACHNICK, B. G., STELLAVATO, C., BUCKLEY, D. G., BROOKE, L. E., and VILJOEN, D. L.
 'Maternal Risk Factors for Fetal Alcohol Syndrome and Partial Fetal Alcohol Syndrome in South Africa: A Third Study', *Alcoholism: Clinical and Experimental Research*, 32(5), 2008: 738-753.
- MCALLISTER, P.
 'Indigenous Beer in Southern Africa: Functions and Fluctuations', *African Studies*, 52(1), 1993: 71-88.
- MCALLISTER, P. A.
Building the Homestead: Agriculture, Labour and Beer in South Africa's Transkei. Aldershot/Leiden: Ashgate, 2001.
- MCALLISTER, P. A.
 'Labour and Beer in Africa: Xhosa Work Parties', in P. Ahluwalia, ed. *African Identities: Contemporary Political and Social Challenges*. Aldershot: Ashgate, 2002: 121-162.
- MCALLISTER, P. A.
 'Culture, Practice and the Semantics of Xhosa Beer Drinking', *Ethnology*, 42(3), 2003: 187-207.
- MCALLISTER, P. A.
Xhosa Beer Drinking Rituals: Power, Practice and Performance in the South African Rural Periphery. Durham, NC: Carolina Academic Press, 2005.
- MCALLISTER, P.
 'Ubuntu and the Morality of Xhosa Beer Drinking – A Critical Appraisal', in Steven Van Wolputte and Mattia Fumanti, eds. *Beer in Africa: Drinking Spaces, States and Selves*. Berlin: LIT Verlag, 2010: 53-77.
- MCCASKIE, T.
 'The Consuming Passions of Kwame Boakye: An Essay in Agency and Identity', *Journal of African Cultural Studies*, 13, 2000: 43-62.
- MEEL, B. L.
 'Alcohol-related Traumatic Deaths in Transkei Region, South Africa', *Medico-Legal Update*, 5(4), 2005: 135-141.
- MEEL, B. L.
 'Alcohol-related Traumatic Deaths in Transkei Region, South Africa', *Medico-Legal Update*, 6(1), 2006: 17-21.
- MENNELLA, A.
 'History and Production of Beer in Africa', *Industrie delle bevande* 40(231), 2011: 18-27.
- MICHALAK, L., AND TROCKI, K.
 'Comments on Sureveying Alcohol in Africa', *Addiction*, 104(7), 2009: 1, 115-1, 156-33
- MIDTHUN, I.
The Promise of Youth – Concerning the Alcohol Industry and the Targeting of Young People in Developing Countries. Gjøvik: FORUT, 2006.

- MITSUNAGA, T., and LARSEN, U.
 'Prevalence of and Risk Factors Associated with Alcohol Abuse in Moshi, Northern Tanzania', *Journal of Biosocial Science*, 40(3), 2008: 379-399.
- MOROJELE, N.K., PARRY, C., ZIERVOGEL, C., and ROBERTSON, B.
 'Adolescent Alcohol Misuse: Correlates and Implications', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 1(2), 2002: 110-124.
- MOROJELE, N. K., KACHIENG'A, M. A., NKOKO, M. A., MOSHIA, K. M., MOKOKO, E., PARRY, C. D. H., NKOWANE, A. M., and SAXENA, S.
 'Perceived Effects of Alcohol Use on Sexual Encounters among Adults in South Africa', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 3(1/2), 2005: 1-20.
- MOROJELE, N. K., KACHIENG'A, M. A., MOKOKO, E., NKOKO, M. A., PARRY, C. D. H., NKOWANE, A. M., MOSHIA, K. M., and SAXENA, S.
 'Alcohol Use and Sexual Behaviour among Risky Drinkers and Bar and Shebeen Patrons in Gauteng Province, South Africa', *Social Science and Medicine*, 62(1), 2006: 217-227.
- MOROJELE, N., PARRY, C., AGOSSOU, T., POZNYAK, V., OBOT, I., ODEJIDE, O., and KOUMARE, B.
 'Report of the First Pan African Consultation on Alcohol Policy and its Significance to the Region', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 5(2), 2006: 186-191.
- MOROJELE, N.K. et al.
 'South African Health Care Providers' Recognition of the Links Between Alcohol and Hiv in their Daily Practice: A Pilot Study', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 9(1), 2010: 1-14.
- MORRIS, C. N., LEVINE, B., GOODRIDGE, G., LUO, N., AND ASHLEY, J.
 'Three-country Assessment of Alcohol-HIV Related Policy and Programmatic Responses in Africa', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 5(2), 2006: 170-184.
- MOSHA, D., WANGABO, J., and MHINZI, G.
 'African Traditional Brews: How Safe are They?', *Food Chemistry*, 57(2), 1996: 205-209.
- MUSTONEN, H.
 'Relationships of drinking behaviour, gender, and age with self-reported alcohol-related problems in Namibia', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 6(2), 2007: 75-88.
- MUTISYA, D., and WILLIS, J.
 'Budget drinking: alcohol consumption in two Kenyan towns', *Journal of Eastern African Studies*, 3, 2009: 55-73.
- MYERS, B., LOUW, J., and FAKIER, N.
 'Alcohol and Drug Abuse: Removing Structural Barriers to Treatment for Historically Disadvantaged Communities in Cape Town', *International Journal of Social Welfare*, 17(2), 2008: 156-165.
- NELSON, N.
 'How Women and Men Got By and Still Get By (Only Not So Well): The Gender Division of Labour in a Nairobi Shanty-Town', in J. Gugler, ed. *Cities in the Developing World: Issues, Theory and Policy*. Oxford: Oxford University Press, 1997: 156-170.
- NEPEMBE, N. M.
Report of a Survey: Alcohol Use and Abuse in Namibia. Windhoek: Council of Churches in Namibia, 1991.

- NUGENT, P.
'Do Nations Have Stomachs? Food, Drink and Imagined Community in Africa', *Africa Spectrum*, 45(3), 2010: 87-113.
- NUGENT, P.
'The Temperance Movement and Wine Farmers at the Cape: Collective Action, Racial Discourse, and Legislative Reform, c. 1890-1965', *Journal of African History*, 52(3), 2011: 341-63.
- OBOT, I. S.
Drinking Behaviour and Attitudes in Nigeria: A General Population Survey of the Middlebelt Region. Jos: Centre for Development Studies, University of Jos, 1993.
- OBOT, I. S.
'The Epidemiology of Tobacco and Alcohol Abuse in Nigeria' in I. S. Obot, eds. *Epidemiology and Control of Substance Abuse in Nigeria*. Jos: Centre for Research and Information on Substance Abuse (CRISA), University of Jos, 1993: 67-87.
- OBOT, I. S.
Drugs and the Nigerian Society: A Comprehensive Annotated Bibliography. Jos: CRISA, University of Jos, 1996.
- OBOT, I. S.
'The Measurement of Drinking Patterns and Alcohol Problems in Nigeria', *Journal of Substance Abuse*, 12, 2000: 169-181.
- OBOT, I. S.
'Household Survey of Alcohol Use in Nigeria', in R. Room, A. Demers, and C. Bourgauff, eds. *Surveys of Drinking Patterns and Problems in Seven Developing Countries*. Geneva: World Health Organization, 2001: 63-77.
- OBOT, I. S.
'Alcohol Use and Related Problems in Sub-Saharan Africa', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 5(1), 2006: 17-26.
- OBOT, I. S.
'Nigeria: Alcohol and Society Today', *Addiction*, 102(4), 2007: 519-522.
- OBOT, I. S., BENEGAL, V., HETTIGE, S., IBANGA, A. K., and TUMWESIGYE, N. M.
'Gender, Alcohol Consumption and Drinking Problems in Four Low- and Middle-income Countries [Nigeria and Uganda]', *Alcoholism – Clinical and Experimental Research*, 30(9), supplement, 2006: 83A.
- OBOT, I. S., IBANGA, A. K., OJJI, O. O., and WAI, P.
'Drug and Alcohol Consumption by Out-of-school Nigerian Adolescents', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 1(2), 2001: 98-109.
- OBOT, I. S., and OBOT, T. I.
'Alcohol and Domestic Violence: An Analysis of Court Records', *Nigerian Journal of Basic and Applied Psychology*, 4(1/2), 1995: 65-72.
- O'CONNOR, M. J. et al
'Predictors of Alcohol Use Prior to Pregnancy Recognition Among Township Women in Cape Town, South Africa', *Social Science and Medicine*, 72(1), 2011: 83-90.
- ODEJIDE, O. A.
'Alcohol Policies in Africa', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 5(1), 2006: 27-40.
- ODUOLA, T., ADEOSUN, O. G., ODUOLA, T. A., AGBAJE, N. R., and RAHEEM, Z. A.
'Drinking Patterns: Biochemical and Haematological Findings in Alcohol Consumers in Ile-Ife, Nigeria', *African Journal of Biotechnology*, 4(11), 2005: 1, 304-1, 308.
- OJJI, O. O., DAGONA, Z. K., and TAMEN, F. I.
'Women, Children and Alcohol: A Study of Local Brewers in Jos, Nigeria', in I. S. Obot, ed. *Epidemiology and Control of Substance Abuse in Nigeria*. Jos, Nigeria: Centre for Research and Information on Substance Abuse (CRISA), 1993: 95-100.
- OLOKOJU, A.
'Prohibition and Paternalism: The State and the Clandestine Liquor Traffic in Northern Nigeria, c. 1898-1918', *The International Journal of African Historical Studies*, 24(2), 1991: 349-368.
- OLUKOJU, A.
'Race and Access to Liquor: Prohibition as Colonial Policy in Northern Nigeria, 1919-1945', *Journal of Imperial and Commonwealth History*, 24(2), 1996: 218-243.
- OLUKOJU, A.
'Rotgut and Revenue: Fiscal Aspects of the Liquor Trade in Southern Nigeria, 1890-1919', *Itinerario: European Journal of Overseas History*, 21(2), 1997: 66-81.
- ONYA, E. H.
'A Qualitative Study of Home-brewed Alcohol Use among Adolescents in Mankweng District, Limpopo Province, South Africa', in S. N. Madu and S. Govender, eds. *Mental Health and Psychotherapy in Africa*. Sovenga: UL Press of the University of Limpopo, 291-307.
- ONYA, H., and FLISHER, A.
'Home Brewed Alcohol Use among High School Students in a Rural South African Community', *Journal of Psychology in Africa*, 16(1), 2006: 65-75.
- PAN, L., and OBOT, I. S.
'Review of Alcohol in Colonial Africa', *Addiction*, 102(10), 2007: 1, 676-1, 677.
- PARRY, C. D. H.
'A Review of Policy-relevant Strategies and Interventions to Address the Burden of Alcohol on Individuals and Society in South Africa', *South African Psychiatry Review*, 8(1), 2005: 20-24.
- PARRY, C. D. H.
'South Africa: Alcohol Today', *Addiction*, 100(4), 2005: 426-429.
- PARRY, C. and DEWING, S.
'A Public Health Approach to Addressing Alcohol-related Crime in South Africa', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 5(1), 2006: 41-56.
- PARRY, C., TIBBS, J., VAN DER SPUY, J. and CUMMINS, G.
'Alcohol Attributable Fractions for Trauma in South Africa', *Curationis*, 19(1), 1996: 2-5.
- PARRY, C. L. D. H., PLÜDDEMANN, A., STEYN, K., BRADSHAW, D., NORMAN, R., and LAUBSCHER, R.
'Alcohol Use in South Africa: Findings from the First Demographic and Health Survey (1998)', *Journal of Studies on Alcohol*, 66(1), 2005: 91-97.
- PARRY C. D. H., BHANA, A., MYERS, B., PLÜDDEMANN, A., FLISHER, A. J., PEDEN, M., and MOROJELE, N. K.
'Alcohol Use in South Africa: Findings from the South African Community Epidemiology Network on Drug Use (SACENDU) Project', *Journal of Studies on Alcohol*, 63(4), 2002: 430-435.

- PARRY, C. D., MYERS, B., MOROJELE, N. K., FLISHER, A. J., BHANA, A., DONSON, H., and PLÜDDEMANN, A.
 'Trends in Adolescent Alcohol and Other Drug Use: Findings from Three Sentinel Sites in South Africa (1997-2001)', *Journal of Adolescence*, 27(4), 2004: 429-440.
- PARRY, C. D. H.
 'South Africa: Alcohol Study', *Addiction*, 100(4), 2005: 426-429.
- PARRY, C. D. H.
 'Alcohol Policy in South Africa: A Review of Political Development Processes Between 1994 and 2009', *Addiction*, 105(8), 2010: 1, 340-1, 345.
- PELTZER, K.
 'Depressive Symptoms in Relation to Alcohol and Tobacco Use in South African University Students', *Psychological Reports*, 92(3pt2), 2003: 1, 097-1, 098.
- PELTZER, K.
 'Prevalence of Alcohol Use by Rural Primary Care Outpatients in South Africa', *Psychological Reports*, 99(1), 2006: 176-178.
- PELTZER, K., and RAMLAGAN, S.
 'Alcohol Use Trends in South Africa', *Journal of Social Science*, 18(1), 2009: 1-12.
- PELTZER, K., MATSEKE, G., and AZWIKANGWISI, M.
 'Evaluation of Alcohol Screening and Brief Intervention in Routine Practice of Primary Care Nurses in Vhembe District, South Africa', *Croatian Medical Journal*, 49(3), 2008: 392-401.
- PELTZER, K., SEOKA, P., and MASHEGO, T. A.
 'Prevalence of Alcohol Use in a Rural South African Community', *Psychological Reports*, 95(2), 2004: 705-706.
- PELTZER, K., SEOKA, P., BABOR, T., and OBOT, I.
 'Training Primary Care Nurses to Conduct Alcohol Screening and Brief Interventions in South Africa', *Curationis*, 29(2), 2006: 16-21.
- PIETILA, T.
 'Drinking Mothers Feeding Children: Market Women and Gender Politics in Kilimanjaro, Tanzania', in D. F. Bryceson, ed. *Alcohol in Africa: Mixing Business, Pleasure and Politics*. Portsmouth NH: Heinemann/Oxford: James Currey, 2002: 197-212.
- PITSO, J.M.N.
 'Field tales of hazardous home brewed alcoholic beverages: the case of Selebi Phikwe, Botswana', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 6(2), 2007: 89-103.
- PLÜDDEMANN, A., PARRY, C., DONSON, H., and SUKHAI, A.
 'Alcohol Use and Trauma in Cape Town, Durban and Port Elizabeth, South Africa, 1999-2001', *Injury Control and Safety Promotion*, 11(4), 2004: 265-267.
- PRETORIUS, L., NAIDOO, A., and REDDY, S.P.
 "'Kitchen Cupboard Drinking": A Review of South African Women's Secretive Alcohol Addiction, Treatment History, and Barriers to Accessing Treatment', *Social Work in Public Health*, 24(1-2), 2009: 89-99.
- RATAEMANE, S., and RATAEMANE, L.
 'Alcohol in South Africa', *International Journal of Drug Policy*, 17(4), 2006: 373-375.
- REDVERS, A., APPIAH-POKU, J., and LAUGHARNE, R.
 'Alcohol Misuse in Psychiatric Outpatients in Ghana', *Primary Care and Community Psychiatry*, 11(4), 2006: 179-183.

- REESE, T. M.
 'Liberty, Insolence and Rum: Cape Coast and the American Revolution', *Itinerario: International Journal on the History of European Expansion and Global Interaction* 28, 2004: 18-37.
- ROBERTS, J.
 'Michael Power and Guinness Masculinity in Africa', in Steven Van Wolputte and Mattia Fumanti, eds. *Beer in Africa: Drinking Spaces, States and Selves*. Berlin: LIT Verlag, 2010: 29-52.
- ROERECKE, M. et. al.
 'Volume of alcohol consumption, patterns of drinking and burden of disease in sub-Saharan Africa, 2002', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 7(1), 2008: 1-16.
- RÖSCHENTHALER, U.
 'The Social Life of White Man Mimbo, and Ancestral Consumption of Bottled Beer in South-West Cameroon', in Steven Van Wolputte and Mattia Fumanti, eds. *Beer in Africa: Drinking Spaces, States and Selves*. Berlin: LIT Verlag, 2010: 131-165.
- SCHLER, L.
 'Looking Through a Glass of Beer: Alcohol in the Cultural Spaces of Colonial Douala, 1910-1945', *The International Journal of African Historical Studies*, 35(2-3), 2002: 315-334.
- SCHNEIDER, M., NORMAN, R., PARRY, C., BRADSHAW, D., and PLUDDERMANN, A.
 'Estimating the Burden of Disease Attributable to Alcohol Use in South Africa in 2000', *South African Medical Journal*, 97(8), 2007: 664-672.
- SHAW, M.
 'The Violence of Alcohol: Crime in Northern Cape', *Crime and Conflict*, 9, Winter 1997: 6-10.
- SIFUNDA, S., REDDY, P. S., BRAITHWAITE, R. B., STEPHENS, T., BHENGU, S., RUITER, R. A. C., and VAN DEN BORNE, B. H. W.
 'The Relationship between Alcohol and Drug Use and Sexual Behaviour amongst Prison Inmates in Developing Countries: The Case of South Africa', *International Journal of Prisoner Health*, 3(1), 2007: 3-15.
- SIISKONEN, H.
 'Namibia and the Heritage of Colonial Alcohol Policy', *Nordic Journal of African Studies*, 3(1), 1994: 77-87.
- SIMBAYI, L. C., MWABA, K. and KALICHMAN, S. C.
 'Perceptions of the Combination of HIV/AIDS and Alcohol as a Risk Factor among STI Clinic Attenders in South Africa: Implications for HIV Prevention', *Social Behavior and Personality*, 34(5), 2006: 535-544.
- SIMBAYI, L. C., KALICHMAN, S. C., JOOSTE, S., MATHITI, V., CAIN, D., and CHERRY, C.
 'Alcohol Use and Sexual Risks for HIV Infection among Men and Women Receiving Sexually Transmitted Infection Clinic Services in Cape Town, South Africa', *Journal of Studies on Alcohol*, 65(4), 2004: 434-442.
- SIMBAYI, L. C., KALICHMAN, S. C., CAIN, D., CHERRY, C., JOOSTE, S., and MATHITI, V.
 'Alcohol and Risks for HIV/AIDS among Sexually Transmitted Infection Clinic Patients in Cape Town, South Africa', *Substance Abuse*, 27(4), 2007: 37-43.

- TOWNSEND, L. *et al.*
 "Taking Care of Business": Alcohol as Currency in Transactional Sexual Relationships Among Players in Cape Town, South Africa', *Qualitative Health Research*, 21(1), 2011: 41-50.
- VAN DIJK, R.
 'Modernity's Limits: Pentecostalism and the Moral Rejection of Alcohol in Malawi', in D. F. Bryceson, ed. *Alcohol in Africa: Mixing Business, Pleasure and Politics*. Portsmouth NH: Heinemann/Oxford: James Currey, 2002: 249-264.
- VAN DEN BERSSELAAR, D.
The King of Drinks: Schnapps Gin from Modernity to Tradition. Leiden: Brill, 2007.
- VAN DEN BERSSELAAR, D.
 'Who Belongs to the "Star People": Negotiating Beer and Gin Advertisements in West Africa', *Journal of African History*, 52(3), 2011: 285-408.
- VAN DER DRIFT, R.
 'Democracy's Heady Brew: Cashew Wine and the Authority of the Elders among the Balanta in Guinea-Bissau', in D. F. Bryceson, ed. *Alcohol in Africa: Mixing Business, Pleasure and Politics*. Portsmouth NH: Heinemann/Oxford: James Currey, 2002: 179-196.
- VAN WOLPUTTE, S.,
 'Beers and Bullets, Beads and Bulls. Drink and the Making of Margins in a Small Namibian Town', in Steven Van Wolputte and Mattia Fumanti, eds. *Beer in Africa: Drinking Spaces, States and Selves*. Berlin: LIT Verlag, 2010: 79-105.
- VAN WOLPUTTE, S., and FUMANTI, M. (eds.)
Beer in Africa: Drinking Spaces, States and Selves. Berlin: Lit Verlag, 2010.
- VAN WOLPUTTE, S., and FUMANTI, M.
 'Beer and the Making of Boundaries. An Introduction', in Steven Van Wolputte and Mattia Fumanti, eds. *Beer in Africa: Drinking Spaces, States and Selves*. Berlin: Lit Verlag, 2010: 1-25.
- VAN WOLPUTTE, S., and FUMANTI, M.
 'Last Call for Alcohol: An Epilogue', in Steven Van Wolputte and Mattia Fumanti, eds. *Beer in Africa: Drinking Spaces, States and Selves*. Berlin: Lit Verlag, 2010: 275-280.
- VILJOEN, D., CROXFORD, J., GOSSAGE, J. P., KODITUWAKKU, P. W., and MAY, P. A.
 'Characteristics of Mothers of Children with Fetal Alcohol Syndrome in the Western Cape Province of South Africa: A Case Control Study', *Journal of Studies on Alcohol*, 63(1), 2002: 6-17.
- VILJOEN, D. L., GOSSAGE, J. P., BROOKE, L., ADNAMS, C. M., JONES, K. L., ROBINSON, L. K., HOYME, H. E., SNELL, C., KHAOLE, N. C. O., KODITUWAKKU, P., ASANTE, K. O., FINDLAY, R., QUINTON, B., MARAIS, A-S., KALBERG, W. O. and MAY, P.
 'Fetal Alcohol Syndrome Epidemiology in a South African Community: A Second Study of a Very High Prevalence Area', *Journal of Studies on Alcohol*, 66(5), 2005: 593-604.
- YOUNG, C., and DE KLERK, V.
 'Patterns of alcohol use on a South African university campus: the findings of two annual drinking surveys', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 7(2), 2008: 101-112.

- WECHSBERG, W. A., LUSENO, W. K., KARG, R. S., YOUNG, S., RODMAN, N., MYERS, B., and PARRY, C. D. H.
 'Alcohol, Cannabis, and Methamphetamine Use and Other Risk Behaviours among Black and Coloured Southern African Women: A Small Randomized Trial in the Western Cape', *International Journal of Drug Policy*, 19(2), 2008: 130-139.
- WEISER, S. D., LEITER, K., HEISLER, M., MCFARLAND, W., PERCY-DE-KORTE, F., DEMONNER, S. M., TLOU, S., PHALADZE, N., IACOPINO, V., and BANGSBERG, D. R.
 'A Population-based Study on Alcohol and High-risk Behaviors in Botswana', *Public Library of Science [PLoS] Medicine*, 3(10), 2006: 1, 940-1, 948.
- WEST, M. O.
 "Equal Rights for All Civilized Men": Elite Africans and the Quest for "European" Liquor in Colonial Zimbabwe, 1924-1961', *International Review of Social History*, 37(3), 1992: 376-397.
- WEST, M.
 'Liquor and Libido: "Joint Drinking" and the Politics of Sexual Control in Colonial Zimbabwe, 1920s-1950s', *Journal of Social History*, 30(3), 1997: 645-667.
- WHITE, O.
 'Drunken States: Temperance and French Rule in Cote D'Ivoire, 1908-1916', *Journal of Social History*, 40(3), 2007: 663-684.
- WILCOCKS, L., and EDMONDS, L.
 'Alcohol and Drug Abuse: Treatment Alternatives in South Africa', *Employee Assistance Quarterly*, 7(3), 1992: 65-77.
- WILLIS, J.
 'Soured wine: the development and suppression of the palm wine economy in Kenya, c. 1850-1960', *Kenya Past and Present*, 30, 1998: 35-39.
- WILLIS, J.
 'Enkurma Sikitoi: Commoditization, Drink and Power among the Maasai', *The International Journal of African Historical Studies*, 32(2-3), 1999: 339-357.
- WILLIS, J.
 'The only money a woman can claim: a history of distilling in Bunyoro', *Uganda Journal*, 46, 2000: 1-16.
- WILLIS, J.
 'Demoralised Natives, Black-Coated Consumers and Clean Spirit: European Liquor in East Africa, 1890-1955', *Journal of Imperial and Commonwealth History*, 29(1), 2001: 55-74.
- WILLIS, J.
 'Beer Used to Belong to Older Men: Drink and Authority among the Nyakyusa of Tanzania', *Africa*, 71(3), 2001: 373-390.
- WILLIS, J.
Potent Brews: A Social History of Alcohol in East Africa, 1850-1999. Athens, OH: Ohio University Press, 2002.
- WILLIS, J.
 'For women and children: an economic history of brewing among the Nyakyusa of southwestern Tanzania', in D. F. Bryceson, ed. *Alcohol in Africa: Mixing Business, Pleasure and Politics*. Portsmouth NH: Heinemann/Oxford: James Currey, 2002: 55-74.

- WILLIS, J.
'New Generation Drinking: The Uncertain Boundaries of Criminal Enterprise in Modern Kenya', *African Affairs*, 102, 2003: 241-260.
- WILLIS, J.
'Drinking Power: Alcohol and History in Africa', *History Compass*, 3(1), 2005: 1-13; available from <www.blackwell-synergy.com/doi/full/10.1111/j.1478-0542.2005.00176.x>.
- WILLIS, J.
'Drinking Crisis? Change and Continuity in Cultures of Drinking in Sub-Saharan Africa', *African Journal of Drug and Alcohol Studies*, 5(1), 2006: 1-14.
- WILLIS, J.
'Clean spirit: distilling, modernity and the Ugandan state, 1950-86', *Journal of Eastern African Studies*, 1, 2007: 79-92.
- WILLIS, J.
'"Unpretentious bars": municipal monopoly and independent drinking in colonial Dar es Salaam', in J. Brennan, A. Burton and Y. Lawi, eds. *Dar es Salaam: Histories from an Emerging African Metropolis*. Dar es Salaam and Nairobi: Mkuki na Nyota and the British Institute in East Africa, 2007: 157-174.
- WILLIS, J.
'Protecting young people: Alcohol, advertising and youth in Kenya', in Andrew Burton and Helene Charton-Bigot, eds. *Generations Past: Youth in East African History*. Athens: Ohio University Press, 2010: 279-290.
- WOJEIEKI, J. M.
'"She Drank His Money": Survival Sex and the Problem of Violence in Gauteng Province, South Africa', *Medical Anthropology Quarterly*, 16(3), 2002: 267-293.
- WOLFF, B., BUSZA, J., BUFUMBO, L., and WHITWORTH, J.
'Women Who Fall by the Roadside: Gender, Sexual Risk and Alcohol in Rural Uganda', *Addiction*, 101(9), 2006: 1, 277-1, 284.
- WONG, F. Y., THOMPSON, E. E., HUANG, Z. J., PARK, R. J., DIGANGI, J., and DE LEON, J. M.
'Alcohol, Drugs, Sex, and HIV Risk Behaviors among a Community Sample of Black and Coloured South Africans', *Journal of Drug Issues*, 37(3), 2007: 489-502.
- WOOLF-KING, S. E., and MAISTO, S. A.
'Alcohol Use and High Risk Behavior in Sub-Saharan Africa: A Narrative Review', *Archives of Sexual Behavior*, 40(1), 2011: 17-42.
- ZABLOTSKA, I. B., GRAY, R. H., SERWADDA, D., NALUGODA, F., KIGOZI, G., SEWANKAMBO, N., LUTALO, T., MANGEN, F. W., and WAWER, M.
'Alcohol Use Before Sex and HIV Acquisition: A Longitudinal Study in Rakai, Uganda', *AIDS*, 20(8), 2006: 1, 191-1, 196.
- ZIERVOGEL, C. F., AHMED, N., FLISHER, A. J., and ROBERTSON, B. A.
'Alcohol Misuse in South African Male Adolescents: A Qualitative Investigation', *International Quarterly of Community Health Education*, 17(1), 1997: 25-41.

Caminhos-de-Ferro em S. Tomé e Príncipe. O caminho-de-ferro em S. Tomé e Príncipe e os caminhos-de-ferro das roças

Salomão Vieira

[S. I.]: União Nacional dos Escritores e Artistas de S. Tomé e Príncipe, 2005. 1.^a edição. 336 p. il., mapas, bib. ISBN 989-8023-00-7; 978-989-8023-00-1

Hugo Pereira*

P. 317-319

"*Caminhos-de-Ferro em S. Tomé e Príncipe. O caminho-de-ferro em S. Tomé e Príncipe e os caminhos-de-ferro das roças*" é um livro da autoria de Salomão Vieira editado em 2005 pela União Nacional dos Escritores e Artistas daquele país africano. Debruça-se sobre a história das vias-férreas construídos no arquipélago, quer pelo Estado português, quer por particulares que possuíam e exploravam roças (plantações). O estudo inicia-se na década de 1890 (quando surgem os primeiros alvitres para a construção ferroviária em S. Tomé) e vem praticamente até aos nossos dias, uma vez que o autor faz uma sùmula do estado de conservação de algum material fixo e circulante dessas ferrovias. Se nos cingirmos ao período analisado criticamente, este termina nos anos 1930 quando a linha do Estado é oficialmente encerrada. Convém, contudo, lembrar que alguns caminhos-de-ferro das roças perduraram para além desta data, mas a falta de fontes impede um estudo mais detalhado.

O autor não tem formação em História. É licenciado em Filosofia e fez grande parte da sua carreira como gestor de recursos humanos. Assim sendo, a metodologia empregue dificilmente poderia inovar, no entanto é adequada para o estudo em questão: recorre às fontes oficiais, a jornais e relatórios e a relatos de viagens para elaborar uma história em grande medida factual dos caminhos-de-ferro na ex-colónia. Contam-se entre os documentos consultados o Boletim Oficial de S. Tomé e Príncipe, o Diário do Governo, a Gazeta dos Caminhos de Ferro, periódicos coevos locais ou da metrópole (de carácter geral e de vocação mais colonial), alguns relatórios técnicos (o autor não consultou nem a Revista de Obras Públicas e Minas nem o Arquivo do Ministério das Obras Públicas, onde poderia ter encontrado mais informação de índole técnica) e registos guardados no Arquivo Histórico Ultramarino. Neste rol nota-se a ausência dos diários parlamentares, que são sem dúvida uma excelente fonte de informação

* CEAUP.

e, pelo jaez sistemático da sua publicação, uma excelente fonte de controlo para a evolução histórica de realidades que teriam de passar pelo poder central e pelo parlamento. Quanto à bibliografia examinada, predominam as obras de carácter geral sobre Portugal e sobre as colónias, uma vez que literatura específica sobre caminhos-de-ferro em S. Tomé ou nas ex-colónias africanas não abunda, como aliás reconhece e lamenta o próprio autor.

Deste modo, o tema tratado e o livro em si são de uma grande actualidade e utilidade, tendo em conta o pouco que se tem feito neste campo de estudo e tendo em conta que, apesar de amador, é um trabalho com alguma qualidade

A sua estrutura obedece em grande medida a critérios cronológicos, adaptando-se bem à orientação (história factual) dada à obra. Depois de um breve enquadramento geográfico e económico do arquipélago (grande produtor de cacau desde 1850, mas com falhas graves ao nível do transporte), Salomão Vieira entra no tema propriamente dito descrevendo as primeiras sugestões de construção férrea em S. Tomé (só mais tarde a metrópole se virou para o Príncipe) e principais dilemas que preocupavam os responsáveis nacionais: caminhos-de-ferro ou estradas; construção pelo Estado ou concessão a privados; desconhecimento topográfico e estatístico do arquipélago; sistema geral para a colónia ou análise de linhas individualmente.

O autor indica como ponto inicial de processo de construção férrea em S. Tomé o ano de 1899 e o projecto de lei do ministro da marinha Eduardo Vilaça, que apesar de ter redundado em nada, deu o mote para realização de estudos sobre vias-férreas e sobre a orografia do território (que prometia dificultar a tarefa de assentar carris). Depois de alguns falhanços legislativos, a partir de 1906 inicia-se a construção da estrada de ferro (por uma empresa privada que deveria entregar a exploração ao Estado), a qual é muito bem documentada (características da linha, material empregue, operários, dificuldades encontradas) pelo autor com documentos do Arquivo Histórico Ultramarino e do engenheiro responsável da parte do governo Ezequiel de Campos.

De seguida, o autor debruça-se sobre a exploração, recorrendo aos dados oficiais publicados no boletim da colónia, cuja análise mais detalhada a nível económico-financeiro não é possível, pois os critérios de organização dos dados não são uniformes. Num novo capítulo, o autor volta um pouco atrás no tempo ao se ver na necessidade de mencionar os projectos para a extensão da linha (contemporâneos da construção) e para novas vias na ilha do Príncipe, projectos esses impedidos pelo deflagrar da I Guerra Mundial. Com o conflito – e entramos aqui em novo capítulo – e com a generalização do transporte por estrada veio também a decadência dos caminhos-de-ferro em S. Tomé, cuja exploração foi sendo suprimida paulatinamente até ao encerramento oficial em 1931 (muito embora relatos orais indiquem que em 1950 ainda circulavam comboios).

Só então, entra o autor na história dos caminhos-de-ferro das roças (sistema Decauville, tanto a vapor como a tracção animal, e aéreos), opção natural, porque, por um lado, são transversais a todo o período estudado anteriormente; e por outro, como já se referiu, as fontes para o seu estudo não são tão abundantes.

Na conclusão, o autor traz propostas para o presente e para o panorama museológico ferroviário são-tomense, que pode constituir mais uma oferta turística daquele país. Na fase final do seu trabalho, o autor deslocou-se ao território onde pôde observar *in loco* a realidade do património ferroviário (em decadência), o que enriqueceu a sua conclusão.

A obra agora analisada é vantajosa sobretudo por identificar as principais datas e acontecimentos da história dos caminhos-de-ferro em São Tomé, permitindo a um investigador interessado na matéria não partir para o seu trabalho sem qualquer ponto de referência. Porém, em termos de profundidade de análise, fica a ideia de que o autor não se consegue descolar das fontes que consulta, limitando-se por vezes à descrevê-las. Por outro lado, alguns aspectos poderiam ter sido melhor desenvolvidos (discussão em torno do investimento, pressões locais, etc.), se bem que tal trabalho pudesse não fazer parte dos objectivos. O autor incorre ainda num erro que afecta muito dos trabalhos feitos por amadores que é a falta de indicação das fontes de informação que sustentam algumas das suas afirmações.

Porém, outras qualidades acompanham este trabalho: o estudo é rico em termos iconográficos com a edição de mapas e fotos de época e mais recentes; e as fontes são adequadas para o objectivo em questão (embora outras pudessem e devessem ter sido consultadas) e tratadas numa linguagem fluida e adequada.

Em suma, esta obra está ao nível daquelas compilações feitas em Portugal sobre os caminhos-de-ferro da metrópole nos anos 1930 e 1950 (pelos ferroviários Carlos Manitto Torres e Frederico Quadros Abragão), muito embora lhes seja muito inferior em termos de dimensão de análise. Não aprofundando a pesquisa e pecando por alguma falta de rigor e metodologia, são sínteses cronológicas muito úteis para o enquadramento do novo investigador no tema.

Resumos

A súbita vocação “africanista” de um ex-ministro: A viagem de Mariano de Carvalho por Moçambique em 1890

Paulo Jorge Fernandes

Em meados de 1890, Mariano de Carvalho antigo ministro da governação progressista recebeu um convite para liderar uma expedição a Moçambique com o objectivo oficial de inventariar os recursos económicos disponíveis na colónia, embora fosse patrocinada por interesses privados. O ex-ministro passou 6 meses em Moçambique. Viajou por quase todo o território, conheceu realidades locais muito distintas e preparou um relatório onde aconselhou um amplo programa de reformas financeiras, administrativas, educativas e aduaneiras para a colónia, de cariz descentralizador. Daqui resultou uma visão alternativa sobre o futuro da presença portuguesa nas margens do Índico. Este texto procura debater a importância e o impacto da viagem no contexto político da época e as opções equacionadas pelos decisores governativos relativamente à construção de uma nova política ultramarina após o Ultimato.

Palavras-chave: Mariano de Carvalho, Moçambique, política ultramarina, descentralização colonial, século XIX.

In 1890, the former minister Mariano de Carvalho received an invitation to lead an expedition to Mozambique with the official target of make an inventory of the economic resources available in the colony, though it was sponsored by private interests. He spent six months in Mozambique, and traveled throughout most of the territory, met very different local realities and prepared a report which advised a broad program of financial, administrative, educational and customs reforms to the colony. This resulted in an alternative view on the future of the Portuguese presence in the region. This paper seeks to discuss the importance and impact of this travel and the options envisaged by the Portuguese government for the

construction of a new overseas policy after the British ultimatum.

Keywords: Mariano de Carvalho, Mozambique, overseas policy, colonial decentralization, 19th century.

A Escola Colonial e a formação de uma “elite dirigente” do ex-Ultramar Português (1906-1930)

**Luís Frederico Dias Antunes
Vitor Luís Gaspar Rodrigues**

Instituída em 18 de Janeiro de 1906 a Escola Colonial viria, ao longo do período em estudo, a sofrer algumas transformações ao nível dos seus currícula, tendo os seus responsáveis procurado adaptá-los, na linha do que vinham fazendo outras potências coloniais europeias, à necessidade de proceder à formação de uma elite dirigente “devidamente instruída com conhecimentos especiais” e, por isso, capaz de promover a exploração e o desenvolvimento dos territórios coloniais em prol da metrópole. Através do estudo dos planos curriculares que se sucederam e das matérias ministradas nas diferentes cadeiras procuraremos perceber os princípios ideológicos e científicos subjacentes à criação dos quadros superiores da administração do ex-ultramar português. Analisaremos ainda o perfil dos alunos que, tendo frequentado a Escola, concluíram o curso superior colonial ao longo das três primeiras décadas do seu funcionamento, e procuraremos traçar o seu percurso enquanto elementos relacionados com o fenómeno colonial.

Palavras-chave: Escola Superior Colonial, Sociedade das Nações, Sociedade de Geografia de Lisboa, Comissão Temporária da Escravidão, Línguas africana e asiáticas, quadros da administração colonial.

Established the 18th of January 1906, the Colonial School would go through some changes in its curricula, while its leaders sought to adapt

them, just like other European colonies were doing, to the need of having a well trained leading elite, “duly instructed with specialized knowledge”; thus, it could sponsor the exploration and the development of the colonies for the profit of the continent.

By studying the subsequent curricula and the issues lectured in the different subjects, we shall try to comprehend the ideological principles inherent to the creation of the management high level officials of the former Portuguese overseas territories. We shall also study the profile of those students who have finished their colonial higher education, throughout the first three decades of its service, and we shall try to trace their path as individuals connected to the colonial phenomenon.

Keywords: Colonial Higher School, League of Nations, Lisbon Geographical Society, Slavery Provisional Committee, African and Asian Languages, colonial administration high level officials.

Escala e identidade na obra *Como eu atravesssei a África* de Serpa Pinto

José Ramiro Pimenta
Ana Francisca de Azevedo

Este estudo debruça-se sobre questões de identidade na cultura de exploração geográfica. A partir da análise de narrativas de exploração do Portugal do século dezanove, tentar-se-á caracterizar a actividade dos exploradores da Sociedade de Geografia de Lisboa que cruzaram os territórios da África austral ao serviço do governo de Portugal. Especificamente, pretende-se ter em atenção: i) o posicionamento de Portugal no seio das relações geopolíticas da Europa colonial; ii) a representação de África pelos grupos sociais de que o explorador emerge; iii) explorar os preconceitos masculinistas do empreendimento. Finalmente, defender-se-á a necessidade de uma história culturalmente diferenciada da exploração colonial da Europa.

Palavras-chave: África austral, Serpa Pinto, exploração, poder, representação, prática.

This study deals with scale and identity regarding cultures of exploration. Departing from textual analyses of Portuguese late 19th century exploration-travel narratives, it would aim to uncover the diverse cultural geographical features of the activity of the Lisbon Geographical Society explorers that crossed southern territories of Africa in the service of the Portuguese government. It will try to give an account of: i) the standing of Portugal within the geopolitical arrangement of colonial Europe; ii) the representation of Africa promoted by the social groups out of which the explorer emerges and, iii) the masculinist preconceptions of the enterprise. Finally it will defend the necessity of a culturally differentiated history of exploration in colonial Europe.

Keywords: Southern Africa, Serpa Pinto, exploration, power, representation, practice.

Como Eu Atravessei a África – Um texto de Literatura de Viagens

Fernanda Carrilho

O termo “Literatura de Viagens” tem despolegado ao longo dos anos, sobretudo nas últimas décadas, acesos debates a vários níveis, existindo frequentemente alguma confusão entre “Literatura de Viagens” e “Viagens na Literatura”. O crescente interesse por este género de escritos, não só da parte de investigadores como do público em geral, prende-se com o vasto manancial de textos da autoria de marinheiros, viajantes, missionários e exploradores, que foram registando, com o aparelho teórico-conceptual que a sua formação permitia, as impressões das terras e das gentes, mostrando-se passível de diferentes abordagens como a histórica, a geográfica, a antropológica, a etnográfica, a social, entre outras, nunca se esgotando numa só. Neste sentido, interessa não só a verificação histórica, enquanto documento,

mas sobretudo a perspectiva estético-literária que este contém como objecto de fruição artística. A importância destes textos e os estudos sobre a sua problemática justificam-se, sobretudo, em países como Portugal, que contam com uma longa tradição no âmbito das viagens. *Como Eu Atravessei a África* surge no momento em que se estava prestes a encerrar o ciclo das descobertas, iniciado no século XV, com as viagens marítimas e culminou com as terrestres. A visão destes textos permite (re)observar todo o processo dos descobrimentos e expansão portuguesas num momento crucial como foi o século XIX.

Igualmente importante se revela o estudo comparativo entre um pequeníssimo caderno de notas onde registava somente os dados científicos e um Diário de Viagem que, posteriormente, deram origem à obra que serve de *corpus* ao presente trabalho. Graças à gentil colaboração da família, foi possível aceder a estes documentos de inestimável valor.

Iremos, assim, estudar os processos semânticos, retóricos, entre muitos outros, utilizados pelo seu autor para transformar um texto técnico, num outro com contornos nitidamente literários.

Palavras-chave: Literatura de viagens, viagens na literatura, África, Descobrimentos, explorações.

Le mot “Littérature de Voyages” a réveillé au cours de ces dernières années, surtout des dernières décennies, d’intenses débats à plusieurs niveaux créant, fréquemment, une certaine confusion entre “Littérature de Voyages” et “Voyages dans la Littérature”. Le croissant intérêt pour ce genre d’écrits, non seulement de la part des investigateurs comme du public en général, se doit au vaste ensemble de textes écrits par des marins, des voyageurs, des missionnaires et des explorateurs qui ont enregistré, grâce au cadre théorique-conceptuel que leur formation permettait, les impressions des terres et des gens, se montrant passible de différents abordages comme l’historique, la géographique, l’anthropologique, l’ethnographique, le social, parmi d’autres, en ne s’épuisant jamais dans une seule. Dans ce sens,

c’est non seulement la vérification historique que nous intéresse, en tant que document, mais surtout la perspective esthétique-littéraire que celle-ci contient comme objet de fruição artistique. L’importance de ces textes et les études sur leur problématique se justifient, surtout, dans des pays comme le Portugal, que comptent avec une longue tradition en ce qui concerne les voyages.

Comment j’ai traversé l’Afrique est apparu au moment où on était prêt à conclure le cycle des découvertes, commencé au XV^{ème} siècle, avec les voyages maritimes et finalisé avec les terrestres. La vision de ces textes permet de (re)observer tout le processus des découvertes et l’expansion portugaise dans un moment crucial comme celui du XIX^{ème} siècle.

Aussi bien important se montre l’étude comparative entre un tout-petit cahier de notes, qui registrait seulement les données scientifiques, et un Journal de Voyages lesquels, *a posteriori*, ont donné origine à l’œuvre qui sert de *corpus* a ce travail. Grâce à l’aimable collaboration de la famille, c’était possible accéder à ces documents d’inestimable valeur.

On ira, donc, étudier les processus sémantiques, rhétoriques, parmi d’autres, utilisés pour l’auteur pour transformer un texte technique dans un autre avec des contours nettement littéraires.

Mots-clés: Littérature de Voyages, voyages dans la littérature, Afrique, découvertes, explorateurs.

Ciência europeia e exploradores africanos: a viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida ao Kazembe

Eugénia Rodrigues

Antes de vários exploradores oitocentistas se terem celebrado nas viagens de travessia de África, foram empreendidas diversas tentativas de ligar as duas costas do continente. No século marcado pelas grandes expedições

científicas mundiais organizadas pelas coroas europeias, o matemático e astrónomo Francisco José de Lacerda e Almeida foi um desses pioneiros, cuja jornada iniciada na África Oriental terminou abruptamente na corte do Kazembe (1798). A sua acção, distinta do papel desempenhado por informantes competentes, inscreve-se no projecto de realizar a viagem transcontinental com bases científicas, esboçado já pelo diplomata D. Luís da Cunha e pelo geógrafo Jean Baptiste Bourguignon d'Anville. Escolhido por D. Rodrigo de Sousa Coutinho pela sua formação científica e larga experiência nas partidas de demarcação da América Portuguesa, Lacerda e Almeida chegou a Moçambique munido dos múltiplos instrumentos da ciência europeia, mas teve de recorrer largamente aos conhecimentos locais e nomeadamente africanos. Esta comunicação incide sobre essa viagem precursora, situando-se numa perspectiva de história social da ciência. Qual o papel dos actores africanos na construção do saber europeu? Como se processava a circulação da informação entre africanos e europeus? De que modo as lógicas endógenas às sociedades africanas e à sociedade colonial da África Oriental constriam as opções da ciência europeia?

Palavras-chave: viagens de exploração geográfica, África, Moçambique, Kazembe, carregadores, intermediários culturais.

Before many European explorers became famous in the 19th century by the travel-crossing of Africa, several attempts were undertaken to link the two coasts of the continent. During the century marked by major world scientific expeditions organized by the European crowns, the mathematician and astronomer Francisco Jose de Lacerda e Almeida was one of those pioneers, whose journey began in East Africa and ended abruptly at the court of Kazembe (1798). Its action, which is distinct from the role played by competent informants, is part of the project to make the transcontinental travel with a scientific basis, already outlined by the diplomat D. Luís da Cunha and the geographer Jean Baptiste Bourguignon d'Anville. Chosen by

D. Rodrigo de Sousa Coutinho for his scientific background and extensive experience in the demarcation of Portuguese America, Lacerda e Almeida arrived in Mozambique carrying the multiple instruments of the European science, but had to rely very heavily on local knowledge and especially in that of the African people. This paper focuses on this precursor travel, standing in a perspective of social history of science. What was the role played by African actors in building of the European knowledge? How flowed the information between Africans and Europeans explorers? How did the internal logic of the African and colonial societies of East Africa embarrassed the options of European science?

Keywords: travels of geographic exploration, Africa, Mozambique, Kazembe, porters, cultural brokers.

O sul de Moçambique na viragem do século XIX: Território, exploração científica e desenvolvimento

Ana Cristina Roque

Em meados do século XIX, muitos Portugueses conhecem os sertões de L. Marques e estão em posição de enquadrar as expedições científicas de reconhecimento que, nesta região, estão ligadas à demarcação da fronteira e à possibilidade de construção de vias de comunicação que assegurassem as ligações de Lourenço Marques com o interior.

Neste contexto procuraremos articular os saberes de quem conhecia o território, com as exigências de um conhecimento científico que pautava a acção destas missões e os trabalhos necessários à sua implementação.

Palavras-chave: explorações científicas, cartografia, fronteiras, Moçambique.

In the first half of the 19th century, many Portuguese were already very well acquainted with the people and the backcountry of Lourenço

Marques Bay and in condition to support the scientific expeditions of recognition that in this region are linked to the demarcation of the border and the building communications that would guarantee the connections between Lourenço Marques and the hinterland.

Within this context we will try to articulate the knowledge of who knew the territory, with the requirements of the scientific knowledge that framed the action of the delimitation of borders and the work necessary for their implementation.

Keywords: scientific missions, cartography, borders, Mozambique.

A actual província do Niassa e o vale do rio Chire na 2.ª metade do séc. XIX. Contextos africanos e imperiais e as expedições de Serpa Pinto nesta região

Eduardo Medeiros

Toda a região do vale do rio Chire, dos lagos Niassa, Amaramba, Chiúta, Chirua e das terras altas até ao Lugenda foi um vasto território de

importantes eventos históricos e de recomposições políticas entre 1830 e 1912. Foi este o território percorrido por múltiplas expedições europeias de exploração, das quais as de Serpa Pinto, e onde se situou centro da discórdia que deu origem ao Ultimato.

Palavras-chave: história, antropologia, cartografia, Norte de Moçambique, Companhia do Nyassa, Rios Zambeze, Chire, Lúrio e Rovuma, Lago Niassa, etnias, chefatura africanas, escravatura, recomposições políticas, Ultimato.

Toute la région de la vallée du fleuve Chire, des lacs Niassa, Amaramba, Chiúta, Chirua, et des hautes terres jusqu'au fleuve Lugenda ont été un énorme territoire d'événements historiques importants et de recompositions politiques entre 1830 et 1912. Cet territoire a été parcouru par des exploiters européens, des quels, Serpa Pinto, et fut à sa suite des événements survenus au Chire qu'il y a eu lieu l'Ultimatum britannique contre les portugais.

Mots-clés: histoire, anthropologie, Cartographie, Nord du Mozambique, Compagnie du Nyassa, Fleuves Zambèze, Chire, Lúrio, et Rovuma, Lacs Niassa, Amaramba, Chiúta e Chirua, ethnies, chefferies africaines, esclavage, recompositions politiques, Ultimatum.

Legenda das ilustrações

1. Trabalhos de campo do Serviço de Cadastro em Quelimane, Moçambique – Coleção particular de António Faria e Angela Camila.
2. Banquete oferecido aos exploradores Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens pela Sociedade de Geografia, 17-03-1880 – Foto do Arquivo Histórico da Marinha.
3. “John Bull e Zé Pereira” - desenho de Rafael Bordalo Pinheiro – Revista Pontos nos iis – 1890.
4. Régulo (chefe) papel e administrador português – Foto de Orlando Ribeiro.
5. Trem de cozinha, mesa e lavabos para a expedição. Expedição Portuguesa de 1877 à África Central e Meridional de Capelo e Ivens – Autor não identificado – ID 5242. IICT/Arquivo Histórico Ultramarino.
6. Material de demarcação geodésica. Expedição Portuguesa de 1877 à África Central e Meridional de Capelo e Ivens. Autor não identificado – ID 5240. IICT/Arquivo Histórico Ultramarino.
7. Novo Atlas Universal, 1885, Atlas Missionário Português – Sociedade de Geografia de Lisboa. Catálogo Tesouros da Sociedade de Geografia de Lisboa.
8. Limites da Província de Moçambique – Sociedade de Geografia de Lisboa.
9. Mendes Ferrão, 2012 – foto de Maciel Santos.
10. Mendes Ferrão, 2012 – foto de Maciel Santos.
11. Matrimónio em Carapira – foto do acervo particular do Irmão Giovanni Grazian, Missionário Comboniano.
12. Marcas de escravagistas. Golungo Alto. Arquivo Histórico de Angola (C.N.D.I.H.). Secção de Códices: n.º reg. 3035/cota: 9-4-27/núcleo: G (5) 3-8.
13. Guiné Portuguesa – 1902. AHV-IICT.
14. Soba e mulheres - ID 12059. IICT/Arquivo Histórico Ultramarino.

Crítérios para publicação

- 1) A *Africana Studia* aceita trabalhos científicos inéditos de qualquer área de investigação cuja temática seja África ou sociedades africanas. Os trabalhos poderão ser entregues em português, inglês ou francês.
- 2) A publicação de trabalhos está sujeita a apreciação do Conselho Editorial, que recorrerá ao Conselho Científico sempre que julgar necessário, e de um painel de árbitros constituído por membros internos e externos ao CEAUP.

Normas para apresentação de originais

- 1) Devem ser entregues em ficheiro informático (via correio electrónico ou CD), de preferência no programa WORD para Windows. O corpo de letra deverá ser de 12 pontos em fonte *Arial* ou *Times New Roman*, e o entrelinhamento de espaço e meio.
- 2) As imagens (mapas, quadros, figuras, fotografias etc.) devem ser numeradas de 001 a N. O número atribuído a cada imagem deve ser colocado no original na localização que o autor entende ser a mais conveniente. Estes elementos deverão ser entregues em ficheiros individuais (com a extensão XLS para ficheiros Excel e JPEG, TIFF ou EPS para os outros casos). Cada ficheiro deverá ter o número atribuído como identificação e colocado numa pasta a que se chamará “imagens”. As imagens deverão ter no mínimo 10x6 cm com 1200x800 pixel (300 dpi). Será de grande utilidade que todos os originais de mapas, fotografias etc. sejam entregues com o original/texto para que o tratamento das imagens seja efectuado com rigor.
- 3) Os artigos terão no máximo 70 000 caracteres, incluindo espaços, notas e bibliografia (não serão contadas as imagens). Cada artigo será acompanhado de dois resumos: em português e/ou inglês e/ou francês, com um máximo de 500 caracteres. O resumo deverá incluir um conjunto de palavras-chave (máximo de 6), assim a identificação do autor (instituição, últimas publicações e contactos).
- 4) As resenhas não poderão exceder os 25 000 caracteres.
- 5) Não serão considerados os artigos ou resenhas que ultrapassem o número máximo de caracteres ou que não cumpram as normas de apresentação de originais.

- 1) Os autores terão a possibilidade de reverem em últimas provas os seus trabalhos, após a revisão feita no CEAUP. Os autores comprometem-se a devolver as provas uma semana após o seu envio. Em caso de total indisponibilidade, os autores deverão declarar por escrito que prescindem dessa revisão de autor.
- 2) As referências a autores, no texto, seguem a norma (autor, ano). Se houver uma referência a um mesmo autor no mesmo ano, este deve ser seguido de uma letra minúscula. Ex: (Rodrigues, 2000a) (Rodrigues, 2000b). Se a referência citada for de vários autores ficará: (Rodrigues *et alia*, 2000).
- 3) As transcrições deverão ser em *itálico*, assim como vocábulos em língua estrangeira.
- 4) As notas de rodapé e outras deverão limitar-se a informações complementares de interesse substantivo, não ultrapassando cinco linhas em corpo 10.
- 5) A bibliografia será colocada no fim do artigo e deverá conter apenas as referências introduzidas no texto, listando-as por ordem alfabética e por ordem cronológica crescente quando forem do mesmo autor.
- 6) A bibliografia deve seguir os seguintes exemplos:
 - § Livros: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § Colectâneas: Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § Artigos em revistas: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África, Africana Studia*, n.º 8, pp. 12 a 35.
 - § Artigos em colectâneas: Matos, A. (2002), Os novos políticos africanos, *in*, Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs, *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § As traduções deverão indicar sempre que possível o ano da 1.ª publicação e o tradutor.
 - § Na bibliografia electrónica indicar sempre o *site/path*, a data do artigo e a data da consulta.

Após a publicação, os direitos de autor passam a ser pertença da *Africana Studia*, recebendo os autores 2 exemplares da revista.

As imagens originais serão devolvidas.

Os originais não serão devolvidos.

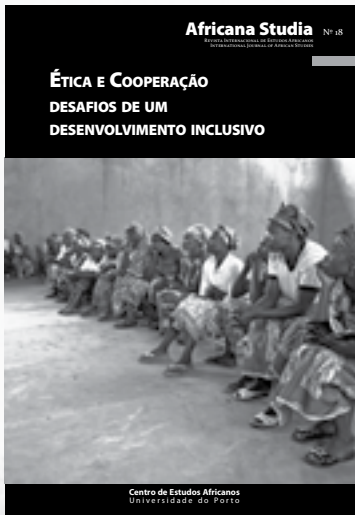
ERRATA da *Africana Studia* n.º 16 – 1.º semestre – 2011

Quando na pág. 93 se lê:

Em Luanda, onde actualmente habita grande parte da população Angolana, o centro formal cresceu de menos de 500 mil habitantes (em 1940, segundo censo) para cerca de 750 mil habitantes (em finais de 1970, segundo censo), e para mais de três milhões em 2000 (segundo estimativa da Development Workshop, 2005), multiplicando-se desde então.

Deverá ler-se:

Em Luanda, onde actualmente habita grande parte da população Angolana, a capital cresceu de aproximadamente 61 000 habitantes (em 1940, segundo censo) para cerca de 480 000 habitantes (em 1970, segundo censo), e para mais de três milhões em 2000 (segundo estimativa da Development Workshop, 2005), multiplicando-se desde então.



AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos
International Journal of African Studies

N.º 18 - 1.º semestre - 2012

ÉTICA E COOPERAÇÃO DESAFIOS DE UM DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO



Assinatura Anual (Annual Subscription)

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P. - FLUP

Africana Studia - Via Panorâmica, s/n - 4150-564 PORTO - Portugal

Telefone / Fax (00-351-226077141)

Dois números semestrais (Two issues/year)

Portugal	29 €
U.E. (European Union)	40 €
PALOP's	40 €
Resto do Mundo (Rest of the world)	50 €

Desconto para estudantes (Student's discount) — 20% (*)

(*) Add copy of student's card

Nome (Name) _____

Morada (Address) _____

Telefone / Fax _____

Endereço electrónico (E-mail) _____

Modalidade de Pagamento (Payment by)

Transferência Bancária para: (Bank Transfer) _____

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P.

IBAN: PT50 0035 0194 0000 2032 53053 - BIC/WIFT: CGDIPTPL

Cheque Bancário N.º (Bank Cheque Nr.) _____

Necessário juntar comprovativo (add copy of bank transfer)

(Assinatura / Signature)